



Douglas Rogério Anfra

REFORMA E EVOLUÇÃO

*Política e ciência na social-democracia
alemã no fim do século XIX*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DOUGLAS ROGÉRIO ANFRA

REFORMA E EVOLUÇÃO:

Política e ciência na social-democracia alemã no fim do século XIX

Versão corrigida

São Paulo

2021

DOUGLAS ROGÉRIO ANFRA

REFORMA E EVOLUÇÃO:

Política e ciência na social-democracia alemã no fim do século XIX

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Eduardo Arantes.

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

A578r Anfra, Douglas Rogério
Reforma e evolução: política e ciência na
social-democracia alemã no fim do século XIX /
Douglas Rogério Anfra; orientador Paulo Eduardo
Arantes - São Paulo, 2021.
414 f.

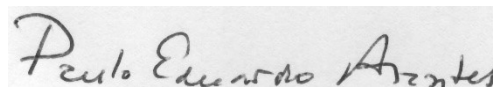
Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Filosofia. Área de concentração:
Filosofia.

1. Socialismo. 2. Evolucionismo. 3.
Social-democracia alemã. 4. Reforma. 5. Revolução. I.
Arantes, Paulo Eduardo, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Douglas Rogério Anfra****Data da defesa: 20/08/2021****Nome do Prof. (a) orientador (a): Paulo Eduardo Arantes**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08/11/2021



(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cuja bolsa, sob o código de financiamento 001, viabilizou esta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Eduardo Arantes, aos integrantes do seminário das quartas (cuja suspensão espero que seja breve) e aos integrantes da banca de qualificação: os professores Lincoln Secco e Tércio Redondo. E agradeço também aos professores Jorge Grespan, Claudio Ricardo Martins Reis e novamente Lincoln Secco por aceitarem participar da banca final, além dos comentários e apontamentos à tese.

Agradeço também ao professor e amigo Rafael Pereira, o historiador Ricardo Rugai e a todos que ajudaram com a leitura de versões preliminares deste texto, além de Maria Backhouse com a revisão do resumo em alemão. Agradeço, ainda, ao professor Heinz Dieter Heidemann pelo empréstimo de livros, muitos anos atrás, que ajudaram a fomentar a curiosidade sobre temas que inspiraram esta pesquisa.

Agradeço aos funcionários, funcionárias e ex-funcionárias do Departamento de Filosofia, especialmente Rubens Dario, Luciana Bezerra Nóbrega, Geni Ferreira Lima e Marie Márcia Pedroso, bem como a todos que trabalham no serviço de pós-graduação e em toda a USP, assegurando que possamos fazer o que fazemos. E também aos professores do Departamento de Filosofia, onde me formei, e entre os quais encontrei recomendações teóricas e políticas que nunca deixaram de me inspirar. Agradeço também ao Studia Scientia, promotor do grupo de estudos Marx, Ciência e Tecnologia, junto ao qual, por um curto e proveitoso período, pude aproveitar da companhia instigante de Orlando Lima Pimentel e dos professores Marcos Barbosa e Pablo Mariconda.

Não posso deixar de agradecer também aos que garantem a existência dos grandes bancos de textos que permitiram minha pesquisa. Mesmo sem poder viajar e consultar arquivos presencialmente, pude contar com o inestimável Internet Archive (archive.org) e com a Friedrich Ebert Stiftung (FES), que propiciaram o acesso a inúmeros textos com direitos autorais liberados, além dos diversos bancos de dados que

permitiram que muitas pesquisas em diversas áreas continuassem a acontecer na falta de acesso às bibliotecas.

O período da pesquisa foi também quando travei contato com um novo universo de interesses, o da música, que, em muitos momentos, garantiu minha existência física e mental. Entre esses coletivos e grupos, não poderia deixar de agradecer à Fanfarra Clandestina, nestes dias de luto e luta, à Manada, à queridíssima Cumbia Calavera, ao Unidos do Swing e a todos que participaram dos festivais Honk! pelo Brasil – que espero que voltem a circular assim que esta horrenda pandemia nos dê trégua. Entre atos, manifestações, desfiles e eventos, sigamos na rua, reforçando o amor pela música, a alegria e a solidariedade.

Agradeço acima de tudo à Natalia Ribas Guerrero, companheira amada de todos os momentos, que me ajudou, de modo impossível de ser resumido, no processo de escrita desta tese, inclusive apoiando a revisão do texto. Também agradeço à minha família e às diversas pessoas que contribuíram para minha sanidade mental durante este período de convívio limitado e à distância. Agradeço também à turma da palestra: Natalia Engler, Felipe, Cris, Vincent, Paula, Dani, Bruno (do dataPerez), Malu, Fernando, Juju, Alpendre, Paulinha e Flora. Agradeço também ao Vítor Flynn, pela arte da capa deste trabalho.

No difícil período de escrita desta tese, durante a pandemia de Covid-19, com a crise econômica, ambiental e política, tomado de apreensão com a situação de um mundo catastrófico e aguardando a possibilidade de dias melhores, espero que nosso pessimismo seja sacudido pela transformação social, e que ela crie bases reais para um otimismo renovado, capaz de apontar para um novo futuro e também de construir um presente novo e melhor.

Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana.

Friedrich Engels (1820-1895)

Que ideia tola parece prevalecer na Alemanha sobre a ligação entre socialismo e evolução através da seleção natural.

Charles Darwin (1809-1882)

RESUMO

ANFRA, Douglas Rogério. Reforma e evolução: política e ciência na social-democracia alemã no fim do século XIX. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta tese pretende analisar a associação entre desenvolvimento, evolução e progresso na visão de mundo forjada em torno da social-democracia alemã, na virada do século XIX para o século XX. Nesse período, diversos grupos travavam embates sobre o destino do partido social-democrata alemão (SPD), como os seguidores de Lassalle, os *praktikers*, os seguidores das teses de Eduard Bernstein sobre o reformismo, setores radicais (*Die Jungen*) e os marxistas. Apesar das disputas, porém, há um aspecto de notável consenso, que acompanhou muitos setores do socialismo europeu, assim como da maioria dos formuladores políticos do mundo no período: a significativa importância dada às ciências naturais, com destaque para Charles Darwin. Partindo do comentário de Walter Benjamin sobre Eduard Fuchs, é possível notar que, no período que antecede a aprovação dos créditos de guerra, a Primeira Guerra Mundial e a ascensão dos fascismos constituiu-se entre os social-democratas alemães uma visão de mundo associada ao progresso político e científico. Visão esta constituída por uma atmosfera de relativo otimismo simultâneo às grandes campanhas do SPD, como o enfrentamento ao militarismo alemão, as greves de grande intensidade e a resistência vitoriosa contra as leis antissocialistas de 1878. Partindo deste contexto a tese reconstitui os evolucionismos do século XIX e a seguir ilustra a recepção do evolucionismo por parte da social-democracia a partir do comentário de textos de alguns dos principais teóricos do partido no período: Eduard Bernstein, Wilhelm Liebknecht, August Bebel e Karl Kautsky. São analisados cinco tópicos principais: as aproximações e distanciamentos de Marx e Friedrich Engels em relação a Darwin; a incorporação das concepções científicas a avaliações políticas, como no juízo de Kautsky sobre a questão camponesa; a importância dada ao evolucionismo nas associações educativas para formação dos trabalhadores (*Arbeiterbildung*), na qual Liebknecht tem papel central; a resposta à discussão entre Ernst Haeckel e Rudolf Virchow no texto *A mulher e o socialismo*, de Bebel; e aspectos da teoria de Herbert Spencer que teriam influenciado as concepções de Bernstein sobre a sociedade. Os efeitos políticos das teses evolucionistas resultaram ao mesmo tempo em orientações distintas para a ação política e engendraram um vocabulário presente em interpretações diversas sobre a sociedade, especialmente no tocante à construção de uma visão de futuro envolvendo a ideia de progresso.

Palavras-chave: Social-democracia alemã; Evolucionismo; Socialismo; Reforma; Revolução.

ABSTRACT

ANFRA, Douglas Rogério. Reform and evolution: politics and science in German social democracy at the end of the nineteenth century. 2021. Thesis (Doctorate in Philosophy) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This thesis aims to analyze the association between development, evolution and progress in the worldview forged around the German social democracy at the turn of the 19th to the 20th century. During this period, several groups fought over the fate of the German Social Democratic Party (SPD), such as the followers of Lassalle, the *praktikers*, the followers of Eduard Bernstein's theses on reformism, radical sectors (Die Jungen) and the followers of Karl Marx's ideas. In spite of the disputes, there is one aspect of remarkable consensus, which accompanied many sectors of European socialism, as well as most of the world's policy makers: the significant importance given to the natural sciences, especially Charles Darwin. Starting from Walter Benjamin's commentary on Eduard Fuchs, it is possible to note that in the period before the catastrophe of the First War, with the voting of war credits and the rise of fascisms, a worldview associated with political and scientific progress was constituted among German social democrats, in an atmosphere of relative optimism simultaneous to the great campaigns of the SPD, such as the confrontation with German militarism, strikes of great intensity, and the victorious resistance against the antisocialist laws of 1878. The main objective of this thesis is to understand this reception of evolutionism by social democracy from the commentary of texts by some of the main theorists of the party in the period: Bernstein, Wilhelm Liebknecht, August Bebel and Karl Kautsky, linking them to their political and institutional context and the scientific and cultural imaginary of the nineteenth century. The thesis highlights the diversity of the reception of evolutionist ideas among SPD theorists based on five main topics: Marx and Engels' approaches to and distancing from Darwin; the incorporation of scientific conceptions into political evaluations, as in Kautsky's judgment of the peasant question; the importance given to evolutionism in workers' educational associations (*Arbeiterbildung*), in which Liebknecht plays a central role; the response to the discussion between Ernst Haeckel and Rudolf Virchow in Bebel's *Women and Socialism*; and aspects of Herbert Spencer's theory that might have influenced Bernstein's conceptions of society. The political effects of the evolutionist theses reinforced, at the same time, distinct orientations for political action and engendered a vocabulary present in diverse interpretations of society, especially regarding the construction of a vision of the future involving the idea of progress.

Keywords: German Social Democracy; Evolutionism; Socialism; Reformism; Revolution.

ZUSAMMENFASSUNG

ANFRA, Douglas Rogério. Reform und Evolution: Politik und Wissenschaft in der deutschen Sozialdemokratie am Ende des neunzehnten Jahrhunderts. 2021. Dissertation (Doktor in Philosophie) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Ziel dieser Arbeit ist es, den Zusammenhang zwischen Entwicklung, Evolution und Fortschritt in der Weltanschauung der deutschen Sozialdemokratie zur Jahrhundertwende vom 19. zum 20. Jahrhundert zu analysieren. In dieser Zeit stritten mehrere Gruppen um das Schicksal der Sozialdemokratischen Partei Deutschlands (SPD): die Anhänger Lassalles, die Praktiker, die Anhänger der Reformthesen Eduard Bernsteins, radikale Gruppierungen (Die Jungen) und die Marxisten. Trotz aller Differenzen gibt es jedoch einen bemerkenswerten Konsens zwischen vielen Bereichen des europäischen Sozialismus und den damaligen Machthabern: die große Bedeutung, die den Naturwissenschaften und insbesondere Charles Darwin beigemessen wird. Ausgehend von Walter Benjamins Kommentar zu Eduard Fuchs lässt sich festhalten, dass in der Zeit vor der Bewilligung von Kriegskrediten, des Ersten Weltkriegs und des Aufkommens des Faschismus die deutsche Sozialdemokratie eine relativ optimistische Weltsicht auf den wissenschaftlichen und politischen Fortschritt vertraten. Diese Weltsicht korespondierte mit den großen SPD-Kampagnen, wie der Konfrontation mit dem deutschen Militarismus, den Streiks mit hoher Intensität und dem erfolgreichen Widerstand gegen die Sozialistengesetz von 1878. Vor diesem Hintergrund rekonstruiert die Dissertation zunächst die Evolutionismen des 19. Jahrhunderts und illustriert dann die Rezeption des Evolutionismus durch die Sozialdemokratie anhand von Textanalysen einiger der wichtigsten Parteitheoretiker dieser Zeit: Eduard Bernstein, Wilhelm Liebknecht, August Bebel und Karl Kautsky. Fünf Hauptthemen werden analysiert: die Annäherungen und Distanzen von Karl Marx und Friedrich Engels in Bezug auf Darwin; die Einbeziehung wissenschaftlicher Konzeptionen in politische Bewertungen wie in Kautskys Urteil über die Bauernfrage; die Bedeutung des Evolutionismus in der Arbeiterbildung, in der Liebknecht eine zentrale Rolle gespielt hat; die Resonanz auf die Diskussion zwischen Ernst Haeckel und Rudolf Virchow in Bebel's *Frau und Sozialismus*; und Aspekte von Herbert Spencers Theorie, die Bernsteins Ansichten über die Gesellschaft beeinflusst haben. Die politischen Auswirkungen der evolutionistischen Thesen verstärkten gleichzeitig unterschiedliche Orientierungen für politisches Handeln und brachten ein Vokabular hervor, das in verschiedenen Interpretationen der Gesellschaft, insbesondere im Hinblick auf die Konstruktion einer Zukunftsvision, die die Idee des Fortschritts beinhaltet.

Stichworte: Deutsche Sozialdemokratie; Evolutionismus; Sozialismus; Reformismus; Revolution.

LISTAS DE IMAGENS

Imagem 1. Fundadores e líderes do Partido Social-democrata da Alemanha (SPD): no alto e à esquerda, August Bebel, no alto e à direita, Wilhelm Liebknecht, no centro, Karl Marx, abaixo e à esquerda, Carl Wilhelm Tölcke, e, à direita, Ferdinand Lassalle. Fonte: Geschichte... (2021).....	27
Imagem 2. Exemplos de periódicos da imprensa social-democrata do final do século XIX.	36
Imagem 3. A <i>scala naturae</i> representada em Raymond Lull, <i>Liber de ascensu et descensu intellectus</i> (1305) (Great..., 2021).	63
Imagem 4. Diferentes ilustrações da ideia de evolução e princípios ortogênicos implícitos evidenciando a diferença em relação ao esboço inicial de Darwin (acima à esquerda), que não destaca um tronco ou aspecto principal.	70
Imagem 5. Ilustração de Huxley e Wilberforce a propósito do famoso debate a respeito da teoria da evolução, em 1860.	77
Imagem 6. Ilustração de Haeckel dos cirrípedes em <i>Kunstformen der Natur</i> . Fonte: Haeckel (1900: placa 57).	140
Imagem 7. Montagem a partir de ilustrações diversas presentes em <i>Formas de arte da natureza</i> (<i>Kunstformen Der Natur</i>), de Haeckel.	141
Imagem 8. Ilustração de placa dupla mostrando embriões de um peixe (F), salamandra (A), tartaruga (T), pinto (H), porco (S), vaca (R), coelho (K) e humano (M), nos estágios “muito anterior”, “um pouco avançado” e “ainda mais avançado”, da <i>Anthropogenie</i> de Haeckel publicada originalmente em 1874. Fonte: Hopwood (2006). Esta é a famosa ilustração que teria sido distorcida por Haeckel para destacar uma regularidade no processo evolucionário a partir do desenvolvimento do embrião, tornando convincente a ideia de recapitulação.	143
Imagem 9. Ilustração que descreve o <i>pedigree</i> humano – versão da linha genealógica do desenvolvimento biológico humano. Fonte: Haeckel (1891: 474, placa 15).	144
Imagem 10. “Conhecimento é poder” aparece aqui como palavra de ordem para a “Juventude Operária” neste cartão postal feito por volta de 1905. Estão associadas à simbologia do SPD e a ideia de formação cultural e educacional (<i>Bildung</i>) tanto um passeio quanto um curso utilizando como base as publicações do partido. Fonte: Acervo digital da FES.	183
Imagem 11. Colagem feita a partir de detalhes de diversos cartazes de primeiro de maio da social-democracia alemã e austríaca entre 1890 e 1905.	190
Imagem 12. O cartaz do primeiro de maio de 1897. Gravura de Bauerweh 1897. Fonte: Achten, (1980: 74-75).	191

Imagem 13. Detalhe do cartaz do primeiro de maio de 1897 onde está escrito <i>Wissen ist Macht</i> (“saber é poder”) no entorno do punho da espada e <i>Das Geistes Schwert</i> (“a espada do espírito”) na lâmina. Gravura de Bauerweh 1897. Fonte: Achten (1980: 74-75).	192
Imagem 14. Detalhe do cartaz do primeiro de maio de 1897 com destaque ao nome de Darwin no segundo livro. Gravura de Bauerweh 1897. Fonte: Achten (1980: 74-75).....	193
Imagem 15. Na primeira imagem, ao alto e à esquerda, a Arbeiterbildungsverein de Viena em 1868. Exemplos de periódicos da imprensa social-democrata do final do século XIX. À esquerda, abaixo: mosaico na entrada da sede da associação educacional dos trabalhadores em Peine, na Baixa Saxônia. À direita e acima, uma escola do SPD em 1907. À direita e abaixo, escola do SPD em 1914.....	243
Imagem 16. Capa do jornal <i>Der Wahre Jacob</i> , de 1894. O título da imagem é “Depois do Primeiro de Maio”. Abaixo, lê-se o poema: “ <i>Olá, povo da propriedade, da educação (Bildung), do intelecto. Por que seus gracejos os deixam pálidos como a parede? Os filhos de trabalhadores saem para celebrar seu maio. Eles gritam felizes para este país, o mundo será livre novamente! Três vezes mais um viva para o trabalho, a igualdade seja sua bandeira. Irmãos, sempre que o mundo nos viu, nós vivemos a liberdade!</i> ”. Fonte: Nachklänge (1894: 1).	253
Imagem 17. Desempenho eleitoral dos partidos no Reichstag de 1871 a 1912. Liberais Nacionais em verde escuro, Partido de Centro em azul, Partido Conservador em preto, outros partidos em amarelo, liberais de esquerda em azul claro (dependendo do período e das coalizões envolvendo o Partido Livre-Pensador Alemão, Partido do Progresso, Partido Popular, Partido Popular do Progresso, União Democrática) e o Partido Social-democrata em vermelho. Fonte: Ziemann (2015: 54).	264
Imagem 18: Suplemento da revista <i>Wahren Jacob</i> , n. 532, 1906. No alto, na lousa, indica-se a canção “Querida pátria, tenha calma” e, abaixo, o Ministro da Educação despeja uma garrafa de <i>deutsch religions unterricht</i> (educação religiosa alemã) por meio de um funil onde está escrito “ensino obrigatório”. E abaixo lê-se: “[O Ministro da Educação Konrad] Studt ensina a oração do senhor alemão para as crianças polonesas”. Com a charge, a revista faz um comentário sobre o uso político da educação alemã obrigatória para manter a homogeneidade étnica e cultural nas províncias orientais prussianas. Fonte: Ziemann (2015: 55).....	268
Imagem 19. Em sua totalidade, a <i>Kriegervereine</i> forma a maior organização de massa do império, transferindo o prestígio do serviço militar para a sociedade civil. A foto foi feita em um evento de 1896, e registra o momento em que se aguardava que o Kaiser comemorasse o 25º aniversário da fundação do Reich no Tempelhofer Feld, em Berlim. Fonte: Ziemann (2015: 52).	269
Imagem 20. Imagens de duelos estudantis (<i>Mensur</i>) no final do século XIX. Fonte: Nauman (2017). 272	

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1. Livros mais retirados da livraria da liga dos trabalhadores da indústria madeireira do sul da Alemanha, ao longo de nove meses do ano de 1894.....	41
Tabela 2. Livros mais retirados da livraria da liga dos trabalhadores da indústria madeireira de Berlim, ao longo de nove meses entre 1891 e 1911 (destaques meus no campo de ciências naturais) ...	44
Tabela 3. Características distintas entre diferentes concepções da teoria da evolução.....	82
Tabela 4. Mortalidade no século XIX na Alemanha (mortes no primeiro ano de nascimento a cada mil nascimentos)	220
Tabela 5. Número de emigrados da Alemanha na segunda metade do século XIX.....	222

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PERCURSO E JUSTIFICATIVA	22
PRESSUPOSTOS DA REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE OS TEÓRICOS DO SPD	25
INTELECTUAIS INCOMUNS DE UM PARTIDO INCOMUM	28
AS LEITURAS REALIZADAS NAS BIBLIOTECAS DOS SINDICATOS	39
CONCEPÇÕES COMPARTILHADAS INCONSCIENTEMENTE	44
UMA HISTÓRIA DO SENSO COMUM	48
HABITUS E DOXA DE CLASSE	54
1 AS EVOLUÇÕES DO SÉCULO XIX	59
1.1 ANTECEDENTES FILOSÓFICOS E TEOLÓGICOS DO EVOLUCIONISMO DARWINISTA	61
1.1.1 O PRÉ-EVOLUCIONISMO NATURALISTA	61
1.1.2 ANTECEDENTES EVOLUCIONISTAS DO DARWINISMO	65
1.1.3 O LAMARCKISMO	71
1.2 ORIGEM DAS ESPÉCIES	74
1.2.1 ASPECTOS GERAIS DO ARGUMENTO DE <i>ORIGEM DAS ESPÉCIES</i>	77
1.2.2 A ORDEM DAS RAZÕES DARWINIANAS	78
1.2.3 DARWIN E MALTHUS	88
1.2.3.1 Sobre a natureza animal do homem	91
1.2.3.2 Sobre uma eventual influência darwiniana no nazismo	93
1.2.3.3 Galton e a eugenia	97
1.2.3.4 Colonialismo e teleologia evolucionária	99
1.3 A DESCENDÊNCIA DE HERBERT SPENCER, OU O CATECISMO FILOSÓFICO DO PROGRESSO	104
1.3.1 EVOLUÇÃO SOCIAL	111
1.4 O EVOLUCIONISMO NA ALEMANHA	117
1.4.1 FILOSOFIAS DA NATUREZA	118
1.4.2 MATERIALISMO CIENTÍFICO	121
1.4.3 QUANDO <i>ORIGEM DAS ESPÉCIES</i> CHEGA À ALEMANHA	130
1.4.4 O LUGAR DO PESQUISADOR ALEMÃO	133

1.4.5	VIRCHOW E O ANTI-EVOLUCIONISMO LIBERAL	135
1.4.6	ERNST HAECKEL	138
2	SOCIALISMO E EVOLUÇÃO	149
2.1	ENQUADRAMENTO DO TEMA	149
2.2	OS SOCIALISMOS E OS EVOLUCIONISMOS	150
2.3	DARWIN SEM MALTHUS	154
2.4	MARX, DARWIN E A CONCEPÇÃO MALTHUSIANA DE POPULAÇÃO	159
2.5	PRESSUPOSTOS DA RELAÇÃO ENTRE DIALÉTICA E CIÊNCIA EM ANTI-DÜHRING	167
2.6	ENGELS E DARWIN	172
2.7	EVOLUÇÃO E ANTROPOLOGIA EM MARX E ENGELS	177
3	SABER É PODER	182
3.1	A TEORIA DA EVOLUÇÃO NO MEIO SOCIOCULTURAL DA SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ	183
3.2.	O CARTAZ COMEMORATIVO DO PRIMEIRO DE MAIO DE 1897	187
3.3.	<i>BILDUNGSBÜRGERTUM</i>	194
3.3.1	<i>BILDUNG</i> DE CLASSE	199
3.3.2	O SENTIDO DO LIBERALISMO ALEMÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX	211
3.3.3	A CONDIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA ALEMÃ	217
3.4	<i>ARBEITERBILDUNG</i>	225
3.5	WILHELM LIEBKNECHT E A REORIENTAÇÃO DA <i>ARBEITERBILDUNG</i>	245
4	SOCIALISMO EVOLUCIONÁRIO	254
4.1	A CONJUNTURA POLÍTICA DA SOCIAL-DEMOCRACIA APÓS A UNIFICAÇÃO	257
4.2	A EVOLUÇÃO EM <i>A MULHER E O SOCIALISMO</i>	274
4.2.1	HAECKEL E OS SOCIALISTAS ALEMÃES	280
4.2.2	A RESPOSTA DE BEBEL A HAECKEL EM <i>A MULHER E O SOCIALISMO</i>	284
4.3	BERNSTEIN: SOCIALISMO EVOLUCIONÁRIO	287
4.3.1.	A IDEIA DE <i>ENTWICKLUNG</i> ENQUANTO DESENVOLVIMENTO/EVOLUÇÃO	294
4.3.2.	O REVISIONISMO DARWINISTA CONTRA O SOCIALISMO EVOLUCIONÁRIO ORTODOXO	298

4.3.3. <i>PRÉ-CONDIÇÕES AO SOCIALISMO</i>	302
4.3.4. O CONGRESSO DE HANOVER	309
4.3.5. DARWIN NO CONGRESSO DE HANOVER	311
4.4 KAUTSKY, MALTHUS E O SOCIALISMO	319
4.4.1 A QUESTÃO DA POPULAÇÃO EM KAUTSKY	324
4.4.2 A POPULAÇÃO EM <i>A QUESTÃO AGRÁRIA</i>	327
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	334
<u>REFERÊNCIAS</u>	352
<u>APÊNDICE A. REFLEXÕES SOBRE O CHAMADO CASO LYSENKO</u>	388
<u>APÊNDICE B. O IMAGINÁRIO SOCIALISTA SOBRE O FUTURO</u>	392
<u>APÊNDICE C. A INTERNACIONAL DOS MUSEUS</u>	399
<u>APÊNDICE D. PARA ALÉM DE CULTURA E CIVILIZAÇÃO</u>	403
<u>APÊNDICE E. AS IMPRESSÕES DE ROCKER SOBRE LIEBKNECHT E BEBEL DURANTE A CAMPANHA PARA AS ELEIÇÕES DE 1890 EM MAINZ</u>	408

INTRODUÇÃO

O foco para onde esta pesquisa aponta é relativamente simples: acompanhar as indicações a respeito de certo debate travado na social-democracia alemã, em livros e revistas oficiais do partido, desde o período imediatamente anterior à morte de Friedrich Engels, em 1891, até o ano de 1899. A dificuldade, no entanto, são os termos pressupostos nesse debate. E é aqui que destaco o ponto que me chamou a atenção: o relevo que tinham, nessa disputa, os conceitos oriundos da teoria da evolução biológica e, em particular, a recepção do darwinismo. Nesse sentido, a apresentação que será feita do tema nesta introdução também acompanhará o elenco das questões metodológicas envolvidas.

O recorte evoca um aspecto do que se poderia caracterizar como uma “visão de mundo” social-democrata situada em uma “esfera pública” no entorno de um partido singular, o Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-democrata da Alemanha, ou SPD, na sigla em alemão), então a joia da Internacional Socialista, ou Segunda Internacional dos Trabalhadores. Observar a presença do darwinismo, uma aparente intrusão científica, traduzido segundo uma versão particular de ciência popular, envolve ressaltar aspectos que só aparentemente são marginais. Em uma visada mais próxima, com efeito, vê-se que são onipresentes, pois referências a Darwin integram desde pôsteres até consultas de livros em bibliotecas de sindicatos de trabalhadores alemães da época. A presença do darwinismo popular convive com a particular “visão de mundo social-democrata”, marcada pelo esboço de um futuro otimista para a sociedade alemã, e que encontrou eco em outros partidos socialistas do mundo, especialmente no entorno da já citada Segunda Internacional, onde o SPD exerceu um papel de modelo de organização e liderança.

No Brasil, creio ser bastante conhecida a interpretação crítica a essa visão de mundo, especialmente aquela feita nas teses de Walter Benjamin em *Sobre o conceito de história* (1980)¹. No período posterior à Primeira Guerra Mundial e durante a

¹ Em particular, a Tese 11, que trata da representação social-democrata do trabalho, e a Tese 13, que trata da concepção social-democrata de progresso (Benjamin, 1991: 698-699). Em *Eduard Fuchs, der Sammler und der Historiker*, Benjamin apresenta a referência a Darwin e ao evolucionismo como parte da ligação entre as ideias de evolução e progresso no pensamento social-democrata (Benjamin, 1937: 36). Mais à frente, voltaremos ao comentário de Benjamin para conduzir as ponderações da conclusão desta tese.

ascensão do nazismo, Benjamin destaca a crença inabalável dos social-democratas no progresso, apoiada em uma concepção de tempo contínua, em particular na visão de mundo cristalizada na filosofia de Joseph Dietzgen. À luz da décima primeira tese e do texto sobre Eduard Fuchs (Benjamin, 1937), o presente trabalho pode ser visto, a princípio, como um longo comentário dessa interpretação benjaminiana a respeito do legado político e cultural da social-democracia alemã.

No entanto, a despeito da caracterização notável feita por Benjamin de aspectos importantes do pensamento social-democrata do período, há diversos indícios de que a relação entre a social-democracia e a teoria da evolução não foi uma questão simples, ou mesmo local e exclusiva dos socialistas alemães². Da mesma forma, é possível constatar um desencanto posterior entre os membros do partido a respeito das ideias ligadas ao evolucionismo. Pois, se houve uma influência estrutural do evolucionismo sobre a social-democracia alemã, é possível constatar também indícios de uma queda no interesse sobre temas científicos e biológicos na virada do século, tão brusca quanto sua ascensão. Esse é também um tema que se buscará compreender melhor ao longo da tese, e que provavelmente sinaliza uma mudança na forma de ver o mundo – e, portanto, de visão de mundo –, que culminaria na reação dos quadros do SPD ao advento da Primeira Guerra Mundial, bem como a transformações na própria natureza do partido.

A pesquisa para esta tese acompanhou debates levantados por quatro nomes de destaque do partido social-democrata alemão do final do século XIX: August Bebel, Wilhelm Liebknecht³, Eduard Bernstein e Karl Kautsky, focando principalmente em seus pressupostos comuns. Assumo que é possível questionar o quanto a filosofia participa desse debate intelectual que se trava entre, a princípio, quadros de um partido, afinal, se é difícil imaginar que uma síntese política da concepção de mundo social-democrata enseje em si mesma uma filosofia que se considere robusta de um ponto de vista acadêmico posterior, tomando como exemplo os livros de Dietzgen, o mesmo não se pode dizer de outros trabalhos de teóricos e filósofos social-democratas, como

² O livro de David Stack *The first Darwinian Left: Socialism and Darwinism 1859-1914* (2003) traz numerosos exemplos de evolucionistas no interior do socialismo e do trabalhismo inglês, além de indicar que uma recepção favorável ao evolucionismo biológico também foi comum no anarquismo, sendo o caso de Piotr Kropotkin o mais notório.

³ Pai de Karl Liebknecht, companheiro de lutas de Rosa Luxemburgo na liga espartaquista.

Philipp Mainländer, Eugen Dühring ou mesmo os trabalhos de Kautsky sobre a história do cristianismo. No entanto, como tento sugerir, além dos temas de debate, o notável é que também se discute uma concepção da história e uma visão de mundo socialista, que não coincidem totalmente com a tentativa de síntese feita por Dietzgen e que modificaram a interpretação marxista, até então a principal referência política do movimento socialista alemão⁴. Os termos principais desta discussão passam principalmente por um estatuto antropológico do homem que era pressuposta, seja nas concepções marxistas, seja nas revisionistas, ambas atualizadas por diferentes concepções sobre o evolucionismo e ligada às concepções de mundo a respeito da evolução do período.

Por mais que a ideia de uma visão de mundo possa soar distante do socialismo e do marxismo em geral, ela figura recorrentemente em diversos autores desse campo quando tratam de uma forma de dominação que passe também pelo aspecto ideológico, cultural ou da consciência, seja com sentido fraco, como uma forma compartilhada, dominante neste trabalho, ou como forma específica de formação ideológica. Para Moishe Postone (2014), por exemplo, ela aparece como parte da mediação do processo de dominação social do trabalho em relação à sociedade. Ao situar sua releitura de Marx em termos de uma “forma historicamente específica de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo”, como forma abstrata de dominação (por meio da interdependência das relações sociais) e numa estrutura não evolutiva, onde a modernidade não seria um estágio de progresso da sociedade, mas historicamente específica e expandida através de um complexo sistema global, Postone, em *Tempo, trabalho e dominação social* (2014: 18) expõe sua crítica da centralidade do trabalho em termos historicamente determinados, circunscrevendo a crítica de Marx ao capitalismo. Do mesmo modo, Postone prossegue circunscrevendo a crítica do trabalho, acreditando diferenciar “uma crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho”, compreendendo aí toda a história do socialismo e do marxismo, suas correntes e teóricos até então, de “uma crítica do trabalho no capitalismo”. Para caracterizá-la,

⁴ No entanto, a despeito de uma estrutura de legitimação que chancela a opção pelos teóricos escolhidos na pesquisa, acredito que sua importância política no período ajude até a elucidar aspectos de futuras pesquisas sobre o socialismo no século XIX – que constitui, tal como o final do século XIX em si, um território bastante percorrido, mas com muitas vias inóspitas e de difícil interpretação.

separando-se das chamadas “interpretações marxistas tradicionais”, Postone destaca a importância da “mediação social historicamente específica”, por meio da qual o trabalho “serve como fundamento social central das características essenciais da sociedade” (2014: 19), buscando evitar a dicotomia clássica entre “sujeito e objeto”. Essa forma de mediação é estruturada, diz o autor, “por uma forma historicamente determinada de prática social (o trabalho, o capitalismo) e, por sua vez, estrutura ações, visões de mundo e disposições das pessoas. Essa abordagem redefine a questão da relação entre cultura e vida material em termos da relação entre uma forma historicamente específica de mediação social e formas de ‘objetividade’ e ‘subjetividade’ sociais” (Postone, 2014: 19). Note-se como Postone evita aqui o termo “ideologia” em relação a “visão de mundo” nesse contexto específico em que seria aplicável, adotando outra forma de explicação para a relação entre “formas da subjetividade” como “formas de pensamento, visões de mundo e crenças” e “as formas de relações sociais conforme elas aparecem para a experiência imediata”, apresentando-a associada à teoria da alienação de Marx em suas obras maduras, como *O Capital* e os *Grundrisse*. Nelas, afirma Postone, “Marx busca apreender a constituição de estruturas sociais profundas historicamente específicas através das formas de práticas sociais que, por sua vez, são orientadas por crenças e motivações fundadas nas formas de aparência suportadas por estas estruturas”, uma lógica social da aparência social destas formas “constituídas historicamente pelas formas da prática social e, por seu lado, guiadas por crenças e motivações fundadas nas formas de aparência engendradas por estas estruturas” (Postone, 2014: 244) para a consciência individual e coletiva e o processo de relações sociais interdependentes que se constituem no capitalismo, cujas aparências, suportadas por essas estruturas, teriam uma lógica necessária para essas percepções. Esse é o contraponto forte em relação ao modo como tratamos da visão de mundo particular do movimento socialista alemão que eu certamente poderia adotar como horizonte, mas meu ponto de vista é solidário antes a essa crítica do capitalismo do ponto de vista não “do trabalho”, mas dos trabalhadores mesmo que crítica de determinada visão de mundo surgida no seio do movimento socialista internacional e, no caso particular desta pesquisa, alemão.

Considero importante, aqui, lembrar o debate sobre o lugar social da filosofia como um tipo de função (ou ideologia) que se relaciona com a reprodução das

condições sociais, ou até mesmo como “modo de vida”, demandando o engajamento e transformação pessoal e social além do campo propriamente teórico, que é um tema caro ao marxismo. Desse ponto de vista, a relação entre pensamento e vida, concebida como uma dimensão mais ampla, não seria nada mais do que o modo comum em que a filosofia existe e se constitui, demandando, para isso, apenas que modifiquemos o lugar para onde olhamos.

Não é preciso ir longe nessa abordagem para vermos o quanto ela não está distante de Marx, Gramsci, Althusser, do operaísmo e de tantos outros autores que trataram do tema de modos distintos na história do marxismo, especialmente no que toca à tradição que se voltou à crítica da ideologia, do fetiche e das múltiplas representações das lutas políticas criadas pelo movimento dos trabalhadores. Por exemplo, se observarmos a interpretação que Michael Heinrich faz de Marx, notamos que, apesar de não acreditar em uma posição privilegiada para o proletário quanto à percepção do mecanismo em que o fetiche da mercadoria se coloca como ilusão estruturante da consciência que se interpõe entre as relações sociais e o valor (Heinrich, 2004: 23), o autor ainda acredita ser possível a saída dessa ilusão ao se participar em uma dimensão da política prática, como em “greves selvagens”, piquetes e solidariedade ativa, como condição necessária à dimensão crítica do fetiche como experiência social de trabalhadores, e não apenas por tomar ciência dos conhecimentos críticos da ideologia.

Mesmo quando lembramos de outros intérpretes dessa relação, como Pierre Hadot, ao tratar o modo de vida fora do campo propriamente teórico como algo importante e central para a filosofia, estamos em um terreno próximo. Essa alusão pode soar estranha ao leitor, que talvez associe Hadot imediatamente a uma referência sobre Wittgenstein ou sobre a filosofia da antiguidade grega e latina. Contudo, ao destacar o ensinamento “esotérico” e prático do “exercício espiritual” em relação com a filosofia e fora da dimensão estritamente teórica, seja textual ou oral, é importante assinalar que, por mais que esse aspecto possua em certas passagens da história da filosofia um sentido “cósmico”, como uma revelação e natureza estética, ou uma visão de “cima” como totalidade, essas imagens não tratam exclusivamente do passado, e é possível

encontrar uma equivalência no exercício filosófico contemporâneo (Hadot, 1995: 277-278).

Mais importante, em Hadot, essa interpretação tem origem em uma inspiração contemporânea sobre uma dimensão da filosofia externa ao texto que, por si, iluminaria o pensamento antigo, incluindo aí o marxismo (e, por suposição minha, ecoa aqui a tese 11 das *Teses ad Feuerbach* escritas por Marx) (Hadot, 1995: 278). Posta a questão, volto ao problema da dimensão extra-filosófica da filosofia, presente desde a filosofia antiga – e, caso concordemos com Hadot, também na filosofia contemporânea, em que é especialmente visível em sua versão popular, na forma de um engajamento filosófico que dê conta das questões cotidianas após uma transformação, que pode ser pessoal, num caso, cósmica em outro, espiritual em certos aspectos, ética em outros, ou ainda uma mudança radical dos pressupostos materiais através dos meios de produção da vida material que, por sua vez, modificariam a dimensão mental ou espiritual da vida.

Nesse sentido, mantenho premissa similar à utilizada na pesquisa de mestrado (Anfra, 2013), em que destaco a questão da forma textual e reconheço que a interpretação de textos de filosofia política depende da aproximação do campo em que se circunscrevem esses textos, independentemente do tema em questão, mesmo que não o determinem diretamente ou anulem o papel do sujeito que analisa e interpreta. Isso obriga, primeiramente, a uma problematização da natureza desses textos, isto é, se há algo enquanto gênero textual (ou literário) que circunscreva a informação presente no texto para que se possa realizar o processo de análise, ou se há um limite nesse sentido para a caracterização dos textos quanto à sua natureza teórica, política, polêmica, panfletária (ou *manifestária*⁵) etc., considerando que essas questões podem ter atravessado o material e as intenções de sua escrita.

Essa preocupação se faz presente especialmente quando abordamos um conjunto de textos de autores debruçados sobre a política que, como os pensadores da social-

⁵ Refiro-me à abordagem empregada por Marcel Burger a respeito da análise do discurso centrada nos manifestos como atividades de comunicação propagandísticas específicas (Burger, 2002), cujo modelo é preferencialmente o *Manifesto Comunista* (1848). Outros autores, como Norberto Bobbio, postulam a origem do gênero literário “manifesto” com base em sua interpretação a respeito da intervenção dos intelectuais no contexto da carta aberta “J’accuse...!”, de 1898, baseado principalmente no modo como são compostos esses textos de intervenção política e no tipo de relação que se estabelece entre os intelectuais e o ativismo em direção a causas diversas (Bobbio, 1997: 76).

democracia alemã, estão vinculados a contextos em que são tecidas as mais diversas relações e estratégias de intervenção com outros atores e personagens. Desse modo, compreender o nível de articulação teórica em termos mais reconhecidamente filosóficos, enquanto fundamentação de princípios de análise, ou mais caracteristicamente intencionais e expressivos segundo contextos determinados, envolve compreender politicamente esse limite ou, ainda, as relações que se estabelecem nessas formulações, justificando analisar textos que são o registro da política onde é pensada, discutida e feita, em particular nos programas, nos artigos escritos pelos militantes em revistas do partido e nos congressos. Esse cenário torna úteis ao menos alguns elementos da análise de Bakhtin de que “o centro organizador de toda a enunciação, de toda a expressão, não é interior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (Bakhtin, 2011: 118).

Acho importante destacar aqui o peso do exercício da crítica, ou seja, a perspectiva teórica que não se resume a uma descrição das representações teóricas sobre o mundo, mas a busca de mudanças para representações teóricas partilhadas que partem de uma determinada visão de mundo, como aquela que envolve a ideia de evolução e progresso, mesmo uma cosmovisão “marxista”, a ponto de trazer à tona um tipo de crise. Pensemos aqui no debate sobre o revisionismo que Bernstein suscita no final do século XIX. Sobre isso, pode-se notar, em um primeiro movimento, o quanto ela difere e se destaca de um determinado ponto de vista, mas, em um segundo momento, nota-se o quanto essa nova concepção que se coloca como crise apresenta elementos comuns com determinadas concepções partilhadas sobre a história que, como acredito emergir no desenvolvimento da tese. Segundo esse ponto de vista, notamos o quanto ele é influenciado por um tipo de interpretação da realidade baseada na ciência e na filosofia da época, e que atravessa os momentos políticos do partido, mas que, apesar da sua presença “estrutural”, também se modifica.

Por fim, para além da própria natureza do partido social-democrata, há uma pergunta importante a se fazer, quanto à natureza da relação entre o pensamento social-democrata e os evolucionismos do século XIX: haveria alguma forma de afinidade entre o pensamento de Darwin e a teoria socialista, para além da relação peculiar de apropriação pontual desenvolvida por Engels? Ou seria essa relação apenas algo

circunstancial ligada ao grande capítulo da recepção da teoria da evolução no século XIX?

PERCURSO E JUSTIFICATIVA

Ao final da graduação, adotei um projeto de pesquisa paralelo que consistia em encontrar elementos para compreender as raízes ideológicas, científicas e políticas que fundamentaram o regime nacional-socialista. Minha inspiração foram historiadores engajados que concebiam o fascismo como um fenômeno com rediviva capacidade de transformar-se e reaparecer no campo político. Desse ponto de vista, em que o historiador se avizinha do militante que quer evitar um retorno do fascismo, não é de surpreender que varie sobremaneira o modo como se caracteriza o fenômeno e seu significado político, para além da conceitualização abrangente de totalitarismo e do uso, a meu ver, excessivo das analogias.

Buscando uma análise mais detalhada, alguns autores deram maior atenção àquilo que consideravam o elemento fundamental do fascismo, isto é, não o que há de comum, as similitudes, mas aquilo que o torna um regime ditatorial diferente de outras ditaduras. Nessas análises, evita-se o uso de outra nomenclatura comparativa, preferindo-se falar em regime “nacional-socialista”, “fascismo” etc., com características nacionais próprias. Um exemplo é José Chasin e seu estudo sobre o integralismo, que evita o conceito comparativo e polissêmico de totalitarismo.

Outros autores interpretaram o fascismo como um fenômeno político e histórico particular e pontual, que dependeu de uma “ideologia”, “vocabulário” ou “visão de mundo” específicos, abordagem que se origina com o famoso trabalho de Victor Klemperer, *LTI – Lingua Tertii Imperii* (1947), e o de Jean-Pierre Faye. Também há quem acreditasse se tratar o fascismo de um modo de produção constituído como extensão e intensificação do capitalismo, fruto de um processo multifacetado, como o Behemoth, ao passo que outros acreditavam que a intensidade da exploração de mão de obra forçada o tornasse distinto do capitalismo tradicional, um tipo específico de organização corporativa e monopolista – assim como há também a interpretação de que o fascismo emergiu como aprofundamento e resposta do capitalismo às crises, entre outras explicações. Não raro, muitos se voltaram para analisar aquilo que hoje veem

como um fenômeno político que acreditam se assemelhar ao fascismo servindo como diagnóstico da visão política sobre o tempo presente. Assim, a história, a análise e a comparação serviram não apenas para compreender o período, mas, acima de tudo, para se prevenir de aspectos reputados perigosos quanto ao retorno do fenômeno fascista.

Entre tais interpretações, chamaram minha atenção as que destacaram a importância do que fundamentaria o discurso fascista nele mesmo, isto é, sem apelar a um regime de causalidade inconsciente ou oculto (como se fosse apenas uma máscara à acumulação capitalista). Nesse sentido, ganhou destaque a centralidade da eugenia enquanto aspecto biológico aplicado à política e como autêntica orientação do projeto nacional-socialista. Instigado principalmente por João Bernardo (2003), passei às leituras que trataram de uma visão de mundo ou formação ideológica particular que apelaria a uma intervenção radical na sociedade, fazendo coincidir aspectos do pensamento político conservador e a não menos importante fundamentação em técnicas e pressupostos cientificamente reputados no período, que coadunavam com aquela visão de mundo.

Durante o levantamento das interpretações sobre o fascismo e a construção da ideologia nacional-socialista de modo conectado a determinada “cientificidade” ou relação de valoração e disputa no campo da ciência, observamos dois aspectos dignos de nota.

O primeiro foi a importância do contexto político e econômico, principalmente como um tipo de “clima político” que permitiu ver como aceitáveis determinadas ideias ou práticas, em especial as guerras (a Primeira Guerra Mundial e as guerras que a precederam na Europa, como a Guerra Franco-Prussiana), a violência da colonização e as crises sucessivas que forneceram o campo de ação onde se desdobraram esses eventos. Com o desenvolvimento da pesquisa no período anterior ao doutorado, esse aspecto se tornou cada vez mais importante, ganhando centralidade na definição do problema.

O problema da guerra e o belicismo no seu contexto político e econômico no período entre-guerras é interessante, pois a guerra era um aspecto importante da política, mas estranhamente ignorado então pela filosofia e pela sociologia (recentemente, porém nota-se o crescimento de pesquisas ligadas ao tema). A guerra e o militarismo, talvez

pela dificuldade de posicionamento e interpretação acerca de eventos contemporâneos, ou por demandar certa expertise teórica e técnica, ou, ainda, por envolver as principais potências mundiais, acabam requerendo um posicionamento urgente que suprime a reflexão, oferecendo dificuldades suplementares ao entendimento. Isso porque a interpretação sobre as guerras tem sempre consequências políticas, como se pode constatar em eventos como a guerra na Síria, iniciada em 2011, em que se observam diferentes posições políticas sobre o conflito mesmo entre forças ideologicamente próximas no campo das esquerdas, e que, por vezes, convergiam até com posições do departamento de estado dos Estados Unidos ou de forças jihadistas.

Esse problema foi o foco de minha pesquisa de mestrado (Anfra, 2013), em que acompanhei as reflexões sobre a guerra de um dos principais articuladores e ideólogos do movimento socialista da virada do século XIX para o século XX, Friedrich Engels. À surpresa de constatar um volume grande de textos pouco analisados, sequer traduzidos para o português, escritos por um dos principais inspiradores do movimento socialista internacional, acresceu-se a forma peculiar com que ele interpretava a relação entre política nacional, guerra e desenvolvimento técnico. A pesquisa nos conduziu à interpretação de sua especificidade em relação ao pensamento de Karl Marx, mostrando a proficuidade desse recorte, além de um campo pouco explorado de investigação.

Foi através desse percurso, com elementos oriundos da pesquisa de mestrado a respeito dos textos políticos de Engels, que encontrei o outro aspecto digno de nota que mencionei há pouco. Trata-se do modo como Engels e os socialistas alemães do século XIX manifestavam o desejo de fundamentação científica para intervenção nos debates científicos que ocorreram durante todo o período de construção do partido social-democrata alemão e da Segunda Internacional – os quais, igualmente, tiveram prosseguimento durante a Terceira Internacional, com diversas consequências políticas para a política e a ciência do período.

Observar esse fenômeno levou-me a atentar para outros debates posteriores e para a forma com que mobilizavam o discurso voltado a temas científicos, apontando-me também um grande volume de textos de diversos grupos, com orientações políticas igualmente diversas, dos conservadores aos socialistas, que mostravam uma reiterada necessidade de fundamentação científica, voltando-se à biologia em áreas como a

antropologia (tanto física quanto a antropologia e etnologia em geral), a psicanálise, a economia, e mesmo a filosofia, ainda que tivessem recebido um importante abalo na virada do século. Passei, assim, do tema da guerra e da possibilidade de sua interpretação ao tema constituído por uma concepção ainda incerta de ideologia, que envolvia a concepção de progresso e de temas científicos, novamente como um tipo de entorno que, acreditava, me ajudaria a compreender também o fenômeno nacional-socialista sob outro aspecto.

A partir da definição desse tema, que era reiterado por indícios diretos da iconografia e da bibliografia da social-democracia alemã, duas questões emergiram como possibilidades para uma pesquisa nesse campo. A primeira seria a relação entre essa recepção de temas científicos e biológicos na política e o que ocorreu com o fascismo alemão – haveria ali alguma forma de influência ou paralelismo? A segunda seria, em termos mais simples: estaríamos diante de um tipo de social-darwinismo de esquerda?⁶ Essa questão ensejava, por sua vez, um duplo problema: de um lado, como lidar com as fontes e analisar, no campo da história da filosofia, as indicações de autores ligados ao SPD, e, de outro, como analisar o modo como construíam suas reflexões coletiva e não individualmente, isto é, enquanto membros de um partido.

PRESSUPOSTOS DA REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE OS TEÓRICOS DO SPD

Tratar das alusões científicas presentes na fundamentação filosófica da social-democracia envolve também levar em consideração o debate em torno da construção de uma linha de atuação por parte da social-democracia alemã durante o século XIX, o que demanda, por sua vez, considerar diversos aspectos de sua organização e prática

⁶ Para compreender como o social-darwinismo pode ganhar uma acepção tão ampla a ponto de envolver os social-democratas, como se vê em Weikart (1998), vale acompanhar a definição ampla de Mike Hawkins (1997), composta de cinco aspectos que seriam comuns entre os chamados social-darwinistas: 1) as leis biológicas governam toda a natureza, incluindo os humanos; 2) A pressão da população malthusiana produz uma luta pela existência; 3) as características físicas e mentais que fornecem uma vantagem para os indivíduos ou as espécies se espalhariam; 4) a seleção e a herança produziriam novas espécies e eliminariam outras; e 5) as leis naturais (incluindo as quatro acima) se estendem à existência social humana, incluindo moralidade e religião (Hawkins, 1997: 31-38 et passim). Minha observação quanto a esse ponto de vista é que, caso seja possível consignar alguma cientificidade à teoria da evolução, é difícil imaginar como separar os seres humanos das leis biológicas, e é justamente esse o problema dos socialistas do século XIX.

política, que se apoiou teoricamente em uma referência política múltipla à medida que se constituía.

Nesse cenário, é possível destacar preliminarmente uma demarcação entre duas orientações, uma que defendia o chamado reformismo, contando com nomes de destaque como Lassalle (e depois Bernstein) e com os práticos (*praktiker*), defensores de uma linha política “pragmática” e “realista”, e outra, revolucionária, composta principalmente pelos *eisenachers* (grosso modo, seguidores de Marx, como Bebel, Liebknecht e Kautsky⁷) e, posteriormente, pelos chamados “jovens” (*Die Jungen*), tendência antirreformista que teve uma curta, porém notável influência em determinado período da história do SPD, até por fim se aproximarem do anarquismo. Em meio a essa pluralidade de posições, chamou-me a atenção não a particularidade ou especificidade de tal ou qual tendência, mas a forma constante e universal com que se fazia referência à ciência da época, especialmente à teoria da evolução, presente na discussão sobre alguns conceitos do marxismo nas revistas oficiais do partido e nos programas.

Trataremos, assim, de aspectos dos “programas de partidos políticos” num trabalho de ética e filosofia política, de modo que o programa sirva como um tipo de paradigma em relação ao que acredito ser a natureza da construção de conceitos que se tornam formas de pensamento. Tais formas de pensamento, organizadas, se materializam em textos de teóricos e, por fim, orientam uma visão filosófica sobre a política. Busco observar como a relação efetiva e dinâmica com a realidade cria um significado social e envolve a imaginação de um período, resolvendo questões e apontando aspectos e tendências muitas vezes latentes em determinada época. O resultado disso é que o pensamento ganha a capacidade de assumir uma forma que organiza o que é pensado de modo contencioso, relacionando-se de modo complexo com seu tempo segundo uma forma de reflexão que busca orientar, igualmente, a ação política e criar uma linha de ação para além das limitações do seu próprio tempo. Um leitor marxista rigoroso talvez conclua que nos afastamos demais de uma interpretação marxista em sentido estrito, ao definir um lugar para a filosofia num partido cuja

⁷ Ainda que se possa por em questão seu caráter propriamente revolucionário, como fez a tradição teórica envolvida nas revoluções do século XX.

principal linha teórica era justamente o marxismo, que por sua vez criticava os limites da filosofia.



Imagem 1. Fundadores e líderes do Partido Social-democrata da Alemanha (SPD): no alto e à esquerda, August Bebel, no alto e à direita, Wilhelm Liebknecht, no centro, Karl Marx, abaixo e à esquerda, Carl Wilhelm Tölcke, e, à direita, Ferdinand Lassalle. Fonte: Geschichte... (2021).

Mas, verdade seja dita, uma revisão histórica do SPD leva a concluir que o marxismo não era a principal corrente do partido, quando muito compondo a orientação dos principais dirigentes, e sequer a revolução era a única direção política de uma organização apoiada em cooperativas de consumo, associações educativas de trabalhadores, associações culturais, artísticas e esportivas, clubes, sindicatos, jornais, além da própria vida partidária em si mesma. Pressuponho, em minha leitura, que o SPD era uma organização plural e, nesse sentido, acredito que considerar apenas as posições da direção não leva a conhecer a totalidade do partido. Mesmo os *eisenachers*, foco principal desta pesquisa, não partilhavam da mesma interpretação a respeito do

marxismo, ainda que possuíssem muitos pontos em comum. Além da transformação do marxismo em “tarefa prática e crítica”, havia, acima de tudo, o debate sobre como, entre formas diferentes de interpretação do mundo, era possível transformá-lo. E é com base nessa ideia de transformação que muitos dos debates são travados, e a ciência, mesmo para os marxistas, ajudava a interpretar não apenas o mundo, mas sua transformação, ensejando outra série de questões. Ao longo da pesquisa, o trabalho se mostra muito mais um acompanhamento do contexto que faz essas posições tomarem a forma que têm do que desses autores propriamente, mas é a partir deles e de seus textos que seguimos nosso trabalho, com um recorte que permitiu acompanhar o tema entre um oceano de outras indicações possíveis.

INTELECTUAIS INCOMUNS DE UM PARTIDO INCOMUM

Seguindo essas pistas, distancio-me de uma concepção que separa os filósofos da vida política, como era explícito em inúmeros autores que, ao modo de Plutarco, afirmavam que os filósofos estariam em uma dimensão acima, distante dos “homens comuns”, acreditando que a filosofia deveria partir de uma abstração fundamental da relação entre o exercício crítico da atividade teórica intelectual, para então estabelecer uma separação em relação à sociedade com a qual ela se relaciona, especialmente no que toca à possibilidade ou não de exercício do poder político. A meu ver, o filósofo se relaciona com a sociedade de múltiplas formas, especialmente no campo dos debates teóricos e no convívio específico que se costuma chamar de intelectualidade. Afora a naturalização da equivalência entre estes termos, a principal diferença entre “*intelligentsia*”, “intelectuais”, “*Bildungsbürgertum*”, ou mesmo “ideólogos” e “mandarins”, é o papel e a importância assumidos por esses grupos em cada sociedade nacional e internacional em que se originam e de que participam, seja como classe portadora de capital intelectual – e por isso habilitada ao exercício do poder político, teórico e burocrático, focando no aspecto do privilégio e da centralidade europeia –, seja como grupo que busca exercer e preservar o direito de exercer o debate público, incluindo questões e situações que toquem em pontos não aceitos pelos respectivos estados nacionais ou dos valores partilhados.

Algo semelhante se dá contemporaneamente, entre os “acadêmicos” e “técnicos” e seus papéis diferentes, seja criando uma esfera de autonomia que serve de autodefesa ao poder de Estado, ao garantirem que não representam qualquer ameaça aos valores e projetos desse Estado, inclusive se policiando para garantir tal neutralidade⁸, ou, no caso denunciado por Noam Chomsky (1969) e Maurício Tragtenberg (2004: 22), em que a expertise pode servir diretamente aos projetos de poder e dominação de Estado, conformando exatamente o tipo de atuação que, sob uma aura de neutralidade, realiza uma atividade engajada que os torna passíveis da representação pejorativa de “mandarim” ou “ideólogo”⁹.

Essa, porém, é uma designação externa a partir da interpretação crítica sobre formas de atuação e com foco revolucionário. O caso se mostra um pouco diferente quando tratamos da prática do filósofo em relação à consequência política daquilo que elabora teoricamente, mesmo que involuntária. Como notará o leitor, tento dar outra orientação para a investigação da relação entre o poder e as relações sociais entre

⁸ Veja a importância que Julien Benda, em *La Trahison des clercs* (2003), concedeu à necessidade de resistir aos impulsos e paixões a partir de – segundo o comentário de Bobbio (1997) – um princípio ético.

⁹ O termo é carregado de sentido e, como o leitor notará, uso pouco ao longo da tese por conta disso. Tomemos por um instante uma acepção específica do ideólogo, que foge da concepção dinâmica de circulação de ideias em conflito ou de circulação de ideias dominantes, por via de uma classe que, por ser dona dos meios de produção material, se apodera da produção também de ideias, e pensemos como estrutura, na acepção dos *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1983 [1970]), de Louis Althusser, onde em certo momento a ideologia teria o peso de ser capaz de criar reprodutores das ideologias, não perversos, mas involuntários, especialmente como reprodutores de ideologias latentes, como no caso dos professores, que, segundo o autor, substituem o papel do clero e da igreja como um todo na reprodução da ideologia que garante os meios de reprodução material. Em Marx, a ideologia corresponderia às concepções dominantes circulantes, tanto na relação entre as formações mentais que mais circulam e dominam por se originarem na classe dominante capitalista ou mesmo como um aspecto limitado e circunscrito do exercício da crítica da ideologia dominante da classe capitalista, como destacou Arantes ao longo de *Ressentimento da Dialética* (1996), ao tratar dos jovens hegelianos.

Mesmo concepções que poderiam ser consideradas “avançadas”, “progressistas” ou “críticas” podem girar em falso quanto ao pressuposto material e social que faz a sociedade ter a forma e sentido em que essas concepções emergem. Sobre esse tema, os enfoques sobre a ideologia evidentemente mudam conforme a matriz teórica entre as diversas vertentes do marxismo. Por um lado, a questão da ideologia é caracterizada como a busca de seu papel como função de reprodução da estrutura como totalidade do sistema econômico e social, por outro, ela pode ser vista como lógica ou sentido do sistema econômico que faz tal ou qual “ideologia” ter um formato ou sentido específico, independentemente de sua relação com a totalidade do sistema econômico. Por isso, peço perdão ao leitor se oscilo e não assumo uma definição tão clara, pois esse posicionamento demanda, como as concepções tratadas na tese, uma determinada tomada de posição, não apenas teórica, mas política. De todo modo, quando este trabalho mencionar o termo ideologia, tentarei deixar claro o seu propósito, seja quando trato da estrutura social em sua relação com as ideias ou da lógica de determinadas ideias, como acontece com os termos “evolução” ou “progresso”.

produtores teóricos, críticos e científicos, das teorias postas em operação entre os socialistas alemães no século XIX.

Dois pontos de vista ajudam a definir esse campo. O primeiro, com inspiração em Gramsci, consigna um papel, com base na tradição retórica, que não está ligado ao engajamento ou independência, mas principalmente à capacidade de articulação entre concepções de mundo presentes nas disputas teóricas, levando à constituição de um tipo de sistematização, ganhando forma e características próprias, até se tornar um sentido compartilhado que pode ser tratado inconscientemente como um tipo de senso comum.

O segundo ponto de vista interpreta a atividade intelectual, no período que determina a forma contemporânea em amadurecimento, como a ideia da formação de um “público” (e tenho em mente o conceito de *Öffentlichkeit*, traduzido usualmente por “esfera pública”), especialmente por focar nas condições sociais de discussão, representadas normalmente pela imprensa, salões de debate e debates públicos. Para mim, esses parecem incidir, ao menos em parte, em um campo muito próximo de atuação da social-democracia, isso se pensarmos que um trabalhador ou um teórico político de um partido fossem capazes de realizar parte da atividade teórica equivalente a um membro proeminente da burguesia alemã, como teórico ou divulgador de ideias – o que destoa, em minha interpretação, de outros sentidos sobre a relação entre os trabalhadores e a teoria, como aquele consagrado por Hannah Arendt em *A Condição Humana* (1998 [1958]), quando trata da relação entre o trabalho (numa acepção geral) e a política, parecendo denotar a incapacidade do exercício da atividade livre do pensamento.

Caracterizar o sentido que buscamos para o debate realizado pela social-democracia passa por notar de que modo um grupo de militantes se engaja em um processo de alargamento de uma comunidade de leitores e debatedores, que utiliza do espaço público e cria sobre ou a partir deste espaço projetos e formas de pensar o futuro. Uma atividade que não seria exclusivamente determinada pela política, no sentido de imposição de uma direção sobre a transformação da sociedade, mas um exercício crítico¹⁰ sobre as condições do exercício dessa atividade, de tal modo que as

¹⁰ No entanto, para um leitor mais fiel às questões schmittianas trazidas por Koselleck sobre a patogênese do mundo burguês, em *Crítica e Crise* (1959), o próprio exercício público da crítica secular da religião e

formulações concebidas nesse meio social estimulariam perguntas, provocações e respostas que seriam sistematizadas para um público leitor interessado. Mas seriam tais formulações distintivas? Ou apenas versões das ideias dominantes sobre a política, a cultura e a sociedade alemã em geral?

É inegável que se observa, no mínimo, uma modificação no interior das nações onde pessoas portadoras de pressupostos mínimos para o exercício do raciocínio crítico nos mais diversos ramos de atuação se juntaram a operários, assim como posteriormente aos trabalhadores de diversos setores do que se pode chamar de atividades intelectuais, apresentando suas demandas e refletindo sobre os problemas do dia¹¹.

Entre esse público leitor que se expandia, ainda que dividido em tendências, ocorreu um mundo de discussões paralelas àquelas do público geral, especialmente no período das leis antissocialistas¹² (1878-1890). Mantinha-se uma vida peculiar em uma cultura alternativa, um “*milieu* sociocultural” (Lidtke, 1985: 3-20) ou uma “subcultura social-democrata” em uma “integração negativa” (Roth, 1963: 159-162) com a cultura oficial alemã, que contava com uma imprensa pequena, porém vigorosa, que contrabandeava diversas publicações para o interior da Alemanha, fazendo-as circular entre um grupo cada vez maior de trabalhadores ligados à social-democracia. Aspectos típicos da vida associativa alemã foram impulsionados pela dinâmica social-democrata

dos valores morais da política de Estado, como na *Aufklärung*, pode ter como resultado a destruição da estabilidade do mundo que sustentava os próprios pressupostos que possibilitavam essa crítica, resultando numa crise sem solução originada na *Aufklärung* que persistiria em diversas heranças políticas (um paralelo curioso com o argumento presente na *Dialética do Esclarecimento* (1944), de Adorno e Horkheimer, com um sinal distinto). Nesse sentido, reiterar a crítica iluminista seria reiterar a crise sem fim das ruínas do mundo antigo, envolto nas novas crises trazidas pelas tarefas da crítica.

¹¹ Isso, por sua vez, evoca o sentido político para o qual apontava Paulo Arantes em *Ressentimento da Dialética* (1996), a respeito da popularização do debate teológico que trouxe, enquanto crítica da religião, a centelha de uma transformação política e social que, comparada ao problema destacado por Koselleck, mostra o quanto é anterior a relação entre a crítica e a crise dos escombros do velho mundo, revelando mais o que se queria salvar (uma certa ideia de estabilidade) do que a constatação daquilo que a abala. Já se apontou o quanto a questão do sentido da efetividade de uma transformação do mundo que se volta à interioridade, presente na Reforma Protestante, especialmente na versão munzeriana, estaria na semente do próprio pensamento crítico e filosófico alemão, ligando, a um só tempo, a popularização, o sentido social e comunitário da teoria, associado ao exercício crítico da interpretação, a relação entre interioridade e exterioridade. Se é possível dizer que a tarefa da crítica social e comunitária do SPD é uma reiteração do iluminismo alemão, pode-se notar o quanto esse iluminismo também reitera elementos de um processo iniciado na Reforma.

¹² O título completo da legislação era “Lei contra o perigo público das ambições políticas dos social-democratas” (*Gesetz gegen die gemeingefährlichen Bestrebungen der Sozialdemokratie*).

em associações de ciclistas, grupos de teatros, clubes, bibliotecas, debates públicos, corais, grupos de amantes da natureza, congressos, sindicatos, todos divididos entre tendências políticas que debatiam entre si vigorosamente, apesar de manter a estrutura e “camaradagem” desse meio particular.

Em parte, é possível colocar como possibilidade a edificação de uma perspectiva social diferente daquela característica do autoritarismo da sociedade culturalmente hegemônica pelo militarismo prussiano¹³, onde a “solidariedade” torna-se nuclear¹⁴. Mais do que um valor, tratava-se de promover um princípio organizacional da prática coletiva, distinto tanto dos valores conservadores e militaristas da cultura hegemônica alemã quanto do sentido de assistencialismo estatal que tentava prosperar sob o comando de Otto von Bismarck no cargo de primeiro-ministro (1862–1890), e que já circulava entre as concepções de Lorenz von Stein a respeito de um “Estado Social”, com característica destacadamente isolacionista, nacional e subordinada ao Império Guilhermino. O apoio entre as lutas sociais nacionais e internacionais e o “espírito de classe” está presente em referências de todas as correntes, de revolucionários a revisionistas. Havia uma razão para esse apoio enquanto construção coletiva em nome de valores, mas o processo iniciado a partir de então, que orientou a experiência coletiva em demonstrações de “experiências concretas de solidariedade” contra as exceções e “injustiças” do mundo do trabalho, os maus tratos e a garantia progressiva de direitos e a melhoria das condições de vida, apontando um horizonte de transformação possível e concreta no futuro¹⁵ ao ponto de se materializar por parte de autores como Kautsky o

¹³ Vide as considerações de Norbert Elias (1997) em “Duelo e filiação na classe dominante imperial: exigir e dar satisfação”, sobre a progressiva afiliação à cultura militarista prussiana dominante após a unificação, e em “Sobre o ethos da burguesia guilhermina”, que trata do “ethos guerreiro aburguesado da sociedade guilhermina” como instituição prática cristalizada em rituais específicos (Elias, 1997: 187-189).

¹⁴ Apesar de ser tomada como característica comum, que se naturaliza em sua obra, Marx adiciona a palavra de ordem da solidariedade após a Comuna de Paris, em 1871. No entanto, no seio da social-democracia, a solidariedade como valor nuclear do partido está presente desde 1862, quando Ferdinand Lassalle publica o texto “Über den besonderen Zusammenhang der gegenwärtigen Geschichtsperiode mit der Idee der Arbeiterstandes” (que figura identificado em textos de Liebknecht e Bernstein pelo subtítulo “Das Arbeiterprograme”). Sobre isso, ver Bayertz (1999: 214). Posteriormente, a ideia de solidariedade da classe trabalhadora se torna central também na crítica de Kautsky ao programa de Erfurt no livro *A luta de classes* (1899) – sobre isso, ver Stjernø (2009: 47).

¹⁵ Gunther Roth (1963) descreve diversos casos do despertar da consciência de classe dos trabalhadores alemães a partir da “experiência concreta da solidariedade” ativa do partido, a ponto de muitos dependerem do partido. Contudo, o limite da ação solidária e pública dependia sobremaneira do regime

horizonte de uma “ética” socialista, de um ponto de vista materialista e coletivo, baseada no fundamento da solidariedade como horizonte da superação da divisão em classes¹⁶ somado à cosmovisão mais geral da social-democracia inspirada em Engels¹⁷.

A solidariedade, a despeito de grandes dificuldades (como a de se alugar espaços onde trabalhadores podiam se associar, solidarizar-se, sonhar e conspirar) e da constante vigilância estatal, garantiu um número relativo de espaços associativos para as diversas atividades, por muito tempo clandestinas, dos partidos. E nesses espaços garantidos pelos membros da social-democracia eram escritos textos, que, por sua vez, eram circulados, lidos e discutidos, evidentemente com propósitos majoritariamente de agitação fora do partido e de comunicação interna para o “esclarecimento” das massas, ainda que a divisão e as diferenças fossem explícitas e a situação de perseguição dificultasse o trabalho de uma imprensa por muito tempo produzida no exílio e “traficada” em circuitos clandestinos de distribuição.

A imprensa social-democrata se compunha de uma conjunção de tendências distintas desde o período anterior à formação do SPD como partido unificado da social-democracia alemã, em 1875. De um lado, havia o *Volksstaat* (1869-1876), jornal editado por Liebknecht, Bebel e Adolf Hepner, com o apoio de Marx, Engels, Dietzgen, entre outros. A publicação representava a voz dos *eisenachers* (o SDAP, *Sozialdemokratischen Arbeiterpartei*), em prol do internacionalismo revolucionário

político e do grau de liberdade conquistada e mantida nos limites do estado nacional. Quando o autoritarismo e a perseguição se tornaram o tom dominante da política alemã, e os líderes perseguidos foram para o exílio, em um quadro agravado pelas leis antissocialistas de 1878, foi comum o registro do sentimento de abandono da classe trabalhadora alemã por parte de seus líderes, assim como posteriormente, em 1934, com o advento do nazismo. Foi somente com a criação de uma rede subterrânea de apoio mútuo organizada por militantes na Alemanha e na Áustria que se reconstituíram os laços que garantiram o ressurgimento desses movimentos como grupos relevantes após o fim da repressão (Roth, 1963: 203-211).

¹⁶ Ideia trabalhada em *Ethik und materialistische geschichtsauffassung* (Kautsky, 1910), obra à qual retornarei no Capítulo 4.

¹⁷ Michael Heinrich (2004) chamava essa forma particular de visão de mundo de “marxismo ideológico”, remetendo em sua interpretação, que soma elementos da teoria crítica à ideia de estrutura althusseriana, a uma visão de mundo total cujas características seriam “uma visão de mundo economicista da sociedade, que reduz a explicação de todos os processos sociais a causas econômicas; uma concepção determinista da história, segundo a qual o modo de produção capitalista colapsará inexoravelmente como resultado de suas contradições internas e uma concepção mecânica da dialética, entendida como conjunto de leis que determinam o curso da natureza, a sociedade e o pensamento. Constituindo assim o ‘marxismo’ como mera ideologia que permitia explicar todos os processos possíveis uma cosmovisão vinculante para o conjunto da classe trabalhadora” (Heinrich, 2004: 97)

conjugado à luta cotidiana dos trabalhadores, além de defender o sufrágio universal e a pauta da grande Alemanha, herança de 1848, com a palavra de ordem de um estado nacional alemão formado pelos reinos, territórios e estados alemães e a Áustria. De outro lado, representando a ala dos lassalleanos (o ADAV, *Allgemeinen deutschen Arbeitervereins*), estava o *Der Sozial-demokrat* (1865-1866), sucedido pelo *Neuer Sozial-demokrat* (1871-1876), editado inicialmente por Georg von Vollmar e, depois, por Johann Baptist von Schweitzer. Esse jornal defendia uma política focada na pauta nacional, o voto universal masculino, e se mostrou crescentemente adepto da Pequena Alemanha, a partir da unificação nacional dos estados alemães, excluindo a Áustria e aceitando a hegemonia prussiana.

Após a unificação nacional e a unificação do SPAD e ADAV no SPD, durante os duros anos da perseguição aos socialistas da Alemanha com as leis antissocialistas, um dos principais jornais passou a ser o *Der Sozialdemokrat* (1879-1890), editado inicialmente por Paul Singer e depois por Bernstein, ainda próximo do campo marxista do partido¹⁸. Também ganhariam relevância o *Vorwärts* (1876), que unificou o *Der Volkstaat* e o lassalleano *Der Sozial-demokrat* e se constituiu como a publicação do órgão central do SPD unificado. Esse periódico, que circula até hoje e com seu nome (cuja tradução é “Avante”) mantém viva a memória do período de agitações ligado ao ciclo de revoluções de 1848, ganhou fama na história do socialismo por causa das famosas teses da trégua com o estado alemão durante a Primeira Guerra Mundial (a infame *Burgfriedenspolitik*). Também merece destaque, evidentemente, *Die Neue Zeit* (1883-1923), editada por Kautsky e Emanuel Wurm, que se tornaria a revista oficial

¹⁸ A imprensa socialista alemã sofreu com os duros anos de perseguição das leis antissocialistas: nos doze anos de vigência da legislação, entre 1878 e 1890, 155 jornais e mais de 1.200 outras publicações foram banidas (Hall, 1976: 13). Apesar disso, o partido sobreviveu, como comenta Vernon Lidtke: “Entre 1876 e 1878, os negócios das publicações social-democratas floresceram de uma maneira sem precedentes, e sem dúvida contribuíram significativamente para a impressão de que o movimento apresentava um crescente perigo à ordem e à tranquilidade da sociedade alemã” (Lidtke, 1966: 54-55). O número de publicações do partido cresceu e ganhou leitores. Nos anos 1890, “o SPD tinha 60 jornais do partido à sua disposição e, em 1894, havia 75. Esse número cresceu até 90 com a proximidade da Primeira Guerra Mundial e muitos desses jornais que eram publicados uma vez por semana passaram a ser diários. No mesmo período, a circulação total de jornais do SPD subiu de 254.000 para 1.488.345” (Hall, 1976: 13).

sobre as posições teóricas da social-democracia e porta-voz do que ficou conhecido como *kautskyanismo*¹⁹.

Há outras publicações dignas de nota, por terem expressão e representarem vozes distintas das duas linhas mencionadas. Dentre elas, está a *Sozialistischen Monatshefte* (1897-1933), revista editada por Joseph Bloch que trazia temas polêmicos do entorno do partido, como o revisionismo, o anarquismo, direitos das mulheres, cooperativas de consumo, o sionismo trabalhista, entre outros. Também cabe destacar uma das raras revistas humorísticas coloridas da Alemanha da época, o *Wahre Jacob* (1879-1933), fundada por Wilhelm Blos e publicada pelo editor oficial da social-democracia, Johann Heinrich Wilhelm Dietz (fundador da editora JHW-Dietz). Por fim, vale mencionar os não menos expressivos periódicos de tendência socialista libertária, como o *Freiheit* (1879-1910), editado por Johann Most, que foi o jornal oficial da social-democracia alemã no exílio por curto tempo até que o *Sozialdemokrat* o substituísse. Após a expulsão de Most do SPD, em 1880, o jornal foi de uma tendência revolucionária e antiparlamentar ao anarquismo, tornando-se, ao cabo, um importante órgão dos anarquistas exilados de língua alemã. Com o tempo, veio a mudar de local, de nome e adotou posições diversas desde a defesa da propaganda pela ação até o anarco-sindicalismo. Ao lado de *Freiheit*, revistas como *Die Zukunft* e *Die Arbeit* são testemunhos de tendências libertárias que estiveram próximas à social-democracia nos países de língua alemã, mostrando não só a força da linha do partido, mas também que havia uma vida literária e teórica *no entorno* que gozava de relativa independência, especialmente durante esse período de indefinição da linha política do SPD.

Muitos dos livros que conhecemos hoje, como os de Kautsky ou o *Anti-Dühring* de Engels, são resultados de publicações social-democratas que, apesar de pequenas, se comparadas com o quadro geral da Alemanha (em 1909, de três mil jornais diários, apenas 79 eram social-democratas), faziam circular um número razoável de exemplares, chegando a mais de um milhão. Enquanto o partido crescia, essas publicações foram se

¹⁹ Reproduzo aqui interpretações mais gerais, como a famosa tese de Dieter Groh que traduz o que seria uma forma característica do marxismo de Kautsky como atentismo (ou esperaísmo), a espera da oportunidade revolucionária ideal e a “integração negativa” à sociedade alemã (Groh, 1973). “Essa crença abrangente prometia, com uma certeza científica, adequar a confiança na *Wissenschaft*, a chegada do socialismo e o triunfo da classe trabalhadora” (Melrose, 2015: 291).

voltando a um público mais amplo, que envolvia não apenas aqueles que se desejava convencer das pautas socialistas, mas membros das diversas correntes e grupos internos do próprio partido, e assim representavam posições influentes na “subcultura” social-democrata (Roth, 1983: 247)²⁰. Eram esses jornais, diários, mensais ou semanais, os veículos por onde circulavam não só temas oficiais, mas novos debates que emergiriam depois nos congressos e na política cotidiana, além de também serem espaço para circulação de imagens, cartazes, divulgações de livros e de pautas e lutas políticas.



Imagem 2. Exemplos de periódicos da imprensa social-democrata do final do século XIX.

Esse quadro pode ajudar a pensar o caso da recepção dos conceitos para além dos textos que ajudavam a construir uma orientação filosófico-política da social-democracia e seu destino. É notório o caso da recepção da obra de Marx mediado pelo esforço de Engels em sua publicação, e deste a direções importantes de tendências do partido, que por sua vez possuíam outras publicações específicas e que, com elas,

²⁰ Ao ler um texto como *Eduard Fuchs, historiador e colecionador* (1937) é difícil não pensar no quanto Benjamin estaria ligado a esse meio social cultural social-democrata.

editavam e divulgavam a obra de Marx para públicos diferentes, com o interesse de definir um horizonte político de ação. É nesse meio que hoje podemos constatar como os conceitos ligados à filosofia da práxis, como os sentidos e usos da palavra “dialética”, ou mesmo de concepções como “trabalho” e “exploração”, eram interpretados e reinterpretados – ou, ainda, como se somavam a novos conceitos até então distintos dos conceitos marxianos, advindos de outros debates inseridos na mesma estrutura “polifônica”, como o par antitético de “reforma” e “revolução”, visto segundo os olhares das diferentes tendências do partido, ou ainda o conceito de “evolução” originado de “*evolution*” e “evolução/desenvolvimento” (*Entwicklung*), advindo da recepção da teoria da evolução.

Pensando nisso, ecoam aqui algumas das questões trazidas por Reinhart Koselleck a respeito da relação entre os conceitos e seu contexto político, sua história e circulação, levando à questão sobre o quanto o conceito de “evolução” é um conceito “assimétrico-antitético” que, portanto, negaria as ideias de “reforma” ou de “revolução” conforme concebidas nos textos escritos pelos militantes da social-democracia, ou se é possível pensar em uma assimilação e simetria em certos contextos, como parece ter ocorrido no final do século XIX. Em outras palavras, pergunto se “reforma” e “revolução” eram opostas em si ou só o foram a partir do começo do século XX, quando esse debate toma o formato que conhecemos hoje, a partir do famoso texto de Rosa Luxemburgo, “Reforma social ou revolução?” (Luxemburgo, 2011b), o que pressupõe a política do partido (e mundial) e os eventos que o precederam, como a Revolução Russa e a Primeira Guerra Mundial, e nesse sentido o contexto determinaria a relação entre esses conceitos. Pergunto-me se algo similar não ocorreria com o conceito de “evolução” em todo o leque de significações a ele associado, como “reforma” e “progresso”. É sobre isso que pretendo me debruçar, ainda que seja inescapável trazer a medida dos nossos tempos sobre a questão, o que adiciona mais uma camada de eventos e interpretações, mesmo com todo o esforço realizado buscar um relativo distanciamento e focar o sentido dessas significações no século XIX.

Esses pressupostos podem levar a uma perspectiva conveniente ao material com que trabalharemos, em que a comparação entre textos distintos, para diferenciar a forma e o tipo de discurso utilizado, permite uma melhor definição de sua natureza e objetivo.

Para isso, as características específicas, como estratégias, formas de enunciação, interlocução e contexto de um processo coletivo como a social-democracia, envolvem uma série de conflitos, a começar por aquele do Congresso de Hanover de 1899, destacado como um dos lugares em que notamos o uso polissêmico do termo evolução e a referência constante a Darwin.

O Congresso de Hanover, que fazia parte de encontros periodicamente realizados pelo SPD, e como é recorrente em reuniões de grandes partidos em momentos “quentes”, foi um lugar muito importante para as disputas em torno da direção do SPD. Foi o congresso que discutiu o avanço eleitoral do partido e a aparente vitória da organização contra as leis antissocialistas. Também foi ali que se deu a primeira disputa direta em torno do legado de Marx e Engels, ocasionado pela resposta às teses de Bernstein²¹, que levaram à eclosão do tema do *revisionismo* e receberam o ataque tanto da direção do partido quanto de novos quadros que despontavam, como Rosa Luxemburgo.

O aspecto interessante para esta pesquisa é que, no Congresso de Hanover, praticamente todas as correntes políticas, entre lassalleanos, *eisenachers* e *praktikers* (pragmáticos), citaram Darwin para justificar sua posição política. Os marxistas, em particular, insistiram em comparar a cientificidade de Marx com o rigor darwiniano. Já os defensores do revisionismo, somados aos pragmáticos, acreditavam que, se Darwin pudesse ser corrigido por seus alegados erros, como fez Engels nos textos que tratou de Darwin (como o *Anti-Dühring*), então Marx também poderia (e deveria) ser criticado e revisado²².

É por isso que me interessa tanto o conjunto dos textos, vistos como um “campo”, ou “rede”, formado pelas intervenções dos seus principais teóricos, desde Engels em seus últimos anos de vida, escreveu sobre a relação entre política, ciência e dialética, até a consolidação teórica das obras de Kautsky, Bernstein e dos operadores

²¹ Publicadas nas revistas do partido e compiladas em livro com o título *Die Voraussetzungen des Sozialismus* (1899).

²² Uma referência metodológica interessante sobre a relação entre política e recepção filosófica pode ser encontrada no trabalho de Milton Meira sobre o Cercle Social (ou Les Amis de la Vérité) e os intelectuais que, em grupo, decidiam sobre os pontos da filosofia de Jean-Jacques Rousseau que poderiam ser válidos para inspirar a política durante a Revolução Francesa, em particular o conceito de “opinião pública” (Nascimento, 1989 passim).

dessa transformação, como Bebel e Liebknecht, tendo como pivô a relação entre as pautas políticas propostas para os trabalhadores alemães e o Estado. Ainda que esse fenômeno também envolvesse aspectos fora da possibilidade de intervenção do partido, servindo antes para definir recuos e limites, é em vista dele que se posicionam, e também sobre seus mecanismos, como o sistema eleitoral. Nesse cenário, diversas questões correlatas a uma política nacional definida pelo Estado hegemônico pela aristocracia prussiana entraram em confronto com os pressupostos de uma política social, e mesmo de princípios liberais, como o direito ao voto, créditos para a indústria bélica e programas de proteção aos pobres²³.

Nesse sentido, quando me deparo com textos da social-democracia sobre a teoria da evolução, antes até de me perguntar se há uma modificação radical ou não da obra de Marx em vista de uma nova concepção de política que seria influenciada pela visão de mundo evolucionista, é possível duvidar inclusive se os textos de Marx eram tão conhecidos quanto outros tipos de leituras mais acessadas e que formavam o imaginário da classe trabalhadora alemã. É importante compreendermos o contexto em que temas candentes diversos atraíram o militante formado teoricamente no sentido das mais diversas modas literárias e intelectuais que se aproximavam do partido. É fácil notar também o quanto quadros jovens ou mais maduros e de perfil intelectual mostravam-se mais abertos à influência de novidades teóricas oriundas do ambiente universitário alemão.

AS LEITURAS REALIZADAS NAS BIBLIOTECAS DOS SINDICATOS

Por essas razões, o partido social-democrata se preocupava com as leituras feitas pelos trabalhadores, preocupação que enseja um campo de registros e estudos que mostram a relação entre a leitura e a organização política dos trabalhadores alemães no final do século XIX. Foram vários os mecanismos criados para estímulo da leitura, como gabinetes e bibliotecas de sindicatos e do partido. As bibliotecas eram geridas por comissões autônomas, compostas por trabalhadores que se revezavam para cumprir as

²³ Outra questão de igual tamanho, mas que certamente não será respondida por esta tese, pois foge ao escopo filosófico do tema é como tamanha estrutura e organização não foi capaz de tornar-se independente do intenso militarismo alemão circulante e, claro, como foi derrotada posteriormente pelo nacional-socialismo.

tarefas em curto tempo, já que acumulavam essas atividades com as do partido e com o trabalho regular. Ao longo do tempo, a organização foi ficando mais estruturada, propiciando relatórios e discussões sobre o perfil de leitura dos trabalhadores, o que remetia à ideia de formação intelectual da classe trabalhadora alemã, um objetivo importante para todos os setores do partido²⁴. Esse processo organizativo envolveu a criação de comissões literárias das bibliotecas populares, até que se constituiu uma comissão central. Uma de suas primeiras missões foi evitar, em um mundo em que o principal entretenimento eram o convívio no bar e a leitura, a proliferação da chamada “literatura-lixo” (*Schuldliteratur*), tentando estimular as leituras de formação do partido ligadas à economia política e aos clássicos do marxismo. Apesar disso, a chamada cultura geral permanecia sendo o principal tema de interesse (Lidtke, 1985: 180-191).

A título de ilustração, trago alguns exemplos. O primeiro é de um clube de leitura situado em uma cidade de 80 mil habitantes no sul da Alemanha, que figura no estudo de Hans-Joseph Steinberger (1976: 166-180), sintetizado na **tabela 1**. Ligado aos sindicatos dos trabalhadores do setor madeireiro, seu repertório é emblemático do conflito que inspira esta pesquisa: como o público mais amplo se dividia entre leituras relativas à teoria da evolução e leituras ligadas à divulgação resumida da doutrina do SPD. Na seção sindical em questão, situada na esfera de influência de Bebel, havia muito mais interesse nesses dois temas do que nos textos do próprio Marx ou em textos de influência lassalleana (Advocatus, 1895-1896: 631-35; Steinberg, 1976: 166-180).

Nota-se, claro, a importância de livros escritos por quadros da própria social-democracia, como Bebel (em particular sua principal obra, a respeito das mulheres nas fileiras do movimento socialista, na qual trava um debate inusitado com Ernst Haeckel a respeito da relação entre a teoria da evolução e o socialismo), Liebknecht, Kautsky,

²⁴ Como resultado, foi publicada na revista *Die Neue Zeit*, entre 1895 e 1896, uma série de textos sobre o tema, que se torna um tipo de prestação de contas do trabalho do grupo que organizava e tentava estimular a leitura dos trabalhadores. O texto de Advocatus, “Ein weiterer Beitrag zur Frage: ‘Was liest der deutsche Arbeiter?’” (Uma contribuição à pergunta: o que lê o trabalhador alemão?) (Advocatus, 1896: 631-35), é seguido pelo de Konrad Haenisch, “Was lesen die Arbeiter” (Haenisch, 1900: 691-96), e de Wilhelm Nitschke, “Wie und nach welcher Richtung entwickelt sich das Lesebedürfnis der Arbeiterschaft?” (O desenvolvimento e direção das necessidades de leitura da classe trabalhadora (Nitschke, 1913: 364-70). Com a volta à legalidade, o grupo se torna um departamento institucional com regularidade de publicação. É notável que, em todos esses artigos em que são condenados os tipos de literatura não compatíveis com o partido, obras de Darwin e livros sobre divulgação da teoria da evolução jamais são considerados um problema ou um desvio.

Wilhelm Bloß, Max Schippel e Oswald Köhler, representando grupos diversos do partido. Somam-se a eles obras sobre temas mais gerais de interesse do partido, como a história de revoluções e levantes operários, com o clássico de Lissagaray sobre a Comuna de Paris, ou a história dos correios austríacos, registrada na obra de Bruno Emil König ou, ainda, a situação dos camponeses na Rússia czarista, com o livro de Nikolaj Kablukow. Clássicos de Marx e Engels também fazem parte da lista, mas são sobremaneira eclipsados e, muito provavelmente, faziam parte de currículos de estudos de formação, figurando muito atrás de obras de divulgação sobre os próprios Marx, Engels e Lassalle.

Tabela 1. Livros mais retirados da livraria da liga dos trabalhadores da indústria madeireira do sul da Alemanha, ao longo de nove meses do ano de 1894

Autor	Título	Tradução	No. de retiradas
August Bebel	Die Frau un der Socialismus	A mulher e o Socialismo	24
Arnold Dodel-Port	Moses oder Darwin ?	Moises ou Darwin?	14
Oswald Köhler	Welschöpfung und Weltuntergang	Criação do mundo e fim do mundo	11
Edward Aveling	Die Darwinische Theorie	A teoria darwinista	9
Oswald Köhler	Der Sozialdemokratische Staat	O estado socialdemocrata	9
Bernard Langkavel	Der Mensch und seine Rassen	O homem e suas raças	6
Jakob Stern	Die Philosophie Spinozas	A filosofia de Espinosa	6
August Bebel	Charles Fourier	Charles Fourier	6
Wilhelm Liebknecht	Ein Blick in die Neue Welt	Uma espiada no Novo Mundo	6
Wilhelm Bloß	Deutsches Revolution	A revolução alemã	5
Dombrowsky*	Leben und Taten	Vidas e feitos	5
Rudolf Bommeli	Geschichte der Erde	História da Terra	5
Karl Kautsky	Thomus Morus	Thomas Morus e sua Utopia	5
Karl Kautsky	Karl Marx' ökonomische Lehren	Os ensinamentos econômicos de Karl Marx	5
Wilhelm Bloß	Französische Revolution	Revolução Francesa	4
Lewis Henry Morgan	Ancient Society	A sociedade Antiga	4
Prosper-Olivier Lissagaray	History of the Paris Commune	História da Comuna de Paris	4
Max Schippel	Das moderne Elend	A miséria moderna	4
Arnold Dodel-Port	Aus Leben und Wissenschaft	Da vida e da ciência	3
Bernhard Becker	Enttüllungen über Lassalle	Revelações sobre Lassalle	3
Wilhelm Zimmermann	Der Bauernkrieg	A guerra dos camponeses	3
Karl Kautsky	Erfurter Programm	O programa de Erfurt	3
Otto von Corvin	Pfaffenspiegel, Ein Historisches Denkmal des Christlichen Fanatismus	Pfaffenspiegel, um monumento histórico do fanatismo cristão	3
Karl Marx	Das Kapital, I.	O Capital. Vol. I	3
David Strauss	Der alte und der neue Glaube	A velha e a nova Fé	2
Leopold Jaboby	Es Werde Licht	Que haja luz	2
Bruno Emil König	Schwarze Kabinette	O gabinete negro	2
Friedrich Engels	Anti-Dühring	Anti-Dühring	2
Friedrich Engels	Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats	A origem da família, da propriedade privada e do estado	2
Nikolaj Aleksejevic Kablukow	Landliche Arbeiterfrage	A questão do trabalhador rural	2
Karl Marx	Das Kapital, II.	O Capital. Vol. II	2
Wilhelm Liebknecht	Fremdwörterbuch	Dicionário de palavras estrangeiras	2
Friedrich Engels	Die Lage der arbeitenden Klasse in England	A condição da classe trabalhadora na Inglaterra	2

Fonte: Steinberg (1976: 167).

Há também muitos livros ligados a temas religiosos, mas próximos do campo socialista ou endógenos da própria social-democracia, fazendo crer que alguma base religiosa havia entre os trabalhadores desse setor. Dentre eles, por exemplo, *A guerra dos camponeses*, de Wilhelm Zimmermann, ex-deputado da ala esquerda do parlamento de Frankfurt durante as revoluções de 1848, e *A filosofia de Espinosa*, do rabino social-democrata Jakob Stern, que testemunha a popularidade da divulgação da obra de Espinosa no final do século XIX. Note-se também a presença de *A velha e a nova fé*,

último livro de David Strauss que registra certa guinada desde o hegelianismo de esquerda até o materialismo, e o livro de Otto von Corvin, um texto polêmico contra o catolicismo que será explorado por várias forças políticas, desde Bismarck nas “guerras culturais” até nos marcos dos conflitos entre partidários do nacional-socialismo e a igreja católica.

Dentre as obras mais gerais de divulgação científica, ou que faziam uma associação entre a ideia de progresso social e científico, estão os textos de Leopold Jacoby, que, além de militante socialista, foi um médico e estudioso de temas biológicos, e posteriormente professor de língua e literatura alemã, quando partiu para o exílio nos Estados Unidos por conta das leis antissocialistas. Bernard Langkabel, por sua vez, popularizou temas ligados à antropologia física e Morgan, do qual trataremos mais no primeiro capítulo, foi o famoso antropólogo evolucionista que muito influenciou Marx e Engels. Ainda da lista, temos Edward Aveling, divulgador da teoria evolucionista, genro de Marx e militante ateu. Também estão presentes Oswald Köhler, divulgador de temas ligados à geologia e membro do SPD, Johann Rudolf Bommeli, divulgador e popularizador da ciência, além, é claro, de Arnold Dodel-Port, próximo a Haeckel e autor de muitos livros de divulgação científica.

Verificando mais de perto a lista de títulos retirados pelos trabalhadores na Tabela 1, vemos que, a despeito da vigorosa preocupação do partido com formação, expressa em filtros de orientação e leitura, raros são os livros retirados sobre o tema da crítica à economia política, hoje o núcleo de qualquer centro de formação marxista, mesmo entre os de divulgação. No topo do repertório, textos políticos associados a pautas candentes, alguns dos quais evocavam temas de disputa interna do partido, como a adesão do SPD à inclusão do voto feminino na defesa do sufrágio universal, um tema polêmico especialmente para os herdeiros de Lassalle, que seguiam se opondo à medida, pois acreditavam que o direito das mulheres, incluindo a presença no mercado de trabalho, retiraria empregos dos homens.

Logo abaixo, figuram títulos de divulgação sobre a teoria darwinista. O segundo livro mais retirado, inclusive, *Moses oder Darwin?* (Moisés ou Darwin?), dedica-se à uma discussão em torno dos impactos da teoria evolucionista sobre os valores religiosos. Se levarmos em conta que estamos falando do final da década de 1870, a

escolha em nada se diferencia do resto do público, onde as publicações a respeito da teoria da evolução cresciam exponencialmente. Mas qual o motivo e o sentido desse interesse, no seio de uma cultura política que tenta inspirar valores como a solidariedade, a importância da luta política, a concepção materialista da história, a teoria do valor e a luta de classes?

Antes de prosseguir, é importante deixar o aviso para não se guardar esse registro instantâneo sobre os interesses de leitura dos trabalhadores em um determinado período como algo definitivo. Afinal, há ainda outra pista sobre os desenvolvimentos futuros a respeito dos interesses de leitura dos trabalhadores filiados ao SPD, e que sugere que a sociedade alemã modificou sua visão de mundo diversas vezes, mesmo entre os social-democratas. Trata-se da repentina perda de interesse no tema da teoria da evolução, e das ciências naturais em geral, no começo do século XX, entre os principais interesses de leitura desses trabalhadores.

Acredito que seja importante assinalar que esse processo foi simultâneo a uma progressiva cooptação e integração cultural da burguesia urbana e rural aos valores aristocráticos e militares, incluindo aí setores importantes, como as organizações estudantis, que se afastaram de uma pretensa hegemonia científica e civil das representações da burguesia urbana. Assim, o interesse pela ciência persistiu um pouco mais entre os trabalhadores, mas é importante notar como ele atravessou um declínio mesmo entre militantes do partido e de áreas mais urbanas, indicando relativo distanciamento, ou autonomia, entre ambas (como exemplo veja-se a **tabela 2**).

Esse indício, antes que um dado solto, me faz questionar se, ao identificarmos um declínio tão drástico no interesse por ciências e temas científicos entre os trabalhadores no início do século XX, haveria razão em por o cientificismo mais geral, incluindo aí a teoria da evolução, na raiz da interpretação do sentido do reformismo entre as correntes da social-democracia como fusão conceitual entre os conceitos de evolução biológica, social e progresso? Ou teria essa visão de mundo, em verdade, perdido sua força e deixado de ter a mesma capacidade de influência?

Tabela 2. Livros mais retirados da livraria da liga dos trabalhadores da indústria madeireira de Berlim, ao longo de nove meses entre 1891 e 1911 (destaques meus no campo de ciências naturais)

ANO	CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS SOCIAIS	HISTÓRIA	FILOSOFIA	POESIA	FICÇÃO	VIAGENS, ETNOLOGIA, TEORIA LITERÁRIA, DIREITO
1891	13,5	22,7	7,3	1,1	12,6	14,6	28,2
1892	8,4	24,3	6,8	3,3	12,2	13,5	31,5
1893	10,3	19,4	6,9	3,1	12	22,7	25,6
1894	8,3	17,9	8,6	2,5	10,4	25,2	27,1
1895	8,7	18	7,2	2,8	11,7	29,8	21,8
1896	10,3	15,9	8,8	3,4	9,9	29,7	22
1897	10,6	9,8	10	1,1	8,8	41,4	18,3
1898	9,1	13,9	11,4	0,89	9,3	36,2	19,3
1899	10,6	11,7	0,7	0,7	12	41,8	12,1
1900	?	?	?	?	?	?	?
1901	5,4	6	8,9	3	9,9	51,5	15,3
1902	5,3	4,3	8,8	16	8,1	54,3	17,6
1903	4,4	4,2	9	16	8,5	51,3	21
1904	5,2	3,1	10	16	7,6	51,7	20,8
1905	5,3	3,3	8,4	15	7	55,5	19
1906	5,6	3,2	7,1	16	7	58,6	16,8
1907	4,1	2,4	5,7	12	5,7	64,3	16,6
1908	5,2	2,8	7	15	5,1	66,5	11,9
1909	4,7	2,1	6,8	11	5	65,3	15
1910	3,9	2,4	6,3	9	5,3	71,5	9,7
1911	3,4	2,2	6,2	9	4,3	70,4	12,6

Fonte: Steinberg (1976: 170).

CONCEPÇÕES COMPARTILHADAS INCONSCIENTEMENTE

Citei anteriormente o fenômeno das concepções inconscientemente compartilhadas como uma possível ferramenta para a investigação da história desses conceitos do modo mais “operacional” e “simplificado” possível, conforme o problema se apresenta. O inconsciente compartilhado pode ser interpretado de muitas formas, no entanto, suas pistas são difíceis de encontrar, como se seguissemos pegadas já em parte apagadas pelo tempo e absorvidas pela paisagem natural.

Por ora, com o que tenho em mãos, me apoio no exercício de uma reflexão com um fundamento teórico eclético sobre os elementos envolvidos e cujos traços esboço a

seguir. De modo sucinto, assumo não partilhar integralmente de nenhuma das formas utilizadas até aqui de análise e interpretação da realidade sobre o sentido dos elementos partilhados na imaginação política que são arrançados em uma visão parcial, a ponto de não ser capaz de responder de antemão aos problemas postos pelo desafio suplementar da mudança desses “pressupostos compartilhados” que definem “visões de mundo” distintas fazendo crer que, na análise social, grosso modo, faz-se como um tatear da sociedade que apresenta, volta e meia, novas dificuldades à interpretação, mesmo quando se apela, como um desejo, à crença em uma totalidade.

Isso se aplicava ao tema desta tese, ao pensar o quanto a relação entre a ciência e a construção do pensamento social-democrata, como outras formas de pensamento social do século XIX, não reside tanto numa noção de causalidade direta, nos termos de ideias ou um contexto social que teria sido causa ou influência sobre formas determinadas de pensar, mas, principalmente, em formas que estão ligadas a uma organização mental da experiência vivida no mundo de forma mais geral.

Assumo a falha de não ter encontrado uma solução para conceitos correlatos e difíceis de ser empregados sem alto grau de imprecisão, como “visão de mundo” (*Weltanschauung*) ou “mundo da vida” (*Lebenswelt*), ou a relação do sujeito com a experiência vivida no “mundo circundante” (*Umwelt*), de onde surgem como formas possíveis de compreensão mais geral do processo de constituição mental compartilhada durante o período escolhido da pesquisa, e materializado no problema da associação entre a ideia de *progresso* e de *evolução*. Seria compreensível entender a influência da visão de mundo científica criada em torno das universidades alemãs em outros setores da sociedade, o que certamente envolveria compreender não somente a dimensão mais profunda da visão de mundo e sua carga ideológica, ética, suas crenças e sinais de reputação, comportamentos etc., mas também levar em consideração a dimensão menor das “modas” teóricas e filosóficas. Isso se aplicaria em especial se estivéssemos tratando de uma classe média educada nos marcos do perfil burguês alemão do período (*Bildungsbürgertum*), com sua forma particular de ver e interpretar o mundo segundo um perfil político e social direcionado à educação profissional, enquadrada em uma hierarquia determinada pelo Estado, ou mesmo entre os formados nas profissões liberais, como o direito e a medicina, num modelo que se repete em muitos outros

países. Acreditar nesse sentido vai na direção de observar como a ciência pavimentaria o caminho de uma sociedade que permitia certa primazia universitária na esfera cultural (*Kulturstaat*), caracterizada, nesse domínio ao menos, por valores liberais (Weindling, 1989: 4-5). O debate sobre a teoria da evolução e sua recepção, assim como a presença de debates filosóficos, como o neo-kantismo, entre a social-democracia (representada, entre outros, por Friedrich Albert Lange e pelo próprio Bernstein), dariam sinais nesse sentido.

Por mais que seja possível considerar as imagens mentais e códigos que constituem uma representação política como parte de uma certa tendência geral, é difícil dar uma sistematicidade e considerar de modo mais forte, como uma estrutura, caso não consigamos mirá-la sob um ponto de vista dinâmico, isto é, considerando que ela muda com o tempo e pode apresentar rupturas.

Isso posto, surge de imediato o problema de uma gama distinta de conceitos relativos à ideia de um imaginário social compartilhado, que pressupõe, por sua vez, formas de interpretação dos objetos a que podem se referir de modo diverso. Não é um exercício confortável e só posso apresentar a imagem de um labirinto com poucas orientações. Em traços gerais, estamos nos domínios daquilo que foi tratado na filosofia como “ideologia”, “inconsciente”, “visão de mundo”, “*Weltanschauung*”, assim como as expressões kantianas “*gemeinen Menscheverstand*”, “*gesunden Verstand*”, ou “*gemeinen Verstand*”, no sentido de uma série de concepções compartilhadas de modo não diretamente refletido, mas das quais se parte como um tipo de pressuposto, dado como claro e óbvio, para se pensar sobre a realidade. No entanto, se escolhermos aspectos específicos de conceitos para assim constituir o assunto da recepção da “teoria da evolução” da maneira que tratamos, como evidentemente deve notar o leitor, evitamos outras formas particulares de leitura. Assim, quando mais à frente cito a ideia de “senso comum”, provavelmente o leitor de uma tese de filosofia deve compreender que não tratamos, se não evitamos, a forma particular como a tradição filosófica trata a ideia de “senso comum”, tomado pela tradição do idealismo alemão em termos de sua negação enquanto falsidade (o que persiste no pensamento filosófico alemão, mesmo em muitas das elaborações sobre o tema entre os pesquisadores próximos ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt), ou ainda segundo a tradição da filosofia inglesa, que

deixou raízes em minha formação²⁵. Neste espaço, deixo o sentido dessas concepções compartilhadas em suspenso, ainda que não tenha me livrado das armadilhas teóricas da constituição do problema nesta investigação e possa vir a afirmar o contrário. Não se tratou, nesse caso, de escolher uma acepção de senso comum entre outras, como um mero exercício retórico do auto-elogio da “humildade do pensamento” ou da “singeleza” que se esconde nas opiniões correntes mais reputadas, mas apenas advertir que, ao assumir e defender o ponto de vista de uma determinada forma de “senso comum”, estou na verdade, no terreno da filosofia.

Para afinar esse foco, ainda muito embaçado, volto a um sentido mais aparentado à raiz *retórica* do pensamento moderno, fora de paragens alemãs por ora, onde encontramos a correspondência do conceito de “*sensus communis*” ou “*topoi koinoi*”, especialmente na forma como Vico pensava sua retórica em termos de “expressões idiomáticas, ditos, sabedoria popular, fábulas, suposições, lugares comuns, *topoi* e até clichês” (Marshall, 2010: 222) que em si mesmos não expressavam diretamente conceitos, mas se tornavam formas expressas de uma *sensibilidade* comum, como sentimentos compartilhados, “juízo sem reflexão, compartilhado por toda uma classe, um povo inteiro e uma nação inteira, ou toda a raça humana” (Vico, 1948: 57), uma certa predisposição do pensamento. Ou seja, sem separar a ideia de uma “*doxa*” no sentido de uma “mera” “opinião”, mas talvez um sentido mais próximo daquele herdado com o sentido de *endoxa*, uma opinião reputada, uma opinião aceita por todos, pela maioria ou pelos mais sábios, como definia Aristóteles, no contexto da retórica ou na tradição popular, mais próxima do que se chamaria de um tipo de “bom senso”.

É um sentido que considera a construção da verdade como um processo social por meio de um debate, mais próximo ao da tradição retórica romana, em que o “*sensus communis*” não era visto, em si, como uma forma de opinião menor, inferior ou vulgar, mas olhando o “senso comum” pelo ponto de vista do compartilhamento.

²⁵ Veja-se o interessantíssimo debate a respeito da relação entre a filosofia e o senso comum travado por Oswaldo Porchat e Bento Prado Jr em *Filosofia e a visão comum do mundo* (Prado Jr.; Porchat Pereira; Ferraz Jr., 1981).

UMA HISTÓRIA DO SENSO COMUM

Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, recorreu ao conceito de “senso comum” como algo a ser superado, mas o pensando em outro contexto, em termos de mutabilidade e instabilidade em um processo social de pensamento. Para além da dificuldade trazida pelas sucessivas definições do “senso comum” como algo valorativo e universal (aquilo que é falso em relação a certo sentido essencialmente verdadeiro), é possível compreendê-lo como algo mutável e cuja natureza reside na relação com outras formas de saber consideradas mais elaboradas.

O principal aspecto presente nos *Cadernos do Cárcere* é que “senso comum” seria contraposto ao que é desenvolvido individualmente, ou melhor, à filosofia, vista como a elaboração individual de um pensamento organizado contra um processo coletivo e inconsciente. Algo, ademais, que não é realizado por quaisquer indivíduos, mas por aqueles reputados socialmente e que participam das elites intelectuais, cujo elemento mais conhecido seria aquele chamado de “intelectual tradicional”. Para Gramsci, o intelectual teria papel ativo e de responsabilidade sobre essa forma coletiva de pensar, ao organizar as formas “difusas e genéricas em certa época em um certo ambiente popular”. É possível identificar alguns ecos de uma leitura do idealismo alemão, ainda que sem a carga negativa ou o juízo sobre uma “estabilidade mórbida” do “senso comum”, na medida em que se crê no papel do intelectual como aquele capaz de forjar um “novo senso comum”²⁶, aquele capaz de ser, se não o artífice, ao menos o condutor da ligação entre a elaboração da filosofia e as concepções compartilhadas mais gerais conforme o “espírito do tempo”, imprimindo uma dinâmica característica ao que seria considerado como um “fundo” composto por concepções inconscientes compartilhadas e pressupostas, que se acumulam e sucedem temporalmente. Essa relação notada por Gramsci, de formalização, naturalização, difusão e compartilhamento consciente e ativo ou passivo e invisível, era vista como um processo “natural”, dado ele acreditar que “toda filosofia tende a se tornar senso comum de um ambiente ainda que restrito” (Gramsci, 1999: 100).

²⁶ Como comenta Arantes sobre esse momento do “espírito do tempo” em Schelling, “trata-se enfim (em *Ideias para uma Filosofia da Natureza*), como se a certeza inédita do sujeito-objeto idêntico pudesse transfigurar a trama infeliz das relações sociais, de forjar os elementos de um novo senso comum que justamente relige os homens, ilustrados e não ilustrados” (Arantes, 1996: 316).

Gramsci destacava o quanto estavam relacionadas a filosofia e a “cultura geral”. Haveria, segundo acreditava, uma relação de contato entre um estrato “superior” (Gramsci, 1999: 96) da filosofia “mais elaborada” e o senso comum: uma criação coletiva, ainda que separada, entre os estratos da “elite” e o das classes populares. Haveria, assim, um processo dinâmico e duplo que se colocaria tanto nas relações entre “individual” e “coletivo”, do sentido do particular ao seu processo de totalização, como naquelas distendidas no tempo entre essas concepções do “senso comum” e as formulações “filosóficas”. E aqui se inclui uma dupla chave: formulações do senso comum criadas e partilhadas em um processo coletivo podem se tornar formulações filosóficas na relação entre o individual e o coletivo e vice-versa, assim como formulações do pensamento filosófico concebida por indivíduos podem ser incorporadas pelo senso comum.

O senso comum não é algo rígido e imóvel; ele se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. O “senso comum” é o folclore da filosofia, e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar. (Gramsci, 1999: 114)

Visto desse modo, “senso comum” não é apenas a ruína de uma forma de sociabilidade do passado tornada inconsciente, como um tipo de “folclore” mental, pois tal formulação só seria verdadeira se considerássemos que a filosofia produzida por indivíduos especiais, como intelectuais e filósofos, seria a única fonte de aspectos mentais que definem os pressupostos partilhados, ou, ainda, se acreditássemos que o “comum” trata apenas de tradições arcaicas, primitivas, superadas pelo exercício intelectual de indivíduos particularmente dotados que compõem o grupo de intelectuais tradicionais. Mas não é esse o sentido, pois não apenas o sinal é duplo, como é dupla a própria relação entre o saber superior e ilustrado das elites e aqueles saberes compartilhados que se modificam no tempo. Para um bom entendedor, certamente ecoam aspectos da *Fenomenologia do espírito* de Hegel, na medida em que se acredite que essa experiência social do pensamento opere seguindo um tipo de sentido, modificando-se com o tempo. A diferença, a princípio, reside na adição de elementos

distintos que permitem conceber uma relação constitutiva do pensamento inserido no tempo que depende de um contexto de públicos leitores e formas de pensar relacionadas em diversas esferas, apesar da relativa autonomia, e que seria algo para além da “esfera pública” da imprensa, constituída principalmente sobre uma base social específica em termos de classe²⁷.

A meus olhos, esse sempre pareceu um conjunto importante de questões realizadas a partir de uma “visada” sobre o sentido geral da constituição do pensamento filosófico. Se olharmos em detalhe, porém, há um problema em precisar essas questões sobre o “senso comum” no sentido gramsciano. Assim como a filosofia tem uma história e é garantida a possibilidade de sua investigação, igualmente existiria a possibilidade de uma história da “cultura geral” em constante transformação, assim como do próprio “senso comum”, para além da relação entre o “senso comum” e a “filosofia”. O que seria deixado como problema seriam as condições de possibilidade de uma possível investigação do “senso comum”, em si, para além da sua relação com o saber das elites tradicionais, tarefa impossível, segundo Gramsci, por ausência de “material documental”, entre outras razões.

O progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular. E assim, portanto, que uma introdução ao estudo da filosofia deve expor sinteticamente os problemas nascidos no processo de desenvolvimento da cultura geral, que só parcialmente se reflete na história da filosofia, a qual, todavia, na ausência de uma história do senso comum (impossível de ser elaborada pela ausência de material documental), permanece a fonte máxima de referência para criticá-los, demonstrar o seu valor real (se ainda o tiverem) ou o significado que tiveram como elos superados de uma cadeia e fixar os pr, e se constatamos esse declínio tão drástico, será que há razão em colocá-lo na raiz da interpretação do reformismo entre as correntes da social-democracia no início do século XX? Terá essa “visão de mundo” perdido sua força e deixado de existir? (Gramsci, 1999: 221-222)

Evidentemente, o problema da relação entre o senso comum e a filosofia não é questão solta ao acaso. Para Gramsci, relacionar o pensamento teórico e uma interpretação correta da realidade social em seu processo contraditório de transformação

²⁷ No entanto, fica latente no trabalho a reflexão sobre se o SPD constitui uma esfera “pública” (nem sempre, já que, nos anos de perseguição, impunha-se a iniciação no grupo para se acessar as publicações do partido), e se essa esfera pública demandaria uma mudança estrutural do público leitor.

se relaciona com o aspecto mais amplo do problema revolucionário (no seu caso, da falta de uma revolução italiana), tomando o problema da ideologia como um ponto importante a ser destacado e compreendido. Questões gigantescas participam de suas reflexões, como: por que não ocorreu uma revolução na Itália? Por que a Itália (e a Alemanha) sucumbiu ao fascismo? Teria o subdesenvolvimento político, econômico e cultural, tanto italiano como alemão, sido em parte responsável por isso?

Além dessas questões, no que toca diretamente a esta pesquisa, o pressuposto de criação das condições de uma transformação social envolvia a “educação das massas populares”, ao mesmo tempo em que se combateriam as “ideias modernas” burguesas contrárias aos trabalhadores, formando um grupo de “intelectuais independentes” – o que torna um dos aspectos centrais da compreensão da social-democracia e dos partidos socialistas a tarefa da educação, vista como uma tarefa difícil e crítica ao movimento dos trabalhadores²⁸.

O interesse de Gramsci voltou-se ao problema do desenvolvimento da consciência “individual”, “crítica”, “social”, “política”²⁹, onde a cultura geral do povo italiano (incluindo a educação, os hábitos sociais, o pensamento, a intelectualidade e a educação) é um dos temas principais, destacando-se a relação entre intelectuais e as massas. Gramsci traça, ao longo da histórica política italiana, o entendimento de como os intelectuais se acomodam à sua classe e como o pensamento organizado da filosofia

²⁸ A referência de Gramsci volta-se inclusive à crítica que Rosa Luxemburgo faz, como educadora, ao desenvolvimento da capacidade crítica nas tarefas educativas do partido em suas escolas. O comentário do filósofo italiano parece fazer eco ao diagnóstico de Luxemburgo naquele momento de crise: “A filosofia da práxis tinha duas tarefas: combater as ideologias modernas em sua forma mais refinada, para poder constituir o próprio grupo de intelectuais independentes, e educar as massas populares, cuja cultura era medieval. Essa segunda tarefa, que era fundamental, dado o caráter da nova filosofia, absorveu todas as forças não só quantitativamente mas também qualitativamente; por razões ‘didáticas’, a nova filosofia fundou uma forma de cultura que era um pouco superior à cultura média popular (que era muito baixa), mas absolutamente inadequada para combater as ideologias das classes cultas, quando, ao contrário, a nova filosofia nascera precisamente para superar a mais alta manifestação cultural de seu tempo, a filosofia clássica alemã, e para suscitar um grupo de intelectuais próprios do novo grupo social do qual era a concepção do mundo. Por outra parte, a cultura moderna, especialmente a idealista, não consegue elaborar uma cultura popular, não consegue dar um conteúdo moral e científico aos próprios programas educacionais, que permanecem como esquemas abstratos e teóricos; ela continua a ser a cultura de uma aristocracia intelectual restrita, que às vezes tem influência sobre a juventude, mas apenas ao se tornar política imediata e ocasional” (Gramsci, 2007: 35).

²⁹ Apesar do termo “consciência de classe” não estar presente em *Cadernos do Cárcere*, tomo a liberdade de utilizá-lo do modo como fazia György Lukács, guardadas as devidas proporções, lembrando que o próprio sentido de classe é distinto em ambos os autores.

vem a pensar a si mesmo de forma independente do espaço onde se produz coletivamente.

Quanto ao problema do desenvolvimento da cultura geral, ecoa a questão da necessidade do desenvolvimento da cultura popular, tanto quanto a das elites cultas, como parte do problema maior do desenvolvimento de uma “consciência de classe” (em um empréstimo provavelmente não autorizado ao conceito lukacsiano do termo) que coincidissem e se encontrassem de modo adequado a sua realidade social. Não se trata de qualquer filosofia, mas de uma capaz de tratar da realidade, e que poderia ser criticada a partir desse ponto de vista, que acredito ser visível no modo como Gramsci comentou sobre a literatura e as revistas italianas nos *Cadernos do Cárcere* (Gramsci, 1999: 101), onde se destaca o sentido de uma mudança possível no senso comum.

O que me interessa aqui é como esses intelectuais atuam nesse processo de transformação da consciência coletiva e na produção e mudança do senso comum. Certamente, o processo dessa mudança é social, não individual, e há uma relação entre os grupos da sociedade com quem esses intelectuais se relacionam. Nesse sentido, há formas diversas de se estabelecer essas relações, e uma linha que divide os chamados “intelectuais orgânicos”, que exercem um papel prático na vida coletiva (e que eventualmente ocupam lugar junto aos intelectuais tradicionais das elites, modificando a cultura geral em relação à consciência coletiva), e os políticos, que exercem seus papéis cada qual em relação com sua classe³⁰, e, evidentemente, os protagonistas da pesquisa realizada nesta tese, os intelectuais revolucionários, a classe de intelectuais que milita organizadamente para a transformação da sociedade e sua consciência.

Por isso, não é difícil vermos o problema do senso comum como parte do problema que temos adiante, ao nos depararmos com o quadro político e intelectual da social-democracia alemã e a relação que se estabelece entre a consciência de classe e a busca de um desenvolvimento da cultura operária nos quadros do partido, incluindo-se o problema da ciência de seu tempo. Inicialmente, poderíamos dizer que tratamos de uma relação de mudança no senso comum da classe operária alemã quanto aos conceitos científicos trazidos em parte pela social-democracia como direção (ou resposta) aos

³⁰ Gramsci sempre destaca a forma como a burguesia e as aristocracias se dividem em grupos distintos de interesse com relativa consciência de classe e da separação de seus interesses. Um exemplo figura em seu comentário a respeito da sobrevivência da aristocracia militarizada dos Junkers na vida alemã (Gramsci, 2001: 28-29).

interesses da classe trabalhadora. Mas como estudar uma mudança em um senso comum?

O problema posto por Gramsci sobre a impossibilidade de se estudar o desenvolvimento do “senso comum” soa como um tema interessante, mas é de deixar encafifado a afirmação de que o “senso comum” não é passível de ser estudado. A meu ver, a ideia de um senso comum como “concepções inconscientes partilhadas” está presente de certo modo no entendimento de outro conceito que considerado plenamente estudável, o de *cultura* em sua acepção mais geral. Mas essa não é, nem de longe, uma solução fácil, especialmente se notamos como o conceito de cultura em seu uso filosófico segue um fio condutor que evoca tradições enraizadas e formas de pensar com correlatos locais. Um deles é *Civilization*, que, em si, guarda marcas do debate teórico francês em comparação com outros países, mostrando como se evocam debates nacionais particulares, de difícil comparação, entre a construção teórica de uma autoconsciência a partir de concepções compartilhadas localmente e, por simetria, afastado de outras concepções, creditadas como modo de ser, pensar e viver, análogas, mas estrangeiras.

Cabe ainda lembrar que essa forma de interpretar a ideia de “civilização” é muito distinta do modo como os alemães a interpretavam, pois a viam como algo externo e utilitário (de certa forma, um tipo de crítica da vida política e cultural francesa), ao passo que cultura (*Kultur*) implicava a ideia de um “cultivo mental”. Com o tempo, esse cultivo passa a se referir a aspectos “elevados e espirituais”, envolvendo outras concepções, como a de *Bildung*, esta definida como uma progressão individual rumo a um constante “aperfeiçoamento espiritual”. Assim como o termo *Bildung* dificilmente hoje se distingue da acepção de educação, os sentidos de cultura e civilização mudaram com o tempo, levando a uma acepção contemporânea mais geral de “cultura”, que incorpora também a ideia de “hábito” e “comportamento”, seja como processo, seja como um “estado”, uma existência dada em si mesma, ainda que relacionada a múltiplos aspectos da vida (Kuper, 1999: 29-31). Tal modificação de sentido é tributária, principalmente, do debate antropológico a partir do qual o termo

adquire uma feição neutra, paulatinamente se afastando da ideia de uma gradação comparativa derivada da concepção francesa de civilização³¹.

HABITUS E DOXA DE CLASSE

Se fosse possível contar com as ferramentas ideais para a análise do período que pretendo tratar nesta tese, abordaria o problema como um cientista social que realiza uma viagem no tempo, preparado para fazer entrevistas, acompanhar o cotidiano dos trabalhadores em suas instituições e o significado que assumiriam entre o que de fato fazem e falam e o que pensavam fazer, ou, quem sabe, até aplicar alguns questionários. As entrevistas nos forneceriam representações espontâneas que, por sua vez, poderiam ser comparadas ao período posterior, em um levantamento histórico do seu contexto. Conduzindo de modo adequado o procedimento, conseguiríamos evitar minimamente as distorções das respostas e talvez conseguíssemos algumas informações certas quanto à classe trabalhadora alemã do século XIX, no caminho de uma definição mais precisa do imaginário socialista da época. Porém, mesmo assim, ainda teríamos algumas dificuldades difíceis de contornar.

Uma ponderação importante de Pierre Bourdieu (2007: 391), por exemplo, diz respeito à capacidade de os trabalhadores autonomamente conseguirem expor uma opinião política e o quanto essa capacidade está relacionada a um “capital cultural” proveniente “estritamente de um capital escolar”, que seria necessário para desenvolver a capacidade de “procurar a coerência das opiniões e integrar o conjunto das tomadas de posição em torno de princípios explícitos e explicitamente políticos”. Para além de uma percepção da situação material em que se encontrassem nossos entrevistados hipotéticos da classe trabalhadora alemã do século XIX, resta saber se de fato encontraríamos disposições de classe associadas, na verdade, a “esquemas de pensamento e de ação” implícitos não simplesmente em uma consciência de classe, mas em um “*habitus* de classe”.

Certamente, a investigação de Bourdieu, um século à frente e em outro lugar, o colocou diante de possíveis alternativas entre valores sociais, políticos e um

³¹ Um exemplo claro dessa mudança de perspectiva pode ser visto em Tylor: “Cultura e civilização, tomados em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (Tylor, 1871: 1).

compartilhamento e disposição ligados à condição de classe, religião e certo aprendizado, à despeito da condição escolar, que poderia funcionar como um tipo de orientação similar, testemunhando não apenas um partido ou instituições organizadas dos trabalhadores, como as sindicais, mas que ainda assim ofereceria instrução informal em instituições como a igreja e os partidos políticos. Hoje, crê-se que, graças a essa forma de instrução, constrói-se um tipo de visão de mundo e se partilham práticas sociais e políticas, ou mesmo disposições e juízos mais gerais, entre os quais, para voltarmos ao exemplo das leituras dos trabalhadores do SPD, a simples disposição para um juízo sobre o mundo de modo a influenciar a escolha entre interesses estéticos, como a literatura ou as leituras sobre ciências naturais. Lembramos também que esses juízos passam por outros, como o crivo do partido ou dos sindicatos, a ponto de serem capazes de avaliar se essa alternativa de leitura conflitava com valores compartilhados, permitindo assim um vislumbre sobre a forma como ocorria o assentimento aos ideários socialistas por parte da classe trabalhadora, mas também a outros valores culturais. De Bourdieu:

O princípio de produção da resposta pode ser o ethos de classe, fórmula geradora não constituída como tal que permite engendrar, sobre todos os problemas da existência corrente, respostas objetivamente coerentes entre si e compatíveis com os postulados práticos de uma relação prática com o mundo; ele pode ser, também, um “partido” político sistemático – no sentido em que se fala de um expediente artístico – ou seja, um sistema de princípios explícitos e especificamente políticos, passíveis do controle lógico e da apreensão reflexiva, em suma, uma espécie de axiomática política – na linguagem corrente, uma “linha” ou um “programa” – que permite engendrar ou prever, de forma exclusiva, a infinidade dos julgamentos e atos políticos inscritos no algoritmo; por último, ele pode ser o produto de uma escolha em dois graus, ou seja, da identificação, operada segundo o modo do saber, das respostas em conformidade com a “linha” política sobre um conjunto de problemas que ele contribui para construir como políticos. Assim, como veremos, a adesão implicada nesta delegação tácita ou explícita pode ter, por sua vez, como princípio, o reconhecimento prático operado pelo ethos ou a escolha explícita em função de um “partido”. (Bourdieu, 2007: 392)

No caso citado, Bourdieu trata de um tipo de condicionamento aberto que envolveria estruturas e disposições a partir da experiência passada dos indivíduos, ou, como definido em outro lugar, um tipo de “subjetividade socializada” em esquemas que

envolvem percepção, apropriação e ação e que criam uma realidade fundada em uma “crença pré-reflexiva” em um tipo de naturalização das disposições sociais que se inscrevem no tempo e se transformam a partir de uma lógica própria.

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas. (Bourdieu, 1983: 65)

É importante lembrar que essa relação entre crenças pré-reflexivas e as disposições individuais e coletivas do trabalhador também pode ir além de tais disposições. Podemos imaginar, como muitas vezes ocorre, que o trabalhador opte por práticas determinadas, dê assentimentos ou mude de orientação, trazendo com isso a modificação da estrutura que envolve a “matriz de suas disposições” e apreciações, ressignificando sua experiência presente e passada. As práticas podem se modificar, assim como toda uma estrutura.

A adesão a um partido, a práticas e às mudanças de disposições criadas pela experiência podem se modificar, como as disposições dos indivíduos que escolhem entre estruturas e valores. A princípio, pode-se dizer que um indivíduo da classe trabalhadora alemã poderia optar, no final do século XIX, por participar da franja conservadora da sociedade guilhermina, partilhando certos valores sociais, a submissão, o patrocínio de figuras importantes numa relação de dependência, arraigando-se à hierarquia e ao lugar determinado em ambos os lados da *Kulturkampf* (como temia Liebkecht). Suas determinações poderiam tanto mover-se para a religião, como o catolicismo, e entre a tradição e o secularismo, mesmo se inseridas no campo conservador, podendo estar entre organizações católicas quanto pela vida burguesa entre as disposições específicas da vida cidadina e os valores progressistas (ou relativamente progressistas da sociedade Nacional Liberal). Poderia assumir ou não uma ruptura pessoal, seguindo as instituições e rituais das organizações de classe, em associações de formação de trabalhadores (*Arbeiterbildungverein*), sindicatos, grupos, etc., em qualquer uma de suas linhas, assim como o habitus característico, entre a linha relativamente conservadora lassalleana que mantinha os valores sociais e a hierarquia, inclusive sexual, da vida social e a linha que conduz à sociabilidade organizativa das

demais alas da social-democracia empenhadas em tarefas que apontavam, em última instância, para a transformação da sociedade e a modificação de seus valores.

Cabe postular uma importante questão: o quanto um trabalhador, de fato, opta pelo lado que ocupa e as disposições que são adotadas em alguma dessas organizações eventuais? Mesmo ocupando um lugar que se crê menos verticalizado do que a sociedade de que participa, a hierarquia surge como uma ferramenta política e era defendida, como se vê no exemplo do condutor do trem no texto de Engels *Sobre a autoridade* (Engels, 1973b: 305-308). Esse é um dos textos que traz o problema da organização, apresentando sua forma como uma separação entre a liderança e a base, o que foi visto com bons olhos pelos integrantes do partido, chegando a um tipo de assentimento automático à capacidade de ação eficaz e à disciplina. O ponto é que, seguindo determinado *habitus*, conservador ou liberal, restaria a quem participava dessas organizações interiorizar as disposições e se organizar, além das eventuais diferenças entre diferentes *campos* com arranjos específicos devido à sua relativa autonomia. Isso era notável mesmo entre as facções, frentes e grupos presentes no interior e no entorno da social-democracia, especialmente no que toca ao tema da educação.

A tese a seguir se constitui de quatro capítulos. No primeiro, tratarei do contexto e de alguns dos aspectos mais importantes dos evolucionismos do século XIX que viriam a influenciar o imaginário da classe trabalhadora, destacando aí o darwinismo, para no final realizar um comentário sobre a recepção desses conceitos na Alemanha. O segundo capítulo aborda aspectos gerais do evolucionismo entre os socialistas, destacando a relação estabelecida entre Marx e Engels e os evolucionismos e temas biológicos que tiveram impacto entre os socialistas alemães. Já o terceiro capítulo parte do comentário de um cartaz do Primeiro de Maio de 1897 para tratar da questão da *Arbeiterbildung* e das organizações educacionais da social-democracia alemã, culminando no comentário sobre texto de Wilhelm Liebknecht *Saber é poder* (1872). O quarto capítulo trata de três episódios: da importância do tema da população para a elaboração teórica de Karl Kautsky a respeito de tópicos como a questão camponesa enquanto crítica ao malthusianismo que incorpora aspectos do evolucionismo em seu horizonte político; a passagem de *A mulher e o socialismo* (1874) em que August Bebel discute a importância do darwinismo em debate com Ernst Haeckel; e, finalmente, os

pressupostos evolucionistas spencerianos no pensamento de Eduard Bernstein, especialmente em algumas passagens de *Pré-condições ao socialismo* (1899). Por fim, na conclusão, esboço uma conclusão teórica sobre o significado da relação entre a teoria da evolução e o SPD, usando como provocação o texto de Walter Benjamin *Eduard Fuchs, historiador e colecionador* (1939).

1 AS EVOLUÇÕES DO SÉCULO XIX

O evolucionismo foi visto como um materialismo grosseiro, um renascimento da teologia, um ataque à fé cristã, uma conspiração cristã para subverter a fé muçulmana, uma afronta contra a ciência positiva, uma justificativa para a política econômica do laissez-faire e uma base para a teoria econômica marxista.

David Hull (1988: 388)

Este capítulo apresenta os pressupostos gerais da ideia de evolução no século XIX, destacando aqueles que acreditamos serem os mais importantes para compreender a visão de mundo a partir da qual os socialistas alemães daquele período construíram sua visão sobre a evolução biológica³²— e, portanto, o argumento do capítulo se afasta dos detalhes necessários para uma apresentação rigorosa dessas teorias. Sobre essa visão que compartilhavam os socialistas a respeito da evolução biológica, pode-se dizer que ela era comum não apenas aos socialistas, mas a boa parte dos grupos de intelectuais sensíveis à influência do pensamento científico e que se identificavam com o espírito do tempo e a “aura” de progresso que a ideia de evolução biológica trouxera consigo, uma visão corrente entre muitos cidadãos cultos das grandes capitais do mundo, onde se formaram, ainda que não especialistas na matéria. O interesse pela evolução biológica, que estimulou debates que puseram em xeque concepções tradicionais, se estendeu do continente europeu a várias partes do mundo onde se instalaram os museus de história natural, locais onde palestras públicas e eventos de divulgação se tornaram comuns, além das publicações que garantiam certa institucionalidade a um conhecimento que, por muito tempo, correu em paralelo ao currículo universitário, incorporando contribuições voluntárias de diversas pessoas fascinadas pelo que parecia ser um novo

³² Dessa forma, ao invés de um mosaico mais completo, que permitiria vislumbrar, do ponto de vista da história das ideias, os conceitos que fariam parte do campo de significados daquilo que se constituiu a ideia de evolução no século XIX, nossa reconstituição privilegia sobretudo o contexto dos socialistas alemães e, marginalmente, o impacto dos evolucionismos entre as ciências que tratam do homem, na medida em que se relacionam com o fundamento teórico e filosófico de aspectos importantes das teorias em que os socialistas apoiaram-se, inspiraram-se ou questionaram. Ficam de fora, sobretudo, diversas abordagens da teologia natural, o materialismo característico do iluminismo francês e o mecanicismo em geral.

campo de saber, até então aberto a contribuições amadoras (como foi o perfil de muitos naturalistas).

Sobre a disseminação da ideia de evolução biológica no final do século XIX, é inescapável tratar da figura de Charles Darwin (1809-1882), principal foco do movimento científico que debateu o tema, tornando-se a representação espiritual e encarnada da evolução biológica. Hoje, é possível imaginar o desenvolvimento da teoria da evolução, ou de algo análogo à ela, sem Darwin³³ – especialmente se lembramos das formas alternativas ao evolucionismo darwiniano, oriundas de teóricos que começaram a trabalhar em um período pouco anterior ao inglês, semeando um “clima” relativamente favorável a essas ideias, ou mesmo se pensarmos nos teóricos evolucionistas contemporâneos de Darwin³⁴. É consenso, porém, que esse seria provavelmente um processo infinitamente mais lento, e que o desenvolvimento da teoria da evolução e sua divulgação devem muito ao empenho pessoal do pesquisador inglês.

A teoria da evolução influenciou a imaginação de teóricos em campos diversos, para além da dimensão estritamente científica. Isso se vê especialmente entre os intelectuais que pensaram, a partir da ideia de evolução, as suas implicações no que toca às relações humanas e a própria natureza da sociedade, com repercussões profundas sobre a religião, a educação e a política. É importante notar o quanto marcou o período não apenas a concepção darwiniana da evolução biológica com descendência, mas também diversas outras teorias alternativas, as quais exerceram influência decisiva justamente no período de nosso estudo, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, no episódio da história da teoria da evolução biológica conhecido como “eclipse do darwinismo”³⁵.

³³ Parto do argumento especulativo mais geral de Bowler em *Darwin deleted: imagining a world without Darwin* (2013).

³⁴ Para Thomas Kuhn, em *Estrutura das Revoluções Científicas* (1962: 216), a concepção geral de evolução, especialmente sobre a evolução do homem, já seria compartilhada por grande parte da população da época quando o texto de Darwin veio à tona.

³⁵ Argumento sintetizado por Bowler em um capítulo do livro *Evolution: History of an Idea* (Bowler, 2009), e desenvolvido no livro *The Eclipse of Darwinism* (1983). Essa interpretação é importante, pois aquilo que muitos veem como uma vitória definitiva do darwinismo, ou o testemunho do compartilhamento de suas ideias, reflete muito mais a crença comum em concepções gerais de evolução, o que possui um impacto muito grande no entendimento do imaginário da época sobre o evolucionismo.

Meu objetivo é reunir elementos que componham o imaginário dos socialistas alemães sobre a teoria da evolução, no final do século XIX. Para isso, me debruçarei em quatro pontos principais. O primeiro são os antecedentes filosóficos do darwinismo, que permanecem no imaginário sobre a teoria da evolução mesmo no período de Darwin. A seguir, trato do impacto da obra de Darwin e de alguns aspectos comparativos sobre o que a visão de Darwin diferia ou não desse imaginário geral sobre a evolução, passando por alguns elementos da teoria darwiniana. O terceiro ponto será o comentário sobre como a interpretação particular de Herbert Spencer sobre a teoria da evolução se difunde e influencia vários ramos das ciências humanas, com particular destaque à antropologia. O quarto ponto, por fim, trata do evolucionismo na Alemanha, tendo como foco principal Haeckel, que está presente em alusões da social-democracia, como veremos no Capítulo 4 ao tratarmos de Bebel.

1.1 ANTECEDENTES FILOSÓFICOS E TEOLÓGICOS DO EVOLUCIONISMO DARWINISTA

1.1.1 O pré-evolucionismo naturalista

Temos elementos para afirmar que as revoluções científicas que ocorreram entre 1500 e 1750 trouxeram concepções que abalaram a interpretação literal bíblica sobre a forma e o sentido da criação. A aplicação do raciocínio dedutivo ao mundo natural é um exemplo, ao lado das formas novas de conhecimento organizado sobre a natureza, com destaque ao desenvolvimento da geologia moderna, durante os séculos XVII e XVIII, que trouxe os primeiros indícios de que a Terra era muito mais antiga do que se pensava³⁶, além da consideração de que os fósseis não fossem fruto de uma

³⁶ Um momento notável desse debate deu-se a partir das refutações da estimativa de William Thompson (Lord Kelvin), uma voz importante na ciência, sobre o cálculo da idade da Terra. Estimado por ele entre 20 e 400 milhões de anos, o dado não pôde ser definitivamente refutado senão com a descoberta das propriedades da radiação e da geologia. As observações de Charles Lyell sobre os estratos do solo e as modificações geológicas questionaram esse cálculo e conduziram ao uniformitarianismo, a crença em uma lenta transformação da terra, calcada em evidências sobre a possível antiguidade das camadas e sua ocorrência e desaparecimento. Embora questionasse a possibilidade de uma explicação para a existência dos fósseis baseada no evolucionismo (e talvez tenha sido a primeira ocorrência da palavra evolução nesse sentido, segundo Bowler (1975: 114)), Lyell foi muito importante para o pensamento de Darwin, desde sua primeira reflexão a bordo do H. M. S. Beagle e suas considerações sobre a influência de grandes organismos vivos na modificação da paisagem (e sua hipótese sobre a formação dos atóis a partir dos corais), até a própria teoria da evolução.

transmutação do solo, mas restos mineralizados de animais que hoje não mais existem³⁷. Concepções que hoje parecem banais, mas que abalaram a ideia de fixidez e eternidade da criação, lançando dúvidas sobre uma infinita perfeição e adaptação dos organismos vivos, cada qual consignado a seu lugar eterno³⁸.

Por um longo período, a interpretação dominante no pensamento ocidental era a de que toda a criação era imutável, constante e organizada segundo uma escala de perfeição que inspiraria a descrição dos seres vivos em categorias segundo níveis hierárquicos. A assim chamada *scala naturae*³⁹, ou “grande cadeia do ser”, foi uma concepção que classificava os seres em uma escala que ia dos mais simples aos mais perfeitos, situando o homem como ápice da criação⁴⁰ (ver Imagem 3).

Mais além, conforme o espírito científico da época, almejando ordenar essa escala de complexidade da criação, buscou-se o nexos da grande cadeia do ser em sua continuidade de perfeição, num trabalho contínuo de identificar as particularidades e diferenças entre as espécies. E é desse trabalho que surge o problema: as notáveis diferenças entre os seres vivos, que aparecem como saltos na escala de perfeição. Foi da busca de identificação desses “saltos” que emergiu a necessidade de procurar elementos intermediários dessa escada, chamados de “elos perdidos”, que ajudariam na classificação e hierarquização dos seres vivos em sua expressão lógica enquadrada de

³⁷ Graças a classificações cada vez mais precisas dos seres vivos, como aquela proporcionada por Carl Linnaeus, e a hipóteses sobre grandes extinções em eventos catastróficos, como a feita por Georges Cuvier, modifica-se a forma como se caracterizam os fósseis, tornando possível realizar sua comparação com os seres vivos atuais. Apesar de terem sido úteis a Darwin, ele tinha receio quanto ao conhecimento que poderia ser constituído a partir dos fósseis devido às lacunas e a descontinuidade entre as espécies encontradas, mas eles foram úteis para evolucionistas posteriores pensarem um quadro sobre a evolução dos seres vivos.

³⁸ No entanto, é possível encontrar, em registros do passado remoto, indícios de algumas das ideias que levam à história do transmutacionismo biológico em tratados de Aristóteles e Empédocles, em mitos antigos ou, ainda, no pensamento de Al-Jahiz em seu *Livro dos Animais*.

³⁹ A *scala naturae* é um conceito derivado do antigo neo-platonismo, com elementos inspirados em Aristóteles, Plotino e Proclo Diádoco, e consiste na concepção de uma hierarquia de seres espirituais e incorporados com a qual se organizaria toda a criação, desde os seres imutáveis, como os anjos, passando pelos mutáveis, como todos os seres vivos que perecem e se transmutam, dos quais se destacam os homens, constituídos de matéria e espírito, até chegar, por fim, aos minerais.

⁴⁰ Essa forma de pensar e organizar foi acrescida progressivamente de mais elementos como o lugar dos seres humanos na hierarquia, assim como a separação e possibilidade de exploração de outros seres humanos classificados em categorias consideradas inferiores, fomentando uma hierarquização das relações humanas que espalhava a hierarquia entre os seres físicos e percíveis dos espirituais, imutáveis e eternos.

forma compreensível na organização da totalidade dos seres. No entanto, os fósseis, que deveriam se encaixar sob modelos determinados, confirmando essa ordem, acabaram também por trazer questões sobre a natureza de tais saltos, estimulando dúvidas adicionais a respeito da forma específica que tomaria esse modo divino de organização da natureza.

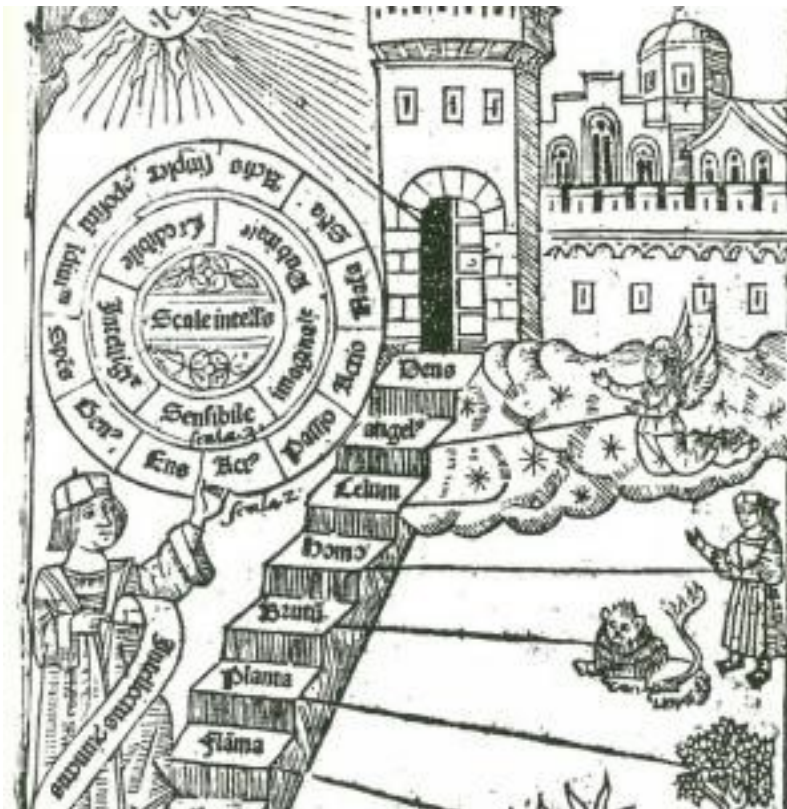


Imagem 3. A *scala naturae* representada em Raymond Lull, *Liber de ascensu et descensu intellectus* (1305) (Great..., 2021).

Por outro lado, longe de sofrer uma simples refutação, a ideia de criação que fundamentava essa visão modificou-se, apresentando respostas filosóficas, teológicas e mesmo científicas que rejeitavam essa ideia de organização no todo, adaptando-se às concepções racionalmente aceitas do período.

Era possível, por exemplo, defender a crença de que os seres haviam sido criados de uma vez, conforme uma interpretação literal do Velho Testamento, ao atribuir as extinções ao dilúvio. Também era possível adotar uma interpretação não literal de determinados aspectos do texto bíblico, como a questão do tempo da criação (em particular, a definição do tempo transcorrido desde a criação do mundo, calculado

não exclusivamente pela soma das idades dos personagens citados na Bíblia), algo crucial para uma eventual conciliação entre a teologia e os consensos da geologia e de uma ideia mais geral de transmutação biológica. Do mesmo modo, era possível referir-se a um período longo aceitando certos preceitos como a concepção da idade da terra remontando desde bilhões ou a poucos milhões de anos conforme um posicionamento quanto à geologia. E isso sem ser necessário aceitar, ainda que se concordasse com a longevidade da terra, que a vida haveria sido criada em um passado distante (como na teoria do “longo hiato”, em que se considerava a quase totalidade do tempo desde a criação da Terra sem qualquer ser vivo sobre ela). Ou seja, da discussão geológica sobre a idade da Terra, não se conclui imediatamente sobre o transmutacionismo ou, posteriormente, à evolução biológica, mas a crença de uma longevidade da Terra era um pressuposto necessário para as teorias do transmutacionismo que acreditavam em uma mudança lenta dos seres vivos.

Também era possível partilhar da concepção de que os seres seriam constantemente criados em diversos atos de criação divina, mais ou menos ao modo postulado por Georges Cuvier, um dos pais da paleontologia e impulsionador do uso da anatomia e a classificação das espécies, em que as espécies seriam criadas de uma determinada forma, mas se transformariam ao longo do tempo, sem uma criação única ou uma descendência comum (aceitando, assim, a diferença entre os fósseis ao mesmo tempo em que se mantinha a crença no dilúvio).

Ou, ainda, acreditar que os seres tivessem sido criados em um gesto único, mas que, a partir de sua criação, eles se desenvolveriam por um processo interno segundo uma mesma lógica de organização e desenvolvimento gradual e constante. Essa concepção era dominante na teologia natural, formadora da cultura geral sobre a ciência natural na Universidade de Edimburgo no período de formação de Darwin, e especialmente notável no livro do teólogo utilitarista William Paley *Natural Theology or Evidences of the Existence and Attributes of the Deity* (1802). Foi nessa obra que surgiu a *metáfora do relojoeiro*⁴¹ (que hoje voltou à voga entre os chamados neo-

⁴¹ A analogia ou argumento do relojoeiro apela à ideia de uma complexidade intrínseca que não poderia ser explicada por causas naturais. Segundo Paley, a medida de comparação da explicação biológica seria a de um relógio: “A interferência que pensamos inevitavelmente é que o relógio deve ter tido um criador e que deve ter existido, em algum momento, em algum lugar ou outro, um artífice ou artífices que o criaram

criacionistas, para conciliar a ideia de criação divina e a aceitação de certos termos da ideia de evolução). Um percurso tortuoso, mas racional, que permitia abrir caminho para níveis variados de aceitação de explicações científicas para a compreensão da natureza ao mesmo tempo em que se mantinha a crença religiosa.

Distanciando-se da concepção da *scala naturae*, de que só existem formas perfeitas e ideais, havia portanto formas alternativas de explicação que poderiam ser diversamente enquadradas, seja em um materialismo exclusivo (mesmo que antievolucionista), seja, como nos casos anteriores, em um tipo de conciliação teísta entre a constatação da existência dos seres vivos segundo leis naturais, acrescentando alguma ideia de criação às explicações sobre eventuais mecanismos e causas das diferenças entre os seres vivos.

Nesse sentido, é importante notar como a aceitação da ideia da evolução envolvia a relação com diversas concepções teológicas e filosóficas que ofereceram explicações alternativas complementares ou concorrentes. Grosso modo, foi esse contexto que envolveu o imaginário político do século XIX, resultando nas concepções que trataremos nos próximos capítulos quanto a outras frações do socialismo.

1.1.2 Antecedentes evolucionistas do darwinismo

Buscando uma sistematização aproximada dessas concepções a respeito da evolução, utilizarei o esquema apresentado por Ernst Mayr⁴² em *O crescimento do pensamento biológico* (1982)⁴³. Nesse livro, Mayr formaliza e enumera concepções sobre a ideia de evolução, identificando certos preceitos organizativos e aspectos determinantes ou causais de diversas teorias que tentaram explicar a evolução no

para um propósito que nós podemos de fato responder: que compreendeu sua construção, e projetou (*designed*) seu uso ” (Paley, 1802: 3). Se na época isso de certa forma abriu caminho à possibilidade do estudo em ciências naturais sem que isso fosse encarado como um questionamento de ordem religiosa, hoje o neocriacionismo faz uso desse argumento justamente com o sinal de restrição do pensamento sobre as ciências naturais.

⁴² Mayr, além de teórico, divulgador e filósofo da biologia, foi um dos autores responsáveis pela chamada *moderna síntese*, em que a genética e a teoria da evolução somaram-se em um mesmo modelo para a explicação dos fenômenos biológicos.

⁴³ Fiz aqui a opção por apresentar a sistematização de Mayr, em detrimento de uma explicação detalhada de cada aspecto das teorias citadas, apenas para oferecer uma dimensão da amplitude e variabilidade das concepções alternativas da época. Mais à frente, apresentarei um esquema resumido dos aspectos específicos que tocam à pesquisa, e de seu impacto entre os socialistas.

período. O esquema é feito, claro, segundo a sua percepção enquanto cientista de um período posterior, como fica claro no comentário sintético que faz sobre o estatuto dessas teorias em sua própria época:

1. Uma capacidade interna em direção ao aumento de perfeição (teorias autogenéticas). Isso fazia parte da teoria de Lamarck. Foi amplamente apoiado, por exemplo, por Chambers, Nägeli, Eimer (ortogênese), Osborn (aristogênese) e Teilhard de Chardin (princípio ômega);
2. O efeito de uso e desuso, combinado com uma herança de caracteres adquiridos;
3. Indução direta pelo meio ambiente (rejeitada por Lamarck, mas adotada por E. Geoffrey Saint-Hilaire);
4. Saltacionismo (mutacionismo). A origem repentina de novas espécies ou tipos ainda mais distintos (Maupertuis, Kölliker, Galton, Bateson, de Vries, Willis, Goldschmidt, Schindewolf);
5. Diferenciação aleatória (estocástica), sem o ambiente (diretamente ou por meio de seleção) nem fatores internos influenciando a direção da variação e evolução (Gulick, Hagedoorn, “evolução não-darwiniana”);
6. Direção (ordem) imposta à variação aleatória por seleção natural (darwinismo em parte, neodarwinismo);

As teorias (1), (2) e (3) tiveram apoio substancial por mais de cem anos após Lamarck. O saltacionismo (4) é agora refutado como o modo normal de especiação ou de origem de quaisquer outros novos tipos. No entanto, foi comprovado em casos especiais (poliploidia e certos rearranjos cromossômicos). A extensão em que a diferenciação aleatória ocorra (5) é altamente controversa no momento atual. No entanto, é quase universalmente aceito que a maioria dos fenômenos evolutivos e variacionais pode ser explicada pela teoria (6), em conjunto com (5). (Mayr, 1982: 360-361)

Seguindo essa pequena sistematização de Mayr, três alternativas se destacam, pois só foram refutadas⁴⁴ de modo mais claro na década de 1940, quando a genética e a

⁴⁴ E isto cientificamente, pois como citamos o criacionismo ganha uma forma política e influência progressiva com a intervenção de intelectuais cristãos conservadores incorporando aspectos da ciência. Sem poder defender integralmente a narrativa bíblica de modo científico como fizeram até o século XIX, primeiro modifica-se a cronologia de uma ideia da criação, aceitando progressivamente a ideia de uma Terra muito mais antiga, depois aceitando a ideia de uma criação que se relaciona a eventos cataclísmicos com saltos, até surgir a ideia de uma evolução teística em que Deus teria criado os organismos, mas não segundo a estabilidade da espécie na forma que conhecemos hoje em uma versão mais sofisticada em que a ciência apreende o mecanismo, mas não a finalidade da criação. Posteriormente, a partir dos anos 1980, os círculos protestantes conservadores redimensionaram a teologia natural em um movimento de negação da evolução biológica utilizando-se argumentos como o do relojoeiro cego que atribui uma complexidade

teoria da evolução passam a ser utilizadas conjuntamente para a explicação do processo de variação das espécies e sua descendência, chamado de *síntese evolutiva moderna* ou simplesmente *moderna síntese*⁴⁵. Até então, concorriam com a teoria da evolução de inspiração darwiniana principalmente o *lamarckismo* (mais precisamente o *neolamarckismo*, marcado pela herança de caracteres adquiridos como principal mecanismo da evolução biológica, descartando outros aspectos do pensamento de Lamarck); a *ortogênese* (ou finalismo, que explica a natureza de maneira teleológica); o *mutacionismo* (a ideia da evolução em mutações); e, derivada da ideia de mutação, o *saltacionismo* (uma mudança repentina entre gerações). A seguir, comentarei o mutacionismo e a ortogênese para, por fim, detalhar o chamado neolamarckismo.

O *mutacionismo* é a ideia de que a mudança evolutiva seria causada por mutações que produziriam instantaneamente uma nova espécie, em uma mudança súbita de onde emerge uma nova espécie, a mutação. Os principais nomes associados a esse tema, no período em questão, são Hugo de Vries, um dos propositores da ideia de genes (inicialmente uma modificação da concepção darwiniana de pangênese), Albert von Kölliker e William Bateson. Estes basearam-se na tentativa de criar um modelo mais estruturado de descendência que faltava ao darwinismo, baseando-se na chamada “redescoberta” dos trabalhos de Mendel (que ganham nova significação). Para eles, a evolução ocorria, mas por saltos, um processo diferente do lento *gradualismo* defendido por darwinianos⁴⁶.

intrínseca à natureza que exporia assim que um criador existiria e que a natureza seria derivada de algo que não poderia ser explicado pela aleatoriedade, seleção natural e adaptação. Esse movimento progressivamente se tornou mais agressivo em disputa direta com a teoria da evolução e se espalhou em diversos países como hoje no Brasil. Vide Eugenie Scott (2014: 825-831).

⁴⁵ Liderada pelos cientistas Ronald Fisher, Theodosius Dobzhansky, J. B. S. Haldane, Sewall Wright, William D. Hamilton, Cyril Darlington, Julian Huxley, Mayr, George Gaylord Simpson e G. Ledyard Stebbins, esse processo foi marcado pela resposta a muitos dos questionamentos a Darwin, caracterizando os genes como unidades de evolução e seu processo de variação junto ao mecanismo da seleção natural, o que unificou vários ramos da biologia que aparentemente não pareciam comuns, como a genética, a citologia, a sistemática, a botânica, a paleontologia e aspectos da história natural e morfologia.

⁴⁶ É importante notar o quanto as teorias da chamada eugenia negativa, que fundamentaram muito do pensamento nacional-socialista, se inspiraram em alguns dos autores próximos à teoria da mutação que buscaram apoio na ciência estatística, como o polímata Francis Galton, primo de Darwin, enquanto outros autores produziram pesquisas essenciais à criação de um modelo mais sofisticado de herança biológica, como Thomas Morgan.

Em uma definição curta, a ortogenia é um tipo de teleologia aplicada às espécies vivas acrescida de uma concepção moral, que posiciona as formas “finais” como superiores às “iniciais”, consideradas primitivas e inferiores – algo que contrasta com a concepção darwiniana e se faz comum nas diversas concepções aqui apresentadas. Na biologia, a *ortogênese* consistia, grosso modo, na ideia da variação segundo uma tendência inerente em certa direção da evolução das espécies, desdobrando-se na ideia de que tendências da evolução seriam decorrentes de um “princípio finalístico intrínseco”, seja no sentido de perfectibilidade, associando-se a ideia de evolução à de progresso (e abrindo espaço para uma possível influência religiosa que associa uma direção temporal), ou de um processo natural latente, porém reconhecível e identificável (segundo um modelo pontual ou tendencial e estatístico). É difícil separar a discussão em torno da ortogênese, onde se destaca um possível sentido da evolução da vida, de um debate sobre teleologia (implícita ou explícita), sobre moral (sobre os valores em relação ao princípio superior) ou sobre finalismo presente nas concepções da época, mas a forma com que a ortogênese se apresentava variava bastante. O espectro de seus defensores ia da negação da “seleção natural”⁴⁷ até a aceitação de aspectos da evolução biológica segundo o modelo darwiniano.

Do mesmo modo, emergia o problema do que seria considerado indício de um aumento de perfeição ou sucesso por meio da identificação de características diversas eleitas pelos autores como indícios de “perfectibilidade”. Dentre elas, estava o aumento de massa, o sucesso reprodutivo, a inteligência e, posteriormente, o aumento de *complexidade*⁴⁸. Cabe destacar que a ortogênese é uma nomenclatura do século XIX cunhada por Wilhelm Haacke e popularizada por Theodor Eimer (além de outros nomes importantes, como Albert von Kölliker, Carl Nägeli, Edward Cope, Alpheus Hyatt), mas seus proponentes reivindicavam certa filiação com pensadores anteriores, que

⁴⁷ Em contraste com o ponto de vista de August Weismann, que defendia a seleção natural como *Allmacht* – todo poder – à seleção natural, Theodor Eimer, um proeminente ortogenista, defendia que a seleção natural era *Ohnmacht*, sem poder de intervenção algum.

⁴⁸ É possível aqui traçar um paralelo entre o sucesso de uma espécie segundo o modelo da ortogênese com o da fundamentação teórica do imperialismo como poder vitorioso que se coloca em nome de uma racionalidade, elegendo características que tornariam uma nação superior e, por isso, digna de dominar as demais, alçando o poder militar a uma categoria metafísica de explicação da política – que, por sua vez, é paralelo ou mesmo uma extensão do direito divino dos reis que justifica uma ordem social hierarquizada ao naturalizar essa ordem, adicionando uma explicação racional.

poderiam incluir Lamarck (do qual se tornam mais ou menos próximos), recortando sua teoria em aspectos específicos que consideravam razoáveis. Um traço comum a todos foi a ideia de uma “evolução filética linear”, que pressupunha certa concepção teleológica de finalidade ou perfectibilidade que contrastava com a ideia darwiniana de uma modificação não finalista por meio de uma evolução ramificada.

Na Imagem 5, apresento uma comparação entre diferentes ilustrações da ideia de evolução e princípios ortogênicos implícitos. No alto e à esquerda, é possível visualizar uma reprodução do esboço de Darwin da descendência com variação; no alto e à direita, uma ilustração de Haeckel da “árvore monofilética dos organismos”; no centro, está presente a ilustração de Huxley em *Evidências do lugar do Homem na Natureza* (1863), que criou, talvez involuntariamente, a imagem da progressão do símio ao homem; e abaixo a imagem de Rudolph Zallinger chamada “A marcha do progresso” ou “Caminho para o Homo Sapiens”, presente no primeiro volume da enciclopédia popular *Life Nature Library* (1965). Nessas imagens, é possível notar a diferença entre uma concepção não hierárquica da diferenciação entre espécies, presente em Darwin, uma forma implícita de ortogênese na ilustração de um tronco, um caminho direto até uma dada espécie (que se torna mais explícito em ilustrações posteriores de Haeckel) e a dificuldade de partir da ilustração das diferenças, amparando-se na anatomia, sem supor ou orientar uma concepção ortogênica, como no caso da ilustração de diferentes antropoides em Huxley. Por fim, uma concepção explicitamente ortogênica, como a ilustração de Zallinger reproduzida ao infinito, mesmo com o atual desenvolvimento da teoria evolutiva e sua definitiva aceitação científica após a síntese moderna.

1.1.3 O lamarckismo

O lamarckismo remete a Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829)⁴⁹, mas também a diversos outros teóricos que discutiram ideias que foram associadas ao chamado *transformismo*. Sua filosofia sobre os seres vivos continha dois aspectos principais. O primeiro era a ideia de uma força que tendia à *complexificação* da organização, conduzindo a uma evolução linear em um modo de organização crescente (Gould, 2011: 120-121). O segundo se baseava nos *hábitos* para a adaptação a circunstâncias ambientais, o que conduz aos termos do que ficou conhecido como a “herança dos caracteres adquiridos”. Esse conceito foi inicialmente definido como um dos princípios explicativos da relação entre os organismos quando interagem com o ambiente mediados por certa “intencionalidade”, transmitindo características desenvolvidas nessa interação de forma ativa nos seres vivos, processo caracterizado ora como “circunstâncias”, “hábitos” e “meio de uso e desuso” (Popov, 2018: 8-9) com intencionalidade. Esse processo ocorreria muito lentamente e conduziria a um aumento de complexidade do organismo capaz de responder a mudanças fortuitas do ambiente por meio de um hábito recorrente (Jordanova, 1984: 41). De modo resumido:

1. A vida, por sua própria força, tende a aumentar o volume de todos os órgãos que possuem a força da vida, e a força da vida estende as dimensões dessas partes até um ponto que essas partes trazem para si mesmas;
2. A produção de um novo órgão em um corpo animal resulta de um novo requisito que surge. E que continua a ser sentido, e de um novo movimento que esse requisito dá à luz e sua manutenção;
3. O desenvolvimento dos órgãos e sua capacidade são constantemente resultados do uso desses órgãos;
4. Tudo o que foi adquirido, rastreado ou alterado, na fisiologia dos indivíduos, durante sua vida, é conservado através da gênese, reprodução e é transmitido a novos indivíduos que estão relacionados àqueles que sofreram essas mudanças. (Gould, 2011: 120-121)

Apesar de parecer convergir em linhas gerais com os impactos da teoria geológica, onde poderia ganhar apoio como testemunho das mudanças das espécies, Lamarck acabou sendo pesadamente criticado por seu colega de museu Georges Cuvier,

⁴⁹ Professor de zoologia, Lamarck alcançou particular notoriedade como taxonomista dos invertebrados e principalmente pelos livros *Histoire naturelle des animaux sans vertèbres* (1822) e os dois volumes da *Philosophie zoologique* (1815).

fazendo-o cair em descrédito⁵⁰. As questões que levantou criaram uma resistência em certo grupo de acadêmicos, como os geólogos professores do jovem Darwin que chegariam ao tema da transformação das espécies por outra via, renegando Lamarck⁵¹. Tanto que o próprio campo que acabou por tratar do tema resultou menos de Lamarck e mais do antievolucionismo presente na teologia natural inspirada no já citado *Natural Theology* (1802), de William Paley.

No entanto, é preciso notar o quanto, no século XIX, o epíteto de neolamarckista (que foi tão importante a respeito das concepções partilhadas sobre a ideia de evolução) não representa de modo exato o pensamento de Lamarck, apesar de sua persistência para a posteridade⁵². Em Lamarck, a ideia de evolução biológica era parte de uma explicação intermediária entre mudanças nas “‘circunstâncias’ (i.e. no ambiente) e as modificações hereditárias do organismo” (Gissis, 2011: 24). Apesar disso, a principal concepção que o período posterior fixou quanto ao lamarckismo foi a ideia de que o organismo herdaria as adaptações passivas ao ambiente, alçando a ideia da herança de caracteres adquiridos como o mecanismo primário de explicação “lamarckista” das causas da variação, um processo muito comum como mostro mais à frente em relação a Darwin (Mayr, 1982: 17).

⁵⁰ Parte dessa crítica passava pela dificuldade em explicar como, em relação ao organismo e visando uma função específica, desenvolver um órgão sem se modificar a estrutura de todo o indivíduo (Larson, 2004: 73,1/566).

⁵¹ Foucault, em *As Palavras e as Coisas*, estabelece uma cisão radical entre Lamarck e Darwin, aproximando o segundo justamente de Cuvier, ao caracterizar as espécies como uma produção histórica, enquanto Lamarck seria apenas um aspecto superficial (Gutting, 2006: 8-9) e como a própria condição de possibilidade do pensamento darwiniano (Canguilhem, 2006: 82). Sob esse ponto de vista, Darwin teria chegado à ideia de evolução respeitando aspectos técnicos da observação científica, e não por uma cosmovisão relacionada à ideia de mudança natural, uma interpretação que daria a Darwin um lugar menor no desenvolvimento do evolucionismo e que não parece coincidir com a história do evolucionismo, na medida em que há em Darwin uma ideia geral que implica uma cosmovisão ligada à crença na mudança natural.

⁵² Vale aqui a advertência de Mayr a respeito da imprecisão que envolve grande parte dos resgates, recapitulações e mesmo reivindicações intencionais das teorias que levaram o nome de Lamarck e Darwin: “A imprecisão também é introduzida rotulando certos autores como vitalistas, pré-formacionistas, teleologistas, saltacionistas ou neo-darwinistas, como se esses rótulos se referissem a tipos homogêneos. Na verdade, essas categorias consistem em indivíduos dos quais dois não tinham exatamente as mesmas opiniões. Isso é particularmente verdadeiro nos epítetos ‘lamarckianos’ e ‘neolamarckianos’, alguns dos quais nada tinham em comum um com o outro, exceto a crença na herança de caracteres adquiridos” (Mayr, 1982: 17).

As concepções que descrevemos, anteriormente, assim como o lamarckismo parecem ser tão importantes à definição do imaginário da época sobre a evolução quanto o darwinismo, mas eram restritas a um público exclusivo de cientistas, intelectuais, “cultos leigos” e interessados, por assim dizer. É possível dizer que tiveram um grande papel aí as sínteses feitas para um público mais amplo que se arriscaram em busca de aceitação.

Em diversos locais, pesquisadores chegavam a conclusões similares de modo independente, tornando essas noções cada vez mais conhecidas por um público mais amplo. E pesquisadores e pensadores independentes, como o avô de Darwin, Erasmus Darwin, também defenderam concepções similares às de Lamarck. Basta lembrar aqui o quanto outro livro de popularização anterior à Darwin teve sucesso enorme, *Vestígios da História Natural da criação* (*Vestiges of the Natural History of Creation*) (1854 [1844]), de Robert Chambers, publicado anonimamente quando a ideia de evolução biológica não era tão popular e se restringia a uma público de convicções materialistas, radicais e alguns poucos especialistas, mas que se tornou em pouco tempo um livro de sucesso, assumindo parte inegável do processo de popularização da ideia geral de evolução ao ajudar a moldar uma “perspectiva geral evolucionária” (Bowler, 2013: 138).

O livro de Robert Chambers atraiu a atenção de muitos para o tema da teoria da evolução, com os traços característicos dos evolucionismos da época, “usando a noção de leis da criação para argumentar que a evolução em direção à humanidade era meramente um desdobramento do projeto divino” (Bowler, 2009: 135). Nessa apresentação do evolucionismo sem negar a ideia de criação, o transformismo se mostra segundo a crença de que as espécies se transformavam em outras inserindo essa ideia na concepção de desenvolvimento, que poderíamos designar como *ortogênico*. Em *Vestígios*, uma forma de discurso especulativo sobre a origem da vida enuncia que a vida emergiria da matéria inorgânica sem vida ao invés de cada criatura ser o resultado de gestos variados de criação individual por Deus – como infinitos milagres constantemente reiterados em cada ser individual específico. Chambers apresentava um modelo que se apoiava no que acreditava serem “leis” e que tais leis seguiriam certa “uniformidade” com uma dimensão cósmica válida tanto para o universo quanto para as

espécies animais, trazendo a crença em uma cientificidade que, por mais que ainda não tivesse sido enunciada e explicada, se comportaria mais ou menos como o modelo newtoniano.

O inorgânico teria uma lei abrangente final: a GRAVITAÇÃO, enquanto o orgânico, o outro grande departamento das coisas mundanas, repousa da mesma maneira em uma lei: o DESENVOLVIMENTO. Afinal, eles não podem ser dois, mas apenas ramos de uma lei ainda mais abrangente, a expressão daquela unidade que a inteligência do homem dificilmente pode separar da própria Deidade. (Chambers, 1854 [1844]: 360, destaques no original)

Desse modo, Chambers vislumbrava o mundo segundo o funcionamento de leis da natureza estáveis e universais, portanto potencialmente compreensíveis, e aventava aspectos científicos a partir de uma concepção de “evolução”, mantendo ao mesmo tempo a religiosidade e a ideia de evolução biológica segundo um ponto de vista filosófico ou teológico, como se tratasse de compreender a lógica da criação.

1.2 ORIGEM DAS ESPÉCIES

Em seu meta-ensaio de tons satíricos em torno do mote popularizado por Newton “Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”, Robert K. Merton (1965) discorre em forma literária sobre a dificuldade em chegar a um bom termo quando buscamos uma origem precisa sobre uma expressão, ideia ou conceito. Pode parecer redundante, mas assumo como a polêmica sobre a origem e a descoberta científica ou o desenvolvimento de um argumento confronta o problema de que esses não são processos individuais, frutos do gênio de um único indivíduo, apesar desse poder ter importância central em relação a uma forma de pensamento específico.

E não é raro, pode-se acrescentar, que muitas das “descobertas” científicas sejam simultâneas ou emerjam de modo simultâneo, apesar das diferenças de formulação. Esse é o caso da própria teoria da evolução, e para isso basta lembrar que Darwin iniciou a redação de *Origem das espécies*⁵³ (1859) devido ao estímulo do texto anterior de

⁵³ Antes da carta de Alfred Russel Wallace, o livro de Darwin tinha como título previsto “Seleção Natural”; já após seu encurtamento para publicação, a primeira sugestão de título teria sido “Resumo de um ensaio sobre a origem das espécies e variedades por meio da seleção natural”. Após a sugestão do editor John Murray tornou-se: *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*, ou “Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural, ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida” (Browne, 2007: 90-91). Posteriormente Darwin encurtaria o título para o que conhecemos hoje: *On the Origin of Species*.

Chambers em *Vestiges* (1854 [1844]), especialmente o medo de que certas distorções e imprecisões de uma concepção sobre a evolução que não fosse devidamente embasada resultasse em ataques fáceis contra aspectos marginais e ilusórios da concepção que esse desenvolvia, resultando em propaganda negativa. Além disso, não causa surpresa a conhecida história de que, em 1858, por causa do envio do artigo de Alfred Russel Wallace a Darwin⁵⁴ contendo teses similares a algumas das teses centrais da teoria da evolução que estava escrevendo, Darwin se sentiu obrigado a acelerar o processo e a encurtar o livro que escrevera por 20 anos, terminando-o “às pressas” e reduzindo seu volume consideravelmente, para poder apresentar seu texto à Linnean Society de Londres em tempo hábil de poder ser reconhecido pelo mérito da descoberta (Browne, 2007: 90-91).

As tiragens da publicação de *Origem das espécies* em 1859 mostram uma popularidade sem precedentes entre as publicações científicas superando obras de divulgação para o grande público (excetuando o notável *Vestiges*) com uma primeira edição de 1250 exemplares esgotando-se no mesmo dia⁵⁵.

Durante sua vida, Darwin publicou seis edições de *Origem das espécies*, que totalizaram 18 mil exemplares (em 26 anos). A primeira teve tiragem de 1.250 exemplares. Vale a pena comparar esses números com os relativos a dois dos livros científicos mais populares do século: *Vestiges*, de 1844, vendeu 24 mil exemplares em 16 anos, e quase 40 mil até 1890; e *Constitution of Man*, de George Combe, publicado em 1828, vendeu 11 mil exemplares em oito anos. Antes da morte de Darwin, em 1882, foram produzidas 11 traduções do livro e diversas versões abreviadas e comentários, muitas das quais exigiram estreita cooperação com os autores e editores (Browne, 2007: 113).

Certamente, ajudava o seu estilo, muito distante do tipo de livro científico que conhecemos hoje, incluindo seu clima pessoal e ausência de fórmulas, experiências de laboratório e linguagem especializada (Browne, 2007: 7), preteridas em prol de um

⁵⁴ E para que Darwin entregasse o artigo a Charles Lyell.

⁵⁵ Tal fenômeno tornou a sua primeira edição, hoje um clássico científico (talvez dos últimos livros científicos mais ou menos compreensíveis por leigos cultos) extremamente valorizada. Um exemplar foi a leilão em 2009 e foi arrematado por 50 mil dólares (Exemplar, 2009).

amplo uso de metáforas, analogias e comparações. As concepções do livro teriam sido intensamente divulgadas em publicações e palestras, resenhas, monografias científicas, filosóficas e teológicas, debates⁵⁶, sermões, leituras públicas e, claro, tanto para manifestar acordo quanto discordância.

Por iniciativa própria, Huxley teve interesse na educação de adultos e se tornou, em 1868, diretor da Faculdade do sul de Londres para Trabalhadores e, por esse motivo, se aproximou de socialistas cristãos ingleses e colaborou no mesmo jornal que Marx e Engels escreveram a respeito de temas militares, a *Pall Mall Gazette*. Enquanto em alguns dos eventos de divulgação com Huxley à frente estavam presentes figuras destacadas e renomadas da intelectualidade científica e aristocrática de Londres, em outros eventos de divulgação voltados para as “classes laboriosas”, como nas palestras posteriormente publicadas como *Seis leituras para os trabalhadores* (1863)⁵⁷, estavam presentes figuras não menos exigentes como Marx, sua filha Jenny e Wilhelm Liebknecht. Segundo relato deste último:

Marx seguiu cada nova aparição, notou todo progresso: Moleschott, Liebig, Huxley - cujas “leituras populares” nós vimos conscienciosamente – eram nomes tão recorrentes em nosso círculo como Ricardo, Adam Smith, MacCulloch e os políticos e economistas escoceses e italianos. E quando Darwin escreveu as conclusões de suas investigações e as tornou públicas, por quatro meses nós não falamos de nada mais exceto Darwin e o poder revolucionário de suas conclusões científicas. (Liebknecht, 1944: 31)

Ao ver o resultado das palestras de Huxley, Darwin passa explicitamente a encorajá-lo ao trabalho de divulgação, vendo no amigo um talento natural para se utilizar de argumentos simples e claros, incluindo aí a proposta da escrita de tratados populares de zoologia (Lightman, 2010: 5-6).

Apesar disso, Darwin viu na aproximação dos socialistas um efeito indesejado, especialmente pelo tipo de resistência involuntária que poderiam provocar em seus

⁵⁶ Dentre eles, destaca-se o debate entre o bispo de Oxford Samuel Wilberforce e o “bulldog” de Darwin Thomas Henry Huxley, em 1860. Certamente muito de caricato envolve essa representação (ver Imagem 5), mas o debate em torno do debate é um sinal importante de sua recepção, ou mesmo sua representação, opondo o moderno Huxley, vestido como um industrial, e o reverendo, vestido como um representante da velha corte inglesa (Ruse, 2006b: 95,96)

⁵⁷ Publicado sob o título *Professor Huxley's Lectures to Working Men. On our Knowledge of the Causes of the Phenomena of Organic Nature being Six Lectures to Working Men, delivered at the Museum of Practical Geology* (Huxley, 1863).

adversários políticos. A presença de membros do radicalismo inglês e do socialismo mostrando interesse pelas obras de Darwin não parecia casual, e houve até quem se aventurasse no campo do estudo da natureza e da nascente ciência da biologia, afinal, a teoria da evolução darwiniana era convidativa àqueles que se aventuravam nas trincheiras do materialismo ou do ateísmo militante, como Aveling, futuro genro de Marx e sobre quem falaremos mais à frente.



Imagem 5. Ilustração de Huxley e Wilberforce a propósito do famoso debate a respeito da teoria da evolução, em 1860.

1.2.1 Aspectos gerais do argumento de *Origem das espécies*

Em que consistia a originalidade das ideias de Darwin, que tanto atraíram o público? O autor de *Origem das espécies* lidou com questões que incluíam problemas relativos à similaridade entre espécies (como padrões compartilhados), utilizando para interpretá-los os resultados das pesquisas no campo da identificação, classificação e anatomia, seguindo as trilhas de predecessores como Buffon, Lineu e Cuvier, e mostrando que tais questões não pareciam ser respondidas com referência a uma causa final ou mera utilidade (como um tipo de funcionalismo), ou mesmo da paleontologia como as relações entre forma e função trazidas por Robert Owen que inspiravam a deduzir a adaptação como uma questão ecológica ligadas aos diversos espaços em que estavam determinados os seres vivos em competição. Para Darwin, o que essas teorias

apresentavam ou apontavam sugeriam aspectos que seriam respondidos pela teoria da evolução⁵⁸. E, para além das questões diretamente tratadas por Darwin, a *Origem das Espécies* inspirou campos diversos da ciência da época, desde a morfologia, passando pela embriologia até a antropologia, que incorporaram aspectos específicos, seja da ideia de evolução, da aceitação de uma descendência com variação e, eventualmente, da *seleção natural*.

1.2.2 A ordem das razões darwinianas

Outro elemento notável do livro é o modo como Darwin tentou expor a seus leitores um ajuste de contas definitivo com os aspectos tratados pelos evolucionistas anteriores, de um modo claro e científico, com a afirmação de uma plasticidade indefinida das espécies na luta pela sobrevivência⁵⁹, seja da sobrevivência da luta entre variedades de uma mesma espécie ou de espécies diferentes, seja entre as espécies e o ambiente⁶⁰. Esse ajuste seguiria uma ordem de raciocínio em relação a constatações e aspectos de outras teorias, conduzindo a inferências e conclusões que, por mais que tivessem ocorrido de modo semelhante em Wallace, mostravam o longo processo de reflexão e articulação teórica de Darwin sobre o tema.

Tomando como guia uma reconstituição feita por Mayr (1982: 479-480), em seu característico estilo sintético e lógico, trago alguns elementos que podem ajudar a

⁵⁸ O que não leva a crer que esses autores possam ser considerados evolucionistas à revelia, especialmente se levamos em conta o comentário de Darwin sobre Buffon na quarta edição da *Origem das espécies* (1886) (Darwin, 1886: xiii). Mayr comenta como Buffon, apesar de não ser um evolucionista, apontou um grande número de problemas evolucionários que jamais alguém havia registrado antes dele (Mayr, 1982: 1933).

⁵⁹ Nessa afirmação da plasticidade indefinida, Darwin apela à interlocução com o campo acadêmico e científico, dando um passo além do que talvez fosse possível para Wallace.

⁶⁰ As diferentes interpretações a respeito da luta pela sobrevivência, em geral, caracterizam-na como um argumento que destaca ou mesmo exalta uma analogia bélica de um conflito entre os indivíduos e variedades de uma mesma espécie ou entre espécies diferentes, mas há o aspecto da colaboração entre espécies diferentes e os diversos tipos de interações ecológicas simbióticas, entre mutualismo, parasitismo, comensalismo, inquilinismo etc., que envolvem relações mútuas que, em muitos casos, conduzem ao processo de coevolução (hoje aceita-se que a própria célula, devido às diferenças de DNA das organelas, tenha origem em uma coevolução simbiótica). O capítulo sobre a rejeição dos socialistas e teóricos russos da evolução ao malthusianismo implícito na ideia de competição entre espécies mostra como tais interpretações se tornaram recorrentes na época e que poderia se fundamentar na teoria darwiniana.

organizar os argumentos envolvidos, dividindo-os em premissas e conclusões que organizam o raciocínio geral da teoria⁶¹:

- 1) **Fertilidade das espécies.** Aqui é incorporada a inspiração malthusiana, cujo fundamento é a crença de que toda espécie é fértil a tal ponto que seu tamanho cresceria exponencialmente se todos os indivíduos que nascessem sobrevivessem para se reproduzir com sucesso;
- 2) **Estabilidade das populações.** Apesar das flutuações anuais e flutuações ocasionais maiores, as populações normalmente se mostram estáveis;
- 3) **Recursos naturais** (como alimentos). São limitados e, apesar disso, sua disponibilidade permanece relativamente constante.

Com base nessas premissas, seguindo Mayr, é possível mostrar as conclusões a que Darwin chega:

Primeira conclusão: a própria luta pela sobrevivência. “Como são produzidos mais indivíduos do que os recursos disponíveis, mas o tamanho da população permanece estável, isso significa que deve haver uma luta feroz pela existência entre os indivíduos de uma população, resultando na sobrevivência de apenas uma parte, geralmente uma parte muito pequena da progênie de cada geração” (Mayr, 1982: 480).

- 4) **Quarta premissa:** a variabilidade. Não há dois indivíduos exatamente iguais; antes, toda população exibe enorme variabilidade;
- 5) **Quinta premissa:** a hereditariedade das características. Grande parte dessa variação é hereditária.

E, por fim, às seguintes *conclusões*:

Segunda conclusão: variação na aptidão e seleção natural. A sobrevivência na luta pela existência não é aleatória, mas depende em parte da constituição hereditária

⁶¹ Outra forma de apresentação esclarecedora da exposição darwiniana é a divisão em níveis distintos em termos de “a). casos específicos, os chamados particulares (entidades concretas); b. regularidades empíricas (padrões gerados por particulares); e c. princípios (assunções extremamente genéricas)”, como é apresentado por Claudio Ribeiro Martins dos Reis (2013: 41). Essa forma de organização da exposição darwiniana destaca outro aspecto importante desse ponto de vista que é o papel lógico e argumentativo dos diversos exemplos que Darwin utiliza, especialmente no caso dos capítulos dedicados à seleção artificial e natural.

dos indivíduos sobreviventes. Essa sobrevivência desigual constitui o processo de seleção natural.

E, afinal, a *terceira conclusão*: ao longo de várias gerações, o processo de seleção natural levaria a uma modificação gradual das populações, isto é, à evolução e à produção lenta de novas espécies.

Muitas das inferências de Darwin respondem a constatações herdadas de outros autores, tendo ele se servido de indícios ou fatos com os quais se concordava para a seguir integrá-los coerentemente, de modo a levar a conclusões distintas. Porém, do mesmo modo, a partir do texto da *Origem*, também foi possível notar como persistiam dúvidas como sobre as “unidades de seleção” ou o “quê” propriamente evolui: seriam os indivíduos ou os grupos, como uma determinada população? Ainda assim é possível olhar e concordar com os argumentos presentes, focando em aspectos como “a competição entre espécies”, a “pressão populacional”, o abandono da busca por uma harmonia estática projetada na natureza. Ao invés de seguirem a projeção de um sentido imediatamente finalista, o argumento da *Origem das espécies* rearticulava um novo sentido às observações sobre os seres vivos tal com eram realizadas até então (Costa, 2014: 105), especialmente ao apresentar o contexto de um processo dinâmico de modificação populacional conduzido por forças externas (Bowler, 2003: 139-140), que dispensava a orientação de um criador ou um projetista.

Respondendo às explicações naturalistas anteriores, o problema do surgimento das espécies saía do domínio da “criação especial”, ou mesmo do processo natural de “geração espontânea” e da explicação da “derivação de espécies em outras”, para remeter a causas imediatas e diretas de fenômenos que seriam denominados hoje de “mudanças macro-evolucionárias”⁶², em um tipo diferente de relação de causalidade ligada ao processo longo e cumulativo de mudanças que conduziria até a formação de espécies (*especiação*), que tem como um dos eventos cruciais o isolamento reprodutivo, que, por sua vez, conduziria a tendências evolutivas mais amplas capazes de responder aos aparentes saltos entre as espécies na escada da vida.

⁶² Na falta de conhecimento especializado na área, evoco aqui um conhecido manual especializado sobre o tema, *Evolution* (1997), de Mark Ridley, em especial o capítulo sobre mudança macroevolucionária.

O livro *Origem das espécies* seguiu sendo comentado, ainda que, como mencionei sobre o caso de Lamarck, fosse raro que a ideia de evolução em voga, mesmo utilizando seu nome, refletisse de fato as contribuições centrais do pensamento de Darwin às ciências naturais e à nascente ciência da biologia, especialmente no que tocava a suas diferenças com outros aspectos dos evolucionismos anteriores e contemporâneos. Assim, o mecanismo lamarckiano, o ortogênico e, posteriormente, o mutacionismo seguiriam influenciando o modo como se concebia o processo evolutivo.

Como teoria nova, a teoria da evolução das espécies enfrentava o problema de como se situar em meio aos aspectos teóricos mais gerais que ela pressupõe, além da sua aplicação pontual a casos específicos ou aspectos teóricos particulares, ou, como posto por Hempel (1965: 370), pela capacidade de “distinguir o que pode ser chamado a *história* da evolução da *teoria* dos mecanismos subjacentes da mutação e da seleção natural”, como os mecanismos que geram a especiação (Hull, 1975: 77).

Além disso, à margem das novidades trazidas por Darwin, questões que ainda não eram claramente resolvidas pela teoria darwiniana, como o problema do mecanismo da hereditariedade, mantinham o caminho aberto a outras concepções que visavam apontar soluções, como as teorias que questionaram Darwin evocando os experimentos de Mendel.

Mas, mesmo se examinarmos as margens do campo propriamente darwiniano, é possível notar como ali se apresentavam esquemas que fugiam das balizas teóricas definidas por Darwin. Mobilizo aqui o exemplo de Mayr sobre seis evolucionistas famosos, além do próprio Darwin: Lamarck; Haeckel, que trataremos à frente; os neolamarckistas; T. H. Huxley, o maior neodarwinista da época, mas que segundo a interpretação de Mayr adotava um modelo que dificilmente se enquadraria na ideia de seleção natural (Mayr, 1982: 510); Hugo de Vries, que cria o conceito de gene e foca na ideia de mutação; e Thomas Hunt Morgan, uma das pessoas que moldaram a genética moderna. Para uma noção geral, reproduzirei uma tabela que dá destaque a cinco fatores principais que os diferenciavam: a ideia de um descendente comum, o gradualismo, a formação de uma espécie relacionada à população não sendo o indivíduo a unidade de seleção natural, ou a aceitação da seleção natural.

Tabela 3. Características distintas entre diferentes concepções da teoria da evolução

	Descendente comum	Gradualismo	Especiação populacional	Seleção natural
Lamarck	Não	Sim	Não	Não
Darwin	Sim	Sim	Sim	Sim
Haeckel	Sim	Sim	?	Em parte
Neolamarckistas	Sim	Sim	Sim	Não
T. H. Huxley	Sim	Não	Não	Não
Hugo de Vries	Sim	Não	Não	Não
T. H. Morgan	Sim	Não	Não	Sem importância

Fonte: Mayr (1982: 506).

É fácil concluir que a teoria da evolução de Darwin não se estabelece de modo claramente distinto de outras correntes de pensamento evolutivo do período⁶³, como o neolamarckismo, o monismo haeckeliano e o pensamento de Spencer. Não só isso: essas concepções ao mesmo tempo moldam o imaginário e contribuem paralelamente ao darwinismo (ou de forma conjugada a ele) para a produção de um vocabulário próprio, atraindo o imaginário sobre a ciência para o tema da evolução biológica, ao mesmo tempo em que construiu um campo amplo de ideias. É por isso que este capítulo da tese foi pensado para apresentar esses pontos de articulação entre o pensamento evolucionista e algumas das filosofias do período que evocam a ideia de progresso, e que vão se relacionar, de um modo ou de outro, ao socialismo.

Mesmo que cada um dos conceitos possa ser explicado como o corolário da teoria mais geral, é sobre um “solo” de pressupostos mais ou menos comuns de onde surgem as concepções que podem ser identificadas como partes de um mesmo “clima” teórico e intelectual, especialmente se enfocamos sua relação com o período em que

⁶³ Num período imediatamente posterior ao século XIX, como dito, o darwinismo passa pelo que Peter Bowler chamou de “eclipse do darwinismo”, entre 1875 e 1925, em que a teoria é submetida a uma série de contestações científicas e descrédito público até pelo menos a chamada moderna síntese, nome dado em 1942 por Julian Huxley à sistematização de trabalhos na área da teoria da evolução biológica que incorporam definitivamente a genética mendeliana. É sintomático destacar que episódios como a ascensão da eugenia como doutrina científica amplamente aceita e do lisenkoísmo ocorram nesse período (Bowler, 2009: 224-74).

estão inseridas, obrigando a certo distanciamento do ponto de vista dos principais protagonistas no período, como é o caso do grupo de cientistas e seus admiradores.

Assim, se acompanho o impacto da publicação da *Origem das espécies* e sua circulação, verificando como certos aspectos da teoria ganham notoriedade e fácil aceitação em detrimento de outros, como a ideia de uma “filiação comum” em detrimento da ideia de “seleção natural”, considerando a importância da seleção natural na explicação da adaptação, ainda que existissem diferenças em sua recepção (Caponi, 2011: 705-38).

A seleção natural é parte estruturante do argumento darwiniano, especialmente no capítulo IV da obra dedicada à “divergência de caracteres”, em que se coloca o que há de específico na teoria darwiniana em relação à observação de uma contínua produção de variedades dentro de uma mesma espécie e a formação de uma espécie particular. Pois se há um processo cumulativo responsável pela diferenciação contínua das variedades originadas de modo aleatório, chamada de “princípio de divergência” haveria um “mecanismo subjacente”, justamente a seleção natural (Reis, 2013:50). A disputa entre sua recepção, no entanto, envolve como estes conceitos se tornavam acessíveis e eram pensados por um público mais amplo.

De acordo com o imperativo darwiniano, os indivíduos são selecionados para maximizar a contribuição de seus próprios genes às futuras gerações; e isso é tudo. (O darwinismo não é apenas uma teoria do progresso, da crescente complexidade, nem da harmonia desenvolvida para o bem das espécies ou dos ecossistemas.) Paradoxalmente (como pensam muitos), segundo esse critério é possível selecionar tanto o altruísmo quanto o egoísmo; os atos altruístas podem beneficiar os indivíduos porque estabelecem laços de obrigação recíproca, ou também porque ajudam um parente que possui genes similares aos do altruísta. (Gould, 1996: 356)

Darwin, procurando fixar um conceito a partir de referências e pistas disponíveis, utilizou-se de uma analogia paciente e detalhada da *seleção artificial* (no capítulo sobre *a variação sob domesticação*) (Darwin, 1859: 7-43) com a *seleção natural* (no capítulo sobre *a variação sob a Natureza*) (Darwin, 1859: 44-59), logo no início da *Origem das espécies*. Essa comparação, presente desde a primeira edição e mantida nas demais, envolve um aspecto comum do modo de vida tanto das áreas rurais como das metrópoles e colônias, ao apelar ao conhecimento sobre as culturas animais, vegetais e à paixão inglesa pela jardinagem, ao mesmo tempo em que parece responder à principal imagem presente em *Vestiges*. Encarando a analogia que fundamentaria a

ideia de um criador de espécies naturais, ou seja, de alguém que seleciona para um processo de modificação intencional como na *seleção artificial*, Darwin parece deslocar a imagem do artífice, do relojoeiro criador de relógios, para focar no mecanismo de um relógio sem relojoeiro, e, no caso, o de uma jardinagem sem jardineiro, colocando em seu lugar a própria luta pela existência entre as espécies em um processo que seria:

unconscious, não consciente, inadvertida, sem deliberação, oferecendo uma imagem aproximada da seleção natural, que é perfeitamente não-intencional na medida em que não tem um agente, mas é provocada pelas “condições de existência” – no caso, a disputa pelos seres vivos dos recursos aptos a mantê-los. (Pimenta, 2019: 41)

Os argumentos dessa parte do livro tomam a forma de uma longa e elaborada resposta a essa imagem criada pelo próprio Darwin, que evoca algo comum à experiência cotidiana de qualquer cidadão dedicado à agricultura, à jardinagem e à criação de animais, como parte de um fenômeno que ocorre por meios semelhantes, mas distinto apenas pela ausência de finalidade (Pimenta, 2019: 40). Assim, para os grupos de interessados já inclinados à evolução, o que Darwin propunha não era uma total novidade no contexto científico do período. E, mesmo os que contrariavam seus princípios, como Stuart Mill, destacavam sua acumulação de evidências e a forma de argumentação como modelo de uma nova prosa científica⁶⁴.

Além disso, entre as diferenças de sentido ligadas às diferentes acepções dos conceitos, torna-se inevitável lembrar um pouco do contexto de sua divulgação e os significados atribuídos em geral a ele:

a palavra evolução entrou na língua inglesa como sinônimo de “descendência com modificação” através da propaganda de Herbert Spencer [...] termo estava à disposição quando muitos cientistas precisaram de uma palavra mais sucinta para a descendência com modificação de Darwin. E, uma vez que a maioria dos evolucionistas encarava a mudança orgânica como um processo voltado para o aumento de complexidade (isto é, para nós), a apropriação do termo usado de maneira geral por Spencer não causou danos à definição. (Gould, 1992, p. 27-8)

⁶⁴ Para ser mais preciso, enquanto John Herschel apontava confusão e falta de rigor em relação ao modelo de demonstração e prova (Browne, 2007: 107-108), Stuart Mill, na edição de 1862 do *Sistema de lógica* dizia que, embora Darwin não tivesse provado algo, era um exemplo de veracidade de sua doutrina e “exemplo irrepreensível de uma hipótese legítima [...] ele abriu um caminho de investigação promissor, cujos resultados ninguém pode prever” (Stuart Mill, 1862: 18).

Enquanto palavra relacionada a seus usos, *evolução* apontava inicialmente para o conceito spenceriano de “evolução”, e afirmo isso simplesmente porque a teoria spenceriana foi a teoria imediatamente anterior a Darwin a tratar do tema (o livro de Spencer é de 1858 e o de Darwin, de 1859) que, apesar do seu desaparecimento poucas décadas depois, constituiu ao lado do darwinismo um dos sistemas filosóficos mais divulgados e lidos do século XIX. Não somente: o próprio termo “sobrevivência dos mais aptos” (*survival of the fittest*) também fora cunhado por Spencer e adicionado apenas a edições posteriores da *Origem das Espécies*, por sugestão de Wallace (Ruse, 2009: 23,1/526)⁶⁵. Por isso, a associação entre Darwin e Spencer emergiu como algo natural, como é claro nos textos dos socialistas que se associaram de um modo ou outro à ideia de evolução, tornando essa associação menos uma questão sobre a distorção desses conceitos e mais um problema relativo a sua antecedência e recepção.

Reiterando aqui o que disse anteriormente, os evolucionismos do século XIX refletem um fenômeno amplo, muito além da influência exclusiva de um único autor, a despeito da importância do lançamento de *Origem das espécies*. Isso porque, mesmo com a crescente popularidade, todos os evolucionismos passam a ser batizados como “darwinismos”, concordando ou não com os aspectos principais da teoria da evolução darwiniana naquilo que a diferenciava de outras teorias. A polissemia do termo evolução se amplia e de certo modo envolve o darwinismo quando este ainda engatinhava, tornando-o igualmente polissêmico.

É possível comparar a incrível proliferação de interpretações que fizeram convergir a teoria da evolução, e mesmo o chamado “darwinismo”, com o socialismo e as diversas teorias sociais a partir do século XIX, que, no tocante ao seu conteúdo e à relação com a teoria da evolução darwiniana, incorporaram em graus diferentes aspectos da teoria que melhor lhes convinham, servindo de baliza ou justificativa científica para a explicação de determinados fenômenos ou para fundamentar e reafirmar pontos de vista

⁶⁵ É importante destacar também que, para Spencer, a seleção natural é um processo secundário que convive com o processo primário de adaptação ao estilo lamareckista, o que torna a incorporação do conceito ainda mais curiosa – talvez vejamos em Darwin um processo de apropriação e ressignificação (Ruse, 2009b: 196,3/526). O caso de Spencer ilustra apenas um caso da recepção das ideias em torno da evolução biológica que aceitam a descendência comum de alguma forma e rejeitam a seleção natural, e que estavam na base do chamado eclipse do darwinismo.

ligados a valores éticos ou políticos⁶⁶. Na falta de um conceito melhor, opto, por ora, por chamar essas apropriações diversas de aspectos parciais de uma teoria inicialmente como “amalgamas teóricas”. Do mesmo modo, é possível dizer que muitos dos evolucionismos do século XIX eram “visões de mundo” divergentes que refletiam uma modificação da forma de pensar sobre aspectos mais gerais da vida orgânica e da política, como o caso dos seguidores de Spencer e do neolamarckismo. Parto desse aspecto para tratar, a seguir, de uma forma geral a respeito de como são borrados esses limites entre as concepções biológicas e as de seus divulgadores.

Nesse sentido, é importante destacar o caso de pensadores como Wallace, codescobridor da teoria da evolução, que se torna também a primeira pessoa a alcinhar e a reivindicar o termo *darwinista*, especialmente pelo fato de que simultaneamente esse mesmo autor ingressou nos círculos radicais e se tornou socialista⁶⁷ (além de espiritualista pouco tempo depois)⁶⁸. É interessante lembrar como Wallace desenvolveu interpretações particulares sobre aspectos específicos da teoria da evolução, como a sua aplicação ao caso humano em um sentido muito próximo ao dos socialistas alemães quando reivindicam Darwin, dando a entender que a evolução ficaria em suspenso para o caso humano com o advento da inteligência⁶⁹. Como vemos, foi comum distanciar-se em aspectos importantes deixados em aberto, especialmente nos anos em que Darwin evitou tratar da evolução humana em específico, um tema de importância central no debate religioso, por exemplo.

⁶⁶ Esse movimento pode ser, em termos gerais, comparado a diversos outros desdobramentos a partir da recepção de conceitos popularizados por autores proeminentes, como o caso do próprio marxismo, se consideramos o quanto da teoria marxista em autores que se intitulam marxistas vem ou não da obra de Marx, seja por optar por temas que não foram especificamente abordados por Marx (podendo ou não ser propriamente um desdobramento a partir da teoria) ou por incorporarem aspectos parciais da obra.

⁶⁷ Wallace foi leitor dos livros que moldaram os progressistas no seu tempo, como o romance *Looking Backwards*, de Edward Bellamy, e *Progress and Poverty*, do economista Henry George, intervindo em temas a favor do direito de voto das mulheres, de reforma e taxação de grandes propriedades e fortunas (Slotten, 2004: 365-72), além de se opor ao militarismo a ponto de propor em 1906 o banimento de um futuro uso militar de aeronaves (Slotten, 2004: 366, 453, 487-88; Shermer, 2002: 23; 279). Foi também um raro exemplo entre os darwinianos a se opor ao eugenismo.

⁶⁸ O apelo ao espiritualismo, que atraiu a atenção de Wallace, era outro grande fenômeno no final do século XIX.

⁶⁹ Wallace acreditava que o conhecimento sobre o processo de evolução dos seres humanos era ainda pouco conhecido, mas a resistência em seu argumento tinha algo a ver com sua crença na espiritualidade (Slotten, 2006: 157-60), e reaparece nos manuscritos em que defendeu o espiritualismo. Por outro lado, Wallace se apoiava na crença sobre a singularidade da inteligência para o processo evolutivo na luta que travou, rara entre os darwinistas, contra os proponentes da eugenia, como dito (Slotten, 2006: 438-439).

Para Darwin, a evolução biológica de modo algum cessaria com o advento da inteligência, mas, em obras posteriores, há autores que acreditam poder notar ali uma concessão ao lamarckismo que se reflete na própria incorporação do termo *evolução*⁷⁰ na sexta edição da *Origem das espécies* (1872), ou mesmo outro texto como *A descendência do homem* (1871)⁷¹, em que notamos como a *Origem das espécies* deixa um legado de questões e dilemas não resolvidos. Do ponto de vista do autor, tratava-se aparentemente de questões de pouca clareza que deixavam mensagens evasivas, mas que, se não poderiam ser consideradas positivas e de encorajamento, também não se podem considerar negativas para os movimentos socialistas em geral naquilo que mais os atraía para a nova ciência do darwinismo⁷². Nessa categoria, estavam questões importantes como as relativas à hereditariedade e o meio ambiente, a relação entre evolução e progresso, a escolha entre ateísmo e espiritualismo e o equilíbrio entre individualismo e coletivismo na seleção natural (Stack, 2003: 10).

A conclusão óbvia a qualquer observador sobre o século XIX sobre esse tema é que o modo como o público em geral (culto ou não) chegava à ideia de evolução encontrava ali a similitude com os pressupostos assumidos quanto a uma ideia mais geral de “desenvolvimento” ou “evolução”. E, ao chegar até aqui, não nego o que parece óbvio como uma hipótese mais geral, a questão preliminar, após destacar alguns aspectos da teoria da evolução é *quais* aspectos, justamente, são trazidos à tona. Além disso, cabe a questão sobre seu sentido. De modo geral, a despeito dos esforços de Darwin, a teoria da evolução continuou sendo incorporada como um tipo de contribuição científica ao “progressismo”, somado à crescente voz de autoridade de que gozavam Darwin e seus seguidores diretos, implicando num amálgama difícil de ser diferenciado de outros evolucionismos, a ponto de descartarem a seleção natural como

⁷⁰ Pedro Paulo Pimenta interpreta que a própria incorporação do vocábulo “evolução” por Darwin seria uma incorporação de aspectos do neolamarckismo, já se assumindo aí um sentido de progressão e, de certo modo, teleológico no sentido de um aumento de complexidade (Pimenta, 2019: 68)

⁷¹ Em *The Descent of Man, and selection in relation to sex* (1871), Darwin apresenta a questão de um outro mecanismo que produz alterações nas espécies para além da relação de adaptação e luta entre elas.

⁷² Não é possível deixar de pensar nisso como uma relação mais que natural entre um público em geral e as questões trazidas pela ciência e suas interpretações frente a questões urgentes do tempo. Hoje, após a pandemia de Covid-2019, podemos fazer um juízo mais compreensivo, tanto da atração quanto da busca de se tirar consequências do tema, ao aproximarmos ainda mais o debate político do debate sobre a ciência.

meio que conduziria à evolução, supostamente sua principal contribuição à teoria evolutiva. Em linhas gerais, a teoria da evolução fornecia uma versão “histórico-naturalista” que fazia, às vezes, até mesmo o papel de “oposição” à visão “histórico-materialista”, o que é fácil de constatar quando outros teóricos incorporaram elementos da teoria ou, em sentido mais amplo, da ideia da evolução, conduzindo-a a outros domínios, como veremos no caso de Spencer. E será justamente essa a tônica, tanto para grande parte dos membros da social-democracia, quanto para vários autores do período, nos mais diversos campos políticos.

1.2.3 Darwin e Malthus

Para o nosso tema, é importante destacar o impacto que as ideias de Malthus tiveram junto a Darwin, especialmente em vista das associações feitas por diversos socialistas do período entre o malthusianismo e a teoria da evolução darwiniana. Cabe, também, um parêntese a respeito das objeções políticas mais comuns quanto à obra de Darwin, que envolvem aspectos de seus textos considerados conservadores ou mesmo reacionários, com destaque para um possível parentesco entre o pensamento darwiniano e o eugenismo nacional-socialista, ou aspectos que justifiquem o colonialismo a partir de elementos biológicos, como um eventual social-darwinismo... darwinista.

Sobre a influência de Malthus sobre Darwin, talvez seja interessante lembrar do momento, narrado pelo próprio Darwin, em que ele encontra a inspiração para pensar no mundo natural como uma luta pela vida, principalmente devido à animosidade que despertou em Marx e em muitos socialistas⁷³. Esse episódio teria se descortinado em 28 de setembro de 1838, quando Darwin toma conhecimento do ensaio anti-utópico (e contra o alívio social dos mais pobres por parte do Estado, e mesmo da caridade por

⁷³ A questão da influência malthusiana em Darwin, autor que foi duramente criticado por Marx, atraiu a suspeita de muitos socialistas sobre a teoria da evolução, mas de certo modo ela seria relativizada, apesar de comentada por Marx, Engels e outros autores como veremos à frente. Também na Rússia, a recepção da teoria da evolução e sua rejeição da ideia de seleção natural ou do mecanismo exclusivo da competição fez com que a ciência biológica se desenvolvesse de modo diverso, criando resistência ao conceito de “seleção natural” (Todes, 1989) e talvez tenha sido um dos fatores decisivos para o clima favorável ao desenvolvimento do lisenkoísmo na URSS. Muitas observações, como as que inspiraram o naturalista anarquista Kropotkin na teoria do auxílio mútuo, envolvem o exame da cooperação no mundo natural, negando a competição como processo exclusivo da luta pela sobrevivência, que não é mais das espécies umas contra as outras, mas também se auxiliando mutuamente para sobreviverem em condições ambientais difíceis. Do mesmo modo, se tornariam para os russos incompreensíveis os aspectos da evolução social humana, levando a um tipo de recepção parcial do darwinismo (Rogers, 1974: 493).

parte de hospitais) do clérigo Thomas Malthus, intitulado *Essay on populations. An Essay on the Principle of Population as It Affects the Future Improvement of Society, with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet and Other Writers* (1798), e o fato curioso da mesma leitura ter sido realizada por um insuspeito naturalista de tendências radicais e socialistas: Alfred Russel Wallace (Costa, 2014: xii), co-descobridor da teoria da evolução, levando ambos a repensarem a relação entre os seres vivos a partir de uma nova baliza, fixando a ideia de uma luta por recursos escassos por parte de indivíduos em populações de tamanhos oscilantes.

A consideração dos homens como seres vivos enquadrados no mundo natural ao mesmo tempo em que se tomava como unidade o próprio conjunto dos seres despertou a imaginação de Wallace e Darwin de modo semelhante. Para ambos, não pareciam estar em questão as considerações de Malthus voltadas à ética individual que se afasta da sensibilidade com relação à pobreza apelando ao autocontrole e ao comedimento (Winch, 2013: 22,9-24,2), ao contrário de outros valores vigentes sobre o tema, como a caridade por parte de organizações religiosas e laicas, a perspectiva política de amenização de uma chaga social por intermédio do Estado (materializada, por exemplo, nas *Poor Laws*⁷⁴), ou mesmo a solidariedade classista (por parte de associações de alívio social por parte de organizações de trabalhadores). Talvez o fosse muito mais pela própria metáfora do que pelo posicionamento político embutido na visão econômica malthusiana e suas conclusões alarmantes de que a população humana cresceria geometricamente (apesar da ausência de dados que apoiassem essa afirmação) ao passo que a produção de alimentos cresceria aritmeticamente (ignorando o contexto dessa questão em termos geográficos, devido à expansão de áreas agricultáveis ou mesmo o aumento de produtividade por parte da agricultura)⁷⁵.

⁷⁴ Uma famosa expressão de Malthus dizia que “a pobreza dependente deve ser tornada uma desgraça”, com a esperança de que a sanção social ajudasse a prevenir a sua disseminação (Mayhew, 2014: 71-72).

⁷⁵ Na época em que Malthus teve sua intuição sobre a relação entre natalidade, fecundidade, mortalidade e migração, não se dispunha de dados confiáveis nem métodos de levantamentos padronizados e regulares como os Censos, limitando o que de fato se conseguia conhecer da relação entre a população e economia (Damiani, 1991: 28). É certo que é uma ideia fecunda, que mostra a visada de um projeto de Estado e que molda posteriormente conceitos como o de “planejamento” e a própria ciência da demografia, com vistas à aplicação eficiente de recursos públicos. A geografia traz a possibilidade de uma crítica à perspectiva malthusiana, afinal, ao ignorar a dinâmica do espaço e a mobilidade, o comentário de Malthus com bases estritamente demográficas teria posto o problema das classes perigosas nos termos de uma “anomia”, um descontrole reprodutivo dos pobres que quebra a possibilidade de um controle populacional. Ainda que

O mais interessante e ilustrativo, porém, é que se observássemos apenas pelo ponto de vista das propriedades reprodutivas humanas, saberíamos da sua potencialidade de aumento populacional exponencial, independentemente do que de fato ocorre. Essa propriedade populacional humana independente de sua ocorrência no mundo em determinada população. No entanto, e se um naturalista extraterrestre visse a população humana a partir da mensuração, ou mesmo da mera observação, e não chegasse a semelhante conclusão? Ora, ele poderia concluir que há outro princípio contrário que reduz o crescimento dessa população até o limite da exaustão de seus recursos. Pois foi a conjunção entre a capacidade de reprodução das espécies e a constatação de um aparente equilíbrio relativamente estável que trouxe à mente de Darwin a possibilidade de um segundo princípio, que o levou à ideia da “luta pela existência” e a “seleção natural” como motor de sua teoria.

É possível dizer que a imagem presente na *Origem das espécies* de uma luta entre as espécies por recursos em uma dada região fosse tomada de empréstimo não apenas de Malthus, mas da economia política e da ciência moral então nascente, em uma analogia entre o individualismo e os valores da competição, a despeito de uma aparente imoralidade, resultando em um “bem” maior constatado a partir do equilíbrio que faz deduzir indiretamente um outro princípio, como para Adam Smith o fora o equilíbrio e a “mão invisível”. Algo que não se constata diretamente, mas se deduz indiretamente a partir das premissas do modelo.

Isso ainda que o apelo da filosofia moral esteja de início implícito no aparente individualismo metodológico⁷⁶, e a própria imagem se apoie em pressupostos assumidos

fosse possível concordar que isso ocorresse, para além do seu efetivo impacto econômico e em uma perspectiva distinta da crítica marxista, esse modelo não corresponderia à efetividade do comportamento das populações, por conta da abstração da miséria social, características de classe e mesmo de que as formas de desestruturação social causadas pela imigração e a miséria durante a revolução industrial tenham impacto na dinâmica populacional, como a diferença entre população recém chegada e estabilizada após um tempo (caso seja possível fazer um paralelo com o problema da colonização e grandes migrações) ou imediatamente após guerras, quando naturalmente a população se expande. Ou, ainda, outra questão importante mesmo entre populações tradicionais que são as chamadas “criptopolíticas”, ou políticas inconscientes de controle de população (Verrière, 1991: 10). Como veremos à frente, será contra esses argumentos de Malthus que Kautsky direciona seu primeiro trabalho teórico enquanto jovem acadêmico.

⁷⁶ É possível, porém, questionar se toda a narrativa darwiniana trata do indivíduo mais apto ou da espécie mais apta, pensando que a seleção atuaria a partir do grupo, e não do indivíduo ou ainda se o nível do grupo seria adicionado ao nível do indivíduo como alvo da seleção natural sem uma substituição. É

sobre o mundo natural, algo em voga na economia política e na filosofia, mas que persiste desde a antiguidade clássica.

1.2.3.1 Sobre a natureza animal do homem

Se a natureza animal dos homens é algo claro nas fábulas de fundo moral correntes desde a antiguidade, é no período moderno que elas passam a ser sistematizadas. Tais imagens passam, então, a ganhar um novo tipo de valor nos argumentos filosóficos, como o famoso provérbio latino *Homo homini lupus est*, “o homem é o lobo do homem”, que figura em *De Cive* de Thomas Hobbes⁷⁷, ou a famosa “fábulas das abelhas” de Bernard Mandeville ou, ainda, a ideia de equilíbrio trazida por Joseph Townsend com o teorema das cabras e dos cães presente na sua *Dissertação sobre a Lei dos Pobres* (1786), que inspiraria Malthus. Desnecessário dizer que nenhuma observação sobre a natureza foi necessária para que se constatasse que o lobo é como um homem que encontra outro homem fora de sua comunidade, como no *De Cive*, ou que colmeias de abelhas sociais (ainda que existam abelhas de vida solitária que não formam colmeias) prosperem no individualismo, egoísmo e livre iniciativa, ou mesmo que a história de Townsend sobre o equilíbrio entre duas espécies invasoras de uma ilha passe longe de qualquer verificação factual⁷⁸, etológica ou naturalista, afinal,

possível encontramos os três entendimentos sobre a seleção natural entre vários autores, seja exclusivo do indivíduo, do grupo ou ambos em níveis distintos.

⁷⁷ “Para ser imparcial, ambos os ditos são certos – que o homem é um deus para o homem, e que o homem é lobo do homem. O primeiro é verdade, se comparamos os cidadãos entre si; e o segundo, se cotejamos as cidades. Num, há alguma analogia e semelhança com a Divindade, através da Justiça e da Caridade, irmãs gêmeas da paz; no outro, porém, as pessoas de bem devem defender-se usando, como santuário, as duas filhas da guerra, a mentira e a violência – ou seja, para falar sem rodeios, recorrendo à mesma rapina das feras” (Hobbes, 2002: 3-4).

⁷⁸ A história de Townsend citada por Malthus mostraria-se desprovida de qualquer base factual. As cabras efetivamente desembarcaram na ilha, mas, no lugar de cães, havia gatos. E, mesmo que fossem cães, as cabras habitaram os rochedos distantes, afastadas dos supostos cães, que, talvez, preferissem as gordas focas da ilha. Apesar disso, Townsend dali derivou deduções sobre o comportamento humano para atacar a Lei dos Pobres, “A fome que doma os animais mais ferozes, ensinará a decência e a civilidade, a obediência e a sujeição, as mais perverso. De uma forma geral, só a fome pode incentivar e incitar [os pobres] ao trabalho, mas as nossas leis já estabeleceram que eles não devem passar fome. As leis, é preciso confessar, também estipulam que eles devem ser compelidos a trabalhar. Mas o constrangimento legal é sempre atendido com muito aborrecimento, violência e barulho; cria má-vontade e nunca pode produzir um serviço bom e aceitável. Enquanto isso, a fome não é apenas uma pressão pacífica, silenciosa e incessante mas, como a motivação mais natural para a diligência e o trabalho, ela se constitui no mais poderoso dos incentivos. Quando satisfeita pela livre generosidade de outrem, ela cria os fundamentos mais seguros e duradouros para a boa vontade e a gratidão. O escravo deve ser compelido a trabalhar, mas o homem livre deve ter seu próprio julgamento e critério; deve ser protegido no pleno gozo do que tem,

tratava-se apenas de marcar o comportamento animal, mesmo entre os mais sociáveis dos animais, como bestialidade e ferocidade, pelo bem da metáfora. Em outras palavras, um exemplo negativo e amoral que se estabelece ao romper o limite humano colocando o animal como um negativo, uma extensão imaginária do pior do comportamento humano ou, de modo anti-intuitivo, positivas, quanto servem para justificar a competição. Nesse sentido, é curioso que Darwin se inspire nos fundamentos morais da economia política e da filosofia moral para explicar os fenômenos do mundo natural, enquanto a mesma economia política e a filosofia moral utilizavam o mundo natural como um referente plástico para ilustrar seus próprios valores, ao mesmo tempo que os projetavam na natureza.

a solução a que chegaram os economistas clássicos teve consequências de grande alcance para a compreensão da natureza da sociedade econômica. À medida que as leis que governavam uma economia de mercado iam sendo apreendidas, essas leis eram colocadas sob a autoridade da própria natureza. A lei dos rendimentos diminuídos foi uma lei de fisiologia da planta. A lei de população malthusiana refletiu a relação entre a fertilidade do homem e do solo. Em ambos os casos as forças em jogo eram as forças da natureza, o instinto animal do sexo e o crescimento da vegetação num dado solo. O princípio envolvido era o mesmo do caso das cabras e cães de Townsend: havia um limite além do qual os seres humanos não podiam se multiplicar, e esse limite era estabelecido pelo abastecimento de alimentos disponíveis. Como Townsend, Malthus concluiu que os espécimes supérfluos seriam mortos; enquanto as cabras são mortas pelos cães, os cães devem passar fome por falta de alimento. Com Malthus, o controle repressivo consistia na destruição dos espécimes excedentes pelas forças brutas da natureza. (Polanyi, 2000: 152)

Um resumo grosseiro sobre a tese de Malthus, de um ponto de vista social, seria o de uma indiferença necessária para com o destino dos miseráveis, expressa na recusa de um socorro social e para os trabalhadores pobres, associada à defesa da “lei férrea dos salários” (uma máxima de origem na escola escocesa que será comum no socialismo alemão entre os lassalleanos que comentarei com mais detalhe no Capítulo 2), segundo a qual os trabalhadores deveriam receber o mínimo para sobreviver, mas em nome de um bem maior, pois serviria de estímulo para algo “positivo”: o trabalho. Para

seja muito ou pouco, e punido quando invade a propriedade de seu vizinho” (Townsend apud Polanyi, 2000: 139-140).

se garantir um bom resultado a partir do abandono das pessoas à própria sorte bastava seguir a crença de que “a sociedade econômica se fundamentava nas inflexíveis realidades da natureza; se o homem desobedecesse às leis que dirigiam tal sociedade, o carrasco cruel estrangulava os rebentos dos imprevidentes. As leis de uma sociedade competitiva eram colocadas sob a sanção da selva” (Polanyi, 2000: 153).

No que toca à inspiração malthusiana de Darwin, não me atrevo a concluir algo de definitivo sobre a questão, especialmente se tal influência avançaria para concepções sobre a política, a economia e a sociedade. No entanto, ressalto que é preciso destacar o quanto Darwin, a princípio, pareceu isolar o aspecto exclusivamente biológico do aspecto moral ao se voltar à explicação da evolução biológica entre plantas e animais. A sustentação de sua hipótese sobre a variação a partir da luta, nesses termos, mostraria mais o quanto certo aspecto, ao ser deslocado, pode produzir efeitos distintos (algo tão corrente, diria, na história da filosofia), quando não conclusões totalmente afastadas daquelas ligadas ao seu nascedouro, especialmente se emerge de algo tão aberto à interpretação quanto uma metáfora.

1.2.3.2 Sobre uma eventual influência darwiniana no nazismo

O campo de interpretação do significado do pensamento de Darwin postulou diversos questionamentos de ordem política a seu respeito, destacando traços conservadores ou mesmo reacionários. Uma primeira movimentação nesse sentido foi a identificação de Darwin com o que viria a ser conhecido como social-darwinismo, ao passo que outra estabelecia uma relação, ainda, com o contexto do pensamento político da época, como se Darwin fosse alguém que apenas tivesse se utilizado do fundamento antropológico dos teóricos da economia política britânica para os estender à natureza, e destacando um parentesco político, especialmente no caso de Malthus, na medida em que “Malthus desejava um universo estático e concebido⁷⁹, e não fez qualquer esforço para ver a luta individual como uma força construtiva da sociedade ocidental” (Bowler, 2009: 105). Esse foi um diagnóstico comum entre diversos autores do campo da filosofia política que se debruçaram sobre o tema dos regimes fascistas a partir do

⁷⁹ No sentido de *designed*, planejado.

conceito de totalitarismo, como, por exemplo, a famosa passagem de Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo* em que afirma que

Subjacente à crença dos nazis nas leis raciais como expressão da lei da natureza no homem, está a ideia de Darwin de que o homem é o produto de um desenvolvimento natural que não para necessariamente com a atual espécie humana, tal como sob a noção bolchevique de sociedade como o produto de um gigantesco movimento histórico que corre de acordo com a sua própria lei do movimento até ao fim dos tempos históricos, quando se abolirá a si próprio. (Arendt, 1976: 463)⁸⁰

Esse é um posicionamento mais duro, e que tem como pressuposto um posicionamento político determinado que acredita que uma interpretação de um processo mais geral, além dos indivíduos, que os anularia enquanto tal em um processo teórico e político. São raros, porém, os historiadores que assumem um paralelo tão radical entre história, ciência e política, como entre darwinismo e marxismo, apesar desse ponto de vista ser partilhado por criacionistas como Richard Weikart (1998 e 2004) e eventualmente filósofos que encontraram entre o marxismo e o darwinismo um ponto comum numa concepção geral (ou visão de mundo), como Arendt. Foi muito mais usual, no entanto, encontrar-se uma ponte entre a extrema direita e o darwinismo por meio de uma definição vaga do termo social-darwinismo, ao associá-lo à ideologia racial ariana, como destacou criticamente Robert Richards (2013: 193-194). Às vezes, mesmo entre historiadores da filosofia de renome, como Peter Bowler, encontramos termos de conexões conceituais (por exemplo, a conclusão de encontrar em Darwin um fundamento na violência entre animais e plantas que seria naturalmente transposto para

⁸⁰ Subjacente à interpretação de Arendt parece estar a ideia de que é impossível pensar de qualquer forma sobre as relações humanas em termos mais gerais, de modo científico ou político, sem que isso incorra em alguma forma de redução da individualidade humana a um sentido total, geral, tal que abstrairia a natureza particular do homem e sua essência. Por certo, é uma crítica válida presente em uma gama ampla de críticas à ciência e à política, válidas até mesmo em um sentido de ciência não instrumental, como a teoria da evolução, mas cujas consequências se colocam simplesmente pela ideia de uma redução da essência humana ao seu aspecto biológico. Esse impasse surge de imediato como uma resposta humanista que se interpõe à própria concepção e visada científica, mas seu contraponto é e foi uma questão que atingiu os socialistas alemães tanto quanto nossos contemporâneos: o que se faz quando se trata de conceitos científicos comprováveis? Deveriam ser ignorados por um fundamento ético? Como relacionar política e ciência nesses termos, quando suas aplicações têm um impacto significativo na vida humana, para bem e para mal, como no caso da genética?

os homens)⁸¹, ora por associar o social-darwinismo, no caso do nazismo alemão, a teóricos que permitiram uma conceitualização da teoria da evolução de modo mais vago, como Haeckel, que por sua vez serviriam como um tipo de elo entre o darwinismo e o nazismo, ora quando o foco foi a colonização e o imperialismo, por conta de um tipo de “ponte teórica” similar, como no caso de Herbert Spencer.

Por outro lado, se procuramos um sentido mais preciso através de uma ligação causal entre Darwin e o que se chamou de social-darwinismo, ou mesmo com o nazismo, o quadro se torna muito mais complexo, pois inicialmente é preciso estabelecer a maneira como uma prova dessa relação causal poderia aparecer para se concordar ou não com ela. Caso contrário, seria como se estabelecêssemos um tipo de relação causal vaga, como, por exemplo, em termos de uma influência que simplesmente estende para o passado o que se conclui como o sentido ético e político do nazismo, como o mal absoluto, o totalitarismo e a barbárie, e então voltássemos no tempo para acusar Darwin ou Haeckel de responsabilidade pelos crimes de Hitler e seus lacaios e, portanto, destacando a maldade implícita na teoria da evolução (Richards, 2013b: 196). Aos historiadores da filosofia, tal procedimento deveria causar estranhamento, pois é algo que ocorre de modo semelhante com muitos autores, como por exemplo com muitos clássicos da filosofia política como Hegel, Hobbes, Maquiavel, Marx e tantos outros.

Também é possível imaginar uma influência difusa da teoria da evolução que uma leitura eventual pudesse causar, por mais difusa e abrangente que fosse em termos conceituais, e ainda assim aceitando a acusação explícita da teoria da evolução como culpada pelo nazismo. Esse procedimento está presente na argumentação de Weikart que envolve ignorar o contexto político e social do período de formação do fascismo (e de Hitler) e toda a história do antissemitismo até então, incutida no conservadorismo cristão europeu, na política conservadora contra a qual o SPD sempre se levantou e, em particular no caso da política alemã, explícito nos posicionamentos antissemitas do Partido de Centro católico durante o século XIX, ou do Partido Socialista Cristão da

⁸¹ Bowler dá a entender que pelo fato de Darwin “ter feito a morte uma força criativa da natureza.. Darwin pode de fato ter involuntariamente ajudado a desencadear o turbilhão de ódio que está tão frequentemente associado ao seu nome ” (Bowler, 2008: 564-565).

Alemanha e explicitamente manifesto nas articulações políticas de grupos como a liga antissemita. E mesmo do eugenismo impulsionado por pesquisas em vários países, dos Estados Unidos ao Brasil, da América à Austrália, passando pela Ásia e África, distanciados da ideia de um evolucionismo, especialmente a teoria darwiniana, inclusive por sua falta de fundamento de uma teoria forte da descendência. Considerando esses termos mais amplos, e levando em conta o contexto político, é muito mais plausível que, para aqueles que “já acreditavam em hierarquias humanas naturais ou que viam a possibilidade de traços hereditários, a teoria da evolução e o darwinismo em geral tenham sido ‘enviados por deus’” (Gillette, 2007: 10), especialmente se levamos em conta o fenômeno do darwinismo inscrito entre os evolucionismos do século XIX, como pretendo deixar mais claro à frente nesta tese.

Uma segunda forma de argumentação propõe uma associação imediata entre o materialismo proporcionado por Darwin e o materialismo que inspira o totalitarismo, incluindo o nazismo. Ora, além de ser importante lembrar que nem Darwin nem Haeckel eram propriamente materialistas, posições tão gerais como o materialismo e o vitalismo, carregadas de uma carga moral específica quando utilizadas como um tipo de acusação, não podem ser consideradas responsáveis, se é possível uma acusação dessa natureza, de serem metafisicamente ou epistemologicamente responsáveis pelo totalitarismo (Richards, 2013: 198). Isso não impede, claro, que os materialistas científicos não tivessem encontrado na teoria da evolução uma formulação científica que foi utilizada aos objetivos do materialismo científico, e com grande entusiasmo, como ocorreu no caso da Alemanha. Neste caso, talvez seja importante destacar a diferença entre o processo de apropriação e a teoria apropriada. Uma coisa foi a apropriação que o materialismo científico fez do darwinismo resultando da criação de uma formulação própria que destoava do argumento darwiniano, especialmente quando se utiliza da teoria científica para justificar uma manifestação política de um “ateísmo” científico aplicado à explicação dos fenômenos biológicos. Outra completamente diferente é a teoria apropriada, no caso a teoria da evolução que envolve sua formulação específica e os limites colocados àquilo que pode ou não explicar e que antecede essa relação.

Isso certamente não impede a existência de formulações filosóficas latentes que podem ser exploradas em interpretações possíveis, mas isso vai além de uma forma de cobrança do posicionamento político da teoria que apropria daquela que foi apropriada. E mais: caberia ainda outra formulação sobre o quanto seria responsável por um tamanho evento político como o nazismo e o imperialismo o fato de uma teoria científica ou filosófica defender ou não o ateísmo, na medida em que a exploração de povos por diferentes religiões deveria fazer ver que um posicionamento contrário ou favorável a um evento como o nazismo independe de um posicionamento favorável ou não ao teísmo, seja por parte de crentes ou ateus. Tal posicionamento se parece mais como o reforço de uma afirmação de um posicionamento religioso e político que extrapola a análise dos eventos, em um tipo de confusão dos termos do debate.

1.2.3.3 Galton e a eugenia

Sobre uma potencial afinidade ou filiação entre Darwin e o pensamento eugenista, não é possível esquecer o fato de que o primo polímata de Darwin, Francis Galton, foi um dos formuladores de um campo que então muitos acreditavam possuir base científica: a eugenia.

[Galton] chegou à ideia de que testes de vários tipos poderiam ser concebidos para classificar indivíduos pela inteligência, ambição, industriabilidade, e similares. Se os indivíduos que obtivessem uma pontuação elevada naquelas características desejadas pela sociedade pudessem ser persuadidos a acasalar uns com os outros, e tivessem filhos, ao passo que aqueles que ficassem abaixo dos padrões socialmente desejáveis pudessem ser dissuadidos de acasalar, então a evolução humana poderia ser acelerada artificialmente enquanto guiada por cientistas sábios em qualquer direção considerada desejável. (Gillette, 2007: 10)

A concepção de Galton propugnava uma seleção positiva de caracteres tendo como alvo atributos intelectuais, como a “genialidade”, acreditando na possibilidade de uma seleção reprodutiva intencional que pudesse criar e fomentar essas características. Quanto a Darwin, o único indício de certa anuência ao pensamento de Galton é um comentário presente em sua elusiva autobiografia, em uma passagem em que comenta sobre predicados de sua família: “Inclino-me a concordar com Francis Galton em sua crença de que a educação e o ambiente surtem apenas um pequeno efeito na mente de cada um e que a maioria de nossas qualidades é inata” (Darwin, 2000: 36-37). Em

termos gerais, é fácil supor que Darwin concordasse, no final de sua vida, com alguma forma de teoria da descendência num sentido mais forte, quando ainda não havia se estabelecido uma concepção próxima ou equivalente às da moderna teoria genética. Aí temos ecos do debate da época em termos mais filosóficos e gerais sobre as concepções de “natureza *versus* criação” (ou propriedades “*inatas versus* adquiridas”), que questionava se características psicológicas, cognitivas e comportamentais, de modo mais geral, seriam advindas do ambiente ou da hereditariedade. E, entre esses atributos, a genialidade (e claro, o auto-elogio implícito da família Darwin).

Contudo, seria forçoso concluir a partir daí uma concordância mais geral de Darwin com outros aspectos do que hoje atribuiríamos à eugenia e seus desdobramentos, especialmente sua aplicação como forma de seleção artificial humana positiva, por estímulo a cruzamentos humanos, ou negativa, seja pela proibição de casamentos de pessoas com habilidades cognitivas questionadas, comportamentais seja em outros moldes, como ocorreu em países como Estados Unidos, Canadá, Suíça e Suécia⁸², até, claro, a barbárie ocorrida nos campos de extermínio nazistas.

A eugenia prosperou especialmente no período que coincide com o que Bowler chamou de “eclipse do darwinismo”, durante o qual teorias alternativas à teoria da evolução circularam, dando respostas a questões sobre o modo de operação da descendência, além de técnicas biométricas de variação das populações que permitiram a aplicação de procedimentos considerados científicos à ideia política de “melhoramento da raça humana”. Ideia essa cuja história possuiu um espectro tão amplo que vai desde a melhora das condições de vida materiais da população, quando se tinha

⁸² Medidas como as leis antimiscigenação nos Estados Unidos, que impediam casamentos interracialis, ou a restrição da imigração por motivos eugenistas são muito anteriores ao estabelecimento da eugenia e remontam ao período colonial, passando pelo segregacionismo até se tornarem inconstitucionais, em 1967. Muitos foram os eugenistas nos Estados Unidos, como o notório Charles B. Davenport, e práticas alternativas, como a homeopatia, defenderam a eutanásia e aqueles que a promoviam e financiavam, além de institutos como o Carnegie Institution, Fundação Rockefeller, que financiaram pesquisas na área, chegando à prática da eugenia negativa por proibição de casamento por motivos raciais, esterilização forçada de pessoas consideradas mental ou socialmente incapazes, tornada lei em 1907 (tornada constitucional em 1924) e de afro-americanas e mulheres latinas, principalmente nos Estados Unidos e na Califórnia, até 1979, assim como a eutanásia por diversos métodos, incluindo infecções induzidas. No Canadá, recentemente vieram à tona casos principalmente de crianças indígenas que eram sequestradas de suas famílias e esterilizadas involuntariamente, além de cidadãos considerados mentalmente incapazes oficialmente pelo programa eugenista do estado de Alberta (1928-1972) e depois pela Colúmbia Britânica (1930-1973), especialmente nos “hospitais indígenas”, mas ainda hoje 100 mulheres indígenas acusam o Estado de terem sido obrigadas à esterilização (Stote, 2019).

um fundamento de uma teoria da descendência próxima ao do neolamarckismo, à demissão da reprodução de indivíduos portadores de características indesejáveis, em nome, principalmente, de uma eficácia dos gastos públicos (como no caso do debate sobre educação⁸³), a esterilização involuntária adotada em certos países contra problemas de cognição, criminalidade e características raciais até o ponto mais extremo que a história conheceu, quando efetivamente se tornou uma “biopolítica nacional-socialista” de modo explícito como nas declarações de Hans Reiter, diretor do departamento de saúde do Reich, com o objetivo de

aperfeiçoar o desempenho e a competência de lidar com a vida [*Lebensstücktigkeit*] do povo alemão. Os esforços direcionavam-se concretamente para o aumento quantitativo da população e para a melhoria qualitativa dos atributos herdados do povo alemão. Para realizar isso, o procedimento de Reiter propõe tanto a eugenia positiva quanto a negativa. De um lado, seria necessário evitar a “prole inferior” e, de outro, fomentar todos aqueles de “valor biológico”. (Lemke, 2018: 25).

Poucos acreditam que o pensamento de Darwin tenha chegado próximo disso, mesmo entre os seus críticos mais ferrenhos, e essa é uma visão de que partilho.

1.2.3.4 Colonialismo e teleologia evolucionária

Voltando a Darwin, mesmo que afastemos uma influência eugenista por parte de seu primo Galton e a influência malthusiana, há ainda muito o que falar sobre uma possível convergência entre o darwinismo e aspectos do pensamento conservador, que trariam outras possibilidades de uma crítica política, não apenas pelas razões apontadas pelos socialistas da época, mas principalmente por temas que seriam considerados sensíveis a uma sensibilidade e percepção contemporânea da política.

O primeiro desses temas, como destacado por Janet Browne no comentário sobre a viagem do Darwin à bordo do navio H. M. S. Beagle, pode ser percebido na postura recorrente entre pesquisadores e exploradores europeus de apropriação da cultura

⁸³ O debate se coloca nos seguintes termos: se há populações que não conseguiriam aprender, o Estado não deveria investir dinheiro nessas comunidades e grupos sociais, uma expressão de uma oposição principalmente à educação em massa e mantendo um viés claro entre grupos identificados como incapazes de darem retorno a esse investimento. Um exemplo: na Inglaterra, testes de inteligência foram usados nas escolas para aprimorar esse filtro, criando-se salas diferenciadas principalmente para os filhos de imigrantes durante um longo período que vai até a década de 1970. Vide Clyde Chitty (2009) para o estudo sobre as políticas britânicas.

tradicional na observação do comportamento de animais e propriedades de plantas, expressa pela prática de não creditar contribuições de indígenas e nativos das colônias, apenas as de outros pesquisadores europeus. A própria viagem do Beagle (já em sua segunda expedição) comandada por Robert FitzRoy tinha como parte de sua missão levantamentos hidrográficos, geológicos e, ao menos por parte de FitzRoy, o desejo de estabelecer uma missão evangélica, trazendo a bordo três homens e uma mulher do povo Yagane (ou Yámanas), habitantes da Terra do Fogo que haviam sido levados anteriormente para a Europa⁸⁴ com a intenção de, após serem “ocidentalizados”, servirem de base para uma missão evangélica na Terra do Fogo.

Tais questões, no entanto, tocam ao entorno da expedição da qual Darwin participou e fugiam em parte de seu controle, e pode-se imaginar, fossem ignoradas no contexto da rara oportunidade para um naturalista neófito em viagens e expedições. Sobre Darwin, em particular, são conhecidos seus juízos contra a escravidão durante a passagem do Beagle por lugares como o Rio de Janeiro (Darwin, 1890: 595), e contra o genocídio das populações indígenas em sua passagem pela Argentina, mas Darwin possuía noções comuns com a época que poderiam aproximá-lo de um relativo evolucionismo cultural, ainda que não as inscrevesse nesse período em alguma forma de determinismo biológico.

E este seria o segundo tema que o tocava mais diretamente representado por manifestações de certo evolucionismo cultural com implicações políticas no juízo de Darwin sobre a evolução biológica, em particular nos pressupostos presentes em argumentos importantes de *A descendência do homem e seleção em relação ao sexo*

⁸⁴ Muitos indivíduos pertencentes a povos originários foram levados à Europa com objetivos diversos, que iam da escravidão nas cortes, passando pelo entretenimento das elites (figurando em “coleções” particulares, como a do cardeal Hipólito Medici no século XVI, em “freak shows”, feiras mundiais e as exposições etnográficas, ou como ficaram mais conhecidas: zoológicos humanos), até objetivos que ocultavam sua violência sob aspirações “mais nobres”, visando sua aculturação pela incorporação de hábitos europeus e sua conversão religiosa ao cristianismo (quando se mostrava simpatia por estes). Além da violência envolvida no sequestro, os indígenas apresados na primeira viagem do Beagle também tiveram seus nomes substituídos por outros, escolhidos pelos europeus: York Minster, Jeremy Button (porque havia sido trocado por um botão), Boat Memory, que faleceu de varíola, e Fuegia Basket, a única mulher do grupo. Expostos diante da sociedade vitoriana, foram examinados para determinar sua eventual inferioridade em relação às capacidades cognitivas ocidentais a partir da ciência da frenologia (Browne, 2001b: 323-329).

(1871)⁸⁵. Pode-se dizer, mesmo após um exame retrospectivo firmado no que se conhece hoje sobre a evolução humana, que estão presentes grandes intuições originais de Darwin nesse livro, como o primeiro palpite de uma origem do homem na África⁸⁶, a ideia de um surgimento conjunto de características como o bipedismo, a tecnologia e o cérebro grande, a forma dos dentes (com caninos menores), a inscrição da evolução humana como a de qualquer outra espécie animal nos quadros da seleção natural (e diferente da convicção de Wallace, de uma especificidade humana intrínseca) (Leakey, 1997: 15-19).

Muita tinta também correu sobre o quinto capítulo do livro mencionado: “Sobre o desenvolvimento das faculdades morais e intelectuais durante os tempos primitivos e civilizados”, em que se enuncia a ideia da passagem necessária, em termos de progresso, de um modo de vida selvagem para o bárbaro e, enfim, para o civilizado, onde imperaria a competição individual como motor do progresso (Killgrove, 2021: 113-114).

Já o argumento desenvolvido no sétimo capítulo, “Sobres as raças humanas”, é peculiar na medida em que se inicia inclinado a destacar a constância das características similares entre os homens (Darwin, 1889: 166), porém, ao expor o ponto de vista que destaca as características raciais, são assinaladas exceções a partir de “certas tribos negras”. Um dos problemas é que, apesar da intenção explícita de analisar a humanidade como faria com os outros animais, Darwin se apoia principalmente em testemunhos frutos de observações pessoais de colonizadores, cientistas e viajantes europeus, e mesmo considerando que são opiniões não conclusivas e contrastantes e assumir o ponto de vista de uma origem comum (vinculando assim a teoria da evolução ao debate do monogenismo), assume que isso bastaria para levá-lo à conclusão de que haveria características suficientes para definir as “raças” humanas de um modo

⁸⁵ Debateremos isso adiante, ao lidarmos com a discussão de Bebel em *A mulher e o socialismo* (1879), que toca em aspectos da resposta socialista ao debate sobre a diferenciação sexual humana e suas implicações na luta socialista e, em parte, na questão racial, que está implicada nessa diferenciação.

⁸⁶ O comentário é notável por ser anterior a quaisquer evidências fósseis e relacionando à presença de outros seres vivos similares à humanidade nessa região, apostando no chimpanzé e no gorila como parentes mais próximos dos seres humanos a partir de um ponto de vista morfológico, o que não era uma obviedade e sofreu resistência por parte de antropólogos físicos. Haeckel apostava na Ásia como berço provável da humanidade, e nos orangotangos como parentes mais próximos dos seres humanos (Wood, 2006: 28-29).

científico como subespécies, destacando entre as características principais de cunho comportamental e morfológico observações sobre a inteligência amparados nos testemunhos que colheu posicionando as populações negras no grau mais baixo (Fuentes, 2021: 147-149). Além disso, Darwin apresenta como hipótese o isolamento geográfico dessas populações como algo determinante e que teria ensejado distintas pressões seletivas, conduzindo à suposta diferenciação.

Em muitos lugares, notam-se aspectos notórios do que se pode considerar “uma ligação entre a ideia de progresso e a de hierarquia racial [...] que emerge de modo particularmente claro nos pensadores típicos da era vitoriana” (Poliakov, 1974: 290), ou do racismo científico baseado no preconceito cultural, como podemos encontrar na crítica de Stephen Jay Gould a Paul Broca em *A desmedida do homem* (Gould, 1996: 105-139). É paradoxal que os simpatizantes de Darwin abstraíam o contexto da época e o modo como ele permanecia comprometido com uma premissa embasada em uma determinada visão de mundo, que dá significado à separação dos seres humanos entre “raças” distintas, mesmo se os dados científicos apontassem em outra direção (Fuentes, 2021: 152).

Essa mesma visão de mundo pressuposta, que tem um ponto cego no empreendimento imperial colonizador, também apaga um terceiro aspecto. O modo como Darwin, no capítulo dezenove, abordou a diferenciação entre os sexos a partir da premissa de outro aspecto da moral vitoriana, que era o papel exercido pela sociedade patriarcal europeia nas relações de gênero, dando um fundamento científico ao modo de vida europeu de seu tempo e apresentando essas relações de gênero como algo naturalizado e resultante de uma evolução biológica focada na seleção de parceiros para a reprodução, qualificando as características femininas pela ótica da moral vitoriana (como a delicadeza, o comedimento e a não violência) como um parentesco entre um tipo de dimorfismo sexual residual e características de populações em um estado inferior de civilização

Com as mulheres, os poderes de intuição, de rápida percepção e talvez de imitação são mais fortemente marcados do que no homem; mas algumas, ao menos, dessas faculdades são características de raças inferiores e, portanto, de um estado anterior e inferior da civilização. (Darwin, 1890: 326-327)

Por ora, basta dizer que esta questão será importante, especialmente num contexto de lutas das mulheres e, especialmente, quando o tema aparece de modo inescapável aos socialistas alemães. Aceitar de algum modo a teoria da evolução será aceitar as balizas do modo como Darwin subscreveu esse tema? Para Bebel, em *A mulher e o socialismo*, certamente não, mas isso não quer dizer que parte das explicações naturalistas ou um reconhecimento da inferioridade, como tento expor adiante, não tenham deixado alguma influência. Afinal, mesmo que se lute contra certos pressupostos compartilhados inconscientemente, não basta a vontade, e mesmo as rupturas parecem se dar a partir de fendas e rachaduras, com raras explosões. Certamente, Darwin trazia algo novo para a percepção de seu tempo, mas não escapava de pressupostos que moldavam algumas das suas concepções, mesmo que fosse capaz de levá-las para outro lugar.

A título de conclusão sobre esse tópico, digo que, se por um lado não é possível imputar ao evolucionismo nos termos darwinianos o surgimento do nazismo, é inevitável constatar que, assim como se constituiu uma visão de mundo socialista que em alguns pontos de contato absorveu aspectos do darwinismo de modo difuso e complexo, como tento expor nesta tese, o evolucionismo darwiniano também fez sentir sua influência entre o conservadorismo e o liberalismo ao longo do século XIX, de modo igualmente difuso e complexo. Essa visão de mundo que chamamos de social-darwinismo fez parte da paisagem mental das elites e gestores do século XIX até o começo do século XX, especialmente durante o período do chamado “eclipse do darwinismo”, como um tipo de organização mental do imperialismo colonial. Certamente, muitos de seus traços são parte da “bagagem mental” dos intelectuais do período e elementos evolucionários estiveram presentes, não mais como um fundamento científico, mas principalmente fundamentando o evolucionismo cultural e social que coroava as potências e elites europeias como aquelas abençoadas por deus pela melhor descendência e destinadas ao domínio político e social dos fracos, sejam eles definidos como raças, etnias, nações ou pobres submetidos ao seu domínio.

Porém, se esses limites existem no darwinismo, não foram poucos os que viram razões para tomar esses episódios como algo singular, que não influía sobre a totalidade de sua teoria, ao menos não como o movimento vitoriano e imperialista que passamos a

conhecer como o social-darwinismo ou o eugenismo vieram a se tornar. É importante ter em mente os traços principais do darwinismo em relação ao modelo da teoria evolucionária que o precedeu, especialmente naquilo em que difere de outras formas de pensamento evolutivo do período, antes que passemos aos tópicos mais gerais sobre o pensamento darwiniano logo a seguir.

1.3 A DESCENDÊNCIA DE HERBERT SPENCER, OU O CATECISMO FILOSÓFICO DO PROGRESSO

O Deus de Spencer era a Evolução, algumas vezes chamada Progresso.

Talcott Parsons (1949: 4)

A teoria da evolução capturou a imaginação de vários filósofos e teóricos sociais do século XIX, mas, em alguns casos, como o de Herbert Spencer, ela se incorporou a uma reflexão já em curso sobre o tema da vida. Spencer era um polímata⁸⁷ e, tal qual Augusto Comte, tinha uma afinidade com as ciências exatas e com a ideia de coordenação e síntese ampla entre as áreas do saber apoiada na ideia de evolução. Para muitos dos seguidores de seu sistema, era como se Darwin cobrisse apenas um dos aspectos de uma ideia mais geral de evolução, ao passo que Spencer, com sua “filosofia evolucionista”, permitia uma extensão e explicação dos pressupostos válidos da evolução para uma série de outros domínios além da biologia⁸⁸. Spencer foi o filósofo mais lido e influente do final do século XIX (com uma influência notável antes mesmo da publicação de seu primeiro livro⁸⁹) e sua obra, ao mesmo tempo em que rejeitava o

⁸⁷ Spencer inicia sua carreira como engenheiro civil, posteriormente assumindo o cargo de editor da *Economist*. Seus interesses e contribuições originais, que passam por temas de ética, educação, biologia, política e psicologia, o tornaram um dos personagens intelectuais mais influentes do final do século XIX.

⁸⁸ “Muitos atribuíram a Spencer o epíteto de ‘filósofo da evolução’. Michael Ruse sugere que coube a Spencer assumir o papel do profeta da evolução [...]. John Dewey (1859-1952) comenta que sua imagem pública era a da teoria da evolução encarnada” (Baiardi, 2008: 11).

⁸⁹ “O destino do nome, trabalho e pensamento de Spencer constitui uma das curiosidades mais notáveis da história intelectual do mundo moderno. Seu sistema de evolução, cuja circulação internacional começou já em 1860 – antes mesmo de seu primeiro volume ser publicado, graças ao proselitismo de um escritor de ciência americano chamado Edward L. Youmans e ao apoio de um círculo de eminentes assinantes –, se tornará, em algumas décadas, a Bíblia secular do desenvolvimento ocidental, especialmente nos Estados Unidos. A sua influência será imensa como veremos, mesmo que comparada com a do positivismo, apesar de seus protestos. As obras de Spencer serão traduzidas e comentadas em todas as principais línguas da cultura, e seu pensamento se imporá com força em toda a Europa Ocidental e nos Estados Unidos, mas também penetrará na Rússia, nos países árabes e, com um âmbito singular, no

legado comteano, mantinha uma síntese filosófica com muitos elementos em comum tendo como característica que o destacava o peso e a influência notável de um imaginário ainda mais radicalmente ligado à vida como modelo para conceber as relações sociais⁹⁰.

Charles Taylor, em seu clássico sobre Hegel, comentaria o período que teve seu auge com Comte e Darwin como uma reação ao período anterior sob influência principalmente do romantismo, herdeiro do iluminismo e crítico das consequências da “civilização industrial, tecnológica e racionalizada que foi crescendo desde o século XVII” (Taylor, 2014: 580). Esse período anterior deu o tom de certa inquietação social do indivíduo frente ao advento dessa nova sociedade, já a sociedade sob influência de Comte e Darwin representaria um tipo de absorção da inquietação da sociedade burguesa frente ao advento dessa nova conformação social ao “encapsular na vida privada” o impulso pela liberdade individual e incorporar muitas das noções do pensamento “expressivista”, que buscavam uma síntese significativa da experiência humana, e “romântica” ao considerar aspectos da vida instintiva, irracional e não imediatamente compreensíveis pela razão, ao mesmo tempo em que descartava as categorias filosóficas nas quais elas originalmente haviam sido acomodadas, como a ideia de “orgânico” e a concepção filosófica de natureza que remetiam à uma visão teórica totalizante.

Concepções orgânicas influenciaram uma biologia que voltou a ter uma orientação mecanicista. Elas estão na base também da sociologia de Comte, que, não obstante, livra a ciência das categorias da expressão e da causa final. Concepções desenvolvimentistas inspiradas em Darwin tornaram-se parte central do cânon da ciência ortodoxa (Taylor, 2014: 582).

Japão. Suas teses serão disseminadas universalmente, por meio do ensino universitário, nas seções científica e filosófica dos periódicos mais lidos, e às vezes discutidas, como em Paris, por André Lalande, em 1899. É justo dizer hoje que nenhum sistema filosófico conheceu, na época moderna, um sucesso tão extenso ou tão profundo, sendo esse fenômeno geralmente devido ao fato de coincidir em suas linhas de força com os argumentos teóricos dos partidários do liberalismo que se instala na turbulência da Revolução Industrial” (Tort, 1996: 7,0/309).

⁹⁰ Ainda que Comte também consigne um lugar especial para a biologia em seu sistema filosófico, logo abaixo da sociologia.

Para a teoria social, a herança de Comte e Spencer teve algo de fulgurante e contingente, mas, apesar disso, muitos apontaram em Spencer traços considerados importantes para o pensamento social posterior, que podem ser encontrados nos cursos de teóricos da sociologia como Florestan Fernandes e nos cursos de sociologia de Adorno, mesmo com todas as críticas ao positivismo⁹¹ que este partilhava com outros teóricos da Escola de Frankfurt.

O pensamento social brasileiro do século XIX desenvolveu-se a partir das raízes firmes entre os juristas que tiveram a primazia na tarefa de intérpretes por excelência da sociedade segundo uma orientação cientificista (Cândido, 2006: 272), onde o meio natural, seja em termos raciais ou biológicos ou de evolucionismo cultural e institucional, era utilizado como fundamento para a explicação das questões candentes sobre o projeto de país sob uma exposição histórica, acomodando de diversos modos o que seria especificamente humano e biológico. Entre os pensadores brasileiros desse período, foi grande o impacto de Spencer, assim como o de Haeckel, posteriormente, fazendo escola e sendo nítida sua influência entre os pensadores da Escola de Recife e em nomes de vulto, como Euclides da Cunha, Silvio Romero, Fausto Cardoso (este último encontrando no monismo de Haeckel), Clóvis Bevilacqua, Augusto Franco, Lívio de Castro (médico e antropólogo físico), entre outros.

Pouco tempo depois, observar o passado spenceriano da teoria social brasileira demandava certo esforço investigativo. Florestan Fernandes, em seu manual *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (Fernandes, 1959), fez um balanço crítico do papel de Spencer como o principal representante do período organicista do desenvolvimento das teorias funcionalistas, para o qual “a sociedade é elaborada de modo a permitir sua assimilação ao organismo e o recurso constante a conceitos ou princípios biológicos”, enquanto uma “entidade composta de unidades discretas, os

⁹¹ Tal crítica indicava principalmente o problema de uma separação entre o conhecimento sobre a sociedade como disciplina autônoma em relação aos demais aspectos políticos, econômicos e sociais sobre a sociedade. Um exemplo disso é o debate sobre o positivismo nas ciências sociais, presente em *A Disputa Positivista na Sociologia Alemã* de Adorno, em que, formalmente, não estava presente nenhum positivista, mas em que o sentido de positivismo, além do positivismo lógico, apontava a sociologia como ciência separada de fatos sociais mensuráveis e distantes de diversos outros aspectos que fazem parte dela, mas que seriam relegados a ciências autônomas. O positivismo nesse caso significaria a “observação, comparação e classificação dos fenômenos, aceitando materiais factuais, o dado positivo, como a base do exame da realidade, e rejeitando a especulação teórica” (Benzer, 2011: 86-87).

indivíduos, mas possuidora de certa constância na distribuição das partes em consequência de uma existência regulada” (1959: 201). Em suma, quanto mais desenvolvida a sociedade, mais diferenciadas as suas unidades discretas e mais interdependentes e insubstituíveis no cumprimento de suas funções sociais (1959: 202-203). No entanto, apesar de sua importância para o funcionalismo, concepção sociológica que Florestan Fernandes partilhou em suas pesquisas iniciais a respeito da sociedade Tupinambá, ele acreditava que “tais aplicações da noção de função revelaram-se infrutíferas. Delas não resultou nenhum refinamento da metodologia sociológica, apesar do interesse que certas ideias poderiam apresentar na formação de uma sociologia aplicada com base funcionalista” (1959: 203). Isso se deveria, prossegue o sociólogo:

inconsistências evidentes da doutrina organicistas das funções. Em primeiro lugar [...] nessa doutrina se levou demasiado longe a combinação de uma explicação mecanicista das conexões funcionais com uma concepção teleológica dos processos sociais. Em segundo lugar, o recurso sistemático à analogia acabou imprimindo às principais explicações o caráter de afirmações especulativas. Por fim, a própria natureza do pensamento por analogia se ergueu como um verdadeiro impecilho à formação de um método de indução analítica, capaz de conduzir a inteligência na explicação funcionalista das condições de existência social. (Fernandes, 1959: 203-204).

Já Adorno, por sua vez, acreditava em um poder maior no poder de explicação por parte de Spencer, recomendando sua leitura. Para Adorno, o ponto de vista de Spencer seria limitado, mas não apenas por razão de um ponto de vista epistemológico determinado, mas justamente por ter sido desatualizada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo que destacaria um processo de homogeneização, ao contrário de uma diferenciação interdependente.

Recomendo a obra de Spencer como muito valiosa a todos os que em seus estudos dispõem de tempo para uma leitura demorada. Acredito que muitos dos grandes sistemas sociológicos posteriores – inclusive o de Durkheim – não podem ser compreendidos sem o conhecimento de Spencer. Spencer determinou a dinâmica da sociedade em um sentido cuja melhor designação talvez seja um crescimento da integração. Essa tese da integração crescente foi propriamente assumida por Durkheim quase diretamente nos termos em que foi formulada. Ela significa, antes de tudo, que setores cada vez mais amplos da sociedade se conectam de um modo que os coloca em dependência recíproca. [...] Ou seja, a socialização, isto é, a simples rede de

relações sociais tecidas entre os homens, se torna cada vez mais densa.
(Adorno, 2008: 123)

Levando em consideração a perspectiva spenceriana de integração diferenciativa, sem reconciliação, portanto, dos conflitos sociais (Benzer, 2011: 29-30), com uma integração que implicava simultaneamente a uma diferenciação social (Adorno, 2008: 239). Para Adorno, Spencer representava “um avanço decisivo em relação a Comte” (idem: 239), acreditando existir um “um sentido muito positivo” no naturalismo de Spencer. No entanto, quanto ao diagnóstico sociológico spenceriano, Adorno acreditava que a integração social no capitalismo suplantaria a diferenciação que lhe seria simultânea (Adorno, 1966: 307).

Herbert Marcuse, em particular, destacou o significado profundo da separação entre a filosofia e uma teoria sobre a sociedade que legava a explicação de aspectos fundamentais da sociedade a outras ciências especializadas, como a economia, a ciência política e a religião. O positivismo comteano e sua descendência teórica nas ciências sociais se oferece como um tipo de antítese da filosofia hegeliana e marxista, dado que nega qualquer conteúdo à filosofia em direção à sua “realização” (Marcuse, 2004: 337-338)⁹². Se em Comte os indivíduos deveriam ser integrados à sociedade como “mero subproduto das leis inexoráveis que governam o processo social”, em que o exército cumpriria a missão social como “grande corpo de segurança pública” (Marcuse, 2004: 325), legando para a realização de um horizonte ético na ideia abstrata de humanidade, seus discípulos Stuart Mill e Spencer procurariam cada vez mais conceber o lugar da sociedade e do indivíduo em novas sínteses filosóficas.

Para Stuart Mill, a lógica da ciência social estaria em uma “lógica geral compreensiva”, e em Spencer os princípios da sociologia são uma parte dos *Primeiros Princípios*, o que à primeira vista mostraria uma união entre as ciências e o conhecimento sobre a sociedade, para além da separação comteana, pondo em questão o conhecimento positivo dessas ciências particulares. Contudo, Marcuse apontava como,

⁹² A referência de Marcuse da relação entre a teoria social sobre a sociedade em constante mudança e transformação e a prática de sua transformação trata-se da famosa tese 11 sobre Feuerbach escrita por Marx em 1845, e que explicita a relação crítica com o pensamento filosófico por parte do marxismo que se apropria de seu conteúdo potencialmente revolucionário na própria crítica social, orientando criticamente o pensamento na direção da transformação social e que evidencia a necessidade da mudança do próprio fundamento do pensamento sobre a sociedade.

para esses pensadores, o sentido da filosofia era totalmente diferente da ideia de uma teoria social que incorporava a filosofia e uma crítica dos fundamentos da sociedade, como os citados marxismo e hegelianismo, na medida em que a filosofia seria meramente uma sinopse de conceitos e princípios fundamentais empregados nas ciências especializadas – “em Comte: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia; em Spencer: biologia, psicologia, sociologia e moral” e sem nenhum apelo a um fundamento que transcendesse os fatos positivos observáveis (Marcuse, 2004: 338).

Pode-se caracterizar o spencerismo como uma síntese entre formas específicas de conhecimento social que, como outras teorias do mesmo período, propunha tentativamente uma resposta teórica ao problema da fragmentação dos conhecimentos legada pelo pensamento positivo, não a partir de seu fundamento social, como o hegelianismo dos jovens e neo-hegelianos e o marxismo, mas por uma nova teoria do conhecimento que convergiu com a ideia de progresso vigente e com o darwinismo. Em outras palavras, uma torção coerente com o positivismo comteano que encontrou na visão “biologizante” uma síntese convidativa às nascentes ciências sociais e do espírito ao próprio espírito do tempo.

Se é possível considerar que Spencer foi o “intelectual mais famoso das últimas décadas do século XIX”, superando mesmo o positivismo comteano até que sua estrela desse lugar à de Henri Bergson no início do século XX (Eriksen; Nielsen, 2001: 37), é impossível ignorar como sua influência declinou bruscamente no início do século XX. Não à toa Parsons inicia sua investigação sociológica em *A Estrutura da Ação Social* (1937) com o comentário sobre a ascensão e queda de Spencer e de suas contribuições à teoria sociológica (Parsons, 1949: 3-6), afinal, como um dos principais promotores da ciência nascente da sociologia poderia desaparecer tão rápido, mesmo com tamanho impacto de sua obra? Em especial, se se considerar o quanto sua obra contribuiu de modo decisivo em diversas áreas, como entre os teóricos da evolução biológica, incluindo a persistência de termos sugeridos por Spencer, entre os quais a própria

palavra “evolução” ou o empréstimo de um vocábulo como *fittest* (mais apto), reconhecido por Huxley, pelo próprio Darwin e mesmo por Wallace⁹³.

Mesmo o sentido geral do pensamento de Spencer, que teve grande impacto na sociologia, chegou a influenciar Wallace quando este expõe seu acordo com a concepção apresentada nos textos sobre sociologia dos *First Principles* (1860-1862) [*Primeiros Princípios de um novo Sistema de Filosofia*] (Costa, 2014: 73), onde Spencer tratou da ideia de um princípio universal em direção à organização partindo da “homogeneidade incoerentemente indefinida” para a “heterogeneidade coerentemente definida”. Desse livro, anterior às reflexões de Darwin diretamente sobre a evolução humana em *Descent of Man and Selection in relation to sex* (1872), Wallace se impressionou com o modo como Spencer articulava as questões relativas à crenças e valores em uma ideia mais geral de evolução segundo a qual “as crenças gerais teriam alguma base verdadeira” amparada nas ciências naturais, incluindo aí a ética, a linguagem e as próprias concepções religiosas que “de certa forma seriam propícias ao bem estar humano” (Spencer, 1862: 178). Para Wallace, assim como muitos outros pesquisadores, tal intuição abria espaço para um novo aspecto relativo a algo análogo ao que seria posteriormente conhecido como o funcionalismo e o evolucionismo na explicação das organizações humanas⁹⁴.

Essa aproximação não é tão simples, automática ou necessária como parece, já que entre as concepções spencerianas presentes nos *Primeiros Princípios*, aspectos

⁹³ Wallace certamente foi o mais receptivo e paciente em relação a Spencer, e costumava visitá-lo na pensão onde morava para conversar. Darwin considerava suas afirmações “especulações infundadas”, preferindo distanciar-se dos seus escritos apesar de se esforçar em lê-los (Browne, 2011: 246-248).

⁹⁴ Quando aplicado ao caso das ciências sociais, não é raro emergir uma equivalência entre organicismo, funcionalismo estrutural e evolucionismo que envolve como uma interpretação mais geral o próprio positivismo. Veja-se o comentário de Anthony Giddens (1984: 1): “O pensamento Funcionalista, a partir de Comte, tem olhado particularmente em direção à biologia como a ciência provedora do modelo mais próximo e compatível para a ciência social. A Biologia foi tomada para fornecer um guia para a conceitualização da estrutura e a função dos sistemas sociais e para analisar o processo de evolução pelos mecanismos de adaptação [...] Tanto o estruturalismo quanto o funcionalismo enfatizam fortemente a preeminência do mundo social sobre as partes individuais (i.e. seus atores constituintes, sujeitos humanos)”. Apesar das mútuas rejeições entre Comte, Spencer, Tylor e Morgan, aparentemente, ao lado da ideia de um darwinismo social, a ideia de uma imagem orgânica da sociedade impera como um modelo para a compreensão da sociedade que substituiria aquele do mecanismo do imaginário político e social.

distintos convivem reafirmando crenças como o “monismo”⁹⁵ (que assenta a concepção em torno da ideia de evolução em debates relativos a um período anterior do pensamento sobre a história e teologia natural), elementos que pareceriam assentimentos ao lamarckismo e à ideia de uma unidade da humanidade, em que a evolução reafirmaria a “evolução da civilização” como passagem do homogêneo para o heterogêneo estendendo da existência humana biológica para a sociedade, a cultura ou civilização (apesar do repúdio de Spencer ao pensamento de Comte, há traços análogos à passagem de um estágio teológico a um estágio positivo da humanidade da filosofia de Augusto Comte) (Spencer, 1937: 305-311). Trata-se de algo similar às concepções sobre a sociedade em voga pelo menos desde o iluminismo, ainda que apresentasse elementos distintos, como uma hierarquia entre civilizações e raças em termos de superiores e inferiores, preceitos “anti-iluministas” dos quais mesmo Darwin compartilhou alguns aspectos mais moderados (apesar das famosas manifestações contra a escravidão durante a Viagem do Beagle) (Browne, 2011b: 277-81; 335-7) e mesmo Wallace, ainda que ambos rejeitassem qualquer substância às diferenças entre os homens (Kuper, 1999: 11).

1.3.1 Evolução social

Mesmo que possamos afastar de Wallace e Darwin a ideia de uma superioridade racial, ainda assim é possível constatar em Spencer traços da justificação de uma hierarquia social pensada ao se comparar as sociedades humanas pela ótica da cultura, da civilização e das manifestações humanas, apesar das profundas diferenças em termos do quanto isso se encaixava na teoria da evolução biológica.

Em um artigo escrito para o *Journal of the Antropological Society*, em 1864, como resposta às traduções de textos de Paul Broca e do naturalista e socialista alemão

⁹⁵ A palavra “monismo” aqui não se refere ao conceito de uma substância única, mas à ideia de uma origem única da humanidade (sinônima, portanto, de “monogenismo”) em oposição à ideia de “poligenia”. O debate em torno da ideia de monismo e poligenismo possui importância devido à ideia de uma origem única ou não da humanidade poder fundamentar diferentes origens ou criações de espécies humanas, logo, fundamentando o debate racial, tendo importância sobretudo na forma de eugenismo racista que fundamentou o pensamento nacional-socialista. No século XIX, esse foi um longo debate que não necessariamente opôs as correntes políticas de então, por apontar para um debate teológico e científico.

Karl Vogt⁹⁶ que traziam novamente a ideia de uma poligenia humana⁹⁷, Wallace tratou da evolução humana nos seus termos. No texto, expôs sua crença de que, “em algum momento inicial da história humana, a pressão seletiva devia ter mudado do corpo físico para os processos mentais”, fazendo com que a seleção agisse sobre a “mente e o comportamento humanos, produzindo a faculdade de fala, a arte de fabricar armas e a divisão do trabalho” (Browne, 2011a: 337) produzindo uma autonomia relativa do homem quanto ao ambiente natural e, assim, das leis da evolução biológica tal como se conhecia.

A partir do momento em que a primeira pele foi usada como cobertura, quando a primeira lança tosca foi formada para auxiliar na caça, a primeira semente semeada ou o broto plantado, uma grande revolução foi realizada na natureza, uma revolução que não teve paralelo em todas as eras anteriores da história da Terra, pois um ser tinha surgido que não estava mais necessariamente sujeito a mudanças com o universo em mudança – um ser que era em algum grau superior à natureza, na medida em que ele sabia como controlar e regular sua ação, e poderia manter-se em harmonia com ela, não por uma mudança no corpo, mas por um avanço da mente. (Wallace, 1864: 167-168)

Mesmo que Darwin seguisse um caminho diferente, ao destacar outro elemento notável, a seleção sexual, como fator crucial para a evolução humana e sua diferenciação, a intuição de Wallace, partilhada por outros pesquisadores, produzia certa coerência em relação à visão de mundo de grande parte dos estudiosos da natureza humana que, apesar de reconhecer certa especificidade no homem, não negavam os pressupostos gerais da teoria da evolução. Era um equilíbrio delicado entre a defesa de um aspecto fundamental do darwinismo: a seleção natural com aspectos do pensamento spenceriano, ao colocar a cultura e, principalmente, os valores humanos como parte da evolução biológica conciliada em termos materialistas e sem apelar, nesse momento⁹⁸, à ideia de alma e espírito, como poderia ser a tônica em sua fase espiritualista.

⁹⁶ Às vezes grafado Carl Vogt.

⁹⁷ Como resumido por Wallace em carta à Darwin em que critica os pressupostos poligenistas das comparações entre as raças humanas e os primatas superiores: “os antropólogos [...] fazem o homem vermelho descender do orangotango, o negro, do chimpanzé, ou então o malaio e o orangotango, de um ancestral, o negro e o chimpanzé de outro” (Browne, 2011a: 336).

⁹⁸ Sobre esse momento de sua vida, que antecede a fase em que, sem abandonar a influência socialista e o humanismo que lhe é característico, Wallace entra em contato com o espiritualismo, Wallace se descrevia nos seguintes termos: “Até o momento em que me familiarizei com os fatos do Espiritismo [meados da

A pista de que a cultura e as manifestações espirituais humanas eram uma questão importante para a teoria evolutiva foi seguida por parte da nascente antropologia, que buscou se basear na ciência como forma de compreender o homem. Edward Tylor⁹⁹ e Lewis Henry Morgan¹⁰⁰ tentaram interpretar os traços da evolução civilizacional e cultural humana para além da biologia em sentido estrito, ainda que se utilizassem da metáfora, da alegoria ou do modelo orgânico ou biológico. Essa concepção de evolução passaria pelo diagnóstico de estágios de uma evolução cultural e social, abrangendo desde a escrita até às formas de casamento e buscando divisar entre “origens primitivas” e “formas modernas”. Mas, diferentemente de uma interpretação próxima ao que veio se chamar de “darwinismo social”, Tylor e Morgan buscaram uma forma de investigação semelhante aos naturalistas e passaram pela experiência de contato com outras culturas (ou civilizações, já que eram palavras com o mesmo sentido para Tylor), modificando as formulações que os inspiravam em aspectos novos e questionadores. Ainda que utilizassem o termo “evolução”, a ideia de evolução ganha um sentido distinto, tanto daquele mais geral de Spencer, de uma grande evolução cósmica, quanto das concepções organicistas spencerianas¹⁰¹.

década de 1860], eu era um cético filosófico convicto, regozijando-me nas obras de Voltaire, Strauss e Karl Vogt, e um fervoroso admirador (como ainda sou) de Herbert Spencer. Eu era tão meticuloso e confirmado como materialista que não conseguia, naquela época, encontrar um lugar em minha mente para a concepção da existência espiritual, ou para quaisquer outras agências no universo além da matéria e da força” (Wallace, 1875: vi-vii).

⁹⁹ Tylor é citado diversas vezes por Darwin em *The Descent of Man* quando o naturalista fala sobre a relação entre consciência, o sonho e a crença em espíritos (Darwin, 1889: 94) ou sobre a questão dos valores relativos ao incesto (Darwin, 1889: 115). Darwin teria, no entanto, modificado ou concebido a possibilidade de outro posicionamento utilizar os pressupostos de uma moral “utilitarista”, como um tipo de funcionalismo, para explicar valores como por exemplo o altruísmo (Richards, 2003: 109).

¹⁰⁰ Apesar do uso de um referencial evolucionista, Morgan tinha credenciais que o distanciariam muito de uma estratificação social apoiada no evolucionismo. Longe de estar empenhado em tornar os povos indígenas um pouco menos humanos, Morgan atuou em sua defesa e foi advogado a favor dos interesses dos Seneca e dos Iroquois, lutando contra a expropriação de suas terras – nesse processo, os Seneca o batizaram com o nome de Tayadaowuhkuh (Moses, 2009: 56).

¹⁰¹ Isso é claro na crítica de Tylor em “The Study of Customs” (1882), direcionada à quarta parte do segundo volume de *Principles of Sociology*, intitulada “Ceremonial Institutions” (1879). Por mais que admitisse que a ideia de Spencer fosse interessante, Tylor aponta como ele se utilizava de recursos duvidosos e algo fantasiosos, como a explicação sobre a segunda espada dos samurais do Japão (*waki-zashi*) que dizia serem um troféu capturado dos inimigos derivando daí conclusões e explicações gerais equivocadas sobre a cultura (inclusive hoje mais amplamente conhecidas na cultura popular por seu uso ritual no Arakiri). Esse tipo de aplicações fantasiosas de princípios gerais, comum em vários ramos de investigação filosófica aplicada, leva muitos desses estudiosos a optarem por uma maneira mais direta de investigação, que, por sua vez, conduziu a mudanças constantes, além do afastamento da aplicação de conceitos particulares de Darwin e Spencer a despeito de certo acordo mais geral com seu sentido teórico.

A ideia de uma “evolução cultural humana” passaria a se assemelhar com uma forma de “história” específica, ainda que persistisse o problema de uma projeção de sociedades existentes no presente consideradas simples por determinados atributos arbitrários, como a técnica ou os valores morais¹⁰², com sociedades primitivas consideradas as primeiras sociedades humanas do passado organizadas em uma visão mais geral que se traduz na ideia de “progresso”. Isso, por sua vez, projetou nas sociedades humanas a mirada teleológica que viu de modo análogo o desenvolvimento e incorporação de características das espécies como uma forma de desenvolvimento em direção à complexidade. Um sentido inevitavelmente teleológico, cujo final apenas reflete a própria imagem da sociedade que analisa, que elenca as diferenças das sociedades analisadas com relação àquilo que consegue identificar de si mesma.

É preciso, por isso, separar os antropólogos que se inspiraram em Spencer e nos conceitos biológicos, no sentido geral de uma transformação histórica das sociedades, utilizando ou não aspectos como a ideia de função. Ainda que seja possível colocar uma crítica como a de Florestan a respeito dos abusos de analogias, permeadas certamente pelo imaginário evolucionista da época, havia ali uma reflexão original que se distanciava de uma mecânica simples. Particularmente em Morgan, em seus estudos sobre o parentesco presentes em *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family* (1871), que seriam retomados por Lévi-Strauss e, claro, em seu texto mais famoso, *Ancient Society* (1877), cujo subtítulo é “Pesquisas nas linhas do progresso humano da selvageria através do barbarismo para a civilização”. Em *Ancient Society* estava presente a resposta de Morgan ao sistema das três idades de Jens Jacob Asmussen Worsaae (presente até hoje no uso das designações idade da Pedra, Bronze e Ferro), em que opta por um esquema baseado na distinção entre períodos caracterizados principalmente por uma escala de progresso, características étnicas distintas, culturais e

Essa abordagem fez com que se aproximassem de uma tentativa de leitura mais “histórica” desses povos e culturas, aceitando mudanças como a troca do termo “evolução” pelo seu correlato, não ancorado em Spencer e Darwin e não menos problemático, de desenvolvimento (Carneiro, 2003: 5-8).

¹⁰² Em Darwin, particularmente em *The Descent of Man...*, é igualmente o “uso técnico da razão” o termo de comparação entre a inteligência humana e animal do mais inferior dos homens com o mais avançado dos primatas em termos de “grau, não de espécie” ou “quantitativa e não qualitativa” (Pimenta, 2019: 70) que já embute um tipo de relação entre progresso e razão dando uma característica única à espécie humana e colocando aí também os sentimentos morais no quadro mais geral da evolução humana (Pimenta, 2019: 69-77).

de modos de vida (destacando as características de parentesco e da capacidade de subsistência), utilizando-se para a definição destas características que demarcavam o progresso diferenças linguísticas, observações, descrições mais amplas. Entre estas características descritas estava a observação sobre a diferença nos papéis de homens e mulheres na antiguidade (incluindo a concepção de um matriarcado primitivo) crescente na direção de uma centralização e hierarquização social.

Morgan causaria impressão entre Marx e, principalmente, Engels, como é testemunha o texto da *Origem da Família, propriedade privada e o estado* (1884), como testemunham diversas cartas sobre o tema a diversas pessoas como Kautsky Adolph Sorge, Paul e Laura Lafargue entre 1894 e 1891¹⁰³, e as anotações antropológicas de Marx sobre o tema (Musto, 2020: 25-31), o que demarca uma influência grande das formulações antropológicas de Morgan entre os socialistas alemães, especialmente entre as pessoas próximas ao pensamento de Marx. Tentarei expor um pouco sobre o modo como estes pressupostos antropológicos se ligam ao pensamento marxista que fundamentava as posições dos militantes do SPD, especialmente claro no caso do conflito entre August Bebel e Ludwig Woltman, como veremos no capítulo quarto quando nos voltarmos ao debate entre ambos.

Embora os antropólogos contemporâneos o considerem um equívoco¹⁰⁴, esse tipo de “miragem” metodológica viveu por muito tempo entre os museus, fornecendo falsas pistas sobre o desenvolvimento humano, quando não um mero reflexo da justificação da escravidão e da empresa colonial. Ainda assim, cabe notar o quanto essa visão diferencia-se do que veio a se chamar de “darwinismo social”. Pois foi em paralelo a isso que outra trilha de justificação e exaltação da forma de vida do auge do imperialismo britânico como a forma “evoluída” por excelência incorporou aspectos igualmente inspirados no darwinismo, exaltando a virtude individual e a competição em

¹⁰³ Lucas Pereira Álvares apresenta uma breve compilação das cartas de Engels a respeito de Morgan em sua dissertação de mestrado a respeito da recepção de Morgan por Marx e Engels (Álvares, 2019: 213-220)

¹⁰⁴ Para ficarmos apenas com a síntese de Lévi-Strauss: “A interpretação evolucionista é, na etnologia, a repercussão direta do evolucionismo biológico. A civilização ocidental aparece como a expressão mais avançada da evolução das sociedades humanas, e os grupos primitivos como “sobrevivências” de etapas anteriores, cuja classificação lógica poderá fornecer, automaticamente, a ordem de aparecimento no tempo” (Lévi-Strauss, 2008: 15), ainda que seja preciso lembrar também da própria advertência do autor de que não é tão simples, como testemunha o caso de Morgan.

termos de valores que, por sua vez, usualmente são apresentadas como inspirados nas obras finais de Spencer, quando esse filósofo converge de modo claro ao público da época inserindo-se ao mesmo tempo no campo econômico liberal e politicamente no campo conservador¹⁰⁵.

Há uma mudança recorrente em muitas das posições políticas de Spencer, como quando defende o direito de voto aos trabalhadores, em 1851, e posteriormente ataca esse mesmo direito, em 1896, ou o direito de voto às mulheres, o qual inicialmente apoia, em *Social Statics*, mas posteriormente rejeita, em 1896 (Miller, 1982: 492-194).

Em *The Man Versus the State* (1884), Spencer parece operar uma mudança na “perspectiva geral evolucionária” em que o tipo superior de governo adviria da seleção entre tipos superiores de valores humanos, como a capacidade de organização pessoal, a lealdade à família, a responsabilidade familiar, o trabalho duro, a gestão cuidadosa e a orgulhosa autossuficiência. Valores que inspiraram a visão de liberais radicais, como Alfred Marshall¹⁰⁶ e Murray Rothbard (Doherty, 2007: 35-36), quando destacavam a crítica ultraliberal de Spencer ao Estado, tornando-o um precursor do anarcocapitalismo atual¹⁰⁷. Mesmo empresários como Andrew Carnegie, em uma interpretação mais radical de Spencer, se aproximaram do que hoje se costuma definir mais comumente de social-darwinismo. No entanto, embora usual, é difícil imaginar o enquadramento de Spencer conforme o que se acredite significar o termo social-darwinismo. Certamente há no autor, especialmente em suas últimas obras, uma defesa do *laissez-faire* e da competição entre os indivíduos, mas o altruísmo e a associação humana sacrificando interesses individuais em benefício comum sempre recebem enorme destaque. Agora, se tratamos com isso eugenia, autoritarismo, racismo e imperialismo, fica ainda mais

¹⁰⁵ Não à toa, Spencer segue sendo apropriado hoje em círculos ultraconservadores que habitam os grotões da internet, ainda que geralmente isso se dê a despeito do próprio mérito do autor, já que se trata de um domínio em que tudo pode ser apropriado e ganhar outro sentido.

¹⁰⁶ Alfred Marshall cita a teoria biológica de Spencer como uma influência a ser notada no campo das “influências dominantes da economia” (Marshall, 1890: ix).

¹⁰⁷ São recorrentes as republicações e a exaltação à memória de Spencer entre os partidários do anarcocapitalismo e do neoliberalismo de instituições políticas ultraconservadoras, como o Instituto von Mises. É preciso destacar, no entanto, que esse posicionamento de Spencer em sua fase tardia não era considerado na época como anarquista e a simples crítica do Estado em nome de sua eventual eliminação, pois trata-se de uma crítica das classes dominantes que, somente a partir daí, envolve o Estado e a hierarquia que se estabelece socialmente a partir das classes e formas de opressão que passam por outras instituições, como a burguesia e, principalmente na época, o clero.

difícil conceber o quanto a oposição de Spencer à guerra se encaixaria em tal quadro conceitual.

Embora a convergência de Spencer com certos traços do pensamento conservador possa ser apontada, principalmente em suas últimas obras, quando pensamos em seus primeiros textos, como *Proper Sphere of Government* (1842) ou *Social Statics, or The Conditions essential to Happiness specified, and the First of them Developed* (1851) (Miller, 1982: 483-497), vemos que seu alinhamento político maduro não era uma obviedade e faz pensar em algum tipo de inflexão. Além das questões ligadas ao voto, Spencer havia defendido anteriormente (no período que pode ser caracterizado como de sua juventude) a estatização da terra, saneamento e educação universal, utilizando-se de argumentos que passavam por imagens em um estilo de argumentação semelhante àquele do utilitarismo em direção ao aumento da felicidade que, para muitos, foi a imagem de Spencer mais popular e difundida. E, mesmo que se possa disputar que em *Social Statics* eles sejam um tipo de argumento em que poderia ser reconhecido um indício de sua filiação, nada disso impedia a imaginação de seus leitores, que utilizavam seus pressupostos conduzindo a outras conclusões.

A imagem de uma crescente organização da sociedade, representada enquanto uma totalidade dinâmica, mutável e orgânica, se tornou inspiração por parte de socialistas reformistas e serviu como argumento no sentido da valorização do associativismo civil e do avanço dos valores sociais, tornando assim possível pensar um darwinismo associado a uma justificação, ou mesmo uma confirmação do avanço e do progresso social. E, por que não pensar, seguindo a ideia de avanço social, que a sociedade do futuro, com o crescimento da complexidade e da organização, integrada tal qual um organismo como preconizava Spencer, fosse, na verdade, o socialismo? Por isso, não é surpresa notar o quanto Spencer aparece como uma influência notável no pensamento de autores como Bernstein, como veremos mais à frente.

1.4 O EVOLUCIONISMO NA ALEMANHA

Poucos países fora da Inglaterra foram tão impactados pela teoria da evolução como a Alemanha. Um elemento que certamente contribuiu para isso foi a profissionalização e abertura por parte dos acadêmicos alemães às ideias modernas, e,

nesse contexto, ao desenvolvimento científico da pesquisa voltada à vida impulsionado pela popularidade da obra de Darwin na Inglaterra, tendo como principal destaque os livros, palestras e textos de divulgação de Haeckel. Igualmente notável foi o clima filosófico favorável a concepções inovadoras ligadas ao progresso e em um tipo de neofiluminismo, especialmente a partir do trabalho de divulgação dos chamados “materialistas científicos”, mesmo com a franca oposição, seja dos conservadores com armas em punho, seja entre setores da esquerda do SPD, como marxistas e reformistas próximos ao neokantismo. Nesta seção, busco tratar brevemente da recepção imediata ao pensamento de Darwin na Alemanha, que prepara o que veremos sobre os socialistas que fazem parte desse contexto mais amplo de divulgação entre um público leigo culto sobre o tema.

1.4.1 Filosofias da natureza

Seguindo os efeitos da publicação da *Origem das espécies* em 1859, a Alemanha foi um dos locais de maior impacto do pensamento evolucionista fora da Inglaterra e onde Darwin encontrou um grande número de apoiadores. Filosoficamente, é possível dizer que muitos pensadores prepararam um caminho familiar para o evolucionismo, como os seguidores de uma *filosofia da natureza* apoiada nas descobertas científicas da época e o interesse pelas ciências que certamente foi cultivado por meio de figuras notáveis, como Alexander von Humboldt, em seus inúmeros interesses e investigações sistemáticas nos campos das ciências naturais, forjando um vocabulário científico em alemão e inspirando muitos pesquisadores posteriores, especialmente por conta de suas expedições científicas, que perpassaram por muito tempo a imaginação do século XIX. A perspectiva de Humboldt sobre a ciência envolvia combinar a análise da natureza com um olhar atento a uma dimensão holística, características estéticas aplicadas no estudo das plantas e das paisagens, apoiado na crença da possibilidade de mensuração e observações técnicas e relacionando aspectos orgânicos e inorgânicos – um exemplo era a concepção de *urform*, a protoforma presente em seus trabalhos sobre botânica, em que acreditava numa força interna que dotaria os seres vivos de uma forma básica posteriormente adaptada ao meio ambiente por um condicionamento externo.

A importância de Humboldt sobre a imaginação a respeito do que é ciência e a ideia de natureza não pode ser diminuída, se estendendo inclusive ao próprio Darwin,

que citou muitas vezes Humboldt como dos poucos que teriam palavras para o que experimentou nas expedições do Beagle. Estendeu-se também a Wallace, especialmente em suas contribuições sobre a biogeografia e a confiança na mensuração e relação das características mensuradas na totalidade com características de uma região, e, claro, a Ernst Haeckel, que relacionou essa totalidade dentro de uma dimensão estética.

Além de Humboldt, não se pode deixar de mencionar J. W. Goethe, que ajudou a forjar um vocabulário comum poético e científico em alemão. Entre outros aspectos, Goethe partilhava com Humboldt o conceito de *protoformas* e a ideia de uma totalidade orgânica (Richards, 2013: 235-236). Passa também por Goethe a inspiração e a contribuição no processo de construção da língua alemã enquanto instrumento expressivo adaptado às necessidades elocutivas capaz de enriquecer o vocabulário em tópicos que iam desde as ciências naturais até a escrita burocrática, especialmente enquanto *Geheimrat*¹⁰⁸ na corte de Carl August de Sachsen-Weimar, tornando o escritor:

objeto de interesse não apenas pelo seu fundamento literário, mas também por conta do uso da linguagem técnica em muitos campos especializados, como a anatomia, geologia, mineralogia, mineração, vulcanologia, morfologia das plantas, a teoria da visão e das cores, a teoria da literatura e da poesia, o teatro e a direção teatral, além da administração. (Young; Gloning, 2004: 628,8/1059)

Esse movimento contribuiu com um processo de independência da língua alemã em relação ao latim, até então a língua franca da ciência. E claro, além de Goethe, os filósofos também foram muito importantes, como Kant, Hegel (com o conceito da “vida” como o “conceito que realiza a si mesmo”) e Schelling. Reforçando o vitalismo com o conceito de *Lebenskraft* como um tipo de processo permanente, e atento à leitura de teóricos do transmutacionismo, como Erasmus Darwin, avô de Darwin, Schelling mostrou, como muitos filósofos, a orientação de uma conjunção entre filosofia e

¹⁰⁸ Título honorífico relativo aos principais assessores das cortes imperiais reais ou principescas que se reportariam diretamente ao regente, originado no Sacro Império Romano-Germânico e utilizado pelos reinos de língua alemã até o século XX, e cuja equivalência nas cortes portuguesas foi o “Fidalgo do Conselho” e, a partir de 1834, o “Conselheiro de Estado”. Embora a tradução literal pareça denotar algo como um conselho secreto, o sentido vai mais na direção do grupo de pessoas ilustres e reputadas a quem o regente poderia confiar seus segredos, e em geral o termo é traduzido como “conselheiro privado de sua majestade”.

ciência¹⁰⁹. Não foi raro encontrar entre os pensadores alemães do período imediatamente anterior a Darwin sinais favoráveis a uma ideia dinâmica de desenvolvimento ou transformação dos organismos vivos que pode ser considerada convergente aos evolucionismos do período. Sinais nesse sentido eram observáveis não apenas em Schelling, como entre todos os seguidores de Kant¹¹⁰ (Schwarz, 1980: 582-583), em parte dos setores progressistas do hegelianismo e entre aqueles abertos à influência do iluminismo francês, muito fácil de ser identificado como veremos no exemplo dos chamados “materialistas científicos”.

Examinando de um ponto de vista teórico, isso não é de surpreender, quando pensamos no quanto parte da filosofia alemã destacou uma relação entre as “ciências da natureza”, as *Naturwissenschaften*, e a vida, tanto como fenômeno metafísico, pressuposto na experiência, como através de aspectos dos fenômenos e processos orgânicos que se transformaram em parte importante de suas reflexões.

Um foco interessante desse sentido é o destaque dado já na segunda metade do século XIX pelo físico, filósofo e fisiologista Hermann von Helmholtz à filosofia da natureza de Goethe, nos cursos de 1862 chamados “*Über das Verhältniss der Naturwissenschaften zur Gesamtheit der Wissenschaft*” (sobre a relação entre as ciências da natureza e a ciência em geral). Nesse texto, Helmholtz faz uma crítica ao pensamento hegeliano demarcando o que acreditava ser o fim da ideia de uma síntese filosófica entre a filosofia, a arte e a ciência como no renascimento (Helmholtz, 1862:

¹⁰⁹ Particularmente durante o exercício teórico de uma fisiologia comparada em sua filosofia da natureza (Schelling, 2004: 121).

¹¹⁰ Afinal, é possível encontrar pontes com certa forma de transformacionismo em Kant que inspiraria discípulos posteriores: “Kant fez algumas sugestões significativas no que concerne ao processo evolucionário. Em suas conferências *Von den verchiedenen Rassen der Menschen* (1775), ele situa a origem da raça humana como remontando a quatro ramos principais, alegando que esses quatro ramos são derivados (*Abartungen*) de um ramo central (*Stammgattung*) que ou estaria extinto, ou se assemelharia muito com um dos ramos presentes. Ele não assume, no entanto, que esse ramo principal poderia ser descoberto em algum lugar na Terra em sua forma original, inalterada, porque a natureza em toda parte se molda ao longo de muitas gerações ao seu ambiente. Atualmente, a humanidade apareceria em toda parte com modificações locais. Com esses apontamentos, Kant defendia um desenvolvimento evolucionário da humanidade. Mais de vinte anos depois, em sua *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht abgefasst* (1798), ele novamente sugere um avanço evolucionário da humanidade, agora, no entanto, além do estágio presente da humanidade para o seu destino” (Schwarz, 1980: 583). No último caso, Kant se aproximaria, assim como em momentos da Terceira Crítica, de um sentido teleológico e, portanto, algo mais próximo da arte do que da ciência, algo próximo de Teilhard de Chardin em um tipo de sentido da natureza, mesmo que esse sentido não seja imediatamente observável.

159-85). Apesar disso, havia certa reverência pela ideia de natureza e de orgânico no pensamento de Goethe que se mantinha presente no pensamento científico alemão.

Uma dessas heranças era representada pela preocupação com a “forma”, o que se evidenciava entre os embriologistas que notavam um processo teleológico, uma “*Bildungstrieb*” interior (Montgomery, 1988: 90) que será um dos primeiros aspectos a permitir um contato entre as ideias sobre a evolução biológica e a perspectiva filosófica e científica peculiar da biologia na Alemanha do período, como é o caso notável de Haeckel.

Contudo, em contraponto a esse contato potencial, latente, que permitia essas pontes, havia a influência da teoria da evolução destacada entre os jovens cientistas radicais e revolucionários que compartilhavam um projeto de divulgação política e científica associado a um posicionamento destacado sobre o papel da ciência sobre a política, fundamentado em concepções que negavam a ideia de uma hierarquia estabelecida eternamente e que tinham como primeiros rivais no campo científico os taxonomistas, que buscaram fixar metodologicamente o lugar de cada espécie numa ordem definida relacionada filosoficamente à teologia natural e o lugar de cada ser. Os naturalistas militantes buscaram na teoria da evolução um mecanismo mais sólido para uma explicação da natureza que respondesse às asserções fixistas, especialmente quanto ao seu fundamento teológico (Montgomery, 1988: 114).

1.4.2 Materialismo científico

O *materialismo científico* (para evitar confusão, cabe acrescentar: “não dialético”) reuniu entre os pensadores alemães o grupo mais claramente favorável ao *evolucionismo*. O termo “materialismo científico”, porém, pode trazer certa confusão, pois que é uma caracterização sobretudo mais filosófica que científica. Ele causou choque na opinião pública alemã no período de maior divulgação, entre os anos 1840 e 1850, mas é difícil dizer o que mais afrontava o público no período: sua defesa resoluta do ateísmo, do materialismo e do mecanicismo, heranças do iluminismo francês de Holbach, ou o engajamento político a favor da liberdade de pensamento e da democracia, ideias que não haviam sido bem assimiladas pelo paladar filosófico da

Aufklärung, ou mesmo pelo público alemão ilustrado em geral¹¹¹. Isso porque, mesmo entre pessoas bem formadas e vinculadas ao que poderíamos chamar de “partido alemão do progresso científico e político”, também havia dissidências.

Apesar de concordarem com os princípios democráticos e partilharem da simpatia pela ciência, teóricos neokantianos que aderiram à social-democracia, como Friedrich Albert Lange¹¹², voltaram-se contra os materialistas científicos, alegando que eles deveriam ser classificados antes como dogmáticos ou realistas ingênuos ao negar os avanços trazidos pela tradição filosófica, em especial, a filosofia crítica que situa os limites da razão em marcos determinados (Lange, 1925: 361). Essa crítica de um ponto de vista filosófico não é sem sentido, já que o *materialismo científico*, especialmente na formulação mais filosófica de Ludwig Büchner, como aquela presente em *Kraft und Stoff*, era tanto uma afirmação de um empiricismo radical; a rejeição do idealismo e de quaisquer ideias inatas (mesmo matemáticas) (Gregory, 1977b: 110); uma forma de *fisicalismo* que rejeitava o dualismo entre mente (ou alma) e corpo e negava o espaço para qualquer forma de pressuposição da presença de deus ou alguma forma de transcendência, reafirmando a “tese da identidade entre corpo e alma”; uma afirmação do mundo baseada no *realismo* e na crença em leis naturais eternas e imutáveis; além de uma negação do papel e da importância da filosofia em relação à ciência – nas palavras de Büchner: “O que a ciência natural não ensina não tem valor como verdade” (Gregory, 1977b: 156).

Vinda do setor radical e revolucionário, a crítica de Engels a dois nomes notáveis do materialismo científico, Karl Vogt e Helmholtz, presente no *Anti-Dühring*

¹¹¹ Uma forma peculiar de resposta ao legado antidemocrático da *Bildungsbürgertum* e uma resposta em nome da cultura e da civilização que distoava da *intelligentsia* alemã e do mandarinato conservador cultivado que se julgava tanto acima da política quanto o portador da ciência e da civilização – meu termo de comparação do polo oposto é a caracterização que Paulo Arantes realiza do “ciclo francês da inteligência europeia” em *Os Homens Supérfluos* (Arantes, 1996: 109-178). Por mais tênues que tenham sido as agulhadas dos materialistas científicos e o quanto houvesse de crença em sua suposta autonomia enquanto mandarins, nos perguntamos o quanto o materialismo científico se engajava, quanto mais era mais filosófica e menos científica, na ironia contra o atraso alemão justamente atacando o domínio em que o pensamento alemão se considerava acima do tempo: a própria filosofia. No entanto, quanto à crítica dessa figuração peculiar dos materialistas científicos, que eram também socialistas e democráticos, sempre poderíamos voltar, a princípio, à velha crítica de Marx ao materialismo alemão original em Feuerbach, especialmente se notamos o quadro comum entre eles de separar o avanço do pensamento científico do avanço político, que estariam cindidos em domínios diferentes.

¹¹² Comentarei mais detalhadamente sobre Friedrich Albert Lange, tanto por conta da recepção ao darwinismo quanto por sua importância para a recepção de Bernstein das ideias kantianas.

(1885)¹¹³, seguiu um sentido aparentemente semelhante, como se fora uma defesa do idealismo contra o materialismo, especialmente quando pensamos que bastaria o enquadramento desse movimento como um tipo especial de “materialismo vulgar” inspirado em Feuerbach como aquele dos jovens hegelianos criticados por Marx e Engels na *Ideologia Alemã*. Porém, algo diferente acontece e é preciso contextualizar aquele momento em que Engels adota um ponto de vista de defesa de virtudes filosóficas específicas do pensamento de Hegel contra uma rejeição simplista entre as gerações mais novas da social-democracia, situando a filosofia marxista como a única teoria crítica capaz de refutar de modo definitivo e “correto” o pensamento hegeliano, tanto na capacidade de transformação do mundo e superação da separação entre a teoria e a prática quanto de incorporar o que tem de valioso teoricamente. Mas esse não era o único detalhe específico de sua crítica e do livro como um todo, pois, para isso, a crítica deveria dar conta também da ciência de seu tempo, levando à constituição de uma filosofia e visão de mundo marxista¹¹⁴, essa, sim, capaz de realizar o ajuste de contas com as diversas filosofias socialistas, passando pelos interesses filosóficos e pela ciência da época materializados no texto de Dühring. Esse esforço de realizar uma atualização das consequências do pensamento científico na política e na visão de mundo

¹¹³ “Essas visões foram elaboradas com clareza particular no curso de sua crítica a outras tendências materialistas em cena e eram contrastadas com aquelas de divulgadores do materialismo como Karl Vogt, Jakob Moleschott e Ludwig Büchner. Eles eram cientistas naturais que Engels considerava reflexos do ‘pretensão Iluminismo’ alemão, que perdeu o espírito e o movimento do verdadeiro Iluminismo. Por terem florescido na época da mais profunda degradação da burguesia alemã e da ciência oficial, ele os considerou louváveis por defender o ateísmo e o respeito pela ciência. No entanto, ele não gostou muito do abuso que eles dirigiram contra a filosofia e criticou a crueza e vulgaridade de concepções como a famosa de que o cérebro produz o pensamento como o fígado secreta bile. Engels defendeu a distinção qualitativa de cada nível de ser, ao mesmo tempo que mantinha a continuidade dos níveis; ele admitia que o pensamento um dia seria explicável em termos bioquímicos, mas duvidava que isso exaurisse a essência do pensamento. Ele atacou a rigidez do pensamento desses cientistas e a fixidez de seus conceitos, e argumentou a favor de um método de pensamento mais flexível e fluido” (Sheehan, 1993: 32).

¹¹⁴ E aqui cabe destacar o quanto havia de específico no pensamento de Marx, o que remete a um longo debate que gira em torno do legado das obras escritas por Engels, como o *Anti-Dühring* (1878), Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã (1886) e as obras criadas por compilações de manuscritos, como a *Dialética da Natureza*. Uma caracterização crítica ou antipática desses manuscritos afirma que há uma extrapolação de Engels ao colocar o que seria um método dialético em um tom distinto daquele explicitamente adotado por Marx na obra sobre a economia política – “Marx e eu fomos os únicos que teriam salvaguardado a dialética consciente da filosofia idealista alemã para a concepção materialista da natureza e da história” (Engels, 1972: 10). O texto de Engels fez cair sobre ele não apenas a caracterização de um materialismo ontológico, como distinto de Marx, especialmente quando levamos em consideração sua caracterização da matéria ou a perspectiva que às vezes parece tocar uma forma de epistemologia que caracteriza o olhar sobre a natureza da história (Ferraro, 1989; Tosel, 1995: 435).

da época demandou de Engels um acerto de contas com o pensamento filosófico sobre a natureza, reconhecendo o seu devido “significado histórico” (Engels, 2015: 38)¹¹⁵.

Uma herança do comentário de Engels sobre os socialistas utópicos é o entendimento por parte de comentadores contemporâneos dos “materialistas científicos” como “materialistas metafísicos” ou “materialistas vulgares”¹¹⁶, orientando sua interpretação para os esforços realizados na direção de combater a crença em qualquer realidade fora da “força e matéria” (trazendo aqui o título e a tese do livro mais famoso de Büchner), incluindo aí a ideia de mente ou de uma alma humana imaterial¹¹⁷. No entanto, quando chegamos ao campo propriamente científico da nascente ciência da biologia, torna-se difícil diferenciá-los, digamos, daqueles que partilhavam pressupostos comuns, de “biólogos materialistas” como Ernst von Brücke, Emil DuBois-Reymond, ou cientistas como Helmholtz, cuja pesquisa era claramente orientada nessa direção (Mayr, 2009: 114-115), sendo comum enquadrá-los numa ideia mais geral de um tipo de materialismo vulgar.

Lange, uma voz importante entre os social-democratas e neokantianos do período, escreveu a primeira análise teórica desses pensadores em sua *História do materialismo e crítica de sua presente importância* (1866), mantendo em sua rejeição ao materialismo uma definição mais ampla que envolvia não apenas os politicamente engajados, mas também os cientistas que defendiam pressupostos materialistas para os modelos sobre a vida, os quais contrastam com a perspectiva mais recente de Maurice Mandelbaum que assume um termo mais próximo ao marxismo. Em *History, Man and Reason: A Study in Nineteenth Century Thought* (1971), Mandelbaum estabelecia uma distinção filosófica mais clara que mostrava o quanto Büchner, Moleschott e Vogt iam além, ao manterem pressupostas na organização do seu pensamento quatro teses simultâneas: a unidade entre mente e corpo; a não existência de Deus; a existência de

¹¹⁵ Trarei eventualmente alguns pontos do comentário de Engels sobre a biologia ao longo da tese. Mas, do que foi apontado até aqui, mantenhamos a ideia de que o marxismo para Engels ganha um estatuto teórico e filosófico com consequências não apenas políticas, sociais e econômicas, mas filosóficas e científicas, o que não à toa é considerado uma mudança no sentido do marxismo.

¹¹⁶ Sobre a denominação do materialismo científico como “materialismo vulgar”, pode-se acompanhar a introdução filosófico-histórica de Charles T. Wolfe (2016: 79).

¹¹⁷ A relação da mente e da alma com a evolução e, mais além, com o materialismo em geral não era um consenso entre os evolucionistas, como vimos com Wallace.

um mundo independente do sujeito; e, por fim, que os seres humanos são entidades estritamente materiais, o que para Gregory indicava estarem carregados de postulados metafísicos (Gregory, 1977b: 207-208).

Nos marcos dessa definição, estão os pensadores radicais, dos quais podemos destacar três fisiologistas¹¹⁸: o militante do ateísmo Jacob Moleschott; o médico Ludwig Büchner (irmão do dramaturgo Georg Büchner) e o geólogo e zoólogo exilado e radicado na Suíça Karl Vogt. Esses três, ligados às convulsões sociais que mobilizaram o pensamento alemão na segunda metade do século XIX, desejavam livrar a política e a ciência da influência religiosa, causando pânico na época com suas obras que tratavam tudo o que se considerava de “mais elevado”, como o espírito e o pensamento, como efeitos estritamente físicos (Kelly, 1981: 14).

o método do reducionismo psico-químico que naqueles dias começou a prevalecer na ciência sugeria a Vogt, Moleschott e Büchner uma cosmologia materialista através do qual, do mesmo modo que a visão de mundo de Feuerbach, não há deus, mas apenas um universo autossustentado compreendido pela matéria em movimento. (Jacobsen, 2005: 69)

Como um exemplo, dificilmente podemos encontrar uma passagem mais clara da representação da natureza polêmica dos materialistas científicos do que no seguinte comentário de Karl Vogt a respeito da natureza dos nervos em suas *Cartas Fisiológicas* (1843), em que se referiu ao pensamento como uma secreção do cérebro:

todas as propriedades a que nos referimos como atividade da alma são apenas funções da substância cerebral e, para colocar isso de forma mais crua, o pensamento é (mais ou menos) para o cérebro o que a bile é para o fígado e a urina para os rins. É absurdo permitir que uma alma independente use o cérebro como instrumento. (Vogt, 1874: 354-355)

¹¹⁸ Área que posteriormente seria incorporada à ciência da biologia, que enquanto tal não existia na época, a fisiologia se voltava à compreensão das funções e mecanismos de um ser vivo tomado enquanto sistema: um todo dinâmico, em que se considera como os organismos, os sistemas de órgãos, os órgãos individuais, células e biomoléculas focando no seu funcionamento e organização mecânica, física e química do ser vivo enquanto um “sistema vivo” que envolveria o aspecto material e de totalidade. O pensamento científico que inspirava os fisiologistas no tempo em que o debate do materialismo científico estava em plena ebulição era impregnado pelas duas principais concepções da época, confrontando-se “interpretações extremamente mecanísticas, considerando os organismos como nada senão máquinas a serem explicadas em termos de movimentos e forças”, manifesta, por exemplo, na ideia do pensamento como uma secreção, e interpretações “extremamente vitalistas, considerando os organismos como sendo completamente controlados por uma alma sensível senão pensante, desde o tempo de Descartes e Galileu até virtualmente o fim do século dezenove”, segundo as quais o pensamento seria uma manifestação espiritual extra-corpórea ou uma força vital (Mayr, 2009: 114).

O texto e seu contexto dizem muito sobre o chamado *Materialismusstreit* e os debates em torno da posição de argumentos materialistas no final do século XIX, ao apresentar uma dicotomia entre o materialismo vulgar e certa forma de crença em um fundamento transcendente, como um tipo de alma ou algo próximo ao vitalismo, dualismo que será negado pelo materialismo histórico¹¹⁹. Afinal, tratava-se, como muitos textos dos materialistas científicos, de um texto de divulgação. As *Cartas fisiológicas* assumiam como tarefa divulgar o conhecimento do campo da fisiologia e de suas próprias pesquisas, no caso de Vogt e Büchner, ou como síntese das pesquisas de um campo mais amplo, no caso de Moleschott (e em diálogo estreito com Feuerbach, argumentando a relação entre a constituição material do homem e o consumo de alimentos). O polêmico subtítulo do livro, “para pessoas educadas de todas as classes”, também mostra algo interessante ao direcionar o conteúdo ao cidadão culto, porém não especialista, realizando, portanto, um trabalho de popularização científica explícito e se direcionando ao público com que a elite dos cientistas mandarins em geral pouco se importava, e em meio ao qual atingiu relativo sucesso e polarizou por um período parte do público letrado alemão em torno das consequências políticas e científicas do materialismo. Remanescia a polêmica filosófica no campo biológico entre três posicionamentos: um posicionamento representado pelo vitalismo, outro representado pela identidade material e mecânica entre o corpo e a alma contra a ideia de uma existência separada dessas duas identidades (a fórmula de um mecanicismo sem dualismo) e um terceiro assumia a assunção kantiana da impossibilidade do conhecimento da “coisa em si”. O movimento ganhou ainda mais fôlego quando seus promotores se associaram ao evolucionismo, tornando-se alguns dos primeiros tradutores e divulgadores de obras de Darwin, Huxley e Wallace, e ensejando a exploração de terrenos até então evitados pelo próprio Darwin, como a antropologia física. Esse foi um tema que rendeu a Vogt notoriedade, especialmente após o ciclo de palestras “*Sobre a Pré-história da Humanidade*”, que encheu salões para a discussão de temas a partir da teoria darwiniana, e no qual Vogt estabeleceu uma associação direta entre os homens e os primatas: “A humanidade é o produto mais desenvolvido da

¹¹⁹ Ainda que, como veremos, muitos autores atribuam à própria resposta de autores como Engels um tipo de materialismo ontológico. Resta a questão sobre o quanto é possível escapar de uma outra formulação ontológica carregada, ela própria, de ontologia, ou formulada de um ponto de vista diferente a partir da história e da dialética.

progressiva seleção animal, e descende do próximo grupo abaixo dele, os símios” (Vogt, 1863, II: 260). Como não poderia deixar de ser, de modo semelhante a Huxley, na Inglaterra, essa comparação lhe valeria sátiras nos jornais, como na revista humorística *Kladderadatsch* (Backenköhler, 2008: 98).

A adesão à teoria da evolução em Karl Vogt, ou em pesquisadores acadêmicos como Haeckel, não foi o resultado direto de sua formação e se tratava, como em outros casos, de uma ruptura geracional, especialmente após Vogt ter trabalhado com um grande nome do anti-evolucionismo do século XIX, o zoólogo Louis Agassiz¹²⁰. Além da divulgação da teoria da evolução e da militância ateísta, a trajetória política de Vogt foi vinculada principalmente ao surto revolucionário do liberalismo alemão (influenciado pelo pensamento de Proudhon e Bakunin), como representante das organizações de estudantes que se envolveram nas revoluções de 1848¹²¹, na condição de representante da Assembleia Nacional de Frankfurt, assim como do *Rumpfparlamente* de Stuttgart em 1849, onde defendeu o levante armado de Baden e, após a derrota, passou ao trabalho de articulação do movimento socialista alemão em exílio na Suíça. Ainda assim, no capítulo marxista da história do socialismo alemão, Vogt é lembrado com certo repúdio e injustamente comparado a figuras próximas de Lassalle como Dühring, especialmente por conta de conflitos políticos, pessoais e jurídicos com Marx (ou vice-versa). Seu legado como agitador político e divulgador científico, porém, é incontestável, apesar de sua memória ter sido manchada principalmente pela defesa do poligenismo e pela defesa de uma distância tão grande entre as raças branca e negra quanto entre as espécies de primatas, justificando uma subordinação biológica do homem negro em suas *Palestras sobre o homem* (1864)¹²².

¹²⁰ Tudo indica que essa não foi uma relação amistosa. Segundo Vogt e um assistente de Agassiz chamado Desor, os trabalhos de ambos teriam sido roubados e publicados sob o nome de Agassiz em sua obra monumental *Recherches sur des poissons fossiles*, associados ainda a conclusões das quais discordavam (Lenoir, 1983: 134-135).

¹²¹ Vogt, como muitos social-democratas alemães do período, era oriundo da classe média ilustrada (*Bildungsbürgertum*) e, como muitos desses jovens, fez parte durante o surto progressista das associações ou uniões estudantis (Studentenverbindung ou Korporation, também conhecidas como Burschenschaft, termo que se tornou mais característico das associações estudantis e se espalhou em diversos países, inclusive o Brasil, de que testemunha a Bucha da Faculdade de Direito do Largo São Francisco). Após seu surgimento como primeiro movimento patriótico alemão, foram mobilizadas principalmente em torno da unificação alemã.

¹²² Apesar do racismo de Karl Vogt ser considerado “menor” e de natureza distinta daquele da própria Sociedade Antropológica de Londres onde foram realizadas as palestras (Amrein; Nichelsen, 2008: 255-

Sobre a querela com Marx, que tinha como pano de fundo a Guerra Franco-austríaca (1859), que hoje é reconhecida como parte do ciclo de guerras em torno da unificação italiana, opunham-se diferentes pontos de vista entre os socialistas. Aliás, foi recorrente entre as diversas guerras do século XIX que o campo socialista assim se dividisse. No caso alemão vem logo à mente a divergência em torno das pautas herdadas desde as revoluções de 1848, como a ideia de uma unificação alemã que envolvesse a Áustria (*grande Alemanha*) ou apenas os reinos da confederação alemã e seu entorno, hegemônicas pela Prússia (*pequena Alemanha*). Além disso, houve também os diversos posicionamentos sobre as lutas de independência e unificação nacional entre os reinos do entorno, envolvendo principalmente húngaros, italianos, poloneses e tchecos, e, por fim, o caso das guerras da Itália sobre as posições entre as potências militares e sua influência na possibilidade de uma eventual revolução ou unificação nacional posterior, medidas, muitas vezes, por uma aproximação maior ou menor com a Rússia, bastião do poder contrarrevolucionário (Anfra, 2013: 21-22). Não causa estranhamento, portanto, que essa pauta suscite conflitos.

Há, por fim, outro tema, que é o papel dos impérios e estados nacionais, no caso, o de Napoleão III sobre a Itália – nesse caso, Marx e Engels tinham uma posição contrária à intervenção francesa (Mayer, 1979: 455). Engels publica, nesse contexto, os livros *Pó e o Reno* (*Po und Rhein*), escrito entre fevereiro e março de 1859 e no qual simula a posição de um general prussiano (Anfra, 2013: 27-29) e *Savoia, Nizza e o Reno* (*Savoyen, Nizza und der Rhine*), em que caracteriza o conflito na Itália como uma possível escalada de poder por parte de Napoleão III (Draper; Haberken, 2005: 103-108). Vogt adotou posição diferente quando Napoleão III invadiu em 1859 as possessões austríacas, situadas onde hoje é o norte da Itália, com apoio do reino de Piemonte-Sardenha, dando início à Guerra Franco-austríaca, pois, para Vogt, a posição francesa aparecia como algo localizado e favorável à possibilidade da unificação italiana, posição que seria seguida por Lassalle (Mehring, 2014: 306-324) e que Marx e Engels veriam como um apoio à França, não como um apoio tático à possibilidade de

256), ou do que professava Woltmann dentro da própria social-democracia, a defesa científica do racismo fora instrumental para o apoio à defesa da colonização e posteriormente das doutrinas nacional-socialistas.

unificação, quase como extensão dos conflitos e pautas dos italianos em 1848, que envolvesse os reinos alemães (Draper; Haberken, 2005: 107).

Anos à frente, a querela ganha vulto e se torna anedótica e confusa, quando a ela se acrescem acusações quanto à possibilidade de Vogt, na época professor de geologia exilado na Suíça e líder dos chamados radicais de Genebra, receber soldo de Bonaparte para escrever favoravelmente à França. As acusações provinham de um suposto ex-correligionário, chamado Karl Blind, que se aproximou de Marx para divulgar a acusação contra Vogt. Marx então escrevia para o jornal *Das Volk* (que por um curto tempo, foi o nome do *Die Neue Zeit* no exílio), onde Elard Biscamp e uma segunda pessoa teriam vazado (direta ou indiretamente) a o conteúdo dessas acusações para o jornal reacionário *Allgemeine Zeitung*, inimigo mortal do ex-representante exilado do parlamento revolucionário Frankfurt. Disso se seguiu um processo da parte de Vogt em nome de sua reputação e um livro chamado *Minha ação contra a Allgemeine Zeitung*, em que implicou Marx e que foi recebido entusiasticamente pela imprensa liberal, especialmente o jornal *National Zeitung*, que, por sua vez, aproveitou a ocasião para reiterar e aumentar as acusações contra Marx. Com a reputação manchada entre os exilados alemães, apesar de ter pouca culpa nesse episódio, Marx passaria um ano a escrever uma resposta contra Karl Vogt e suas acusações, um dos livros mais enigmáticos da sua bibliografia, chamado *Her Vogt* (1860), um texto escrito com a dedicação e o zelo de Marx quando se deixava levar pela hybris contra outros quadros da esquerda que não compartilhavam sua exata visão de mundo. O livro tem argumentos interessantes sobre a relação entre movimento político e o contexto da época, mas apresentava alguns aspectos idiossincráticos sobre os conflitos políticos internacionais do período. Infelizmente para Marx, o livro teve uma impressão limitada, paga do próprio bolso, que circulou muito pouco, atrapalhando a escrita de sua obra dedicada à crítica da economia política. Trata-se de um dos raros livros de Marx que envolveram o comentário sobre uma guerra, mas que, mesmo um comentário que viu o episódio da guerra com lentes favoráveis à Marx, como em Hal Draper, evita-se o comentário sobre o texto optando por focar em Engels. O juízo de Franz Mehring sobre o episódio, que acompanho, é de algo não explicável facilmente, pois foi uma querela que tomou tempo precioso durante o desenvolvimento de sua obra madura (Mehring,

2014: 324) levando a diversas rupturas, inclusive com as associações de educadores (Em particular a *Liga Educacional dos Trabalhadores*) e hoje noto que raramente é citado entre biógrafos¹²³, com Marx insistindo, anos à frente, que teriam sido encontrados papéis por parte dos *communards* confirmando que Vogt teria sido pago por Napoleão III (Rubel, 1965: 93).

Esse episódio junto à polêmica de Engels contra os materialistas científicos pode parecer uma mera anedota, mas acredito que seja importante para se compreender porque o movimento do *materialismo científico* não foi a ponte entre o evolucionismo e o movimento social-democrata. Se tiveram uma enorme importância na divulgação de temas científicos na Alemanha e se aproximaram sem dúvida alguma do evolucionismo, não foram esses cientistas engajados e empenhados na divulgação de temas políticos e científicos que levaram esses temas aos jovens social-democratas, trabalhadores, estudantes e intelectuais próximos a esse campo. Mas é possível vislumbrar similitudes no modo como abraçaram e se utilizaram da teoria da evolução e, certamente, comprovar um clima receptivo no campo socialista e democrático de um modo mais amplo.

1.4.3 Quando *Origem das espécies* chega à Alemanha

Para além do grupo dos *materialistas científicos*, outro sinal que pode nos indicar um clima receptivo na Alemanha à obra de Darwin é a rapidez da primeira tradução da *Origem das espécies* para o alemão, pelo geólogo e paleontologista Heinrich Georg Bronn, concluída e publicada em 1860, apenas alguns meses após a publicação em inglês. Embora isso fosse um claro indício de que havia um público interessado e atento às ideias de Darwin, o material trouxe também certo ruído, pois imprimia um tom muito distinto daquele que seria do agrado do autor, em particular por

¹²³ A meu ver, esse é um dos episódios que demonstram o desafio estrutural dos socialistas do período em lidar com as inovações e as ações dos atores políticos da direita, que modificavam seu papel sem corresponderem aos pressupostos das avaliações herdadas das revoluções de 1848. Isso envolve, principalmente, a representação feita por Marx de Napoleão III em suas análises nos ensaios brilhantes sobre a França, no arco que vai de *Lutas de Classe na França*, passando pelo *Dezoito Brumário* até *Guerra Civil na França*, mas também, posteriormente, o papel de Bismarck e mesmo o exagero com que se caracteriza o papel político da Rússia. Isso não tira o brilho modelar da análise política, mas diria que há certa opacidade nas análises que impedem observar a natureza do poder político que se modifica entre as forças de direita.

conta das liberdades tomadas na tradução e nos comentários¹²⁴. Um exemplo é a aproximação com a concepção de “progresso” de termos sensíveis, como *vervollkommnete Rassen* (raças aperfeiçoadas), pressupondo certo telos em relação ao que seria a perfeição à qual se dirige a evolução da espécie, algo ainda mais evidente se comparamos com a tradução posterior, de J. Victor Carus, em que se fala em *begünstigte Rassen* (raças favorecidas), uma referência reconhecidamente mais próxima ao pensamento darwiniano. Outro termo do vocabulário darwiniano que dificultava seu entendimento, pois trazia um gancho fácil com a filosofia alemã, foi a “luta pela existência” versado para o alemão como “*Der Kampf ums Daseyn*” – dada a polissemia do termo *daseyn* entre os conceitos filosóficos de “essência” e “existência”, abriu-se um gigantesco capítulo de mal-entendidos filosóficos diversos. Além disso, estavam presentes formulações que aproximariam o livro ao campo do radicalismo filosófico, afastando os pensadores mais conservadores e também “o público científico alemão, já familiarizado com noções de metamorfose e concepções transmutacionistas desde a obra de Goethe até *Vestigios*, que encontrou as ideias de Darwin em uma forma que divergia consideravelmente com as intenções do autor” (Browne, 2011b: 194). Além disso, a versão de *On the Origin of Species* para *Über die Entstehung der Arten*, trouxe não apenas problemas de incompreensão, mas igualmente questionamentos agudos originado nas questões das quais Darwin se esquivou no livro, uma vez que fugiam do seu campo de preocupações sobre os indícios trazidos pela *Origem*, afinal, para além da

¹²⁴ Durante o século XIX, a iniciativa de publicação apoiava-se sobretudo nos próprios tradutores, em geral interessados no tema do livro, fosse concordando ou discordando do material. Darwin recebeu com alegria, portanto, a notícia de que Bronn, renomado geólogo e com boa reputação no mundo científico havia demonstrado interesse por sua obra (Browne, 2011a: 193). No entanto, como muitos, “Bronn tinha suas próprias preocupações intelectuais, que esperava explorar por meio da tradução do livro de Darwin [...] O que ele tinha em mente não era uma tradução palavra por palavra de *A Origem*. Em vez disso, com diligência, ele introduziu no livro os temas controversos que Darwin deliberadamente deixara fora. A tradução de Bronn incluía muitas dissertações e apartes filosóficos sobre a primeira origem da vida” (Browne, 2011a: 194). Aproximando o debate de *Origem das espécies* do debate sobre a origem da vida num campo relativamente próximo ao da geração espontânea e do debate surgido na França sobre a origem da primeira forma de vida, e assim colocando Darwin como suporte de um ataque ao criacionismo, Browne ainda “acrescentou um capítulo final de sua própria lavra, no qual chamava atenção para as dificuldades religiosas em aceitar plenamente as concepções de Darwin. Até que Darwin pudesse tomar matéria puramente inorgânica e fazer uma criatura viva, dizia Bronn, os leitores deveriam considerar a descendência com modificação uma sugestão não comprovada” (Browne, 2011a: 194) tema este certamente estranho, senão ao campo científico no entorno do darwinismo, ao próprio Darwin no que toca ao debate religioso, já que Darwin jamais rejeitou suas crenças religiosas, especialmente de modo explícito. Um não tão pequeno detalhe é que a tradução de Bronn foi divulgada e se tornou a referência para as traduções nórdicas, belga e holandesa.

pergunta pela possibilidade de que as espécies não sejam fixas e eternas e que apresentassem um mecanismo constatável racionalmente de um modo indireto, isso abria margem à difícil pergunta sobre a primeira espécie, e assim perguntava-se: “a vida surgira espontaneamente *ex-nihilo* em algum momento no passado?”. Isso emaranhou o debate trazido por Darwin com outro problema ao que não pensava em se associar, o da origem da vida, seja em um evento específico do passado ou em vários eventos paralelos à luz do debate entre o vitalismo e a geração espontânea (abiogênese). Além disso, Bronn foi responsável por um dolorido “tiro amigo” quando, a partir do longo argumento presente na *Origem das espécies*, expressou que Darwin provara que a evolução era racionalmente e cientificamente possível, mas que ainda seria necessário prová-la segundo as referências do que se acreditava como prova científica (Richards, 2013: 237).

Curiosamente, as incompatibilidades entre a tradução e o original e as provocações de Bronn tiveram um efeito positivo junto ao público científico, como que um chamado, que foi atendido prontamente por jovens naturalistas emergentes, como o botânico, matemático e naturalista exilado das Revoluções alemãs de 1848 e 1849 e zoólogo Johann Friedrich Theodor Müller, mais conhecido como Fritz Müller, que escreveria o importante livro *Für Darwin* (1864), com uma pesquisa inovadora sobre o desenvolvimento dos crustáceos. Müller era um progressista filiado a um grupo cristão profundamente influenciado pelo iluminismo e defensor de valores antiabsolutistas e a favor do amor livre. Apesar da fuga do absolutismo prussiano, também passou por maus bocados no Brasil, onde sofreu intensa perseguição política por motivos religiosos e políticos por parte das elites e políticos locais. Apesar disso, a pesquisa de Müller sobre a relação entre evolução e o desenvolvimento embriológico dos crustáceos, atendendo aos requisitos laboratoriais e matemáticos do período e guardando relação com muitos pontos tratados posteriormente por Haeckel na teoria da recapitulação, deixou Darwin extasiado a ponto de providenciar sua publicação em inglês em 1869 (Browne, 2011b: 343-344) e citá-lo diversas vezes em edições posteriores da *Origem das espécies*.

A inovação de Müller em articular pesquisa em campo e laboratório de modo muito similar ao de biólogos contemporâneos não foi isolada, tendo sido seguido por outros nomes, como o fisiologista Emil du Bois-Reymond (descobridor da relação entre

o movimento dos organismos vivos e a eletricidade), aquele que viria a ser conhecido como o mais proeminente divulgador da teoria da evolução na Alemanha: o zoólogo, naturalista, botânico, médico e professor Ernst Haeckel. Como veremos, a importância da intensificação desse intercâmbio teórico envolveu a modificação do cenário social e político de cada país em situações peculiares.

1.4.4 O lugar do pesquisador alemão

Antes de tratarmos de Haeckel, que será o foco desta seção, gostaria de lembrar de seu lugar antes como alemão do que cientista, dado que ele viveu um contexto social, cultural e político diferente daquele da Inglaterra de onde se originaram as principais contribuições ao evolucionismo da época. Essa consideração se faz especialmente necessária se, à despeito do currículo acadêmico de então, levarmos em conta o meio social de onde saíram os cientistas da Inglaterra vitoriana, em que persistia a imagem de autonomia do cientista (Elis; Kirchberger, 2014: 23) mantido com recursos próprios (um tipo social que pode ser exemplificado tanto pela sua franja *gentleman* e abastada, como o próprio Darwin, quanto pelo lado mais pobre, o perfil do naturalista como trabalhador autônomo e coletor de espécimes pelo mundo, exposto constantemente ao risco, como o caso de Wallace¹²⁵), e, a partir desse perfil, compararmos com os pesquisadores na Alemanha sob domínio prussiano, caracterizados como um “mandarinato” acadêmico, estratificado¹²⁶, profissional e empregado em instituições públicas, imersos em uma situação mais retrógrada politicamente, apesar do currículo cientificamente moderno quando comparado ao das universidades inglesas, então ainda sob a influência da teologia natural. Certa segurança e estabilidade financeira eram possíveis, mas apenas a quem obedecesse aos limites estritos impostos pelas restrições políticas, inclusive na ciência.

¹²⁵ A biografia de Wallace é a de um trabalhador de origem relativamente modesta, que fazia diversos trabalhos desde os 14 anos, como aprendiz de agrimensor, e depois viajou pelo mundo, do Brasil à Malásia, coletando e vendendo coleções de insetos para pesquisadores, sofrendo as intempéries e acidentes, como o naufrágio de 1852 em que perdeu todos os seus espécimes que coletara na Amazônia. Wallace nunca superou as dificuldades financeiras.

¹²⁶ Essa é uma cisão característica da concorrida formação universitária alemã, composta de professores que podiam atuar sem remuneração por um longo período, em uma carreiras acadêmicas permanecendo com longos vínculos precários com as instituições em que atuavam.

Pesava na Alemanha, especialmente após o despotismo esclarecido de Frederico o Grande, um controle ideológico e político baseado no *Código Geral e Lei Disciplinar* de 1852, a chamada *lex Arons*, criada com o objetivo de impedir que acadêmicos não alinhados politicamente se tornassem *Lehrer e Ensinante* (grosso modo um equivalente não remunerado e sem garantias das categorias que conhecemos como professor *adjunto* e *associado*), impedindo principalmente a carreira acadêmica de pessoas com proximidade ao socialismo e, em particular, à social-democracia. O nome pelo qual a lei era mais conhecida destaca o seu primeiro alvo particular: o médico Leo Arons, em virtude de sua filiação à social-democracia alemã (Ringer, 1969: 53-54,141-142). A perseguição às lideranças social-democratas persistiu entre as universidades alemãs a ponto de não haver nenhum filiado ao partido social-democrata como professor *associado* (o segundo grau da hierarquia) entre as universidades alemãs até 1918, marcando o perigo de uma associação política e ideológica com o SPD entre cientistas e professores universitários. Como veremos no Capítulo 4 na parte a respeito do comentário de August Bebel à Haeckel, esse será um fator importante quando entram em questão eventuais acusações de uma possível associação entre a teoria da evolução e o socialismo.

As diferenças não se marcaram apenas no clima político. Além da perseguição política, havia a resistência no campo cultural e ideológico alemão às ideias modernas, bem como a persistência das estruturas políticas, sociais e imaginárias, à exemplo do medo do presente e a angústia quanto à modernização e a industrialização, que impulsionaram o braço reacionário antimoderno e anticientífico do romantismo, que fazia uma ponte peculiar entre o pensamento acadêmico e o conservadorismo entre católicos, proprietários e Junkers, produzindo um fluxo constante de literatura anticientífica.

No entanto, também havia visões híbridas que buscavam se associar às ideias científicas e filosóficas com certa ideia de progresso, entre os quais um setor da sociedade que buscou conciliar “seus medos e esperanças sobre o presente” de modo que “a visão darwiniana da persistência da luta, tanto dentro quanto entre nações, não destruía a esperança de que a história caminhava em uma direção ascendente” (Sheehan, 1983: 256). Juntavam-se aí tanto visões democráticas e liberais, como de Friedrich

Nauman, que juntava Rousseau, social-darwinismo e a versão popularizada de Darwin, quanto, mais raramente, versões ultraconservadoras, como a de Alexander Tille, filósofo e germanista, tradutor de Nietzsche para o inglês, que se tornou representante das associações empresariais (*Wirtschaftsverbänden*). Tille via “na sobrevivência dos mais aptos” a justificação da repressão interna e da expansão imperial, amparadas, não raro, no racismo estrutural¹²⁷. Grosso modo, o chamado “darwinismo alemão” se tornou cada vez mais reacionário, ainda que não fosse uma tendência uniforme e tenha encontrado ecos entre grupos que associavam a necessidade de competição pela “sobrevivência, especialmente entre os grupos, e associada ao racismo, imperialismo e à supressão das demandas da classe trabalhadora”. Friedrich Alfred Krupp, notório fabricante de armas, tornou-se um defensor da teoria da evolução lida nesses moldes e chegou a oferecer, em 1900, um prêmio de dez mil marcos para quem melhor respondesse à questão: “O que podemos aprender com a teoria da evolução sobre o desenvolvimento da política doméstica e a legislação estatal”¹²⁸ (Paul, 2003: 233). Contudo, mesmo que opiniões como a de Krupp fossem importantes, esse episódio era um exemplo do esforço de demonstrar que a teoria da evolução não era uma ameaça ao Estado, em vista da hostilidade com que era vista pela maioria dos conservadores.

1.4.5 Virchow e o anti-evolucionismo liberal

Havia, ainda, outro grupo importante no que toca a uma breve recapitulação sobre Haeckel, que foram os liberais que resistiram ao que hoje chamaríamos de social darwinismo (de direita e de esquerda, se aquiescermos à caracterização de Mike

¹²⁷ Tille se declarava um “aristocrata social” e pôs em pauta uma primeira associação entre Nietzsche e Darwin que cairia como uma luva para o que chamaríamos de darwinismo social, com muito mais propriedade do que caberia a Haeckel e Spencer, em uma formulação perfeita do que esperaríamos como expressão de um senso comum reacionário darwinista: “A lei de Darwin da luta pela existência (*Kampf ums Dasein*) se aplica à humanidade criando as condições sociais sob as quais aqueles que desde o berço são talentosos e capazes podem obter bastante comida, enquanto todos os menos capazes que eles deveriam comer menos, de modo que os ineficazes infalivelmente pereçam e não possam se reproduzir” (*apud* Bolle; Buchholz, 1962: 169-170).

¹²⁸ Segundo Diane Paul, como indício dessa visão majoritária, “a maioria dos sessenta participantes (incluindo os quarenta e quatro da Alemanha) leu Darwin como legitimador da intervenção do Estado, tanto na economia quanto na criação. Apenas alguns ensaios foram escritos de uma perspectiva socialista, e um ensaio solitário de uma perspectiva liberal clássica” (Paul, 2003: 233).

Hawkins¹²⁹) e à Darwin, mantendo o esteio de um pacifismo e o início do que chamaríamos de direitos sociais, contrastando com a visão da época – esse foi o caso peculiar de Rudolf Virchow. Virchow foi um médico pioneiro nos estudos sobre a relação entre as doenças e as células, atuante particularmente no estudo do câncer, na patologia e na parasitologia, criando muitos termos na medicina que são utilizados até hoje, com contribuições à teoria celular, à anatomia, patologia e antropologia¹³⁰. Como Vogt, Virchow era ex-combatente de 1848 e também manteve visões progressistas, incluindo uma raríssima posição de antirracismo (e contra o mito de uma raça ariana), aplicando suas visões progressistas mesmo em sua atuação na medicina, destacando a relação entre a medicina e a sociedade¹³¹. Possuía, assim, um currículo que torna difícil rotulá-lo simplesmente como um reacionário anticientífico – e, no entanto, Virchow se tornou notório opositor de duas teorias importantes para a ciência posterior: a teoria dos germes e a teoria da evolução.

Em sua crítica à Darwin, Virchow argumentava que a teoria da evolução não era amparada em fatos (Backenköhler, 2008: 103), vendo-a antes como a manifestação do espírito do tempo que embutia na dimensão biológica a crença em uma direção ao progresso, amalgamada a uma possível justificação da desigualdade política e social vertida como teoria política (o que, convenhamos, era bem palpável se considerarmos casos como o de Alexander Tille). Apesar de herdeiro de algumas das bandeiras de 1848, Virchow atuou politicamente no campo liberal, posicionando-se contra a cooptação dos liberais do nacionalismo, mesmo durante o período de Bismarck, mas sempre em um campo oposto ao dos socialistas, ainda que fosse contrário às leis antissocialistas. Apesar de ter um receio bem fundado, Virchow não expressou ter

¹²⁹ Na nota 6 desta tese há um breve resumo das teses de Hawkins a respeito do conceito de social-darwinismo e sua aplicação.

¹³⁰ Virchow teve papel importante na formação da Sociedade Antropológica Alemã e da Berliner Gessellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte, e do Archiv für Anthropologie, e formou pesquisadores que foram os professores de nomes importantes da antropologia, como Franz Boas, que teve um sentido distinto da antropologia física do período em outros lugares do mundo. Sobre o trabalho antropológico de Virchow, ver o artigo de Boas sobre o tema (1902: 441-445). Ainda que seja importante demarcar que há diferenças óbvias entre o trabalho desenvolvido por Boas e Virchow, algo em comum é justamente a reserva profunda quanto ao evolucionismo e a aplicação do darwinismo diretamente à teoria antropológica (Stocking Jr., 1987: 290-291).

¹³¹ Um dos primeiros inspiradores da ideia da medicina como uma questão social, Virchow formou muitos nessa direção, incluindo um dos seus alunos e seguidores nesse campo, Max Westenhöfer, que por sua vez foi o professor e orientador do ex-presidente do Chile Salvador Allende.

compreendido a evolução segundo as orientações do próprio Darwin, sendo possível imaginar que tenha respondido ao que viu na teoria da evolução com os olhos de sua recepção alemã, desde a primeira tradução da *Origem* até as infinitas divulgações e resumos da obra de Darwin que tendiam a orientar a interpretação segundo uma ideia de progresso.

Alguns debates de que participou são interessantes por conta de como sua interpretação figura apoiada nos conhecimentos que desenvolveu no campo da patologia e da anatomia. Ao examinar fósseis humanos, por exemplo, Virchow não viu antecedentes, mas homens modernos com problemas patológicos específicos (Regal, 2004: 40). Era um caso raro de homem não religioso e antirracista, que negava a teoria da evolução e o darwinismo, especialmente quando surgia associado à ideia de progresso. Em alguns debates, seus posicionamentos chamam a atenção por causarem impacto político inusitado. Em uma dessas ocasiões, expressou sua opinião como médico e antropólogo físico de que populações enviadas às colônias sofreriam com a adaptação aos climas diferentes, experimentando dramáticas e constantes diminuições em número. Não se sabe se o posicionamento seria em verdade uma crítica ao empreendimento colonial de um estranho ponto de vista médico, mas o resultado foi interpretado pelos defensores da colonização como um apelo à necessidade de enviarem um fluxo constante de novos indivíduos às colônias para sustentá-las (Grundmann; Stehr, 2012: 93).

Politicamente, como dissemos, Virchow foi um progressista e publicamente se declarava republicano, democrata, liberal, antirracista. Ele militou junto a liberais que se opuseram aos outros grupos que, após a unificação alemã, passaram a apoiar o regime guilhermino capitaneado por Bismarck apoiado em políticas intervencionistas na área social e econômica, na repressão à oposição e no militarismo. No entanto, o liberalismo de Virchow tinha traços particulares, como a opinião de que a Alemanha deveria ser uma república, mas uma república com um presidente vitalício (Sheehan, 1983: 56), além de defender uma linha que foi seguida pela maioria do Partido Alemão do Progresso (1867–1884) de que os social-democratas “eram ainda mais nossos inimigos do que os conservadores”. Oficialmente, o partido continuou a oposição às leis antissocialistas, mas, em 1884, “um número suficiente deles com o apoio tácito de

Eugen Richter¹³² votou pela renovação das leis antissocialistas para assegurar que elas passariam”. Virchow também apoiou Bismarck em sua disputa contra os católicos alemães no contexto de intensas mobilizações antisemitas no campo católico, tendo sido o autor do termo *Kulturkampf* no sentido de uma luta pela civilização.

1.4.6 Ernst Haeckel

Para além da tradução para o alemão da *Origem das espécies* e a incorporação de Darwin ao debate feito pelos herdeiros da tradição materialista do iluminismo na Alemanha, é com Haeckel que o evolucionismo nesse país assumiu sua característica mais peculiar, tanto no campo filosófico quanto no científico. Isso porque Haeckel seria, a um só tempo, o mais proeminente pesquisador associado ao evolucionismo e o principal divulgador da teoria da evolução entre os alemães. Já sobre a qualidade e o modo como se deu essa influência, esse é um tema bastante debatido e objeto de diversas pesquisas, pois envolve aspectos espinhosos, como situar as contribuições de diversos autores alemães que se inspiraram na teoria evolutiva se apoiando em Haeckel para justificar assim o lugar da pesquisa alemã profissional no mundo científico, e mesmo ponderar sobre as teses que apontam no darwinismo e seus divulgadores na Alemanha, em uma diversidade de orientações e aspectos, a responsabilidade pela ideologia nacional-socialista.

Uma dessas formulações apresenta Haeckel e os divulgadores de Darwin (entre os quais é possível incluir os social-democratas) como uma continuidade entre Darwin e o social-darwinismo, resultando no nacional-socialismo (Meyer, 2009: 1), versão, esta, muito comum entre acadêmicos vinculados ao criacionismo na versão contemporânea da doutrina do “desenho inteligente”¹³³. Em outra versão, mais matizada, defende-se uma conexão semelhante, mas que poupa Darwin, atribuindo a responsabilidade da

¹³² Richter, jornalista de profissão, foi uma figura destacada do liberalismo alemão que liderou o Partido Alemão do Progresso, o Deutsche Freisinnige Partei (1884 -1893) e o Freisinnige Volkspartei. Formalmente, ao menos, teria dito que “temia mais a social-democracia sob a lei (antissocialista) do que sem ela” (Dawson, 1891: 44).

¹³³ O caso mais notório é o de Weikart (2004: 324), que responsabiliza Darwin diretamente pelo nazismo, consignando à social-democracia o papel de um intermediário e divulgador do darwinismo entre as massas (Weikart, 1998).

ligação entre o evolucionismo na Alemanha e o nazismo exclusivamente a Haeckel¹³⁴ e às formulações teóricas específicas que acrescentou sobre o evolucionismo. Portanto, tratar de Haeckel nunca é um tema simples, e aqui abordaremos apenas alguns elementos de seu pensamento que importam para compreender parte da influência do pensamento evolucionista entre os socialistas alemães, assim como as particularidades de sua versão da teoria da evolução biológica.

Haeckel foi definitivamente o mais famoso divulgador da teoria da evolução e dos conceitos darwinianos na Alemanha durante o século XIX¹³⁵. Um notável autoproclamado darwinista, embora guardasse distância de muitos aspectos estritos da teoria de Darwin, ponderando todos os pontos em aberto deixados pelo naturalista inglês desde a *Origem das espécies*, o que teria permitido assim a deriva de muitos seguidores para outros caminhos que, além de pressupostos teóricos com traços diferentes, utilizaram também novas ferramentas e avançaram por campos que Darwin não vislumbrou, como o da teoria celular e da embriologia – estes, por sua vez, permitiram identificar, por exemplo, como os cirrípedes (entre as cracas e os perceves) eram crustáceos sésseis, analisando microscopicamente a fase larval.

O interesse sobre esse tema, trazendo à tona e divulgando as informações sobre o mundo microscópico, foram brilhantemente ilustrados por Haeckel em gravuras coloridas em *Kunstsformen der Natur* (Formas de arte da natureza), publicadas entre

¹³⁴ O primeiro caso mais conhecido é a avaliação de Stephen Jay Gould presente em *Ontogenia e Filogenia* (Gould, 1977: 77), que acompanha as conclusões de Daniel Gasman na sua tese de 1971, *Haeckel's Monism and the Birth of Fascist Ideology* (Gasman, 1998: 26) e enseja conclusões semelhantes em outros autores. Voltarei a esses pontos sobre Haeckel no texto, mas defino de antemão que concordo com Robert Richards (2009: 172-177), que prova que o argumento em que se baseiam essas conclusões é, desde o início, inconsistente e desprovido de indícios históricos que o embasem. O perigo aqui, muito frequente em certo movimento que busca uma lógica do fascismo destacando analogias entre sua forma ideológica particular e sua forma histórica, é o da busca de uma analogia ou um tipo de continuidade lógica pressuposta que não encontra por sua vez necessidade de argumento, referência histórica ou prova. Claro, tal exercício pode conduzir a ter razão, mas isso exclusivamente baseado na capacidade de reflexão e análise do comentador e na sorte. Infelizmente, o bom ou mal uso das analogias, nesse caso, com tantas implicações que carregam, não impede que tal argumento seja divulgado sem qualquer aceno à dúvida e à demarcação do elemento subjetivo e conjectural do exercício reflexivo de interpretação em diversos autores notáveis do marxismo à extrema-direita.

¹³⁵ Apenas para lembrar os mais conhecidos: Friedrich Ratzel, Karl Vogt, Ludwig Büchner, C. Bock, E. A. Rossmässler, Alfred Brehm, Otto Zacharias, Carus Sterne, Wilhelm Preyer, Arnold Dodel, Oswald Köhler, Edward Aveling, Rudolf Bommeli e o romancista Wilhelm Bölsche que foi um popularizador da obra de Darwin e chegou a vender mais livros que Haeckel (Kelly, 1981: 1-2).

1899 e 1904, que se tornariam muito populares¹³⁶. O livro foi composto de gravuras feitas pelo artista Adolf Giltch a partir de impressionantes aquarelas e esboços, em um trabalho de caráter de divulgação científica e artístico:

O objetivo principal das minhas “Formas de Arte da Natureza” era estético: eu queria abrir o acesso aos maravilhosos tesouros de beleza que estavam escondidos nas profundezas do mar ou apenas por causa de seu pequeno tamanho pode ser visto através do microscópio. Mas eu também combino isso com um propósito científico, para fornecer uma visão sobre a estrutura milagrosa das organizações peculiares dessas formas. (Haeckel apud Lötsch, 1998: 354)

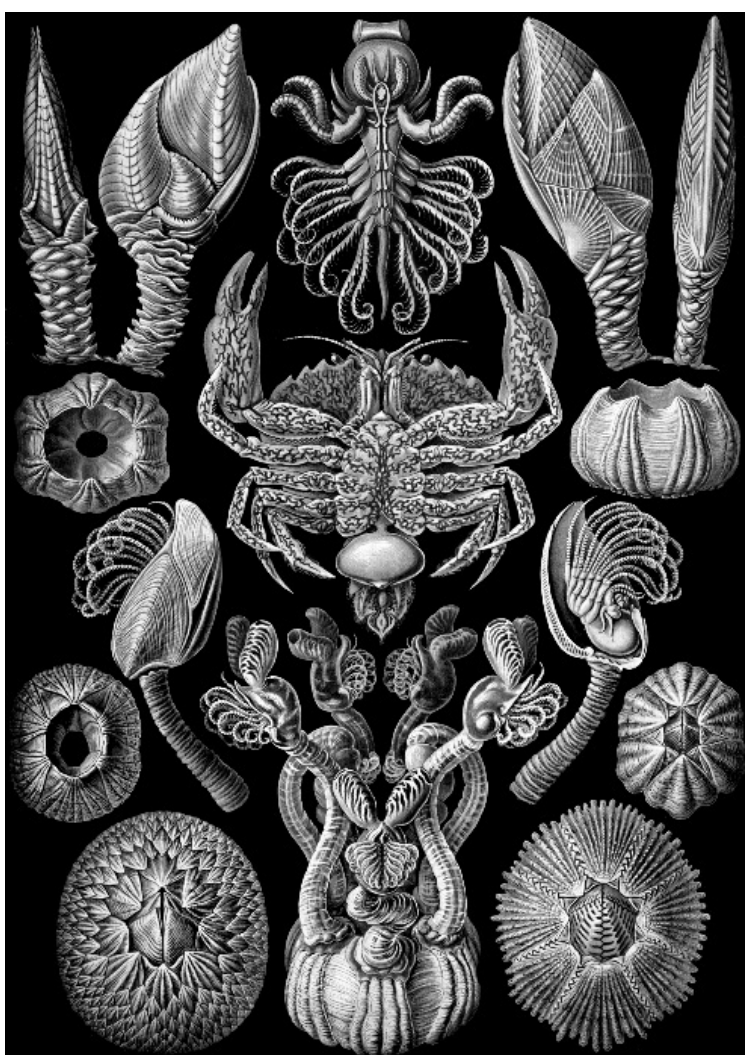


Imagem 6. Ilustração de Haeckel dos cirrípedes¹³⁷ em *Kunstformen der Natur*. Fonte: Haeckel (1900: placa 57).

¹³⁶ Enquanto artista, as imagens de Haeckel são importantes pois possuíam um estilo característico e inovador para a época e se tornaram tão populares que influenciariam diversos artistas, designers e arquitetos da Art Nouveau e a Jugendstil (Bachmayer; Dreykluft, 2002: 44; Richards, 2008: 406).



Imagem 7. Montagem a partir de ilustrações diversas presentes em *Formas de arte da natureza (Kunstformen Der Natur)*, de Haeckel.

É importante, porém, destacar que, tal como o próprio autor, há muitas polêmicas no entorno dos conceitos haeckelianos implícitos nas ilustrações, como a concepção de árvore evolutiva que pressupunha uma ideia de progresso, além de acusações de que Haeckel teria distorcido imagens para induzir a conclusões favoráveis a seus conceitos, como na famosa ilustração que exemplifica a teoria da recapitulação.

Com origem no seu trabalho sobre a embriologia, emergiu o tema que talvez mais tenha tornado Haeckel notório: a Biogenetisches Grundgesetz, a lei fundamental da biogenética, apresentada em sua *Generelle Morphologie der Organismen: allgemeine Grundzüge der organischen Formen-Wissenschaft, mechanisch begründet durch die von Charles Darwin reformirte Deszendenz-Theorie* (1866), que ficou

¹³⁷ Espécies presentes na ilustração: *Lepas anatifera*; *Conchoderma auritum*; *Pentalasmis vitrea*; *Scalpellum eximium*; *Scalpellum vitreum*; *Coronula diadema*; *Coronula reginae*; *Chthamalus antennatus*; *Catophragmus polymerus*; *Octomeris angulosa*; *Sacculina carcini*.

conhecida como teoria da recapitulação¹³⁸, onde enunciava a ideia de que a ontogenia (a constituição da forma do indivíduo) recapitula ou reconstitui a filogenia (a descendência de uma espécie ilustrando sua evolução biológica). Apesar de ser lembrado nesses traços gerais – e há autores que defendem que sua visão fosse mais matizada que isso, de modo que o desenvolvimento embriológico mostraria traços que tenderiam a se aproximar da evolução da espécie, mantendo ainda relativa validade (Richardson; Keuck, 2002: 494-528) –, persiste até hoje a principal crítica a esse esquema, de que Haeckel não teria levado em consideração que a evolução do próprio processo embrionário não aponta uma causalidade direta, mas um paralelismo, desde que reposicionado em termos mais cientificamente apropriados. De todo modo, foi com Haeckel que a ideia de recapitulação inspirou diversos pensadores ao longo do tempo, como o exemplo notório de Sigmund Freud nas *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (1916-1917) e na *Visão geral sobre as neuroses de transferência* (1915), em que afirma que o desenvolvimento e a estruturação da psique acompanhariam de certo modo o desenvolvimento humano e social, tal qual a biologia repetiria a história dos seres vivos em um tipo de associação entre a antropologia física, a teoria biológica de Haeckel e o desenvolvimento cultural humano como formas associadas (Monzani, 1990: 93).

Haeckel, contudo, não desdobra tão diretamente essas formas da cultura a partir da biologia. Diferente da síntese filosófica de Spencer, que apenas tinha na biologia um dos aspectos de um processo evolutivo mais geral, Haeckel partia de uma série de referências teóricas, voltando-se aos aspectos diretamente biológicos do darwinismo somados à influência de Lamarck e o espírito da *Naturphilosophie* de Goethe (Haeckel, 1919), inclusive recorrendo à relação entre uma inspiração estética e compreensão da natureza.

¹³⁸ Antecipada em traços gerais pelo naturalista alemão radicado no Brasil Fritz Müller, em sua obra *Für Darwin* (1869).



Imagem 8. Ilustração de placa dupla mostrando embriões de um peixe (F), salamandra (A), tartaruga (T), pinto (H), porco (S), vaca (R), coelho (K) e humano (M), nos estágios “muito anterior”, “um pouco avançado” e “ainda mais avançado”, da Anthropogenie de Haeckel publicada originalmente em 1874. Fonte: Hopwood (2006). Esta é a famosa ilustração que teria sido distorcida por Haeckel para destacar uma regularidade no processo evolucionário a partir do desenvolvimento do embrião, tornando convincente a ideia de recapitulação.

O que aí havia de comum era uma visão que apontava para a ideia de uma ascensão evolutiva entre as espécies animais que levaria às formas “superiores” e que seria coroada pela espécie humana. Assim, apesar de assumir o papel da seleção natural, também abria certo espaço para o lamarckismo, ao caracterizar a evolução como a recapitulação de estágios anteriores aos quais se adicionavam estágios posteriores de desenvolvimento (Bowler, 2013: 191). Emerge daí outro vocábulo ainda hoje persistente, o de fósil vivo. A visão evolucionista de Haeckel se refletia nas ilustrações do processo evolutivo, em que se destacava sempre um tronco que ganha uma forma concebida como uma linha principal de desenvolvimento e complexificação, o que o distinguia do esquema concebido por Darwin.

Stammbaum des Menschen.

Taf. XII.

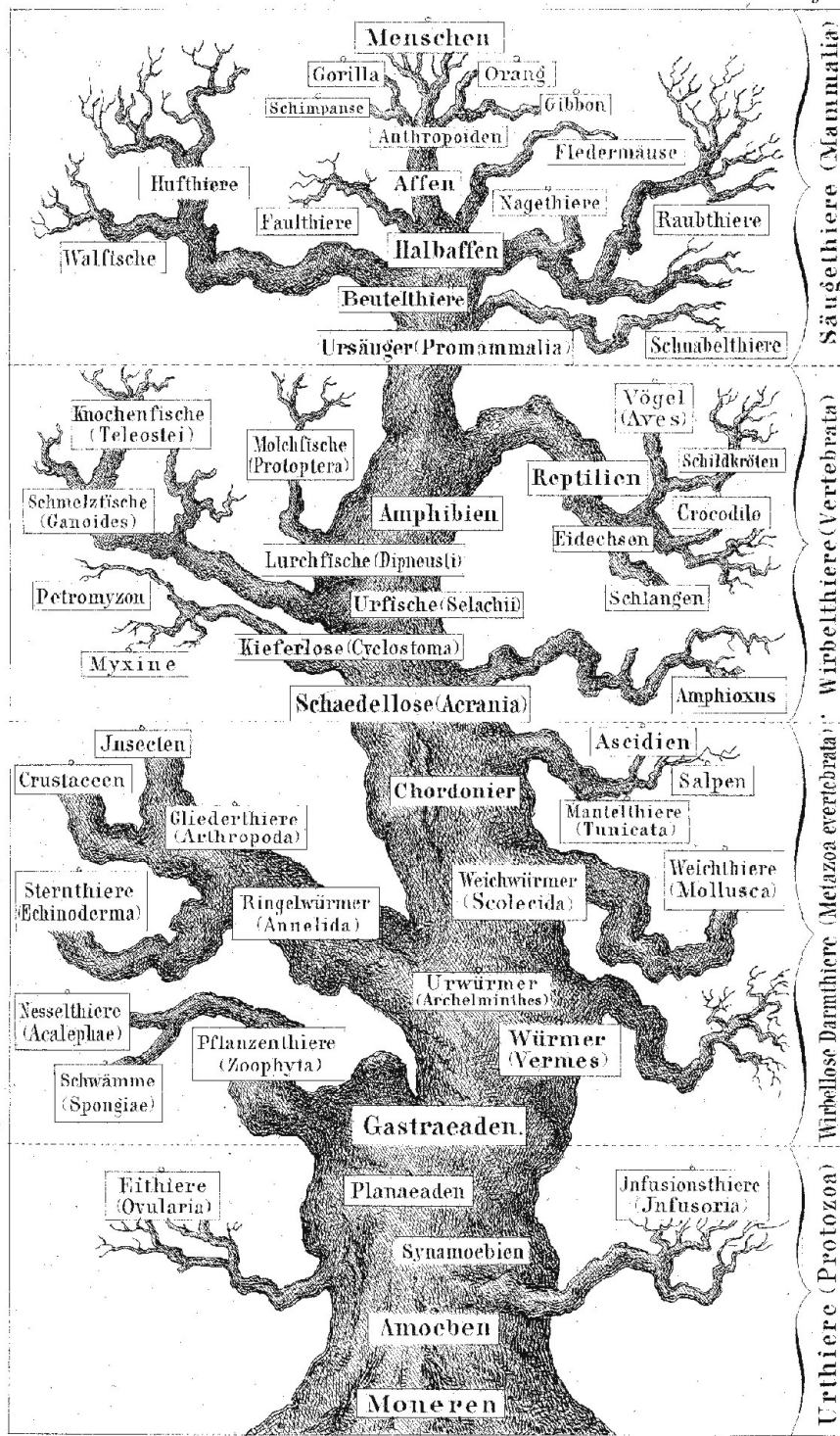


Imagem 9. Ilustração que descreve o *pedigree* humano – versão da linha genealógica do desenvolvimento biológico humano. Fonte: Haeckel (1891: 474, placa 15).

A filosofia fundada por Haeckel, o monismo, é a imagem mais clara de um progressismo moderado apoiado em preceitos tidos na época como científicos, visando à unificação das ciências por meio da filosofia e de uma reestruturação, à moda alemã, do conceito de substância. Essa certamente não foi a única tentativa de criação de uma teoria científica unificada ligada a pressupostos materialistas, de que é testemunha o próprio materialismo científico, mas foi a síntese particular entre idealismo e materialismo junto à ciência que Haeckel praticava que tornou tão atrativa as proposições do monismo, ao se associar às concepções filosóficas do século XIX e unir as concepções de Goethe, Lamarck, Darwin e certo espinosismo lido conforme o tom do final do século XIX na Alemanha. A própria forma da exposição científica de Haeckel dava elementos para essa convergência.

Haeckel acreditava que a teoria evolucionária, junto com partes da biologia e da geologia, não eram ciências experimentais ou exatas (ou matemáticas, nos termos mais afins à época), mas ciências históricas – similares, nesse aspecto, à arqueologia e à linguística. No Congresso de Naturalistas em Munique, em 1877¹³⁹, era corrente a utilização de um vocabulário com traços kantianos, ou mesmo uma caracterização das ciências do espírito em termos que não causariam total estranhamento a Dilthey. Em seus argumentos, Haeckel defendeu a cientificidade da teoria da evolução entre as demais ciências, demandando inclusive sua incorporação ao currículo do ensino público nacional. Para Haeckel, “essas ciências históricas [...] existiram no espaço conceitual entre as *Naturwissenschaften* – as ciências naturais – e as *Geisteswissenschaften* – ciências mentais [ou do espírito], tais como a psicologia, a economia política e a história” (Richards, 2003a: 313). A teoria da evolução partiria, assim, de uma cientificidade ligada à da história, como ciências do entendimento (*Verstehen*), na visão de Haeckel. Trata-se de uma forma de compreensão que permitiria fundir, em uma mesma cientificidade, o conhecimento da história e das ciências naturais, garantindo assim (mais uma) porta de convergência, segundo um mesmo vocabulário comum, que certamente levou muitos de seus ouvintes a estabelecerem correlações entre aspectos da

¹³⁹ Mais à frente, trataremos em detalhe desse debate importante para a teoria da evolução na Alemanha e sua implicação para a social-democracia alemã (Zigman, 2000: 263-302).

teoria social e a teoria biológica. Essa será, em parte, uma das principais razões da atração sentida pelos quadros da social-democracia alemã.

Poucos cientistas alemães gozaram de tanto apreço entre o público alemão, incluindo a social-democracia alemã durante do século XIX, como Haeckel. No auge de sua atuação, durante a década de 1890, ele se tornou de fato o principal divulgador do evolucionismo na Alemanha, o que talvez estivesse relacionado com a cultura popular da época (Ritter, 1978) e as modas culturais do século XIX: ocultismo, retorno do catolicismo (Anderson, 1995), as chamadas guerras culturais, o militarismo e a teoria da evolução.

Perceber como essas referências entram em relação, impactando a produção teórica da época na filosofia e no pensamento socialista, e mais diretamente a disputa cultural que o SPD promovia na sociedade (Trommler, 1983), envolve refletir sobre o modo como era construído seu vocabulário e seu uso, o que remete à consideração de Koselleck de que “Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político”, na medida em que conceitos “sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos” (Koselleck, 2006: 108) e que também são concepções que se relacionam como ideias-unidades em relações complexas e instáveis (Lovejoy, 2005: 13).

Trata-se de polissemias, amálgamas ideológicas, localizados e dotados de características próprias, pois, como veremos nos diversos contextos aos quais se aplica o conceito de evolução, criam-se novos sentidos distintos, mesmo em locais considerados próximos, em termos de imaginário político dessa época, como o movimento socialista inglês influenciado pela filosofia de Spencer e o socialismo alemão influenciado pela filosofia de Haeckel, além das próprias formulações herdeiras do socialismo inglês que já incorporam pressupostos do evolucionismo, como geralmente apontado no caso de Bernstein.

Para a compreensão desse aspecto teórico do século XIX na Alemanha, evitando pistas falsas nas leituras de autores, nota-se que certos termos ou palavras passam a ganhar destaque em um determinado período mais do que em outro e, especialmente, como são diferentes as recepções entre públicos diversos. Um exemplo vem do campo dos cientistas e divulgadores da ciência alemães, digamos, engajados, em que ganha

notoriedade a tradução da teoria darwiniana, menos como um modelo geral orgânico e mais como algo a ser assimilado ao campo amplo do “materialismo”, ao passo que, entre os socialistas de inspiração marxista, o destaque geralmente recai sobre a explanação científica e rigorosa, utilizando-se da história.

O principal fator em comum era o fato de que a maioria das pessoas fora do campo científico pensava a ideia de transformação biológica de modo associado à ideia de desenvolvimento (*Entwicklung*), raramente levando em consideração o fator da aleatoriedade da teoria da evolução (exceto no campo dos divulgadores científicos com alguma formação científica). Esse fundamento, apesar de diverso, dialogava com diversos conceitos, notoriamente os de evolução (*evolution*) e desenvolvimento (*Entwicklung*), sob o prisma da recepção das concepções evolucionistas no pensamento socialista, impulsionadas pelo impacto da obra de Darwin. Como tema da pesquisa que ora se propõe, está a abordagem desse efeito particular dos conceitos científicos, sua capacidade de influenciar tanto o pensamento político e filosófico quanto a prática social.

Apesar de envolvido em diversas disputas, Haeckel tentou escapar do clima político alemão imediatamente posterior às revoluções de 1848 e da reação que as sucederam, bem como evitar a pecha de radical, quando ocorria certa instrumentalização da teoria da evolução contra o conservadorismo (Bowler, 2003: 187), ou mesmo posteriormente, quando o conservadorismo religioso e anti-evolucionista tentou criar a associação entre Darwin e o nazismo¹⁴⁰, muitas vezes incluindo na acusação Haeckel e a própria social democracia alemã, considerados eles

¹⁴⁰ Como afirmou Ruse em comentário sobre o livro de Robert J. Richards (2008), é preciso reconhecer o contexto sobre o imaginário da época, “as acusações de ser um proto-nazi são erradas a ponto de serem ridículas. Haeckel, como quase qualquer outra pessoa no século 19 (incluindo Darwin), permanece acusado de racismo segundo os padrões atuais. Como qualquer outro do período, pode-se encontrar sentimentos eugenistas nos escritos de Haeckel. Também existiram alguns nazistas que gostaram de Haeckel. Qualquer um que acreditasse na seleção natural, Haeckel incluso, acreditava na luta pela existência. Mas *Lebensraum* (espaço vital) não se encontra em suas obras. E geralmente os nazistas tinham pouco tempo para Haeckel, sua ciência, e especialmente sua filosofia. O monismo foi escolhido como uma violação direta aos compromissos *Volkish* nazistas” (Ruse, 2009a: 712). Além disso, a mera alcunha “eugenista” não diz muita coisa, como veremos, se é apoiada, por exemplo, em um referência lamarckista. Mesmo a história da relação entre eugenia e nazismo, apesar de seu impacto, é uma relação complexa que envolve a apropriação do regime nazista de uma teoria que buscasse sistematizar algum tipo de fundamento científico e não eram relações claras e diretas (Tanner, 2012: 458-460)

responsáveis pela popularização das ideias darwinistas¹⁴¹ que garantiriam um clima receptivo ao eugenismo e ao nazismo entre o público geral. Isso a despeito da relação contraditória do regime com Haeckel, que incluiu a perseguição ao monismo, mesmo tendo apoiadores que faziam convergir Haeckel como um improvável prenúncio da teoria eugenista à moda nazista com todas as suas implicações: uma teoria da descendência forte e a poligenia, que dificilmente se ajustariam ao tom haeckeliano da teoria da evolução, que em si trazia elementos lamarckistas, abrindo margem para outro entendimento da evolução biológica, que seria um dos entendimentos, entre muitos, a desaparecer durante o período do chamado “eclipse do darwinismo”.

Por mais que se esforçasse em prol de uma abordagem filosófica e científica, foi difícil a Haeckel não se ver envolvido nas seguidas disputas que se travavam sobre a teoria da evolução e o seu significado. Como veremos, nos caminhos que fazem cruzar o destino dos social-democratas alemães e o de Haeckel, seu esforço em divulgar a teoria da evolução segundo o entendimento que lhe emprestou implicou tomar parte em sucessivos embates que envolviam menos os temas do que os pressupostos em que a teoria era compreendida. O primeiro deles foi o do debate sobre sua significação e fundamento, travado com os adversários do evolucionismo, como veremos no caso do inusitado embate com Virchow, seu ex-professor e líder entre os parlamentares liberais. O segundo é foi se desvencilhar do socialismo (a despeito deles) que talvez o tenha aproximado progressivamente de um campo conservador (até ser abraçado por Bismarck no contexto da *Kulturkampf*), para escapar das consequências das leis antissocialistas, e o terceiro, o de garantir o reconhecimento das concepções evolucionistas do público em geral e a garantia de seu ensino.

Esse movimento conflitou com a concepção e o entendimento dos socialistas alemães sobre a teoria da evolução e conduzirá a respostas diversas, com destaque, no caso de Haeckel, para Bebel, o líder do partido social-democrata alemão.

¹⁴¹ O mais claro representante dessa linha de pensamento é Richard Weikart, historiador das ideias e defensor do criacionismo, que, apesar de realizar associações claramente tendenciosas, acaba por ganhar influência por seus textos mais conhecidos: *Socialist Darwinism: Evolution in German Socialist Thought from Marx to Bernstein* (Weikart, 1998) e *From Darwin to Hitler* (Weikart, 2004), obras que influenciam a escrita desta pesquisa devido ao modo como conduz seus argumentos, forçando a tese de uma determinação direta entre o darwinismo, a social-democracia e o nazismo, despertaram a atenção e o choque a respeito do interesse em distorcer aspectos da história para criar essa associação, como comentou Ruse na nota anterior.

2 SOCIALISMO E EVOLUÇÃO

2.1 ENQUADRAMENTO DO TEMA

Na introdução deste trabalho, após apresentar alguns aspectos metodológicos dos problemas ligados à circulação da teoria da evolução entre o movimento socialista e citar abordagens que poderiam ajudar a ilustrar esses temas, mencionei duas concepções particulares que poderiam ser consideradas um tipo de antecâmara a um modo mais desenvolvido de elaboração teórica e conceitual. A primeira era a ideia de concepções compartilhadas inconscientemente em termos de *visão de mundo*, e a segunda, algo que poderia ser pensado enquanto pressuposto de concepções compartilhadas, como a ideia de *senso comum*. Indiquei também a possibilidade de compreensão de uma relação entre formas diversas de *senso comum*, remetendo a um desenvolvimento teórico com base em Gramsci, guardando daí a ideia de uma elaboração dinâmica, e deixando em aberto a discordância com Gramsci quanto à impossibilidade de se fazer a história de um senso comum, tendo em mente o que em outros termos seria o procedimento empregado por outras áreas das ciências humanas. Mencionei, ainda, a possibilidade de se tratar o objeto em termos de cultura, o que evitarei, mas considere necessário apontar alguns dos problemas e significados que esse termo carrega, assim como o enraizamento nacional dos debates sobre seu significado. Tratei brevemente também de algumas das tendências constitutivas das organizações que trataremos, tendo em mente as contribuições de Bourdieu, mas reduzindo o significado de *habitus* para adicionar novas propriedades à ideia de um senso comum compartilhado, em especial, adotando as implicações das concepções partilhadas enquanto vinculadas às instituições onde se criam vínculos entre os intelectuais e trabalhadores que partilham essas concepções e valores.

No capítulo anterior, assim, apresentei diversos aspectos teóricos, autores e debates para sinalizar a amplitude do que implicava a ideia de evolução no final do século XIX, indicando, ao final, parte do contexto alemão que incidiu nas elaborações teóricas dos membros do partido social-democrata alemão. Como é possível notar, Darwin tem um lugar central nesse contexto, mas outras elaborações teóricas, mesmo aquelas inspiradas em Darwin, também influíam sobre o imaginário científico da época,

com implicações na política. Com base no que foi desenvolvido no primeiro capítulo, arrisco, assim, chamar a visão geral sobre essas concepções, pensando-as como um mesmo conjunto, de um *sensu comum* em torno da ideia de evolução biológica, formado no final do século XIX. Desse *sensu comum*, tomo quatro implicações. A primeira é de que é necessário falarmos em evolucionismos no plural, e não de uma única concepção teórica a respeito da evolução biológica, isso não apenas no campo do que chamaríamos de darwinismo estritamente, mas também entre teorias alternativas. A segunda é de que algumas dessas concepções tinham implicações para além do campo biológico. E a terceira, que partilho com Bowler, é a de que, em meio a esse *sensu comum* partilhado, surge um tipo de “eclipse do darwinismo”, onde ideias alternativas sobre a evolução ganham ainda mais proeminência do que a teoria da evolução das espécies darwiniana em tudo aquilo que ela implicava. Portanto, essa concepção geral sobre a evolução implica igualmente a quarta consequência, que é o seu vívido dinamismo, não se tratando de uma concepção estática e definitiva cuja referência seria tão somente a obra de Darwin, ainda que amplamente variada mesmo entre os seus seguidores.

A ideia neste segundo capítulo é traçar primeiramente um contorno das implicações desses aspectos na compreensão da elaboração teórica e política dos trabalhadores alemães e no socialismo europeu do final do século XIX, de um modo mais geral, no que tocava aos evolucionismos em suas concepções e instituições. A partir daí, tenciono abordar os aspectos mais importantes das concepções de Marx e Engels sobre o tema, dada sua importância para o movimento socialista alemão, entre os quais, o evolucionismo antropológico.

2.2 OS SOCIALISMOS E OS EVOLUCIONISMOS

Dado que o marxismo era a influência da principal corrente do partido social-democrata alemão, esse poderia ser considerado o núcleo da questão, tomando a recepção dos conceitos evolucionistas por parte de Marx e Engels como balizas para conformarmos o quanto os demais quadros do partido social-democrata se distanciaram dessa referência viva da política marxista. No entanto, embora esse seja um ponto de vista importante e incontornável, ele não resume a questão, em meu ponto de vista, e,

portanto, certamente poderia ser melhor analisado e aprofundado em uma investigação específica sobre o tema.

A recepção de conceitos reputados no campo científico para a interpretação da política não é rara na história da filosofia e guarda suas raízes desde a modernidade, ao subscrever a natureza humana entre os próprios fenômenos naturais, e não foi raro quem formulasse, como Hobbes, um tipo de correspondência entre a física mecânica válida tanto na natureza quanto na sociedade segundo um tipo de lógica geral que permitiria compreender dos fenômenos sociais. Por isso, não é de se estranhar que o reconhecimento da biologia como um aspecto da natureza com propriedades específicas fosse capaz de influenciar novas formulações sobre a política. É igualmente difícil evitar a percepção de que, ao ultrapassar estruturas ou esferas de onde é tributária de sua significação, como no campo científico, uma mesma ideia ganhe propriedades diversas, mesmo onde esses aspectos pareçam de fato se entrecruzar, como na questão inescapável da evolução do homem e as projeções do comportamento social humano em sociedade e sua relação com o que se acredita ser um aspecto biológico e evolutivo do comportamento humano. Foi nos vãos desse entrecruzamento que ocorreram as disputas entre o modo de pensar teórico e político dos socialistas alemães do final do século XIX, ao incorporarem concepções filosóficas e científicas como fundamento de uma forma particular de filosofia da história orientada para o progresso.

Nessa direção, chamou a atenção o quanto, desde o final do século XIX, as ideias evolucionistas ganharam força nos debates entre os socialistas, especialmente quando estes tinham a preocupação de se dirigir a um público mais amplo, posto que a teoria da evolução atingiu não apenas a imaginação do pensamento socialista, em geral, como talvez de todo o público culto, especialmente na Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Áustria. E isso em um momento peculiar, quando esse debate não era realizado nas escolas ou em instituições oficiais de ensino, mas em espaços alternativos de pesquisa – museus, os salões, jornais, revistas e as salas de debate.

Assim, os nomes de Spencer, Darwin, Wallace, Huxley se tornaram referências inescapáveis a um intenso debate travado na sociedade e que chegou às lideranças socialistas alemãs, tais como Engels, Bernstein, Kaustky, Bebel, e a militantes que eram igualmente cientistas, como Vogt, Büchner, Aveling, Pabelo, e claro, como citado

brevemente no capítulo anterior, figuras tanto mais emblemáticas quanto controversas por defenderem teses explicitamente eugenistas, quanto Ludwig Woltmann.

Mas até que ponto é possível dizer que há um caminho unívoco para a criação de uma mesma atmosfera política, intelectual e científica, como no caso inglês e alemão, como demonstrado por David Stack em *The First Darwinian Left: Socialism and Darwinism 1859-1914* (2003)? Para Stack, as raízes do evolucionismo na esquerda inglesa não eram novidade e se originariam em nomes como o próprio codescobridor da teoria da evolução, Alfred Russel Wallace, ou a feminista Annie Besant, o escritor Jack London, o líder trabalhista inglês Ramsay MacDonald, primeiro primeiro ministro do partido trabalhista, ou ainda na coleção de clássicos socialistas da Independent Labour Party, com traduções de Kautsky, Enrico Ferri e Bernstein para o público inglês, associando um campo à esquerda do partido trabalhista ao debate sobre a teoria da evolução¹⁴².

Para os que aceitam essa associação, emergem conclusões radicalmente distintas, principalmente por partirem da investigação da circunscrição do campo socialista a premissas ideológicas capazes de resistir ou, em casos determinados, convergir e disseminar os fundamentos da ideologia que estavam na raiz o nacional-socialismo em um tom geralmente crítico do evolucionismo de modo geral, ao se aproximar da eugenia. Existiria, assim, um ramo de interpretações de tom mais acusatório quanto ao papel da social-democracia, como presente em Weikart e Anthony James Gregor, que apontam uma causalidade direta entre a divulgação do darwinismo e da teoria da evolução, como garantidores da aceitação do evolucionismo, e a aceitação de ideias nazistas, caracterizando o evolucionismo como um fenômeno menor no campo do socialismo, que deveria ter se oposto a essas concepções. Outros autores, em um tom

¹⁴² Foi essa coleção que forçaria uma aproximação involuntária de Bernstein ao evolucionismo, ao traduzir o título de seu livro *Die Voraussetzungen des Sozialismus* (1899) para *Evolutionary Socialism* (1909). *Voraussetzung* significaria literalmente algo próximo de “pressuposto”, “pré-requisito”, “pré-condição” ou, se pensamos em termos lógicos condicionantes, ou seja, destacando mais o aspecto kantiano e ético da compreensão de Bernstein sobre o socialismo que organiza o seu pensamento durante o debate sobre o revisionismo, em termos de o que deveria ser feito para se atingir o socialismo ou o socialismo ser propriamente socialista. Curiosamente, esse título foi envolvido pelo imaginário evolucionista inglês absorvendo parte do argumento de Bernstein, como a ideia de que o caminho do socialismo seria uma evolução constante, e destacando aspectos do que, como tentarei expor, pode ter soado similar ao debate sobre o spencerismo conforme a leitura socialista e antropológica, como vimos no capítulo anterior.

moderado, separam esse período propriamente darwinista, sem evitar o problema de uma eventual ou relativa convergência entre parte do campo social-democrata e o nacional-socialismo, como na pesquisa de Richard Saage, que teve como alvo os textos das lideranças da social-democracia austríaca (e em menor medida alemã), circunscrevendo duas perguntas orientadoras de sua pesquisa, voltada à década de 1930, mas procurando suas raízes nos pressupostos teóricos dessa convergência em um período anterior:

1. Como os autores social-democratas, de acordo com elementos essenciais da teoria evolucionária, criticaram o naturalismo biológico nas suas variedades como o darwinismo social de direita?
2. Como foi determinada a diferença entre o darwinismo de esquerda e o marxismo no discurso social-democrata? Que conclusões antropológicas podem ser tiradas do discurso da evolução para o auto-entendimento social-democrata antes da Primeira Guerra Mundial e no período entre guerras? (Saage, 2012: 59)

De um ponto de vista distinto, houve também quem tenha pensado o socialismo como um fenômeno menor no campo muito mais amplo da recepção do evolucionismo, concluindo que a influência do evolucionismo no socialismo fosse tão pequena a ponto de fazer sentido um convite para que ela se ampliasse, como aquele feito por Peter Singer em *A Darwinian Left: Politics, Evolution and Cooperation* (1999). Amparado principalmente em teses evolucionistas sociobiológicas e de psicologia, Singer defende a necessidade da esquerda internacional defender o que acredita serem as ideias de Darwin, como as teses de Richard Dawkins sobre o gene egoísta segundo uma determinação comportamental de características que seriam naturais de nossa espécie, como o egoísmo, a competição, as diferenças sexuais e diferenças intrínsecas, ao contrário da ideia marxista de uma natureza humana excessivamente maleável. Haveria a possibilidade de cooperação e autossacrifício, mas apenas se fossem criadas as condições para tal, levando em consideração essas características que remetem, antes de tudo, ao egoísmo, mas que restariam desigualdades humanas que não seriam fruto de formas de opressão (Singer, 1999: 60-63), pois seriam de alguma forma intrínsecas. Trata-se de considerações que pressupõem, antes de tudo, que a esquerda socialista e, especialmente marxista, fossem eminentemente antidarwinistas por defenderem uma natureza humana “plástica”, além da possibilidade do fim das opressões originadas pelo capitalismo.

De modo completamente contrário a Singer, Hans-Joseph Steinberg, que forneceu materiais importantes para pensar, nesta pesquisa, sobre as bibliotecas e opções de leitura dos trabalhadores alemães próximos ao SPD (Steinberg, 1976; 1979), afirmava que a influência do evolucionismo e do darwinismo teria sido tão notável ao ponto de concluir que a própria “base” política da social-democracia, para além de seus articuladores teóricos, teria passado ao largo dos famosos debates entre o marxismo e o revisionismo, optando, como constatou nas fichas de retiradas das bibliotecas de trabalhadores alemães, ler e se ater ao conflito entre as teses evolucionistas darwinianas e o impacto dessas teses no fundamento da religiosidade em diversos títulos de divulgação a respeito desses debates.

Em parte, este tema espinhoso persiste na compreensão da relação entre a teoria da evolução e o darwinismo, além dos desdobramentos de outros aspectos políticos e filosóficos dessas questões. Inspirada por uma das provocações de Saage, a questão principal deste capítulo é: “como foi determinada a diferença entre o darwinismo de esquerda e o marxismo no discurso social-democrata?”, e será exposta com base nos textos de Marx e Engels. Antes, porém, passaremos pela questão dos evolucionismos alternativos ao darwinismo que podem ajudar a esclarecer a perspectiva evolucionista específica que permeou o imaginário dos socialistas, mesmo que estivesse inscrita em um tipo de compreensão do evolucionismo biológico, social ou mesmo cósmico, que esteve em questão entre os socialistas alemães.

2.3 DARWIN SEM MALTHUS

As opiniões que você adquiriu sobre o darwinismo, a evolução e a luta pela existência não lhe explicarão o sentido de sua vida e não lhe darão orientação em suas ações, e uma vida sem uma explicação de seu significado e importância, e sem a orientação infalível que dela deriva, é uma existência lamentável. Pense sobre isso. Eu o digo, provavelmente na véspera de minha morte, porque eu te amo.

Liev Tolstoy (1978: 717)

É importante notar que, se houve uma aproximação entre os evolucionismos e o socialismo, não se tratou de uma simples conversão aos princípios darwinianos, mas uma resposta, e mesmo uma interpretação, sobre aspectos específicos do pensamento darwiniano que traziam inconvenientes a uma interpretação direta do darwinismo em

termos sociais convergente com valores socialistas. E se havia aqueles que caracterizavam o que viam como a transposição de valores liberais e a defesa da competição para uma fundamentação naturalizante do conservadorismo político e do liberalismo econômico, naquilo que hoje chama-se de social-darwinismo, também houve os que ousaram interpretar o darwinismo em outros termos, aceitando o evolucionismo e rejeitando essa visão de mundo.

Embora muitos aspectos do evolucionismo em termos explicitamente darwinianos fossem capazes de atrair crítica e mesmo aversão (como os já citados casos de um evolucionismo cultural, com certo imperialismo e racismo implícitos, ou a questão de como se definia o papel da igualdade e mesmo dos direitos das mulheres), é a influência malthusiana presente na teoria de Darwin o maior ponto de discórdia. Esse foi um tópico comum entre muitos dos que aceitaram uma visão evolucionista e, não raro, posicionando-se especificamente contra a teoria da seleção natural. Isso não é sem consequências, pois tal modificação removia um dos aspectos centrais que diferenciavam a teoria darwiniana dos demais evolucionismos durante o período, e é sintomática de como a metáfora darwiniana da “luta pela existência” ou da apropriação da imagem spenceriana da “sobrevivência dos mais aptos” causou impressões divergentes e, não raro, negativas.

Vale destacar o quanto tal aversão não foi algo exclusivo dos socialistas, pois que estava presente, do final do século XIX ao início do século XX, entre muitos pesquisadores russos da biologia, como Andrey Nikolayevich Beketov, Dmitrii S. Korzhinskii, Élie Mechnikov, Svertsov, Kliment Timiriazev, entre outros (e, cabe destacar, anteriores a Trofim Lysenko e Ivan Mitchurin). Tais nomes destacaram o que Karl Fedorovich Kessler chamou no discurso de 1879 de “Lei do auxílio mútuo”, considerada em sua versão mais forte ou mais fraca como um certo princípio de solidariedade, que se veria entre espécies como algo intrinsecamente natural, o que traz outras cores à ideia de sobrevivência, para além da ideia de uma pura competição sanguinolenta pela vida¹⁴³. No mundo ocidental, conhecemos principalmente o esboço

¹⁴³ Os proponentes de uma variante “forte” da teoria do auxílio mútuo iriam além de Darwin na aceitação de quatro pressupostos básicos: “1. O aspecto central da luta pela existência é a luta do organismo com circunstâncias físicas (ou, menos frequentemente, com membros de outras espécies); 2. os organismos unem forças para travar essa luta mais efetivamente, e essa ajuda mútua é favorecida pela seleção natural;

político de implicações socialistas de reflexões nessa direção por parte do naturalista e revolucionário anarquista russo Piotr Kropotkin, em *O Auxílio Mútuo*. Na passagem de seu primeiro capítulo a respeito do “auxílio mútuo entre os animais”, Kropotkin trata da ideia, similar a outras concepções da época, de uma evolução social de natureza antropológica, aparentemente inspirada nas formulações positivistas, que situam etapas dessa evolução – passando pelo estágio de selvageria, barbárie e cidade medieval – e culminando com as formas de associativismo entre a sociedade contemporânea nos capítulos sete e oito, destacando a tendência ao auxílio mútuo como uma forma residual e natural, perdida de modo acidental pelas vicissitudes da história. Apesar de perdida, a sociedade manteria um princípio de progresso que se adapta às novas formas de organização social, correlacionando uma observação política a um aspecto que teria origem no meio natural:

A tendência de ajuda mútua nos humanos tem uma origem tão remota, e está tão profundamente entrelaçada a toda a evolução passada da raça humana, que tem sido mantida pela humanidade até o presente, não obstante todas as vicissitudes da história. [...] E sempre que a humanidade teve que elaborar uma nova organização social, adaptada a uma nova fase de desenvolvimento, seu gênio construtivo sempre atraiu os elementos e a inspiração para o novo afastamento dessa mesma tendência sempre viva. Novas instituições econômicas e sociais, na medida em que foram uma criação das massas, novos sistemas éticos e novas religiões, todas tiveram origem na mesma fonte, e o progresso ético de nossa raça, visto em suas linhas gerais, aparece como uma extensão gradual dos princípios de ajuda mútua da tribo para aglomerações cada vez maiores, de modo a finalmente abraçar um dia toda a humanidade, sem respeito a seus diversos credos, línguas e raças. (Kropotkin, 1902: 123)

A conclusão que se extrai de Kropotkin é que devemos seguir nossas tendências naturais em direção ao auxílio mútuo, e não nos opor a elas, ao se impor um tipo de competição desenfreada (Gould, 1992) e adequando a tendência natural humana às suas práticas em uma ideia muito similar, ainda que oposta, aquela que acabamos de citar, de Pete Singer em *A Darwinian Left...*, que vê no comportamento egoísta a chave

3. Como a cooperação, e não a competição, domina as relações intraespecíficas, a caracterização malthusiana de Darwin dessas relações é falsa; e 4. a ajuda mútua vicia de tal forma o conflito intraespecífico que essa não pode ser a causa principal da divergência de caracteres e da origem de novas espécies. Implícita nessa linha de argumentação estava a justaposição de cooperação e conflito (tanto competição passiva quanto luta direta). Estes foram tratados quase como se fossem forças físicas opostas; na medida em que se tratava de presente, o outro estava necessariamente ausente” (Todes, 1989: 104-105).

da compreensão humana. Embora esse desenvolvimento político a partir dos pressupostos do *auxílio mútuo* pareça uma consequência natural dessa concepção, a orientação socialista não foi a única entre as concepções naturalistas “mutualistas” e antimalthusianas por parte dos teóricos russos do século XIX, que se apoiavam em diferentes concepções políticas à esquerda e à direita como exposto, por Daniel Todes no livro *Darwin without Malthus* (1989). Todes mostrou como diversas orientações políticas e científicas foram possíveis, mesmo desviando-se de um dos tripés mais aceitos da teoria evolutiva: o da competição pela vida entre as espécies¹⁴⁴.

Ao mesmo tempo em que se registraram observações sobre a implicações das relações entre os seres vivos e o seu meio a partir de relações como o mutualismo, estudos sobre a dinâmica das células no nível microscópico conduziram à conclusão de que nem tudo no mundo dos seres vivos poderia estar apoiado numa imagem de competição, levando esses autores da passagem do século XIX ao século XX a negarem as comparações similares àquelas dos spencerianos de direita sobre os aspectos sociais. E se esse tema não era raro em pesquisadores do campo da biologia, incluindo entre eles alguns nomes reconhecidos no seu campo científico, como Élie Metchnikoff¹⁴⁵, é fácil imaginar que conclusões semelhantes circulariam entre os socialistas, na medida em que imaginavam o campo biológico como sendo determinado ou simultâneo ao campo social e, às vezes, até mesmo justificando ou demonstrando a validade dos princípios éticos e sociais humanos.

Mesmo tratando de observações com implicações biológicas, como o foco no aspecto populacional, são as questões sociais que se impõem, e mesmo determinam, as condições biológicas. Isso tem afinidade, como veremos, com as reflexões antimalthusianas de Kautsky, que ainda assim incorporam a concepção de população, ou seja, a consideração do aspecto biológico de um povo para se pensar nas

¹⁴⁴ É importante notar que, desde Darwin, no campo contemporâneo da biologia evolutiva há entendimentos que se opõem a um determinismo genético, como Richard Lewontin, que assinala a necessidade de destacar níveis específicos de evolução, além da existência de uma relação dialética (Levins; Lewontin, 2009), em um regime de causalidade recíproca e complexa entre o indivíduo e seu meio (destacando aspectos relevantes da ecologia e do comportamento das espécies, como a construção de nichos, incluindo quando são intencionais), formulando uma crítica biológica e marxista dos pressupostos deterministas do programa darwinista tradicional, especialmente nas consequências sociobiológicas da moderna síntese evolutiva (Lewontin, 1995).

¹⁴⁵ Metchnikoff foi agraciado em 1908 com o prêmio Nobel da Medicina e Fisiologia, em reconhecimento a seu trabalho sobre a imunidade, base para a fundação da ciência da imunologia.

consequências políticas. Também serve para mostrar que a rejeição ao malthusianismo entre socialistas não era um caso isolado – quando questiona aspectos específicos da teoria da evolução biológica, isso não se tratava necessariamente de um tipo de loucura episódica, mas de um questionamento comum na época, especialmente quando, como no caso da biologia evolutiva russa no final do século XIX, isso envolveu o questionamento de três aspectos geralmente implicados nas concepções darwinianas sobre a evolução:

(1) o termo “luta pela existência” e grande parte da retórica associada a ele; (2) a dependência das pressões populacionais e uma aritmética populacional específica que alimentam essa luta perpétua; e (3) a ênfase em conflitos intra-específicos. (Todes, 1989: 19)

Não se pode questionar o poder de confusão trazido pela metáfora darwiniana da “luta pela existência”, que era vista então por Wallace como apenas uma fórmula para a compreensão de uma seleção natural não intencional. Por outro lado, se temos o olhar voltado aos desenvolvimentos posteriores da rejeição de Darwin em um campo próximo ao evolucionismo, especialmente na Rússia, podemos perceber como haveria um campo propício ao chamado “lysenkoísmo” e o impacto das concepções políticas de Lysenko (1898-1976), a partir de um consenso em torno da rejeição ao selecionismo e os princípios selecionistas segundo uma concepção darwinista estrita em um contexto de crise da produção agrícola, disputas ideológicas acirradas (especialmente quando lembramos que entre as teorias rivais, em seu início, estavam a eugenia e o mendelismo, e não a síntese evolutiva moderna) e disputa sobre a forma de controle da produção agrícola, então centralizado, e o conhecimento ainda não estabelecido mundialmente sobre a genética (Graham, 2016: 4). Some-se ainda a consideração atual de que, talvez, Lysenko poderia ter lidado com efeitos da epigenia e projetado de modo mais radical suas consequências para uma teoria da descendência, somando uma inspiração neolamarckista no lugar de uma teoria forte da descendência, especialmente apoiada nas concepções e dos supostos experimentos de Paul Kammerer, um dos últimos grandes defensores do lamareckismo (Bowler, 2009: 244-246). Além desse contexto, porém, que trato de modo breve no Apêndice A, sobre Lysenko, há ainda a questão dos usos de possíveis interpretações sobre como Marx e, principalmente, Engels teriam interpretado o tema.

Passarei a seguir à recepção de Marx e Engels do darwinismo, procurando mostrar como, apesar de ser comum na bibliografia, essa associação não era algo tão simples e óbvio.

2.4 MARX, DARWIN E A CONCEPÇÃO MALTHUSIANA DE POPULAÇÃO

O marxismo tem dois pés na ciência. Em primeiro lugar, marxistas estudam ciência entre outras atividades humanas. Eles mostram como as atividades científicas de qualquer sociedade dependem de suas necessidades em constante mudança, e assim, em longo prazo, sobre os seus métodos de produção e no modo como a ciência muda os métodos produtivos e, portanto, toda a sociedade.

J.B.S. Haldane (1940: vii)

Mesmo nos setores social-democratas onde a influência do marxismo é vigorosa, é possível notar como está presente, se não a influência, ao menos o interesse e convergência com certos temas – e isso não apenas entre os teóricos e líderes da social-democracia, mas também entre os próprios Marx e Engels. Apesar das lendas sobre *O Capital* ter sido dedicado a Darwin¹⁴⁶, a história de sua recepção por parte de Marx e Engels é um pouco mais complexa, e passa por uma primeira aceitação calorosa que posteriormente se transforma em um distanciamento ponderado, por parte de Marx, e em uma forma particular de assimilação e interpretação, no caso de Engels.

Desde seu período em Manchester, e especialmente entre os anos 1850-1860, Engels cultivou o interesse pela *Naturwissenschaft*, em especial pelas novidades da ciência da época, com destaque para a matemática, os debates da física do período (especialmente o tema da energia) e da geologia (em particular, o debate sobre as teorias do calor e a idade da terra) (Hunt, 2010: 312-315), além de adquirir conhecimentos em medicina a partir de leituras orientadas por médicos do partido (Lefebvre, 1973: 10), e tudo isso em paralelo ao seu interesse pelas questões militares. Darwin certamente não

¹⁴⁶ Há uma vasta literatura que caracteriza a recepção de Darwin por Marx e Engels ora como um tipo de deslumbre e fusão teórica, com apoio em poucas referências além de cartas e algumas citações de natureza mais comparativa esparsas no *Capital*, e outra que os acusa de terem ignorado Darwin. Marx e Engels se interessavam por Darwin, mas Marx posteriormente dele se afasta e sequer há registro de que tenha lido *A descendência do homem*. Além disso, há vários artigos que desmentem uma anedota sobre uma suposta dedicatória d'*O Capital* à Darwin baseada em uma carta do espólio de Darwin em que este recusa aceitar a dedicatória de um autor radical não mencionado. Na verdade, a recusa de Darwin foi à dedicatória em seu nome do livro *The Students' Darwin* (1881), obra de divulgação escrita por Edward B. Avelling, então genro de Marx, divulgador científico e militante socialista e ateu (Colp Jr., 1974).

escapou ao seu radar e Engels não apenas o leu, como enviou um exemplar de *Origem das espécies* ao amigo Marx, pouco depois de sua publicação (Hunt, 2010: 315-316). As cartas trocadas entre Marx e Engels sobre o tema (Marx; Engels, 1973) mostram o quanto Marx, por sua vez, também cultivava temas científicos em suas leituras, em especial entre 1850 e 1860, quando se dedicou à leitura de temas da física, cosmologia, geologia e fisiologia e, depois de 1877 até sua morte, à leitura das ciências da natureza e matemática (Lefebvre, 1973: 7-10), e por fim no período “entre dezembro de 1880 e junho de 1881, quando se focou em outra disciplina: antropologia” (Musto, 2020: 25).

Uma vez convencido por Engels da validade das teorias de Darwin¹⁴⁷, Marx passou por fases distintas de relação com o pensamento e a obra do naturalista inglês, primeiro encontrando paralelos com sua própria teoria¹⁴⁸, e depois tecendo críticas aos pressupostos dos textos de Darwin sobre a evolução biológica, por encontrar na seleção natural traços de certa naturalização da desigualdade social, especialmente na identificação de traços malthusianos¹⁴⁹. Como a crítica de Marx a Malthus possui desdobramentos teóricos importantes, especialmente para uma comparação com a forma com que o tema foi tratado por Kautsky, comento brevemente sobre ela a seguir.

¹⁴⁷ No começo de dezembro de 1859, Engels adquiriu cópias de *Origem das Espécies* e enviou um exemplar a Marx, junto com uma carta em que dizia: “Darwin, a propósito, que eu estou lendo agora, é absolutamente magnífico. Há um aspecto da teleologia que ainda tem que ser demolido, o que está sendo feito agora. Nunca antes foi feita uma tentativa tão grandiosa de demonstrar a evolução histórica na Natureza, e, certamente, nunca com tanta sorte. O modo desajeitado do método inglês, naturalmente, deve ser levado em conta” (Engels, 1978: 524). Tal comentário aparece reproduzido quase literalmente em uma carta de Marx a Lassalle, em 16 de janeiro de 1861: “A escrita de Darwin é muito importante e serve-me como base científica para a histórica luta de classes. A forma grosseiramente inglesa de desenvolvimento deve, evidentemente, ser tida em conta. Apesar de todas as deficiências, aqui, em primeiro lugar, a ‘teleologia’ nas ciências naturais não só recebe o golpe fatal, como o sentido racional da mesma é empiricamente desmontado” (Marx, 1922: 346), o que sinaliza uma anuência de Marx quanto ao juízo de Engels.

¹⁴⁸ Em carta a Engels de 19 de dezembro 1860, Marx reafirma a importância de encontrar uma base para o entendimento material da relação entre competição pela sobrevivência e o nexos material desses conflitos em que encontra eco daquilo que pretendia demonstrar: “Embora mais ou menos desenvolvido em inglês, esse é o livro que contém a base natural-histórica para a nossa visão” (Marx, 1974: 131).

¹⁴⁹ Engels aparentemente parece já ter incorporado a crítica de Marx à recepção das ideias malthusianas em Darwin em uma carta a Lange, em 29 de março de 1865, marcando nessa crítica a importância de se historicizar a forma de exploração econômica ao capitalismo e evitar assim a sua eternização, como se a explicação de Darwin desse uma fundamentação científica para a exploração capitalista. Engels comenta que estava familiarizado (e reproduz o comentário de Marx que coloquei de modo mais ou menos extenso) sobre a “notável similaridade entre a descrição da vida animal e vegetal (de Darwin) e a teoria malthusiana. Apenas minha conclusão era diferente da sua, a saber: que é uma vergonha eterna para o desenvolvimento da burguesia moderna que ainda tenha progredido para além das formas econômicas do reino animal” (Engels, 2010: 136).

A crítica a Malthus já era um tema importante para Marx, especialmente pela proximidade com argumentos presentes em autores como David Ricardo, que aplicava princípios como a *lei dos rendimentos decrescentes*¹⁵⁰ aos salários dos trabalhadores em geral, justificando a tendência dos salários baixarem como parte de uma tendência natural da economia. Lassalle, um dos fundadores do movimento dos trabalhadores alemão, defendeu princípio semelhante aplicado à questão salarial nos termos de uma “lei de ferro cruel” (*das eiserne und grausame Gesetz*) (Lassalle, 1919). Segundo Lassalle, haveria um limite mínimo além do qual os salários não poderiam baixar, correspondente às necessidades mínimas de subsistência dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, haveria uma tendência de que se mantivessem nesse mínimo devido à competição entre os trabalhadores por empregos. Esse argumento, inspirado na economia política, tinha um impacto direto na luta sindical, pois rejeitava a luta organizada dos trabalhadores por salários melhores por meio de greves.

O princípio postulado no *Ensaio sobre a População*, de Malthus, era incorporado por Lassalle para compreensão do comportamento dos trabalhadores, levando à conclusão de que haveria consequências negativas para os trabalhadores na correlação entre um eventual **a**) aumento de salário, que implicaria em **b**) uma melhora das condições de vida dos trabalhadores, que, por sua vez, era correlacionada à conclusão negativa de que ocorreria um **c**) aumento no número de filhos dos trabalhadores (incorporando aqui a ideia de uma tendência de crescimento exponencial dos trabalhadores), que, por sua vez, resultaria em **d**) aumento na competição por trabalho, que, por sua vez, implicaria em uma **e**) redução no valor dos salários. Alcinhada por Lassalle como “lei de ferro dos salários” (geralmente adotada em português como “lei de bronze dos salários” como tradução para *iron law of wages*, em inglês, e *Ehernes Lohngesetz*, em alemão), trata-se de um tipo de aplicação direta da ideia malthusiana, mesmo se a vissemos como analogia, em que os salários ocupariam

¹⁵⁰ De modo resumido, a “lei dos rendimentos decrescentes” parte da produção rural, projetando que no início da produção em determinado terreno seja utilizado o solo mais fértil, fazendo com que a produção seja efetiva e capaz de produzir o necessário para atender à demanda com lucros positivos. Quando a população aumenta, e se eleva a demanda por alimentos e emprego, isso faz com que sejam ocupadas terras menos férteis do que as ocupadas inicialmente, fazendo com que os custos de produção aumentem para manter a capacidade produtiva desses locais. Isso, por sua vez, faz subir o preço de venda dos alimentos, o que faz com que os trabalhadores pressionem pelo aumento de salários. Contudo, esse processo supostamente elevaria ainda mais o valor das terras férteis e o valor da renda da terra (o aluguel por seu uso), diminuindo os lucros, mesmo quando os preços dos produtos subissem.

nessa imagem o lugar dos recursos escassos e alimentos no meio ambiente conduzindo a uma eventual queda do valor dos salários e da capacidade de compra da classe trabalhadora. Seria um tipo de equilíbrio econômico por meio da competição, ao modo da “lei da oferta e da procura”, incluindo aspectos biológicos à interpretação do comportamento de populações de trabalhadores, empregada tanto para os trabalhadores da indústria quanto do campo¹⁵¹.

Esse argumento representou um desafio importante para Marx e as alas à esquerda do partido social-democrata alemão, ainda mais por repercutir nas organizações de trabalhadores da Alemanha, pois comprometia, entre outros aspectos, as lutas sindicais e seus principais meios, como as greves. Marx se expressou diretamente contra esse ponto de vista na palestra “Salário, Preço e Lucro”¹⁵², dirigida à sessão do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores entre os dias 20 e 27 de junho de 1865 (Marx, 1982; 1962), assim como nas críticas ao aparecimento da expressão “lei de ferro dos salários” no programa de unificação do SPD, como atestado da persistência da influência lassalleana nas *Glosas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão*, escritas entre abril e maio de 1875 (pois o programa de Gotha, inclusive, citava a “lei de ferro dos salários”) (Marx, 2012: 37-39; 1987: 24-26). Caso se tomasse o ponto de vista de Lassalle sobre o tema a sério, isso significaria rejeitar o apoio à atividade política sindical, na medida em que se tornam completamente nulas as campanhas por conquistas de salários, como dito. Além disso, induziria uma mudança no foco principal da política do partido social-democrata, mantendo a justificativa, no caso dos lassalenos, da defesa das cooperativas somada ao foco político de reforma eleitoral nos estados alemães para a garantia do direito ao voto universal (exclusivamente masculino, nesse ponto, por influência da ala lassalleana em um posicionamento explicitamente contrário às demandas do feminismo da época na

¹⁵¹ Como veremos, esse aspecto foi importante para a formação dos argumentos científicos de Kautsky relativos à questão agrária e sobre o aumento de população críticos a Malthus.

¹⁵² O texto mostra um raro esforço público de argumentação direta e clara sobre a crítica da “lei de ferro dos salários” que também serve de exposição geral sobre as concepções da economia política no que toca ao interesse dos trabalhadores alemães em um período próximo à redação d’*O Capital*. Nessa ocasião, Marx toma a defesa de um trabalhador participante da associação, o “cidadão Weston”, como principal foco para desenvolver seus argumentos a partir de vários pontos de vista, estendendo a exposição a uma apresentação didática da crítica da economia política.

política e no sindicalismo) (Quataert, 1979: 154) como os pontos estratégicos da social-democracia.

A questão em torno da população e seu elemento supostamente biológico foi respondida por Marx em uma crítica aos pressupostos populacionais de Malthus nos *Grundrisse* (Marx, 2011: 502-505). Marx se esforçou por “desnaturalizar” o que foi chamado por Lassalle e pelos seguidores de Ricardo e Malthus como uma “tendência natural”, dependente do fator biológico do crescimento natural da população, a isso contrapondo a historicização e contextualização dos processos de reprodução humana em diferentes sociedades, caracterizando seus limites como “imanes, historicamente mutáveis”.

É Malthus quem abstrai dessas leis históricas determinadas dos movimentos da população leis que, entretanto, porque são a História da natureza do ser humano, porque são leis naturais, somente são leis naturais do ser humano sobre a base de um desenvolvimento histórico determinado, com um determinado desenvolvimento das forças produtivas, [condicionado] por seu próprio processo histórico. O ser humano malthusiano, abstraído do ser humano historicamente determinado, existe apenas em seu cérebro; é também por essa razão que, a esse ser humano natural malthusiano, corresponde o método de reprodução geométrico. A história real se apresenta para ele, por conseguinte, não de forma que a reprodução de seu ser humano natural é uma abstração do processo histórico, da reprodução real, mas, ao contrário, que a reprodução real é uma aplicação da teoria malthusiana. (Marx, 2011: 505)

Para Marx, a resposta à crença em um fator exclusivamente apoiado em condições naturais da reprodução da população, em que se definia uma essência determinada para o comportamento da população em seu aspecto biológico, foi que a percepção de um excesso de população seria uma condição contingente dada por condições materiais e históricas determinadas, e não naturais ou essenciais. A própria ideia de “sobrepopulação”, “excedente de população” ou “superpopulação”, incorporada na crítica marxista da questão demográfica só é possível em uma chave diferente do pressuposto comum a Malthus e Lassalle a respeito de um modelo de regulação e equilíbrio, especialmente nos moldes de uma solução parecida com a da “mão invisível”, de validade econômica e biológica ligada à pressão por comida e suprimentos, inclusive porque o capitalismo passa historicamente a controlar a presença orgânica do homem como uma função da produção apoiada em um determinado nível

de acumulação. Nesse contexto, a variável população passa a ser separada da relação entre a terra e a cadeia de produção de alimentos (Foster, 2008: 103-104). Assim, o “exército industrial de reserva” expresso pela “lei geral de acumulação capitalista” manifesta a relação entre o excesso de população, distante dos pressupostos malthusianos e a condições historicamente determinadas.

A expulsão de todo o trabalho vivo de todos os processos produtivos tenderá a produzir um contínuo fluxo de trabalhadores para o desemprego para formar um excedente de população (*surplus population*) (temperada, como explicada abaixo, pela expansão econômica e a abertura de novos setores e avenidas para a acumulação). Marx chamou isto de exército industrial de reserva, ou população excedente – note que o excesso de população é criado pela acumulação de capital e não pela reprodução biológica de trabalhadores como em Malthus. Entre estes haverá sempre uma camada permanente de desempregados, condenados à pauperização pela combinação do ritmo e das características da acumulação, e sua própria percepção como inaptos ao emprego capitalista, seja por causa da idade, seja por causa do gênero, experiências passadas (ou falta delas) ou deficiência. Quanto maior é o exército de reserva em relação ao emprego, maior é a competição por emprego e menores serão os salários. Mas quanto maior é o tamanho absoluto do exército de reserva e sua camada permanentemente desempregada, maior é a extensão da pobreza e da miséria. Marx denominou esta propriedade do capitalismo como a lei geral da acumulação capitalista. (Saad-Filho; Fine, 2004: 98)

Posta essa questão, torna-se mais fácil compreender porque para Marx existe um contexto claro onde a influência malthusiana torna-se algo a ser repellido teoricamente, exigindo um tipo de resposta contundente no seio do movimento operário (veja-se os comentários nada elogiosos a Malthus nos *Grundrisse*), devido às consequências que sua teoria trariam à transformação da questão política pressuposta na luta dos trabalhadores reduzidos ao seu elemento biológico enquanto população¹⁵³, especialmente quando aplicado aos trabalhadores empregados e pauperizados pelo processo de desenvolvimento industrial. Assim, em uma segunda leitura da obra de Darwin, esse aspecto salta aos olhos de Marx, como expressou em uma carta a Engels em 18 de junho de 1862:

¹⁵³ Sempre me intrigou o quanto, em Marx, a crítica à redução do trabalhador à condição de ser apenas capaz de gerar prole, enquanto proletário, somada à crítica à concepção populacional malthusiana, poderia ser considerada biopolítica, ou anti-biopolítica. Na medida em que produzia uma resposta à redução da essência do trabalhador ao seu elemento vivo, igualmente constatava o quanto o aspecto técnico e criativo era incorporado na indústria e toda a sociedade era envolvida numa totalização complexa enquanto um grande organismo na passagem da subsunção formal à real.

Acho engraçado que Darwin, a quem tenho dado outra olhada, diga que aplicou a teoria “malthusiana” às plantas e animais, como se no Sr. Malthus a piada fosse que ele não se aplicasse às plantas e animais, mas ao contrário, apenas nas pessoas – com a progressão geométrica – em contraste com as plantas e animais. É curioso como Darwin reconhece entre animais e plantas a sua sociedade inglesa, com a sua divisão do trabalho, a sua concorrência, a abertura de novos mercados, “invenções” e “luta pela existência” malthusiana. É o *bellum omnium contra omnes* de Hobbes, e lembra o Hegel da *Fenomenologia*, onde a sociedade burguesa figura como “reino animal do espírito”, ao passo que em Darwin o reino animal do espírito aparece como sociedade burguesa. (Marx, 1974: 249).

Esse ponto de vista, da “luta de todos contra todos” como um aspecto similar ao do indivíduo isolado na sociedade civil burguesa alienado dos demais humanos e incapaz de se alienar é reiterado em uma carta a sua filha Laura e seu genro Paul Lafargue, em que concluiria que, para Darwin, a sociedade humana não se emanciparia desse estado vegetativo de bestialidade. Darwin deixaria para Marx a impressão de um tipo de “fatalismo não teleológico, que tenderia a um indiferentismo” e que “tomaria a alienação em sociedade como uma condição da humanidade” (Tabak, 2012: 137).

Como advertência ao leitor marxista, admito aqui que tento evitar cair no espinhoso debate sobre a definição de um posicionamento específico sobre a natureza humana para Marx, como no entorno das diversas posições sobre o tema – as que definem um humanismo que afirma um metabolismo intersubjetivo e um ser social (como na tradição marxista inspirada na leitura do jovem Marx); as que definem um anti-humanismo (como em Althusser); ou uma posição dialética que afirma o homem como um vir a ser cuja essência é negada no capitalismo (como em Ruy Fausto). Do mesmo modo, também evitei uma definição do conceito de natureza, seja aquela apoiada na ideia de um “metabolismo” entre homem e natureza, que transforma a natureza e a humaniza (a ponto de enunciar uma forma de separação entre o homem e a natureza, como nos *Grundrisse*), ainda que enuncie a impossibilidade de se transcender as “leis da natureza”, senão transformando-a (Schmidt, 1971: 97-99), dando a entender às vezes a alienação da natureza materialmente diferente conforme a classe social e

intrínseca à “abstração formal do valor de uso” (Burkett, 1999: 86), ou ainda como forma negativa que resiste à apropriação (como em Adorno)¹⁵⁴.

Essa opção que fiz se justifica porque, por mais que esse debate tenha uma importância contemporânea muito grande, ele envolve os conflitos políticos do início do século XX, e, analisando as décadas finais do século XIX, posso afirmar que ele não estava em questão, ao menos na perspectiva epistemológica entre os sociais-democratas, e não pretendo precisar aqui qual seria o verdadeiro posicionamento de Marx a partir de suas obras direta ou indiretamente a partir de seus escritos para usá-los como uma régua para os posicionamentos dos autores da social-democracia que tratarei mais à frente.

¹⁵⁴ Ainda que reconheça que esta questão não é trivial: até onde iria em Marx a separação do homem em relação com a natureza? Deveria a determinação da natureza se dar exclusivamente em função da relação com o homem determinada no capitalismo, caso se leve a sério o conceito de capitalismo como um tipo de ideologia imanente? É uma questão importante para o ecossocialismo que considerasse oportuna a crítica do capitalismo, mas há o porém do limite em que se considere a questão da natureza. Afinal, há um limite na relação de apropriação da natureza relativamente às leis que se conhece da natureza? E é possível conhecer esses limites (mesmo que distantes da concepção populacional e malthusiana) na medida em que o homem é separado, até mesmo alienado, da natureza no processo capitalista de produção? Afinal, deve-se levar a sério o que se conclui pelo estado da arte do que se conhece da física e da biologia que há um limite natural e ecológico capaz de sustentar o processo de acumulação? Do ponto de vista da energia, há respostas otimistas e ideológicas possíveis, como trazido e criticado por Nilton Bispo Amado em sua tese de doutorado pelo Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (Amado, 2010); seja segundo um modelo neoliberal, como a teoria neoclássica de Baumol que acredita que não há contradição lógica entre crescimento econômico perpétuo no capitalismo e base exaurível de recursos, defendendo uma elasticidade da oferta de quaisquer meios materiais; seja dos economistas ecológicos em voga que acreditam na infinita substituíbilidade de recursos de menor impacto ambiental, mesmo do ponto de vista de um exame rigoroso de toda a cadeia produtiva; seja em certa leitura do marxismo econômico moderado que acredita que a tecnologia será capaz de lidar no futuro com as fronteiras hoje existentes para a sustentação humana na Terra do ponto de vista da energia, com o fim do capitalismo e a modificação eventual da cadeia produtiva, mantendo ainda assim um modelo de crescimento produtivo industrial, ou seja, desde que se esqueça da relação entre a possibilidade de um colapso ambiental, da possibilidade de um limite de recursos e sua relação com o conceito de capital (e sua demanda por crescimento contínuo), isso para não se entrar em uma solução de decrescimento capitalista à la Georgescu-Roegen. Quando parto dessas balizas e se transpõe essa discussão para os demais aspectos implicados nas múltiplas dimensões de nossa crise ambiental, como o aquecimento climático global ou outros temas candentes, e tomando a possibilidade de que o estado da arte científico atual esteja correto e não partilhemos da projeção de um otimismo tecno-científico posterior, o cenário torna-se limiar. Crendo-se, por outro lado, que caso a humanidade, como Marx afirmava, esteja separada da natureza e isso tenha um impacto para o complexo tecno-científico e social que vivemos, pode ser que o homem enquanto ser coletivo e parte desse complexo consiga sobreviver por um tempo prolongado depois de degradadas as condições ambientais anteriores ao marco capitalista de uma separação do homem e da natureza até um limite ainda distante, mesmo enquanto tudo o mais perece. Apesar disso, esse não parece ser um cenário ou conjuntura muito animadores para conceber o início da história humana após o capitalismo, senão em utopias espaciais, e, caso nos apeguemos de alguma forma à imagem de uma relação homem-natureza reconstituída após o capitalismo, este torna-se um chamado limiar próximo ao lema luxemburguista de socialismo ou barbárie, ou ainda da sua expressão engelsiana que aventa a possibilidade de não haver um futuro senão como um horizonte catastrófico obrigando a uma intervenção urgente no presente, sendo o homem separado ou não de modo tão brutal da natureza.

Ainda assim, a ideia de uma disputa em torno da natureza humana sob o espelho das definições que possuíam do marxismo (muitas vezes distante da interpretação contemporânea do marxismo) e da teoria da evolução pode ser uma chave importante para grande parte do debate sobre o significado da apropriação da teoria da evolução pelo socialismo, especialmente se isso envolvesse uma definição sobre a natureza da sociedade e suas tendências.

Para concluir o comentário sobre a apreciação de Darwin por parte de Marx, pode-se dizer que, ao encontrar em Darwin um tipo de fixação essencial para a humanidade em uma forma que parecia próxima à da sociedade burguesa, o sentido crítico de Marx o teria afastado da simpatia inicial que a *Origem das espécies* havia lhe despertado¹⁵⁵. Engels, por outro lado, manteve uma relação contraditória com a obra de Darwin por um tempo muito maior, encontrando posteriormente a oportunidade para uma elaboração marxista que expandiu seus limites para o tema das ciências da natureza.

2.5 PRESSUPOSTOS DA RELAÇÃO ENTRE DIALÉTICA E CIÊNCIA EM ANTI-DÜHRING

O interesse pela ciência fundiu-se com a antiga e tradicional crença socialista de que o entendimento científico pode ajudar a mudar o mundo para melhor. Esta crença fez da evolução e cosmologia, ao menos, uma parte da educação liberal geral dos trabalhadores socialistas e, portanto, antes que isso levasse Engels a escrever ensaios sobre matemática, forças de maré, evolução humana e cosmologia.

Lewontin & Levins (2009: 184)

Tentaremos aqui apresentar aspectos da contribuição de Engels à enunciação da ciência e sua concepção de desenvolvimento, dentro do campo socialista que seria posteriormente foi reinterpretada por Kautsky e Bernstein. O foco será a apresentação dos pressupostos da ideia de desenvolvimento por meio do recurso à reelaboração da

¹⁵⁵ Não estou dizendo com isso que essa imagem corresponda de fato ao que Darwin pensou ou que o modo como se apropriou de Malthus de fato refletiria uma natureza animal e humana de competição sanguinolenta sob um viés que mimetizaria a sociedade burguesa, como por vezes Marx pareceu dar a entender entre seus comentários por cartas.

filosofia hegeliana presente em *Anti-Dühring: A revolução do Sr. Dühring na Ciência* (1878)¹⁵⁶. Antes, porém, é importante lembrar que esse texto não foi uma elaboração e reflexão espontâneas, mas antes uma encomenda por parte dos setores marxistas do partido social-democrata alemão, com a finalidade política de combater a tendência teórica socialista e anti-marxista que crescia entre os militantes do SPD a ponto de ameaçar a influência de Marx. Cabe, então, levar sempre em consideração que a pressão, o fato de ser uma resposta ao modo como foi articulada a própria reflexão de Dühring em seus textos, tudo isso é relevante ao considerar o comentário de Engels presente no *Anti-Dühring*, junto com o fato de que nem todas as partes foram devidamente meditadas e discutidas antes de sua publicação¹⁵⁷.

Engels não podia pretender apenas conhecer a natureza tal como ela é, “sem acréscimos”, mas era compelido a procurar liberar as ciências naturais de elementos estranhos e deformações acarretadas pelo materialismo vulgar e pela filosofia da natureza. Desde o início, portanto, o trabalho de pesquisa de Engels tem um sentido político-estratégico, cada argumento tem seus destinatários determinados, já que as ideias do materialismo vulgar tinham penetrado nas escolas partidárias da social-democracia (nos quais eram ensinados os elementos do saber e uma concepção de mundo) e se instalavam na cabeça dos trabalhadores. (Negt, 1984: 170-171)

Para isso, Engels lidou com três aspectos principais: a filosofia, a ciência e a guerra segundo o ponto de vista marxista expandindo ou mesmo extrapolando os domínios usuais da teoria marxista para novos horizontes resultando em uma construção teórica que foi chamada, entre outras coisas, de uma visão de mundo marxista ou ainda uma ontologia materialista (Ferraro, 1989). Antes de tratar dos temas relativos à questão das ciências naturais e a citação explícita a Darwin presente no texto, Engels buscou realizar uma elaboração teórica dialética que fosse capaz de alinhar o conhecimento dos fenômenos naturais e sociais de sua época.

Engels chamou de metafísica e “senso comum” o ponto de vista filosófico e científico que era partilhado pelo movimento socialista de então, e que estaria na raiz de

¹⁵⁶ Remeto aqui e nas próximas páginas ao argumento desenvolvido em minha dissertação de mestrado sobre os textos militares de Engels (Anfra, 2013: 144-149).

¹⁵⁷ Além de uma súmula das pesquisas de Engels sobre o campo da ciência militar (Anfra, 2013) e das ciências naturais, há que se circunscrever o papel do resgate da filosofia hegeliana, atacada pelas novas gerações de social-democratas, e o papel estratégico de muitas das suas formulações, à exemplo das que faz contra as concepções dos materialistas científicos, como Büchner e Moleschott.

sua aproximação com o pensamento eclético de Dühring¹⁵⁸. Tal ponto de vista filosófico era considerado não dialético, metafísico e um “senso comum”, por apreender “as coisas em seu isolamento”, em categorias fixas, e operando por “opostos estáveis que se excluem um ao outro – tais como causa e efeito, identidade e diferença, etc.” (Prado, 2009: 105). Segundo Engels, “Para o metafísico, as coisas e seus retratos ideais, os conceitos, constituem objetos de investigação isolados, a serem analisados um após o outro e um sem o outro – objetos sólidos, petrificados, dados de uma vez para sempre. Ele pensa unicamente mediante antagonismos não mediados: ele diz sim, sim, não, não, e o que passar disso é do mal” (Engels, 2015: 50). Contra isso, Engels via como necessário desenvolver a própria reflexão de modo teórico e científico evitando antíteses rígidas e incorporando o aspecto da própria reflexão sobre o processo de pesquisa sob peso de sua própria caducidade (Sartori, 2015: 3).

A natureza é a prova da dialética, e temos de afirmar a respeito da moderna ciência da natureza que ela forneceu para essa prova um material extremamente abundante a cada dia mais volumoso, comprovando, desse modo, que, na natureza, as coisas acontecem, em última instância, de maneira dialética, e não metafísica. Porém, visto que se pode contar nos dedos os pesquisadores da natureza que aprenderam a pensar dialeticamente, explica-se, em vista desse conflito entre os resultados descobertos e o modo tradicional de pensar, a confusão sem fim que atualmente reina na ciência teórica da natureza e leva tanto professores como alunos, tanto escritores como leitores, ao desespero. (Engels, 2015: 51-2)

O ponto de vista dialético trabalharia com categorias fluidas, “com opostos que pertencem e se transformam um no outro, ou seja, portanto, com movimentos e desenvolvimentos constituídos por ‘contradições progressivas’” (Prado, 2009: 105) que seriam aplicáveis às manifestações da natureza e na sociedade segundo um método próprio de interpretação

¹⁵⁸ “Eugen Dühring, o de sua ira, era cego e professor de filosofia da Universidade de Berlim, cujo ramo do socialismo estava ficando cada vez mais popular na periferia política da democracia social alemã. Entre seus primeiros seguidores, estava o promissor teórico socialista Eduard Bernstein. Como Bakunin e Proudhon antes dele, Dühring criticara o centralismo e o determinismo econômico defendidos por Marx e Engels e propusera em seu lugar um programa político gradualista que garantiria ganhos materiais concretos para a classe operária ali mesmo – e agora. Dühring acreditava na ‘ação política direta’ e sublinhava o papel das greves, da ação coletiva e até da violência como os meios mais eficazes para alcançar seu sistema social ideal de comunas autônomas de trabalhadores. A política de rua de Dühring tinha um atrativo óbvio, e numerosos líderes socialistas alemães consideravam-na uma alternativa sedutora para as filosofias herméticas e aparentemente irrealizáveis de Marx” (Hunt, 2010: 326).

tudo muda completamente de figura assim que examinamos as coisas em seu movimento, em sua mudança, em sua vida, na incidência recíproca umas sobre as outras. Nesse caso, envolvemo-nos imediatamente em contradições. O próprio movimento é uma contradição; o simples movimento mecânico de um lugar para outro só pode se efetuar de tal modo que, no mesmo momento, um corpo está no mesmo lugar e simultaneamente não está nele. E o contínuo pôr e a simultânea resolução dessa contradição são precisamente o movimento (Engels, 2015: 151).

No entendimento de Engels expresso nos capítulos sobre a dialética, movimento é contradição e a contradição só pode ser expressa como dinâmica e movimento pela dialética, cuja forma lógica permite uma organização adequada ao objeto. A dialética se anuncia, portanto, como a forma lógica de exposição própria para a compreensão dos fenômenos mundanos que poderiam ser resumidos em três princípios ou leis da dialética que organizam os capítulos XII e XIII do *Anti-Dühring*:

transformação da quantidade em qualidade, interpenetração dos contrários e negação da negação. Em síntese, para Engels a dialética vem a ser a lógica do movimento sempre quando este apresenta mudanças qualitativas: nesse caso, o pensamento está obrigado a considerar que A é igual a A dentro de certos limites, mas além deles, ele tem de admitir que A torna-se não-A. Assim, para apreender o mundo em transformação com a veracidade – convém essa visão, o pensamento científico rigoroso é forçado a acolher a contradição: eis que cada objeto da natureza tem de ser visto como A e não-A ao mesmo tempo. (Prado, 2009: 105-106)

Além disso, o pressuposto da explicação dialética rigorosa segundo Engels incorporaria uma variável adicional para explicar essas transformações: o tempo. Como no sistema de Hegel, os objetos seriam desdobrados na temporalidade presidindo a mudança de natureza daquilo que se descreve, tanto na História quanto na Natureza, permitindo que sejam narrados segundo sua sucessão (em termos de comparação com Hegel, seria como se ele seguisse um modelo próximo ao da *Fenomenologia do Espírito*, mas incorporando as categorias da *Lógica*).

Essa abordagem de Engels é uma mudança significativa de perspectiva em relação à abordagem de outros textos do autor sobre a dialética e pode ser passível de diversas interpretações e críticas, entre as quais sua comparação a uma forma específica de *filosofia da história materialista*, segundo a qual, diferentemente de Hegel, as formas específicas pelas quais se manifestam os fenomenismos e eventos particulares poderiam ser organizadas segundo princípios comuns, mesmo que de maneira “assistemática”, em

uma relação em que a *Natureza* seria responsável pela essência (mais precisamente, onde ela “põe” a essência), com que o homem se relaciona, percebe sua relação com esses objetos e deduz o seu lugar e o desses objetos¹⁵⁹.

Engels não partia, contudo, de uma crítica do idealismo hegeliano, nem da crítica do materialismo mecânico ao modo do iluminismo francês, que caracterizava como uma apresentação metafísica. Sua crítica voltava-se ao modelo do materialismo científico influente entre os social-democratas que somava uma premissa filosófica feuerbachiana a um fundamento materialista atualizado para as ciências naturais, partindo da biologia e da química, para o qual sua resposta era a situação da relação entre o homem e a natureza em transformação por duas frentes: o processo dinâmico do conhecimento e o reconhecimento do próprio princípio dinâmico da natureza. O resultado foi a afirmação de um princípio transformador dialético que acreditava superar a mera afirmação da materialidade. Daí o movimento de resgate crítico de Hegel e atualização dos temas científicos, passando pelo aspecto social, político e histórico que participa tanto das transformações do processo de conhecimento quanto do próprio desenvolvimento científico.

Desse modo, para um determinado homem concreto no presente, estaria pressuposta tanto a história anterior das relações entre os homens, ainda que distintas em forma (como no capítulo em que Engels questiona o conceito de igualdade), quanto a história da natureza (traduzida em termos de desenvolvimento, palavra-chave em nosso caso). Essa pressuposição não se daria segundo um fio comum de evolução (ou desenvolvimento em um mesmo sistema), mas como “histórias” distintas ou percursos de desenvolvimento particulares que se cruzam na relação entre o homem e a natureza, onde tem centralidade o trabalho, relacionando-se ao desenvolvimento das formas anteriores de trabalho, como produção de utensílios e arte, fatos úteis tanto socialmente quanto para o conhecimento sobre a natureza.

Essa forma de mirar os fenomenismos naturais e sociais, apresentada nos termos de um encontro entre uma lei da natureza e sua dedução, resultam na conclusão de que

¹⁵⁹ Isso embora os manuscritos que seriam coletados e publicados postumamente como a *Dialética da Natureza* possam levar a concluir algo como uma afirmação da transformação quantitativa da natureza, ultrapassando um substrato contínuo que permaneceria o mesmo após suas transformações, permitindo a caracterização de Engels de alguma forma como um materialista ontológico (Ferraro, 1989: 143-144).

tais leis assumiriam para Engels a característica de uma “prova”¹⁶⁰ da dialética, interpretada por meio da manifestação de diversos fenomenismos que comprovariam as supostas leis básicas de transformação derivadas tanto de mudanças “quantitativas em qualitativas” quanto da “unidade e da luta de opostos”, ou mesmo da “negação da negação” (ultrapassagem de limites). Esse esquema é comum a outras formas de apresentação da história em Engels, pois, ao mesmo tempo em que pode assumir a forma de uma apresentação temporal das manifestações da *Natureza* e da história humana em geral, olhando o passado (como identificada posteriormente nos rascunhos que compõem a *Dialética da natureza*, obra escrita entre 1872 e 1882), o autor também pode passar a organizar a história humana enquanto pressupostos cumulativos que se transformam em outras relações e ultrapassam limites¹⁶¹.

Para além dos termos apresentados neste espaço, é importante indicar que Engels acreditava que a transposição desse raciocínio para a política permitiria pensar na possibilidade de mudança das instituições e das relações sociais, ou seja, dando ensejo a uma história aberta e em transformação. Esse elemento seria ainda incerto, tateante, mas já anuncia a possibilidade de que a transformação social possa ser, de algum modo, intuída segundo os indícios extraídos da certeza científica.

2.6 ENGELS E DARWIN

Entre os elementos aventados por Engels e as balizas científicas encontra-se também uma defesa da teoria darwiniana dos ataques por parte de Dühring que destacaram, sem surpresa alguma por parte dos socialistas, a influência malthusiana na

¹⁶⁰ Para Alfred Schmidt, que desenvolve sua análise a partir da crítica lukacsiana, a questão se apresenta como uma ponte perigosa, que encontra seu alvo no marxismo estalinista, ao assumir um desenvolvimento, segundo o autor, que transporia a tese de Engels ao domínio soviético: “De fato – e Hyppolite tem razão ao identificar o foco principal – a historicização da natureza em Engels, e sobre todo o marxismo soviético, conduz a uma naturalização da história humana. Obviamente, não segundo o modo do social-darwinismo, cuja função e origem social foram intuídos tanto por Marx como por Engels. Naturalização da história significa aqui que Engels degrada a história transformando-a em um âmbito especial de aplicação das leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza: dessa maneira aplaina o caminho à subdivisão canônica entre materialismo dialético e materialismo histórico, que é típica da ideologia estalinista, mas que carece de sentido segundo o ponto de vista de Marx” (Schmidt, 1971: 219-20).

¹⁶¹ Isso não impede, como vemos em alguns momentos, que se atribuam certos juízos no sentido de prognósticos e previsões a partir de tendências dessa relação entre história natural e história humana, vista com base em pressupostos materiais – naturais ou sociais – dados sobre os quais se é possível agir, ou seja, incidir de modo a que possam ser transformados.

concepção de luta pela existência em Darwin. O argumento presente no texto sobre Darwin é interessante, pois Engels, sem negar a influência malthusiana, toma o ponto de vista da teoria darwiniana como o exercício do uso do raciocínio dedutivo que prescindiria de Malthus e sugerindo que Darwin poderia ter encontrado outra analogia similar observando o fundo da economia política da época.

Por maior que tenha sido o equívoco cometido por Darwin ao aceitar tão ingênua e acriticamente a teoria de Malthus, qualquer pessoa percebe à primeira vista que não se precisa de nenhum óculos malthusiano para verificar a luta pela existência na natureza – a contradição entre a quantidade inumerável de germes que a natureza gera prodigamente e o número pequeno deles que em geral consegue chegar à maturidade; uma contradição que, em sua maior parte, de fato se resolve numa luta – em parte extremamente cruel – pela existência. (Engels, 2015: 100)

Por um lado Engels mostra Darwin, cuja menção no texto do *Anti-Dühring* é anterior à sua definição da dialética, como um autor dos vários entre as ciências da época pelo qual mostrou interesse e que compunha, assim como a indestrutibilidade do movimento e a transformação da energia na termodinâmica, a história, a antropologia, a ciência militar, entre tantos outros, como elementos úteis para a demonstração teórica do marxismo, mostrando sua influência útil para a compreensão do mundo (Kangal, 2020: 113-114).

Importante lembrar, com base no que foi apresentado, que Engels torna-se a partir daí passível de críticas marxistas, especialmente se focamos na questão da teoria crítica do valor, conduzindo a uma separação entre o pensamento de Engels e de Marx, mas não tratarei aqui, nos limites desta tese, da crítica ao próprio estatuto teórico e político do sistema de Engels em si mesmo e o quanto este era de fato correto em termos marxistas. Para o leitor que tenha interesse em uma crítica rigorosa nesse sentido, pode-se recorrer à crítica de Lukács a Engels, que reconstitui em parte em minha dissertação de mestrado (Anfra, 2013: 150-154). Resumidamente, trago um dos pontos principais de Lukács quando este separa o que via como uma extrapolação entre o significado da dialética em Marx e o modo como Engels a definiria no *Anti-Dühring* e nos manuscritos da *Dialética da Natureza*, ou na *Origem da Propriedade privada, da família e do Estado*. Para me referir a uma única passagem, basta lembrar que para

Lukács a transformação da quantidade em qualidade não é um “aspecto determinado do processo dialético de desenvolvimento”, mas algo específico da natureza do capitalismo, com validade exclusiva para a análise do capitalismo realizada por Marx em *O Capital*, onde a chamada “dialética da quantidade e da qualidade” é “uma grandeza quantitativa, necessária num determinado estágio da produção, para que uma soma de valor possa transformar-se em capital. Nesse limite, Marx sustenta que a quantidade se transforma-se em qualidade” (Lukács, 2003: 337-338). No entanto, mesmo essa crítica de Lukács pode ser circunscrita a respeito do contexto de sua redação, como nota Kaan Kangal:

Embora muito do que Lukács tinha a dizer sobre dialética, incluindo sua ênfase na metodologia dialética e no holismo filosófico, fosse bastante compatível com Deborin e Rudas, era bastante curioso que ele pudesse chegar à conclusão de que Engels estava equivocado ao aplicar a dialética à natureza. Quando ele fez essa afirmação, que mais tarde lamentou, ele estava talvez respondendo a uma redução mecanicista da ciência natural à ciência social como nas recepções social-democratas da teoria darwiniana da evolução, ou teorias cibernéticas de equilíbrio na natureza e na sociedade, como em Bogdanov e Bukharin. Nesse contexto, a questão em jogo era menos a existência de contradições do que as características e dinâmicas específicas da sociedade em contradição com a da natureza. (Kangal, 2020: 171)

Em todo caso, o importante a destacar sobre Engels e a obra de Darwin é que essa relação não fora apenas no sentido de uma influência direta de Darwin sobre Engels que o fizera deduzir sua forma particular de apropriação da dialética marxiana e hegeliana, assim como o uso de categorias lógicas para a definição de objetos do mundo visando a um efeito de totalidade e sistematicidade. A meu ver, foi justamente o contrário e, na verdade, a crítica de Engels à visão de mundo científica da época foi coerente com sua percepção do mundo segundo as categorias da dialética – ao menos nos termos engelsianos – e, portanto, foi formulada a partir de um princípio próprio que incorporou e traduziu as categorias, formulações e resultados daquilo entre os elementos trazidos da ciência da época. Desse modo, se vemos uma influência darwiniana na forma de pensar dos social-democratas, essa seria de natureza diferente da forma como Engels a tratou, pois, de seu ponto de vista, o darwinismo encontrou uma resposta sistemática por parte do marxismo, sendo envolvido por sua própria estrutura teórica e linguagem.

E, como forma lógica, a dialética engelsiana, para além de sua no marxismo, encontrou quem inspirasse comparações peculiares no campo teórico aplicado, como na escolas de pensamento “complexo”, e mesmo no campo científico houve quem arriscasse comparações com as formulações de autores da “evolução emergente”, hipótese segundo a qual, no curso da evolução, algumas propriedades inteiramente novas, como mente e consciência, apareceriam em pontos críticos determinados, geralmente por causa de um rearranjo imprevisível das entidades já existentes ou mesmo nas interações entre o organismo individual (e uma população de indivíduos) e o ambiente, geralmente associados a um modelo evolucionista crítico ao programa selecionista estrito, em que “uma coisa não pode existir sem a outra, que uma adquire suas propriedades de sua relação com a outra, que as propriedades de ambas evoluem como consequência de sua interpenetração” (Lewontin, 2009: 3). Mesmo nos manuscritos posteriores de Engels, de 1880, sobre a teoria da evolução, presente na famosa passagem sobre “*O papel do trabalho na transformação do macaco em Homem*”, há passagens que foram aproximadas de aspectos do que hoje é conhecido como a “teoria da dupla herança” ou “coevolução cultural” (Foster, 2008: 203), com observações sobre etologia consideradas hoje acertadas, ainda que não as apresentasse de modo propriamente científicos como hipóteses comprováveis. Ao apresentar uma hipótese crítica do modelo cartesiano que separava a mente e o corpo, Engels pensou a evolução humana em uma dinâmica entre o corpo e o desenvolvimento da mente criando novas propriedades e efeitos a partir de estruturas que já se encontravam disponíveis, intuição que foi por muito tempo considerada um mero resíduo neolamarckista (como foi o caso soviético considerado pelos neo-darwinistas estritamente selecionistas), mas que hoje é considerada um ponto comum entre muitos evolucionistas.

Não apenas isso: apesar de, por muito tempo, a teoria engelsiana ter sido sistematizada e resumida no que ficou conhecido como a “teoria do reflexo” (Negt, 1984: 141), Engels realizou uma tentativa incipiente de relacionar a ciência e a compreensão da ciência sobre o contexto em que ela é produzida, inspirando parte da influente corrente marxista da epistemologia e da filosofia da ciência (Kircz, 1998: 63-

64), além de ser possível imaginar a partir de Engels a forma incipiente de um tipo de teoria unificada pensada a partir da ideia de movimento (Wetter, 1985: 281-285).

Como tentei mostrar no capítulo anterior, algum tempo depois da publicação da *Origem das espécies*, chegaria o período do chamado eclipse do darwinismo, que iria de 1875 a 1925, quando a popularidade da versão darwiniana da teoria da evolução das espécies parecia ter-se reduzido bruscamente, a ponto de tornar-se rara a associação de qualquer aspecto da teoria da evolução diretamente com o darwinismo (excetuando a teoria da seleção natural envolvida em interpretações de muitos dos seguidores de Darwin). Nesse período logo após a virada do século, parte dos socialistas de então que se apoiavam em argumentos presentes no *Anti-Dühring* se somou a uma geração posterior que somou a esses textos a compilação de textos e esboços incompletos dos anos 1880 que viria a ser publicada como pelo Marx-Engels-Lenin Institut como a *Dialética da Natureza* (1925).

Na União Soviética, porém, essa discussão tomara outra direção devido ao contexto e a intervenção de Stálin, quando ele se voltou contra os estudiosos mendelianos da evolução (tidos como defensores de uma filosofia capitalista) e o eugenismo já dotado das características que hoje associamos às intervenções políticas nacional-socialistas feitas em seu nome, que se poderia tomar quase como uma afronta ao mundo ocidental capitalista norte-americano e o fascista que se anunciava. Porém ganhou força a ideia de uma terceira via representada pelo “neolamarckismo” de Trofim, que afirmava que as características evolutivas seriam condicionadas pelo ambiente e determinantes sociais, utilizando para isso argumentos de Engels.

Em parte, o contexto da recepção e do debate que se sucede sobre a ciência soviética no que toca à teoria da evolução e suas consequências é o que explica um dos apêndices desta pesquisa, em que se apresenta uma série de efeitos para o mundo soviético a partir da publicação dos rascunhos da *Dialética da Natureza*, de 1929, que fora absorvida pelo seu contexto. Essa publicação convergiu com o esforço soviético em definir uma “ortodoxia do materialismo dialético aos estudiosos das ciências naturais” (Jones, 1983: 379), ainda que seja possível constatar, a partir da leitura de Engels, que tal exegese aparentemente discorde do espírito de assistemática do esforço de Engels em encontrar um diálogo e evidências estáveis para a dialética nos modernos

resultados científicos da época. A raiz desse desencontro, ao mesmo tempo distorce a ciência em relação ao socialismo e o socialismo em relação à ciência, caracterizando ambos como categorias estáticas, a meu ver, não está nas formulações engelsianas, ainda que sirvam de baliza para compreendermos parte da recepção dos temas darwinianos entre os marxistas do SPD.

2.7 EVOLUÇÃO E ANTROPOLOGIA EM MARX E ENGELS

Um ponto em que a questão evolutiva teve um destaque importante entre Marx, Engels, assim como os socialistas alemães em geral, foram as concepções a respeito da evolução humana. Assim como ocorrera com Wallace a partir de suas próprias conclusões, foi comum entre os marxistas alemães do século XIX a concepção de uma excepcionalidade humana em relação à evolução biológica colocando a cultura humana e a sociedade como o centro da ideia de uma evolução socio-cultural seguindo o modelo evolutivo unilinear de antropólogos evolucionistas como Edward Burnett Tylor e, como mencionei de passagem no capítulo anterior, Lewis H. Morgan.

Apesar de em geral ser tratado criticamente como um elemento arcaico da história da antropologia ocidental, um olhar mais demorado sobre os textos de Morgan revela uma personalidade complexa e interessante, além de muitos pontos vivos dentro da pesquisa antropológica posterior

Lewis Henry Morgan costuma ser agrupado com McLennan, Lubbock e Tylor como um dos evolucionistas de gabinete cuja obra é mencionada no início de cursos de antropologia, mas cuja leitura não é recomendada. Na verdade, Morgan foi um pioneiro da pesquisa de campo, cujo primeiro projeto teórico foi provar a unidade humana e a origem asiática dos povos ameríndios, utilizando para isso um método que pode legitimamente ser chamado de estrutural. O evolucionismo de Morgan, ou o que ele chamou de “explicação conjectural” da diversidade de terminologias de parentesco por meio de uma sequência progressiva de formas de família, foi um adendo à sua monumental obra *Sistemas de Consanguinidade e de Afinidade na Família Humana*, publicada em 1871. A “explicação conjectural” é o foco central de sua obra mais conhecida que é *A Sociedade Antiga*, publicada em 1877. (309)

Se destacamos devidamente o pioneirismo na metodologia conjectural sobre os sistemas de parentesco, como o faz Mauro Almeida (2010), notamos que mesmo se sua segunda obra, a *Sociedade Antiga*

não tivesse sido publicada, Morgan mereceria o reconhecimento de ter sido o criador do objeto “sistema de parentesco”, de ter criado um método para estudá-lo, e de ter realizado um esforço de pesquisa comparativa sem igual até os dias de hoje. Lewis Morgan foi ainda um pioneiro na pesquisa de sistemas políticos, da arquitetura e da comensalidade de indígenas ameríndios, além de ter sido um naturalista que defendeu os seres “mudos”, a quem atribuiu inteligência igual em sua natureza à dos seres dotados de fala. (Almeida, 2010: 309)

A ideia de evolução cultural presente em Sociedade Antiga era uma reflexão global e hipotética sobre as sociedades humanas constituída de uma série de pressupostos. Em primeiro, a já citada separação entre a evolução biológica, ou como citado no caso Spencer, cósmica, e a evolução sócio cultural. Em segundo, também é importante que civilizações contemporâneas poderiam ser consideradas mais ou menos primitivas ou civilizadas a partir de um critério de comparação comum. Como exemplo, pode ser destacado o modo como Morgan separa tipos de sociedades a partir de sistemas de terminologias diferentes de parentesco, como o descritivo, vinculado às sociedades do hemisfério sul e sociedades tropicais e o classificatório vinculado aqueles ligados às sociedades europeia e asiática (Castro, 2005: 6). Em terceiro, como de que haveriam estágios determinados de evolução social e em quarto, que as sociedades progrediriam em uma sequência relativamente comum, ainda que em ritmos diferentes. Restava da ideia mais geral spenceriana a concepção de um processo contínuo de desenvolvimento e aumento de complexidade, particularmente notável em *Ancient Society* (1897), por meio da descrição de estágios “de progresso da sociedade humana através da análise de cinco casos exemplares: os aborígenes australianos, os índios iroqueses, os astecas, os gregos e os romanos” (idem).

Pode-se afirmar agora, com base em convincente evidência, que a selvageria precedeu a barbárie em todas as tribos da humanidade, assim como se sabe que a barbárie precedeu a civilização. A história da raça humana é uma só - na fonte, na experiência, no progresso (Morgan, 2006: 21)

Mas talvez o que mais tenha marcado Marx e Engels tenha sido um quarto elemento, justamente o fato deste desenvolvimento evolutivo da família envolver uma transformação geral das relações de propriedade e organização do trabalho destacando como “fio condutor de sua exposição da história não-escrita o desenvolvimento de ‘invenções’, ou seja, das técnicas de produção material” que teriam afinidade com o que

escreveram no nos manuscritos então inéditos da Ideologia Alemã. (Almeida, 2003: 76) passando por estágios que pressupõem formas de organização social não apenas pré-capitalistas, mas não capitalistas baseadas na caça, coleta e agricultura, sendo possível ver a partir da etnografia dos Iroqueses exemplos de “um modelo de constituição política sem Estado” (idem:77).

Marx teria travado contato com o livro de Morgan através de um exemplar “que o antropólogo russo Maksim Kovalevsky trouxe de uma viagem à América do Norte e enviou para Marx dois anos depois de sua publicação” (Musto, 2020: 25). Nesse período, Marx teria iniciado uma série de estudos sobre temas antropológicos, que, segundo, Engels, teria sido interrompido pela sua morte de “expor os resultados das pesquisas de Morgan em conexão com os resultados de sua – e, em certa medida, posso dizer nossa – investigação materialista da história e, desse modo, evidenciar toda a sua importância” (Engels, 2019: 19).

Sobre os manuscritos de Marx e a verdadeira dimensão do impacto do texto de *Ancient Society* em Marx, há poucos indícios exceto a coleção de rascunhos conhecida como *Cadernos Etnográficos de Marx* (1972) em que Morgan aparece com destaque. Porém, os intérpretes divergem sobre o tema indo de uma radicalidade que traria uma reformulação dos pressupostos de Marx a respeito das sociedades pré-capitalistas, presente, por exemplo, na instigante reflexão política presente em *Marx Selvagem* de Jean Tible, em que o destaque seria às lutas políticas dos povos não-capitalistas e a questão da propriedade e sua inconstância na evolução histórica dos povos, até a rejeição de um papel maior de Morgan no pensamento de Marx como o caso da dissertação de Lucas Parreira Álvares a respeito da recepção de Morgan por parte de Marx e Engels¹⁶².

¹⁶² A conclusão, em particular, apresenta um balanço curto dos intérpretes brasileiros que se aventaram nessa seara (Álvares, 2019: 195-210). Essa discussão se constituiu ao largo da tradição antropológica marxista, seja entre os soviéticos que destacaram o texto de Morgan a partir da sua versão por Engels na convergência entre os modos de produção pré-capitalista e o estudo do comunismo primitivo, seja os marxistas estruturalistas, seja entre os que exploraram a investigação da forma social da riqueza e sua relação com a cultura, na esteira de Marcel Mauss e Walter Benjamin. Um breve panorama da tradição marxista antropológica que passa ao largo dos comentários de Marx sobre antropologia pode ser vista no texto “Marxismo e Antropologia”, de Mauro W. B. de Almeida (2010).

Engels, por outro lado, deixou um material muito claro e incisivo sobre Morgan, se correspondendo sobre o tema com outros nomes importantes do Partido Social-Democrata Alemão, como Kautsky. Além disso, a presença de Morgan no pensamento de Engels se faz notar na diferença entre formulações presentes em *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (1876), que possui uma inspiração maior da antropologia física e hipóteses históricas formuladas sem o apoio na pesquisa etnográfica utilizando-se muito mais livremente de formulações que desdobram possibilidades a partir dos pressupostos físicos que induziriam as modificações dos processos culturais e sociais para, a partir deste fundamento, serem explicadas as modificações sociais, culturais, tecnológicas, mas também orgânicas do homem.

Um exemplo destacado por Lucas Pereira Álvares (Álvares, 2019: 97-98) seria o do canibalismo, em que Engels coloca no manuscrito de 1876 de *O papel do trabalho na transformação do macaco em Homem*, em que Engels se baseia numa concepção mais geral de evolução cultural e biológica baseada na interação com o meio natural da humanidade para explicar o consumo de carne como uma questão natural e distante, por exemplo, das formulações entre antropofagia e canibalismo e os diversos sentidos que a constatação desta prática social possuem em cada contexto e sociedade específica, para além de sua necessidade hipotética para a subsistência de populações humanas da antiguidade, ou do próprio consumo de carne em si mesmo como indutor do desenvolvimento cerebral, como pressuposto ao posterior desenvolvimento cultural e social humano.

Que este manuscrito persistisse em reformulações posteriores de Engels como o *Anti-Dühring* e depois na *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, ainda assim é possível notar uma mudança substancial das concepções de Engels a respeito da pré-história humana. O texto de Engels *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado* (1884) estabeleceu a importância de Morgan como um tipo de autor que teria desenvolvido reflexões paralelas e convergentes ao marxismo, fornecendo traços de um tipo de concepção geral a respeito da evolução social e cultural humana anteriores ao capitalismo. Dentro desta interpretação, algumas características relevantes foram adicionadas às formulações de Morgan fazendo convergir as formulações sobre as sociedades pré-capitalistas e certas formas de organização familiar

exemplificadas em *A Sociedade Antiga* de Morgan, para além de uma série de outros autores que trataram da questão da família e dos laços de consanguinidade conforme a versão desenvolvida no século XIX a respeito do parentesco como Bachofen, Maine e McLennan, inicialmente, sendo acrescidos pelo estado da arte da biologia em cada nova publicação. (Álvares, 2019), além da formulação de sínteses, como a utilização de termos como “idade da pedra”, “bronze” e “ferro”, herdadas de Jens Jacob Asmussen Worsaae e que seriam justamente as formulações contra o qual Morgan teria se insurgido quando escreveu a *Sociedade Antiga*.

A antropologia, assim como a biologia, rapidamente se expandia em uma série de publicações e autores que traziam constantemente novas informações. A perspectiva histórica tem aí um papel importante na aceitação tanto da biologia quanto da antropologia segundo a formulação de Morgan, fornecendo assim um quadro geral que foi sendo adaptado por Engels em termos de uma exposição histórica e materialista.

foi Morgan quem redescobriu na América do Norte a concepção materialista da história descoberta por Marx quarenta anos antes e, ao comparar barbárie com civilização, foi levado por ela, no que diz respeito a seus pontos principais, aos mesmos resultados obtidos por Marx (Engels, 2019:19)

A exposição de Engels acrescentaria de outros autores exemplos para tentar precisar melhor a organização da história humana anterior ao capitalismo em termos de selvageria, barbárie e civilização atribuindo fases intermediárias, associando à questão da propriedade fundiária, particularmente notável na atenção que deu à questão das gens grega e romana e da idade média europeia, legando aos sociais-democratas um foco científico que incorporava muitos dos debates da antropologia do período a respeito da pré-história que servia como contraponto à projeção de uma eternidade do capitalismo (as robsonadas), o destaque ao aspecto cultural e social da evolução humana e, por fim, o fato de que a sociedade também modificava suas formas e instituições como a família. Este aspecto seria apropriado de forma inequívoca pelos quadros da social-democracia pois implicava também em observar a moral e a sociedade segundo uma perspectiva histórica e, se a sociedade se modificava no passado, nada impedia que se pensasse também sobre o futuro de uma sociedade socialista de um ponto de vista de uma hipotética modificação das estruturas sociais incluindo a economia e demais as instituições sociais como a família.

3 SABER É PODER

Neste capítulo, partiremos do comentário sobre um cartaz de divulgação do Primeiro de Maio de 1897, onde está presente a representação simbólica da teoria da evolução para o SPD. A seguir, para destacar sua importância, tratarei das instituições social-democratas ligadas à educação operária ou, mais propriamente, à sua formação (*Bildung*). Ainda que se originem na tradição associativa burguesa alemã, as instituições educacionais operárias constituíram uma tradição independente e deram testemunho ao nascimento do próprio SPD, cunhando uma nova forma de vida associativa onde conteúdos como a teoria da evolução eram ensinados à revelia do currículo oficial. Duas das mais destacadas figuras do SPD do final do século XIX, hoje esquecidas, aparecem neste capítulo: August Bebel, testemunha viva formada nessa tradição, e Wilhelm Liebknecht, que aparece como aquele que mudou o sentido dessas organizações ligadas à política do movimento operário alemão tomando de empréstimo a expressão em geral atribuída a Francis Bacon em seu famoso discurso “Saber é poder”¹⁶³.

¹⁶³ A expressão “saber é poder”, originada do aforismo em latim “*scientia potentia est*”, em geral atribuída a Bacon, só apareceu diretamente por obra de seu antigo secretário, Thomas Hobbes, em *O Leviatã*. No texto de Bacon *Meditationes Sacrae* (1597), registra-se uma expressão semelhante, “*ipsa scientia potestas est*”, mas com um significado completamente distinto, ao associar o conhecimento de Deus ao poder de saber e o poder de trabalhar e atuar, “tornando difícil extrair a expressão ‘saber é poder’ como um axioma baconiano” (Vickers, 1992: 512n). Em todo caso, vale lembrar ao leitor que não foi iniciado na história da filosofia que ocorrências como essas são comuns e que, a partir daqui, quando trato da associação a Bacon da expressão “saber é poder”, estou me referindo à apropriação dessa expressão em uma tradição, e não propriamente à obra de Bacon em sentido estrito. Há diversos exemplos na história da filosofia de apropriações que soam como um tipo de resumo posterior entre o senso comum sobre o que se interpreta da obra de dado autor, como “o fim justifica os meios” associado a Nicolau Maquiavel (1469-1527), ou, em um caso mais próximo desta tese, as infinitas formas de apropriação que se tornam o “social-darwinismo” em determinados contextos. Há fios condutores de leitura que podem ou não permitir essa associação, mas, em sentido estrito e rigoroso, como convém ao exercício histórico da filosofia, isso seria considerado uma apropriação indevida. Como justificamos ao longo da tese, porém, os desentendidos, apropriações e interpretações cristalizadas têm sua própria história.



Imagem 10. “Conhecimento é poder” aparece aqui como palavra de ordem para a “Juventude Operária” neste cartão postal feito por volta de 1905. Estão associadas à simbologia do SPD e a ideia de formação cultural e educacional (*Bildung*) tanto um passeio quanto um curso utilizando como base as publicações do partido. Fonte: Acervo digital da FES.

3.1 A TEORIA DA EVOLUÇÃO NO MEIO SOCIOCULTURAL DA SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ

Na introdução desta tese, apresentei um aspecto ligado ao meio sociocultural da social-democracia alemã a partir dos livros mais retirados das bibliotecas de sindicatos. Esse dado, em si mesmo, foi o fruto do trabalho de organização, catalogação e análise por parte de instituições que derivam da *Arbeiterbildung* inspiradas pela proposta política de Liebknecht em 1872, apontando a necessidade de coerência na relação entre a política defendida pela social-democracia e o conteúdo daquilo que era ensinado em suas escolas, ensejando a questão sobre qual a melhor formação a ser adotada nas instituições do partido voltadas à educação¹⁶⁴. Como exposto na introdução, o maior interesse pelo tema da evolução entre os participantes do público da social-democracia

¹⁶⁴ As tarefas imediatas iam na direção de constituir uma cultura socialista e se desenvolverem através do estudo “assistindo às palestras, lendo livros, e participando das atividades do partido e dos sindicatos” (Lidtke, 1985: 19).

se materializa quando observamos como a esfera pública criada pela jovem social-democracia efetivamente chegava a seus militantes e apoiadores em termos de debates e atividades. O interesse pela qualidade e natureza dessas leituras era levado em conta pelos membros do partido ou dos sindicatos, figurando em indícios catalográficos nas pesquisas históricas sobre suas bibliotecas antigas (Steinberg, 1976: 166-167). E, com dados sobre o interesse individual dos associados, pode-se constatar que, entre os livros mais retirados das bibliotecas de seções do partido por parte dos trabalhadores associados, os livros de divulgação do darwinismo (principalmente Aveling, um dos principais porta-vozes do darwinismo entre os marxistas e quem de fato dedicou um livro socialista a Darwin) perfaziam o segundo, terceiro e quarto títulos mais retirados, contra *O Capital* de Marx, que era o décimo oitavo da lista, ou mesmo o *Anti-Dühring* de Engels, que figurava em vigésimo segundo lugar (Steinberg, 1976: 167). Como visto, isso não é surpreendente, dado o contexto mais geral da Alemanha, que teve diversas edições de Darwin e diversos livros de divulgação desde o ano de 1860 com tiragens seguidas de milhares de exemplares.

É importante nos perguntarmos se de fato há afinidades entre os socialismos da época e o darwinismo, para além da identificação mais evidente com setores do reformismo social, incluindo o caso mais sinistro representado por Ludwig Woltmann. Há, contudo, interpretações diferentes nesse campo e uma delas é a possibilidade de uma convergência entre aspectos do que alguns filósofos da biologia chamariam propriamente de teleológicos na teoria da evolução, aspectos estes que poderiam ser assimilados pela fé no progresso expressa nas propostas reformistas. Aqui, no campo do reformismo, a relação de uma mesma lei natural válida para a natureza como para a sociedade é compreendida como um desenvolvimento constante que conduziria a uma melhor organização racional da sociedade, tal como, segundo se acreditava, a evolução mostrara o desenvolvimento dos seres vivos em termos de um maior ganho de complexidade e organização. No entanto, é relevante o fato de que a ideia de um progresso constante conflita com outras concepções trazidas pelos evolucionismos, mesmo em nome de Darwin, que atrairia até os setores revolucionários do movimento social-democrata.

Uma das novidades trazidas pelo “darwinismo” pensado em sentido amplo seria o destaque para a forma como o tempo é utilizado para se pensar o mundo natural, ainda que distinguido de um eventual sentido teleológico. Essa era uma imagem poderosa, pois afastava certa influência filosófica, pelas mãos de cientistas e naturalistas, de imagens do mundo natural herdadas que buscavam uma fixidez desse mundo, contemplando a extrema perfeição e adaptação na natureza. A introdução de uma abordagem considerada histórica, que insere o tempo como chave de compreensão dos fenômenos, tanto confirmaria a importância da história como chave de compreensão das organizações humanas, como se somaria, graças à percepção das transformações e descontinuidades do tempo, à possibilidade da mudança, mesmo quando se admite a possibilidade de um resultado inesperado. No domínio natural, a ideia de tempo, como variável biológica, somada à imagem da surpresa, da anormalidade e da possibilidade do surgimento do inesperado em um sentido histórico de fim aberto “que trouxe à ciência o sentido único do tempo” (Montgomery, 1988: 115), teve seu papel na filosofia e pode ter exercido um fascínio mesmo junto ao campo revolucionário. Em resumo: tal qual na natureza, as estruturas sociais não seriam imutáveis, mas seriam fruto de um processo histórico, sabendo-se ou não seu fim, com ou sem um sentido teleológico.

Para além dessa visão de mundo já conformada e comprometida com o socialismo, seja por uma via revolucionária, seja por uma via reformista, havia a necessidade de publicizar os pontos de vista do socialismo para um público mais amplo que, apesar de leigo (não sendo composto por cientistas e naturalistas) e interessado, muitas vezes não estava de imediato convencido dos pontos de vista do socialismo, ainda que por ele nutrisse simpatia. Esses indivíduos diversos, trabalhadores das camadas mais humildes, como os jornaleiros com pouco tempo livre e sem enraizamento local, trabalhadores especializados, trabalhadores de escritório, artesãos, camponeses, autônomos, entre outros, eram reconhecidos como portadores ou potenciais portadores da cultura a ser transmitida nas associações, clubes e palestras. E era para levar em consideração suas inclinações diversas entre o liberalismo, o conservadorismo popular e as diversas correntes do socialismo, entre lassalleanos,

marxistas, e mesmo anarquistas¹⁶⁵, que foram o alvo da intervenção social-democrata, principalmente nos anos 1890. Principalmente no caso daqueles que viram a transição das associações para a educação dos trabalhadores, de uma orientação liberal para uma socialista, por um longo tempo houve a tentativa de trazer aos debates do período temas que questionassem o senso comum liberal, destacando as consequências políticas dos pressupostos éticos e científicos compartilhados, mas reivindicando desses pressupostos um sentido revolucionário. Assim, os elementos contraditórios da cultura burguesa, como o desejo de progresso, o ideal humanístico humboldtiano e ideia de uma transformação social capaz de ultrapassar os problemas sociais e políticos alemães eram apresentados segundo uma chave socialista, que buscava criar um sentido e coerência socialistas para os valores políticos, éticos e científicos.

Enquanto as organizações políticas e sindicais da social-democracia sofriam uma dura repressão, as associações de formação dos trabalhadores mantiveram-se relativamente mais “aliviadas” da perseguição, e por isso passaram a ter grande importância, vivendo um momento político cultural e heroico na missão de conquistar militantes para as organizações social-democratas. Especialmente no período das leis antissocialistas, as associações culturais e educativas afirmavam os valores teóricos da social-democracia em um contexto em que o debate público em geral era impedido, lideranças eram exiladas e ocorriam pesadas restrições na liberdade de imprensa. Além disso, as associações educativas e culturais também procuraram oferecer um conteúdo suplementar ao conteúdo escolar oferecido pelo Estado e afastando-se da mera reprodução dos conteúdos da *Bildungsbürgertum*. Esse seria um quadro ideal para a social-democracia, ao menos em teoria, não fosse, como veremos, o desgaste das associações em sua tentativa de mobilização cultural e educacional em um período em que o centro das ações, o movimento sindical do período e o cotidiano da vida partidária, falhavam em chegar aos trabalhadores no trabalho de formação, voltando-se ao apoio dos quadros liberais de esquerda e socialistas acadêmicos ou grandes quadros do partido para divulgarem temas de interesse do partido no seio das organizações.

¹⁶⁵ Como foi o caso de Rudolf Rocker em suas participações nas palestras do SPD até seu definitivo afastamento político e denúncia dos quadros do SPD quando da ocasião da expulsão dos *jungen* e demais anarquistas alemães liderados por Johann Most.

Além disso, ocorria a crescente mobilização e politização de diversos aspectos da vida dos trabalhadores, como os bares, organizações culturais, atléticas etc. A social-democracia parecia ensejar, assim, no cotidiano da classe trabalhadora as formas de vida associativa antes exclusivamente burguesas. Nesse campo, merecem destaque as grandes demonstrações, marchas e palestras em festividades comemorativas de datas políticas da social-democracia associadas ao movimento socialista internacional, em especial o Primeiro de Maio.

3.2. O CARTAZ COMEMORATIVO DO PRIMEIRO DE MAIO DE 1897

De passagem em Mainz durante os 1880, o jovem Rudolf Rocker, que posteriormente se tornaria militante anarquista em oposição ao SPD, assim relatou o impacto causado pela audiência de um dos grandes encontros públicos do partido:

Para mim, essas reuniões gigantescas eram acontecimentos cuja impressão permaneceu até agora inesquecível. Não havia conhecido mais do que reuniões pequenas dos grêmios, as únicas assembleias permitidas sob as *Leis Antissocialistas*, e ainda assim com muitas restrições. Também concorria ocasionalmente com os grandes partidos burgueses, mas o estado de ânimo morno que predominava nelas não causou em mim nenhuma impressão singular. Mas aqui vi pela primeira vez massas gigantescas densamente comprimidas, que escutavam com o fôlego contido as palavras dos oradores. Senti a comoção elétrica que animava essas massas, estava eu mesmo em meu foro íntimo ligado a seu pensamento e a seu sentimento e me sentia como uma partícula de uma grande corrente que leva para um objetivo distante. Tais manifestações, em que o sentimento mais íntimo das grandes massas se expressa com potência visível, tem sempre algo de sedutor em si. Mas em um país em que todo intercâmbio de opiniões das amplas camadas populares estava proibido fundamentalmente pela brutal arbitrariedade policial, e onde a escassa liberdade que se assegurava aqui e ali em casos excepcionais, como as eleições, só devia contribuir para arraigar mais profundamente na sua alma o sentimento de sua falta de todo direito, sua impressão é incomparavelmente mais forte. (Rocker, 1947: 152)

Aproveito o tema da comoção e da festividade operária para trazer à tona sua representação simbólica por meio dos cartazes que testemunham um tipo de manifestação artística que tentava sintetizar aspectos interessantes do imaginário social-democrata. Em particular, gostaria de me debruçar em um cartaz referente à comemoração do Primeiro de Maio de 1897 organizado pelo SPD.

Batizada com o nome de Dia Internacional dos Trabalhadores (ou do Trabalho), a data, celebrada até hoje entre a maioria das organizações socialistas e trabalhistas do mundo, lembra os quatro mártires de Chicago que foram executados após um julgamento parcial e despótico na sequência da Revolta de Haymarket, ocorrida em 4 de maio de 1886. O conflito eclodiu após a explosão de uma bomba em uma manifestação pacífica em prol da jornada de oito horas, inserida dentro de um ciclo maior de lutas do movimento operário norte-americano e internacional.

A materialização da data como rememoração e parte dessa jornada de lutas surgiu menos como uma tradição inventada do que como erupção da própria demanda por um tipo de iniciativa nesse sentido (Peterson, 2016: 14), vencendo as dificuldades que envolviam uma iniciativa concreta que articulasse as organizações de trabalhadores de vários países do mundo simultaneamente. Apesar de ser difícil traçar sua origem de modo preciso, o primeiro registro concreto que se tem do Primeiro de Maio foi uma resolução do congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (a Segunda Internacional), em 14 de julho de 1889, em Paris, no sentido de organizar um dia internacional de atividades, envolvendo encontros, manifestações (mas evitando conflitos diretos com o governo no caso alemão, dado o receio da renovação das leis antissocialistas), a partir de 1890, no meio da campanha pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias puxada especialmente pela delegação norte-americana, que foi ratificada pelas lideranças dos principais partidos socialistas da Europa e lideranças anarquistas. A proposta, feita pela delegação norte-americana envolvendo a AFL, os Knights of Labour e anarquistas, era voltada à criação de um evento no dia em que anualmente eram renovados os contratos de trabalho parcial, servindo também para lembrar o início da greve que culminou na Revolta de Haymarket e, principalmente, o processo que culminou na morte dos quatro trabalhadores que se reuniram em apoio à jornada no dia 4 de maio de 1886 (Cole, 1963: 7-10).

Entre difíceis articulações do movimento operário, o Primeiro de Maio conseguiu se materializar, sendo chamado por Hobsbawm de o mais ambicioso dos rituais do movimento operário (1984: 76). Hoje é comum observar que a escolha dessa data foi pensada para coincidir e ressignificar um feriado já estabelecido na Europa, o dia de Santa Valburga (que por sua vez remonta a diversos feriados pagãos que

celebravam o início da primavera, como o Midsummer, o Beltane e a Florália), mas que ganhou em outros países austrais uma festividade apoiada na mobilização dos trabalhadores e do próprio movimento operário, com a exceção curiosa dos Estados Unidos.

A primeira realização dessa festividade assombrou seus próprios organizadores pelo sucesso e pelo grande número de participantes reunidos em várias capitais, como Estocolmo, Madri, Londres e Bruxelas, e diversas outras cidades. Geralmente carregando um imaginário utópico e voltado ao futuro, o Primeiro de Maio se estabeleceu, como colocado pela edição do *Vorwärts* em 1º de maio de 1902, como um dia adicional de engajamento dos trabalhadores nas questões dominantes da vida pública, como a condenação do antissemitismo, a defesa dos direitos da mulheres, o sufrágio universal, além das campanhas específicas, como a luta pela redução da jornada de trabalho.

Em apoio a esses festivais, eram realizadas impressões de jornais comemorativos, com tiragens que iam de 60 mil a 150 mil exemplares, distribuídos clandestinamente pelo SPD. Buscando burlar os confiscos por parte do Estado, essas publicações traziam à tona pautas e efemérides, e eram tanto políticas quanto satíricas. A mais conhecida era o *Der Wahre Jacob*, editada por Wilhelm Blos e J. W. Dietz e impressa em Stuttgart, tendo ganhado uma edição colorida após a revogação das leis antissocialistas.

O primeiro festival de Primeiro de Maio foi promovido em 1890, com força notável em Bielefeld, na Alemanha, em plena vigência das leis antissocialistas, e com ainda mais força na Áustria, que presenciou a maior manifestação operária pela jornada de oito horas (Cullin, 1971: 344). A composição peculiar dessas manifestações, com crianças e famílias, mudou a dinâmica inicialmente prevista para essa manifestação na Alemanha, mas fez ganhar a aceitação entre setores liberais enquanto a social-democracia divulgava suas pautas integradas a aspectos mais gerais da vida do trabalhador, e não apenas as pautas explícitas do SPD.



Imagem 11. Colagem feita a partir de detalhes de diversos cartazes de primeiro de maio da social-democracia alemã e austríaca entre 1890 e 1905.

Quero agora chamar a atenção do leitor para o cartaz da Imagem 12 que apresentarei a seguir. Como é possível notar, vários elementos presentes no cartaz o tornam interessante como forma de ilustrar esta exposição.

Nas margens que envolvem o quadrante central, vemos a representação das atividades do SPD e a simbolização do processo de organização da classe trabalhadora em torno do Primeiro de Maio: as famílias, atividades para as crianças, reuniões e palestras com discursos públicos, jogos sociais, estímulo às artes, artesanato e cultura, e, abaixo, a representação de uma manifestação pública. Há aqui uma representação do imaginário sobre a mobilização cultural do partido com o sentido da formação que conduz à política, mesmo que também reflita em parte um clima pastoral, já levando em consideração o cenário constituído de uma festividade que se realiza em local afastado, situado não propriamente nos centros urbanos, mas nos arredores da cidade.



Imagem 12. O cartaz do primeiro de maio de 1897. Gravura de Bauerweh 1897. Fonte: Achten, (1980: 74-75).

À direita da imagem, em torno do punho da espada, lê-se: *Wissen ist macht*, o aforisma em geral atribuído a Francis Bacon que teria sido disseminado entre os trabalhadores da Alemanha a partir do famoso discurso de Liebknecht em 1872 à Associação Educativa de Dresden (*Dresdner Bildungs-Vereins*), e posteriormente publicada como *Wissen ist Macht, Macht ist Wissen* (Liebknecht, 1904). O cartaz pode ser interpretado, ao menos em teoria, como uma representação simbólica ou desdobramento da fala de Liebknecht. A consigna desse discurso era de que a classe trabalhadora deveria romper as barreiras políticas para garantir o acesso à educação e à cultura, o que, como pretendo mostrar mais à frente, representou uma significativa mudança de foco no sentido das associações de formação de trabalhadores (*Arbeiterbildung*) ao dar importância à educação dos trabalhadores como fruto da luta política e independência dos trabalhadores em relação às instituições burguesas.



Imagem 13. Detalhe do cartaz do primeiro de maio de 1897 onde está escrito *Wissen ist Macht* (“saber é poder”) no entorno do punho da espada e *Das Geistesschwert* (“a espada do espírito”) na lâmina. Gravura de Bauerweh 1897. Fonte: Achten (1980: 74-75).

Na parte inferior direita do quadrante central da Imagem 12, é possível observar um comentário político sobre a situação do projeto de reforma social, em particular dos mecanismos de proteção do trabalhador (*Schutz der Arbeit*) pelos demais grupos políticos, o que pode ser interpretado como uma crítica da oferta de uma reforma social por parte dos liberais conservadores como barganha em troca de uma subordinação ao Estado. Há a aparente consideração de que, durante o período e após a crise de Bismarck, essa pauta sequer voltou a ser discutida com a mesma ênfase, o que talvez tenha trazido à tona o tema, pois o setor marxista do SPD, do qual Liebknecht fazia parte, avaliava que essa pauta só fora trazida como barganha como forma de garantir o aumento do orçamento militar e a centralização política. Em particular, o episódio faz lembrar do fato de que, quando o modelo de *welfare* baseado num modelo simplificado de proteção do Estado (*Fürsorgemodell*) foi novamente proposto pelo gabinete do governo, Hans Hermann Freiherr von Berlepsch, que o defendera, foi expulso do gabinete pela oposição de direita. A cena retratada no cartaz sugere como se fosse exposta a podridão do projeto ou, ainda, como se fosse resgatado dos escombros.



Imagem 14. Detalhe do cartaz do primeiro de maio de 1897 com destaque ao nome de Darwin no segundo livro. Gravura de Bauerweh 1897. Fonte: Achten (1980: 74-75).

Marianne, o personagem central da imagem, representaria os valores republicanos e, particularmente no contexto do movimento operário alemão, uma vinculação aos valores da Revolução Francesa. Notamos acima como sua imagem apela à centralidade do conhecimento, com a espada do espírito e a afirmação de que conhecimento é poder, por isso ganha centralidade o que aparece na parte inferior à direita, pois que toca esta pesquisa. Lá estão os três livros onde estariam gravados os nomes que, nesse contexto, só poderiam simbolizar as maiores referências teóricas do SPD da época: Marx, Lassalle e... Darwin.

Essa ocorrência não é rara e nada poderia parecer mais exemplar dessa aproximação do que a declaração de Engels em pessoa diante do túmulo de Marx, que fornece uma das epígrafes desta tese: “Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana”¹⁶⁶. Raros foram os que interpretavam essa aproximação no movimento socialista em termos determinados historicamente e como um tipo de conveniência política e tática na disputa contra a ideologia conservadora e as concepções religiosas,

¹⁶⁶ “Wie Darwin das Gesetz der *Entwicklung* der organischen Natur, so entdeckte Marx das *Entwicklungsgesetz* der menschlichen Geschichte” (Engels, 1973: 335-339, grifos meus).

como o conselheiro Pannekoek. O cartaz faz pensar que, no contexto específico dos anos 1890, o sentido parece ser muito mais de uma afirmação dessa aproximação, o que certamente me intrigou, provocando o questionamento que organizou parte desta pesquisa desde que o encontrei pela primeira vez: afinal, por que Darwin está entre Marx e Lassalle como as principais referências teóricas da social-democracia? E mais: o que isso significa?

Para esboçar essa resposta, passarei por três argumentos, um de Bebel, um de Bernstein e um de Kautsky que serão o centro do próximo capítulo, mas, antes disso, , abordarei o sentido da formação cultural e política para o partido, iniciando com um comentário mais geral sobre a *Bildungsbürgertum*, a esfera pública cultural da burguesia alemã, um comentário sobre a relação entre essa representação cultural e sua representação política por parte do liberalismo alemão. Na sequência, trago alguns elementos sobre o contexto político e econômico da classe trabalhadora alemã e, por fim, o tema da *Arbeiterbildung*, passando pelas instituições social-democratas que trataram do tema da cultura e da educação, destacando sua relação umbilical com a formação da social-democracia alemã e, por fim, um pequeno comentário a partir da palestra de Liebknecht *Wissen ist Macht* (Saber é poder).

3.3. *BILDUNGSBÜRGERTUM*

A Bildung expressa o imponderável de uma qualidade indelével, cifra de intimidade espiritual, quase uma ascese, que enobrece o burguês, enfim superior ao aristocrata não-iluminado, sobretudo nesse terreno mais etéreo em que o antagonismo de classe cede o passo a um confronto moral pensado em termos quase pessoais.

Paulo Arantes (1996: 122)

Nesta seção, trago alguns pontos sobre a relação entre parte da intelectualidade alemã e a ideia de *Bildung*. A palavra *Bildung* é conhecida de qualquer pessoa que estude a história da educação, a filosofia, a literatura e a história do pensamento das populações de língua alemã, caracterizando uma experiência particular do pensamento em relação a uma prática social e a uma “vida coletiva”, assumindo a forma de diversas

práticas ao longo do tempo, o que torna difícil traduzi-la de modo específico¹⁶⁷. Afinal, se acompanharmos seu sentido, ele muda ao longo do tempo, variando desde um relativo equivalente de *cultura*, como aquilo que se separa da mera *Erziehung* (educação) e *Unterricht* (instrução, ensino), até um sentido de desenvolvimento humano e ético¹⁶⁸, às vezes como práticas culturais.

O termo envolveria, em português, uma tradução tanto como “formação” (ou autoformação) quanto como “cultura”, e mesmo “educação”, mas sem se esgotar seu sentido nesses termos, pois remeteria também à totalidade das relações sociais¹⁶⁹, à coerência entre a teoria e a prática de formação e, acima de tudo, à formação integral do indivíduo, que passa por um aspecto espiritual. Se tomamos Wilhelm von Humboldt

¹⁶⁷ Nesta pesquisa, segui a perspectiva de uma determinação social, histórica e política da ideia de *Bildung* numa acepção ligada à ideia de educação e formação, porém, de um ponto de vista filosófico, há na raiz da ideia de *Bildung* outros sentidos, e mesmo uma dimensão mais profunda e imagética que fundamenta a relação da formação com a ideia de figuração. As imagens têm importância nessa dimensão da constituição do pensar filosófico e sua relação com as artes e mesmo as ciências, no caso de Goethe. Para uma referência mais aprofundada nessa direção, veja-se a tese de Isabel Fragelli sobre a *Bildung* e sua relação com as ciências naturais e à biologia: “Embora o sentido mais corrente de *Bildung* esteja associado à ideia de formação, ou de educação moral e intelectual – logo, a um processo que ocorre na esfera da cultura –, é sempre necessário recordar essa dimensão visual, imagética (e, portanto, empírica) implicada na origem do termo, especialmente se quisermos entender a complexidade que ele assume no contexto filosófico que nos propusemos, aqui, a estudar. Isso fica claro quando vemos a importância que Goethe atribuía ao uso de desenhos e ilustrações (*Bilder*, se quisermos) nos estudos sobre a natureza. Em um dos textos de seus cadernos de morfologia, ele nos conta que sua verdadeira intenção era a de expor *A Metamorfose das Plantas* não apenas ‘em palavras’, mas também em imagens, por meio de ilustrações dos vegetais cuja ‘formação e transformação’ (*Bildung* und *Umbildung*) ele procura descrever, ao longo da obra” (Fragelli, 2014: 8).

¹⁶⁸ Um exemplo reside no comentário de Friedrich Schlegel (2018) sobre o “Esquisse d’un tableau historique des progrès de l’esprit humain” de Condorcet.

¹⁶⁹ No contexto alemão, esse aspecto ganha uma importância ainda maior pois se pode levar em consideração aqui o contexto da ideia de uma totalidade que envolve a sociedade e a cultura entre indivíduos que compartilham essa cultura ideal da formação alemã entre si de um modo distinto do que fora a construção do debate sobre uma identidade nacional e revolucionária na França – primeiro, porque ele é anterior à existência de uma unidade nacional, já que historicamente a ideia de *Bildung* envolvia pessoas que viviam em reinos e cidades livres distribuídos entre diferentes políticas diferentes e administrações, influenciando sobre a constituição de uma cultura nacional entre elementos como a religiosidade, a constituição de uma língua nacional que ultrapassasse dialetos e línguas locais (como em territórios ocupados pelos alemães como a Polônia, os sudetos ou mesmo o extinto Prussiano antigo na Königsberg onde vivera Kant). Definiam-se, assim, suas fronteiras tanto no sentido político quanto no espiritual, para além de um sentido territorial (Bollenbeck, 1996: 25). Não à toa a linguagem que adquire importância, com um sentido filosófico de uma *ursprache*, do simbólico e da representação da língua entre Herder, ou como colocado por Novalis em sua resposta romântica ao *Bildungsroman* no Heinrich von Ofterdingen (Frageli, 2014: 100-123).

como um dos forjadores da ideia e do sentido da *Bildung*¹⁷⁰, vemos como esses aspectos se interligam na construção do humanismo e da cultura científica nas universidades alemães, destacando não apenas o saber que se compartilha, mas a autonomia e a relação desse saber autônomo com a sociedade e o próprio mundo.

Além disso, a despeito de sua aspiração mais ampla, a *Bildung* tinha uma prática cotidiana em que se constituía como um exercício de sociabilidade. Era comum na esfera culta burguesa, como testemunham grandes nomes como Goethe, Schiller e Kleist, que se lessem poemas, tanto para si quanto em voz alta, que se fizessem desenhos e se compusessem melodias para o prazer individual e comum, especialmente no seio da família burguesa culta¹⁷¹. A formação da cultura burguesa (*Bildungsbürgerliche*) era assim ensejada no preparo para a boa convivência e cultivo individual por meio de uma forma característica de sociabilidade, que demandava um treinamento prévio dentro da casa. Tao treinamento, por sua vez, consistia em geral da “música doméstica, leituras e mais leituras, visitas a concertos e museus, orgulho da história familiar e a escrita de cartas” (Koselleck, 2003: 68).

Assim, o sentido de *Bildung* passava pelo ensino de modo mais geral, pela prática da formação “cultural”, “do espírito”, mas também por todas as demais características da prática social e cultural que tornam cada indivíduo único e aceito como parte da sociedade burguesa culta, características iniciadas no seio da família. Esse aspecto talvez distinguisse a burguesia culta e a pequena burguesia, por meio da diferença entre o conhecimento de quem interioriza as normas gerais da vida social e é capaz de transformá-las e criá-las e o conhecimento daqueles que apenas as reconhecem e incorporam¹⁷².

¹⁷⁰ “O verdadeiro propósito do homem [...] é a formação mais elevada e mais proporcional de seus poderes em um todo”. Em que “A liberdade é a primeira e indispensável condição para esta formação” (Humboldt, 1966: 64)

¹⁷¹ Ou, como ilustrado no Heinrich de Novalis, “a jornada de formação de Heinrich não envolve equívocos, desvios e nem contradições; ela consiste, do início ao fim, num acúmulo de experiências que progredem desde a vivência comum cotidiana (tal como é expressa nas primeiras cenas de Heinrich em sua casa e na companhia de seus pais) até a poetização completa do mundo, posta como fim último de todo o processo” (Fragelli, 2014: 124).

¹⁷² Numa fórmula conhecida de Bourdieu e Boltanski, a “pequena-burguesia é obrigada a reconhecer sem conhecer” (Bourdieu; Boltanski, 1976: 8). Ou, ainda, em outra passagem interessante de Bourdieu: “o que significa que, em muitos casos, as disposições ‘repressivas’ da pequena burguesia – legalismo, austeridade, seriedade, etc. – são como um anteparo para as disposições burguesas – desapego, humor, de

Aparentemente um aspecto casual e doméstico de uma sociabilidade mais reduzida, mas com este aspecto constituía-se também uma língua nacional de aceitação comum como veículo da cultura (e não apenas da prática política das chancelarias entre os diversos reinos alemães), e realizava-se a elaboração de conceitos, traduções e versões de outras línguas para a linguagem cotidiana e vernacular e eram realizadas reflexões entre os sujeitos e sua relação com a cultura e a sociedade de modo mais amplo. Não é à toa a importância da *Bildung* na literatura enquanto *Bildungsroman* (ou hoje como *Entwicklungsroman*), o romance de formação ou educação, que exemplifica o desenvolvimento de um indivíduo destacando a autonomia do sujeito dentro deste contexto cultural e social mais amplo tendo como um exemplo máximo *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister* (1795/96) de J. W. Goethe¹⁷³. Esta tensão do personagem enquanto indivíduo que se desenvolve em relação ao seu tempo e o transforma modificando as estruturas até então estabelecidas (ou mesmo no conflito entre o indivíduo e as normas sociais como em *Ifigênia* ou *Tasso*) torna-se o esquema básico em torno do qual a forma romance se desenvolve e tem como seu pressuposto (ao longo de suas múltiplas derivações e metamorfoses) uma impressão da sociedade, constituindo uma imagem de país entre os homens de letras e constituindo uma língua comum e nacional¹⁷⁴.

atitudes etc.” (Bourdieu, 2018: 134). Isso, por sua vez, se reflete na organização das hierarquias das vidas dos funcionários nas burocracias dos estados nacionais, em que o pequeno funcionário organiza as regras e o alto funcionário distribui benesses, exceções à regra, para a conveniência da boa funcionalidade conforme o reconhecimento dos pares e encontrando o reconhecimento e o convívio com as elites.

¹⁷³ Uma passagem exemplar neste sentido é a seguinte: “Isto te digo com uma palavra: Instruir-me a mim mesmo [no original, “*sich auszubilden*”], tal como sou, tem sido obscuramente desde a infância meu desejo e minha intenção. Ainda tenho essa disposição, com a diferença de que agora estão um pouco mais claros os meios que me permitirão realizá-la. Tenho visto mais do mundo que tu crês, e dele tenho usado melhor do que tu possas imaginar. Atente, portanto, àquilo que digo, ainda que não vá ao encontro de tuas opiniões” (Goethe, 1988: 286). No entanto, se há uma tradição que constituiu a ideia do *Bildungsroman* como um ideal executável da *Bildung* e um tipo de modelo, é preciso lembrar que a crítica literária contemporânea prefere destacar principalmente o aspecto de instabilidade e incerteza do destino de Wilhelm Meister, especialmente se buscamos circunscrever no trecho citado da carta de Wilhelm a Werner o destino do personagem (Oliveira, 2014: 362-364), quando é levado em conta o contexto social e o horizonte político da escrita de Goethe.

¹⁷⁴ Antes de Fichte defender a superioridade cultural da língua alemã em relação à francesa, então o idioma culto de referência para uma boa parte do mundo, desde a Rússia até o Brasil, e influiu no vocabulário de diversas línguas do mundo, o alemão teve de se constituir com sucesso como língua nacional compreensível pelos cidadãos da Alemanha entre diversos dialetos que não se compreendiam, dificultando a ideia de uma difusão cultural nacional. Foi só com o sucesso da constituição de uma língua nacional entre os diversos países que falavam línguas germânicas mais aparentadas que seria possível o desenvolvimento de uma difusão de ideias que refletissem a ideia até então abstrata de uma identidade

Hegel colocou a *Bildung* no próprio núcleo da *Fenomenologia do Espírito*, em algumas passagens a ideia da cultura dá a entender algo como um tipo de superação da natureza por meio da interiorização de crenças, normas e costumes, tornando-se um tipo de segunda natureza e que, superaria a insistência do indivíduo em suas próprias crenças e desejos. E mais além, a partir da complexificação da cultura, mesmo uma terceira natureza poderia ser deduzida a partir da aquisição da educação formal, onde o estudo da história ganha centralidade (Odenstedt, 2008: 559-560). A epopeia do espírito em sua formação indo do individual ao universal passa por etapas necessárias, dolorosas e significativas enquanto experiências da cultura, que se torna capaz de pensar-se a si mesma e pesar seu significado dentro da história das culturas e que constituiria propriamente a ciência do espírito: o espírito consciente de si em sua *Bildung*¹⁷⁵. No reino da cultura, onde aliena-se de si e confronta a si mesmo, impulsionado pela alteridade o espírito aliena-se de seu estado natural e reconcilia reflexivamente consigo mesmo e no seu outro, nesta passagem em que aparece um dos momentos centrais da *Bildung*, e que antecede a experiência de sua efetividade no mundo ético e moral, portanto, em algumas das passagens mais importantes da *Fenomenologia do Espírito*, justamente ao mostrar a insuficiência daquele que se crê senhor de si mesmo e encontra a constituição reflexiva da relação entre si e do outro que motivam a transformação da consciência e suas produções enquanto científicas, educação, filosofia e sua relação com a consciência reflexiva e a legitimação do pensamento. Passagem que por sua vez influenciaria toda a geração de jovens hegelianos que radicalizariam politicamente o aspecto reflexivo da *Bildung* e sua relação com a sociedade.

nacional. Uma primeira tentativa de sucesso teria sido realizada para o teatro e depois para a literatura: “O estágio final no estabelecimento do alemão como língua literária e do alemão centro-oriental como padrão foi o surgimento dos grandes poetas e escritores do final do século XVIII. Klopstock e Lessing, Herder e Wieland, Goethe e Schiller, todos usaram o padrão da Alemanha Centro Oriental – e todos o enriqueceram e desenvolveram em suas diferentes maneiras. No final do século XVIII, não havia dúvida de que o alemão era uma das grandes línguas literárias do mundo” (Chambers; Wilkie, 2014: 103,0/334). E no caso de Goethe e Humbolt, além da questão literária, há aí o impulso no estabelecimento de um vocabulário científico mais amplo, que opera pela modernização da língua, utilizando-se também de recursos de certo modo poéticos.

¹⁷⁵ “A tarefa de conduzir o indivíduo, desde seu estado inculto (*umgebildeten Standpunkte*) até o saber, devia ser entendida em seu sentido universal, e tinha de considerar o indivíduo universal, o espírito consciente-de-si na sua formação cultural (*Bildung*)” (Hegel, 1986: 31).

3.3.1 *Bildung* de classe

Para além desse sentido mais geral e filosófico da *Bildung*, o que se torna importante no caso desta pesquisa é a ideia da *Bildungsbürgertum*, que relaciona o contexto social dos indivíduos formados e educados (*gebildete Personen*), inseridos em um aspecto para além (ou pretensamente além) de uma formação econômica, em território familiar ao que Bourdieu chamaria de “*habitus* de classe”, portanto, não apenas enquanto portadora de poder econômico – ainda que isso pudesse também ser relevante entre as múltiplas estratificações cruzadas dentro de um mesmo grupo social, como quando alguém é favorecido ou consegue financiamento entre pessoas ricas para um determinado fim cultural. Para compreender essa diferenciação, é preciso distinguir, ainda que se cruzem, a *Bildung* enquanto tema da filosofia, educação e história espiritual alemã do conceito de *Bildungsbürgertum*, na forma em que este último ganha sentido no âmbito da literatura sociológica a partir dos anos 1920 (Koselleck, 1990: 12).

Segundo essa perspectiva, nota-se o quanto, apesar de seu processo político em busca de uma afirmação universal, a *Bildung* não deixou de expressar suas raízes na burguesia alemã como classe, e no liberalismo como expressão política. Separando-se, ao menos inicialmente, da cultura aristocrática, da qual continuaria sendo mantida relativamente afastada ao longo do século XIX, em uma repelência mútua, mesmo quando à revelia. Afinal, caso a burguesia ilustrada, portadora de cultura no sentido de auto-cultivo, enquanto *Bildung*, fosse despossuída de poder político ou econômico, não receberia uma chancela social nem por parte da aristocracia, nem por parte da alta burguesia que se aproximaria dela, vivendo uma forma ambígua de aproximação e separação social, apesar de infinitamente menos marcada do que aquela entre a classe trabalhadora alemã e a burguesia. A percepção de uma separação entre a expressão política e cultural das classes médias ilustradas e a da elite burguesa e da aristocracia mostrava-se como um elemento imponderável e perceptível de incômodo, e por um tempo mesmo de autodefinição da burguesia, ainda que ela convivesse com traços de certa “intimidade espiritual” (Arantes, 1990: 122).

Bildung foi o ideal definidor do classicismo alemão, uma era que produziu poetas e pensadores como Goethe, Schiller, Hölderlin, Hegel e von Humboldt. Mas, desde o início, suas ambivalências políticas eram visivelmente aparentes. A ênfase da *Bildung* sobre a supremacia

da excelência cultural era nobre e de alto nível mental. No entanto, o ideal abrigava um preconceito autodestrutivo e antidemocrático – um legado da noção romântica de gênio – que afastava permanentemente as elites da Alemanha das virtudes do liberalismo político. (Volin, 2006: 135)

Uma expressão social mais clara e que exemplifica essa separação eram os estratos mais humildes dos burgueses cultivados, os artistas, suportes da cultura dependentes da aristocracia e da alta burguesia.

O mundo da arte, da música e das bolsas tinha um impacto limitado nas conexões sociais, interesses externos e atividades recreacionais dos homens de negócios na Renânia e Westfália. Apesar dos Krupps serem patrocinadores das artes, artistas, acadêmicos, escritores e artistas do teatro raramente eram convidados para as festas da Vila Hügel. (Augustine, 2014: 70)

De modo próximo, seguindo as pistas de aproximação e separação em relação à elite alemã, é possível acompanhar Norbert Elias quando narra o desenvolvimento do conceito de *Kultur* e os ideais que ele corporificava, refletindo a posição da intelligentsia alemã. Uma intelligentsia, ademais, destituída de contatos, força e prestígio social importante, além de difusão entre o resto da população, como a sua contrapartida francesa, e trazendo como característica certo deslocamento que acompanharia os primeiros cidadãos integrantes da burguesia entre os estados alemães. Tais segmentos partilhavam ideias que poderiam ser caracterizadas como representantes de uma classe intermediária entre os estratos mais abastados da burguesia e os profissionais que, ao menos por um certo tempo, possuíam um arsenal de conceitos incisivos dirigidos, geralmente, contra a classe alta cortesã. Ainda de acordo com a situação em que vivia, delineava-se o que essa intelligentsia considerava como merecedor de oposição na classe superior, ou, em outros termos, o que dessa classe aristocrática poderia ser considerado a antítese da *Bildung* e da *Kultur*. Mas a crítica e o ataque, quando existiam, eram hesitantes e, em geral, constituíam gestos resignados contra os privilégios políticos ou sociais da aristocracia, preferindo, enquanto crítica, focar no seu comportamento e falta de auto-cultivo (Elias, 1994: 43-44).

Nesse sentido, a palavra *Bildung* refletia a própria imagem que os intelectuais alemães criaram de si mesmos tentando destacar-se como grupo social que dá valor ao que é “puramente do espírito” (*rein Geistige*) “presente em livros, trabalho de erudição,

religião, arte, filosofia, no enriquecimento interno, na formação intelectual (*Bildung*) do indivíduo” (Elias, 1994: 44), e separando essa dimensão da vida social, que se reputava como dotada de valor autêntico, da dimensão “política, econômica e social”. Assim posta, a ideia de *Bildung*, na definição de Elias, era circunscrita de modo social em um sentido equivalente à apropriação de bens culturais de modo subjetivo, por um grupo social específico, onde se destacava a relação entre os indivíduos desse grupo social e a cultura¹⁷⁶.

Apesar de voltada à determinação do lugar da burguesia culta em relação à cultura e os bens culturais, formação e educação, a abordagem de Elias traz elementos que podem ser usados para refletir sobre a relação tortuosa entre o socialismo e a *Bildung* na Alemanha, na medida em que é ancorada em uma descrição de um quadro intelectual específico, também crítico e político¹⁷⁷, que partiria da reflexão sobre a impotência política burguesa refém de um longo processo de modernização que se enuncia no iluminismo como uma concepção política voltada para um futuro melhor, simbolizado pela ideia de “progresso”.

Por quase toda a parte na Europa, as elites intelectuais das classes médias setecentistas em ascensão compartilhavam de uma crença geral em princípios morais, nos direitos dos seres humanos enquanto tais e no progresso natural da humanidade. Estavam orientadas para o futuro. Mesmo que estivessem em certa medida assimiladas em perspectivas e maneiras pela dominante aristocracia de corte – como ocorria na França – e aceitassem, até certo ponto, a crença dos grupos dominantes de que sua própria época suplantava em civilidade e civilização todas as idades prévias da humanidade, essas elites – representantes da *intelligentsia* da classe média – consideravam simultaneamente ponto pacífico que as condições da humanidade melhorariam ainda mais no futuro. (Elias, 1997: 128)

¹⁷⁶ Essa leitura pode ser contraposta a outra definição importante de *Bildung*, que destacava a tradição crítica e que levava em consideração a formação individual, cultural e espiritual autônoma a formar o esteio de boa parte da tradição crítica e humanista contemporânea. Assim, a própria definição de Elias poderia ser criticada nos termos da famosa concepção cunhada por Theodor W. Adorno como uma *Halbbildung*, ou seja, uma semi-*Bildung*, semiformação ou semicultura. No caso de Adorno, há algo importante na tradição crítica, assim como algo de profundo na concepção de *Bildung* que não se deixava sequestrar pelas concepções e práticas de classe em relação à ideia de *Bildung*, formação ou cultura, e que iria além de sua determinação de classe.

¹⁷⁷ Analisando a relação entre a classe média intelectual alemã e a elite política alemã, Elias descreve em parte um processo de cooptação da classe intelectual alemã orientado pela explicação do advento do nazismo e, nisso, é possível fazer uma analogia entre o comentário de Elias e as análises marxistas sobre a burguesia alemã durante e após as revoluções de 1848, na medida em que partem da conclusão de que a burguesia se absteria de assumir o sentido político de um projeto voltado para o futuro.

A ideia de progresso como fundamento da política e presente nas representações culturais das organizações trabalhadoras trazia algo desses elementos. No caso da burguesia alemã, esse processo tende a se desenrolar de modo igualmente tortuoso e complexo, mas é possível que parte importante fossem a irrelevância e a distância em relação aos locais onde as coisas por muito tempo foram decididas de fato entre as cortes e a aristocracia alemã, a ponto do conceito de *Kultur* ter embutido em si

uma predisposição não-política e talvez mesmo antipolítica, sintomática do frequente sentimento entre as elites da classe média alemã de que a política e os assuntos do Estado representavam a área de sua humilhação e da falta de liberdade, ao passo que a cultura representava a esfera de sua liberdade e orgulho (Elias, 1997: 122).

Essa repelência à política é facilmente constatável, especialmente na expressão literária, política e filosófica da *Bildungsbürgertum*. Porém, embora esse sentido destacado por Nobert Elias que circunscreve a burguesia alemã culta a uma esfera antipolítica¹⁷⁸ seja em parte verdade, isso obscurece, senão apaga, a história e a importância política do liberalismo enquanto movimento político da burguesia culta alemã, para bem ou para mal. Afinal, o liberalismo político é também sua expressão, e essa expressão não foi, nem de longe, irrelevante, por mais que não conseguisse conquistar independência e antes buscasse uma via de negociação com o sentido da formação nacional alemã em sentido amplo. Isso envolvia os aspectos mais gerais de um projeto de costura e convencimento em relação a padrões culturais e formas específicas da cultura entre diferentes estados, reinos e cidades livres de língua alemã, antes que a via prussiana se impusesse como a via política e militar da unificação política alemã – a despeito dos projetos e anseios burgueses e liberais que rejeitavam formas específicas da política, especialmente no processo crítico à Revolução Francesa e a forma como leram os excessos do jacobinismo ou o desdobramento da revolução na ocupação napoleônica. Entre os marcos políticos da unificação política em 1870, sob a hegemonia prussiana capitaneada por Bismarck e o fracasso da revolução alemã de 1848, uma forma de costura intelectual e cultural ganhava cada vez mais forma através

¹⁷⁸ Isso faz pensar o quanto é um problema a falta de liberalismo entre os burgueses ilustrados, especialmente se levamos em conta o diagnóstico presente em *Os Alemães*, em que Nobert Elias insinua que os jovens burgueses que se opunham aos ideias conservadores e nacionalistas eram atraídos pelo marxismo radical, responsável tanto pela falência da esquerda democrática frente ao nazismo quanto posteriormente pela emergência da violência política na cena alemã dos anos setenta (Elias, 1997: 233).

da padronização da língua, de referências culturais comuns e de um projeto de formação e de sentido comum. Essa via era manifesta tanto naquilo que era um tipo de equivalente alemão da cultura dos salões franceses, quanto na constituição de um projeto de *Bildung* nacional, por meio da instrução pública e universitária assumida pelos estados e a vida associativa das *Bildungsvereine*, aspecto que não deixará de ser relevante mesmo após a unificação.

Se a ideia de *Bildung* influente no projeto de universidade adotado nos países de língua alemã (e em muitas partes do mundo) é em muito tributária de Humboldt, do ponto de vista do Estado, a *Bildung* se manifestou nos projetos educacionais presididos pelo pró-hegeliano Karl vom Stein zum Altenstein, o primeiro ministro do *Ministerium der geistlichen, Unterrichts- und Medizinalangelegenheiten* (literalmente, “ministério dos assuntos do espírito, educacionais e médicos”)¹⁷⁹, em que a ideia de formação individual e crítica ganhava uma aplicação institucional e prática.

o princípio de *Lehr- e Lernfreiheit* também significava que cada professor era livre para determinar as matérias dos cursos que ensinava, e que cada aluno era livre para fazer os cursos que lhe interessassem e que ele ou ela considerasse importantes. Essa é também uma consequência lógica do conceito humboldtiano: o professor não deve ser guiado em sua escolha de matérias por considerações utilitárias, mas somente por razões científicas; o estudante, por outro lado, deve ser livre para escolher suas próprias matérias.

O estudante, por sua vez, é o único responsável por sua educação (*Bildung*); ele deve buscá-la sozinho e em completa liberdade (em *Einsamkeit und Freiheit*). Essa forma de “liberdade acadêmica” era menos política e, portanto, menos perigosa do que a liberdade de expressão, e foi mantida por mais tempo. (Krebs, 2018: 111)

A Universidade de Berlim, uma das primeiras instituições baseadas nesses princípios, mostra, no entanto, que o princípio da liberdade acadêmica pensado em sua ligação com a política já nasce problemático e incorporando os aspectos progressistas herdados das reformas napoleônicas (ao menos para os estados alemães) com a crítica ao jacobinismo e as consequências negativas da ideia de uma liberdade radical,

¹⁷⁹ O órgão era conhecido como Ministério da Cultura (*Kultusministerium*), mas mudaria de nome após a revolução alemã de 1918 para *Ministerium für Wissenschaft, Kunst und Volksbildung* (Ministério da Ciência, Artes e Educação Nacional).

portanto, explicitando que a liberdade acadêmica de pensamento não se refletia em liberdade política. Destacava-se no nascimento da academia o distanciamento da política por parte dos *Kulträger*¹⁸⁰.

A Universidade de Berlim, fundada em 1810, baseou-se nesses princípios. O conhecimento seria buscado pelo conhecimento em si, independentemente de qualquer aplicação prática. Uma instrução interdisciplinar foi projetada para criar pessoas completas e equilibradas, em vez de especialistas tacanhos. No seu discurso inaugural como reitor, Fichte anunciou o seguinte: “O verdadeiro alento estimulante da universidade [...] o éter celestial é sem dúvida a liberdade acadêmica”. Essa era uma expressão da frequentemente ridicularizada noção alemã da liberdade como interior, subjetiva e metapolítica. Na realidade, os reformadores que abraçavam essas ideias elevadas eram eminentemente políticos. Horrorizados com as monstruosidades cometidas em nome da liberdade, eles insistiam em afirmar que um povo só poderia ser genuinamente livre por meio de uma profunda individualização¹⁸¹. (Kitchen, 2013: 45)

Além das universidades, os métodos e conteúdos da formação cultural representada pela *Bildung* ganham uma forma prática no sentido da educação estendida de modo inédito e servindo de modelo para os demais países europeus. Nesse modelo, as escolas preparatórias (*Elimentarschule*) ou escolas primárias (*Volksschule*) conduziam às “escolas secundárias” entre o currículo clássico da *Gymnasien* e escolas técnicas (*Realschule*), que terminavam com um diploma de conclusão cancelando a formação, introduzido em 1812. Os professores também precisavam de um diploma de magistério (*Normalschule*) cancelado em escolas inspiradas no currículo moderno do

¹⁸⁰ Como disse Arantes: “Essa autonomia coextensiva à cultura tem a ver tanto com a virtude do homem cultivado que Kant fazia rivalizar com a mera civilidade do aristocrata inculto, quanto com a incompatibilidade do princípio da estética idealista – a finalidade sem fim – com a esfera burguesa do mercado, mas ela exprime sobretudo o ideal de autarquia (a outra face do isolamento) da ‘inteligência relativamente desvinculada’ alemã. Ora, nessa sede de autonomia do *Kulturträger*, em razoável parte alimentada pelo exílio que a cena alemã lhe impunha, reside a principal chave social do Idealismo – cultura idealista e vida intelectual separada andam juntas” (Arantes, 1990: 130).

¹⁸¹ Apresentada desse modo, a formação individual tomaria a forma contraditória de uma relação entre o indivíduo que se constitui seguindo um desenvolvimento individual em relação à cultura (ou a “irresistível vocação para cultivar a própria finalidade”, nas palavras de Paulo Arantes) enquanto é confrontada pela neutralidade do funcionário público que deve ser responsável pela sua relação com o Estado. “A *intelligentsia*, composta de funcionários subalternos, mestre-escolas, poetas alheados do mundo, habitua-se a traçar uma linha divisória entre a vida privada e a política, e a renunciar sem mais a toda influência prática. Compensa tal estado de coisas aumentando o próprio idealismo e acentuando o desinteresse, abandonando as rédeas do Estado aos poderosos [...] o [intelectual burguês] se retrai até um plano ‘genericamente humano’, acima das classes e dos grupos, transofma em virtude sua carência de senso prático, e o chama de idealismo, interioridade, triunfo sobre os limites espaciais e temporais” (Hauser apud Arantes, 1996: 153).

reformador educacional Suíço Pestalozzi (Kitchen, 2013: 45-46). Assim como as universidades, os currículos das escolas começaram a convergir em diferentes estados, mesmo que nas áreas católicas geralmente mantivessem padrões educativos distintos. Essas pessoas em geral liam a mesma linguagem alemã padrão (*Hochdeutsch*) e tinham gostos similares em literatura. As escolas, em termos de currículo, métodos de ensino e retórica pública (por exemplo, as cerimônias de aniversário), passaram a ser mantidas sob a coordenação de um mesmo ministério e expressavam um orgulho cada vez maior pela nacionalidade alemã (Breuilly, 1996: 26), ao mesmo em que “seu propósito era a criação de um moderno Estado burguês livre dos privilégios das grandes propriedades e do particularismo provinciano” (Kitchen, 2013: 45-46).

Fora da institucionalidade estatal, outro aspecto importante das expressões culturais da burguesia culta, além da própria incorporação das aspirações da *Bildung* enquanto política de Estado, era manifesto na vida associativa das *Bildungsvereine*.

O século XIX viu a “paixão pelas associações”, estas supostamente tinham um apelo universal, e com respeito a isso aproveitaram duas vantagens sobre as instituições corporativas. A associação era universal no sentido de ser acessível para todo o público como membro potencial, e ela era universal em seus objetivos em direção ao “bem comum” e ao “bem-estar público”. (Blackbourn, 1984: 224)

Os clubes, ao crescerem em importância e número, também se tornaram o meio pelo qual a burguesia exercia sua autoproclamada liderança social, cultural e ideológica, manifesta de modo evidente nas *Bildungsvereine*¹⁸², mas a expressão óbvia do desejo de se impor como liderança trouxe suspeição de grupos que se afastaram da burguesia, como os católicos, o campesinato e a classe trabalhadora. Porém, antes de qualquer conflito político explícito, a vida associativa burguesa jamais se constituiu como uma universalidade como pretensamente se anunciava, sendo antes um mosaico que representava as divisões culturais e de classe, além de progressivamente se tornar cada vez mais especializada com as associações culturais divididas entre seus campos particulares de interesses (Blackbourn, 1984: 226), e algumas tornando-se explicitamente recreacionais, diferenciando-se nesse aspecto dos salões franceses.

¹⁸² Como por exemplo a *Gewerblicher Bildungsverein* (Associação de Educação Comercial) fundada por Emil Adolf Roßmäßler, um professor de zoologia e ex-membro do parlamento revolucionário de Frankfurt expulso por conta de suas opiniões políticas em que ingressara o jovem Bebel no seu encontro de fundação em 19 de fevereiro de 1861 (Schmidt, 2019).

Um aspecto sobre a questão do ensino formal e estatal que também mostrou sua importância prática para a formação das *Bildungsvereine* era a relação com a religião, pois esse foi um primeiro limite em relação à confissão de determinado grupo que exclui ou torna difícil a participação de pessoas de outras religiões. A convivência religiosa e a conquista de certa independência do currículo escolar começara com a reforma educacional, em um longo processo, especialmente por evitar a solução napoleônica de uma separação do Estado e da religião no que tocava ao ensino. Um dos marcos desse início foram as escolas interconfessionais em Colônia, Düsseldorf, Krefeld e outras cidades garantidas pela coalizão de liberais na Renânia por meio da *Gesellschaft für Verbreitung von Volksbildung* (Sociedade pela disseminação da instrução pública), cujas seções locais foram conhecidas como *Bildungsvereine*. Capitaneada por empresários e membros do Partido Nacional Liberal, donos de jornais e tendo entre seus membros Hermann Schulze-Delitzsch (Lamberti, 1989: 62),

a *Bildungsvereine* não defendeu a secularização das escolas primárias. Poucos liberais pensavam, como Max Duncker, que a única solução honesta para a questão da escola era eliminar a religião do currículo e deixar a instrução, em última instância, inteiramente a cargo das igrejas. Miquel, Seyffardt e outros membros do Partido Liberal Nacional não defenderam essa causa porque queriam manter o monopólio do Estado no campo da educação e estendê-lo à instrução da religião. O ensino da religião como disciplina obrigatória nas escolas públicas garantia que a instrução seria dada no interesse do Estado e sob a supervisão do Estado. (Lamberti, 1989: 62)

Contudo, a marca distintiva que separava as *Bildungsvereine* da maior parte da população, e que possivelmente dificultou sua expansão e maior eficácia enquanto formação nos valores liberais e arregimentação do liberalismo político, foi sua característica de classe. Apesar de tão distintas entre si, indo de lugares como a Sociedade Museológica, os *Honoratiorenclub*, clubes associativos, ginásticos e cassinos, e ainda que dessem sinais em direção de uma horizontalidade interna em termos de cordialidade, informalidade e mesmo o clima de camaradagem nos moldes do mundo estudantil (como o trato inclusivo enquanto “*Du*”), elas mantiveram formas de restrição de acesso incluindo a forma de eleição para aceitação de novos membros e, particularmente marcante para a classe trabalhadora, o preço das taxas de adesão.

Nem esse apelo mantinha-se muito bem na prática. Apesar da noção de abertura a todos, as associações tendiam a ser dominadas de fato

por uma pequena elite. A posse de certo nível de educação serviu como um filtro que restringiu seu acesso. Nas maiores associações, o valor das taxas de adesão e o método de recrutamento de novos membros (por recomendação pessoal e voto) tendiam a reforçar sua restritividade. Muitas associações se tornaram corpos socialmente fechados em que se desenvolveram padrões de rituais, hierarquias e controle rígido que ecoavam aqueles das igrejas, cortes e das aristocracias em relação às quais eles se intitulavam contrários. (Blackbourn, 1984: 224)

A transformação desses espaços pretensamente livres e públicos em espaços cada vez mais fechados e centrados em certo segmento é um dos sinais do próprio fechamento da cultura burguesa e início de sua conversão em em mundo cada vez mais exclusivo até aproximar-ser das elites proprietárias, o que se refletiu no encastelamento e restrição dos clubes, tanto no acesso, quanto em termos dos gostos e interesses das associações, tornando-se praticamente cartéis ligados a interesses específicos de classe e, cada vez mais, de frações profissionais, mesmo quando se apelava ao nome de *Bildung*.

Assim, entre as castas de mandarins, havia se tornado um truísmo o fato de que os tesouros da *Bildung* eram prerrogativa de uns poucos dotados, sempre inacessíveis aos *hoi polloi* ou às massas incultas. Que a democracia e a excelência cultural fossem mutuamente exclusivas foi tratado como um truísmo. (Volin, 2006: 135)

A aversão do intelectual às massas, ao povo e mesmo às classes trabalhadoras, vistas apenas como um grupo a ser formado e organizado, é uma das consequências da transformação e fechamento do significado da *Bildung* entre os círculos sociais do mundo ilustrado. Nesse contexto, as *Bildungsvereine* voltadas aos trabalhadores enquanto *Arbeiterbildung* eram uma exceção.

A transformação da “cultura” em uma propriedade congelada e exclusiva dos iniciados foi uma parte. Meio século de experiências sociais dividiu as boas intenções das associações de educação dos trabalhadores das rígidas restrições de um Werber Sombart sobre o “barbarismo” dos proletários que “nunca ouviram as *Lieder* de Schubert ou as Noturnas de Chopin”. (Blackbourn, 1984: 227)

Como reflexo desse processo, é de interesse notar como, além desses aspectos, a *Bildung* era também como certos estratos profissionais da burguesia pensavam a si mesmos com relação à formação fazendo com que os grupos de categorias profissionais agissem como portadores e guardiões da cultura que chancelavam outras classes como

um tipo de formação reconhecida como *Bildung*, mas que funcionava como o que se conheceria como treinamento ou *Ausbildung*. Assim, a ideia de formação era um aspecto importante para as classes médias profissionais de certos ramos, especialmente para o grupo dos profissionais ligados ao direito e à crescente classe dos advogados. Para as classes cuja formação envolveu um aspecto aplicado, a ideia de formação tinha um sentido duplo, como formação individual e como aspecto prático ligado às estruturas de legitimação profissional. A *Bildung* é aí não apenas o aspecto interno de sua formação, mas também a legitimação social por meio de outros ilustrados, portadores da *Bildung* capazes de transmitir sua chancela e, mantendo a seu respeito, certa hierarquia. Torna-se difícil nesse caso diferenciar a *Bildung* como formação e a *Ausbildung* como um treinamento que realiza uma transferência de conhecimento por uma instituição que realiza a autorização para uma determinada profissão¹⁸³.

A Alemanha, com sua crença característica na posse de *Bildung* como a principal fonte de *status*, foi uma manifestação exagerada de uma tendência comum. Desde o início do século XIX, o ideal de *Bildung* tinha uma função legitimadora vital, na medida em que ocultava práticas de recrutamento que envolviam um alto grau de exclusividade social por trás de uma ideologia que enfatizava o acesso universal. *Bildung* era algo que, em princípio, podia ser obtido por todos, embora a organização social dos meios de sua aquisição através da educação o impedisse na prática. No final do século XIX, essas reivindicações universalistas estavam sob ataque a partir de várias direções. Mais e mais comentaristas reclamavam da forma como os estudantes das Faculdades de Direito, mais do que qualquer outro grupo de estudantes, desperdiçavam seu tempo na universidade, confiavam nos cursos de preparação para passarem nos exames e a, em geral, mal paga conversa fiada para o ideal de *Bildung*. (John, 1993: 185)

O ponto de chegada dessa inflexão seria o que ocorreria após a unificação alemã. Descortina-se aí um momento em que a aproximação política da burguesia ilustrada com o conservadorismo alemão chegaria ao seu zênite, em que *junkers* e ilustrados passariam a conviver pacificamente, significando a conversão final das instituições culturais que materializavam a *Bildung*. No mundo acadêmico, isso representou uma crise particular das universidades, especialmente quando o setor mais ortodoxo dos “mandarins alemães” estudados por Fritz Ringer foi convencido de que a democracia

¹⁸³ Esse é o ponto em que a *Bildung* se torna um tipo de mercadoria espiritual mediada pelas instituições e a posse e transmissão de capital cultural ao modo das análises de Bourdieu.

representava um perigo mortal para a cultura alemã, e muitos acadêmicos abraçaram a perseguição política. No auge do período imperialista posterior à unificação, a maioria desses professores e acadêmicos se tornaram defensores do Reich que rejeitavam os levantes revolucionários por parte de setores do liberalismo alemão.

Em 1890, de qualquer forma, o a maioria dos professores e estudiosos alemães aprovavam a estratificação tradicional da sociedade alemã, tolerava os aspectos não liberais¹⁸⁴ (illiberals) do regime político existente, além de partilhar o medo e a hostilidade imperantes nas classes dirigentes diante do movimento social-democrata [...]. Muitos membros das elites cultivadas estavam preparados para formar ao lado dos *junkers* e demais conservadores contra qualquer reforma, parlamentar ou social. Ademais, afetavam um desprezo generalizado pelo “materialismo” e a vulgaridade da sociedade industrial emergente. (Ringer, 1990: 129)

O comentário de Paulo Arantes sobre a crise da burguesia culta e bem formada em sua esfera pública particular em *Ressentimento da dialética* ilustra um dos momentos mais sintomáticos da crise da *Bildungsbürgertum* em convergência com o conservadorismo. O caso particularmente notável em seu estudo sobre a mentalidade alemã do século XIX emerge à luz de uma análise de caso da *intelligentsia* alemã e o problema colocado por muitos teóricos do chamado “atraso alemão”. O tema são as raízes da relação entre a classe burguesa ilustrada e a *Bildung* nos diversos aspectos que assumiu como “compensação imaginária” da falta de poder político, o provincialismo alemão característico que reativa uma forma de vida teórica particular quase como uma comunhão religiosa em termos das opiniões ilustradas circuladas nos jornais e revistas burgueses, nas associações e na academia.

Thomas Mann, havendo-se com o passado, ilustra como ninguém a figura do intelectual que rejeita o jacobinismo militante e celebra a resistência passiva com o recurso literário da ironia, em termos de uma “autonegação do espírito em proveito da vida”¹⁸⁵. Uma situação que, como todo o livro de Arantes, mostrava as similaridades de

¹⁸⁴ No original, *illiberal*, o que poderia dar margem para outras interpretações que iriam tanto no sentido de ser contrário politicamente ao liberalismo ou aludir a pessoa sem formação, cultura ou refinamento.

¹⁸⁵ Em nosso contexto, longe das acepções e usos socráticos, kierkegaardianos, em que a atitude irônica assume uma postura moral, colocando a dúvida de uma postura de humildade e início da sabedoria, o uso proudhoniano da ironia como questionamento do poder ou a forma de polêmica velada em Bakhtin, ou o uso da desconstrução. No texto em questão, Arantes defende um sentido político de ironia no estilo do jovem conservador Thomas Mann, em que “ironia e conservantismo irônico andam juntos, de fato, nela reside o seu verdadeiro espírito” (Arantes, 1990: 110).

um tempo remoto¹⁸⁶, guardadas as devidas proporções, entre o Brasil e a Alemanha nesse lugar ambíguo e restrito do intelectual que aceita o seu tempo recusando a política e ao mesmo tempo rejeita o poder no parco espaço em que habita na República das Letras.

Nem mesmo Thomas Mann deixava assim de pagar o seu tributo à demagogia anticapitalista característica da idealização do “atraso” alemão; nisto certamente não inovava, antes arrematava em grande estilo o legado antidemocrático da *Bildungsbürgertum*. Em particular, convencido de que a democracia representava um perigo mortal para a cultura alemã, alinhava com a ala ortodoxa dos “mandarins alemães” estudados por Ringer. (Arantes, 1990: 109)

Se damos um passo além e tomamos a família Mann como exemplo de representantes da elite burguesa ilustrada (*Bildungsbürgertum*), é inevitável a lembrança da relação entre Thomas Mann e seu irmão Heinrich Mann, entre provocações e respostas sobre o engajamento dos intelectuais alemães quanto à questão da política e da democracia. Especialmente saborosa se torna se separamos entre tipo de produção literária, se na prosa ou literatura de época em geral, destacando o impacto do chamamento de Heinrich Mann ao engajamento dos intelectuais alemães (não é difícil ver alguma relação entre os textos de Thomas Mann e a figura do subserviente Diederich Hessling em *Der Untertan* ou nos ensaios sobre intelectuais e políticos) e a resposta de Thomas Mann na sequência de textos como *Considerações de um apolítico*, *Pensamentos sobre a guerra* e a *Época de Frederico*, que se tornam um tipo de apologia ao enquadramento teórico e espiritual da burguesia ao lado da aristocracia e da nobreza alemã. O auge do argumento de Thomas Mann à luz da crítica de Arantes talvez esteja em sua reflexão sobre a guerra em que se coloca um tipo de acomodação ao fato da guerra, apesar de não se participar em qualquer esfera de decisão sobre ela, mas aceitando as consequências positivas que dela poderiam advir. Especialmente se contrastamos essa questão dos ensaios com os romances do período, de certo modo críticos da burguesia ilustrada, ou ao menos que não escondiam as dores da acomodação ao lado da ideologia conservadora do Reich e seus preconceitos.

¹⁸⁶ Hoje muitos podem objetar que todos os intelectuais se tornaram engajados, ao mesmo tempo em que todos recorrem à figura literária da ironia, talvez como compensação da passividade em que o intelectual num mundo de violência explícita é caracterizado à revelia como inimigo, mesmo quando levantam, sem ironia, uma bandeira da paz a um regime de violência sem quartel contra o mundo dos ilustrados travestidos de jacobinos.

Situá-los envolve uma situação não trivial, pois mostra uma relação de tensão que reflete a peculiaridade de uma acomodação da intelectualidade ilustrada alemã, junto com o campo universitário após as revoluções de 1848 e a vitória cultural da cultura aristocrática sobre a burguesia que existiu até então refletida em vários sinais, como a defesa do elitismo e a violência da guerra. Mas, tão sintomático quanto a lembrança desse período e sua relação com o contexto da intelectualidade alemã, é lembrar o fato de que destacar essa fase do escritor não significa enquadrá-lo, nem muito menos o seu destino posterior, especialmente se lembramos que esse é o mesmo escritor que se engaja posteriormente contra a herança macabra da aristocracia alemã revivida pelo impulso modernizante do nacional-socialismo. Ele continua como representante da *Bildung* entre suas contradições entre a “funesta evolução de conjunto da ideologia alemã”, mesmo que ela se transforme na tradição cultural, educativa e política quase modelar que se reencontra consigo mesma no sentido crítico evocado depois da guerra por nomes como Adorno, mas que não deixa de ser por isso uma expressão de suas contradições.

3.3.2 O sentido do liberalismo alemão no final do século XIX

Em primeiro lugar, toda vitória do liberalismo sobre o autoritarismo é sempre meia-vitória, e as duas partes sabem disso. Em segundo lugar, o liberalismo, quando no poder, ou mesmo quando aliado do poder, torna-se inevitavelmente autoritário, porque a concepção liberal de liberdade convive mal com a liberdade do outro. São de extrema perspicácia as palavras usadas por Alfredo Bosi para definir o liberalismo: “liberalismo é a liberdade de ser autoritário”. Ora, o oligarca autoritário precisa, para manter a sua autoridade, dar ao liberal, seu preposto tecnocrata, a liberdade de ser autoritário. É a partir deste casamento que se compreende como a tecnocracia pode ser o traço de união entre o liberalismo e o autoritarismo, de modo que não deve surpreender os rompantes totalitários do neoliberal quando compartilha o poder.

Franklin Leopoldo e Silva (1999: 46)¹⁸⁷

Em seus primeiros momentos, entre o fim das guerras napoleônicas e as revoluções de 1848, especialmente nos territórios antes ocupados pela França¹⁸⁸ e

¹⁸⁷ Tomo aqui um trecho do ensaio *A universidade entre dois liberalismos*, desculpando-me com o professor Franklin Leopoldo e Silva por separá-lo de seu contexto ligado ao Brasil do final dos anos 1990 e o tomar em parte como um resumo do processo de formação do liberalismo alemão.

enquanto não se tornava manifesto como força política ativa e com proposições práticas, o liberalismo em língua alemã representou uma esfera intelectual e uma forma de vida cultural em um tipo de resistência daqueles que compartilhavam características comuns em um tipo de vida associativa intelectual.

A esse respeito, vale atentar para algumas efemérides políticas que podem nos ajudar a situar nosso tema por se cruzarem com a história do SPD. A primeira é o período anterior às revoluções de 1848, conhecido como Vormärz (“pré-março”, em português), de 1830 a 1848, quando ocorreu intensa mobilização pela garantia dos avanços trazidos pelo código civil napoleônico e o fervilhar das organizações estudantis voltadas à pauta da unificação alemã segundo os valores liberais. Sobre esse tópico comentarei um pouco mais aqui, pois é a gênese política do liberalismo alemão e se relaciona de modo intrínseco com o mundo acadêmico.

A igreja alemã sentiu o impacto das mudanças modernas quando vários estados ocupados pelos exércitos napoleônicos modificaram as leis em pontos considerados inaceitáveis, como o direito à cidadania por parte da população judaica e a separação da igreja em relação ao Estado. Quando Baden, Berg (anexada à Prússia após as guerras de libertação) e o Reno rejeitaram o retorno das leis anteriores e mantiveram, total ou parcialmente, preceitos do Código Napoleônico, isso não foi aceito com tranquilidade pela igreja (Wieacker; Wier, 1995: 274) e mesmo durante as revoluções de 1848, os parlamentares católicos se mantiveram ao lado do conservadorismo. Ao longo do século XIX, a igreja passou por uma transformação profunda, perdendo parte de seu papel político, assim como seu controle territorial, especialmente na luta contra a mudança

¹⁸⁸ Não se pode esquecer que a burguesia alemã tem por trás de si o peso de que as ideias políticas e práticas que a sustentaram e permitiram o florescer do espírito alemão foram, especialmente nos lugares ocupados militarmente por uma força estrangeira, tributárias das campanhas napoleônicas, e estas do que persistiu do processo revolucionário francês, mesmo que tenham pego em armas do outro lado: “as ideias que sustentam nosso mundo moderno – meritocracia, igualdade perante a lei, direitos de propriedade, tolerância religiosa, educação secular moderna, finanças sólidas e assim por diante – foram defendidas, consolidadas, codificadas e ampliadas geograficamente por Napoleão. A eles acrescentou uma administração local racional e eficiente, o fim do banditismo rural, o incentivo à ciência e às artes, a abolição do feudalismo e a maior codificação de leis desde a queda do Império Romano” (Roberts, 2014: xxxiii). Vale mencionar também questões importantes para o comércio, como as leis que garantiam a propriedade por meio do código civil, o fim das leis senhoriais, a abolição das guildas que garantiam a concorrência capitalista, a legalização do divórcio, a igualdade perante a lei para cidadãos excluídos pelas leis de principados e reinos cristãos, como os judeus, e o fim da autoridade religiosa sobre a religião (Palmer; Colton, 1995: 428-29).

espiritual trazida pelo iluminismo e o liberalismo sobre os hábitos e costumes sugeridos pelos ventos modernos. A secularização e a concorrência com as demais forças políticas colocaram a igreja em xeque, e, como resposta, as tradições foram reinventadas e deram lugar à criação de ordens, instituições, jornais e mesmo a entrada na arena política.

O movimento das *Burschenschaft* se tornou uma expressão importante da juventude universitária desde que os estudantes abandonaram os corpos de voluntários da resistência à Napoleão e voltaram para as universidades. Era vivo entre eles o impulso patriótico por uma Alemanha unida para o qual a ordem estabelecida após Metternich constituiu uma decepção. As antigas corporações de estudantes foram reorganizadas com uma base territorial (*Landmannschaften*), em “ordens” estudantis coordenadas em nível nacional e com preocupações humanistas, marcando-se como uma nova força a serviço do progresso sob as cores negra, vermelha e dourada (Droz, 1973: 111). Em alguns lugares, como no sudoeste e, especialmente os incondicionais (*unbedingte*) em Giessen (junto aos quais participou Karl Vogt), a ideia de unificação nacional conduziu a uma ideia de republicanismo democrático e liberal com o ideal de uma “república ética”. Congregando-se em festividades e atividades diversas de socialização, atraíram a ira de escritores conservadores e autoridades da Alemanha e da Áustria, como Metternich em pessoa, que se conjugaram para a repressão do movimento estudantil e vigilância das universidades, além de censura prévia à imprensa (Droz, 1973: 112-113), levando lideranças estudantis à clandestinidade e impulsionando a formação de uma nova liga, a *Jünglingbund*, que teve entre seus líderes o jovem Arnold Ruge, posteriormente uma das lideranças da ala de esquerda do parlamento revolucionário de Frankfurt. A perseguição de antigas lideranças patrióticas da resistência à Napoleão, o desejo de uma reforma e a garantia de liberdade de imprensa e comércio fizeram parte do caldo contraditório do movimento Vormärz, o período que antecede as revoluções de 1848. E isso tendo em conta que “esses liberais, *élite* do mundo intelectual ou da classe dos proprietários de terra, eram socialmente conservadores ao ponto de ser possível falar de uma ‘contradição entre os princípios do liberalismo político daqueles do liberalismo econômico’ nos políticos do Vormärz alemão” (Droz, 1973: 115-116).

Após a eclosão das revoluções de 1848 e a derrota do movimento de revolução, ocorrem três processos importantes. De um lado, com o silenciamento dos setores radicais do nacionalismo e sua extirpação da academia e da política, os liberais formaram acabaram por formar a maior base de apoio do governo entre 1860 e 1870. É nesse período que o afastamento das questões propriamente políticas do liberalismo e sua definição enquanto partido da inteligência e despido da prática ganharam mais sentido. Além disso, é nesse contexto que a pauta operária e revolucionária emerge como força distinta dos setores do liberalismo.

Por fim, há a unificação alemã, à qual as principais forças políticas, liberais, socialistas e católicos, apenas assistiram, e que envolveu quatro elementos importantes: a consolidação política e militar de Bismarck; a guerra franco-prussiana; a reação à comuna de Paris (que trouxe o acirramento da rejeição em relação ao socialismo e ao comunismo); até que finalmente a unificação alemã capitaneada por Bismarck a ferro e sangue. Esse processo não foi simples, pois implicou antes de tudo a assimilação dos setores liberais à pauta da unificação nacional hegemônica pela Prússia, passando por cima das pautas liberais constituídas até então e, especialmente, a definição de uma união nacional que não envolvesse a Áustria, como figurava na pauta dos revolucionários de 1848¹⁸⁹.

A Alemanha nascida da Prússia foi um “sistema político que permaneceu arcaico, quase feudal, enquanto a sociedade e a economia se desenvolviam rapidamente”, como se a política e a sociedade estivessem a partir de então descompassadas (Feuchtwanger, 2001: xvii). Os remanescentes entre os liberais que ainda defendiam pautas democráticas e se recusaram a seguir os nacionais-liberais em sua aliança com Bismarck, após 1866, modificaram sua linha de atuação. A partir de então, o liberalismo se divide entre os raros grupos que mantinham um compromisso com pautas ligadas a temas democráticos e republicanos, os grupos de intervenção parlamentar com pautas econômicas pontuais (como o combate ao protecionismo, sem que isso significasse um embate direto com os grandes proprietários rurais) e os

¹⁸⁹ Essa pauta não dividiu apenas os liberais, mas também o movimento operário alemão. Os conflitos entre lassalleanos e *eisenachers* sobre a questão só foram superados algum tempo após a consumação da unificação alemã.

movimentos políticos locais focados na gestão das municipalidades com um novo tom conservador que convergia com o governo, afrontando os estados.

Muitos liberais estavam satisfeitos com o Estado de Direito e o constitucionalismo rastejante e preocupados principalmente em consolidar direitos como a liberdade de imprensa. Ou suas energias foram voltadas a questões específicas: reforma agrária, reforma educacional, organizações voluntárias (*settlement houses*) e movimento por políticas de bem-estar. A ruidosa nova política de massa e a mudança de estilo do parlamento sem dúvida encorajaram alguns liberais de classe média a permanecerem no palco municipal mais calmo. A administração amplamente admirada das cidades alemãs da pré-guerra era frequentemente presidida por prefeitos que eram uma combinação de patricio liberal e tecnocrata. Se os reformadores liberais frequentemente contornavam a política nacional, os novos movimentos da direita que surgiu na década de 1890 foram abertamente desrespeitosos ao *Reichstag* e ao parlamentarismo. Sua postura diferia daquela dos conservadores antiquados, que não gostavam da presunção parlamentar e consideravam o rei e o exército como a fonte de autoridade. (Blackbourn, 1998: 423)

A campanha do chanceler Bismarck junto a seus aliados nacional-conservadores, liberais nacionalistas e do partido do progresso contra a força da igreja católica mobilizou amplos setores culturais e políticos do liberalismo, incluindo cientistas como Virchow. Batizada de *Kulturkampf*, essa campanha marca uma derrota importante para o secularismo ligado ao ensino. A igreja católica se opôs à política prussiana em diversos contextos: na guerra austro-prussiana, nas reformas vindas de cima e, acima de tudo, se opôs à unificação alemã (como também havia se oposto à unificação italiana).

Raros eram os liberais como os que orbitavam a Sociedade para a Política Social (*Verein für Sozialpolitik*), também conhecidos como socialistas de cátedra (*Kathedersozialisten*), que tinham preocupações ligadas às questões sociais – que se constituíam, muitas vezes, mais como reações à percepção do crescimento do movimento dos trabalhadores.

Fora do grupo de intelectuais ilustrados, é importante lembrar de outro ator importante que se consolida na política alemã: o dos empresários e políticos conservadores da alta burguesia, que divergiam de determinadas pautas, como o protecionismo, especialmente sobre matérias primas e produção agrícola, políticas de bem-estar, sobre a relação entre Estado e igreja, especialmente na educação, mas convergindo em outras pautas, como a perseguição aos socialistas.

O conservadorismo político da alta burguesia alemã desenvolveu respostas à organização do movimento sindical crescente em um esquema chamado de “paternalismo patronal”, que consistiu na promoção de políticas de bem-estar, ao mesmo tempo em que se recusavam concessões às organizações autônomas dos trabalhadores, especialmente se interferiam em decisões de gestão (Gery, 2014: 140). Seguro doença e saúde, poupança, ensino para a família, asilos, bibliotecas, casas para os trabalhadores da empresa eram exemplos de medidas típicas adotadas por empresas de setores diversos da indústria, ao passo que se criaram sindicatos “amarelos” (numa postura que chamaríamos hoje no contexto brasileiro de “pelegos”), alinhados com os industriais, e a ameaça de perder o emprego se somava à possibilidade de perder esses ditos benefícios.

Além disso, os mesmos industriais tinham em mãos um vasto arsenal para afastar a agitação política e sindical. As empresas alemãs pagavam bônus para os informantes que denunciassem seus colegas, mantinham listas com os criadores de problemas, realizavam demissões em massa de grevistas e sindicalistas, assim como estabeleciam entre si acordos para trocarem informações sobre funcionários a “não contratar e também demitir qualquer empregado que lesse livros social-democratas ou participasse de encontros do SPD, ou até mesmo frequentassem bares usados por social-democratas” (Gery, 2014: 140). Os empresários também faziam *lobby* para que os benefícios que concediam aos funcionários não se tornassem um direito por meio de uma política estatal de bem-estar.

O paternalismo que associa certas garantias materiais com um controle enorme sobre as vidas dos trabalhadores foi visto muitas vezes como resquício de tempos feudais e pré-industriais, mas, na verdade, tratava-se do desenvolvimento de táticas sofisticadas de luta contra as organizações de trabalhadores, especialmente pela coordenação, precisão e sofisticação do uso dos *lock-outs*: “A habilidade dos industriais liberais para alcançar campanhas de tal sucesso contra a militância da classe trabalhadora era uma consequência direta da crescente concentração de capital e o crescimento das federações de empregadores” (Gery, 2014: 143).

Um aspecto importante da educação empresarial era o lugar consignado ao ensino das mulheres. No universo restrito de empresas que promoviam medidas de bem-

estar, a Krupp se destacou por oferecer educação às esposas e filhas de seus funcionários. Tais escolas, porém, ao menos antes da Primeira Guerra Mundial, ensinavam temas que pressupunham um lugar subordinado das mulheres na família, como a gestão doméstica, na crença de que

melhores lares aumentavam o valor dos salários e – como a disciplina no local de trabalho – geravam ordem na família e na sociedade como um todo. [...] O artesanato também foi ensinado, e foi visto como o que proporcionaria as habilidades que as meninas e mulheres poderiam se candidatar em casa para prover à família e para vender produtos artesanais no mercado para complementar, mas certamente não substituir, o salário masculino (Weitz, 1996: 26).

Tal instrução também era oferecida, ainda que de forma adaptada, às próprias trabalhadoras industriais, nas empresas onde havia maior participação de mulheres, como no setor têxtil, mas tanto nesse caso quanto no ensino que em geral era destinado às mulheres nos estados, presidida, muitas vezes, por religiosos.

A imagem prescritiva da mulher enquanto gestora e organizadora do lar, conseqüentemente com uma carga reduzida de trabalho fora de casa, para que inclusive não concorresse com o trabalho masculino, era algo partilhado tanto pela direita na alta burguesia como pelo setor conservador da classe trabalhadora, fosse este parte de um sindicato amarelo, dos católicos ou, mais tarde, dos setores lassalleanos: “O trabalhador masculino, cansado de um dia duro de trabalho junto ao alto-forno, ao torno, ou veios de carvão, encontraria descanso e recuperação na casa bem administrada, permitindo-lhe sair renovado para o trabalho no dia seguinte” (Weitz, 1996: 25-26).

3.3.3 A condição da classe trabalhadora alemã

Ao longo do século XIX, ao passo que o liberalismo se acomodava ao lado da aristocracia alemã, a situação dos trabalhadores alemães tornava-se cada vez mais insustentável. A Áustria perdia o controle de seu vasto império e, desde 1834, a Prússia ampliava cada vez mais seu poder econômico por meio da União Aduaneira (*Zollverein*), que tornou muitos estados dependentes em um grande mercado que, na virada do século XIX, ameaçaria a supremacia econômica britânica. A católica Renânia, que ficara para a Prússia como espólio após o Congresso de Viena, viria a se tornar o centro de seu poder industrial (Kitchen, 2013: 20).

A acentuação do subdesenvolvimento alemão se deu ao lado de epidemias catastróficas e de variações intensas da produção agrícola durante a transformação da economia alemã em uma economia predominantemente industrial. Ao longo desse ciclo, emergiram ondas de fome e crises sucessivas que atingiram os estados alemães e estagnaram sua economia entre 1857 e 1859, em 1866 (Feuchtwanger, 1998: 6) e, posteriormente, durante a grande crise iniciada em 1873, com alguma recuperação de 1879 a 1896, quando o preço de mercadorias como carvão, ferro e aço colapsou, o desemprego se alastrou e o valor dos salários daqueles que se mantiveram empregados em grandes empresas, como a Krupp, caíram pela metade devido aos efeitos da deflação (Feuchtwanger, 1998: 68).

Esse período de crises foi marcado por empregos mal remunerados, concorrência e dependência do paternalismo patronal, ao mesmo tempo em que cresciam atividades diversas, como a expansão da malha ferroviária e a mineração, especialmente o carvão em regiões como o vale do Ruhr¹⁹⁰. No mais, apenas resquícios de uma estrutura mínima de um estado de bem-estar, limitado aos poucos que ainda viviam no que sobrava das estruturas das antigas guildas. Em suma, a despeito dos sinais de tendências de melhora inspirarem as constatações otimistas de lideranças do movimento operário, como Bernstein, o clima geral na Alemanha no final do século XIX ainda parecia inspirar pessimismo.

Além disso, a taxa de mortalidade na década de 1800 ainda era muito alta. Más colheitas, como a de 1816, e crises comerciais e da agricultura, como aquelas legadas pelas Leis Britânicas do Milho, causaram estragos no campo, levando pequenos proprietários a perderem suas terras e se tornarem trabalhadores rurais. A concorrência entre pequenos proprietários rurais e os grandes era brutal

As propriedades aristocráticas na Prússia se organizaram em cooperativas (*Landschaften*), o que lhes propiciava um fácil acesso ao capital com taxas de juros baixas. O agricultor comum tinha muita dificuldade para juntar uma quantidade suficiente de capital para melhorar a sua propriedade. Ele havia perdido o direito ao uso das terras comuns, pagava impostos altíssimos, e o pagamento dos juros praticamente acabava com o seu dinheiro. (Kitchen, 2013: 64)

¹⁹⁰ Como registra Feuchtwanger: “No Ruhr, a produção de carvão cresceu de 1.961.000 toneladas em 1850 a 11.571.000 toneladas em 1870, o número de trabalhadores empregados na mineração de carvão foi de 12.741 a 50.749, e o número médio de mineiros trabalhando em cada mina, de 64 a 236” (1998: 7).

Crises da produção agrícola como a de 1846-1847 foram tão intensas que produziram picos na linha traçando incidência de mortalidade (Sheehan, 1990: 454), incluindo ocorrências como a praga das batatas, que causou tantos estragos na Irlanda e também vitimou a Alemanha.

Apesar disso, não se pode dizer que a Alemanha não tenha modernizado a produção rural, ao menos tecnicamente. Se no campo, por um lado, o avanço do capitalismo tornou convidativo à aristocracia rural especular com terras ao invés de investir na modernização da produção, por outro, a ciência se fez presente na aplicação de práticas como a reposição de minerais aos solos (como ocorreria especialmente no começo do século XX após a aplicação da síntese Haber-Bosch) e a reorganização da produção do campo em cooperativas, reduzindo as terras inativas. Contudo, os proprietários mantinham uma mentalidade arcaica e ultrarreacionária. Os *junkers*, que se defenderam de mudanças políticas até onde foi possível, tinham uma relação umbilical com as forças armadas e mantinham a população do campo sob constante pressão, em meio às condições atroz.

Os trabalhadores rurais ao longo do século XIX eram muito pobres, e a conversão da propriedade comum em privada foi um dos fatores que os conduziu à extração de lenha e caça de maneira ilegal (que inspiraram o famoso texto *Os despossuídos* de Marx na *Gazeta Renana*, em 1842), mesmo que sob severa repressão por parte dos proprietários. A *Gesindeordnung* (Lei dos Servos) restringiu ainda mais a liberdade do trabalhador do campo. A desproporção de poder entre o empregado e os patrões era brutal: o empregador poderia despedir seus empregados a qualquer momento, enquanto o empregado precisaria cumprir aviso prévio de três meses; também era proibido aos funcionários se afastarem do trabalho, e os que o fizessem estavam sujeitos a recondução por parte da polícia; também estavam sujeitos a revistas, punições e insultos. O direito de organização também era restrito, ao passo que se permitiam jornadas de trabalho exaustivas. A Prússia foi a única a dividir os trabalhadores em categorias, como empregados, governantas, empregadas domésticas, diaristas e trabalhadores agrícolas, mas todas eram mantidas sob supervisão policial (Kocka, 1990: 125-130). Só os pequenos produtores mais prósperos tinham acesso a carne e “quase todos os camponeses viviam de batata sem sal, pão, sopa e leite” (Kitchen, 2013: 66).

No entanto, em geral, quando eclodiam revoltas no campo, estas se voltavam a pautas concretas, como abusos, e tinham como horizonte o retorno das antigas leis e garantias do campesinato, afastando-se das pautas liberais e trabalhistas. Como se tudo isso não bastasse, havia as epidemias:

Epidemias continuaram a atacar sem aviso. O surto de cólera que matou Hegel e Clausewitz em 1831 pode ter afetado 1 % do total da população da Europa central. Entre os anos de 1831 e a primavera seguinte, algo em torno de 4.300 vienenses contraíram a doença, que matou em torno de 2.220 pessoas. Ao longo do século XIX, nós encontramos histórias de partir o coração de famílias ofuscadas pela morte. Os pais do compositor Michael Diener, por exemplo, tiveram sete crianças após seu casamento em 1861: duas crianças mortas e duas outras sucumbiram de difteria, uma aos três e outra aos nove. August Bebel¹⁹¹, que nasceu em 1840, perdeu seu pai e depois sua mãe e seu padrasto para a tuberculose, sua irmã morreu na infância, um irmão aos três anos, outro aos dezoito. [...] No geral, a taxa de mortalidade era tragicamente alta, de fato parece que ela aumenta durante os primeiros dois terços do século. (Sheehan, 1990: 454- 455)

Tabela 4. Mortalidade no século XIX na Alemanha (mortes no primeiro ano de nascimento a cada mil nascimentos)

	Prússia	Saxônia	Bavária
1821-30	174	--	284
1831-40	183	266	296
1841-50	186	261	297
1851-60	197	255	310
1861-70	211	267	326

Fonte: Sheehan (1990: 455).

A tuberculose era comum em Hamburgo, cidade de 800 mil pessoas onde se localizava a quarta maior zona portuária do mundo, quando ela se tornou também o epicentro do surto de cólera de 1892. A gestão economicamente liberal da cidade, em com a implementação de políticas de “*laissez-faire*” e o domínio político de uma

¹⁹¹ E também foi o caso do jovem Liebknecht, mesmo que sua família se constituísse de uma linhagem de professores prestigiados de universidades alemãs.

aristocracia tradicionalista e enraizada, impediu uma reação rápida à catástrofe, e a negação em adotar medidas definitivas, como o tratamento de água potável, mudou a correlação política local favoravelmente à social-democracia¹⁹².

Apesar das epidemias e da fome, a população da Alemanha acompanhou a média da Europa, que duplicou entre 1750 e 1850, embora houvesse diferenças regionais notáveis. No Vormärz, a população da Prússia aumentou em 120%, enquanto na católica Baviera esse aumento foi de 20% (Kitchen, 2013: 54). Em Berlim, a capital da Prússia, a população passou de 172 mil habitantes em 1800 para 419 mil em 1850. No mesmo período, Stuttgart viu seus habitantes passarem de 18 mil para 47 mil, e Düsseldorf teve sua população aumentada de 10 mil para 27 mil. “Calcula-se que a população da Confederação Alemã em 1816 era composta de pouco menos de 33 milhões de pessoas. Em 1865, esse número havia aumentado 60%” (Kitchen, 2013: 55).

A expectativa média de vida, contudo, era “incrivelmente baixa”, apesar de apresentar melhorias.

Nas antigas províncias prussianas, esse número girava em torno de 25 anos durante a primeira metade do século. Nas províncias da Renânia era de cerca de 30 anos. Somente na segunda metade do século houve um aumento na expectativa de vida, que passou a ser de 35,6 anos para os homens e 38,5 anos para as mulheres entre 1871 e 1880. Era, portanto, uma sociedade muito jovem, com um terço da população com menos de 15 anos. (Kitchen, 2013: 55)

Ao longo do século XIX, muitas pessoas viam como única opção emigrar da Alemanha. E cerca de 3 milhões de alemães o fizeram (Kitchen, 2013: 55), a grande maioria para a Holanda, de onde se buscava uma passagem para os Estados Unidos (Sheehan, 1990: 461-463). A migração surgia como uma solução para cidadãos alemães que possuíam algumas reservas, em especial quando se viam perseguidos politicamente, como o jovem Liebknecht, que quase partiu para os Estados Unidos, com a ajuda de uma “sociedade para a migração” que animava o sonho de fundar mais uma entre as

¹⁹² Não se pode dizer que a social-democracia tivesse um papel uniforme ao longo da crise, mas ela foi decisiva nas campanhas que atacavam os trabalhadores, especialmente as que envolviam expropriar as pessoas (Evans, 1987: 104-105), defendendo políticas de controle da epidemia, e mesmo colaborando com o poder local quando achou necessário, criando as primeiras colaborações diretas com o poder público por parte do partido (Evans: 369-371).

muitas comunidades socialistas utópicas que tentaram se instalar nos Estados Unidos (Dominick III: 21).

Tabela 5. Número de emigrados da Alemanha na segunda metade do século XIX

	todos os países	EUA
1871-1875	394.814	360.569
1876-1880	231.154	193.303
1881-1885	857.287	797.019
1886-1890	485.136	440.120
1891-1895	402.567	371.506
1896-1900	127.308	107.424

Fonte: Der Grosse Brockhaus, 1929: 140.

Na indústria nos idos de 1840, ainda que a situação fosse um pouco menos estarrecedora do que a Manchester descrita por Engels em a *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1847), 17 % dos operários de Chemnitz eram crianças, e provavelmente esse número era muito maior no campo (Kitchen, 2013: 61). Era a mineração, contudo, que mais empregava crianças, seja as *Scheidejungen*, que trabalhavam na separação do minério, considerado um trabalho mais “leve”, executado em locais com intenso ruído e escuridão, em turnos de 12 horas, por crianças a partir dos nove anos de idade, seja os *Grubenjunge*, meninos um pouco mais velhos que faziam a limpeza dos poços e vias de extração e ajudavam a identificar minérios. Nas cidades, crianças eram empregadas no serviço doméstico, além da oferta disseminada de *Kaminfegerkinder*, as crianças que limpavam as chaminés das casas. Ainda que, de um ponto de vista técnico, a mecanização das indústrias no final dos anos 1840 e 1850 possibilitasse a diminuição do número de empregados e, portanto, diminuía a pressão sobre o trabalho não qualificado com uma maior disponibilidade de mão de obra, o processo de retirada das crianças do trabalho pesado em jornadas longas foi lento e difícil, posto que havia maior controle e menor remuneração. Em 9 de março de 1839, o

governo prussiano criou a primeira regulação nesse sentido, restringindo o trabalho infantil na Alemanha e proibindo o emprego de crianças menores de nove anos em minas e fábricas, além de restringir o trabalho de jovens a um máximo de 10 horas diárias, algo considerado um mínimo razoável na época. A segunda lei de proteção do trabalho infantil, de 1853, era mais estrita e, “quando entrou plenamente em efeito, em 1855, pouco menos que 20.000 crianças menores de 14 anos ainda trabalhavam nas fábricas”, com esse número sendo reduzido para 5.667 (em uma população significativamente menor) somente em 1875. “A lei de 16 de maio de 1853 elevou para 12 anos a idade mínima para o emprego, reduzindo a jornada de trabalho infantil para seis horas e obrigando que recebessem três horas diárias de instrução escolar até a idade de 14 anos. Inspetores de fábrica agora eram apontados para observar a obediência à lei” (Lamberti, 1989: 23-24).

Tudo isso acontecia enquanto os filhos da classe média eram reconhecidos pela primeira vez enquanto crianças e surgiam livros dedicados à sua faixa etária, como o famoso *Struwwelpeter* (traduzido para o português como *João Felpudo*), ao qual Walter Benjamin dedicaria um estudo.

Sobre a questão das mulheres, o liberalismo manteve uma ideia de emancipação feminina subordinada ao trabalho de outras mulheres. As mulheres não precisavam mais fazer serviços pesados em casa, podendo se educar, e surgiam cada vez mais mulheres que serviam de exemplos para a sociedade ilustrada, e mantinham salões ao estilo da ilustração, como Johanna Schopenhauer, a mãe de Schopenhauer ou a condessa Sophie Harzfeld, defendida legalmente por Lassalle em seu processo de divórcio. O movimento das mulheres, assim, crescia – em 1865, por exemplo, fundou-se a Associação Geral de Mulheres Alemãs. As mulheres trabalhadoras, no entanto, demorariam a ter sua dignidade reconhecida, especialmente aquelas que eram obrigadas ao trabalho doméstico e que, portanto, estavam sujeitas automaticamente à Lei dos Servos.

Pela primeira vez, foram feitas exigências para as mulheres por todas as organizações de trabalhadores, por exemplo, exigências de salário igual para trabalho igual, proteção às trabalhadoras (1877 exigência ao Reichstag, somente em 1891, introdução de fato da proteção às trabalhadoras), direito de voto (1895), igualdade de oportunidades educacionais, igualdade sob o direito privado, proteção à maternidade e abolição da *Gesindeordnung* para libertar os trabalhadores

domésticos (1891, mais tarde novamente em 1916). (Nave-Herz, 1994: 36)

Começava, também, a emergir uma certa consciência do caráter insustentável do sistema econômico aplicado até então em relação à vida dos trabalhadores alemães, expresso em termos de “problema social”, entre os extratos ilustrados, fossem os setores progressistas do liberalismo, mesmo que próximos ao governo, fossem os setores conservadores, que buscavam meios de elevar a eficiência administrativa do Reich (Eley, 1989: 100). Criaram-se, assim, organizações como a *Centralverein für das Wohl der arbeitenden Klassen in Preussen* (Associação central para o bem-estar das classes laboriosas na Prússia), garantindo uma forma de controle mais eficiente da sociedade durante a longa crise do século XIX, nos marcos da qual emerge uma nova questão: a do trabalhador que vivia no limite da subsistência, na vida entre empregos e infinitos subempregos, chamada por Engels de pauperismo:

Poucos entre os estados alemães e na Alemanha unificada achavam a situação confortável e uma nova palavra entrou na língua alemã, *Pauperismus*, e anos depois o estudo clássico de Friedrich Engels sobre a condição da classe trabalhadora na Inglaterra seria altamente elogiado nos círculos conservadores. Esses últimos faziam o possível para evitar que chegasse o dia em que a Alemanha seguiria o exemplo inglês, culpando a burguesia voraz pela pobreza difundida. Os liberais consideravam os vestígios do feudalismo e os proprietários de terra aristocráticos responsáveis pelas misérias existentes. Argumentavam que o Estado fracassara nas suas obrigações para com os menos favorecidos. (Kitchen, 2013: 67)

Essa forma de vida do trabalhador que ainda não está no extrato mais baixo, pois ao menos tinha um teto, pode ser exemplificada literariamente pelo *Woyzeck* de Georg Büchner, irmão do materialista científico Ludwig Büchner. A representação do personagem Franz Woyzeck como o trabalhador em eterna “viração”, em “correria” constante pelo seu sustento, expõe a crise da burguesia que representa a sociedade e reflete a vida incômoda, quase intolerável, para os olhos da aristocracia e da burguesia ilustrada de um proletário do século XIX, “para quem sua existência era tão necessária quanto incômoda” (Redondo, 2008: 5). Um proletário que sequer é organizado pelo trabalho industrial ou que encontra apenas o vazio da constante busca de subsistência. A família de Bebel, curiosamente, é um caso muito semelhante e trágico da vida real. Seu pai e seu tio, irmãos gêmeos, deixaram a profissão de tanoeiros, devido aos rendimentos

cada vez menores, para entrar no exército enquanto soldados não comissionados, de modo semelhante ao do personagem Woyzeck, sem jamais pararem de realizar diversos trabalhos paralelos. Nesse espírito, também, a mãe de Bebel transforma a casa em que habitavam numa pensão. Seu pai, com o tempo, morre de tuberculose, após o que seu tio casa com sua mãe para cuidar de Bebel e seus irmãos em condições cada vez mais parcas, até que progressivamente todos vão morrendo até deixar o jovem e órfão Bebel abandonado à própria sorte e com uma educação incompleta (Schmidt, 2019).

Foi nesse contexto que as organizações voltadas para os trabalhadores hegemônicas pela burguesia liberal encontraram um limite no pouco que se oferecia em termos de ensino para aqueles que não conseguiram ascender nos marcos do ensino público alemão, ou que simplesmente não tiveram acesso a ele, como o jovem Bebel, um carpinteiro órfão (que poderia ter sido leiloado como *Verdingkinder*, caso tivesse nascido na vizinha Suíça¹⁹³), que teve sorte de sobreviver, entre tantas outras vidas ceifadas pelas duras condições da vida alemã para os pobres.

3.4 ARBEITERBILDUNG

Todo professor que não queira tornar-se uma máquina sem espírito precisa sempre aprimorar sua matéria, agregar-lhe novo material e revisar o ordenamento do conteúdo. Isso torna-se especialmente uma necessidade para os professores de nossas escolas de trabalhadores que, afinal, não são pedagogos formados, mas militantes que ocupam a cátedra, ou seja, eles próprios também aprendizes.

Rosa Luxemburgo (2011: 409)

Apesar de destituídos do ensino formal, a ideia de *Bildung* passou a ter importância significativa nas associações políticas da classe trabalhadora alemã. Se as *Bildungsvereine* liberais desejavam transmitir um conhecimento relativamente interessado para as classes laboriosas, com o tempo, as organizações da classe trabalhadora passaram a assumir o trabalho assistencial das *Bildungsverein* liberais até constatarem seu limite, ou seja, de que, no contexto da educação liberal destinada aos

¹⁹³ Na Suíça, até a década de 1950, era legalizado o leilão de crianças órfãs, de famílias pobres, filhos de mães solteiras, de ascendência Yéniche (então a terceira população migrante da Europa de origem alemã) ou ciganos, como *Verdingkinder* (crianças de contrato), para trabalharem com baixíssima remuneração em pequenas propriedades rurais. Seu emprego era tão disseminado que, em 1930, chegou a 20% de todos os trabalhadores da agricultura do Cantão de Bern.

trabalhadores, o significado de *Bildung* queria dizer pouco mais do que ensinar os trabalhadores a trabalhar. Afinal, para a burguesia alemã, a *Bildung*

não apenas melhoraria o trabalhador como ser humano facilitando sua integração na sociedade burguesa. [...] Os liberais estavam convencidos de que seus próprios objetivos, tais como liberdade de circulação e liberdade de comércio, também eram do interesse da classe trabalhadora, um grupo que eles, portanto, passaram a considerar como um potencial porta-estandarte e aliado contra um inimigo conservador comum (Beck, 2009: 66-67)

Era em parte desse horizonte político que partilhava o jovem Bebel quando adentrou pela primeira vez as *Arbeiterbildungsvereine*, e em parte foi isso o que desejou: ser um bom trabalhador, se organizar e prosperar (e o pior é que teve sucesso!)¹⁹⁴. E não se pode negar que, se existiu aí um propósito político, ele passou por um tipo de pacificação do conflito de classe para se permitir a integração e uma maior força no conflito contra o conservadorismo aristocrático alemão.

Estas *Arbeiterbildungsvereine* eram inicialmente organizações burguesas liberais para a classe trabalhadora, presididas principalmente por membros da burguesia liberal e imbuídas de princípios liberais. Seus fundadores também ficaram intrigados com a ideia de criar uma base de massa para sua própria oposição liberal contra o regime aristocrático e a forma burocrática e neoabsolutista de governo que predominava na Prússia e na maioria dos outros estados da Confederação Alemã. No caldeirão político do início da década de 1860, quando os alemães politicamente conscientes, avidamente acompanhando os desenvolvimentos fascinantes do conflito constitucional prussiano, rapidamente cresceram em número e determinação, o número de associações dobrou de ano a ano: se havia apenas cinquenta associações em 1860, esse número havia aumentado para bem mais de cem no final do ano seguinte. (Beck, 2009: 64)

Com um número cada vez maior de associados, as associações para operários conduzidas por liberais se tornaram um esteio do movimento liberal alemão, porém, não à toa, também um temor que se difundia entre intelectuais e políticos a respeito de uma possível ruptura entre liberais e operários. Foi essa preocupação que assombrou um de

¹⁹⁴ Bebel certamente passou por dificuldades durante a vida de artesão e carpinteiro errante, herança do tempo dos recém formados das guildas, mas encontrou prosperidade profissional e, durante o tempo que passou preso, como em sua resoluta oposição à guerra Franco-Prussiana, transmitia à esposa decisões sobre a condução dos negócios e o trato com os aprendizes. Parte do conhecimento de administração contábil que adquiriu nas Vereine, por estranho que fosse, lhe foi útil. Veja-se os dois primeiros capítulos da biografia de Bebel por Jürgen Schmidt (2019).

seus principais líderes, o social liberal Hermann Schulze-Delitzsch, a despeito de sua extensa biografia: ex-membro radical do parlamento revolucionário em 1848, que fora perseguido durante a onda reacionária de 1850, mas que retornou triunfalmente à política devotado à questão dos trabalhadores. Schulze-Delitzsch foi o autor do *Arbeiterkatechismus*, que se tornou um dos livros mais populares de sua época. O plano econômico de Schulze-Delitzsch passava por cooperativas de trabalhadores¹⁹⁵, educação e formação técnica (inclusive administrativa e contábil). Essas *Bildungsvereine* voltadas à classe trabalhadora ofereciam uma formação voltada para a autonomia, mas com um sentido distinto de *Bildung*, ao incorporar o aspecto técnico (e comercial) às suas preocupações. Não se limitando apenas à prática cotidiana das cooperativas de trabalhadores, Schulze-Delitzsch almejava para as associações o projeto político que passava pela ideia de uma “associação das associações”: a *Nationalvereine*, e a ideia de que essas organizações não poderiam ser exclusivamente operárias, dado o medo de que questões especificamente operárias (que, como busquei mostrar, não eram poucas) surgissem e enfraquecessem o liberalismo político democrático.

Paralelamente à atuação dos liberais, organizações de trabalhadores como a Liga dos Justos (*Bund der Gerechten*), que mais tarde se fundiria com a Liga dos Comunistas, passaram a assumir de forma incipiente a formação da classe trabalhadora como um sentido estratégico de intervenção política. Isso se deu primeiramente de modo mais ou menos similar às organizações liberais que promoviam o “ensino” dos trabalhadores, mas depois se transformou na tentativa de algo como uma associação voltada para a formação dos trabalhadores (*Arbeiterbildungsvereinen*). Não raro, praticaram o que hoje chamamos como “entrismo”, em que grupos militantes entravam inadvertidamente nas organizações, defendiam posições específicas que colocavam em votação para posteriormente, desmembrarem essas organizações em organizações

¹⁹⁵ Como comenta Sheehan: “A melhor solução para os problemas dos trabalhadores, acreditava Schulze, era alguma forma de cooperativa, através da qual eles pudessem reunir seus talentos e recursos para economizar, comprar ou produzir. Enquanto as cooperativas prometiam oferecer uma chance de melhorar a si mesmas e uma participação na ordem estabelecida, elas não desafiavam nem a santidade da propriedade privada nem as leis de oferta e demanda. Além disso, as cooperativas poderiam apelar tanto para assalariados quanto para artesãos, contornando assim uma possível divisão no movimento trabalhista. Finalmente, as cooperativas continuaram o surto educacional da ação política liberal; nelas as pessoas aprenderam a trabalhar juntas, a ser frugal e a aceitar responsabilidades; ao mesmo tempo, pareciam ser práticas e descendentes. Não é de admirar que, apesar de seu sucesso prático bastante limitado, a ideia de cooperação tenha atraído tantos reformadores sociais” (1990: 886).

especificamente operárias¹⁹⁶. Nessas organizações assim formadas, a ideia de “formação” ganhava um sentido de formação política coletiva, e não apenas um “cultivo de si” do trabalhador individual que mimetizasse a *Bildungsbürgertum*.

Na Prússia, as *Arbeiterbildungsvereine* fundadas por operários foram uma convergência entre o Vormärz, o movimento revolucionário de 1848, e organizações operárias revolucionárias, como a *Liga dos Comunistas*, especialmente no Reno, em Colônia e Düsseldorf, que sobreviveram à repressão. Em seu início, essas organizações tiveram dificuldade de encontrar apoio nos trabalhadores, particularmente os não especializados, correndo como viviam em uma luta constante pela sobrevivência. Sua base principal foram, portanto, os trabalhadores especializados, reconhecidos ou não pelas guildas (Beck, 2009: 65).

Enquanto organizações de orientação operária tentavam se formar aqui e ali, as mais numerosas *Bildungsvereine* liberais passavam por transformações radicais que conduziram praticamente à sua extinção. O fato de que as questões operárias não conseguiram expressão nessas organizações e a necessidade da criação de organizações conduzidas pelos próprios operários com demandas comuns aumentaram a pressão que levou à ascensão meteórica de Ferdinand Lassalle. Os objetivos políticos de Lassalle deram ensejo à ideia da criação de *Arbeiterbildungsvereine*, isto é, organizações de trabalhadores orientadas por uma posição estritamente operária (*Arbeiterstand*), como a defesa do voto universal masculino (pauta que causava horror às elites liberais, pois acreditavam que era necessário preparar os trabalhadores pela educação, para que pudessem conquistar o direito ao voto) e a unidade em torno de um projeto nacional. Além disso, faziam parte de uma nova orientação política específica: a rejeição do liberalismo econômico e do liberalismo como movimento político, ao identificar a burguesia como o principal inimigo e, se necessário, defender a aliança política junto à monarquia contra ela (Dayan-Herzbrun, 1976: 58), assim como economicamente a defesa da intervenção estatal, mesmo se de iniciativa das monarquias. Surgia assim, em 1863, a linha principal da primeira organização operária alemã: a *Allgemeiner*

¹⁹⁶ Muitas vezes, essas iniciativas contavam com a participação trabalhadores que haviam sido combatentes em 1848 e que continuaram na ativa, como Vahlteich e Fritzsche, e que surpreenderam, por exemplo, Bebel na Leipzig Gewerblicher Bildungsverein em abril de 1862, buscando cindir a organização. Eles perderam a votação, mas logo depois formaram uma importante associação, a *Vorwärts* (Avante) (Schmidt, 2019).

Deutscher Arbeiterverein (Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, conhecida pela sua sigla ADAV), guardando de certo modo o sentido associativo das organizações liberais.

Fundava-se assim a primeira corrente do movimento operário organizado, que existiu até a fundação do SPD, em 1875, com o detalhe particular de não ter uma política específica para o trabalhador enquanto tal¹⁹⁷, em termos de direitos dos trabalhadores contra a exploração do trabalho, excetuando a contraditória defesa de cooperativas de trabalhadores. Isso porque essas cooperativas projetavam sua efetividade apenas em um futuro eventual, baseando seu sentido na garantia de funcionamento pleno através do suporte estatal.

Não somos sábios, e nenhum sábio cuidou de nós; mas há uma coisa que podemos dizer a nós mesmos, e da qual estamos absolutamente convencidos, como todos os tecelões silesianos: ninguém pode nos ajudar a não ser o Estado; como fazer isso, não sabemos, mas se o Estado não cuidar de nós, e permanecermos nas mãos dos industriais, estamos perdidos. (Lassalle, 1893: 855)

Uma vez que o Estado autoritário não parecia muito aberto às sugestões lassalleanas, essa pauta demandava como pressuposto nada menos do que a transformação do Estado para ser capaz de atender às finalidades da classe trabalhadora. Assim se delineia uma ideia aproximada do *Volkstaat* (Estado social), um desdobramento da ideia de “Estado ético” hegeliano, que apontava o Estado como horizonte de realização dos valores humanos, por uma via de transformação, ao menos inicialmente, pacífica, desaparecendo o termo comunista do vocabulário da ADAV (Dayan-Herzbrun, 1976: 61).

Para Lassalle, seria possível alicerçar alianças de classe que criassem melhores condições aos trabalhadores focando-se, principalmente, no aspecto político, o que se reflete na ênfase à pauta do sufrágio, a conquista do voto e de direitos democráticos como algo central à luta do movimento dos trabalhadores.

Quando os órgãos legislativos da Alemanha são derivados do sufrágio universal e direto, então, e somente então, você pode determinar ao Estado que cumpra a tarefa que lhe pertence. Então essa demanda penetrará nas assembleias legislativas, então os limites, formas e meios dessa intervenção serão discutidos pela razão e pela ciência,

¹⁹⁷ Veja-se a questão da lei de ferro dos salários no capítulo anterior, ao tratar do tema da população em Marx.

então – você pode contar com isso! – os homens que compreendem sua situação e se entregaram à sua causa, armados com as armas brilhantes da ciência, saberão estar ao seu lado e defender seus interesses! (Lassalle, 1893: 576-577)

No que toca aos trabalhadores, isso se refletia principalmente na mudança da forma como as eleições eram conduzidas, ampliando-se o direito de voto ao suspender restrições que incidiam sobre o voto dos pobres, ou os sistemas de voto de tipo censitário ou, ainda, mecanismos que distorciam o peso do voto dos trabalhadores, como o voto tricameral (que dividia os representantes a serem eleitos em três classes de renda). Esse horizonte imediato de ação foi partilhado por todo o movimento operário e, de certo modo, além do aspecto prático, despertava as esperanças dos trabalhadores em possíveis conquistas eleitorais como um horizonte de mudança política ao apostar na democracia como ferramenta de transformação social. No entanto, no plano da grande política nacional, Lassalle acenava favoravelmente à política conservadora liderada pela proeminência da Prússia sob comando do chanceler Otto von Bismarck.

Esse posicionamento deixava claro que Lassalle não queria que a política operária abalasse as bases do estado prussiano, o que implicava aceitar, ao menos em parte, a política econômica e social proposta por Bismarck, baseada na intervenção do Estado e em uma política militar e diplomática que acenasse para uma união da Alemanha segundo o que era chamado então de “Pequena Alemanha”, ou seja, deixando de lado uma eventual união que incluísse a Áustria¹⁹⁸. Em 1863, por exemplo, durante a crise de Schleswig-Holstein, Lassalle já se correspondia com Bismarck defendendo uma posição favorável à unificação da Alemanha capitaneada pelo chanceler (Bernstein, 1893b: 180)

Posteriormente, mesmo após a fusão do ADAV com uma parte do SPD, Lassalle ainda era tido em alta consideração no partido, fazendo com que os setores revolucionários viessem a temer uma aceitação tácita de uma via nacionalista favorável

¹⁹⁸ Mesmo antes de a revolução de 1848 trazer a questão da unificação como pauta, a disputa entre os projetos de unificação a partir da ideia de uma Pequena Alemanha sob hegemonia da Prússia, e de uma Grande Alemanha envolvendo a Áustria e as colônias alemãs do entorno, não era algo exclusivo das forças revolucionárias de 1848, e estava em pauta também por uma via conservadora desde as guerras de libertação contra a ocupação napoleônica. Um exemplo da defesa dessa bandeira era o historiador Johann Gustav Droysen, que defendia a história capitaneada por grandes homens. Para ele, era inevitável uma unificação, aguardando apenas um grande homem que a conduzisse, e é possível que Lassalle como tantos outros vissem em Bismarck a encarnação dessa ideia.

ao projeto bismarckiano, conjugando de alguma forma o trabalhismo às políticas sociais do governo e tornando a disputa por uma progressiva socialização das estruturas econômicas pelo Estado, somada à adoção de políticas sociais, o principal foco do partido a respeito da pauta econômica. Nesse contexto, caberia ao partido focar na sua legalização e na extensão do direito ao voto como horizonte de ação imediata. Não à toa, o nome do jornal editado por Blos, *Volkstaat* (Lidtke, 1966: 139-140), atrairia a desconfiança de Engels. A luta entre lassalleanismo e marxismo foi uma marca do movimento operário alemão desse período, até seu arrefecimento em 1891, após uma série de embates contra os seguidores de Lassalle e a aprovação do programa de Erfurt, que Engels comemoraria com viva exaltação: “Todos os restos do lassalleanismo foram destruídos. Temos um programa completamente marxista!”¹⁹⁹.

Curiosamente, a criação do primeiro partido operário organizado da Alemanha não pôs fim à ideia de uma formação de trabalhadores em termos da *Arbeiterbildung*. Ela se transformou em algo distinto de sua inspiração liberal, vindo a exercer influência nas organizações de trabalhadores enquanto espaço de organização política diretamente voltado às pautas do movimento dos trabalhadores, com uma orientação distinta em diversos aspectos, incluindo a defesa de pautas rejeitadas pela ADAV, como as lutas por melhores salários e condições de trabalho e a manutenção de certas demandas tributárias da ala liberal revolucionária das revoluções de 1848, como a unificação alemã segundo a concepção da “Grande Alemanha” e a rejeição da hegemonia política e cultural do Estado prussiano.

O caso de Liebknecht é interessante, pois ilustra o ponto de vista de um professor dessas organizações. Perseguido desde sua participação na militância estudantil em Giessen, e especialmente depois de sua participação nas revoluções de 1848 (onde combatera em Baden ao lado de Gustav von Struve), Liebknecht encontrou na União para a educação dos trabalhadores alemães em Zurique um espaço para a militância após a desilusão com o imperativo insurrecional do ciclo anterior. Oriundo de

¹⁹⁹ Em carta a Friedrich Adolph Sorge, escrita em Hoboken, em 24 de outubro de 1891, Engels diz: “Temos o prazer de ver a crítica de Marx triunfar completamente. Até mesmo os últimos traços do lassalleanismo parecem ter sido eliminados com a exceção de alguns poucos trechos pobremente escritos (penso que esse é o único caminho que eles colocaram, que é pífio e um lugar comum), não há nada para reclamar-se ou não no programa, pelo menos, após uma primeira lida” (Engels, 1979: 183).

uma família de acadêmicos, Liebknecht teve uma boa formação universitária e exerceu por muito tempo o cargo de professor, mas reconheceu na organização uma forma de propaganda para trazer “os fundamentos da democracia de modo claro entre os membros da união”, e com isso garantir que os trabalhadores pudessem ter capacidade de articulação para realizar a luta por esses valores, demarcando que deveria a “organização vir em primeiro e esclarecimento intelectual depois” (Dominick III, 1982: 60). Como ficava claro nos chamados à comunidade alemã, tratava-se, em suma, de um chamado à formação política.

Expulso da Suíça e exilado em Londres, onde conheceu Marx e Engels, Liebknecht tomou contato com a seção londrina da Associação Educacional dos Trabalhadores Alemães, que era diretamente ligada à liga dos comunistas (em verdade, rivais de Marx). Ao mesmo tempo, continuava a escrita de artigos e estreitava seus laços com o marxismo. Liebknecht buscava o que entendia como uma atuação de classe, ou seja, uma atuação em organizações concretas que mobilizassem os trabalhadores. Por isso, manteve relações, ainda que conflituosas, com os seguidores de Lassalle e chegou mesmo a se filiar à ADAV, em 1863, produzindo contribuições para outro jornal da ADAV, o *Social-Demokrat*, ainda que seguisse, grosso modo, os preceitos marxistas. Em 1865, Liebknecht foi anistiado e se mudou para Leipzig, onde se juntou à Associação Educacional dos Trabalhadores (*Arbeiterbildung Verein*) que surgiu da fusão entre a *Gewerbliche Bildungsverein* e a associação *Vorwärts*. A associação tinha como segundo secretário Bebel, que interveio para que Liebknecht fosse contratado para lecionar inglês e francês, escopo que acabou se estendendo para as revoluções inglesa e francesa, para Marx e Lassalle, e sobre os temas políticos correntes, como os sindicatos ingleses (Dominick III, 1982: 121).

Já a trajetória de Bebel ilustra a relação entre política e as associações do ponto de vista de um ex-aluno. Nascido em 1840 e, por isso, jovem demais para ter participado dos levantes de 1848, Bebel chegou ao movimento social-democrata como um carpinteiro. Depois de alguns anos de errância como um trabalhador viajante, ele se assentou em Leipzig, em 1860. Quando a Associação Educacional dos trabalhadores dessa cidade foi fundada, em 1861, e ainda alinhada aos valores liberais, ele foi um dos primeiros inscritos. Os membros o elegeram para o conselho executivo em 1862 e, um

ano depois, em 7 de junho de 1863, ele se fazia presente no congresso de fundação da *Verband Deutscher Arbeitervereine* (VDAV, a Assembleia das Associações de Trabalhadores). Organização rival à ADAV de Lassalle, a VDAV foi fundada por Leopold Sonnemann, que se manteve por um tempo em um posicionamento afastado da política, distanciando-se principalmente da militância de Lassalle. Liebknecht se tornaria um dos principais estímulos para a passagem política definitiva de Bebel do liberalismo de esquerda para o socialismo. A voracidade do carpinteiro para aprender era grande, e seu desenvolvimento político e teórico foi novamente impulsionado pela organização dos trabalhadores em meio às suas transformações políticas (Schmidt, 2019) antes de se tornar seu líder e ganhar a alcunha de anti-kaiser.

Graças à VDAV, Bebel conheceria outras influências importantes, como o professor, jornalista e filósofo Friedrich Albert Lange, então expoente do socialismo kantiano e de uma leitura muito particular do evolucionismo, e que fora membro da ADAV. Lange apresentou Bebel a Kant, à teoria da evolução das espécies de Darwin, às questões sobre a população de Malthus, ao liberalismo tocquevilliano e aos socialistas franceses. Eventos como a onda de greves que atingiu vários países entre 1866 e 1871 foram decisivos para marcar um período de crescimento de luta sindical que coincide com a consolidação da Primeira Internacional e a leitura da *Mensagem Inaugural do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores* de Marx. As decisões sobre as greves na Alemanha eram tomadas em encontros de massa, servindo como forma de interlocução com os trabalhadores que não estavam organizados e levando a expressão de radicalidade dos diversos setores que acabaram por dividir a VDAV. Em 10 de Agosto de 1869, em Eisenach, encerrava-se o ciclo de hegemonia liberal do movimento trabalhador com a fundação de uma nova organização: o SDAP, o *Sozialdemokratische Arbeiterpartei Deutschlands* (Partido Social Democrata dos Trabalhadores da Alemanha). Posteriormente, na fusão com o SPD, essa se tornaria a tendência propriamente marxista do partido, conhecida como os *eisenachers*.

Ao se assumir como uma organização nacional, voltada à causa dos trabalhadores e antimonarquista, os social-democratas encontraram um novo desafio: afinal, o que deveria ser ensinado nas escolas do partido e o que constituiria a *Arbeiterbildung* ao assumir essas características e concorrendo com outras instituições

dedicadas ao ensino? A ideia de uma *Arbeiterbildung* enquanto associação para a formação e educação de trabalhadores continuou sendo um aspecto importante da organização do movimento dos trabalhadores e sua história se mistura com a história do SPD. Seu conteúdo formou-se em parte de elementos do humanismo e do republicanismo tributários do ciclo de lutas de 1848, incluindo o progressismo e os valores republicanos e iluministas, e conjugando a atividade política com valores comuns, em grande parte, àqueles da concepção espiritual da *Bildungsburgertum*:

O senso de otimismo e fé no futuro, a crença na justiça e na igualdade, ligou o socialismo ao humanismo e republicanismo do século XIX. Autobiografias da classe trabalhadora descrevem sua compreensão do socialismo na linguagem familiar do Iluminismo, da revolução francesa e do movimento estudantil alemão do começo do século XIX. Josef Peukert, por exemplo, escreveu: “[Socialismo é] uma ideia humanitária... definida pelos polos da verdade e da justiça. O esforço mais importante de um indivíduo é tornar-se livre, na medida do possível, de todos os preconceitos e barreiras espirituais e preparar-se para uma condição social verdadeiramente livre da fraternidade humana universal”. [...] A invocação do humanismo alemão moveu a linguagem e experiência do socialismo além dos limites de classe para envolver a visão de libertação humana. (Weitz, 1996: 53)

Essas atividades de formação se mantiveram após a fundação do SPD e, mesmo durante a vigência das leis antissocialistas, quando associações desse tipo conseguiram esconder atividades ligadas ao partido. A ponte entre as visões de mundo liberais e revolucionárias do *Vormärz* e a visão revolucionária socialista do SPD materializadas na visão do *Vorwärts!* (publicado desde 1876 e surgido da fusão entre o *Volkstaats* da SDAP e o *Neuen Sozialdemokraten* da ADAV, tornando-se logo o órgão central da social-democracia na Alemanha) pode ser constatada nos símbolos usados pelo partido. Eram quase como a oferta de uma nova porta através da qual os ideais otimistas poderiam se reinstalar na política, a despeito do contexto econômico e político, pelas mãos dos próprios trabalhadores com o próprio sentido do progresso apontando o vetor inexorável ao mesmo tempo em que chama à luta. Mas era principalmente nos alvos do caminho em direção ao progresso onde se marcava a diferença. E “se o capitalismo era definido pela injustiça, o futuro socialista seria marcado pela justiça e equidade. Mesmo os títulos dos jornais socialistas refletiam a fé no futuro, como o *Die Neue Zeit* [A nova era] e *Gleichheit* [igualdade]” (Weitz, 1996: 53).

O compromisso do SPD com os ícones da cultura clássica alemã e europeia tem sido frequentemente atacado. No entanto, condenar tudo isso como mera reprodução da cultura burguesa é enormemente unilateral. Ao se apropriar da cultura burguesa, socialistas e trabalhadores a reivindicam – e isso foi emancipatório, para os indivíduos e o movimento. Ao menos alguns trabalhadores de nível hierárquico aproveitaram as oportunidades que encontraram e desenvolveram suas faculdades intelectuais, sua apreciação das artes e suas habilidades para articular opiniões no domínio público. O programa cultural do SPD também contestou, por implicação, a estreita afirmação classe-exclusivista que diz que a *Bildung* havia se tornado, no final do século XIX, um conceito que teria perdido há muito tempo seu conteúdo emancipatório e veio a representar as dragonas de *status* e privilégio para a classe média educada. Apropriando-se da cultura burguesa, o SPD moveu o socialismo para além de suas reivindicações especificamente de classe, no sentido de reivindicações universalistas. (Weitz, 1996: 55)

Essa posição de distinção política de sentido em relação à burguesia, simultânea a certa convergência com relação ao conteúdo de aspectos culturais, influía nas escolas do partido. Do ponto de vista dos trabalhadores atraídos pela socialdemocracia, as escolas do partido ofereciam “mais do que o ensino formal com sua ênfase na religião, nacionalismo e monarquia. Mas eles estavam incertos sobre o que desejavam aprender, tanto quanto as lideranças sobre o que deveriam ensinar. E nenhum grupo tinha um programa para atrair os trabalhadores não organizados” (Nolan, 2003: 68). A tarefa de buscar algo que fosse efetivo politicamente e ao mesmo tempo popular tornou-se o principal objetivo, tendo em mente que a formação do trabalhador envolvia ser capaz de desenvolver argumentos concretos que ajudassem na militância cotidiana capaz de superar o baixo nível de organização e politização de seus quadros recém chegados, treinando os comprometidos e atraindo os hostis e indiferentes – uma tarefa, enfim, difícil, e que envolvia demandas diversas. O ecletismo dificultou esse trabalho e conduziu, após os anos iniciais, a um período de frustração.

Dada a empobrecida escolaridade dos trabalhadores, era necessário ensiná-los sobre desenvolvimento econômico, política contemporânea e teoria social, assim como sobre história, ciência e cultura, evitando ao mesmo tempo uma educação geral superficial. Na década de 1890, nem a imprensa nem as reuniões do partido, os dois principais veículos de recrutamento e educação, foram capazes de cumprir as diversas exigências feitas a eles. (Nolan, 2003: 68)

Em 1895, os setores marxistas do SPD experimentariam uma modificação no formato dessas intervenções, buscando atingir trabalhadores fora do círculo do partido

por meio do convite a palestrantes que partilhassem visões antirreformistas e marxistas a falarem em bares ou congêneres. Encontrar espaços para a realização dessas atividades era, em si, um problema, e a “questão dos locais”²⁰⁰ era especialmente desafiadora para as organizações que não tinham muito dinheiro e cuja natureza não permitia um volume grande de pessoas bebendo e comendo nos locais.

A Escola Educacional dos Trabalhadores de Berlim mudou de local duas vezes em seis meses: “No meio de agosto (1898), o local foi mudado de Inselstrasse 10 para Buckowerstrasse 9, o ‘Luisenhof’. De repente, o Luisenhof foi fechado em 23 de dezembro de 1898, nós fomos obrigados a mudar para nossa atual casa na Annenstrasse 16”. A situação não era melhor em Hamburgo, como um relatório de 1912 deixa claro: “A falta de locais apropriados tem sido uma calamidade constante. Não era incomum que na noite da aula os estudantes e os seus professores tenham de procurar por um novo local, porque o responsável fez um arranjo com um clube que garantia um consumo maior de cerveja”. Clubes moviam-se de um local para outro, frequentemente porque os proprietários queriam maximizar os lucros, mas também porque, no norte da Alemanha especialmente, era comum a polícia assediar proprietários, assim como sua clientela do movimento operário. (Lidtke, 1985: 58)

Apesar disso, muitos desses encontros tiveram relativo sucesso, reunindo de 100 a 150 participantes. Contudo, a própria característica da classe trabalhadora naquele período impossibilitava uma forma de conquista para a causa socialista. Os trabalhadores naquele período, mesmo entre os apoiadores da social-democracia, eram migrantes que não conseguiam participar de encontros de mais de um dia, que transcorressem à noite ou nos fins de semana. O compromisso enquanto apoio limitava-se geralmente ao voto no partido ou à filiação a um sindicato.

A situação em Düsseldorf era sintomática do limite da empreitada. Nessa cidade, optou-se por deixar de lado as palestras em lugares fechados e com temas selecionados

²⁰⁰ Conseguir espaços que pudessem abrigar aulas era uma questão complexa quando se era necessário fugir da vigilância do governo prussiano, e depois do Império Alemão, tanto para as associações de formação quanto para os clubes e associações de lazer da classe trabalhadora, o que ensejou a chamada “questão dos locais” (*Lokalfrage*). Diante da falta de recursos financeiros para comprar ou alugar um local, as associações passam a utilizar cervejarias, salões e restaurantes, dependendo, para isso, de acordos com os donos dos estabelecimentos, o que, por sua vez, envolvia consumir bebida e comida do local. Quando se chegava a um acordo conveniente, era possível deixar os materiais nesses espaços (Lidtke, 1985: 55). Essa situação era ainda pior para organizações como as de ginástica. Como reportou com frustração em 1899 Hermann Engst: “por duas décadas a divisão de ginástica da bem-estabelecida associação educacional de Leipzig não tinha um local assegurado e teve de se mover ano após ano de um local para outro” (Lidtke, 1985: 58).

em prol de palestras abertas, o que resultou em grandes públicos, de até 1.300 pessoas, com a participação de nomes como Clara Zetkin e Karl Liebknecht. No entanto, por volta de 1898, apenas 350 dos mais de 33 mil trabalhadores participaram, e nos três anos seguintes esse comparecimento manteve-se estagnado. “Eles apareciam nos encontros do partido quando havia algo novo. Eles aplaudiam, gritavam ‘Bravo!’, mas nada mais acontecia. Quando eles partiam, tudo permanecia o mesmo” (Nolan, 2003: 72).

Incapazes de atingir plenamente seu intento de formação política, cultural e educativa, a sessão de Düsseldorf do SPD perde seu entusiasmo em procurar novas soluções e vencer resistências, e seus líderes optam por apelar para intelectuais próximos do partido que se oferecem para conceder palestras sobre temas atraentes aos trabalhadores. Foi desse modo que um curso melhor organizado, feito por alguém de formação acadêmica e com um tema de grande popularidade foi escolhido: Ludwig Woltmann, então um jovem pesquisador prestes a defender dois doutorados e próximo à social-democracia que viria de Barmen para oferecer um ciclo de palestras para mil trabalhadores sobre anatomia, fisiologia e... darwinismo.

Ciência evolutiva, que harmonizava tão bem com o marxismo determinista do partido, foi mais popular do que a segunda série sobre os fundamentos do pensamento econômico, que atraiu apenas 60 pessoas. (Nolan, 2003: 72)

Esse episódio serviria apenas de testemunho da popularidade dos temas científicos e do darwinismo no período (Birker, 1973: 134-175). Sem saber, porém, a sessão do SPD abriu suas portas para uma ideologia que em geral encontrou pouca voz no partido, e disso tratamos não apenas da teoria evolutiva, mas da sua feição particular em Woltmann. É difícil compreender como a sessão de Düsseldorf veio a conferir esse espaço a esse jovem pesquisador. Woltmann, que eventualmente se tornou um militante do SPD, escrevendo nas revistas do partido, era judeu e partia de uma abordagem neokantiana, como Lange, mas, diferentemente deste, voltava-se ao tema da antropologia biológica para daí derivar conclusões políticas mais profundas. Posteriormente, passou pela ideia de uma “reformulação da teoria socialista com base no darwinismo” (Bayertz, 1983: 369-370).

Essa reformulação envolvia transpor as relações sociais para o mundo natural e aceitá-las com a objetividade das ciências naturais, partindo de uma ideia evolucionária cósmica, semelhante à visão de Spencer e à de Dietzgen²⁰¹, e resultando na interpretação do socialismo como um processo irresistível de alcance mundial, dando ocasião a uma defesa “cósmica” do reformismo enquanto uma organização racional da produção. Um passo em sua argumentação posterior, contudo, torná-lo-ia um ponto fora da curva na história do socialismo e uma das pontes identificáveis entre a social-democracia e a posterior ideologia nacional-socialista, especialmente em sua rejeição ao conceito de luta de classes em Marx e sua proposta de que as mazelas sociais e políticas refletiriam, na verdade, uma luta entre raças, reconstituindo parte do imaginário político do período segundo um modo naturalizante. Um aspecto decisivo que gostaria de destacar é a transposição da ideia de produção e a relação entre homem e natureza, para subsumir à ideia de reprodução, centralizando a história política do materialismo em termos biológicos da reprodução biológica do homem (Saage, 2012: 121-128), e pressupondo o determinismo racial para as características cognitivas, culturais, políticas e mesmo tecnológicas em termos biogenéticos (Woltmann, 1899: 313-314, 329, 331, 338-341). Woltmann também inaugura a crítica de cunho antropológico-política de um povo, no caso, com um julgamento em que postula a acusação de uma suposta inferioridade racial dos italianos em relação à raça germânica, em *Die Germanen und die Renaissance in Italien* (1905). No livro, era desenvolvida a ideia que daria origem à crença racista de que toda forma cultural europeia considerada digna de nota seria de alguma forma de origem germânica.

Posto todo o perigo e todas as potencialidades políticas desse ponto de vista aos olhos contemporâneos, que enxergam sua convergência com os racismos do século XIX, com o discurso que defendia a empresa colonial com base no desenvolvimento

²⁰¹ Um exemplo de uma expressão que se tornaria o principal alvo da crítica de Walter Benjamin a respeito do evolucionismo que permeria a concepção ideológica dessa geração da social-democracia (Benjamin, 1937) seria Joseph Dietzgen: “O processo irresistível do mundo, que cerra os planetas, impulsionando cristais, plantas, animais e seres humanos, um após o outro, a partir de suas substâncias fluidas pelo fogo, conduz igual e irresistivelmente a um uso racional de nosso trabalho, ao constante desenvolvimento do poder produtivo. A produção exige que seja conduzida de forma racional em todas as circunstâncias” (1930: 104). Essa forma de pensar em termos de um evolucionismo cósmico, a despeito de possíveis aproximações com o pensamento de Engels, guarda as marcas teóricas do spencerismo aproximadas do socialismo das correntes reformistas.

cultural e político de nações dominadas militar e economicamente, ou mesmo sua analogia e convergência com o discurso nacional-socialista do século XIX, o fato é que, ao longo de sua permanência no SPD, Woltmann encontraria poucos seguidores ou respostas positivas dentro do partido. No entanto, no século XIX, outras gerações reiteraram uma perigosa proximidade entre um discurso de classe e um aspecto biológico, que, apesar de separado no discurso oficial ou pelos principais dirigentes²⁰², ainda atraía higienistas (incluindo higienistas raciais) e eugenistas, que viam na questão racial ou da saúde social uma via de melhora das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral.

o darwinismo de esquerda não apenas mostrou um flanco aberto ao colonialismo; também defendeu fortemente a aplicação evolucionista de medidas eugênicas ao proletariado industrial empobrecido. Neste contexto, a controvérsia no *Neue Zeit* entre o médico Wilhelm Schallmayer, que simpatizou com a social-democracia na época, e a socialista germano-italiana Oda Olberg é reveladora. Schallmayer lamentou que em amplos círculos do SPD as pessoas estivessem bastante céticas sobre a higiene racial e a eugenia social que havia se tornado moda na virada do século, porque para eles a solução da questão social tinha prioridade absoluta. (Saage, 2012: 139)

Em quase todos os estudos que buscam incriminar o SPD, ou o próprio marxismo, pela divulgação do amálgama biologizante que daria origem à ideologia nacional-socialista, como os estudos de James Gregor e Weikart, está a caracterização das posições de Woltmann como posições do SPD, ou mesmo como consequências diretas de Marx. À parte isso, é possível imaginar o quanto o jovem Woltmann não teria se aproveitado da oportunidade dada por seções locais do partido ao conseguir um público garantido aos temas de antropologia biológica, cultural e política que formaram

²⁰² Manifestações como a de Bebel contra Woltmann, repondo a defesa da luta de classes e das questões econômicas, e mesmo certa perspectiva antropológica de fundo, como tento mostrar no capítulo posterior, foram reiteradas por Otto Bauer, especialmente para o caso dos social-democratas austríacos (Saage, 2012: 134), onde quadros como Karl Pearson, Julius Tandler, Oda Olberg, Wilhelm Schallmayer defenderam pontos de vista eugenistas. No entanto, resta saber se esses nomes, que se mantiveram opostos ao nazismo ao longo da vida, defenderiam as posições que defenderam em nome de higiene social e eugenia social se soubessem o modo como esses temas convergiriam no nazismo, já que esse tipo de projeto social e político não coincidia com as suas convicções de uma melhora social e valores, que apesar de soarem estranhos para nós, eram distributivos e progressistas em diversos aspectos e condiziam com uma visão considerada então científica (Saage, 2012: 148). Casos como o de Julius Tandler, professor de anatomia e reformador social que defendeu teses eugenistas, são paradigmáticos, pois ele foi a mesma pessoa que lutou para defender os alunos e professores judeus dos institutos contra a fúria dos simpatizantes nazistas da Áustria. Situações paradoxais como essa foram observadas também na Suíça e na Suécia.

a sua concepção para se aproveitar disso e disputar uma fração do reformismo. Como seus textos, em geral resenhas de seus próprios livros publicadas nas revistas do SPD, suas posições não encontram resposta excetuando por parte do próprio August Bebel (Bebel, 1899)²⁰³, sendo difícil saber o quão longe ia a projeção de sua influência no partido (não chegava a ter seus livros retirados nas bibliotecas, apesar do interesse por outros livros de temas correlatos), ou se se tratava de uma passagem tão curta quanto outras figuras heterodoxas como Rudolf Steiner, que lecionou sobre história da arte e da religião nas escolas do partido antes de fundar a antroposofia e as escolas Waldorf (Lidtke, 1985: 98, 163).

O caso de Woltmann, à parte o que eventualmente representava seu conteúdo, faz pensar no problema central ligado à formação direcionada por um conteúdo específico considerado adequado à direção política da social-democracia. Esse problema emergiu da dificuldade de integração entre a pauta política e a sindical em um período de crescimento do partido, quando não se colocava a perspectiva de um evento

²⁰³ É possível considerar que a social-democracia alemã, antes de sua completa derrota política e aniquilação com a ascensão do nazismo, conseguiu resistir aos encantos da eugenia e da higiene racial. O mesmo não se pode dizer do movimento social-democrata de outros países, como a Suíça (Mottier; Gerodetti, 2007) e a Áustria, com o caso destacado de Julius Tandler, um dos idealizadores da Viena vermelha e do estado de bem-estar austríaco, que teria proposto a esterilização dos “*unwertem Leben*” e conduzido o debate sobre eugenia e higiene racial (Saage, 2012: 142-145), e a Suécia, onde o eugenismo se tornou política pública de modo democrático, mais ou menos ao modo como a decisão foi feita em outros países como os Estados Unidos e Canadá, com amparo nas pesquisas conduzidas pelo Instituto de Biologia Racial. A Suécia aplicou a eugenia negativa realizando 63 mil esterilizações de pessoas com transtornos mentais e posteriormente os que possuíam vida antissocial, principalmente mulheres (Black, 2012), o que só atesta a força da eugenia como alternativa ao darwinismo durante o período. Na escandinávia, nomes como Karl Kristian Steincke, Gunnar e Alva Myrdal, Jonathan Høegh von Leunbach, Karl Evang, Theodor Geiger, Jørgen S. Dich, por outro lado, apoiaram de uma forma ou outra eugenismos por pressupostos e focos diferentes, seja do cuidado eficiente na aplicação de políticas de saúde (com a defesa de uma precaução contra eventuais gastos com doenças crônicas ou pressupostas doenças crônicas herdadas pelos genes), seja na forma de defesa da liberdade sexual e dos direitos reprodutivos de mulheres. O problema é que, ainda que os pressupostos de orientação de políticas públicas fossem distintos da eugenia negativa orientada racialmente pelo nacional-socialismo alemão, em casos como o da Suécia, por exemplo, isso resultou na violação dos direitos reprodutivos de cidadãs suecas que foram esterilizados entre 1935 e 1975 (ferindo os princípios biotéticos mínimos que orientam até hoje a prática do aconselhamento genético), e inspirando políticas semelhantes na Dinamarca e Noruega (Broberg; Roll-Hansen, 2005: ix), cujas feridas ainda estão por cicatrizar. Especialmente se comparadas à barbárie nazi, porém, não se pode deixar de notar o quanto políticas similares foram adotadas em diferentes regimes e em diferentes lugares do mundo. O que mudava as abordagens, para além das características que adquiriram no regime nacional-socialista, talvez fossem mais suas justificativas: no caso da direita (principalmente não católica), elas responsabilizavam o indivíduo como culpado pelos males trazidos por más características pressupostamente hereditárias, e no caso dessa fração da esquerda, eram pintadas como uma forma de promover um bem comum de natureza social, ao impedir a reprodução de características consideradas biologicamente ruins.

revolucionário, o que deixava para a formação política na *Arbeiterbildung Verein* um papel decisivo. Lembremos que esse é o mesmo período em que, após o fim das leis antissocialistas, parte importante do papel das *Bildungsvereine* passa para as escolas do partido e, posteriormente, dos sindicatos. Nesse contexto, a divergência entre o partido e os sindicatos levou a uma tensão cada vez maior no âmbito do SPD, como destacado por Carl Schorske (1983) em seu clássico sobre a social-democracia do século XX. O desenvolvimento das organizações conduziu cada vez mais a uma forma de especialização que, segundo Schorske, seria um sintoma que estaria na raiz política e ideológica da significativa efeméride representada pelo “grande cisma” trazido pela votação dos créditos de guerra.

Essa divisão seria demonstrada, entre outros aspectos, por uma indiferença do partido em relação aos assuntos sindicais, já que seus temas e preocupações se tornariam uma ausência sintomática na revista do partido, *Die Neue Zeit*, pelo menos até a última metade de 1897 em meio à expansão do movimento sindical²⁰⁴. Entre “1896 e 1900, as filiações dobraram e passaram da marca de 600 mil, em 1904, haviam atingido um milhão. A proporção entre eleitores social-democratas e membros de sindicatos mudou em favor dos últimos. De oito para um em 1893, alcançou quase quatro para um em 1898 e três para um em 1903” (Schorske, 1983: 12-13).

Inicialmente, os sindicatos eram vistos por muitos membros do SPD como um tema subordinado. No congresso do partido em Colônia (1893), isso foi explicitado por Carl Legien quando denominou os sindicatos como “meras escolas de recrutamento do partido” e disse que os próprios sindicatos não consideravam o sindicalismo “qualquer coisa além de um paliativo na sociedade burguesa atual”. (Schorske, 1983: 13). Eu diria que o lassalleísmo poderia ser parcialmente responsável por isso em um primeiro momento, na medida em que conceberia o tema sindical como refém da “lei de ferro dos

²⁰⁴ O primeiro ressurgimento sindical de 1890-1891 foi interrompido pela depressão econômica. A filiação ao sindicato caiu de 277.659 em 1890 para 223.530 em 1893. O número de partidários nas pesquisas – o único índice de força partidária – aumentou, enquanto a filiação no sindicato diminuiu. Nos lugares em que a proporção de votos dos social-democratas em relação aos membros do sindicato livre em 1890 era de aproximadamente seis para um, em 1893 ela se elevou a oito para um. O congresso do partido de 1893, sentindo que o movimento sindical, embora útil, tinha pouco futuro, permitiu a competição entre os dois braços do movimento operário e os sindicatos que conquistam o controle do partido (Schorske, 1983: 12-13).

salários”, mas o que justificaria a persistência de tal concepção? De qualquer modo, isso só demonstrava a pouca força dos sindicatos no período.

Enquanto isso, regiões mais problemáticas, como o Sul, onde os membros do partido desejavam fazer alianças com os liberais para a conquista de direitos imediatos, e onde havia considerável influência do catolicismo (o partido não tinha uma posição definida de defesa do ateísmo ou anticlericalismo e possuía uma grande variedade de posicionamentos sobre o tema), crescia a resistência por parte dos sindicalistas em assumir o caráter revolucionário do partido, deixando o trabalho ideológico para as escolas do SPD. Como expressou Carl Liegen no congresso sindical de 1892, em Liegen:

Para esse fim, devemos ser livres [do Partido Social Democrata] em nossas ações. Nossos inimigos não devem poder nos dizer: “Vocês sindicalistas apenas pretendem perseguir objetivos sindicais, agitar a eliminação das más condições da indústria, melhorar os salários e as horas, mas no fundo você não é nada. Mas os social-democratas que usaram uma máscara de sindicato... Você está apenas propagandeando a social-democracia e precisa fazer o que o congresso do Partido Social-Democrata lhe pede para fazer '... É preciso conhecer os preconceitos desses trabalhadores não iluminados politicamente e economicamente inexperientes. (apud Schorske, 1983: 11)

A despeito da posição específica de Rosa Luxemburgo em 1911, um período posterior àquele circunscrito por esta pesquisa e quando, supostamente, a ruptura entre partido e sindicato apareceria de modo mais claro, gostaria de destacar dois aspectos. O primeiro é o processo de cisão, até hoje comum no movimento operário como um todo, e o segundo, o da importância dada à formação. Esse é o mote do texto de Rosa Luxemburgo *Escola sindical e escola partidária* (1911), e serve como indício do que seria o ápice de um conflito entre esses dois ramos originados da *Arbeiterbildung*, e os problemas ligados à contradição entre uma unidade necessária da teoria, que floresceria, a princípio, “sobre um fundamento comum e unificado”, mas que se dividiria em dois ramos, ambos necessitando, segundo Rosa Luxemburgo, de uma mesma preparação teórica apoiada no marxismo. Apesar disso, Rosa Luxemburgo é obrigada a constatar que o ramo sindical mostraria-se exigente de uma “dieta intelectual” mais reforçada conforme os pontos de vista e convicções do movimento sindical e sobre isso tenta

convencer, a partir da demonstração do processo pedagógico, sobre a superioridade da escola do partido.



Imagem 15. Na primeira imagem, ao alto e à esquerda, a Arbeiterbildungsverein de Viena em 1868. Exemplos de periódicos da imprensa social-democrata do final do século XIX. À esquerda, abaixo: mosaico na entrada da sede da associação educacional dos trabalhadores em Peine, na Baixa Saxônia. À direita e acima, uma escola do SPD em 1907. À direita e abaixo, escola do SPD em 1914.

Uma última questão interessante a se destacar aqui é a relação entre o trabalho político e sindical. Se observo neste trabalho como as questões políticas do SPD passam por uma dimensão ampla envolvendo a vida do trabalhador, incluindo aqui a questão da sua formação política, científica e cultural, abandonadas pela formação tradicional, persiste a questão de seu afastamento com o cotidiano do trabalho, mesmo no socialismo. Assim, nas escolas do partido, o mundo do trabalho e, especialmente, as condições arbitrárias de controle e opressão, só são tratadas de modo indireto nas escolas políticas do SPD, que se ocupava em primeiro lugar de devolver ao trabalhador traços do mundo cultural, artístico e político que eram perdidos devido à exploração do trabalho, particularmente aviltantes nas condições impostas no século XIX. Essa

iniciativa era apresentada como um tipo de expropriação da *Bildung* burguesa. Em segundo lugar, o partido colocava em pauta a organização e orientação política necessárias para sua superação, voltadas ao futuro. O cotidiano do trabalho e as inúmeras formas de negociação, mobilização, fuga da repressão e auxílio mútuo contra a perseguição só são encontrados na prática da luta sindical. O contraste entre a visão que coloca a exploração presente como um dado cuja superação só seria possível no futuro e a perspectiva que luta contra ela no presente e vê marcas possíveis da sua transformação, mas colocando o fundamento da produção como um dado, pode ser vistos como um aspecto fundamental dessa cisão.

A *Arbeiterbildung* demarca, assim, duas cisões. A primeira, entre uma esfera pública burguesa e uma incipiente esfera pública proletária como resposta à negação de sua aceitação intrínseca na cultura, assim como sua participação política. A segunda cisão é aquela determinada pela cisão no interior da cultura dos trabalhadores (ou no “meio social-cultural”, nos termos de Lidtke) entre a política do partido, com suas representações, seguindo ou não uma direção revolucionária em nome da emancipação dos trabalhadores em relação ao capitalismo, e a disputa entre a política do partido e a política cotidiana ligada diretamente ao mundo do trabalho. Nos limites do próprio SPD, a crítica a esse processo desembocou em parte na crítica elaborada por Bernstein no debate sobre o reformismo, ao voltar-se para a importância da vida política cotidiana do partido. Essa questão permaneceu como um impasse de difícil solução, senão como meta em direção à integração dos temas de modo contraditório nos quadros mais amplos da esfera pública social-democrata, exposta não apenas nas escolas do partido, mas na prática da imprensa social-democrata onde eram publicados e se tentava integrar os mais diversos pontos de vista surgidos dentro ou no entorno do partido²⁰⁵. Uma resposta marxista revolucionária clara para essa questão só ocorreria posteriormente ao ciclo de lutas do século XIX, a partir das concepções de Rosa Luxemburgo, do conselhismo, do

²⁰⁵ Apoio-me aqui na compreensão de Oskar Negt e Alexander Kluge sobre a imprensa social-democrata, tomando o exemplo de *Die Neue Zeit* e o *Vorwärts* durante o período em questão, especialmente nos capítulos 15 a 16 de *Public Sphere and Experience* (Negt; Kluge, 1993). Um exemplo concreto desse processo foi o empenho de Liebknecht, quando à frente do *Vorwärts*, em plena vigência das leis antissocialistas, de abrir o jornal a posições diversas do campo socialista, como a de blanquistas, bakuninistas, socialistas acadêmicos e liberais de esquerda, ao lado dos textos marxistas, mesmo durante a crise com a fração anarquista dissidente do SPD mantendo a postura dos *eisenachers* de fomentar a criação de jornais socialistas locais (Dominick III, 1977: 287).

operaísmo italiano (principalmente com o conceito de fábrica social), e do marxismo que surge a partir de 1968 também como crítica do cotidiano do trabalhador dentro e fora da fábrica em um mesmo processo político.

Por outro lado, críticas como a de Postone, Kurz e certas interpretações da teoria crítica demarcam a crença na existência de uma incompatibilidade ontológica entre uma crítica que consiga dar conta de modo rigoroso do capitalismo e o ponto de vista do trabalhador organizado, subentendido como organizada pelo próprio trabalho, logo, pelo capitalismo. A questão entre o vislumbre de uma superação do capitalismo e a possibilidade crítica de sua superação seria inviabilizada para o movimento operário e, nesse sentido, de modo tanto ou mais destacado para os envolvidos diretamente no trabalho, especialmente dentro do movimento sindical.

3.5 WILHELM LIEBKNECHT E A REORIENTAÇÃO DA ARBEITERBILDUNG

Toda a chamada “educação popular” – a escolha dessa expressão demandou muito cuidado – nutriu-se da ilusão de que a formação, por si mesma e isolada, poderia revogar a exclusão do proletariado, que sabemos ser uma realidade socialmente constituída.

Theodor W. Adorno

Em 5 de fevereiro de 1872, Liebknecht, com a autoridade de um militante e professor por muitos anos, pronunciou um discurso para a associação educacional dos trabalhadores (*Arbeiterbildungsverein*) de Dresden. Esse discurso se tornaria um importante divisor de águas para a definição política das associações culturais e educacionais dos trabalhadores nos anos seguintes, ao anunciar a necessidade de uma mudança de horizonte político de ação. Como outros discursos de dirigentes da social democracia alemã²⁰⁶, essa fala foi inteiramente transcrita e circulou sob o título de

²⁰⁶ O anarquista alemão Rudolf Rocker comentou em suas memórias sobre o impacto produzido pela oratória algo professoral de Liebknecht: “Liebknecht era um orador hábil e experiente, que possuía, além disso, como natural de Hesse, a capacidade especial de captar uma audiência meridional por onde era mais acessível. Recordo-me, apesar disso, de certas comparações históricas que fez entre as condições políticas da Alemanha e do estrangeiro, e que me causaram uma impressão singular. Assim comparou a Alemanha de Bismarck com o governo de Napoleão II e mostrou que este não sucumbiu por causa dos canhões prussianos e sim por causa da podridão da política antipopular. Liebknecht não possuía a graça natural de Vollmar, que sabia vincular brilhantemente em seus ouvintes um pensamento graças a suas considerações humorísticas, mas suas palavras trabalhavam persuasivamente para a segurança esmagadora com que eram pronunciadas e pelas ricas experiências como orador sobre o tema nacional e estrangeiro. Agradou-me que utilizasse uma quantidade de palavras estrangeiras que não eram usuais na linguagem cotidiana. Depois do ato tivemos, como de costume, uma reunião com Liebknecht em um círculo mais restrito. Tive, portanto, a oportunidade observá-lo de perto. Seu rosto tinha uma expressão

Wissen ist Macht! (1904). “Saber é poder” foi a palavra de ordem que de início pareceria a simples justificação do trabalho das associações em prol da educação e formação política dos trabalhadores social-democratas – e, de fato, esse parece ser o sentido que vimos na utilização da expressão em sua iconografia, como mostrei nos exemplos do começo deste capítulo. Além disso, nesse mesmo texto apresentou expressões que pareciam refletir a compreensão corrente das associações como *Durch Bildung zur Freiheit*, “através da formação para a liberdade”, ou seja, algo que parecia indicar, ao menos inicialmente, o sentido tradicional das *Arbeiterbildungsvereine* que passaria pela ideia de um processo de formação pela educação e a formação política conduzindo à liberdade por meio, supõe-se, da luta política. Tudo isso condiz com os elementos presentes no cartaz presente na Imagem 12 e poderia ser comparado, ao menos nesses termos, com o chavão repetitivo que justifica a tarefa dos trabalhadores dedicados à educação: *Bildung macht frei!*, ou a educação liberta. Ou seja, aparentemente, nesses termos estaríamos apenas constatando a defesa do trabalho político da social-democracia como trabalho pedagógico²⁰⁷.

Mas isso é apenas aparente. Logo no início do texto de Liebknecht, a fórmula apresentada serve antes de questionamento e é o completo oposto do que pareceria ser a saudação à ideia da formação e cultura nos moldes das associações burguesas dedicadas ao ensino das classes laboriosas (para usar um termo de época que talvez traduza melhor

extraordinariamente severa e raramente esboçava um sorriso. Enquanto falava, o fazia sempre com uma segurança do juízo que excluía toda contradição. Enquanto falava, fazia girar frequentemente a mão estendida, como se quisesse recortar um objeto invisível. Perguntas que se faziam e que algumas vezes levavam muito longe eram interrompidas com visível impaciência, como se houvesse compreendido já de antemão. Para toda pergunta, tinha uma resposta determinada a um ponto, como se a houvesse pressentido. A maneira amável e cativante de Vollmar, que aceitava de bom grado toda objeção, lhe era totalmente estranha” (Rocker, 1947: 154).

²⁰⁷ A ideia de que o trabalho político é, antes de tudo, um trabalho pedagógico, como parte de uma tarefa mais ampla de educação política, foi defendida de boa fé por muitos dos lassalleanos que partilhavam da crença na “lei de ferro dos salários” e que, mesmo levando a sério as duras condições econômicas e políticas impostas aos trabalhadores, não deixavam de considerar a militância sindical senão como um trabalho de sisifo de natureza trágica. Uma definição do pensamento social-democrata em termos pedagógicos levando a resultados inusitados está presente no livro de Philipp Mainländer *Filosofia da Redenção* (1876). Somando a tradução da tarefa da social-democracia em termos pedagógicos (*Bildung*) em debate com o humanismo e a filosofia da natureza de Goethe e Humboldt, Mainländer beberia de uma versão ainda mais radical do pessimismo schopenhauriano para concluir que sequer a conquista do Estado Social lassalleano, a eliminação da miséria e o amor livre trariam um paraíso terrestre, apenas dariam ocasião a uma melhor possibilidade da redenção da existência (Baquedano Jer, 2011: 33; Ramos, 2007: 44) quando a humanidade poderá ser confrontada com a verdadeira face do pessimismo cósmico e a tendência ao declínio e a dissolução existenciais em todo “o seu vale de lágrimas” (Ramos, 2007: 47).

a acepção liberal sobre o trabalhador). A exposição de Liebknecht parece seguir a compreensão dos setores marxistas do *Sozialdemokratischen Arbeiterpartei* (SDAP) para os quais a transformação social e o fim da exploração precedem a ideia da educação, assim o conhecimento em si mesmo é colocado em um primeiro momento em um aspecto negativo, no mesmo plano de uma ideia de saber voltado ao treinamento e subordinação segundo os valores de classe.

Conhecimento é poder! A educação liberta! Essa expressão, que foi enfatizada anteriormente no prólogo (ao festival de Dresden), e que ouvimos tantas vezes na boca de nossos oponentes, será o foco da minha palestra de hoje. Sim, na boca de nossos adversários, e usada contra nós para refutar a proposta defendida por nós, pela Social Democracia, de que a atividade principal do trabalhador deve ser dirigida para a transformação do Estado e das condições sociais, e que a busca exclusiva de propósitos educacionais não é nada mais que um artifício elaborado para o trabalhador, que não é vantajoso nem para o indivíduo nem para o todo. (Liebknecht, 1904: 11)

Mais à frente, mesmo tomado em si mesmo, o conhecimento não é um dado e propriedade comum a ser disseminado entre aqueles que não o possuem porque o ignoraram ou desconheciam, como se fosse uma questão de precedência temporal ou uma saída das trevas, como no iluminismo, em que ele seria repassado por representantes do grupo que descobriu ou partilha esses conhecimentos. Até então, a ideia de formação nesses espaços era colocada como se existissem apenas interesses comuns com a burguesia, bastando reconhecer esses interesses e reivindicá-los. O conhecimento deve ser antes extraído, tirado da posse cultural da classe dominante, dos poderosos e dos conhecedores. O conhecimento apresenta-se como uma propriedade com características quase materiais relacionado ao lugar social em que é produzido e se encontra.

Conhecimento é poder! Esta é de fato uma verdade, conhecimento é poder. Conhecimento dá poder, e desde que o conhecimento é poder, o conhecedor e o poderoso sempre procuraram preservar o conhecimento como sua casta, sua classe, seu monopólio de classe e barrar o conhecimento dos ignorantes, dos impotentes. (Liebknecht, 1904: 11)

Apesar de discreto, o posicionamento de Liebknecht promovia uma transformação mais profunda do que pareceria inicialmente, ao propor uma modificação no sentido dessas organizações, especialmente aquelas ligadas à qualificação do

trabalhador enquanto concorrente de outros trabalhadores no mercado de trabalho, herdadas do modelo liberal anterior, e a complementação do parco ensino formal oferecido até então. Essas eram questões mal resolvidas no contexto de um entendimento das classes sociais, já que se mantinha o pressuposto da melhora da condição de vida dos trabalhadores individuais à medida que conquistassem postos melhores de trabalho por meio da concorrência, após serem melhor formados. Liebknecht buscava se afastar deste significado de formação oferecida ao se distanciar dos *Volksbildner* (educadores populares), destacando a separação entre *gebildete* e *ungebildete*, formados e sem formação, em um modo equiparado a uma condição de classe. O *Bildungsbewegung*, o movimento educacional, não deveria substituir o movimento político na medida em que, enquanto existir o estado atual e a sociedade atual, não haveria condições de existir uma educação do povo.

O Estado e a sociedade atual, que estamos combatendo, são inimigos da educação; enquanto existirem, impedirão que o conhecimento se torne propriedade comum. Aquele que quer que o conhecimento seja compartilhado igualmente por todos deve, portanto, trabalhar para a transformação do Estado e da sociedade. (Liebknecht, 1904: 14)

Certa atenção é dada à relação com os intelectuais burgueses, como se fosse traçada uma linha do partido para um posicionamento a respeito da educação, afinal, muitos intelectuais que se aproximaram do movimento social-democrático com um repertório de concepções ecléticas, distintas dos posicionamentos políticos do SPD, mesmo que nutrissem simpatia pelo partido, para Liebknecht parecia se colocar como imperativo instar o conceito de luta de classes também à esfera cultural em uma confrontação com a educação burguesa (Scherer, 1973: 1-19). Nesse sentido, a advertência de Liebknecht sobre a ambiguidade da *Bildung*: “a escola pode ser o meio mais poderoso de emancipação, tanto quanto pode ser o meio mais poderoso de dominação” (Liebknecht, 1904: 22).

Quando enunciou esse discurso, Liebknecht havia saído há dois anos do cárcere após a oposição à Guerra Franco-Prussiana e via o partido em uma nova situação de perseguição política, em uma Alemanha unificada e com jornais e encontros sendo realizados de modo escamoteado, onde sua própria participação continuava sendo um perigo (e um ano depois seria novamente julgado por traição). Neste contexto, o juízo de Liebknecht sobre a educação se inseria também na avaliação política em relação ao

poder que se instalava em uma Alemanha unificada e da qual alguns elementos eventualmente se insinuavam ao longo do seu discurso, dos quais destaco quatro.

O primeiro aspecto tratava da sua rejeição ao militarismo prussiano, vitorioso das guerras contra a Áustria, o reino Dinamarquês e a França, assim como na diplomacia armada que dependia de um orçamento crescente (Dominick III, 1982, 210-211). O segundo abordava a conjuntura complexa para a política socialista na Alemanha a partir do ataque de Bismarck aos católicos, em nome da educação, dando início à *Kulturkampf*, que atraiu cada vez mais a simpatia dos liberais e mesmo dos setores progressistas que não haviam aderido ainda ao prussianismo durante a Guerra Franco-Prussiana. O terceiro era a crítica da convergência entre setores intelectuais da burguesia liberal alemã que se uniram e justificaram as principais pautas do Reich Guilhermino capitaneadas por Bismarck, e, especialmente naquele período, ameaçavam diretamente a social-democracia e a classe trabalhadora como um todo tanto o militarismo quanto a perseguição política aos socialistas, com apoio dos liberais (como manifesto na crítica da no momento em que Liebknecht fala de uma “nação de pensadores” que não confrontou, senão abraçou, a guerra) (Liebknecht, 1904: 11-12) e que tolera a situação absurda de exploração dos trabalhadores. E talvez um quarto elemento, ainda que não seja claro (e não está explícito no texto), mas também acredito que Liebknecht temia a possibilidade de cooptação dos trabalhadores pelo nacionalismo²⁰⁸, especialmente após ver respeitáveis socialistas sendo engolidos pelo nacionalismo e enganados pelas manobras patrióticas de Napoleão III, e depois de Bismarck.

²⁰⁸ Anos à frente, o conservadorismo enraizado em setores dos trabalhadores seria um potencial alvo de influência pelo nacionalismo de organizações conservadoras, como a liga patriótica. Além disso, organizações e partidos explicitamente antissemitas passariam a assediá-lo o SPD, chegando a constituir um adversário eleitoral de peso em certas regiões. Como lembra Paul Massing, “uma ideologia conservadora de guildas ainda era forte nos sindicatos e a ideologia antissemita de uma sociedade fechada, de comunidade corporativa e regulada, tinha peso” (1949: 171). O autor prossegue: “O mais virulento antissemitismo se espalhou entre professores, estudantes, trabalhadores de escritório, baixo oficialato, profissões liberais e todos os tipos de movimentos de “reforma da vida” [A reforma da vida ou *Lebensreform* é um termo genérico para designar vários movimentos sociais que surgiram no século XIX na Suíça e Alemanha e que envolveram um estilo de vida que propugnava a volta à natureza, o consumo de alimentos saudáveis (como alimentos crus, alimentos orgânicos e vegetarianismo), nudismo, liberação sexual, medicina alternativa e reforma religiosa, e ao mesmo tempo promovendo a abstenção de álcool, tabaco, drogas e vacinas] (Massing, 1949: xiii).

Parte da primeira geração de social-democratas, como Liebknecht, constatava a conversão da burguesia aos valores conservadores do Reich alemão, observando também a consequência disso na produção de saber acadêmico. Sucederam-se pouquíssimas gerações desde as revoluções de 1848 para que a formação de um único estado alemão representasse também o que mais se temia: a subordinação ideológica aos valores prussianos. Frente a isso, tomava-se a opção mais difícil, a de resistir mesmo à oferta de ensino público e livre de uma influência imediata da igreja como um aspecto imediatamente positivo da política com frutos imediatos para os socialistas e a classe trabalhadora.

Por outro lado, o próprio saber mostrava ser algo não necessariamente positivo, pois isso dependia do sentido de sua aplicação e, portanto, das mãos que controlassem esse saber, podendo-se questionar o próprio sentido do progresso. O desenvolvimento militar através da ciência no contexto da guerra seria um dos elementos que recolocariam para Liebknecht o lugar da própria civilização

Nossa civilização é apenas superficial: é meramente a barbárie disfarçada com algumas aspirações humanitárias. A guerra a despojou de sua aura cosmética de civilização, sua bestialidade agora foi desvelada sem uma folha de figo, e ninguém pode ser surpreendido senão aquele que tem se sujeitado a falsas concepções sobre a natureza atual de nossa civilização (Liebknecht, 1904: 16)

Além da questão prussiana e da convergência da burguesia e da aristocracia nos objetivos militares, modificando o próprio sinal do que antes se via como progresso²⁰⁹, o texto aponta aspectos importantes, como o poder de controle científico sobre os trabalhadores e o exercício do poder da burguesia ilustrada de dominação científica da classe trabalhadora. Frente a isso, o papel do conhecimento, da ciência e da *Bildung* não é algo neutro, sendo exercido como meio de dominação e desenvolvimento de capacidade destrutiva na Guerra, como ferramenta de controle ideológico nas escolas e pela imprensa. Um sentido distinto de *Bildung* deve ser reconquistado de modo político, defende Liebknecht, que conclui seu discurso com a frase: “Enquanto o estado atual e o

²⁰⁹ E nisso ecoando temas que também seriam tratados por Engels sobre a guerra e o desenvolvimento da indústria bélica, como o sentido da reversão do desenvolvimento das forças produtivas em forças destrutivas, levando ao diagnóstico posterior de uma potencialidade de colocar em xeque o próprio futuro, de modo contraintuitivo ao modo como em geral é interpretado a respeito, como fiador de uma crença inexorável em relação ao progresso (Anfra, 2013:178-201).

estado presente da sociedade se mantiverem, não haverá civilização, nem educação, nem desenvolvimento mental do povo” (Liebknecht, 1904: 52). No final, a fórmula inicial do texto por fim se inverte, passando de “através da educação para a liberdade” para “através da liberdade para a formação” (Liebknecht, 1904: 52).

Somente em um estado de pessoas livres é que o povo pode alcançar a educação. Somente quando o povo luta pelo poder político é que as portas do conhecimento se abrem para ele. Para os inimigos, conhecimento é poder; para nós, poder é conhecimento. Sem poder, não há conhecimento. Saber é poder – poder é saber! (Liebknecht, 1904: 52)

Liebknecht manifestou uma questão premente em termos da conversão da intelectualidade burguesa ao conservadorismo e estendeu a crítica do marxismo à *Bildung*, incluindo aí a ciência e a intelectualidade burguesas, com base na correlação política do Estado alemão e a constatação do exercício do poder de classe. O que se conclui do sentido da *Bildung* na acepção particular de *Arbeiterbildung* vislumbrado por Liebknecht é que, no aspecto negativo, ou seja, pelo que ela não é, ela está distante de uma continuação dos valores burgueses reconhecidos enquanto importantes valores culturais, na medida em que se está distante da ideia de autocultivo e autoformação. Não se pode dizer que o proletário inicie sua experiência como formação a partir da autoafirmação de sua potência e certeza, para então se constituir em sua subjetividade, na medida em que, no caso de tentarmos uma elaboração neo-hegeliana neste contexto, o proletário já se constitui como ser para um outro, seja ele enquanto o seu padrão, seja enquanto classe, enquanto oprimido pela classe burguesa, seja enquanto totalidade e categoria ontológica, como se servisse ao próprio capitalismo. Compartilhar o sentido da *Bildung* da classe burguesa entre o proletariado seria, nesse contexto, assumir a subordinação política da classe trabalhadora e assumir as contradições da cultura e da educação burguesa. Nesse sentido, mesmo o conceito de progresso, e o próprio sentido de futuro apontando um aspecto mais amplo e social, igualmente se distanciam da tradição iluminista, por mais que muitos entre os social-democratas ainda se considerassem como os herdeiros mais legítimos da ilustração. O que se colocava no centro da ideia de formação a ser seguida nas escolas do partido, para Liebknecht, deveria ser a centralidade do objetivo político de transformar a sociedade e, assim, modificar as condições em que o saber é produzido e modificando-se seus fins,

distanciando-se da destruição capitalista e o individualismo. Uma meta coletiva e política cujo resultado traria uma verdadeira partilha do saber a partir de condições novas para sua distribuição.

Um apontamento justo, mas fica em aberto um problema prático para as escolas do partido, que refletia os altos e baixos da política partidária e sindical, como foi o caso para a sessão de Düsseldorf do SPD duas décadas após o discurso de Liebknecht. Afinal, nesse novo contexto, que educação seria esta apontada para a emancipação dos trabalhadores e ao mesmo tempo subordinada ao sentido coletivo de uma transformação social e que não fosse apenas a reprodução dos valores “occos” burgueses, como a moral e a propriedade? De um modo simples, esse processo foi compreendido com o reconhecimento da ligação, acima de tudo, com a prática política do partido e o horizonte revolucionário. Mas a resposta sobre como isso ocorreu e como se adequou ao ciclo de atividades institucionais legais sem o comprometimento intencional com um processo revolucionário, essa é uma questão que foge de minhas capacidades de resposta. No entanto, como vimos no cartaz sobre o Primeiro de Maio no início deste capítulo, é possível concluir que esse não foi um processo sem certos ruídos, e que a relação entre a política e as ciências para o partido social-democrata não foi resolvida de modo tão claro quanto desejava Liebknecht.

Der wahre Jacob

Ersteht alle 14 Tage einmal.
 Zu beziehen durch alle Buchhandlungen und Kolporteurs, sowie durch die Post (eingetragen unter Nr. 6939),
 in Berlin auch durch jeden Zeitungspediteur und Zeitungverleger.

Bildkraft-Mischungen.
 Leipzig. Um nicht zu verlernen, ist schon jetzt der Redacteur für die
 Tobenfeier Bismarck's in dem Reichstagsabgeordneten Dr. Kasse gelunden
 worden. Bismarck soll wie erfrut über die nationalfeindliche Hinterlage sein.
 Dresden. Die Gerichte beschließen sich mit folgenden Satz: Ein
 Bürger hat einem Elendeboten die Treppe hinaufgeworfen, weil er ihm
 unverschämte einen Streifen aus dem Mund brachte. Die Entscheidung, ob
 dieß großer Unthat ist oder nicht, heißt noch aus.

Strasburg. Es ist festgestellt, daß der weisse Grund des Ver-
 trats des Zruds der „Ungleichzeitigen Beschäftigung“ darin zu liegen
 sei, daß die Auflösung des Zruds im Jahre preußisches Meierwail-
 regt ist.

Westafrika. Die neuesten Mittel zur Bekämpfung des Kaffeehandels
 haben erheben und niedererschlagend gewirkt, je nachdem die
 Schmarren aufgeföhrt oder mit Hülfsstoffen behandelt wor-
 den sind.

— Nachklänge von der Maifeier. —



Hollah, ihr Leute vom Besitz,
 Von Bildung und Verstand,
 Weshalb verläßt euch euer Witz,
 Erbleicht ihr wie die Wand?

Der Arbeit Söhne ziehen aus
 Zu feiern ihren Mai,
 Sie janchen froh ins Land hinaus,
 Die Welt wird wieder frei!

Dreimal der Arbeit ein Hurrah,
 Die Gleichheit sei's Panier,
 Als Brüder stets die Welt uns sah,
 Der Freiheit leben wir!

Imagem 16. Capa do jornal *Der Wahre Jacob*, de 1894. O título da imagem é “Depois do Primeiro de Maio”. Abaixo, lê-se o poema: “Olá, povo da propriedade, da educação (*Bildung*), do intelecto. Por que seus gracejos os deixam pálidos como a parede? Os filhos de trabalhadores saem para celebrar seu maio. Eles gritam felizes para este país, o mundo será livre novamente! Três vezes mais um viva para o trabalho, a igualdade seja sua bandeira. Irmãos, sempre que o mundo nos viu, nós vivemos a liberdade!”²¹⁰. Fonte: *Nachklänge* (1894: 1).

²¹⁰ No original em alemão: “*Nachklänge von der Maifeier*”: “Hollah, ihr Leute vom Besitz,/ von Bildung und Verstand,/ Weshalb verläßt euch euer/ Witz, erbleicht ihr wie die Wand?/ Der Arbeit Söhne ziehen

4 SOCIALISMO EVOLUCIONÁRIO

Jornalista: Mas os socialistas consideram a transformação dos meios de trabalho em propriedade coletiva da sociedade como o grande clímax do movimento.

Marx: Certamente, nós dizemos que esse será o resultado do movimento. É uma questão de tempo, de educação e do desenvolvimento de formas sociais superiores.

Jornalista: Essa plataforma aplica-se somente à Alemanha e a um ou dois outros países.

Marx: Ah!, se você não tirar suas conclusões de nada além disso, você não sabe nada sobre a atividade do partido. Muitos desses pontos não têm significado fora da Alemanha. A Espanha, Rússia, Inglaterra e América têm plataformas adequadas às suas dificuldades particulares. A única similaridade nelas é o fim a ser alcançado.

Jornalista: A supremacia do trabalho?

Marx: A emancipação do trabalho.
(Andreas; Marx: 1968: 241-242)

As décadas finais do século XIX representam um período difícil na história da social-democracia alemã, marcado pela luta contra as leis antissocialistas e pelo esforço de manutenção das organizações de trabalhadores. Foi também quando novos problemas surgiram, como a mobilização do conservadorismo e do nacionalismo junto às classes populares, além da definição de praticamente todo o campo liberal como oposição ao socialismo. E foi, ainda, uma época de intensos debates, particularmente as polêmicas sobre o revisionismo e sobre a política militar do Estado prussiano. E no que toca a esta pesquisa, Darwin e o evolucionismo seguiram uma referência por polos opostos de debates importantes travados no interior da social-democracia.

Ao longo do século XIX, a classe trabalhadora foi se tornando parte da sociedade alemã, especialmente com os sinais de uma melhora de sua situação econômica e progressiva difusão de sua subcultura. Apesar disso, a social-democracia emergia da convergência paradoxal de posições diversas de seus membros e frações entre lealdade nacional, valores internacionais e, com relação às demais forças políticas fora do partido, acabava por servir de bode expiatório político, ensejando relativa unidade entre conservadores e liberais, estabilizando a concentração de poder nas mãos

aus/ zu feiern ihren Mai, - /Sie jauchzen froh ins Land hinaus,/ die Welt wird wieder frei!// Dreimal der Arbeit ein hurrah, /die Gleichzeit sei's Panier,/ Brüder stets die Welt uns sah/, der freiheit leben wir!?"

de Bismarck. Um beco sem saída no que toca à relação entre o partido social-democrata e o estado imperial alemão (Groh, 1973: 729), pois, sem possuir força suficiente para subverter o sistema político em um processo revolucionário, restava como principal orientação política para a social-democracia aguardar uma ocasião revolucionária e evitar o conflito, ao menos enquanto avaliasse que lhe faltava a força necessária. Esse foi o chamado atentismo revolucionário, segundo o qual o partido precisaria manter uma unificação ideológica de um movimento divergente para “racionalizar a falta de determinação de subverter o sistema existente” (Groh, 1973: 491). Apesar de, em princípio, não divergir da tese de Schorske (1983) de que a constituição principal do embate entre as alas políticas do SPD se originaria no XIX a partir do conflito entre sindicatos e partido, Dieter Groh apresenta uma sequência de eventos que indica uma maior complexidade entre as posições políticas do SPD, o que pode ajudar a entender as posições que exponho mais à frente. Portanto, é um período em que se apela à ideia de revolução sem que o conflito armado entre em questão, mantendo-se, aparentemente, o horizonte da centralidade do trabalho e da conquista de reformas políticas favoráveis aos trabalhadores, e mesmo em nome da democracia em geral. Porém, mantém-se viva no partido uma ideologia revolucionária contraditória, ao lado de uma ideologia reformista, contradição que não é descartada por Dieter Groh como o disfarce de uma simples vitória do reformismo, como é recorrente em muitas das interpretações sobre os líderes do período, mas antes seria uma contradição constitutiva do SPD, cuja natureza se explica pela trágica naturalidade do processo de cisão interno do partido, em que ocorrera um cenário intrincado de um tipo de beco sem saída político que se estende por um longo período, e contra o qual muitas respostas teóricas e políticas são ensaiadas.

Esse impasse é particularmente acentuado durante a vigência das leis antissocialistas, que impactaram fortemente as publicações do partido e sua influência política em relação ao resto da sociedade, já que precisavam contornar a repressão para serem disseminadas, fazendo-o de modo escamoteado, o que inevitavelmente resultou na restrição do livre debate dos posicionamentos da social-democracia, na medida em que a restrição de publicações e o cuidado com os posicionamentos conduziram a uma diminuição dos temas e posicionamentos tanto em quantidade quanto em amplitude, seja em profundidade, seja em ousadia. Poucas foram as publicações que sobreviveram

à repressão e conseguiram atingir o “meio social cultural” ou subcultura da social-democracia para garantir minimamente o funcionamento de uma esfera pública social-democrata de oposição. Assim, a leitura e a compreensão dos textos do período impõem entender a repressão enquanto um tipo de fato social.

Com exceção de alguns poucos casos, como *Die Frau und der Sozialismus* (Zurich, 1879), o livro de Kautsky *Karl Marx' ökonomische Lehren* (Stuttgart, 1887), e talvez se pudesse incluir *Herr Eugen Dühring's Revolution in Science* (primeiramente publicado em fascículos no *Vorwärts*, 1877-1878), a maioria da produção literária dos social-democratas desses anos não teve significância duradoura. Nenhum livro ou panfleto apresentou um posicionamento das visões moderadas e, portanto, para esse ponto de vista, é preciso fazer um relato conjunto a partir dos escritos de homens como Wilhelm Blos, Karl Frohme, Bruno Geiser e Louis Viereck. [...] Grande parte da literatura social-democrata, deve-se notar, foi publicada como parte de várias séries de publicações, sendo as mais importantes: a *Sozialdemokratische Bibliothek* (Hottingen-Zurich, 1885, publicada pelo partido); a *Sozialpolitische Zeit- und Streitfragen* (Munique, 1883-1886, publicada por Louis Viereck); a *Berliner Arbeiterbibliothek* (Berlim, 1887-, editada por Max Schippel); e a *Internationale Bibliothek* (Stuttgart, 1887-, publicado por J. H. W. Dietz em estreita cooperação com a direção do partido. (Lidtko, 2015: 354)

Partindo dessas premissas, avanço para o último capítulo da tese, que começará com um relato breve sobre a conjuntura política da social-democracia após as unificações, tanto da Alemanha como do SPD, e que servirá para a compreensão das questões envolvidas no debate sobre o Congresso do partido em Hanover, no ano de 1899. Esse comentário de conjuntura segue, de modo geral, as balizas traçadas por Dieter Groh, Carl Schorske e o relato de Detlef Lehnert (1977) sobre as estratégias políticas do período, somado ao comentário sobre a conjuntura eleitoral do período, além da questão da educação.

O início deste capítulo será uma breve descrição da conjuntura política da social-democracia alemã no século XIX, após a qual, apresento os tópicos teóricos nos textos de Bebel, Bernstein e Kautsky relacionados ao tema dos evolucionismos associado a suas concepções políticas. O capítulo não segue uma direção linear, esgotando cada autor, mas traz uma ordem aproximadamente cronológica do aparecimento dos temas e preocupações que os ocupavam.

Na sequência, passarei propriamente ao comentário dos textos, mas antes gostaria de relacionar o que aparece neste capítulo destacando os pressupostos desses textos em relação com o que está presente na tese até aqui, justificando o caminho até esta parte final. Os temas que trato aqui são o debate de Bebel com Haeckel no livro *A mulher e o socialismo*, onde entram em questão aspectos da discussão sobre a teoria da evolução e da conjuntura política e educacional alemã do Capítulo 3, além da apresentação de Haeckel traçada no Capítulo 1. Depois, passarei aos comentários a respeito da influência do evolucionismo spenceriano em Bernstein, o que pressupõe o comentário sobre Spencer no Capítulo 1 desta tese. O ponto seguinte será o tratamento do tema da população em alguns textos de Kautsky, que por sua vez está em conexão com o malthusianismo, destacando-se a importância do tema para o debate sobre a questão camponesa – essas discussões, a seu turno, pressupõem a compreensão da relação entre Darwin e Malthus ressaltada pelos socialistas que abordaram o tema, cuja apresentação figura nos Capítulos 1 e 2, além da discussão sobre a população em Marx, realizada no Capítulo 2.

4.1 A CONJUNTURA POLÍTICA DA SOCIAL-DEMOCRACIA APÓS A UNIFICAÇÃO

Pois a revolução foi o resultado de causas econômicas, psicológicas e morais fora de seu alcance. Eles estavam condenados a resistir de modo impotente, e então sucumbiram. Porque é a eterna ilusão das classes dirigentes pensar que podem remover os efeitos sem chegar às causas, legislar contra a anarquia ou contra o sindicalismo (como na França e nos Estados Unidos), contra o socialismo (como fez Bismarck na Alemanha), ou contra o comunismo, como se esforçam para fazer mais ou menos em todos os lugares hoje. A mesma velha experiência histórica. O Império Romano também perseguiu os cristãos em vão. O catolicismo teve pessoas queimadas em toda a Europa sem derrotar a heresia, que é a essência da vida.

Victor Serge (1979)

Nos anos 1880, embora a disputa pela manutenção da influência política de Marx no partido social-democrata estivesse viva para Engels, as questões entre lassalleanos e eisenachers pareciam superadas para os quadros do partido social-

democrata. Eles acreditavam que a social-democracia tinha outros desafios mais prementes, especialmente depois de se tornarem mais claras as intenções militaristas de Bismarck, manifestas após a Guerra Franco-Prussiana com a anexação da Alsácia-Lorena, e a direção política do recém-formado Império Alemão, cuja perseguição atingiu lassalleanos (ADAV), eisenachers (SAPD) e toda a imprensa social-democrata assim que ambas as alas social-democratas demonstraram simpatia pela Comuna de Paris (Morgan, 1965: 32-33). No entanto, após a unificação nacional e a subsequente unificação do partido, os caminhos do SPD seguiram indefinidos. A palestra *Saber é poder* (1872), de Wilhelm Liebknecht, é interessante pois esquadriha os desafios para o partido neste período em quatro frentes: o crescimento do movimento social-democrata; a necessidade de convergência entre formação política e cultural segundo os objetivos de uma transformação social favorável à classe trabalhadora; a luta ideológica contra a burguesia – partindo da constatação de que a *Bildung* e a ciência não eram neutras; e a luta política contra o militarismo e os setores conservadores da sociedade manifestos na política bismarckiana. Dentre essas frentes, seria justamente a última a que se mostraria mais decisiva.

Após a tentativa de assassinato do Kaiser por dois membros da ala radical do SPD defensores da “propaganda pela ação”²¹¹, Bismarck, que já contava com o apoio

²¹¹ A propaganda pela ação surgiu entre os meios anarquistas e foi defendida pelos setores radicais do anarquismo da Internacional Anti-Autoritária, especialmente na 9ª sessão do Congresso de Verviers na Bélgica, entre 6 e 8 de setembro de 1877, a “propaganda pela ação” pressupunha o combate contra todos os partidos políticos visando “iluminar pela experiência e abrir os olhos dos trabalhadores, abandonando o caminho da ordem e entrando no caminho do socialismo anti-autoritário”, para alarme de James Guillaume (Carlson, 1972: 95). Seu efeito no movimento anarquista foi deletério. Na Suíça, por exemplo, que até então fora um refúgio do movimento anarquista, ele foi aniquilado. Costuma-se atribuir as tentativas de assassinato do Kaiser a uma suposta conversão de seus perpetradores ao anarquismo, impactando também a relação do SPD com o setor radical de Berlim representado pelos jungen. No entanto, Max Hödel, autor da primeira tentativa, havia passado por várias linhas políticas, desde nacionais liberais até o SPD, do qual foi expulso por acusações de desvio de dinheiro, definindo-se depois de preso como social-cristão e, aparentemente, sua inspiração no anarquismo viria indiretamente, da leitura de um livro que defendia a propaganda pela ação (quando foi preso vivia da venda de assinaturas do *Vorwärts*). O segundo atentado foi perpetrado por Karl Nobiling, doutor em ciência política e agronomia pela Universidade de Halle e pela Universidade de Leipzig, de família abastada, e que, apesar das alegações da polícia, não tinha qualquer relação com a tentativa anterior de assassinato do imperador (Carlson, 1972: 115-172). A propaganda pela ação reapareceria posteriormente, no SPD, por obra de Johann Most, que assumira a edição de diversos jornais do partido, como o *Süddeutschen Volksstimme* e o *Berliner freie Presse*. Most foi preso em algumas ocasiões e foi eleito para o parlamento em 1874 sem grande destaque, era um bom orador nas *Abeiterbildungsvereine* e faria a defesa pública da propaganda pela ação no exílio quando dirigia o *Freiheit*, jornal das *Kommunistischer-Arbeiterbildungsvereine* em Londres e que faria oposição ao *Der Sozialdemokrat*. No entanto, sua defesa teve pouco efeito, exceto entre os exilados e os

dos conservadores, aproveitou a oportunidade criada pela repulsa dos liberais em relação ao socialismo (intensificada após as manifestações de solidariedade dos trabalhadores alemães à Comuna de Paris) e se esforçou em tentar aniquilar o Partido Social-democrata com as leis antisocialistas, entre 1878 e 1888, estendendo a perseguição para além das organizações explicitamente políticas, como os sindicatos, sedes locais e jornais, e atingindo, assim, também as associações educativas e culturais²¹².

A despeito disso, a social-democracia manteve-se firme e “o movimento se preservou, mesmo que a organização partidária, seus afiliados e seus jornais fossem reprimidos” (Lidtke, 1964: 202)²¹³. Para isso, o partido contou com um importante elemento político: a “experiência concreta da solidariedade” do partido, que se mostrou vital em ocasiões diversas, como na perseguição política e na prisão recorrente de suas lideranças políticas, já que, nesse contexto, muitos passaram a depender do partido em vários níveis. No entanto, o alcance da ação solidária e pública também sofria com as mudanças no regime político e a conquista de certo grau de liberdade nos limites do estado nacional. Por isso, quando o autoritarismo e a perseguição radicalizaram a linha da política institucional de modo mais claro, obrigando os líderes perseguidos a irem para o exílio, era comum o sentimento de abandono por parte da classe trabalhadora alemã com relação a seus líderes, de modo semelhante ao que ocorreria posteriormente, em 1934, com o advento do nazismo. Foi somente com a criação de uma rede

os *jungen*, o que também durou apenas até sua expulsão do SPD, em 1880, precipitando a posterior conversão do *Freiheit* para o anarquismo.

²¹² “A polícia não só havia proibido a dança, mas também todas as cantorias, apenas música de concerto era permitida. Não se podia dizer que o clima entre os participantes era particularmente feliz. Poucos acreditavam que sequer cantar era permitido, e assim o chamado para um coral da associação de cantores ‘Lassallia’ cresceu cada vez mais. O convite finalmente foi atendido, os cantores fizeram fila e começaram sua canção. Nesse momento, dois policiais disfarçados abriram caminho através das fileiras dos cantores e proibiram a cantoria, declarando ao mesmo tempo que teriam que ‘dissolver a reunião’ se alguma tentativa fosse feita para continuar cantando” (Lidtke, 1979: 56).

²¹³ Comentou o jovem Rudolf Rocker sobre a publicação do *Sozialdemokrat*, encerrada logo após o fim das leis antissocialistas, como um símbolo da capacidade de organização e resistência do período: “O jornal apareceu regularmente no estrangeiro desde 28 de setembro de 1879 e foi contrabandeado para a Alemanha, onde se difundiu. Foi impresso em Zurique por alguns anos e depois foi trazido a Londres, quando o governo republicano da Suíça teve que se submeter a Bismarck e expulsou a redação e a administração do periódico de sua Confederação. Nos últimos anos do estado de sítio, o *Sozialdemokrat* foi impresso, ainda que secretamente, na própria Alemanha, o que favoreceu em muito sua difusão. Um sentimento singular se apoderou de mim quando chegou em minhas mãos o último número do periódico, em cuja difusão havíamos trabalhado tão alegremente” (Rocker, 1947: 181).

subterrânea de apoio mútuo organizada por militantes da base na Alemanha e na Áustria que se reconstituíram os laços para garantir o ressurgimento desses movimentos como grupos relevantes após o fim da repressão (Roth, 1963: 203-211).

Após 1871, a Alemanha enquanto um império recém-unificado conseguiu se impor rapidamente sobre as alas da social-democracia, obrigadas a reconhecer a solução da “pequena Alemanha” sob a hegemonia prussiana e o que isso implicava em sua direção política. Apesar da sucessão de alvos entre minorias nacionais (como os falantes do prussiano antigo, língua de origem báltica, os poloneses, habitantes de língua eslava da região de Königsberg, atual Kaliningrado, entre outros), povos nômades germânicos (Yeniches, Sindi e Rom), judeus (principalmente os falantes de ídiche) e católicos, nenhum grupo ou organização conseguiu disputar o posto de principal *Reichsfeind* (“inimigo do Reich”) com a social-democracia (Rettalack, 2008: 31).

Mesmo nesse contexto, a social-democracia não desapareceu e seguiu atuante e relevante politicamente, pois, ainda que sua principal questão fosse a luta pela sobrevivência, ela influenciava a sociedade e a política alemã. Talvez a descrição mais correta sobre a conjuntura política da social-democracia no final do século XIX seja a de Dieter Groh: uma integração negativa que combinaria a situação de unificação nacional com o isolamento político, influenciando a política governamental apenas indiretamente e, no máximo, barrando algumas políticas do governo a partir de seu espectro limitado de ação, somada a um papel de unificação da oposição política ao Reich com uma significativa relevância no âmbito da formação política dessa oposição.

Em termos de orientação política prática, a luta pela aprovação do sufrágio universal masculino fora a principal bandeira de lassalleanos e eisenachers desde o Congresso de Gotha, em 1875. O SPD adotara a defesa do sufrágio universal como o ponto político de convergência entre as duas alas, em uma posição que viria a ser reiterada no Congresso do Partido em Sankt Gallen, em 1887, durante a vigência das leis antissocialistas, aperfeiçoando essa posição prática para a linha de um “parlamentarismo crítico”, utilizando as eleições para difundir ideias socialistas e combater a sociedade capitalista a partir da tribuna do Reichstag. Essa linha política se

estenderia até o congresso de Erfurt²¹⁴, em 1891, onde se estabeleceu a conjugação da premissa de uma constatação da morte iminente do capitalismo e a necessidade da apropriação coletiva dos meios de produção, mas, ao invés de se inferir uma política revolucionária adequada à premissa revolucionária, concluía-se pela luta em direção à centralidade da luta sindical como centro da política e a necessidade da conquista de maior participação no Reichstag e nos parlamentos locais para a conquista de direitos dos trabalhadores.

Dependendo do ponto de vista que se adotasse, era possível dizer que a força do partido e sua razão estavam, seja nas premissas, seja nas conclusões. O efeito prático dessa ordem lógica era a unidade, na medida em que o programa reconhecia ao mesmo tempo o programa teórico dos antigos eisenachers, próximos a Marx, e o programa prático dos lassalleanos, com o aceno ao sucesso da participação dos trabalhadores no parlamento e nos sindicatos contra uma militância de perfil exclusivamente revolucionária. Durante o período, os únicos a reconhecerem a necessidade de luta revolucionária imediata contra o Império seria a pequena corrente conhecida como os *Jungen* e os que defenderam a “propaganda pela ação”, porém, sofrendo forte rejeição da direção do partido e resultando, pouco mais à frente, em intensos tumultos e expulsões do partido. Rudolf Rocker, que se aproximara dos setores radicais do SPD durante esse período de transição antes de romper e se orientar pelo anarquismo, manifestou do seguinte modo seu posicionamento onde, nota-se, parecia optar por uma coerência prática em relação ao posicionamento teórico revolucionário do partido:

²¹⁴ O começo do Programa de Erfurt começa com um atestado da presença de Kautsky que determina o tom da sua interpretação de Marx quando trata da “necessidade natural” latente nas contradições econômicas que conduziria à transformação de suas formas em direção ao socialismo: “O desenvolvimento econômico da sociedade burguesa conduz, com necessidade natural, à ruína da pequena empresa, assentada sobre a propriedade privada dos meios de produção pelo trabalhador. Ela separa o trabalhador de seus meios de produção e o transforma num proletário sem posses, enquanto os meios de produção se tornam o monopólio de um número comparativamente pequeno de capitalistas e grandes proprietários fundiários” (Programa, 2012: 92). E é nesse contexto que, mais à frente, aparece a questão das crises: “O abismo entre possuidores e não possuidores torna-se ainda mais profundo com as crises inerentes à essência do modo de produção capitalista, crises que se tornam cada vez mais abrangentes e devastadoras, ultrapassando a tal ponto a insegurança geral própria das condições normais da sociedade que a propriedade privada dos meios de produção torna-se inconciliável com sua utilização conforme a um fim e com seu pleno desenvolvimento” (Programa, 2012: 92-93). Apesar disso, Engels, em carta a Bebel, já havia comentado no contexto das discussões sobre o Programa de Gotha que as questões das crises para Marx seriam “extremamente complexas” com causas variadas e não se davam de modo tão simples de modo a permitir uma previsão de uma tendência tão peremptória comparável à lei de ferro dos salários de Lassalle (Engels, 2012: 54).

Para mim, pessoalmente, era cada vez mais claro que a atividade parlamentar não se harmonizava, a longo prazo, com o verdadeiro trabalho educacional socialista. Como todos os outros companheiros de meu ambiente, tinha então a crença firme de que o socialismo não podia ser realizado por meio de reformas parlamentares, senão pela grande transformação social com meios revolucionários [...] Mas como se podia explicar-lhes essa verdade, se ao mesmo tempo se colocava tudo em jogo para obter grandes vitórias eleitorais? Como era possível impor a entrega de seu voto ao partido como um dever político e lhes explicar, ao mesmo tempo, que esse dever não os aproximava da conquista de sua liberdade? (Rocker, 1947: 180)

Do ponto de vista das lideranças políticas do SPD, além do nacionalismo, do antissemitismo e da burguesia, restava ainda a questão da oposição interna representada grupos radicais e antiparlamentares do partido, pois, apesar da sensação de segurança após o fim das leis antissocialistas somada ao desempenho eleitoral promissor, nada parecia garantido aos seus olhos. Na cervejaria Lipp em Berlim, em seu primeiro discurso público após o fim das leis antissocialistas, Bebel inicialmente elogiou a resistência, o empenho e a organização dos trabalhadores alemães, e logo em seguida deixou clara sua posição contrária aos assassinatos por motivações políticas, destacando sua oposição à propaganda pela ação, tocando no confronto com Johann Most e o *Freiheit*. Porém, em sua conclusão, Bebel voltou-se também contra os demais setores radicais do SPD representados pelos *jungen*²¹⁵ em seu principal reduto, ainda que opostos à estratégia de assassinatos políticos, acusando-os de levar água ao moinho dos inimigos do movimento operário. E lá permaneceu, aguardando a resposta deles e os confrontando em público. Lideranças como Bebel, como o próprio já havia deixado claro, temiam a justificação de novas represálias por parte dos governos que sucederam a Bismarck, que viessem a anular a vitória da social-democracia contra as leis antissocialistas, especialmente no caso de uma conjuntura desfavorável após a aprovação por parte do Imperador da lei antirrevolução (*Umsturzvorlage*) e da aliança cada vez maior entre acadêmicos e liberais na causa antissocialista (Bebel, 1898: 2). Esta ocasião foi aproveitada pelas lideranças do partido como um movimento de centralização política contra os setores antiparlamentares do SPD, numa subsequente

²¹⁵ Estavam presentes no evento Karl Wildberger, Wilhelm Werner, Richard Baginski e Bruno Wille (Rocker, 1947: 183). Para um relato completo sobre o episódio, veja-se o relato de Rocker, que foi um dos expulsos na ocasião (Rocker, 1947: 177-201).

onda de expulsões que envolveu os *jungen* e seus seguidores que, em geral, após esse episódio seguiram o caminho do anarquismo.

Com o fim da proibição do debate político e da limitação das publicações obrigando a uma colaboração e solidariedade entre as diversas frações, eclodiu um período de intensos debates. No campo ideológico, ou se tratamos de visões de mundo ou de senso comum, o período foi marcado por discussões teóricas importantes no partido, na busca de uma maior adequação entre a teoria e a prática social-democrata e os desafios à posição teórica da liderança do partido não surgiam apenas da esquerda. Um exemplo, foram os discursos de Vollmar em 1o. de junho de 1891 em Munique, em que se alegava ter chegado o momento de uma redefinição teórica do partido social-democrata. Foi a ocasião em que emergiu, de modo político e não apenas teórico, a questão do *revisionismo*.

Ao mesmo tempo, a conjuntura política obrigava uma resposta, especialmente quanto às pautas defendidas até então pelo SPD, como a luta pela democracia e pelo direito ao voto. Assim, o estabelecimento de eleições gerais para o Reichstag desde 1871 marcava um tipo de golpe para a social-democracia, especialmente pelos limites de sua ação política no interior do parlamento.

De um ponto de vista geral, as eleições na Alemanha durante o século XIX foram parte de um jogo político cujo maior efeito a longo prazo talvez tenha sido ajudar a forjar uma unidade política nacional alemã entre tantos símbolos e rituais. “A prática de votar a cada três anos em eleições nacionais foi muito importante para forjar um senso de identidade nacional alemã, bem como para incentivar a emergência gradual de uma cultura cívica democrática”, comentou Retallack (2008: 32), em que o “parlamento representava genuinamente a metade masculina da população” que “ganharia peso como foco da vida política nacional durante a existência do império” (Retallack, 2008: 32).

A forja de uma cultura democrática não veio acompanhada, porém, de democracia política de fato no Império Alemão. Na verdade, é possível dizer que nenhum grupo conseguia influenciar de fato as decisões do Império, afinal, os partidos políticos organizados da Alemanha imperial não poderiam assumir o governo e as

maiorias no parlamento poderiam ser dissolvidas conforme a vontade do imperador²¹⁶. As correntes da social-democracia que decidiram atuar no parlamento de modo prático sobre temas como a educação, a política colonial, a rejeição à perseguição de minorias (especialmente durante a intensa campanha de vilificação dos judeus durante os anos 1870), além das inescapáveis pautas trabalhistas, tinham uma resposta muito maior atuando nos parlamentos estaduais e negociando com governos locais em relação à política interna. Apesar disso, o legislativo tinha um poder significativo sobre um aspecto importante: o orçamento do Império, e, portanto, podia incidir indiretamente na política externa, o que tornou essa pauta, por um longo tempo, o principal foco da política prática no sentido de minar o orçamento militar do Reich²¹⁷, especialmente por parte das correntes marxistas da social-democracia que conseguiram representação no parlamento. No entanto, não é possível dar uma importância excessiva à participação parlamentar, já que que as eleições eram conduzidas pelo Reichstag (a Assembleia Imperial) e o Reichstag, por sua vez, poderia ser dissolvido pelo Kaiser.

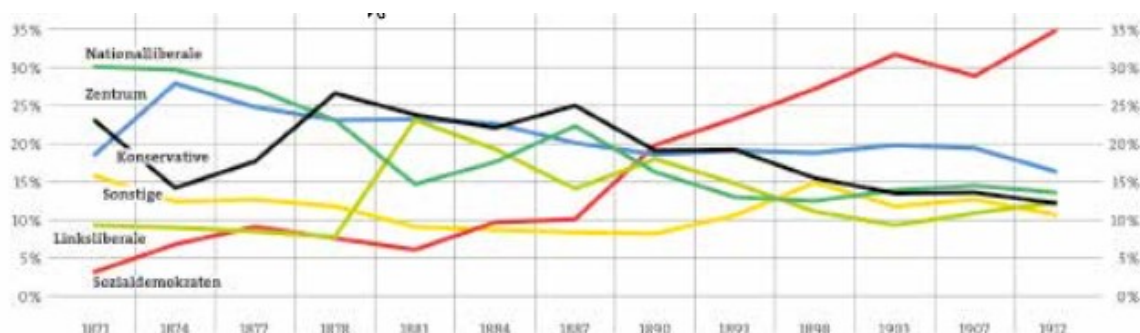


Imagem 17. Desempenho eleitoral dos partidos no Reichstag de 1871 a 1912. Liberais Nacionais em verde escuro, Partido de Centro em azul, Partido Conservador em preto, outros partidos em amarelo, liberais de esquerda em azul claro (dependendo do período e das coalizões envolvendo o Partido Livre-Pensador Alemão, Partido do Progresso, Partido Popular, Partido Popular do Progresso, União Democrática) e o Partido Social-democrata em vermelho. Fonte: Ziemann (2015: 54).

²¹⁶ Veja-se o rápido movimento de mudança que se observou em 1878 e 1879, entre a maioria liberal que formara a base do mandato de Bismarck como primeiro-ministro da Rússia e chanceler do Reich, forjando uma aliança com os conservadores e se aproveitando, para isso, das leis antissocialistas (Lehmann, 2010).

²¹⁷ Já em 1865, Engels alertava sobre a importância do tema de um ponto de vista operário em relação à política militar prussiana, como no texto *A questão militar prussiana e o partido dos trabalhadores* (Anfra, 2013: 111), e o assunto voltaria à tona com relevância ainda maior quando se deduzia a implicação da expansão brutal do projeto militar do Império Alemão em relação aos demais países em *A Europa pode se Desarmar?* (1893) (Anfra, 2013: 186-189).

No entanto, a despeito da eficácia política do exercício de propaganda política socialista e a recusa dos orçamentos do Reich, o fato é que a social-democracia foi o partido que mais cresceu durante as eleições, tornando-se uma força política indiscutível no parlamento.

Além das eleições, havia outro problema mais geral no campo ideológico. Com a *Kulturkampf* de Bismarck selando a aliança entre liberais e conservadores contra o centro católico, a ideia de ciência e progresso político não emergia na opinião pública de modo imediatamente associado à social-democracia ou ao socialismo, especialmente quando considerada do ponto de vista da crítica à religião. Como prenunciado por Liebknecht em *Saber é poder* (1872), a disputa política central entre o proletariado e a burguesia também se fazia presente no aspecto ideológico e envolvia a disputa não apenas da ciência e da cultura, mas do seu sentido. Para o historiador e militante do SPD, Franz Mehring, esse embate com os setores liberais seria a característica dominante da política socialista.

O filósofo da moda von Hartmann previu a “autodestruição do cristianismo” e foi ao mesmo tempo um dos que perseguiram os socialistas com maior ódio. E o mesmo se aplicava a quase todos os darwinistas alemães. Em resumo, a cada dia ficou mais claro que as lutas de classe econômicas não precisavam mais de um traje religioso; essa era uma consequência facilmente explicável da grande indústria, impossível sem um amplo domínio sobre a natureza e, portanto, também sem uma destruição profunda de todas as representações sobrenaturais. (Mehring, 2013: 1384,0/2093)

Os projetos de um Estado de bem estar social por parte do socialismo de cátedra, liberais e conservadores se colocaram como uma questão premente na década de 1870 a partir da visão de que a garantia de uma condição mínima de sustento seria a solução para o “problema dos trabalhadores”, destacando aí a questão do pauperismo. Como consequência, acreditavam que o resultado disso traria segurança política, na medida em que os trabalhadores enfim “aceitariam a ordem social e política” (Breitman, 1977: 20). Atitudes e propostas nessa direção apareceram com maior intensidade e urgência especialmente após a Comuna de Paris, ensejando a ideia de que a Alemanha precisaria agir rápido para se civilizar, evitando uma catástrofe social. Enquanto liberais como Schmoller, Schoenberg e Adolf Wagner concentraram-se em continuar incentivando iniciativas estatais para melhorar as condições de vida, outros lutaram para legalizar as

associações e os sindicatos, separando essa questão do socialismo. Eram, porém, uma minoria, pois a classe patronal continuou fustigando e evitando a qualquer custo acordos trabalhistas com organizações de trabalhadores enquanto tal, optando por uma intervenção paternalista que garantisse o controle dos trabalhadores.

Em nenhum lugar a enorme lacuna de comportamento entre as elites industriais da Grã-Bretanha e da Alemanha é mais clara do que o número de trabalhadores cobertos por acordos salariais coletivos: 230.000 em metalurgia, 460.000 em têxteis e nada menos que 900.000 em mineração na Grã-Bretanha em 1910, contra 1.376 metalúrgicos, 16.000 trabalhadores têxteis e 82 mineiros de carvão na Alemanha três anos mais tarde. (Geary, 2014: 148-149)

Enquanto isso, outra parte dos liberais e conservadores acreditava que a chave para a questão operária era a... educação, ou de modo mais geral, a *Bildung*. Com a universalização do ensino, a taxa de analfabetismo na Prússia caiu a níveis surpreendentes para o século XIX, passando de 20% em 1850 para 12% em 1871 (Cipolla, 1969: 114-127). E como nada eram flores no Império de sangue e ferro, tudo isso era garantido, porém, em um sistema escolar que separava os filhos da classe trabalhadora dos filhos da elite, e estes, das minorias nacionais. A classe trabalhadora parecia sofrer um estigma similar ao de August Bebel, ou seja, ainda que se tivesse aspirações científicas e desejasse cursar o ensino que garantiria o acesso à universidade (o *Gymnasium*), essas portas estavam fechadas para aqueles que precisavam encontrar mais rápido um sustento (Schmidt, 2013). Mesmo assim, o caso de Bebel foi uma exceção privilegiada, o que pode ser constatado pelo simples fato de que a maioria dos alunos sequer conseguia chegar à escola secundária.

o número de alunos nas escolas secundárias de todos os tipos em 1885 foi estimado em 238.000, em torno de três por cento do número de escolas primárias. O efeito da separação das classes nas escolas alemãs do século XIX pode ser comparado àquele da segregação racial nas escolas norte-americanas do século XIX – e certamente não ajudou a criar simpatia ou compreensão dos problemas do grupo desprivilegiado, ajudando a reforçar a clivagem de classe. (Breitman, 1977: 20)

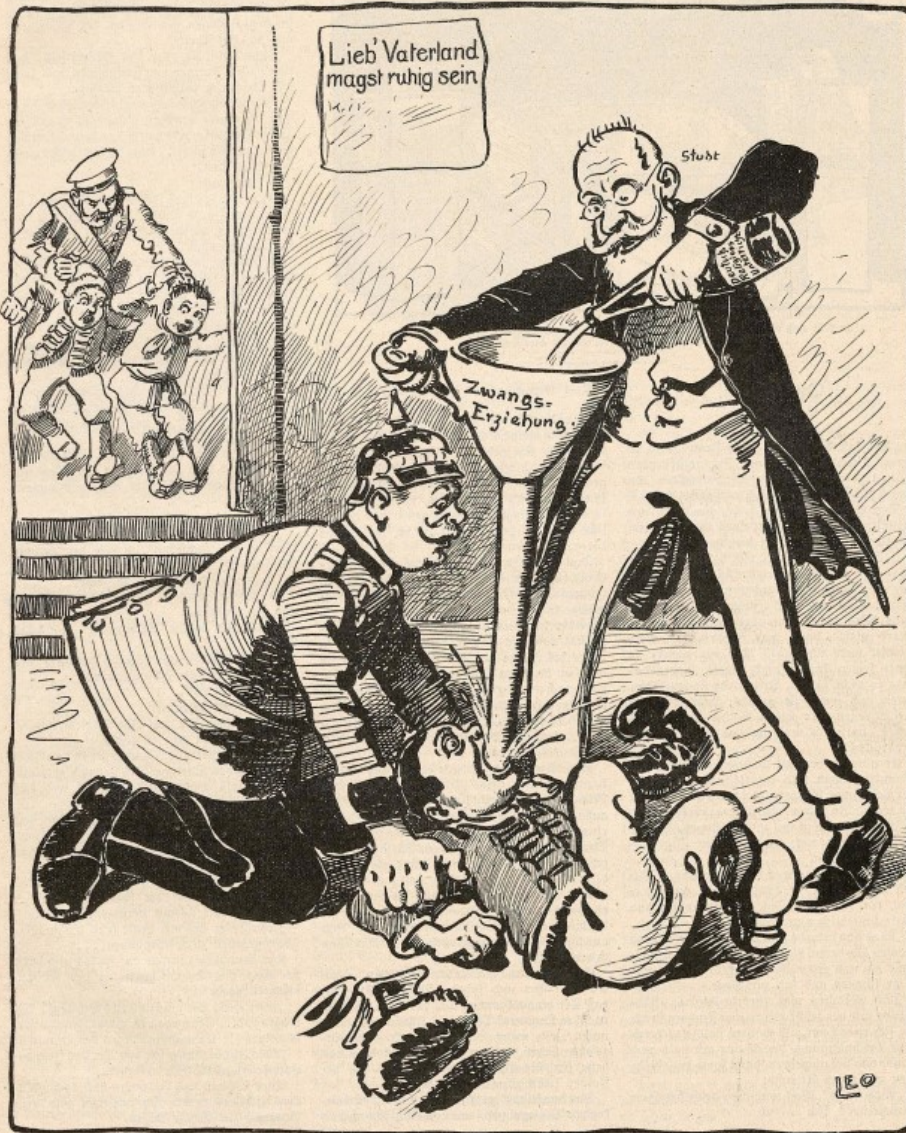
A comparação de Breitman pode parecer exagerada, mas a situação, que já parecia bastante ruim do ponto de vista da classe trabalhadora (mesmo que fosse, na época, um dos grandes modelos educacionais para o mundo), conseguia ser ainda pior entre minorias, grupos que falavam outras línguas que a recém-forjada língua nacional

(*Hochdeutsch*) e especialmente em partes do território como o local onde hoje é a Polônia, então ocupado pela Prússia. Com uma população católica ocupada por um Império que falava outra língua e estava em uma guerra cultural contra o catolicismo durante as *Kulturkampf*, a situação ali seria ainda mais problemática²¹⁸.

Segundo a interpretação de seguidos ministros da educação do Império Alemão e da maioria dos liberais, a educação dos trabalhadores não era um caminho para um lugar melhor na sociedade, e sim uma forma de aceitação do seu lugar subordinado (Breitman, 1977: 22). Por isso, do ponto de vista da social-democracia, mesmo após o fim das proibições impostas pelas leis antissocialistas, o trabalho desenvolvido primeiramente pelas *Arbeiterbildungsvereine* social-democratas, e depois pelas escolas do partido, continuou tendo importância central na formação política dos quadros e militantes e entre os trabalhadores que tinham interesse em uma formação adicional, com esperança de que isso resultasse em ascensão individual, ou mesmo no cultivo de interesses de ordem cultural e política.

²¹⁸ Se, na Prússia, a associação entre liberais por meio do ensino interconfessional parecia um caminho de progresso, desde 1834, a Polônia enfrentou problemas para separar escolas por fés distintas no período em que o sistema se tornara interconfessional, isto é, o país teria várias escolas sob várias denominações religiosas, mas os alunos e professores de cada escola deveriam professar uma única fé (Lamberti, 1989: 17). Isso se tornou um problema político durante o período em que Bismarck foi primeiro-ministro e dificultou a situação para as escolas católicas.

Illustrirte
Unterhaltungs-Beilage
des Wahren Jacob



Studt bringt den polnischen Kindern das deutsche Vaterunser bei.

Beilage zum „Wahren Jacob“ Nr. 532 u. 1906.

Imagem 18: Suplemento da revista *Wahren Jacob*, n. 532, 1906. No alto, na lousa, indica-se a canção “Querida pátria, tenha calma” e, abaixo, o Ministro da Educação despeja uma garrafa de *deutsch religions unterricht* (educação religiosa alemã) por meio de um funil onde está escrito “ensino obrigatório”. E abaixo lê-se: “[O Ministro da Educação Konrad] Studt ensina a oração do senhor alemão para as crianças polonesas”. Com a charge, a revista faz um comentário sobre o uso político da educação alemã obrigatória para manter a homogeneidade étnica e cultural nas províncias orientais prussianas. Fonte: Ziemann (2015: 55).

O nacionalismo também estava na ordem do dia. Se a social-democracia deixava suas marcas com festivais de grande porte, como os de Primeiro de Maio, o Império, as associações religiosas de trabalhadores e as organizações patrióticas não deixavam por menos, promovendo grandes marchas e festivais comemorativos, como os que comemoravam a fundação do Império e a vitória da guerra franco-prussiana, tornada um rito de celebração nacional. Para isso, mobilizavam comitês de organização e arregimentavam crianças das escolas às centenas para bradarem a vitória de Sedan e “dar oportunidade para os mais pobres dos homens tomarem parte nesse grande festival patriótico, particularmente trabalhadores das fábricas que normalmente seriam barrados” (Abrams, 1992: 51).



Imagem 19. Em sua totalidade, a *Kriegervereine* forma a maior organização de massa do império, transferindo o prestígio do serviço militar para a sociedade civil. A foto foi feita em um evento de 1896, e registra o momento em que se aguardava que o Kaiser comemorasse o 25º aniversário da fundação do Reich no Tempelhofer Feld, em Berlim. Fonte: Ziemann (2015: 52).

As organizações nacionalistas e chauvinistas apoiadas no crescente sentimento nacional e patriótico apresentaram um novo desafio político ao SPD na definição da Alemanha pós-unificação, mobilizando a atenção pública em torno da constituição de símbolos, como a escolha da bandeira e do hino. Diversas associações e grupos criaram sua própria forma de vida associativa em clubes de ex-combatentes e, posteriormente, envolvendo todos aqueles que serviram junto ao exército alemão como um todo. A germanidade se tornou uma questão entre os trabalhadores, assim como a disputa pelo

sentimento da *Heimat*, que passara dos regionalismos para uma celebração patriótica mais geral, e com maior penetração entre a classe média baixa, os pequenos empresários, os oficiais subalternos e os trabalhadores de escritório, ainda que também atraísse em menor grau camponeses e operários.

A Liga PanGermânica (1891) foi a mais notória das organizações nacionalistas fundadas nesse período. Outras incluíam a Sociedade para a germanidade no exterior (1881), a Associação de Língua Alemã (1886), a Sociedade Colonial (1887), a Sociedade Alemã para as Marchas Orientais, conhecida como Hakatisten, a partir de seus fundadores Hansemann, Kennemann e Tiedemann (1894), a Sociedade Nacional de Festividades (1897), a Liga da Marinha (1898), a Liga Imperial de Combate à Social Democracia (1898), Liga Patriótica do Livro (1908) e a Liga de Defesa (1912). Havia uma considerável variação de tamanho e função no interior desses grupos. Alguns eram pequenos organismos com objetivos culturais específicos (distribuição de livros para alemães no exterior, mantendo a língua alemã “pura”), ou criando um lobbie interessado (como a Sociedade Colonial). (Blackbourn, 1998: 428)²¹⁹

Permeava o crescimento dessas organizações a disputa política em torno do sentimento de pertencimento a grupos, como o orgulho alemão e católico entre a burguesia, além da marca característica de antissemitismo que se espalhou na política alemã pelas mãos do Partido de Centro, ensejando resposta por meio da organização de grupos judaicos que esconjuravam os sentimentos incivilizados e disputavam a essência de uma cultura alemã inclusiva. O embate contra o antissemitismo de organizações como a Liga Bávara dos Camponeses e a Liga Alemã-Nacional dos Empregados Comerciais (que representava setores de funcionários de escritório da região de Hamburgo) era uma questão corrente para o SPD. Já em 1880, Adolf Stöcker, antigo capelão da corte, tentou ganhar os trabalhadores de Berlim para o antissemitismo cristão do Partido Social Cristão – partido minoritário de pressão que penetrou com maior

²¹⁹ A Liga PanGermânica também era modesta em tamanho, ainda que em nada mais, e nunca ultrapassou 28 mil membros. Ela se via como uma organização de vanguarda. Outros, no entanto, eram movimentos de massa. A Liga Marinha tinha 330 mil membros pagantes, e mais 770 mil filiados através de outras organizações, a Liga de Defesa, 350 mil no total, a Hakatisten, 220 mil. Todos desenvolveram a parafernália da vida política moderna: funcionários pagos, palestrantes especializados, apresentações de slides, cartazes, boletins informativos e, é claro, reuniões. Pesquisas recentes nos alertaram para não exagerar a intensidade da vida política, mesmo em um grupo ativo como a Liga Marinha. Alguns ramos foram efetivamente moribundos entre as reuniões anuais, como em Weissenfels, onde “nada aconteceu durante dez anos inteiros, exceto os filmes sem valor para as crianças”. No entanto, as organizações de massa poderiam empacotar salas para grandes ocasiões – Agosto Keim deu uma palestra para 1.200 pessoas no Hotel Tivoli de Eisenach em 1912, com “mais centenas de pessoas de fora incapazes de reclamar um lugar” – e chegou a milhões de alemães com sua propaganda” (Blackbourn, 1998: 428).

sucesso entre os artesãos, no que foi seguido por outros, como o Partido Alemão da Reforma, em Hessen, e o Partido Social Alemão, na Saxônia e no Norte. “Em 1887 foi eleito o primeiro candidato a se autodefinir antissemita para o Reichstag; em 1893 havia 16 deles, beneficiários da crise agrária de 1890” (Blackbourn, 1998: 439).

Durante o processo turbulento em que a Alemanha foi constituída como um Império unificado, a instrução conferia um *status* adicional numa sociedade que, em 1869, contava 18 mil estudantes universitários em uma população total de 45 milhões de habitantes, e, mais à frente, em 1914, 79 mil em uma população de 67 milhões. O setor da classe média instruída durante esse momento político tinha tendências distintas das gerações precedentes do Vormärz, sendo em geral mais associado à aristocracia do que às classes médias vinculadas ao comércio e à indústria. As frações liberais esclarecidas e progressistas, especialmente as que eram próximas dos social-democratas, eram exceção, ainda que ganhassem mais voz e expressão conforme aumentava a demanda por quadros com formação técnica entre engenheiros, cientistas e administradores (Kitchen, 2013: 199-202), e, entre esses quadros, estavam igualmente os médicos. Isso significava que, entre médicos, progressistas e socialistas, muito provavelmente também estavam pessoas com interesses voltados à recepção e divulgação do evolucionismo.

Nesse contexto, a conversão das associações estudantis (*Studentenverbindung*) ao nacionalismo de direita, especialmente após a unificação alemã de 1870, foi um caso emblemático. Inicialmente, as associações estudantis representaram os setores de esquerda do movimento nacionalista alemão desde a fundação das fraternidades estudantis originais (*Urburschenschaft*), em 1815, quando essas fraternidades estiveram engajadas na resistência à ocupação napoleônica, e posteriormente, nas revoluções de 1848. No entanto, quando as tradicionais ligas estudantis revivesceram em 1880, dez anos após a unificação, elas passaram a incorporar aspectos da cultura conservadora alemã, com destaque ao antissemitismo (Zwicker, 2011: 65). Um exemplo foi a *Verband der Vereine Deutscher Studenten* (união das associações de estudantes alemães), que adotou um regulamento estritamente antissemita, tal como as ligas estudantis católicas. Isso não impediu, ao mesmo tempo, que imigrantes e minorias tentassem entrar nesses grupos, buscando uma assimilação às elites por meio da cultura

e dos ritos da aristocracia alemã, ou mesmo, quando não era possível, formando grupos estudantis independentes, como a liga de estudantes judeus (da qual participou Theodor Herzl). Mesmo entre lideranças socialistas, é possível encontrar exemplos de quadros que exibiam orgulhosamente o símbolo da assimilação cultural à aristocracia por meio de suas cicatrizes (*Schmiss*) conquistadas durante os duelos (*Mensur*).



Imagem 20. Imagens de duelos estudantis (*Mensur*) no final do século XIX. Fonte: Nauman (2017).

A situação de assimilação ao nacionalismo por parte da classe trabalhadora era uma questão importante para o SPD, não apenas por parecer sinalizar uma conquista da consciência dos trabalhadores, mas também porque dava ensejo a um tipo de dupla vinculação política simbolizada pela presença de temas patrióticos. Isso poderia envolver a participação de militantes do SPD, dentro do quadro mais geral da classe trabalhadora, em cânticos celebrativos, tanto patrióticos quanto socialistas. Não raro, pessoas penduravam a foto do Imperador Wilhelm I ao lado de fotos de August Bebel, proclamado “anti-imperador” pela imprensa (Blackbourn, 1998: 425):

Quando o líder de direita do SPD Gustav Noske fez seu “Discurso da pátria” em 1907, ele expressou o que na verdade era um sentimento generalizado: que os social-democratas eram, ou gostariam de ser,

bons alemães, se a elite opressora os deixasse. (Blackbourn, 1998: 425)

O antissemitismo também se tornou um tema cada vez mais importante para a social-democracia alemã. Revoltas antissemitas explodiam nas cidades, como em Berlim no ano novo de 1880 e “uma ideologia conservadora de guildas ainda era forte nos sindicatos em que a ideologia antissemita de uma sociedade fechada, de comunidade corporativa e regulada, tinha peso” (Massing, 1949: 171). “O mais virulento antissemitismo se espalhou entre professores, estudantes, trabalhadores de escritório, baixo oficialato, profissões liberais e todos os tipos de movimentos de ‘reforma da vida’”²²⁰ (Massing, 1949: xiii). O antissemitismo se tornou assim um desafio adicional ao SPD, especialmente durante a vigência das leis antissocialistas, especialmente no contexto da nova base política de Bismarck que envolveu partidos antissemitas. Ao longo do século XIX, os social-democratas se tornaram das poucas forças políticas que não colaboraram com o antissemitismo, resistindo às ofertas de cooperação com o governo e, mesmo após o fim das leis antissocialistas, rejeitando as ofertas de alianças feitas por parte do movimento liderado por Stoecker e Adolph Wagner em prol de uma “reforma social”. Politicamente, o SPD respondeu as manifestações antissemitas com manifestações contrárias e com a definição de um posicionamento político contra o antissemitismo, tornando-se um polo de oposição ao movimento antissemita, o que traria revezes diversos, como quando Bebel, o maior nome do partido, perdeu a eleição de 1884 para a aliança do antissemita Partido da Reforma Alemão com os Nacional Liberais. Para o SPD, porém, a chamada “questão judaica” era um tema subordinado à pauta de classes, com o SPD oferecendo um lugar aos judeus na luta pela emancipação da classe trabalhadora enquanto colocava o problema do antissemitismo como uma ilusão do campesinato e da pequena burguesia frente ao sofrimento trazido pelos males do capitalismo, ilustrado na famosa imagem do antissemitismo como “socialismo dos tolos” que faria dos judeus bodes expiatórios, a causa fantasiosa de problemas sociais que seriam causados pelo capitalismo. Esse mal

²²⁰ A reforma da vida ou *Lebensreform* é um termo genérico para designar vários movimentos sociais que surgiram no século XIX na Suíça e na Alemanha e que envolveram a promoção de um estilo de vida que propagava a volta à natureza, o consumo de alimentos saudáveis (como alimentos crus, orgânicos e vegetarianismo), o nudismo, a liberação sexual, a medicina alternativa e a reforma religiosa, bem como a abstenção de álcool, tabaco, drogas e vacinas.

da consciência seria um problema que se combatia, no curto prazo, com a organização de manifestações contrárias, e, no médio prazo, parecia ter uma solução ideológica, através da formação política, isto é, uma *Bildung* socialista que fosse capaz de fazer ver os verdadeiros interesses de classe dos trabalhadores.

A força do antissemitismo está enraizada na confusão e no autoengano quanto à natureza desses males [sociais] [...] Entre as massas populares, o antissemitismo encontrará seguidores apenas entre aqueles que ainda não foram iluminados pela social-democracia e onde – como no caso dos pequenos agricultores, artesãos e pequenos burgueses – um interesse próprio falsamente concebido sustenta sua visão. (Bernstein, 1893: 234)

4.2 A EVOLUÇÃO EM A MULHER E O SOCIALISMO

Tendo em mente o contexto e todas as questões políticas em pauta para o SPD no final do século XIX, não é difícil imaginar o peso destas questões para Bebel, enquanto liderança do partido, ainda mais durante o período de intensa repressão em que vigoravam leis antissocialistas. Mas apesar de tocar em temas importantes, as especulações teóricas de Bebel (que por sinal, raramente se aventurava nessa seara) (Maehl, 1980: 2-3) pareciam fugir das preocupações imediatas do partido e de seu papel de dirigente, optando ali em explorar novos temas e aventando por caminhos distintos daqueles adotados por outras lideranças e pelas referências teóricas do setor de esquerda do partido representadas, principalmente, por Marx e Engels.

O tema de Engels tocou em aspectos que começaram a aparecer nos debates a respeito das questões eleitorais e que não era um tema aceito pela totalidade do partido, um deles era sobre os direitos das mulheres e o seu lugar na militância socialista, em que parecia abraçar pautas do movimento sufragista internacional, sem direcioná-lo de modo exclusivamente socialista. O que toca nesta pesquisa são os termos deste debate e os pressupostos teóricos de sua contribuição ideológica ao SPD, pois envolviam os termos das concepções compartilhadas por outros membros a respeito de temas como ciência, evolucionismo e antropologia.

É notável que a interpretação de Bebel sobre antropologia e Darwin guarde muitos dos elementos da perspectiva engelsiana sobre o autor. Apesar do balanço crítico a respeito dos temas trazidos pelo naturalista inglês, Bebel incorpora esses aspectos ao modo como compreende a dialética marxista, trazendo dois temas novos ou pouco

explorados pelos marxistas no livro *A mulher e o socialismo*: a questão de uma sociedade futura e a relação particular entre evolução cognitiva e social. Essa formulação, algo inusitada em um livro sobre o posicionamento dos socialistas alemães em relação à questão dos direitos das mulheres e o lugar dessa pauta no socialismo, não surgiu espontaneamente, mas numa discussão acalorada em torno da legitimidade da teoria da evolução e seu lugar na *Bildung*.

Apoiado nas ideias de Bebel e na militância dos setores feministas, o SPD se tornou o único partido antes de 1918 a defender o sufrágio feminino e a “abolição de todas as leis que colocam a mulher em desvantagem no serviço civil e público”. O partido, além disso, tinha sua própria seção feminina de massas (200 mil no começo da Primeira Guerra Mundial) liderada pela socialista Clara Zetkin e devotada às questões das mulheres. Apesar da posição específica e da própria justificativa de Bebel sobre o tema, o simples fato de se posicionar favoravelmente a temas ligados aos direitos das mulheres, enquanto liderança reputada do partido, pareceu provocar um movimento de aceitação e ressignificação da pauta feminista que se legitimava dentro do partido, apesar de eventuais resistências.

Se Marx e Engels forneceram inspiração, mas orientação limitada, o papel de *A Mulher e o Socialismo* de Bebel na formação das concepções feministas é mais difícil de julgar. Em nível pessoal, o trabalho cristalizou sentimentos de momentos cruciais na vida de muitas mulheres, e certamente forneceu às ativistas mitos emotivos tão cruciais na mobilização e sustentação de grupos sociais. Durante as controvérsias, os adversários usaram o livro para obter vantagens políticas e desacreditar os seus oponentes, mas se nota sua ausência das formulações das diretrizes políticas de 1896, bem como das reformulações da questão das mulheres em 1917. (Quataert, 1979: 236)

Em *Die Frau und der Sozialismus* (1879), Bebel tocou em aspectos que atraíram a imaginação política do momento, como a questão dos direitos das mulheres e a ideia de um futuro socialista, temas que não eram nem de longe uma unanimidade no Partido Social-democrata, e o fez voltando-se não apenas ao recrutamento de mulheres para o movimento, mas à difusão de princípios fundamentais do socialismo para as classes trabalhadoras (Andrade, 2010: 10). Os seguidores de Lassalle “rejeitaram as mulheres que trabalhassem fora de casa, exigiram seu emprego, se necessário, na indústria doméstica, e procuraram melhorar a condição do homem como solução para o problema

da mulher” (Quataert, 1979: 154). Clara Zetkin, por outro lado, acreditava que Bebel não captara a diferença dramática entre as mulheres trabalhadoras e as mulheres burguesas, posicionando-se contrariamente à colaboração em determinadas pautas, como sugerido por Bebel (Quataert, 1979: 69). Além disso, houve a rejeição dos setores do sindicalismo, que viam a possibilidade de as mulheres trabalharem como uma concorrência adicional

as mulheres eram vistas como ameaça por muitos homens sindicalistas e trabalhadores, especialmente os qualificados, como trabalhadoras substitutas sem especialização técnica, [para eles, elas eram vistas como] usurpadoras ilegítimas e violadoras dos papéis de gênero adequados. (Goldberg, 2012: 93)

Apesar disso, o livro foi reimpresso em centenas de milhares de cópias e traduzido para mais de uma dúzia de línguas desde sua publicação, tendo sido lido avidamente por trabalhadores e distribuído secretamente durante as leis antissocialistas – após 1890, as edições foram adquiridas principalmente por um público burguês (Roth, 1963: 236). As memórias de muitas líderes feministas alemãs, como Lily Braun, Ottilie Baader e Clara Zetkin, ressaltavam a importância do livro de Bebel para sua formação política, mesmo quando manifestavam reservas quanto a alguns de seus posicionamentos (Quataert, 1979: 85)

Esboçado durante os primeiros anos de encarceramento de Bebel em Leipzig (Schmidt, 2013), o livro é composto de quatro partes principais: “Mulheres no passado”, “Mulheres no presente”, “Estado e Sociedade” e “A socialização da sociedade”. A primeira parte do livro, histórica, inscreve a opressão das mulheres no quadro geral da história e da antropologia segundo uma perspectiva evolucionista baseando-se em Lewis H. Morgan, nos estudos sobre matriarcado de Bachofen e em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* de Engels, resultando no postulado de que a mais antiga forma de instituição familiar humana seria o clã matrilinear, entendido como um matriarcado que teria sido sucedido historicamente pelo patriarcado, mas não sem prejuízos políticos e sociais. Tal formulação daria a entender um processo contraditório em que a família não era um dado estático presente ao longo da história, mas algo que se transformou no passado conforme uma “linha histórica evolutiva da instituição familiar” (Andrade, 2010: 13), mostrando a apropriação de aspectos do evolucionismo antropológico e defendendo sua exposição nos termos de uma

apresentação materialista e dialética da história. Também acrescenta que, no presente, a instituição familiar continuaria a ser transformada pelo capitalismo, ao separar as famílias, apoiando-se aí na descrição de Engels e Marx da sociedade capitalista, especialmente a respeito das consequências do caso do trabalho industrial e da proletarização. Bebel também apresenta sua contribuição, no final, ao prever uma possível nova configuração da família e da relação entre os gêneros em um eventual futuro socialista.

A segunda parte do livro traz uma análise de conjuntura sobre a situação das mulheres, na qual trata do seu ponto de vista a respeito das questões específicas envolvendo os direitos das mulheres a partir de temas trazidos sob a ótica feminista do período. Bebel tentava fazer convergir o ponto de vista feminista e o socialista ao buscar um fundamento econômico das contradições entre o desenvolvimento que estruturaria novas configurações das relações sociais de produção que, por sua vez, ultrapassariam essa dimensão ao reconfigurar as associações afetivas que constituem a família. E não apenas, este fundamento econômico transformaria também as formas sociais de opressão, cristalizadas em relações sociais que, por sua vez, moldariam as relações afetivas e sexuais, emergindo daí questões como a prostituição e a crise da instituição familiar, a questão sobre o trabalho simultâneo à organização da vida familiar a lhe roubar o tempo necessário, o direito à educação, assim como os direitos civis e políticos, conquistados, ao menos formalmente, e que garantiriam coisas inimagináveis no passado, como o próprio casamento entre pobres.

Na terceira parte, é realizada uma apresentação da organização social, econômica e política de um ponto de vista marxista, destacando o problema das classes sociais, o processo de acumulação e concentração capitalista, e as crises da agricultura, servindo como um tipo de síntese simplificada do ponto de vista marxista numa perspectiva comum às exposições, sínteses e compêndios do período, inspiradas, principalmente, em Engels.

Por fim, na quarta parte, é apresentada a imagem futura do socialismo. Essa seção do livro de Bebel traz uma representação da sociedade socialista segundo um quadro ortodoxo caracterizado por produção e consumo socializados e pela ausência de Estado e dinheiro, destacando o processo de produção em alguns aspectos, incluindo a

agricultura. Um cenário, em suma, “em que todos se beneficiariam das vantagens do desenvolvimento da produção, todos encontrariam proveito no aumento da produção. Mais prazer, menos trabalho” (Bebel, 1879). As mulheres liberadas das restrições da sociedade burguesa seriam então iguais aos homens, e aspectos considerados então obrigações femininas, como as tarefas domésticas, por exemplo, seriam enormemente reduzidas, assim como a sociedade cuidaria das crianças e idosos. Bebel apresenta a imagem de uma possível transformação futura dos casamentos segundo um contrato privado que pode ser revisto por ambos os lados conforme sua conveniência apresentada em tons quase utópicos (o que nos faz pensar o quanto a família de fato se transformou desde então). Certamente temas que fogem do escopo e aprovação do feminismo contemporâneo, dado terem se tornado conquistas que aceitamos como um dado sem ocorrer uma transformação maior no aspecto no sistema de opressão ou do patriarcado que persiste mesmo sem estes aspectos mais gerais. Estava no horizonte de Bebel, uma relação entre aspectos das relações sexuais e afetivas entre os indivíduos e o sistema de produção capitalista. Não à toa, também há o prenúncio de um aspecto que serve de pressuposto a estas reestruturações das relações afetivas, na medida em que também o trabalho se tornaria eventualmente livre, apresenta-se a utopia de que todos poderiam, na sociedade futura (esta sim, ainda uma utopia), escolher sua ocupação.

Por mais que minimizemos a posição de Bebel, é preciso destacar o quanto ele assumia uma posição polêmica no marxismo ao disputar a ideia de *Zukunftsstaat*, uma sociedade socialista futura, tema que foi central no projeto lassalleano, mas que era considerada uma questão problemática para o marxismo, afinal, pela ótica do marxismo comumente divulgado por Engels, os modelos de uma projeção utópica do futuro poderiam ser enquadrados nos termos do chamado socialismo utópico. Marx havia apresentado, em uma famosa passagem de *A ideologia alemã*²²¹, uma ideia algo semelhante à de Bebel envolvendo a liberdade de escolha de atividades conforme os

²²¹ Tais formulações não são, porém, ali tão claras, senão que a força que pressiona os homens a partir de um “poder estranho” contra o qual é contraposto e o subjuga, obrigando-o a um “campo de atividade exclusivo e determinado” como caracterização desse poder social objetivado enquanto alienação e coerção dos indivíduos “fixando” os indivíduos em uma atividade social exclusiva é contraposta à ideia da sociedade comunista em que “cada um pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam” dando a possibilidade de “hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico” (Marx; Engels, 2007: 38).

interesses, sem que os indivíduos fossem fixados em uma determinada atividade social específica, e se tornando independentes das obrigações impostas pela divisão do trabalho no capitalismo. No entanto, a interpretação posterior de Marx limita o vislumbre sobre um possível futuro, a não ser como a projeção de um eventual fim das limitações impostas pelo capitalismo, enquanto alienação, fetiche e outros tantos aspectos determinantes (ou limitantes) dos atributos individuais no capitalismo, já que nossa percepção sobre o tempo e sua sucessão futura seria limitada, nesse caso, pelo próprio capitalismo. Assim, as imagens contraditórias produzidas dentro do capitalismo, como a sucessão dos modos de produção, não garantiriam uma teoria geral da história enquanto teoria da produção que permitisse ter algum tipo de vislumbre seguro sobre o futuro para além do capitalismo, simplesmente pelo procedimento de extrapolar este desenvolvimento a partir de suas tendências. Mas isso não impede que muitos tentassem pintar esse quadro imaginando que fosse possível remover a aparente contradição entre um processo de produção cada vez mais socializado pelo capitalismo e a limitação imposta pela propriedade e a determinação exploradora imposta à produção social. Vê-se, assim, o comunismo como a remoção desses limites, dando a entender que existiria uma potencialidade na produção organizada socialmente no capitalismo de se realizar de modo plenamente social e humano além do capitalismo (Fausto, 2002). Segundo essa leitura, a previsão rigorosa segundo o modelo marxista da história iria somente até a destruição do capitalismo, quando finalmente passaríamos da pré-história da humanidade para a história.

Apesar de podermos situar o problema nesse quadro teórico e político, não se tem notícia de alguma grande reprovação do texto de Bebel nesse sentido durante o período, e poucos questionariam o sucesso na divulgação do livro que se tornou uma das formulações políticas de maior expressão do Partido Social-democrata feitas durante as leis antissocialistas. Além disso, o texto não estava sozinho e se inseria em uma disputa mais ampla pelo imaginário ligada a uma série de romances utópicos que inspiraram o imaginário socialista do período, como *Looking Backward: 2000-1887*, de Edward Bellamy (1888), que fizeram um sucesso estrondoso²²².

²²² Deixei algumas balizas sobre esse tema relevante, especialmente devido ao impacto que teve na passagem do século XIX e XX, no Apêndice B. A relação entre utopia, política e imaginário científico se

Certamente, há algo de um tipo de positivismo evolucionista na forma de organização do pensamento sobre a sociedade socialista futura, mas Bebel não estava só, pois foi algo partilhado por muitos socialistas do período, inspirados na ideia de um desenvolvimento cognitivo e social como um desdobramento de seu desenvolvimento biológico. Contudo, o aspecto mais destacado de uma influência darwiniana em Bebel estaria justamente no capítulo 14, dedicado à questão da educação das mulheres, em que relaciona a condição social à luz de sua interpretação do darwinismo.

4.2.1 Haeckel e os socialistas alemães

Haeckel, que como vimos se tornou o principal divulgador de Darwin na Alemanha, fez modificações no pensamento darwiniano que seriam incorporadas por grande parte dos chamados evolucionistas alemães, deixando heranças indiretas entre os intelectuais de língua alemã, incluindo nomes como Sigmund Freud ou autores socialistas como Konrad Schmidt, Bernstein, Albert Lange e o próprio Bebel, tornando-se um importante elo de uma reconstituição da relação entre o pensamento político e o biológico na Alemanha.

A popularidade do evolucionismo e seu efeito de novidade permitiram a aceitação de um vocabulário que logo apareceria nas obras de teóricos e simpatizantes da social-democracia alemã, ainda que adaptada às suas respectivas visões de mundo. Um exemplo foi *Die Arbeiterfrage in ihrer Bedeutung für Gegenwart und Zukunft* (A questão do trabalho na sua importância para o presente e futuro, publicado em 1865), no qual Lange aplicou a compreensão do darwinismo à condição humana, argumentando que a luta pela existência conduziria eventualmente à paz e a relações harmônicas entre os indivíduos. Outra menção digna de nota é o texto *Die Parlamentarische Tätigkeit des Deutschen Reichstages und der Landtage und die Sozialdemokratie von 1874 bis 1876*. A obra foi publicada no período em que a social-democracia lutava por pautas como a oposição ao militarismo e o direito universal ao voto. Nesse contexto, Bebel citara a noção de Haeckel de “seleção militar”, como um efeito adverso da guerra em que os mais bravos seriam mortos nos campos de batalha, enquanto os menos virtuosos seriam

coloca de modo explícito no debate em torno da literatura de inspiração socialista e o imaginário sobre ciência, em uma série de textos que fornecem motes recorrentes na ficção científica e também nas distopias posteriores, que parecem ser um tipo de resposta a esse imaginário otimista sobre o futuro.

deixados para trás e sobreviveriam, promovendo uma próxima geração mais debilitada biologicamente. O que, claro, pode ser entendido como a apropriação retórica de um argumento enunciado por um notório cientista na direção de condenação da guerra. Mas há algo mais nessa relação.

É possível que a forma como a ciência era representada por Haeckel atraísse leitores tão diversos, incluindo socialistas kantianos como Lange e marxistas como Bebel, pois Haeckel acreditava que a teoria evolucionária, junto com partes da biologia e da geologia, não eram ciências experimentais ou exatas (ou matemáticas, nos termos mais afins à época), mas ciências históricas – similares, nesse aspecto, à arqueologia e à linguística. Em um congresso de naturalistas em Munique, em 1877, realizado em moldes e vocabulário humanista similar à forma de exposição dos kantianos ou de Dilthey, Haeckel defende a cientificidade da teoria da evolução entre as demais ciências, demandando inclusive sua incorporação ao currículo do ensino público nacional. Para Haeckel “essas ciências históricas [...] existiram no espaço conceitual entre as *Naturwissenschaften* – as ciências naturais – e as *Geisteswissenschaften* – ciências mentais [ou do espírito] tais como a psicologia, a economia política e a história” (Richards, 2003a: 313). Na visão haeckeliana, a teoria da evolução partiria, assim, de uma cientificidade ligada à história, como ciências do entendimento (*Verstehen*). Estaria dada, assim, uma forma de compreensão da teoria da evolução que permitiria fundir em uma mesma cientificidade o conhecimento da história e das ciências naturais, ao garantir (mais) uma porta de convergência, e ainda por cima utilizando-se de um vocabulário com muitos termos em comum com os teóricos da época, o que certamente despertou correlações em muitos de seus ouvintes entre aspectos da teoria social e a teoria biológica. Era uma abordagem distinta do modo como os socialistas receberiam essa discussão em outros contextos, como por via de Avelling, como base para a defesa do materialismo e do anticlericalismo, como foi o caso dos materialistas científicos.

No entanto, o sucesso inesperado entre os social-democratas atraiu para Haeckel ataques do influente cientista e médico Rudolf Virchow, ex-professor de Haeckel e, durante o período, também seu principal rival. Desde pelo menos a Comuna de Paris, Virchow, como os demais militantes liberais, manifestava seu ataque ao socialismo

como uma causa premente, valendo-se do apoio ao conservadorismo para garantir a perseguição de opositores do campo socialista, o que era particularmente sensível durante a vigência das leis antissocialistas. Mas não apenas os socialistas eram alvo do seu ataque, como também os defensores da teoria da evolução, associando-os ao mesmo conjunto.

Imagine como a teoria da evolução é concebida na cabeça de um socialista. Sim, cavalheiros, isso pode parecer risível para muitos, mas é sério. E eu espero que a teoria da descendência não traga para nós toda a tribulação que teorias semelhantes realmente criaram em nosso país vizinho. Na verdade, se você seguir as consequências dessa teoria, espero que não tenha passado despercebido que ela tem um lado incomumente preocupante e que o socialismo se tornou simpático a ela. (Virchow, 1877: 69)

Opositor de primeira hora da teoria da evolução (ainda que notório cientista, ateu e antirracista), Virchow estava atento ao aparecimento do vocabulário biológico entre os socialistas alemães. No debate de Munique (embora Haeckel e Virchow tivessem, ambos, participado do congresso, eles não presenciaram as falas um do outro), o médico apresentou as menções dos socialistas à teoria da evolução para desqualificá-la. Combatia, assim, sua aceitação enquanto forma de conhecimento científico, nos termos de algo por ele visto como politicamente inaceitável. Além disso, Virchow atacava um flanco pouco usual do evolucionismo, ao destacar um debate especificamente alemão, trazido mais pelo contexto de sua tradução, ao associar a teoria da evolução à geração espontânea, como tentei expor no Capítulo 1 desta tese. Para Virchow, o que via como falta de rigor interpretativo na teoria da evolução abriria o debate científico a associações que considerava tão pouco rigorosas quanto a teoria socialista, tornando uma irresponsabilidade, em termos pedagógicos, sequer permitir a sua circulação nas escolas.

Senhores, fariamos mau uso de nosso poder, poríamos em perigo nosso poder, se, ao ensinar, não retrocedêssemos ao perfeitamente justificado, ao perfeitamente seguro, à zona inexpugnável [da ciência comprovada] (Virchow, 1877: 77)

Observando a polêmica, poderíamos certamente dar razão uma vez mais a Liebknecht, quando alerta sobre a convergência entre liberalismo e conservadorismo em nome da manutenção de poder e a garantia de segurança em nome da propriedade. Assustado com a Comuna de Paris, Virchow, um homem respeitado, acostumado à vida

política, ex-combatente e cientista, pôs-se a perseguir um cientista por talvez ter lido Lange ou algum dos materialistas científicos e ter sentido no ar o cheiro de socialismo²²³. E, como consequência, buscou impedir o reconhecimento da teoria da evolução, obrigando-a a passar por uma prova retórica. Satisfeito com o resultado, Virchow imprimiu sua palestra em livro com o título *Die Freiheit der Wissenschaft im modernen Staats* (1879) (A liberdade da ciência no Estado moderno), ou seja, no Estado moderno, prussiano, a ciência pode ter liberdade... mas não muita.

Haeckel não sabia o que fazer para confrontar Virchow, então acabaria respondendo que a teoria da evolução não só não tinha a ver com o socialismo, como desafiaria a própria constituição do socialismo.

A teoria da evolução proclama mais claramente do que qualquer outra teoria científica que a igualdade do indivíduo almejada pelo socialismo é uma impossibilidade, que esse tipo de igualdade está em contradição insolúvel com a desigualdade empiricamente dada e necessária dos indivíduos. O socialismo exige para todos os cidadãos os mesmos direitos, os mesmos deveres, os mesmos benefícios, os mesmos prazeres; a teoria da evolução mostra exatamente o oposto, que a realidade dessa demanda é uma impossibilidade absoluta, que na organização social dos homens, assim como dos animais, nem os direitos e deveres nem os benefícios e prazeres de todos os cidadãos jamais serão iguais nem podem ser iguais. (Haeckel, 1878: 72)

Essa polêmica manteve-se quente na Alemanha até pelo menos 1882, quando, no congresso científico de Eisenach, foi discutido se a teoria de Darwin seria contrária ou não à religião. Haeckel, porém, teria mais dificuldade para separar essa questão naquele momento porque, por mais que repudiasse as polêmicas dos materialistas científicos a respeito do darwinismo, a essa altura modificara aspectos do monismo a ponto de identificá-lo com uma forma de religião. Ele então argumentou que não, a teoria evolutiva não contrariava a religião, mas, em 1879, quando as leis antissocialistas estavam em vigência (e uma associação à ideia de socialismo significava

²²³ Diversos episódios, no entanto, podem desabonar o progressismo de Virchow. Um deles, como citado, é o apoio tácito aos conservadores no que tocava à perseguição ao socialismo. Outro foi a acusação de que teria barrado a contratação de Dr. Aufrecht, um candidato a professor assistente que era judeu. Virchow alegou que, pelo fato de ser judeu, o candidato teria poucas chances de seguir a carreira acadêmica, que jamais, então, um judeu não convertido chegaria ao posto de professor pleno. Apesar da constituição prussiana de 1850 declarar que os cargos públicos seriam acessíveis igualmente a todos os seus cidadãos (artigo 4, título II), mantinha-se uma forte discriminação contra judeus. O caso Virchow receberia respostas por parte de diversos membros da comunidade judaica alemã, com destaque ao então jovem Hermann Cohen (Beiser, 2018: 46-9).

antes de tudo uma proibição) era possível ainda acreditar num potencial subversivo do darwinismo como um conflito entre a razão e a ciência contra a religião.

4.2.2 A resposta de Bebel a Haeckel em *A mulher e o socialismo*

Em um discurso do Reichstag em 1878, quando estava redigindo *A mulher e o Socialismo*, Bebel se manifestou da seguinte forma a respeito do posicionamento público de Haeckel em resposta aos ataques que Virchow lhe lançara:

Senhores, de acordo com minha visão a respeito do professor Haeckel, o resolutivo representante da teoria darwinista, porque ele não compreende a ciência social, ele realmente não faz ideia de que o darwinismo é necessariamente benéfico para o socialismo, e conseqüentemente o socialismo deve estar em harmonia com o Darwinismo, se o seu objetivo deve estar correto. E, portanto, isso guarda semelhanças com outras áreas da ciência moderna que caminha passo a passo conosco e cujas teorias e conseqüências são conhecidas pela convicção e pelo conhecimento que nós buscamos para disseminar e popularizar. (Bebel, 1970: 30-31)

Para Bebel, a ciência moderna possuiria uma harmonia intrínseca com a concepção socialista a respeito da sociedade, cujas teorias e conseqüências o socialismo se esforçaria, por isso, para disseminar e popularizar. A obra *A mulher e o Socialismo*, escrita nesse mesmo período, insiste nesse posicionamento, de que a teoria da evolução partilharia um pressuposto democrático com o socialismo (Bebel, 1879: 108-109). Mais à frente, em 1906, na vigésima primeira edição do livro, comentaria Bebel:

O darwinismo, como qualquer ciência real, é uma ciência eminentemente democrática; se uma parte dos seus representantes afirma o contrário, eles não sabem como julgar as implicações da sua própria ciência. Os opositores, especialmente o clero, que têm sempre um olfato apurado quando se trata de uma questão de vantagem ou dano para eles, compreenderam isto, e é por isso que denunciam o darwinismo como socialista ou ateu. (Bebel, 2012: 622,5/1182)

Bebel reiteraria sua defesa do evolucionismo dentro de um campo mais amplo do evolucionismo social, passando à ideia da teoria da evolução como a defesa de uma teoria democrática, assim como o socialismo. Neste momento, respondia não só às concepções da direita, mas também da concepção de Eugen Dühring de que o socialismo deveria ser necessariamente um regime autoritário, baseado explicitamente na coerção, optando por uma argumentação que incorporava argumentos do

evolucionismo cultural e social tendo como fundamento o pensamento de Engels em *Origem da Família, da propriedade privada e do Estado* (Schmidt, 2019: 118). Portanto, incorporando aspectos do pensamento de Morgan e Bachofen, especialmente no capítulo inicial a respeito da evolução social a uma concepção mais ampla de evolucionismo que incluiria Darwin, Morgan e Bachofen, dentro dos quadros do socialismo. Mantendo assim Bebel também uma concepção da especificidade humana em relação à teoria da evolução biológica, Bebel parece relacionar estes conhecimentos ao invés de separá-los, emergindo conceitos como *Kulturentwicklung*, assim como uma *Kunstentwicklung* (Bebel, 1879: 148) dentro do qual se explica a *Geschlechtsentwicklung*, a evolução sexual (Bebel, idem: 177). Para Bebel, o “Socialismo e as ciências naturais, para Bebel, voltaria-se a resolver todas as questões da evolução humana” (Bebel, 1879: 148), destacando como elemento desta evolução humana, a melhora das condições do ambiente social humano.

A lei darwiniana da luta pela existência – que envolve, em essência, que as mais organizadas e fortes criaturas excluem e eliminam as inferiores – encontra nos seres humanos seu resultado, que homens, enquanto seres pensantes e conhecedores, continuam mudando, desenvolvendo, e aperfeiçoando com intenções conscientes suas condições de vida – ou seja, seu ambiente social e tudo que depende dele – para que então, finalmente, as mesmas condições favoráveis à existência estejam disponíveis a todos os seres humanos. (Bebel, 1879: 47)

Bebel, em *A mulher e o socialismo*, evocou a polêmica em torno do Congresso de Munique (Bebel, 1879: 47-9; 253) para apontar um aspecto que considerava importante para a social-democracia alemã: a ideia de um potencial subversivo do ensino de ciências, proveitosa também ao marxismo e a defesa da existência de uma relação entre o socialismo e a teoria da evolução.

o Professor Virchow também concorda com os seus mais ferozes opositores, que tropeçaram contra o Professor Haeckel no Encontro de Cientistas Naturais em Munique, em 1877: “A teoria darwiniana conduz ao socialismo”. Virchow tentou desacreditar o darwinismo porque Haeckel exigiu a inclusão da teoria da evolução no currículo escolar. Ensinar ciência natural no sentido de Darwin e a nova ciência natural nas escolas é algo contra o qual tudo o que quer manter a ordem actual das coisas está a lutar. Conhecemos o efeito revolucionário destes ensinamentos, daí o desejo de os ver ensinados apenas no círculo dos eleitos. Mas pensamos: se as teorias darwinianas levam ao socialismo, como Virchow sustenta, isto não

prova nada contra estas teorias, mas sim a favor do socialismo. Os homens da ciência não devem perguntar se as consequências de uma ciência conduzem ou justificam esta ou aquela instituição do Estado, a este ou aquele estado social; devem examinar se as teorias são corretas, e se o são, devem aceitá-las com todas as suas consequências. Aquele que age de outra forma, seja de vantagem pessoal, de favor de cima, ou de interesse de classe ou partido, age de forma desdenhosa e não honra a ciência. (Bebel, 1879: 49)

O conflito entre Virchow e Haeckel foi uma situação boa para Bebel em termos de propaganda, justamente por essa possibilidade de dar nova dimensão à polêmica invertendo os sinais das acusações. Por exemplo, retomando o ataque de Virchow à teoria da evolução que afirmava que o socialismo e o darwinismo seriam concepções originadas uma da outra, Bebel pareceu aproveitar a ocasião para, como bom orador que era, “positivar”, invertendo um juízo negativo em positivo. E mais, ajudar no argumento que desenvolveria em sua defesa da ampliação da luta pelo direito ao voto universal incluindo as mulheres como uma tarefa da social-democracia alemã. Assim, pensando a partir de uma analogia entre as lutas de classes e a luta entre espécies, Bebel pressupõe, de modo indireto, um tipo de teleologia no sentido da confirmação do desenvolvimento social em direção ao socialismo e passando pelo período sangrento representado pela história do capitalismo.

O tema da teoria da evolução não era, contudo, um assunto externo à discussão apresentada em *A mulher e o socialismo*, na medida em que é possível deduzir a partir de Darwin a ideia de uma relativa inferioridade física e mesmo cognitiva das mulheres em *A descendência do homem*, como comentamos no capítulo 1. Bebel opta por argumentar que, mesmo que fosse possível constatar indícios de uma suposta inferioridade, ela poderia ser atribuída antes a condicionantes culturais, como a cultura e a educação, demandando assim melhores condições políticas, sociais e culturais (Bebel, 1879: 46; 84). Para Bebel, um comentário que ecoa Marx em um lugar e sentido inusitado é que “as leis de desenvolvimento e adaptação – chamadas darwinismo em homenagem a Darwin – podem ser aplicadas de forma consciente e conveniente a todos os seres humanos” (1879: 47), levando à conclusão de um distanciamento das condições naturais que só se realizariam... após o capitalismo.

Mas a chave da compreensão dessa formulação é o entendimento da evolução humana para Bebel. O social-democrata tinha em mente acima de tudo a ideia de que a

mente humana, assim como a dimensão social, faria parte do desenvolvimento biológico do homem, sendo o homem um animal capaz de raciocinar sobre o ambiente. Nesse sentido, seria claro para Bebel que esse processo conduziria ao socialismo. Outro ponto em que Bebel também reage à acusação da teoria da evolução assumindo-a e tomando-a como verdadeira seria sobre a acusação de ateísmo, tomando para isso como prova a famosa carta de Darwin para Büchner em que dava a entender que não acreditaria mais em uma religião.

Por mais que os comentários de Bebel não sejam estranhos a outras formulações alternativas a Darwin entre os evolucionismos, como os reparos de Alfred R. Wallace à teoria da evolução (que negavam uma submissão ou inferioridade intrínseca da mulher), Bebel pressupunha um acerto de contas para garantir uma interpretação do darwinismo coerente ao marxismo, mantendo o reconhecimento de seu valor e associando-o ao socialismo de modo que não fosse contrário à demanda de direitos para as mulheres. Veremos à frente como Bebel repõe esse argumento em uma situação distinta, a de Woltmann que afirma o evolucionismo, mas nega o fundamento social da evolução humana quando se destaca seu elemento de classe.

4.3 BERNSTEIN: SOCIALISMO EVOLUCIONÁRIO

Neste item, apresentarei alguns aspectos do pensamento de Eduard Bernstein (1850-1932), nos anos 1890, que se relacionaram aos evolucionismos do período, com destaque ao spencerismo. A seguir, analisarei alguns destaques do Congresso de Hanover de 1899, realizado alguns meses após a publicação de *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (As pré-condições ao socialismo e as tarefas da social-democracia) e que tratou principalmente do chamado *debate do revisionismo* ou, simplesmente, “questão Bernstein”.

Bernstein foi considerado um dos representantes da ortodoxia marxista característica da segunda geração de marxistas e que foi difundida na Segunda Internacional, entre 1880 e 1890, quando esteve à frente do jornal *Der Sozialdemokrat*, escrevendo sob o pseudônimo de Leo (Morgan, 1979: 526). Ao cabo desse período, Bernstein ganhara o respeito e amizade de Engels (o que, por sua vez, lhe rendeu uma rivalidade com Kautsky), tornando-se um dos redatores do Programa de Erfurt em 1891.

Entre 1878 e 1901, Bernstein esteve no exílio, na Inglaterra, fugindo da perseguição das leis antissocialistas, período no qual iniciou sua série de reflexões. De 1896 a 1898, Bernstein escreve a famosa série de artigos intitulada *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*, publicada inicialmente na revista *Die Neue Zeit*, dirigida por Kautsky e principal divulgadora do debate do revisionismo. A posição de Bernstein, exercia uma influência teórica crescente no partido. É possível dizer que, em muitos pontos, Bernstein foi atraído pelo modo como o liberalismo inglês refletia sobre a política e a economia. Como exemplo, basta citar o compromisso que sempre assumiu de defesa do livre-comércio.

No plano econômico em geral, Bernstein adotou a defesa do liberalismo, indicando-o, inclusive, como remédio para os problemas ligados à política internacional, que então estava fora do radar político dos setores à direita e centro do partido, dos quais se diferenciava por ter se tornado um crítico da *Weltpolitik* do imperialismo guilhermino. Para Bernstein, a consequência do protecionismo e da política externa alemã seria a guerra. Apesar disso, para Bernstein, o imperialismo inglês apresentaria certo elemento relativamente benigno, na medida em que a democracia lhe seria “intrínseca” (Bernstein, 1900: 248). Acreditava, com isso, que fosse possível defender de algum modo a condução uma política colonial, relativizando o posicionamento do SPD contrário às colônias²²⁴ e chegando mesmo a descrever a política colonial como algo inevitável, uma “necessidade histórica”, e, enquanto tal, algo passível de defesa enquanto “tendência progressiva e intrinsecamente boa” (Bernstein apud Fletcher, 1988: 368).

Em uma passagem de *Die Voraussetzungen des Sozialismus*, a justificação das colônias aparece como um empreendimento cultural. Cultura torna-se um ponto interessante também nesse caso, tomada como um equivalente de civilização, diferentemente da tradição alemã formada e inspirada pela ideia da *Bildung* e de cultura como uma dimensão eminentemente do espírito. O que há de interessante nesse caso é

²²⁴ “Como no caso dos trustes comerciais, a atitude da social-democracia em relação às associações políticas imperiais não pode ser a mesma em todas as circunstâncias, terá de depender delas. Ela terá que depender de suas formas, bases legais e métodos. Assumindo isso, qual será sua posição em relação ao atual imperialismo alemão?” (Bernstein, 1900: 248), mas há diversas passagens em Bernstein a respeito defendendo as colônias como “certa tutela sobre povos não-civilizados” e mesmo “fator civilizador”, acentuadas após o Congresso de Stuttgart da Segunda Internacional em que Bernstein contrariou a posição oficial do SPD e os congressos de Paris (1900) e Amsterdã (1904) (Andrade, 2006: 176-183).

que, para Bernstein, o evolucionismo cultural serve de fundamento para a crítica da política adotada até então pelo partido social-democrata com relação às colônias, justificando a defesa do empreendimento colonial.

Não é imprescindível que a ocupação de terras tropicais por europeus afete os nativos em seu modo de vida, nem tem sido esse o caso até hoje. Além disso, só um direito condicional dos selvagens à terra por eles ocupada pode ser reconhecido. A civilização mais alta (*höhere Kultur*) pode reclamar, em última análise, um mais alto direito. Não a conquista, mas o cultivo da terra – eis o título histórico e legal para o seu uso. (Bernstein, 1997: 133)

Apesar de não se observar nos textos de Bernstein desse período uma adesão ao evolucionismo com que acusaria o marxismo do SPD, o evolucionismo fez parte de sua formação. Assim como o próprio Bebel, Bernstein também foi influenciado por Friedrich Albert Lange, que, assim como outros intelectuais radicais da burguesia, presidiram cooperativas e associações de trabalhadores durante os anos 1860. Mas foi muito provavelmente entre 1878 e 1885, no período em que foi secretário privado do Dr. Karl Höchberg – patrono do SPD e editor dos jornais dedicados a temas teóricos *Die Zukunft e Jahrbuch für Sozialwissenschaft* e que tinha Lange em alta conta (Steger, 1997: 45) –, que se deu esse contato de modo mais explícito. No início da década de 1890, Bernstein realiza uma série de manifestações favoráveis, como uma homenagem publicada em três partes na *Die Neue Zeit* (Bernstein, 1892), em que caracteriza Lange de forma elogiosa, tanto em sua prática política quanto como teórico, destacando a crítica de Lange à dialética hegeliana, bem como a importância de sua obra teórica para a formação dos trabalhadores (Bernstein, 1892a: 108).

A versão muito peculiar do evolucionismo de Lange, que adota o filtro do neokantismo socialista, se tornou outro elemento importante na formação teórica de Bernstein, ao lado do socialismo ético francês e italiano, e do liberalismo e trabalhismo britânicos (Steger, idem: 74). A feição do evolucionismo professado por Bernstein passava por uma concepção menos biológica que social e cultural, guardando muitos pontos de contato com Bebel²²⁵. A concepção de história, mesmo pensada por um

²²⁵ Na introdução que escreve para a edição italiana de 1906, seus exemplos parecem todos tirados de Bebel, do livro *As mulheres e o Socialismo*, explicitando uma concordância ao menos parcial de Bebel sobre o impacto da evolução histórica e cultura na mudança das relações entre os sexos e incluindo as modificações das relações afetivas (Bernstein, 6/469 - 40,0/469).

fundamento social e cultural, apresenta matizes de uma forma de evolucionismo, apesar de distinto quanto ao sentido, uso e natureza e sem ter como um pano de fundo a dialética marxista.

Como tantos outros quadros do SPD, Bernstein respondia à conjuntura de seu tempo, e isso envolvia tanto o plano mais geral da política, em que teve de conviver com a situação de exílio e busca de sobrevivência após deixar a Alemanha (passando pela Suíça e pela Inglaterra, onde empreendeu por muito tempo seu plano de estudos), como também o plano político interno do partido. Nesse sentido, estava em seu arco de interesses a dimensão da política prática do partido e não apenas a linha teórica, como a ação democrática e parlamentar (que incluía a extensão das pautas e temas tratados pelo partido para aspectos clássicos do liberalismo herdados de 1848, até mesmo a defesa dos direitos das populações judias, das mulheres e dos homossexuais, em pleno século XIX) em que esboçava um possível novo arco partidário de alianças, especialmente entre as forças liberais. No entanto, apesar das diversas chances para romper com o SPD e fundar um novo partido com outras organizações do campo liberal, Bernstein insiste em permanecer e rejeita uma ruptura completa com o marxismo e com os setores de esquerda (Steger, 1997: 12).

Nesse sentido, a década de 1890 foi decisiva para os caminhos políticos e teóricos da social-democracia alemã. Foi um período de um ciclo de greves intensas²²⁶ e vitórias políticas da social-democracia, primeiramente contra as leis antissocialistas e depois no ciclo eleitoral imediatamente posterior²²⁷. Após o fim da legislação repressiva

²²⁶ A participação de trabalhadores engajados aumentava. De 1890 a 1899, eram 452.142, passando para 477.516 de 1900 a 1904, ultrapassando, em cinco anos, o número dos engajados nos dez anos anteriores. Posteriormente, só no ano de 1905, com o impacto das revoluções russas, passou para 507.964 o número de trabalhadores engajados com paralisações, mais do que em toda a década de 1890 (Schorske, 1983: 31). Essa organização crescente foi obrigada a lidar com as associações patronais feitas para combater greves e sindicatos, e que também se multiplicaram rapidamente na virada do século. Em 1898, havia 19 associações desse tipo, saltando para 50 em 1900 (Schorske, 1983: 29).

²²⁷ É importante notar que as vitórias políticas da social-democracia não eram garantidas, afinal, o Kaiserreich permanecia um Estado dominado militarmente e o seu sistema eleitoral ainda era aquele projetado por Bismarck, em que o parlamento detinha o poder apenas de ratificar ou não o que era apresentado pelo imperador, além de poder ser, nesse caso, dissolvido. Nenhuma lei poderia ser aprovada sem o consentimento do Kaiser, mas os partidos agiam, e a social-democracia não era exceção, como se caminhassem a um parlamentarismo silencioso, no que eram acompanhados pela população, cuja participação eleitoral crescente foi de 50,7%, em 1871, para 84,9% em 1912, para eleger os 397 membros do Reichstag (Kaiserreich, 2021). Contudo, como os parlamentares eram eleitos por região, o SPD não dependia unicamente do número total de votos (em relação ao qual o SPD teria vantagem, por conta da crescente influência entre trabalhadores urbanos), mas também de um fator regional. Além disso,

contra os socialistas, os debates represados voltaram, afinal, depois de cortar o braço radical esquerdo do SPD, restava a questão de qual ala do partido conseguiria decidir conquistar sua direção. Na prática, a ala marxista apostava na luta eleitoral e a definição interna que envolveu a crítica ao marxismo por parte do revisionismo, mas que, em termos práticos, também apostava nas eleições. Havia uma variedade grande entre as posições do revisionismo propriamente dito, mas o maior destaque era representado pelas posições de Bernstein e Josef Bloch (1871-1936) (Fletcher, 1988: 1). A ideia de uma revisão política, com o pano de fundo de uma crítica da orientação marxista do partido, poderia ser remontada às observações pontuais de Bernstein sobre a política socialista expostos na *Die Neue Zeit*, cobrindo o período entre 1896 e 1898 e culminando na Conferência de Stuttgart em 1898, onde se reafirmaria a liderança política do marxismo contra seus críticos, mas que, nem de longe, foram capazes de encerrar a “questão Bernstein”.

Afinal, por mais que tivesse seu foco em Bernstein, sua posição não era a única dentro deste campo político que abrangia todos aqueles preocupados com a política do dia a dia do partido e viam problemas com as orientações e prescrições do marxismo oficial então professado na organização. Entre outras forças, havia os *praktiker* do movimento operário (algo como “pragmáticos” ou “oportunistas”, em uma tradução aproximada), cujo foco era principalmente a prática política de ganhos para a classe trabalhadora em detrimento da defesa de uma linha teórica específica, fosse ela focada em uma visão de mundo, fosse em um horizonte revolucionário (Steger, 1997: 55). Os *praktiker* haviam sido o principal alvo de Bernstein nos tempos em que cerrou fileiras ao lado de Engels em defesa do marxismo ortodoxo à frente da *Der Sozialdemokrat*. O termo, já consagrado, talvez seja um guarda-chuva amplo demais, já que, entre os *praktikers* anteriores a Bernstein, encontravam-se posicionamentos díspares, dentre os

intervensões por parte do império que tivessem impacto econômico podiam causar um efeito local importante, levando votos para os conservadores, o que ocorreu após a aprovação de medidas de proteção ao trabalhador, como o programa no estilo das medidas de welfare propostas por Bismarck, em 1897, ou as grandes obras feitas pelo império, como a construção de grandes canais (que fizeram com que os conservadores ganhassem um terço dos assentos do parlamento estadual prussiano, contra nenhum por parte do SPD) (Feuchtwanger, 2001: 134). A força política dos conservadores não era ameaçada propriamente pelo SPD, mas por outros setores, à exemplo de agitadores antisemitas como Otto Böckel, que representaria uma ameaça ao Partido Conservador nas áreas rurais, chegando a ganhar nas eleições de 1893 3,5% dos votos e garantindo 16 assentos (Feuchtwanger, 2001: 113).

quais o do líder social-democrata bávaro Georg von Vollmar²²⁸, que gozava de grande popularidade e estima no período, e os de Bruno Schönlink, Max Quark e Eduard David, que questionavam o caráter de classe do partido, especialmente no período em que passou a gozar da legalidade, acreditando na necessidade de uma “pressão reformista no governo” que eventualmente levasse a reformas positivas para toda a sociedade alemã (Steger, 1997: 60).

Igualmente importante, como dito, foi Bloch, que tinha um perfil diferente dos demais e defendia o valor da *Bildung* e da *Kultur*, constituindo um dos últimos nomes mais conhecidos do lassalleísmo antimarxista e antiliberal que mantinha a aposta de uma aliança socialista pró-prussiana, defendendo valores economicamente opostos a Bernstein. Apesar disso, sua ideia de um projeto político para o SPD de intervir na política cotidiana do Reich convergia com a de Bernstein, apoiando alianças com setores fora do campo socialista. “Apenas” não eram os mesmos (Fletcher, 1988: 356).

A caracterização de Vernon Lidtke é uma ferramenta interessante para definir alguns traços gerais em torno dos quais geralmente se atribui o chamado revisionismo:

a) ceticismo geral em relação à tese marxista ortodoxa a respeito de um colapso inevitável do capitalismo; b) dúvidas sobre a tese a respeito da polarização inescapável da sociedade em apenas duas classes e, portanto, do empobrecimento progressivo do proletariado (pauperismo); c) a crítica da necessidade marxista de um foco exclusivo na luta de classes e na ‘ditadura do proletariado’ como uma necessidade no caminho do socialismo; d) uma tendência em direção a uma evolução gradual da sociedade, evitando a ideia de uma revolução violenta; e) uma atitude mais ou menos positiva em relação ao Estado, à nação e à democracia parlamentar (Lidtke apud Fletcher, 1988: 348).

²²⁸ Vollmar foi um grande orador e chegou a ser editor do Sozialdemokrat durante o exílio, na vigência das leis antissocialistas. Ele ia além e defendia uma aliança com os socialistas de Estado, ou socialistas de cátedra, por um programa de reformas. Sua concepção a respeito de uma possível transformação da sociedade de modo favorável aos trabalhadores em uma sociedade socialista seria fruto de um longo e gradual processo (Carstein, 1990: 323). Além disso, Vollmar tinha em mente muitas questões relativas à especificidade do campo, especialmente de sua região de origem, a Bavária, inclusive defendendo maior autonomia regional frente ao prussianismo do estado guilhermino em suas palestras intituladas “Eldorado”, que serviram de inspiração para uma orientação mais prática nas questões regionais por parte dos militantes social-democratas da Bavária que desafiaram o partido e passaram a votar o orçamento e contribuir com temas locais (Gay, 1979: 258, Carstein, 1990: 326-327). Contudo, apesar de representar um potencial disruptivo muito maior, caso interviesse nas questões teóricas, Vollmar era um pragmático, e pouco se importava com as questões teóricas e doutrinas do partido, optando por não apoiar Bernstein (Carstein, 1990: 333).

O problema é que, entre os *pratiker*, muitas vezes são incluídos quadros e forças políticas de orientação diversa, em um campo ainda mais indistinto, muito mais próximos de uma direita política do que essa geração que em geral se identifica com o revisionismo.

A despeito do objetivo último, nós vemos o alvo mais próximo: o avanço das necessidades mais imediatas das pessoas. Para mim, a conquista das demandas mais imediatas é a coisa principal, não apenas porque elas são de grande valor propagandístico e servem para arregimentar as massas, mas também porque, em minha opinião, o progresso, essa socialização gradual, é o método que mais fortemente mostra uma transição progressiva. Portanto, é dado o caminho da legalidade, da calma, da atividade parlamentar no sentido mais amplo para a mudança no sentimento popular sobre uma mudança correspondente no Reichstag. (Schröder, 1910: 522)

A corrente de revisionistas ganharia força no começo do século XX, em um movimento marcado pela diluição das teses bernsteinianas entre noções comuns partilhadas por setores contraditórios, desde segmentos simplesmente antirrevolucionários do SPD (como Paul Singer) até aderentes importantes dentro de um setor de valores claramente socialistas e internacionalistas, como Kurt Eisner, que assumiu o cargo de primeiro-ministro do chamado *soviet* da Baviera.

Outro aspecto importante é o quanto a maioria dos principais quadros aderentes das teses revisionistas era oriunda da região sul da Alemanha, local em que não apenas a organização dos trabalhadores tinha avanços impressionantes, quanto existia ali um fator regional, como aponta Peter Gay, que pode ter influenciado, na medida em que o sistema de três classes de eleitores não era ali adotado. Sem uma estratificação de eleitores, a disputa numérica da social-democracia encontrava um cenário político mais vantajoso e que permitia vislumbrar, naquele período, uma franca ascensão, além de alianças com a oposição liberal contra os conservadores (Gay, 1979: 258).

Portanto, apesar de sua aparente derrota, e de ser menor do que o campo considerado revisionista na política prática, hegemonizado pelos *praktikers*, o debate levantado por Bernstein sobre o revisionismo desdobrou-se em uma série de consequências políticas, dentro e fora do partido. Bernstein demorou a definir sua posição, e muitos dos políticos liberais, nacional-liberais e dos chamados livre-pensadores aguardavam um aceno para a criação de um novo partido de oposição ao

governo com um caminho aberto a alianças eventuais com o SPD. Esse é um indício de como Bernstein sempre teve aberta a porta para sair do partido, com capacidade de aglutinar um poder político muito maior do que o que possuía, algo dissonante, segundo alguns de seus comentadores, com as inclinações econômicas liberais que ele passara a ter no período após seu exílio entre os socialistas ingleses. Nesse sentido, sua decisão de permanecer como oposição interna ao SPD (o que desagradou bastante *eisenachers* como Bebel) guarda ainda mais desafios à compreensão, especialmente por conta de seus efeitos políticos práticos. É possível dizer que talvez sejam muito mais as questões teóricas e políticas, além de um comprometimento com uma posição em relação à classe operária, aquilo que mais explica o comportamento de Bernstein nesse período.

4.3.1. A ideia de *Entwicklung* enquanto desenvolvimento/evolução

Nas visões social-democratas sobre a sociedade e suas duas principais perspectivas políticas, reformistas ou revolucionárias, é comum observarmos ideias referentes ao evolucionismo. Até aqui, vimos em Bebel e Bernstein uma concepção mais social e cultural do evolucionismo, destacando aqui uma certa antropologia pressuposta, mas há também em alguns casos a referência a uma concepção “orgânica”, ou que adota o modelo orgânico como referência, seja ao modo spenceriano, seja, em um modelo herdeiro das concepções sobre o orgânico entre o idealismo alemão.

Uma delas, que é recorrente na crítica da visão “materialista histórico-biológica” (Matthias, 1988: 37) de Kautsky, e o uso da ideia de um tipo de “necessidade natural” (Lehfert, 1977: 83, 87,144) que se imporia à sociedade a partir de suas próprias características, conduzindo a um processo revolucionário. A outra é a ideia de um desenvolvimento a partir de “leis dinâmicas” que se imporiam na Natureza, na História, e mesmo no desenvolvimento do pensar humano a partir da ideia de um “desenvolvimento histórico”, destacando o papel de Engels como formador e difusor de concepções entre os social-democratas nessa direção (Engels, 1975a: 11; Engels, 2015: 38-39).

Essa concepção assumia a forma de “desenvolvimento histórico progressivo” em que a ideia de evolução e desenvolvimento estariam conjugadas de modo ambíguo. Para que não restem dúvidas, em uma passagem determinada, Engels tratou das possíveis

descobertas na biologia que seriam viabilizadas graças ao estímulo de Darwin (algo importante, se pensarmos nas preocupações de Kautsky) capaz de produzir um eventual aperfeiçoamento da teoria da população, passagem em que o termo utilizado por Engels não é *evolution* (notando que Engels e Marx não economizavam no uso de palavras estrangeiras), mas *Entwicklung* na definição da teoria da evolução das espécies como “*Theorie von der Entwicklung der Arten*” (Engels, 1975a: 64, Engels, 2015: 101). Certamente, esse não é um problema tão gritante na formulação de Engels. A questão é como seria apropriado esse deslize do uso da palavra desenvolvimento (talvez eu mesmo tenha cometido alguns nesta tese), especialmente se consideramos que a preocupação ali era defender Darwin contra Eugen Dühring. Aliás, como vimos no capítulo 2, essa é uma questão herdada da primeira tradução de Darwin para o alemão e se tornou um sinônimo no uso corriqueiro da palavra. O problema, reitero, é o contexto de seu uso sem a definição de qual dos seus sentidos está sendo pensado: evolução ou desenvolvimento. Para mim, essa questão (menor, não tenho dúvida) estará presente em muitas das elaborações dos teóricos social-democratas e é possível que, em alguns contextos, alicerçando suas reflexões. Se como aspecto estrutural em um argumento ou apenas um vagar ensaístico para apenas defender um ponto, cabe sempre ao leitor o trabalho de definição para não oscilar entre esses sentidos.

O fato é que o *Anti-Dühring* fez sucesso entre os teóricos e conquistou muitos quadros para a social-democracia, dentre os quais Bernstein e Kautsky, e é possível que o contexto das leis antissocialistas, ao invés de reduzir o interesse pelo livro por sua proibição, ampliaram-no. O jovem Bernstein, que deveu sua formação, como tantos outros, às *Arbeiterbildungsvereine* (Steiger, 1997: 34), começou suas polêmicas entre os social-democratas justamente defendendo as doutrinas de Dühring. Bernstein via as doutrinas do professor socialista alemão como uma peça de propaganda efetiva para disputar os trabalhadores, tendo enviado cópias para várias lideranças locais (Steiger, 1997: 39). Concorreu para isso o interesse estendido ao que parecia uma incursão da dialética materialista no campo das ciências naturais²²⁹. O *Anti-Dühring*, cabe lembrar, tem sua origem em uma encomenda do partido, incomodado com a influência crescente de Dühring, que fazia renascer o lassalleísmo entre seus membros. O objetivo foi

²²⁹ Lembrando que materialismo dialético é um termo que surge postumamente, com Plekhanov.

alcançado com particular sucesso para quadros da mesma geração, como Bernstein e Kautsky, que se formaram teoricamente a partir de sua leitura.

O resultado, para além do objetivo imediato, no entanto, surpreendeu a Engels, na medida em que “a crítica negativa resultou positiva; a polêmica transformou-se em exposição mais ou menos coerente do método dialético e da ideologia comunista defendida por Marx e por mim, numa série de domínios bastante vastos” (Engels, 2015: 35). Além disso, a publicação do livro se dá em um período de muitas crises, com as já mencionadas leis antissocialistas e uma crise na linha ideológica do partido, em que vertentes diversas disputavam sua direção.

Era possível notar no SPD, tanto entre marxistas formados pela leitura do *Anti-Dühring*, quanto da parte da ala lassalleana (justamente o grupo que Engels acreditava derrotado), muitos teóricos associados ao tema da ciência que repentinamente passaram a ganhar notoriedade, o que explica a influência de Vogt e Dühring entre os quadros do partido. Em oposição às mudanças conservadoras pretendidas para o setor educacional, surge certo clima favorável às ideias científicas e progressistas entre a classe trabalhadora e os intelectuais progressistas no entorno do partido, clima que se aprofunda com o tempo e, especialmente para as ideias sobre evolução, pode-se dizer que o “socialismo e o movimento socialista que surgiram no meio século seguinte foram forjados e amadureceram numa era em que o darwinismo era uma parte estabelecida da mobília mental”, como definiu Stack (2003: 2)²³⁰. Com efeito, como ilustra de modo mais direto Tristram Hunt:

A geração seguinte de socialistas chegou ao seu marxismo por meio de uma trajetória ideológica diferente: nas palavras de Kautsky, “eles começaram com Hegel, eu comecei com Darwin”. Kautsky, assim como Bernstein, Adler, Aveling, Plekhanov, Spencer e o positivista Augusto Comte leram Marx e Engels de uma perspectiva que já compreendia a teoria da evolução. A obra do comunista italiano Enrico Ferri intitulada *Darwinian Theory and Socialism* (1894), a de Ludwig Woltmann intitulada *Darwinian Theory and Socialism* (1899), o livro extremamente influente escrito por Karl Kautsky, *Ethics and Historical Materialism* (1906) [...] são apenas algumas contribuições

²³⁰ Outro exemplo foi o caso dos materialistas científicos, como Büchner, Haeckel e Vogt. Note-se que *Die Welträtsel* (Enigmas do Universo), de Haeckel, de 1899, obra posterior àquela em que divulgou na Alemanha as teses da poligenia humana, vendeu 400 mil exemplares em apenas dois anos (Steinberg, 1976: 45).

a uma literatura comunista florescente que assumiu uma ligação entre darwinismo e marxismo. Essas obras construíram a ponte intelectual indispensável entre o marxismo do final do século XIX e o materialismo dialético da ortodoxia soviética. É óbvio que Engels não pode ser responsabilizado pelo que uma geração posterior alimentada com um conjunto diferente de premissas filosóficas e científicas leu em sua obra. (Hunt, 2010: 403-404).

No entanto, apesar de ser possível constatar na ala marxista a presença constante de uma ideia que presidiria os fenômenos naturais e sociais, reforçada pelos trabalhos de Engels sobre o tema, como *Anti-Dühring*, a forma que o conceito de desenvolvimento assume nos textos faz notar uma discrepância entre Engels e esses textos posteriores. Nestes últimos, a ideia de evolução biológica e social, que a princípio seria mantida no vocabulário científico com o mesmo termo inglês *evolution*, passam a se associar de modo inequívoco à palavra alemã *Entwicklung*. Esse termo, por sua vez, pode em muitos casos estar relacionado com outras acepções mais usuais da língua alemã, como a acepção hegeliana²³¹, ou do desenvolvimento da sociedade constante em direção ao progresso, numa acepção que de certo modo remeteria a um modelo próximo do “positivismo” ou do spencerismo, ou seja, segundo uma acepção que guarda uma carga teleológica mais usual e presente no vocabulário histórico. São pressupostos distintos, na medida em que apontam direções ou pressupõem um processo diverso, que resultam, apesar disso, em representações associadas a uma ideia de desenvolvimento unilinear. O uso de Engels do termo pode ter adicionado maior complexidade à questão, na medida em que estaria ainda associado de algum modo à ideia de dialética (seja enquanto olhar que sintetiza a transformação histórica de um ponto de vista do entendimento, seja que observa o desenvolvimento como parte de um processo maior de transformação social, política e, neste caso, científica). Isso tornava possível, de algum modo, associar a ideia de desenvolvimento ou de evolução à dialética, o que parece ter se sedimentado, na compreensão mais geral, enquanto um “senso comum”, uma nova síntese que somava o

²³¹ “O verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente aquele que através de seu desenvolvimento completa sua essência. Sobre o absoluto, deve-se dizer que é essencialmente resultado; que só no fim é o que é na verdade. Sua natureza consiste justo nisso: em ser algo efetivo, em ser sujeito, Natureza ou vir-a-ser-de-si-mesmo” (No original: “*Das Wahre ist das Ganze. Das Ganze aber ist nur das durch seine Entwicklung sich vollendende Wesen. Es ist von dem Absoluten zu sagen, dass es wesentlich Resultat, dass es erst am Ende das ist, was es in Wahrheit ist; und hierin eben besteht seine Natur, Wirkliches, Subjekt oder Sichselbstwerden zu sein*”) (Hegel, 1952: 21).

progresso social e a evolução biológica, ainda que distinta do darwinismo social de tendências conservadoras.

A história inicial do conceito de desenvolvimento enquanto *Entwicklung*, pensado a partir da convergência de entendimentos distintos, foi um aspecto importante para os socialistas alemães enquanto propaganda que buscava apresentar uma imagem simples e clara do socialismo e cuja atenção estava voltada não apenas ao diálogo com a burguesia liberal alemã, mas igualmente com os operários que passavam a se instruir (o que acredito ter sido o caso de Bebel). Ele dialogava com outras concepções semelhantes e se tornou uma recorrência que coincide com o crescente interesse pela ciência. Isso, para complicar ainda mais, não designa claramente uma corrente, grupo ou alinhamento específico, pois trata acima de tudo de um vocabulário que pode designar uma visão de mundo a partir de qualquer fundamento causal ou finalístico²³².

4.3.2. O revisionismo darwinista contra o socialismo evolucionário ortodoxo

Em abril de 1899, Ludwig Woltmann publicou *Die Darwinische Theorie und der Sozialismus* onde dirigiu uma crítica tanto ao marxismo em seu fundamento político e econômico quanto antropológico, questionando até mesmo a compreensão de Bebel da teoria darwinista (Woltmann, 1899: 43-46). Ou seja, um mês antes da publicação de Bernstein e seis meses antes do Congresso de Hanover, em que as teses revisionistas seriam discutidas, Woltmann entrou no debate revisionista partindo para o ataque direto ao líder do partido e usando para isso suas credenciais científicas com a intenção de trazer o socialismo “para uma relação muito mais estreita com a teoria do desenvolvimento natural do que tem sido feito até agora” (Woltmann, 1899: 5) concluindo com uma proposta de síntese entre Darwinismo e Marxismo (Woltmann, 1899: 177-184).

O debate era importante mesmo sendo Woltmann uma figura relativamente menor no SPD, afinal estava em questão ali a autoridade de Bebel enquanto liderança do partido, a hegemonia do marxismo como orientação da organização e, com isso, as teses marxistas que orientariam o Programa de Erfurt. Mas o aspecto mais notável é que o debate não se dava em termos explícitos de uma crítica do marxismo, mas justamente

²³² Como indicamos brevemente no Capítulo 1.

das credenciais do marxismo em relação ao darwinismo, isto é, do marxismo professado entre os principais teóricos do partido que envolvia, além dos temas explícitos de Marx e Engels sobre a economia e a política, os temas compartilhados pelos seus herdeiros em termos de concepções evolutivas. Em suma: uma disputa entre marxismo evolucionista, especialmente no aspecto antropológico e cultural, e uma variação do darwinismo que destacaria a antropologia física e a questão racial²³³.

O primeiro ponto era se as teses darwinistas trazidas por Woltmann se sobreporiam à teoria do socialismo ou não (Bebel, 1899: 484), e esse tema, como veremos, apareceria no Congresso de Hanover, tanto na forma de um questionamento ao fundamento dialético das teses marxistas, mostrando-se a preferência pela clareza da ideia de *Entwicklung* (desenvolvimento-evolução) darwiniana, quanto como tópico retórico: se o darwinismo pôde ser questionado e reformado pelos marxistas, por que não poderíamos, nós, reformar o marxismo?

A resposta de Bebel foi rápida e está presente no texto *Die Darwinische Theorie und der Sozialismus* (1899). Nele, Bebel repõe os elementos de sua crítica à afirmação de Haeckel de que “o darwinismo – a teoria da seleção – aos olhos de um crítico sem preconceitos, é um princípio aristocrático, que consiste na sobrevivência do mais apto”. Apesar de reconhecer que apenas uma minoria acreditava então em uma convergência entre a teoria da evolução e o socialismo, o ponto de vista da crítica de Woltmann era visto como um ponto de vista limitado, na medida em que interpretava a partir de uma “mecânica grosseira” o desenvolvimento (novamente *Entwicklung*) da sociedade humana (Bebel, 1899: 484).

De certo modo, é como se estivesse em questão, nessa defesa do marxismo, não o marxismo propriamente, mas um tipo de pressuposto biológico e antropológico do marxismo, fazendo acreditar que a ideia de uma especificidade humana em relação à evolução biológica, tal qual argumentado por Wallace, como vimos, fosse um pressuposto para defender o marxismo. Assim, para que exista o marxismo, antes deve

²³³ Apesar de não ter seguido para além da descrição e observando a partir de uma reconstituição, é difícil não notar o quanto este episódio é um prato cheio para uma análise foucaultiana que destaque, primeiramente, que se trata de uma luta pelo fundamento de uma natureza humana que surge como tema ao marxismo através deste desafio, mas que estava latente como algo implícito em suas concepções. Segundo, o próprio tema trazido por Woltmann de uma luta de raças no lugar de uma luta de classes. Fosse Woltmann e não Bebel o foco deste capítulo, seria inevitável tratar explicitamente nestes tópicos.

ser defendida a especificidade do homem em relação às críticas do evolucionismo biológico inscritas no programa adaptacionista conforme a visão de Woltmann, existindo aí um subtexto antropológico que antecederia o marxismo, servindo-lhe de fundamento.

Tratar-se ia de apontar ao darwinismo os aspectos complexos do desenvolvimento social, tão comum a parte significativa dos spencerianos, e principalmente, aos antropólogos evolucionistas, como Morgan, além de, é claro, do próprio Engels, em quem Bebel se referencia na discussão com Woltmann. Não se trata de uma rejeição do darwinismo, já que, tal como fizera em *A mulher e o socialismo* (Bebel, 1879), Bebel procura antes reiterar neste texto a necessidade de uma aproximação entre os socialistas e o ensino da teoria da evolução por meio da educação²³⁴.

É preciso destacar a coragem de Woltmann ao direcionar um ataque ao principal líder do SPD pondo em xeque o “materialismo histórico” e questionando suas credenciais darwinianas, acusando-o, entre outras coisas, de não entender o darwinismo, e atacando, especialmente, o fundamento do evolucionismo social em Bebel ao caracterizar a ideia de matriarcado primitivo como a representação de uma condição geral de promiscuidade em uma acepção pejorativa, rejeitando o argumento nessa direção de Bebel que contextualizava o desenvolvimento da antiguidade no primeiro capítulo de *A Mulher e o Socialismo*, que seria contraposta ao suposto estado de degradação contemporâneo apoiado em concepções antropológicas mais gerais compartilhadas por Morgan, Bachofen e Engels. Após questionar Morgan, atingindo não apenas Bebel mas também Engels, Woltmann fez uma proposição, partindo de uma convergência entre a crítica da razão prática kantiana e o darwinismo, ou seja, uma ética evolutiva, o que Woltmann acreditava ser uma das grandes falhas do materialismo

²³⁴ “Se, como diz Woltmann, ‘o socialismo deve ser trazido para uma relação mais estreita com o ensino da evolução natural do que tem sido o caso’, a culpa disso não pode ser atribuída aos socialistas, que não falharam em entendê-lo, mas aos expoentes do darwinismo, para os quais, como o autor amplamente prova, a advertência é muito necessária” (Bebel, 1899: 485). Note-se que esse tópico é muito similar à forma como é mencionada a necessidade do conhecimento da teoria da evolução por parte dos socialistas, modificando apenas Darwin por Spencer no romance de Jack London *O Tachão de Ferro*, sobre o qual faço um comentário breve no apêndice B.

histórico e justificativa de uma reforma do socialismo²³⁵ (Bebel, 1889: 485). De modo resumido, Woltmann antecipa o debate do reformismo e utiliza de argumentos semelhantes às teses de Bernstein, mas assumindo um outro sentido de crítica e em termos darwinianos²³⁶.

O ponto principal da resposta de Bebel a Woltmann seria a contradição entre marxismo e evolucionismo de um ponto de vista em que a evolução biológica não se contrapusesse à evolução-desenvolvimento social, e mantendo as leis que governam sociedade e natureza algo distintas. No entanto, o primeiro *round* dessa prévia biológica do debate sobre o evolucionismo ficaria no ar, na medida em que a explicação de Bebel, que reitera a defesa dos argumentos de Morgan, atualizadas por referências a Ziegler e Darwin em *A descendência do homem* (Darwin, 1889), o obrigaram a entrar na defensiva. Bebel era obrigado a argumentar nos termos da teoria da evolução humana em território em que Woltmann podia contar, além da simpatia dos neokantianos, com o duplo título de doutor em antropologia física. Além disso, a frase final não abona Bebel, pois no que tange à questão dos direitos das mulheres, e que fora a questão principal em *A mulher e o socialismo*. Bebel argumentava agora em um terreno em que o matriarcado era defendido em termos de relações benfazejas contra os excessos da imoralidade contemporânea e em contradição com o tema da união entre patriarcado e capitalismo, presente em *A mulher e o socialismo*.

Na satisfação da paixão sexual, o homem moderno frequentemente afunda mais que os animais. Refiro-me aos piores excessos sexuais (os excessos da luxúria e da prostituição não natural). Nos tempos primitivos, entretanto, o homem era um animal. (Bebel, 1899: 489)

Salta aos olhos como uma situação pouco ortodoxa o modo como o marxismo ortodoxo se defendia do aparecimento de teorias concorrentes no SPD e como, nesse aspecto, tinha um papel muito grande a capacidade de explicação marxista a respeito dos aspectos gerais e científicos da época, mais do que propriamente a respeito dos

²³⁵ O leitor atento deve perceber o quão essa formulação é próxima de Peter Singer em *A Darwinian Left* (Singer, 2000).

²³⁶ Nesse tema, cabe notar que ele o faz apoiando-se em uma forma particular de darwinismo mais ancorado em Weismann e na teoria da mutação, o que o aproxima mais de parte dos eugenistas que aproximam a teoria social de um mecanismo reprodutivo forte do que em Haeckel ou Bücher, que não possuem uma teoria forte da reprodução. E Bebel, arguto e atualizado, mostra-se ciente desse aspecto (Bebel, 1899: 486).

domínios políticos e econômicos. Também salta aos olhos o aspecto mais preocupante em Woltmann, o da substituição de uma luta de classes por uma luta de raças, principalmente no que toca ao olhar contemporâneo que reflete sobre a ascensão do nazismo e o poder ideológico das concepções eugenistas algumas décadas à frente²³⁷. E o quanto, apesar de não ter sido um elemento influente dentro da social-democracia, ele era uma das opções políticas na concorrência entre os *pratiker san phrase* (sem ideologia), o social-prussianismo lassalleano, o reformismo bernsteiniano, a ortodoxia marxista, o radicalismo “anarquista” dos *jungen* e o radicalismo marxista posterior que daria origem ao Partido Comunista Alemão, o KPD.

4.3.3. *Pré-condições ao socialismo*

Seguindo um processo distinto, porém convergente, na constituição de sua reflexão a respeito dos horizontes da política social-democrata, Bernstein afastou-se da dialética e preferiu um materialismo com inspiração nas nascentes teorias sociológicas e positivistas, somadas à influência da ética kantiana, orientação esta que o levaria à necessidade de pensar um “socialismo crítico” no lugar de um pretense “socialismo científico”, que vê constantemente a necessidade de demonstrar e fundamentar cientificamente seus pressupostos. Para Bernstein, em *Como o Socialismo científico é Possível?* (1901), isso parecia mais a defesa de uma visão de mundo ainda imbuída de pressupostos utópicos do que científicos na medida em que o socialismo, a seu ver, estaria mais fundado em pressupostos éticos do que em uma doutrina racional ou científica.

²³⁷ Imagino que a um olhar foucaultiano salte aos olhos a similaridade com a ideia de luta de raças conforme apresentada em *Em Defesa da Sociedade* “transcrição - biológica - dessa teoria da luta permanente e da luta das raças. E depois vocês encontrarão uma segunda transcrição, aquela que vai se operar a partir do grande tema e da teoria da guerra social, que se desenvolve já nos primeiros anos do século XIX e que vai tender a apagar os vestígios do conflito de raça para definir-se como uma luta de classe” (Foucault, 2005: 71-72), especialmente quando destacamos como o estado, no projeto de Woltmann deveria se tornar uma ferramenta que transpõe a luta de classes em termos raciais. No entanto, o modo como a ideia de uma luta de raças aparece nos textos de Woltmann, apesar do termo, parece dizer respeito muito mais a uma gestão das raças, pensando a partir de um padrão nacional racial, que estava presente sobretudo nos textos de Woltmann em que aplica sua compreensão da antropologia física à nações, ou seja, enquanto totalidade e dando ensejo ao discurso biológico-racista da degenerescência e a gestão da vida e da morte, pois que o horizonte político da luta de raças de Woltmann era o aprimoramento racial como um tipo de poder pastoral biológico. Seu pensamento, nos termos de Foucault, pareceria remeter à um entroncamento ou transição de forma de pensamento.

Quando Bernstein conseguiu regressar à Alemanha, em 1901, mediado por quadros liberais ansiosos em fundar um novo partido²³⁸, ele resumiria o que tinha em mente a respeito do socialismo a uma audiência desejosa em conhecer alguém de quem só se ouviam notícias remotas durante seu longo exílio. De sua proposta política prática, a resposta já conhecida é a do aceno em direção à possibilidade de alianças políticas, especialmente com os liberais, como forma de ganharem assentos no parlamento que correspondessem de modo mais equilibrado a seus ganhos eleitorais. Porém, essas alianças deveriam ter limites específicos, sem comprometer os objetivos políticos do partido ou fazer com que se perdesse em uma “política de compromisso”, em que o instrumentalismo eleitoral se sobrepusesse aos princípios socialistas (Bernstein, 1893: 777). Para isso, Bernstein estava atento, e sabia da pressão política exercida, por outro lado, da parte dos *praktiker* (Steger, 1997: 73). Esse é um importante posicionamento de Bernstein no tocante a uma rejeição do tipo de liberdade em relação ao partido desejado pelos setores de direita, que também almejavam independência em relação à ortodoxia.

Na exposição depois publicada com o título de “Como o socialismo científico é possível?” (1901), Bernstein mantém muito do que aparece no capítulo final do texto *Pré-condições ao socialismo* (1899) na passagem “Kant contra Cant²³⁹” (Bernstein, 1999: 146-160). Sua busca era a de evocar o espírito crítico que estaria voltado não apenas às alegações científicas do marxismo, mas à sua própria prática, ao lembrar que mesmo os socialismos chamados utópicos também se acreditavam científicos. Kant serviria aqui como uma chave de leitura crítica do socialismo, especialmente no que acreditava terem se tornado fórmulas fixas e chavões e demandando a atitude crítica kantiana a respeito dos temas e formulações marxistas. É indisfarçada a admiração a

²³⁸ De fato, diversos grupos de liberais desejavam fundar um novo partido com Bernstein e seus seguidores, com destaque à *Freisinnige Vereinigung* (associação de mentes livres), cujo líder tentou, sem sucesso, formar um cartel “vermelho”, uma aliança eleitoral entre liberais de esquerda e social-democratas. Os liberais de esquerda tinham interesse no processo de organização dos artesãos em sindicatos chamados *Gewerkvereine*, assim como a *Nationalsoziale Verein* (Associação nacional social, de caráter liberal), influente grupo de centro-esquerda, mas Bernstein optou por não sair do partido. (Steger, 1997: 155-6). Além disso, muitas vezes, os social-democratas e os partidos liberais votavam conjuntamente no parlamento.

²³⁹ Palavra do inglês que Bernstein traduz como hipocrisia ou falsa retórica que seria usada para descrever os cânticos religiosos dos puritanos, ou ainda um modo irreal e imitativo de falar (Bernstein, 1999: 147)

Lange quando propõe mesmo uma “de volta a Lange”, como paródia à fórmula “de volta à Kant” (Idem: 159-160)²⁴⁰.

Se o Spencerismo era uma forte influência no mundo, dentro da Alemanha, o neokantismo, especialmente o da escola de Marburgo foi o movimento filosófico predominante das universidades alemãs no final do século XIX, extendendo sua influência para além, na Itália, França, Inglaterra e Rússia (Beiser, 2015: 1). A questão é quais concepções do neokantismo estiveram presentes nas formulações de inspiração kantiana em Bernstein. Muito se poderia dizer do quanto Bernstein não poderia ser enquadrado legitimamente entre os socialistas kantianos, na medida em que a influência de Kant em seu pensamento era esparsa e não sistemática e, portanto, distante das formulações teóricas explícitas dos neokantianos socialistas da escola de Marburgo Friedrich Albert Lange, Hermann Cohen e mais à frente Karl Vorlander (que chegou a ser eleito na Dieta da Westphalia) e Kurt Eisner, todos ativos no SPD e no caso dos dois últimos, ambos do USPD, o setor que se separou do partido após a votação dos créditos de guerra com a liderança de Eisner presente em levantes contra a guerra e depois notória em sua participação na revolução de Munique.

Apesar disso, há uma absorção crítica de certas concepções que são comuns a outros autores, como a ideia de que a responsabilidade de transformar o mundo está na mão de todos aqueles que lutam para melhorar e criar novas leis e instituições (Beiser, 2015: 421). Pode-se dizer que a preocupação de natureza moral em relação aos meios de uma mudança social e à conquista de direitos podem ser destacados. Apesar de uma impressão inicial de que isto significasse uma inibição dos meios para conquistas de direitos, isto é só aparente, pois se a condição da autonomia está em questão e ameaçada, a ação, inclusive revolucionária, estaria justificada para os socialistas de

²⁴⁰ Muito se poderia dizer do quanto Bernstein não poderia ser enquadrado legitimamente entre os socialistas kantianos, na medida em que a influência de Kant em seu pensamento era esparsa, não sistemática e, portanto, distante das formulações teóricas explícitas elaboradas pelos neokantianos socialistas da escola de Marburgo como Friedrich Albert Lange, Hermann Cohen e mais à frente Karl Vorlander (que chegou a ser eleito na Dieta da Westphalia) e Kurt Eisner, todos ativos no SPD e no caso dos dois últimos, ambos do USPD, o setor que se separou do partido após a votação dos créditos de guerra. Eisner estaria presente em manifestações e levantes contra a guerra e teve participação destacada na revolução de Munique. Apesar disso, há uma absorção crítica de certas concepções que são comuns tanto a Bernstein quanto a estes outros autores, como a ideia de que a responsabilidade de transformar o mundo está na mão de todos aqueles que lutam para melhorar e criar novas leis e instituições (Beiser, 2015: 421)

Marburgo (Linden, 1988: 300). Do mesmo modo, a ideia de que a democracia seria tanto um meio quando o fim do socialismo, ou mesmo a fórmula que aponta uma centralidade de que “o fim do socialismo é nada, mas o movimento é tudo”, ou a rejeição de um grande fim, uma revolução final que conduzisse ao socialismo, tornando a construção do socialismo como uma tarefa, antes de tudo em aberto.

Sobre o socialismo como um fim em aberto, que se volta contra a posição política e teórica adotada até então pela social-democracia, Bernstein parece inspirado pela forma do argumento kantiano a respeito da ética, e penso em particular no texto “O que significa orientar-se no pensamento?”, que cito a seguir para sugerir ilustrar a comparação que poderia ser feita com outros momentos da crítica da moral kantiana:

Muito mais importante é a necessidade da razão em seu uso prático, porque é incondicionado, e somos obrigados então a supor a existência de Deus não somente se queremos julgar, mas porque devemos julgar. Com efeito, o uso prático da razão consiste na prescrição das leis morais. Todas elas, porém, conduzem à ideia do supremo bem possível no mundo, a saber, a moralidade, na medida em que somente é possível mediante a liberdade. [...] Não é, portanto, o conhecimento da razão, mas a necessidade sentida da razão. E como esse meio de direção não é um princípio objetivo da razão, um princípio da inteligência, mas um princípio puramente subjetivo (isto é, uma máxima), um uso unicamente permitido a ela por seus limites, uma consequência da necessidade que constitui para ela própria o fundamento total da determinação de nosso juízo sobre a existência do ser supremo, do qual se faz apenas um uso contingente ao nos orientarmos nos ensaios especulativos sobre o mesmo objeto. (Kant, 1985: 76)

Uma comparação simples, evocada pela argumentação presente no texto com a pergunta kantiana, permite refletir sobre o quanto o lugar do socialismo não foi trocado pelo de Deus no texto kantiano e o quanto a própria posição da pergunta não é indicativa da adesão a um modo de relacionar a possibilidade da teoria e da prática. A luta política pelo socialismo volta-se ao questionamento sobre uma tendência cuja finalidade sem fim aponta para algo além, mais ou menos ao modo de Kant, em que o socialismo toma o lugar, no texto de Bernstein, da “coisa em si”.

o socialismo ético kantiano, e podemos incluir aqui o socialismo democrático de Bernstein, ofereceu um programa promissor: procurou criar uma sociedade socialista através de meios democráticos e pacíficos, mesmo que isso significasse que era necessário fazer compromissos dolorosos; no entanto, preservou a sua integridade e não perdeu de vista o ideal final. (Linden, 1988: 307)

Entre aquilo em que Bernstein parecia diferir dos demais socialistas kantianos, isto parece refletir suas concepções a respeito da sociedade e da história, e o sentido, que acreditava ser possível vislumbrar. A título de comparação, Kurt Eisner, por exemplo, a despeito de suas convicções kantianas e não marxistas, não acreditava que “os conflitos de classe se tornariam menos intensos, mas via estes conflitos como conflitos de natureza moral” (Linden, 1988: 303). A chave da compreensão desta diferença de avaliação talvez esteja menos na lógica da ética kantiana do que em outras influências ao lado da tradição liberal inglesa, especialmente Stuart Mill e, possivelmente, como acredito, o próprio spencerismo. E foi a partir dessas influências que Bernstein passou a elaborar seus questionamentos à lógica hegeliana, além de travar conhecimento com as críticas ao livro terceiro de *O Capital*. As questões ao argumento marxista, nesse caso, representavam algo mais profundo, cujo efeito prático era, em última instância, questionar o sentido de se preparar uma organização como o partido social-democrata para uma revolução que não virá.

Esta forma de compreensão da sociedade, imaginada como um fenômeno social orgânico mais amplo, ajudaria a Bernstein conceber aspectos mais gerais da sociedade, na medida em que não seria possível tocar ou construir concretamente o socialismo como um fenômeno sensível. Em verdade, seria a sociedade que deveria se colocar na prática de sua construção, como tendência a se realizar que seria, antes de tudo, desejável. A pergunta sobre o socialismo, nos termos de Bernstein, evoca “uma peça do além”, algo além da experiência, “aquilo que deveria ser, ou um movimento em direção a algo que deve ser” (Bernstein, 1901: 19). E prossegue:

Incapaz de acreditar, de todo, em finalidades, não posso crer em um objetivo final do socialismo. Mas eu creio firmemente no movimento socialista, na marcha à frente das classes trabalhadoras, que devem trabalhar passo a passo para sua emancipação por meio da transformação da sociedade, do domínio de uma oligarquia de proprietários comerciais da terra para uma democracia real que, em todos os seus setores, seja guiada pelos interesses daqueles que trabalham e criam.²⁴¹

²⁴¹ Prefácio à edição inglesa de *Pré-Condições ao Socialismo*, escrito em 1909. Pretendemos tratar mais à frente da interlocução criada entre Bernstein e os socialistas ingleses, incluindo o futuro primeiro-ministro Ramsay J. McDonald, outro conhecido seguidor de Darwin, e a história da tradução do título do livro de Bernstein para o inglês como *Socialismo Evolucionário*. Devido à constante interlocução entre Bernstein

Se é possível imaginar como Kant, seja por meio do desenvolvimento das instituições, seja por uma compreensão de um tipo de “desenvolvimento moral” que deveria “culminar na moralização da humanidade e na transformação da sociedade em um todo moral” (Kleingeld, 2011: 106), permitindo pensar o socialismo como o equivalente ao “mundo moral”, a “humanidade sob leis morais” e “uma comunidade ética” bastava para isso atualizar o argumento teleológico kantiano para uma argumentação evolucionista em termos spencerianos. O modo de observar a sociedade e de se encontrar tendências, nesse contexto, permitiu conjugar os seus pressupostos éticos a uma progressiva abertura à análise da sociedade segundo uma convergência com a compreensão sociológica considerada a mais cientificamente reconhecida da época. Seria esse tipo de conhecimento aquele que poderia se contrapor aos traços utópicos da filosofia de todos aqueles socialistas que se colocavam como científicos, ao permitir que a nascente ciência da sociologia fosse reconhecida como um conhecimento mais rigoroso, e, no caso, tomando como exemplo a sociologia de Spencer (Steger, 1997: 210).

Além de Spencer, Bernstein foi influenciado por outros evolucionismos da época, que nominalmente evocam a figura de Darwin, e de uma maneira coerente com suas visões econômicas e sociológicas a respeito da política. Em um manuscrito não publicado de 1898, ele anotou

Um estudo dos campos biológicos da proporção de que o mais desenvolvido, isto é, o organismo mais complicado e diferenciado funcionalmente é, que seu desenvolvimento se completa por mudanças absolutamente contraditórias de todo o corpo. Com certos limites o mesmo é verdadeiro para a sociedade humana [...]. Uma revolução política é claramente o momento mais inadequado para a socialização da indústria. (Bernstein apud Gustafsson, 1972: 389).

No entanto, mesmo o argumento de um sentido mais geral ligado à questão biológica parecia estar subordinado, ou mostrar afinidade, a Spencer. Em particular, o argumento onde aparece a ideia de um aumento de complexidade relacionando aspectos progressivamente mais integrados da sociedade em termos de um desenvolvimento social contínuo que deveria ser gradual e sem saltos. Como vimos no capítulo 1, ao lado

e os socialistas ingleses no exílio, uma fonte de inspiração comum animava os militantes da Inglaterra e Alemanha (Bernstein, 1909: xxii-xxiii).

da luta pela existência, esse é o principal elemento de convergência entre Spencer e Darwin, a despeito da diferença no que tangia à modificação propriamente biológica. Nesse modelo, assim como em outros teóricos sociais tributários da ideia de evolução, está presente um esquema desenvolvido a partir da ideia de desenvolvimento com traços que podem ser comparados àqueles do positivismo, enquanto desenvolvimento autônomo e contínuo, incorporando traços de um modelo de funcionamento semelhante ao lamarckismo cuja adaptação e modificação teriam origem na ideia de esforço e incorporação de aspectos que trariam novos elementos à organização social. Nesse esquema, a luta entre espécies individuais dava lugar à competição entre formas coletivas de organização, estendendo-se aos Estados, que se modificariam pelo desenvolvimento progressivo de funções mais complexas segundo um modelo orgânico. É por isso que as metáforas orgânicas aplicadas diretamente à formas de organização social são tão recorrentes no período.

Outro ponto de destaque do ecletismo aplicado por Bernstein no sentido de construir um modelo complexo para a compreensão do funcionamento da sociedade é que, a despeito de evocar uma concepção materialista, ele manterá a separação entre aspectos mentais e físicos, destacando aí o modo como valores não necessariamente deveriam provir de algum tipo de reflexo cuja efetividade dependeria de algum fundamento material para garantir sua existência (diferindo substancialmente da concepção ética de Kautsky). Portanto, a política, mesmo que descrita segundo critérios materialistas, poderia ser orientada segundo um ponto de vista ético, pressupondo a autonomia e, logicamente, suficiente, de modo a ser possível pensar nos meios como os próprios fins.

Soma-se aí outro aspecto que se mostra importante na leitura dos textos de Bernstein, e que em muito responde às preocupações dos neokantianos, que foi a construção de uma linguagem para a descrição da política segundo a convergência entre uma análise materialista e propositalmente não dialética conjugada a uma orientação segundo valores, resultando em um vocabulário próprio. Em todos os momentos em que Bernstein, apesar da simplicidade de seu discurso, proferiu a possibilidade de ação política, sempre o fez observando a necessidade de construir um novo vocabulário que fosse feito de modo a ser coerente com sua abordagem política. Nesse sentido, apesar da

inspiração em um modelo político orgânico como o de Spencer, raramente se observam menções diretas às questões políticas nestes termos, seja em termos explícitos ou analogias, o que foi uma grande correção ao que apreendeu de Spencer.

4.3.4. O Congresso de Hanover

O período entre a publicação do livro de Bernstein *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*, em março de 1899, e o Congresso de Hanover, realizado em outubro do mesmo ano, foi quando surgiram as respostas por parte de Rosa Luxemburgo, Franz Mehring, Victor Adler e, principalmente, Karl Kautsky, a Bernstein, vindo deste último o principal ataque.

No Congresso de Hanover, a “questão Bernstein” era o principal tema da agenda. De fato, talvez fosse praticamente o único item. O congresso durou cinco dias, dos quais três foram dedicados exclusivamente ao debate Bernstein. Mais uma vez, as autoridades alemãs evitaram que Bernstein aparecesse, mas ele ganhou considerável apoio à sua posição em relação ao partido e sua posição foi vigorosamente defendida. No entanto, a oposição combinada do centro e da esquerda garantiram que seus pontos de vista fossem rejeitados ainda mais decididamente que [no congresso anterior] em Stuttgart. (Tudor; Tudor, 1988: 31)

As posições pareciam irreconciliáveis, com o SPD se dividindo entre pontos de vista díspares em um momento decisivo de seus 24 anos, quando seu eleitorado se ampliou a ponto de representar uma séria ameaça ao Reich, e seu crescimento representava uma mudança de natureza em um momento de decisões importantes para o partido.

O primeiro ponto, consensual (ao menos após a expulsão dos *jungen*), era a principal indicação prática do partido: mais uma vez, o fortalecimento da participação nas eleições! Sobre esse ponto, variava apenas a bula que justificava o remédio. Em alguns setores, servia como exercício democrático para inspirar esperança e autoconfiança no proletariado, em outros representava o núcleo da política social-democrata. Também era preciso garantir a maior participação da sociedade, entrando em questão cada vez mais o voto feminino e a reforma do sistema eleitoral vigente. Como a eleição era feita em um sistema distrital por dois turnos, ser eleito dependia de se conseguir negociar e tecer alianças com outros partidos, o que era dificultado sobretudo pela plataforma política revolucionária enunciada pela social-democracia.

Como um programa marxista e revolucionário poderia influenciar nesse tipo de decisão, isto se tornava um problema aos candidatos do partido a vagas nos parlamentos, que por sua vez pressionavam os teóricos do partido, como foi o caso de Vollmar.

O segundo problema era relativo ao posicionamento sobre questões ligadas ao Estado para aqueles que eventualmente seriam eleitos: como o SPD deveria votar em relação aos créditos militares e outras pautas, como o possível apoio ao protecionismo alfandegário, que poderia defender empregos (e que contava, como vimos, com a resistência de Bernstein)?

De um lado, a conjuntura trazia novamente à cena o problema de um programa militar, além de uma importante efeméride política que ocorrera na França, quando os socialistas franceses decidiram compor com o governo, conseguindo extrair decisões pontuais favoráveis aos trabalhadores, o que afrontava em particular o setor marxista, especialmente por conta de resoluções dentro da Segunda Internacional aprovados segundo uma formulação do próprio Kautsky no Congresso de Paris (Cole, 1963b: 39-40). Deveria o Partido Social-democrata modificar sua natureza e apoiar propostas do governo, ou até mesmo compor eventualmente com um governo, mesmo que o Estado não se torne uma república democrática conforme condicionava aquele programa?

Por fim, havia o debate a respeito do revisionismo, que, entre outras coisas, se torna também um debate a respeito do legado político e teórico de Marx e Engels como norteadores da estratégia política do SPD. O clima não deve ter sido leve. Após romper a amizade de 20 anos com Bernstein, Kautsky participou dos ataques na qualidade de defensor da ortodoxia marxista, na esperança de Bernstein deixasse o partido para não permanecer como polo de oposição não marxista dentro do SPD. Bebel, por sua vez, tinha uma posição distinta, e defenderia um diálogo com a oposição não marxista, mantendo uma defesa da esfera pública de debate do partido. E é justamente nesse aspecto que aparecem diversas citações a respeito de Darwin, em três momentos importantes.

A primeira citação a Darwin foi feita por Bebel em sua segunda intervenção no Congresso de Hanover, após uma primeira fala de quatro horas em que citava as posições de Bernstein e as do partido, mas que terminava em tom conciliatório. Bebel ali defende a ortodoxia do partido e ataca o revisionismo, fazendo menção direta ao

discurso de Engels no funeral de Marx em 14 de março de 1883: “Assim como Darwin descobriu as leis do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana”²⁴². Como na citação de Engels, Bebel evoca a memória de Marx apoiando-se em Darwin, e buscando nele uma referência respeitável, auferidora de legitimidade e válida, segundo esperava, mesmo entre os não marxistas. Podemos caracterizar essa escolha como a busca de um efeito retórico e uma referência tática, para associar nomes considerados como grandes referências teóricas pelos trabalhadores alemães. Ademais, esta opção releva, em todo caso, a alta conta em que se tinha Darwin nesse período junto aos quadros da social-democracia. Declamou Bebel:

O que Darwin foi para a história natural, o que Darwin notou com respeito às leis do desenvolvimento/evolução [*Entwicklung*] das criaturas, Marx foi para a sociedade humana e as instituições criadas pelo homem (muito mais!). As leis do desenvolvimento social foram descobertas por ele. (Protokoll, 1899: 97)

4.3.5. Darwin no Congresso de Hanover

Outra intervenção feita em nome da revisão do conteúdo do programa político do SPD (o Programa de Erfurt), e em defesa do revisionismo, veio por parte de Konrad Schmidt, representando o grupo de Bernstein, e foi sintomática do apreço à teoria da evolução mesmo entre aqueles que raramente expunham sua posição publicamente sobre o tema, como o próprio Bernstein. Darwin, defende Schmidt, seria mais aceitável e compreensível à classe trabalhadora do que Marx. Uma blague contundente que certamente não deve ter soado muito agradável aos ouvidos dos marxistas presentes. Prosseguindo, continua direcionando o ataque a Hegel, provavelmente com inspiração no neokantismo de Lange, via Bernstein.

²⁴² A referência aqui é ao elogio fúnebre de Marx feito por Engels (1973a: 340). O texto foi publicado em 3 de maio de 1883, no número 19 do jornal *Der Sozialdemokrat*.

Nossa agitação levou-nos a trocar “dialética” por uma muito mais precisa e rica concepção de desenvolvimento/evolução²⁴³ que é mais inteligível aos trabalhadores. Bebel invocou o espírito do grande Darwin. Nós estamos mais ao lado dele do que de Hegel. (Protokoll, 1899: 148)

Essa é interessante pois parece justificar em parte o esforço realizado por Engels de divulgação da obra de Hegel para os social-democratas das novas gerações. Como forma de tornar aceitável e compreensível a dialética a um público que havia apagado completamente a herança dialética, Engels havia, em *Anti-Dühring* e em seu livro sobre Feuerbach, reforçado constantemente a importância de Hegel, em um movimento distinto da crítica contundente das décadas anteriores. É como se, no debate público sobre a importância e a aceitação da dialética marxista, se tornasse importante, em primeiro lugar, a aceitação da dialética como um todo, para a partir daí se defender a forma específica com que Marx a utilizou. A partir dos textos notórios em que Bernstein reage a Engels, é possível notar como, mesmo entre aqueles que eram considerados os seguidores mais influentes de Engels e Marx no partido, Hegel e o método dialético causavam estranhamento, quiçá repulsa.

No lugar de Hegel, teorias alternativas à dialética faziam a cabeça das novas gerações. Um texto notório do período e que serviu de referência a esse debate, associando certo materialismo ao neokantismo e a temas biológicos, mencionado no capítulo 1 desta tese, foi *História do Materialismo* (1866), de Friedrich Albert Lange²⁴⁴, escrito pouco após uma análise da condição operária, *Die Arbeiterfrage in ihrer Bedeutung für Gegenwart und Zukunft* (1865). A chamada afirmação socialista de Kant, articulada a uma rejeição de Hegel, figurou por anos nos periódicos do partido – *Vorwärts*, *Die Neue Zeit* e o *Sozialistische Monatshefte* –, com seu auge coincidindo com o Congresso de Hanover (Gay, 1979: 156).

²⁴³ O mesmo caso do uso da palavra *Entwicklung* com uma dupla acepção.

²⁴⁴ Texto que seria importante também para Nietzsche, em sua compreensão do darwinismo que incorpora a compreensão de conceitos cognitivos e biológicos de Lange na relação entre teoria da evolução e a capacidade humana de conhecer baseada no desenvolvimento de um “aparato” cognitivo. Vide Stack (1982: 286-7) e Keith (2002: 36-9).

Ao lado de Konrad Schmidt²⁴⁵, Hermann Cohen e, principalmente, do próprio Bernstein²⁴⁶, um setor cada vez maior de militantes do SPD se identificaria com a rejeição explícita à dialética (e poderíamos incluir aqui Ludwig Woltmann). E é possível dizer que, entre os grupos de oposição, como os herdeiros de Lassalle, os *jungen* (que se tornarão importantes para a futura geração de anarquistas alemães), os *pratiker*, etc., dois conjuntos se tornam muito importantes, teórica e politicamente: os seguidores da teoria econômica de *Rodbertus*²⁴⁷ que vai se orientar por uma mudança de referencial teórico no resgate da filosofia crítica kantiana. Na intersecção desses setores, que envolve um segmento cada vez maior de apoiadores entre intelectuais e acadêmicos em torno dos quadros teóricos da social-democracia, surgiriam também parte das referências teóricas representadas pelos herdeiros de Marx que reformavam os princípios dialéticos em novos termos.

Personificada na rejeição à Hegel, e substituída por uma apropriação metodológica de Kant, ainda que matizada no que toca à adaptação da filosofia prática, essa postura filosófica passa da filosofia a um problema da militância social-democrata, resultando nos contatos com os neokantianos que, a partir de 1860, constituiriam um grupo filosófico forte nas universidades alemãs. A inserção de debates em torno da política socialista nas universidades alemãs, que conta com a participação de acadêmicos e pesquisadores, é sintomática da aproximação do partido com um novo

²⁴⁵ Henry e J.M. Tudor atribuem essa primeira correlação a Alexander Parvus (Tudor; Tudor, 1988: 21, Parvus, 1898a; Parvus, 1898b; Parvus, 1898c).

²⁴⁶ Para Peter Gay, influenciado pela leitura de Herbert Marcuse em *Razão e Revolução*, a influência kantiana em Bernstein seria limitada a um tipo de senso comum filosófico da época e não indicaria que Bernstein teria se tornado propriamente kantiano faltando rigor formal e acadêmico em sua leitura. Tal formulação poderia ser respondida com textos do próprio Bernstein em que afirma que sua leitura era matizada e não desejava seguir estritamente o filósofo de Königsberg (Gay, 1979: 151-165).

²⁴⁷ Carl August Schramm foi um membro da social-democracia e autor do livro *Rodbertus*, Marx, Lassalle (1885), defendendo uma postura eclética no campo da economia política e a superioridade teórica de Rodbertus, que converge para a ideia de uma transição segundo um estado forte e o protecionismo. Um grupo de intelectuais próximos à social-democracia é representado pelos nomes de Moritz Wirth, Georg Adler, Max Quarck, Hermann, Bahr e Max Schippel, este último merece um comentário. Schippel foi doutor em economia orientado por Adolph Wagner. Editou o *Volksblatt* (1886-7) e o *Volkstribune* (1887-90), e que parte da influência de Lassalle e Dühring para manter certa independência política e se aproximar às vezes da esquerda, tendo sido alvo da crítica de Rosa Luxemburgo. Autor dos críticos ao sistema de milícias proposto tributário do programa das revoluções de 1848, crítica o programa de crítica militar proposto por Engels, defendendo, no Congresso de Hamburgo de 1897, que o sistema de milícias proposto por Engels seria custoso e não desejável, sendo preferível o próprio sistema militar prussiano. Portanto, eram posições que, no campo econômico, acenavam para uma aproximação com o Estado.

grupo social que, apesar de constituírem um perfil acadêmico, aceitaria progressivamente Bernstein, um ex-bancário de família operária e autodidata, em seu círculo.

É mais ou menos nesse sentido que, no Congresso de Hanover, ocorre a terceira intervenção que evoca Darwin. Apesar do modo apaziguador de sua fala, Robert Schmidt, então editor do jornal *Vorwärts* e futuro deputado seguidas vezes (bem como ministro nos futuros governos social-democratas), referenda a posição de Bernstein, abrindo à social-democracia uma via de reelaboração profunda de seu programa. Robert Schmidt faz um paralelo em relação à recepção do darwinismo como crítica a Kautsky e Bebel, que mantinham a necessidade de uma continuidade estrita da linha teórica herdada de Marx e Engels.

por isso estou cada vez mais chegando à convicção de que as divergências, na realidade, não têm a força que pareciam ter. Bernstein rejeita a opinião de um crescimento absoluto da miséria. Ninguém defendeu algo nesse sentido, diz Kautsky. Pois bem, então ainda há unidade, por que então estamos discutindo? Aliás, eu sou da opinião de que está claro no Manifesto Comunista que a teoria da pauperização (*Verelendungstheorie*) era devido às condições bem difíceis daquele período e que não tinha, naquele momento, um sentido absoluto. No entanto, em geral, as relações em sua visão se tornam necessárias. Se o próprio significado do marxismo se liga ao do darwinismo, então, cabe lembrar que mesmo os alunos do grande Darwin corrigem os ensinamentos dos mestres. Por que então deveríamos ser proibidos de corrigir os ensinamentos de Marx? (Protokoll, 1899: 199).

No caso do Congresso de Hanover, a crítica de Bernstein questionando a ideia de fim inevitável e abrupto do capitalismo enquanto uma *Kladderadatsch*, expressão antiga para algo que cai e se quebra em pedaços, inspirou um questionamento recorrente que, mais tarde, envolveu diversas respostas da teoria marxista a respeito do tema²⁴⁸. O questionamento da *Verelendungstheorie* é um ponto nevrálgico, pois se relaciona com a questão da queda tendencial da taxa de lucro, como compreendido a partir da leitura do terceiro livro d'*O Capital*, que por sua vez é relacionada à teoria do colapso (*Zusammenbruchstheorie*), em que o “capitalismo consumaria sua autonegação, sua crítica objetiva através da crise final” (Grespan, 1999: 30). Questionar a inevitabilidade

²⁴⁸ Para uma formulação contemporânea relacionando a questão da pauperização e o exército industrial de reserva, veja-se o capítulo de Heinrich sobre o tema (2003: 322-326).

da teoria do colapso, ou seja, da grande crise final, poria em xeque nada menos que a orientação do partido social-democrata enquanto partido operário, supostamente revolucionário, e marxista, pois

Se, conforme um certo conteúdo desse conceito, a crise for apenas possível, então explicações e previsões baseadas nele não podem ser definidas como realização de algo inevitável. Se, conforme outro conteúdo, ela for necessária, de tal modo que a ocorrência de seu oposto seja impossível ou, se possível, determinada completamente pela necessidade do primeiro, então sua realização pode ser explicada ou prevista como inevitável. Traça-se de fato um limite entre o que é enunciado enquanto possibilidade e o que é enquanto necessidade inerente ao capital. O que é possível poderia ser de outra forma, não sendo necessário; enunciar o possível como se fosse necessário é extrapolar os limites de sua capacidade explicativa ou de previsão, afirmando dogmaticamente seu predomínio sobre as outras possibilidades, sob a ilusão de que tal enunciado seria, assim, científico. (Grespan, 1999: 31)

A conclusão poderia ser certamente a de que, se não haverá uma grande crise final, deveríamos nos esforçar para realizar a revolução mesmo sem esperar por essa grande crise, à semelhança da dedução de Luxemburgo, mesmo tendo em conta um possível colapso do capitalismo vindouro, ainda que distante e estendido no tempo por conta da possibilidade do capitalismo perpetuar sua acumulação pela incorporação de economias não capitalistas ou, ainda, ao modo contemporâneo do ecossocialismo revolucionário, por conta da possibilidade de um colapso não apenas da economia capitalista, mas das condições que permitem a vida na terra. Os reformistas, porém, estavam longe de se desesperar com essa hipótese, pois, no seu caso, a premissa de uma crise que não seja inevitável e, portanto, de que a revolução não seria uma necessidade natural leva a duas conclusões. A primeira, de que não era preciso preparar a estrutura partidária para tal evento e a segunda, de que deveriam pensar em uma alternativa política no sentido de uma transformação progressiva da sociedade por meio de reformas, compromissos políticos entre forças, enfim, a política prática, eventualmente assumindo governos e, evidentemente, mesmo em sociedades capitalistas, até imperialistas.

Para Jorge Grespan, na conclusão de seu estudo sobre as crises segundo a teoria marxista, após um balanço sobre as consequências políticas de uma reconstituição rigorosa da teoria das crises de Marx, a questão não é de forma alguma simples, pois

seria “apenas possível – embora seja realmente possível – que a crítica ao funcionamento imperfeito do mercado leve os trabalhadores à consciência crítica das contradições profundas do capitalismo. Também é possível que isto não ocorra” (Grespan, 1999: 282). Desse modo, é, sim, possível pensar politicamente a questão das crises como estímulo à formação política e o despertar da consciência crítica dos trabalhadores em relação ao capitalismo, mas existe outro problema adicional, que é a própria mistificação do tema da crise, como é ilustrativo no caso das lideranças marxistas do SPD, já que “na própria crise a mistificação pode atuar, colocando a culpa do mau funcionamento do sistema em circunstâncias exteriores a ele ou nos riscos inerentes ao mercado” (Grespan, 1999: 282) que trariam outras crises, enquanto elemento “fortuito” “não essencial” e incapaz de “destruir completamente a aparência de igualdade e liberdade da sociedade burguesa” (Grespan, 1999: 282). Neste sistema, os próprios militantes do SPD agiriam por entre as aparências acreditando encontrar ali a própria essência do sistema em xeque.

Pode-se comparar essa posição com Michael Heinrich, em que é possível traduzir essa mistificação em termos da própria ideia de uma “visão de mundo economicista da sociedade” que vincula os elementos da cosmovisão dos trabalhadores, “constituindo assim o ‘marxismo’”, e, por isso, Heinrich usa aspas para marxismo neste caso, porque ele se torna uma “mera ideologia que permitia explicar todos os processos possíveis” em termos de “uma cosmovisão vinculante para o conjunto da classe trabalhadora” (Heinrich, 2004: 97). Frente a essa cosmovisão que advém, penso eu, de uma mistificação do funcionamento do capitalismo, emergem as “visões de mundo” sobre as quais os valores e concepções de ordem teórica definem suas explicações políticas a partir de pressupostos políticos dados de antemão. Seja ela uma visão revolucionária de mundo apoiada numa prática reformista ou em uma visão de mundo reformista coerente a essa prática, ambas compartilham o fato de desdobrarem interpretações políticas a partir das aparências do capitalismo e de seus elementos, digamos, “conjunturais”.

Não farei aqui uma reconstituição do debate sobre o tema das crises no marxismo ou sobre a relação entre a crise, a pauperização, a queda tendencial da taxa de lucro ou mesmo a relação entre esses conceitos a partir do ponto de vista

contemporâneo da leitura de Marx, antes recorrerei apenas à conclusão de Grespan em *O Negativo do Capital*, em seu comentário sobre as consequências políticas do uso do debate sobre as crises no marxismo. Para Grespan, “nem através desta dimensão da consciência possível dos agentes, nem através da dimensão estritamente sistêmica em que as leis operam à revelia da consciência deles, é possível demonstrar como inevitável a eternização do capitalismo”, ou seja, nem como colocavam os críticos revisionistas da *Kladderadatsch* ou os que acreditavam que o seu colapso era inevitável, como diriam os que apostavam seriamente na *Zusammenbruchstheorie*, pois “o que acontecer será a realização de uma necessidade imanente ao capital; mas com isso não está predeterminado o que vai acontecer e tampouco a forma assumida por sua realização no tempo”, de onde: “Não há como deduzir escatologias a partir da teoria marxista da sociedade capitalista” (Grespan, 1999: 283). Mas esse certamente é o ponto de vista de uma compreensão contemporânea do marxismo que, acredito, é fruto de uma sucessão de debates teóricos e experiências históricas que testemunham também a ascensão e a queda de diversas visões de mundo e mistificações e a mudança do senso comum.

Isto posto, volto apenas à importância dos questionamentos à teoria do fim do abrupto do capitalismo em relação à forma particular assumida pelo marxismo da ortodoxia do SPD. Por fim, feitas as manifestações e revezados nos ataques à Bernstein, e para alívio dos marxistas ortodoxos, o congresso do partido reafirmou os princípios do Programa de Erfurt. Uma vitória de Pirro, como é conhecida na história do marxismo, do SPD e pelas sucessões de eventos posteriores e... colapsos. Os partidários de Bernstein da *Sozialistische Monatshefte* chegariam a zombar das defesas de um grande colapso iminente nas posições de Kautsky e Bebel.

Você se lembra dos discursos de Bebel nas assembleias populares e no parlamento, a palavra *Kladderadatsch*, Colapso (*Zusammenbruch*), não? Certamente que sim. Será que ele, em conversas particulares conosco e também comigo, o incrédulo Thomas, não estabeleceu a data em que a história vai acontecer, exatamente ao longo do ano? Ele não o nega, e não pode negá-lo, e tanto aqui dentro do salão quanto fora estão clássicas testemunhas da multidão. As cenas aconteceram com muita frequência: eu não acreditava que tudo acabaria em 1889, e quando de 1889 foi prolongado até meados dos anos noventa, eu também não acreditava, e quando Engels e Bebel fixaram a data final em 1898, eu continuei sendo o cético e disse: “Espere e veja!”. (Pëus, 1899: 604)

O problema principal é que, da convergência entre os *prätiker*, que desejavam um reformismo fortemente baseado em alianças políticas orientadas pela ética, e a orientação revolucionária, considerando a polissemia da palavra revolução tão ampla quanto a da palavra evolução, essas tendências não desejaram se separar do partido constituindo novos partidos. Isso é tão mais sintomático quanto difícil de ser compreendido da parte de Bernstein, que foi, como disse, sucessivamente assediado por setores diversos de liberais progressistas e nacionais, recebendo posteriormente grande cobertura da imprensa. Resta a dúvida: por que não foi, então, expulso, nem no Congresso de Hanover e nem em outros, se de fato estava definida a vitória política do marxismo? A hipótese de Schorske não é lá muito abonadora:

em torno dos seus princípios, entre os quais a própria ideia de luta de classes, rejeitando “qualquer tentativa [...] para alterar ou obscurecer [...] a atitude antagônica do partido em relação ao estado e à ordem social existentes e em relação aos partidos burgueses”. Mas nem essa resolução nem uma subsequente contra Bernstein em 1901 verificaram a propagação de ideias revisionistas. O partido valorizava muito seus números e sua unidade para expulsar a minoria. Na maior parte das vezes, foi apenas uma batalha de ideias. (Schorske, 1983: 23)

Decidindo permanecer no partido, Bernstein atraiu o ataque de diversos grupos políticos orientados pelo marxismo que se sucederam nas publicações do partido dentro e fora do país, envolvendo grupos e tendências diversas, ora porque Bernstein se comprometera com um reformismo radical que renegava o marxismo, ora justamente por não ter abandonado suficientemente o hegelianismo. Entre os que lhe dirigiram ataques nesse período, figuravam nomes como Ernst Belfort Bax, H. M. Hyndman, o líder socialista francês Jean Jaurès (que tinha uma tese acadêmica sobre o socialismo alemão), Parvus, George Plekhanov, Kautsky, Luxemburgo, Lênin, Anton Pannekoek (astrofísico holandês e um dos principais nomes do conselhismo), Max Adles e o historiador do SPD e ex-seguidor de Lassalle Franz Mehring.

Dessa avalanche de artigos, monografias e livros, talvez o que tenha causado o maior e mais duradouro impacto à imagem política de Bernstein enquanto teórico destacado e herdeiro político legítimo de Engels seja o artigo de Luxemburgo “Reforma ou revolução”. A partir desse texto, escrito por alguém que se tornaria professora nas escolas de formação política do partido, Bernstein passou a ser associado por militantes

de esquerda e pelos formados nas escolas do SPD (diferentemente das escolas sindicais, o que se tornou um ponto de disputa específico sobre a dupla formação teórica dos militantes do SPD, como mencionamos no Capítulo 3²⁴⁹) à imagem de um “simplismo político”, grosseiro na interpretação filosófica, e com um “conhecimento inadequado da teoria marxista”, com “pobres conhecimentos de estatística”, “argumentos infantis” etc. Luxemburgo enumerava, assim, competências que, acreditava, eram requisitos mínimos para um teórico que orientasse as linhas políticas do partido²⁵⁰.

Isso tudo, porém, veio depois. O que restava no período imediatamente posterior ao Congresso de Hanover era a questão sobre qual o significado do marxismo ortodoxo do SPD, o que deixa um outro ponto de interesse para esta pesquisa na medida em que lá também estava presente a influência do darwinismo.

4.4 KAUTSKY, MALTHUS E O SOCIALISMO

Nós não integramos o grupo daqueles que identificam a concorrência mercantil com a luta pela vida, a fim de ver nela uma necessidade imposta pela natureza.

Karl Kautsky (1983: 183)

Apresento a seguir alguns aspectos do pensamento de Kautsky relacionados ao tema da população e que envolvem sua compreensão do marxismo e da teoria da evolução biológica, pontuada também por algumas referências explícitas ao evolucionismo. Esta seção começa, assim, com uma breve apresentação de Kautsky, visando referenciar e circunstanciar as ocorrências de temas biológicos em seu pensamento, citando algumas das críticas ao seu legado político enquanto o nêmesis do socialismo revolucionário que se tornaria no começo do século XX. A seguir, comentarei a respeito de dois textos de Kautsky que trataram do tema da população,

²⁴⁹ Já em 1911, Rosa Luxemburgo identificava que os professores das escolas sindicais do SPD não eram propriamente seguidores de Marx. Mesmo assim, não desejava orientar a estratégia social-democrata de formação no sentido de fundir os dois principais centros de formação diretamente política do partido, o que levaria a um conflito entre as orientações políticas práticas, particularmente importantes no período das greves de massa após a revolução de 1906 na Rússia (Luxemburgo, 2011a: 406).

²⁵⁰ O que faz pensar sobre como esse debate soou aos ouvidos dos trabalhadores e aos olhos dos poucos que liam os materiais políticos do partido mesmo nas livrarias e bibliotecas do partido, problema que trataremos a respeito do registro das leituras realizadas pelos militantes da social-democracia que aparecem na pesquisa histórica realizada a respeito da política cultural e formativa da social-democracia.

para então me deter sobre a importância que essa questão teve para o conceito de economia natural no livro *A questão agrária*.

Apesar da rejeição a Malthus por grande parte dos socialistas, Kautsky possuía, devido à sua formação, uma forte influência não só de Darwin como dos temas malthusianos, especialmente a questão da população. Esse tema é particularmente notável nas formulações teóricas a respeito da sociedade que desenvolveu desde a juventude, mas a incorporação do estudo das populações a uma perspectiva marxista continuou sendo importante para suas reflexões políticas maduras. Muitos comentadores acreditam que teria havido uma ruptura de Kautsky em relação a esse período de juventude, mas é possível notar linhas de continuidade mesmo após sua adesão explícita ao marxismo, ou ainda no período em que tecia considerações significativas sobre a questão camponesa alemã para fundamentar propostas de ação política para o partido.

A social-democracia, enquanto partido urbano e proletário (Hussain; Tribe, 1981: 131) de uma nação em estágio avançado de urbanização²⁵¹, enfrentava uma grande dificuldade para se fazer presente entre os camponeses²⁵², por conta de dois problemas principais: a dificuldade prática da aplicação de seu programa para a questão camponesa (no caso, ainda vigia o programa de Erfurt), e a possibilidade de que o trabalho feito entre os camponeses justificasse as posições revisionistas do partido. Para isso, Kautsky se apoia em um diagnóstico que parte da revisão de dados de censos e da economia para observar os temas em termos de tendências gerais e constatações efetivas, relativizando assim as asserções do programa de Erfurt sobre a questão

²⁵¹ A população das áreas rurais da Alemanha em 1890 perfazia apenas um terço da população do Império Alemão, em domínios eleitorais ligados principalmente ao Partido Conservador e ao Partido de Centro, com alguma relevância do Partido Nacional Liberal (Hussain; Tribe, 1981: 75).

²⁵² Isso envolvia uma questão prática no contexto da centralidade da disputa eleitoral para o SPD em que o sistema de votação distrital levava a uma diminuição do peso do voto do operário urbano. Por isso a importância conferida pelo partido à disputa de cada assento no Reichstag nesse período: “Em 1890, o SPD teve notáveis 20% dos votos totais e somente 9% dos assentos no parlamento, enquanto o Partido Conservador, apoiado nos distritos rurais da parte oriental do Elba e com apenas 12,5% dos votos, tinha mais de 19% dos assentos no parlamento” (Hussain; Tribe, 1981: 131). Situação semelhante nas disputas contra o Partido de Centro.

camponesa. Entre elas, a tendência mais crítica apontada por Kautsky foi aquela da previsão de uma proletarização do camponês²⁵³.

No trabalho com esses dados aparecem muitas das influências que Kautsky recebeu de Darwin e Malthus. É conhecida a influência de Darwin sobre a formação intelectual e científica de Kautsky

certamente não era segredo que Kautsky era um darwinista antes de ser sequer um marxista e, tanto para Steinberg, e Gottschalch, Karrenberg e Stegmann, apontam nos seus respectivos livros, que não era uma trajetória estranha para se fazer um social-democrata do tempo de Kautsky” (Rafferty, 1990: 379).

Sobre essa influência, com raras exceções, a maioria dos comentadores e intérpretes da história do SPD viram a aproximação entre Kautsky e os temas de ciências naturais como o evolucionismo um tipo de ruptura com o marxismo²⁵⁴ e mesmo um tipo de contradição, ao enquadrarem o darwinismo enquanto visão de mundo conservadora ou liberal.

Politicamente, Kautsky também foi controverso, afinal, foi o líder teórico da ala marxista do partido social-democrata, sendo talvez um dos principais responsáveis pela adoção do marxismo como a ideologia principal do SPD, sendo o arquiteto do Programa de Erfurt (Stenson, 1978: 17), atravessando um período que envolveu cinco grandes efemérides como a disputa do revisionismo, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Alemã, a ruptura com o marxismo soviético e a ascensão do nazismo²⁵⁵. Vários autores, como Karl Korsch²⁵⁶, Lukács e, posteriormente, Erich Matthias, ajudaram a cunhar o termo *kautskismo* para descrever o ramo do marxismo alemão responsável pelo

²⁵³ A contribuição teórica de Engels influenciou substancialmente na visão de mundo do SPD presente no programa de Erfurt, mas essa contribuição talvez tenha gerado um problema adicional que se colocava e era destacado pelos representantes do partido que voltavam de regiões diferentes onde se demandava uma forma de articulação política adequada a essas diferenças: “Uma coisa era o que se devia dizer e explicar aos trabalhadores agrícolas do leste, privados de qualquer direito de associação e dispostos a formas de luta mais radicais (referia-se a esporádicas tentativas de greves que haviam se dado) e outra o que devia se dizer e explicar ao pequeno proprietário da Baviera ou de Baden” (Procacci, 1988: 117).

²⁵⁴ Entre os quais Carl Schorske, Walter Holzheuer, Dieter Groh e Roger Fletcher (Rafferty, 1990: 378).

²⁵⁵ Paul Mattick, de um ponto de vista do conselhismo, não pouparia Kautsky em sua crítica, expressa em *Karl Kautsky: de Marx a Hitler*, de 1939, acusando-o de desarmar os trabalhadores na luta contra o fascismo. Para Mattick, na conjuntura da ascensão do nazismo, lutar contra o nazismo demandava lutar também “contra a democracia burguesa, contra o kautskismo” (Mattick, 1988: 32).

²⁵⁶ Karl Korsch diria que o SPD era um “partido popular democrático, lassalleano e dühringiano, mas apenas esporadicamente marxista” no período anterior a 1890 (Roth, 1963: 168).

inativismo revolucionário (*Immobilismus*)²⁵⁷. Seria o equivalente ao termo francês *attentisme*²⁵⁸, grosso modo, a situação de impasse de um programa revolucionário em uma situação de inação política.

Por muito tempo na Alemanha, e certamente até a votação dos créditos de guerra, Kautsky foi a principal referência a respeito do marxismo, estendendo essa influência à maioria dos futuros líderes do socialismo europeu, tais quais Lênin, Luxemburgo, Bernstein, Plekhanov. O próprio Kautsky, por sua vez, fora influenciado por Engels²⁵⁹, especialmente pelo *Anti-Dühring*. O que hoje é visto por muitos como uma extensão da dialética para domínios impróprios, tornando-a quase uma cosmologia, para o jovem Kautsky representava a convicção de uma sistematicidade às suas concepções políticas e também científicas.

Para Kautsky, o problema posto era não ser possível saber exatamente como se daria a forma da próxima revolução. Diante disso, seria necessário, portanto, estar a postos, mesmo que não fosse possível indicar efetivamente quando seria essa ocasião. A revolução, como em muitos textos posteriores²⁶⁰, apareceu como uma “necessidade natural”²⁶¹, mas que reflete ao mesmo tempo um processo, não necessariamente contínuo, cuja irrupção seria notável.

²⁵⁷ Erich Matthias chamaria de “cobertura ideológica da passividade política” (Matthias, 1988: 65).

²⁵⁸ O “atentismo” foi descrito por Merleau Ponty a respeito do marxismo francês, como um tipo de política de espera em relação à possibilidade de ação política dada uma impossibilidade de ação. No caso francês, foi utilizado para pensar a questão dos intelectuais de esquerda entre a posição soviética e o imperialismo norte-americano. Uma discussão sucinta sobre o problema na social-democracia alemã pode ser visto em Schecter (1994: 22-23).

²⁵⁹ Segundo Kautsky, “Engels contribuiu para que se entendessem as doutrinas marxistas mais do que poderiam fazê-lo todas as breves e apodíticas sentenças de Marx sobre o modo pelo qual queria ser entendido quanto a esse ou aquele ponto” (Kautsky apud Salvatori, 1982: 302-3).

²⁶⁰ Essa será a tônica dos textos publicados por Kautsky entre 1903 e 1909 na *Die Neue Zeit*, como “Eine neue Strategie”, “Der politische Massenstreik”, “Zum Parteitag” e “Die Aktion der Masse”, e que também estará presente em seu texto *O Caminho para o poder* (1909). Para uma discussão breve sobre o problema da defesa de uma greve de massa sem a sua precisa deflagração, vide Lehnert (1977: 255-264).

²⁶¹ Pensando provavelmente em Kautsky como exemplo para pensar a questão do marxismo, muitos desenvolveram uma crítica que vai na direção da síntese de Gunther Roth: “De fato, o marxismo era um credo radical que não precisou da preparação ativa para a revolução desde que ele confiasse nas forças ‘objetivas’ da história; ele providenciaria uma defesa conveniente da inatividade parlamentar se isso fosse desejado, mas ele também poderia ser combinado confortavelmente com uma prática reformista. Portanto, isso serviu como um instrumento agressivo tanto quanto defensivo das ideologias dos grupos dominantes (Roth, 1963: 168).

A questão de uma força comparável à da natureza válida para os fenômenos sociais apareceu para Kautsky em sua investigação a respeito dos valores morais, sem esconder a inspiração evolucionista e mantendo a ênfase nas forças produtivas e na necessidade objetiva dos fenômenos sociais enquanto constitutivos dos aspectos subjetivos, formando a própria individualidade. Essa posição seria mantida em textos posteriores, como quando descreve a formação da subjetividade em relação aos modos de produção em *A questão Agrária* (Kautsky, 1986: 396).

Em *Ética e Materialismo histórico* (1907), há um aspecto evolutivo, na medida em que, assim como Wallace e os antropólogos evolucionistas, os sentimentos morais são inscritos em um processo evolutivo que une história e natureza. Entre os aspectos notáveis do livro, está a ideia de que as características especificamente humanas, como intelecto, uso da linguagem, desenvolvimento tecnológico, capacidade de transformar o mundo e a concomitante divisão do social do trabalho e os sentimentos morais, seriam parte de um processo evolutivo que envolveria a adaptação por meio da seleção natural, destacando a solidariedade como elemento principal (Bronner, 1982: 582). Ainda que estivesse entre os quadros do SPD que não rejeitassem publicamente Hegel, o vocabulário de Kautsky é muito menos influenciado pelo vocabulário hegeliano do que pelo jargão biológico da época, evocando talvez seu período de influência direta do evolucionismo darwiniano, especialmente pela leitura de *A descendência do homem* (1871). A premissa de que a ética se desenvolveu no tempo e variava segundo a classe social seria desenvolvida também no seu estudo, considerado impactante para a época, *A origem do cristianismo* (1908).

Kautsky, apesar de defensor da ortodoxia marxista, tornou-se também um ardente defensor de que os temas científicos participassem das publicações social-democratas. Ele próprio se considerava um darwiniano antes mesmo de um marxista (Salvadori, 1979: 46,69), o que trouxe muitos dos questionamentos à sua obra teórica²⁶², a ponto de a própria definição de “kautskismo” se tornar equivalente a “materialismo

²⁶² Erich Matthias é particularmente agudo em sua crítica: “A concepção materialista da história, cuja metafísica pseudonaturalista do desenvolvimento culmina com o esforço para conhecer a fundo a lei geral ‘à qual estão submetidos tanto o desenvolvimento do homem, como o desenvolvimento do animal e da planta’. Em que pesem todas as modificações nos aspectos particulares, permanece num plano dominante a síntese de fé iluminista no progresso e de darwinismo social” (Matthias, 1988: 37).

biológico-histórico”. Dois textos são emblemáticos da mudança de sua orientação teórica que refletem sua concepção científica sobre população, um domínio importante, mas pouco tratado diretamente pelo marxismo, pois envolve um cuidado particular em não municiar uma concepção completamente oposta na economia política, como as teorias do valor ricardiana e malthusiana que ainda exerciam influência entre partidários da social-democracia que mantinham viva a memória de Lassalle.

4.4.1 A questão da população em Kautsky

Para compreender a relação entre Kautsky e a teoria da evolução, é necessário levar em consideração o tipo de teoria evolucionária adotada e a forma como se coloca para o autor a relação entre a teoria marxista e o entendimento sobre o funcionamento da sociedade. Se tomamos a aceção de uma teoria do capitalismo, haveria, além disso, precursores de uma ideia de concepção marxista não apenas da história e da sociedade, mas que também seria capaz de explicar a vida como um todo, como o próprio Engels, ainda que ele não tivesse elaborado suas reflexões sobre esse tema com o mesmo rigor que dedicou a outros.

Para Steinberg (1972: 45), porém, a relação entre a compreensão da sociedade e a teoria biológica, seria, nesse caso, política e ligada à aceitação da teoria biológica, que teria a característica de um programa político. Dessa forma, via a aceitação ou não da teoria biológica em termos de adesão ou não a uma concepção científica, ética e política e, por isso, acreditava que Kautsky teria perdido o interesse pela teoria da evolução ao se aproximar de Marx e, portanto, de uma posição revolucionária, tendo posteriormente voltado a Darwin em um movimento que coincidiria com seu afastamento político da esquerda e aproximação dos setores do centro no partido social-democrata, e isso mesmo que persistissem descontinuidades no desenvolvimento político de Kautsky, particularmente na sua síntese entre darwinismo e marxismo. O caso particular de Kautsky representaria, antes, não uma contradição necessária, mas um movimento teórico factual e episódico em sua formação intelectual que se pode localizar e isolar em um período específico. Mas é possível dizer que essa conclusão está apoiada na forma como os teóricos do século XX se aproximaram do tema do darwinismo e, claro, fazendo coincidir o teórico com a constatação política, pensada *a posteriori*, a partir da sua biografia.

Em seu aspecto teórico, Kautsky se comprometeu a utilizar o que aprendera nos anos de estudo na Universidade de Viena, somado à teoria marxista, como ferramentas políticas a serviço do socialismo nas revistas do partido. Em sua primeira elaboração teórica após a conversão para o marxismo, Kautsky tenta conjugar elementos do pensamento de Marx para questionar as consequências relativas ao problema da população na economia e nas condições de vida dos trabalhadores, e é aí que influências malthusianas no campo da economia aparecem conjugadas a problemas marxistas. Kautsky elabora uma reflexão sobre a relação entre população e pobreza com uma influência notadamente malthusiana, o que permite colocar uma hipótese para discordar também do posicionamento de Steinberg sobre o sentido do darwinismo na formação de Kautsky.

Será interessante para o trabalho, desse ponto de vista, a comparação entre “*Der Einfluss der Volksvermehrung auf den Fortschritt der Gesellschaft*” (1879)²⁶³ (A influência do crescimento da população no desenvolvimento da sociedade) publicada no *Volkstaat* e o texto posterior “*Vermehrung und Entwicklung in Natur und Gesellschaft*” (Crescimento e desenvolvimento na natureza e na sociedade), de 1921, para pensarmos como se modifica a forma com que Kautsky inscreve as relações sociais e a natureza no contexto da evolução de seu pensamento, pois coloca em relevo aspectos do marxismo. Ambos tratam do tema da população, evocando a influência das ciências naturais e das ciências sociais segundo perspectivas e um vocabulário distinto, em um período cujas consequências políticas apontadas serão notáveis.

A abertura do texto era uma provocação: “Malthus! Um homem desgastado, como acredita a maioria daqueles que ouviram seu nome, para quem seu trabalho é uma sucata obsoleta com a qual não é mais necessário se preocupar” (Kautsky, 1978: 1), que aludia ao fato de que diversos quadros e teóricos do partido se revezavam em menoscabar a alma desse velho vilão do socialismo. O texto é uma rara tentativa de conciliar Malthus e o socialismo, partindo da discordância da ideia de que o aumento de

²⁶³ O texto foi publicado em 1880, mas Kautsky afirma tê-lo concluído em 1879, no prefácio de *A questão agrária* (1899), texto de intervenção pensado para servir ao SPD como uma tese sobre a posição do partido em relação aos camponeses e sua inscrição no problema mais amplo da produção agrária, além de poder eventualmente orientar a intervenção política do SPD junto aos próprios camponeses: “Em 1879, terminei o trabalho ‘Einfluss der Volksvermehrung auf den Fortschritt der Gesellschaft’, obra em que a questão da produção de alimentos desempenha um papel muito importante” (Kautsky, 1986: 7).

população levaria à escassez de alimentos, mas defendendo que, no futuro, com o advento do socialismo e com a consequente melhoria nas condições de vida das pessoas, muito provavelmente adviria também a necessidade de se pensar em medidas de controle de população, como contracepção e planejamento familiar. Escrito como artigo no *Volkstaat*, o texto “recebeu um juízo fortemente negativo de Engels quando de sua publicação” (Procaci, 1988: 83).

Em *Vermehrung* (1910), Kautsky voltaria a esses temas, destacando a relação entre moral, socialismo e a sua visão a respeito do problema da população. Aqui, a população deixaria de ser um limite para se tornar uma variável condicionada ao planejamento e às relações interpessoais, determinando novas formas de valores.

Assim como os velhos sentimentos morais unanimemente condenam os nascimentos fora do casamento e, portanto, reduzem seu número a um mínimo, então uma sociedade socialista pode moralmente servir como um mecanismo de regulação do crescimento da população. Caso a sociedade encarasse o problema da depopulação como resultado do controle de natalidade, tanto a opinião pública quanto a própria consciência das mulheres irão condenar a contracepção artificial como imoral e, portanto, evitar que se torne um fenômeno de massa. Sentimentos morais também podem intervir no sentido oposto, ameaçando com um rápido aumento de população. Em uma sociedade socialista, nunca surgirão sentimentos que exijam que se excedam os limites da capacidade de [suas necessidades] serem atendidas. (Kautsky, 1910b: 241)

Posteriormente, Kautsky assumiria que o conteúdo desses textos tinha algo de estranho em relação ao marxismo. A origem desse estranhamento seria transportar um conteúdo marxista para um meio considerado “substancialmente estranho”, ainda que se esforçasse em mobilizar conceitos de *O Capital* de modo articulado a um repertório teórico que lhe seria estranho. No caso do *Vermehrung*, apesar do tema fora do repertório marxista, Kautsky destacou uma resposta ao debate sobre a população a partir das elaborações de Marx sobre o tema, articulando marxismo e teoria da população como uma mesma articulação conceitual capaz de explicar a história de sociedades anteriores ao capitalismo.

4.4.2 A população em *A questão agrária*

O debate de Kautsky a respeito da questão agrária envolveu a busca de uma elaboração mais refinada a respeito do tema por parte do SPD, então um partido operário e urbano, que queria melhorar sua penetração entre o campesinato, especialmente nas regiões católicas. Para isso, Kautsky acreditava ser necessário compreender e intervir sobre aspectos diversos, como as relações capitalistas no campo, a questão camponesa, a agricultura, a propriedade fundiária, a aplicação de tecnologia e o financiamento rural, articulando-os com os princípios do Programa de Erfurt. A partir desse mapeamento, pretendia-se focar na constatação de situações específicas e na avaliação de tendências mais gerais (enquanto prospectos, ou o que a tradição brasileira chamaria de análise de conjuntura²⁶⁴), envolvendo temas como a política internacional e a história, identificando propostas de ação para o partido. Tendências históricas ou econômicas podem se materializar de modos diferentes, o que incluiria pensar nas suas diferenças entre regiões e países.

A seguir, reproduzo um resumo de alguns dos argumentos principais de *A questão agrária*, com algumas adaptações:

- 1) Não há uma tendência de mudança pronunciada para a distribuição de fazendas na Alemanha ou a potencialidade de uma grande reforma agrária como solução (cap. VIII);
- 2) Não haveria, no contexto alemão, a tendência de surgirem grandes fazendas, mesmo que eficientes, nem de que elas substituíssem as pequenas fazendas;
- 3) As forças motrizes que transformam a agricultura não se originam na agricultura, mas na indústria. Foi a indústria que destruiu a indústria rural e foi o fermento político nas áreas urbanas que levou à destruição do feudalismo (cap. V e cap. X);
- 4) A agricultura, por si só, não produziria condições para a transição para o socialismo; tais condições, no entanto, existem na indústria e em áreas urbanas (cap. XI, segunda parte, cap. V);
- 5) Certamente há mudanças na agricultura, mas elas dizem respeito ao que as fazendas de diferentes tamanhos produzem, vendem, à magnitude de endividamento e à migração do campo, e não à distribuição por tamanho das fazendas (cap. VIII);
- 6) A intuição de que o campesinato vai desaparecer por meio da combinação de um processo interno (aumento do tamanho da propriedade camponesa) e externo (concorrência de fazendas capitalistas e do exterior, bem como disponibilidade de emprego na

²⁶⁴ Fiz um breve comentário a respeito do tema em minha pesquisa de mestrado (Anfra, 2013: 52).

indústria e na cidade) (cap. X e cap. XI). (Hussain; Tribe, 1981: 113-114)

Além desses aspectos, Kautsky voltou-se a uma adaptação ampla do programa social-democrata, buscando propor uma orientação prática para o campesinato e o que seria o horizonte de sua superação enquanto condição de classe, utilizando diversos elementos que foram comuns entre os programas da época: uma projeção sobre o futuro, indicando a proletarização do campesinato como tendência, frente à qual eram oferecidas as instituições social-democratas como apoio para melhorar as suas condições, incluindo a melhoria das instituições educativas do Estado em lugares em que o aparato social-democrata das *Arbeiterbildungsvereine*, as escolas do partido e dos sindicatos, não chegava.

O problema principal, apontado no sexto ponto destacado, era a enunciação por parte de Kautsky de uma tendência do camponês à proletarização, que não se daria tanto por tendências internas, como a insuficiência, mas por conta da concorrência com a produção de maior escala, e pela lógica dessa concorrência por meio do mercado que impunha a *Großbetrieb*, a grande produção, a produção em larga escala, contra a *Kleinbetrieb*, a pequena produção. Em todo caso, contra esta grande ameaça, as ofertas práticas que o SPD tinha para os camponeses eram magras: formação, ou seja, *Bildung*, e cooperativas de camponeses em vias de proletarização, com a compreensão de que as cooperativas manteriam os valores do socialismo vivos. Mas, assim como os questionamentos feitos por Lassalle durante o processo de fundação da ADAV, que apresentei brevemente no capítulo dedicado a Liebknecht, o leitor notará que há algumas analogias involuntárias na medida em que se trazem os mesmos problemas: em que medida cooperativas sem financiamento ajudariam? Naquele caso, a conclusão fora de que os trabalhadores desejavam financiamento estatal, não importando se o Estado fosse conservador, enquanto, neste caso, a questão é deixada no ar.

Há algumas poucas referências explícitas a Darwin, como quando Kautsky comenta a respeito do avanço de doenças e pragas no campo, condenando a seleção artificial, com observações ecológicas que lembram os comentários de Marx a respeito do afastamento do homem em relação à natureza impulsionado pelo capitalismo.

A causa principal do alastramento repentino da moléstia foi, em nossa opinião, a remoção das plantas úteis e dos animais da região, sua substituição por raças “melhoradas”, isto é, por produtos da seleção artificial. A seleção natural leva a uma escolha dos espécimes mais aptos à reprodução e mais adaptados ao ambiente; a seleção artificial que se processa na sociedade capitalista ignora por completo esse aspecto, uma vez que só se interessa pela manutenção e que a multiplicação dos mais aproveitáveis seja a maior possível (enquanto os órgãos não aproveitáveis sejam relativamente subdesenvolvidos). Esse tipo de raça “melhorada” produz um lucro bem maior que as raças originais, mas sua resistência também é bem menor. (Kautsky, 1986: 190)

Outra referência interessante, tocante ao aspecto da compreensão do darwinismo sobre os processos sociais, é a rejeição de Kautsky à ideia de que a seleção natural se equipararia a uma defesa da concorrência entre indivíduos apoiada em uma necessidade natural, rejeição partilhada com diversos outros integrantes do campo socialista do período, como tentei expor até aqui, e que pode ser exemplificado pelos casos de Bebel e Bernstein, na medida em que o sentido de uma ideia de evolução social conduziria, na verdade, a uma organização maior social, tendendo estas à maior solidariedade. Se não há em Kautsky a ideia de uma evolução natural em direção ao socialismo, como em Bernstein, há no aspecto social, uma relação de evolução das relações sociais e dos valores.

O momento em que a questão da população aparece no argumento de Kautsky é interessante, pois não se relaciona a uma definição da questão da população no presente, mas antes é de natureza histórica, remetendo ao feudalismo. Um dos elementos mais interessantes é o de que, ao observar certa população em um tipo de “equilíbrio”, algo deveria então mantê-lo. Isso é considerado a partir da ideia de que existiria um limiar para a capacidade material de prover sustento a uma determinada quantidade de pessoas e, indo além desse limite, é possível deduzir que algo aconteceu na base material que sustenta essa população, implicando, entre outras coisas, o aspecto tecnológico.

A cada modo de produção costuma sempre corresponder um número máximo de pessoas sustentadas por uma faixa determinada de terra. Saber se esse número máximo já fora alcançado pelos germanos no tempo das migrações, se foi a superpopulação que os levou a invadir o Império Romano, ou se este apenas se encontrava indefeso, é uma questão controversa. É certo que a forma superior de exploração agrícola (graças ao contato com a cultura romana) ampliou enormemente a faixa de recursos alimentares dos povos germânicos.

Uma população reduzida pouco convinha às necessidades da nova maneira de produzir por si, só convinha uma descendência numerosa. Por isso a população começou a se multiplicar depois de reduzido o ímpeto do movimento migratório, depois da paz e a segurança terem voltado a imperar na Europa. (Kautsky, 1983: 26-27)

O argumento de Kautsky era de que o feudalismo, como outros modos de produção, possuiria apenas a capacidade de se sustentar até um certo tamanho de sua população, o que seria um limite natural. A crise entre um determinado modo de produção e outro poderia emergir de um elemento externo, como a violência, ao se induzir a fome em uma determinada população, obrigando-a a buscar uma nova forma de organização (como no caso da proibição da caça nas florestas). No entanto, existiria uma outra forma de limite, não pensado enquanto uma barreira, mas enquanto uma certa transição de natureza qualitativa que poderia ser indicada ou deduzida a partir da população. Assim, uma vez que se tenha atingido certo limite populacional em uma determinada sociedade, e ainda assim essa população consegue se sustentar e ainda por cima crescer, um determinado modo de produção pode entrar em crise, como no caso do modo de produção feudal. Se essa crise for ultrapassada, no entanto, o elemento quantitativo da população pode se tornar qualitativo, incorporando um aspecto populacional à questão da passagem dos modos produção. Assim, o capitalismo “que conseguiria manter a tarefa de sustentar a população muito além do feudalismo” (Hussain; Tribe, 1981: 115) transforma a relação com essa população de que ele depende e, com isso, transforma a dinâmica de seu crescimento orgânico.

Como um balanço crítico em relação ao pensamento de Kautsky, pode-se ponderar o que implicaria essa proximidade: estaria aqui um indício de um Kautsky malthusiano, ou de uma influência malthusiana tão grande quanto em sua juventude? E implicaria isso uma tendência de saída do marxismo? Para isso, é importante antes, definir um pouco melhor o malthusianismo. A principal característica que encontramos no malthusianismo é “o tratamento da sociedade em termos de leis naturais determinísticas” (Feenberg, 1999: 54), o que, em parte, poderíamos encontrar no texto de Kautsky, mas, em *A questão agrária*, o elemento da população não se apresenta como no ensaio da população de Malthus em termos de uma tendência que conduza à fórmula de uma bomba relógio, adicionando um elemento de urgência que decide sobre

a situação política. Nessa obra, a população aparece, de modo correto ou equivocado, como um elemento parcial que compõe um quadro mais geral de tendências.

Se o leitor lembrar aqui da passagem desta tese acerca da relação entre Darwin e Malthus, notará que há uma intuição similar em Kautsky. Parte-se de uma variação do pensamento de Marx com respeito aos modos de produção, buscando na população um limite que é ultrapassado, mas, se o leitor também se lembra da crítica de Marx ao aspecto da população em Malthus, como apresentei em uma passagem no capítulo 2 desta tese, verá que há uma possível contradição entre Kautsky e Marx. No entanto, quando Marx descreveu a superpopulação relativa, conectando a questão do exército industrial de reserva e a criação de um “excesso” de população, sabemos que Marx descrevia em sua apresentação da história um aspecto importante, notável e exclusivo do modo de produção capitalista. No entanto, teria validade a crítica de Marx para além do capitalismo?

Esse parece ser o ponto do argumento de Kautsky e, nesse sentido, haveria aí uma noção distinta do comportamento das populações fora do capitalismo e, ao menos relativamente, na pré-histórica do capitalismo, em que acreditaria encontrar certa validade do argumento malthusiano na relação entre a economia e a demografia em sociedades cuja relação com a manutenção física da população envolve a disponibilidade menor de recursos tecnológicos.

Haveria também outras implicações sociais, como na dedução de Kautsky de uma forma de autonomia relativa da produção camponesa pré-capitalista que não diferiria muito na grande ou na pequena produção, dado o limite da tecnologia aplicada, apoiando-se no sistema de rotação de culturas cujo limite seria o esgotamento do solo, naquilo que Kautsky chamou de economia natural. Pensada sem nostalgia (Marx usaria a expressão “reclusão estupefata” para a economia rural pré-capitalista), a economia natural seria pensada, antes, a partir de seus limites, como na restrita aplicação de tecnologia e a ausência de um mercado “para bens, e, naturalmente, também para o trabalho” (Hussain; Tribe, 1981: 115), ou seja, das características que formariam o complexo sistema com que o capitalismo organiza as formas sociais em uma mesma totalidade. Portanto, a sua história, enquanto pré-história do capitalismo, tem limites, especialmente se pensada a partir de uma extensão da história das relações de mercado.

O ponto interessante em que Kautsky se diferencia de outros modelos são suas duas conclusões. A primeira forjada a partir da ideia de estabilidade, deduzindo a sustentabilidade dos sistemas que se constituíram a partir da economia natural, ou seja, apostando numa relativa autonomia e autarquia das unidades de produção, em nível local ou no mais amplo. A segunda conclusão é a de que esses sistemas teriam sido forçados a ultrapassar seu limite com a modificação das relações de mercado e internacionalização das trocas, além de sua relação com o sistema econômico mais amplo, envolvendo a indústria. Nesse aspecto, Kautsky se diferencia da tese que acreditava em uma autonomia entre a produção rural e o mercado, deduzindo-se a partir daí a ideia de um mercado internacional não capitalista como fenômeno comum que caracterizaria a economia feudal como um todo.

Sobre esse aspecto, o olhar de Kautsky parece o de um naturalista que observa a questão rural do passado enquanto “economia natural” pré-capitalista, e se espanta justamente com a estabilidade. Isso se destacaria por pressupor uma dinâmica populacional tendente à maior pressão nesses sistemas, caso não fossem capazes de suportar suas populações. É, porém, um olhar limitado – primeiro, pela redução da importância da renda territorial em sua análise como fator de diferenciação social e da constituição das classes e seus antagonismos e conflitos (Martins, 2010: 44,7/694), e segundo por causa da concepção de uma sucessão dos modos de produção a partir de uma história única e contínua, deduzindo a partir do presente capitalista aspectos do pré-capitalismo e de um possível pós-capitalismo de um modo objetivo. A princípio, um exercício teórico que fugiria do escopo da análise e do tipo de apresentação marxista segundo o modelo dos *Grundrisse* e de *O Capital*, e distinto das concepções que partem do pressuposto de uma não linearidade das formas e dos modos de produção. Um exemplo de uma concepção distinta de economia natural sem a ideia de uma sucessão linear seria a concepção de Rosa Luxemburgo em sua descrição da dinâmica da economia natural enquadrada no processo de acumulação em *A Acumulação de Capital* (Luxemburgo, 1985: 253-265).

Nesse contexto, “além dos limites imediatos” do capitalismo europeu que “encontra uma vasta área de culturas não europeias, área que envolve o capitalismo europeu e lhe oferece uma escala completa de estágios evolutivos vários, tanto

abrangendo hordas comunistas das mais primitivas, de caçadores nômades e de simples coletores, quanto populações que se dedicam à produção mercantil artesanal e camponesa” em meio ao processo “da marcha do processo capitalista de produção”, em que é possível pensar na ideia da própria “convivência” entre formas capitalistas e “não capitalista de produção”, já que o capitalismo necessitaria de “camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial” (Luxemburgo, 1985: 253). Nessa crítica do colonialismo imperialista de um ponto de vista marxista, Luxemburgo identifica que, entre capitalismo e economia natural, existiria uma luta de extermínio, pois, na medida em que a economia natural não tem serventia ao capitalismo por ser um sistema autossuficiente, e deduzo que envolva como pressuposto a caracterização de Kautsky, “onde quer que seja, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais possa vir a se deparar”, empregando como seus meios “a violência política (revolução, guerra), a pressão fiscal do Estado e o barateamento das mercadorias” (Luxemburgo, 1985: 254).

Não é preciso ir longe para mostrar que Luxemburgo guarda uma segunda analogia com a concepção de Marx a respeito da sobrepopulação presente na discussão sobre o exército industrial de reserva, ao incorporar a “acumulação originária” como forma constitutiva da política do capitalismo em seu auge. Isto é, enquanto imperialismo, um sistema baseado na fúria e violência no processo de acumulação, ao mesmo tempo em que este “convive” com sistemas não capitalistas em espaços que são, ou foram, até então como que “mantidos” fora do capitalismo.

Isso não deixa de ser mais um ponto interessante, onde encerro o comentário a respeito das pontes entre o pensamento político dos teóricos da social-democracia enquanto consideram a questão biológica como questão, ao incorporar as respostas e elaborações sobre esse tema, seja enquanto um aspecto analógico, como vimos com a questão do spencerismo em Bernstein, um tipo de herança de elementos como a discussão sobre a economia natural em Luxemburgo, e a incorporação da discussão malthusiana e darwiniana, no caso de Kautsky.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu comentário sobre a trajetória de Eduard Fuchs, Walter Benjamin fez um balanço crítico sobre a teoria marxista da arte que figurava nas revistas do partido social-democrata alemão daquele período (Benjamin, 1937). Essas publicações compunham, junto com as instituições destinadas à formação dos trabalhadores, as escolas e os debates públicos, aquilo que Oskar Negt e Alexander Kluge chamaram de “esfera pública proletária” (Negt; Kluge, 1993), ou, como em Lidtke, uma parte importante do “milieu social-cultural” social-democrata, situada na “tradição que vai de Marx a Bebel, passando por Wilhelm Liebknecht, que aproveitou mais a vertente política do que a científica do marxismo” (Benjamin, 1937: 347).

Para além de uma preocupação com o método da crítica de arte, a questão que mais salta aos olhos no comentário é a forma com que o balanço teórico e político da social-democracia alemã é trazido à tona a partir das diversas publicações do SPD. Pois é justamente ali que Benjamin constatou o apreço dado às ciências da natureza entre a obra de Fuchs, relacionando o “trabalho cultural do partido” e o quanto isso envolveu, durante o processo de massificação e crescimento da imprensa partidária, lidar com “o esclarecimento político e científico, a vulgarização da teoria da mais valia ou da descendência” (Benjamin, 1937: 351). Nesse campo mais amplo, diz Benjamin, Fuchs foi levado a “dar atenção à dimensão histórica dos assuntos culturais nas intervenções públicas e nos suplementos da imprensa partidária”. A menção à teoria da descendência entre as publicações do SPD não é feito à toa: ele prepara a crítica à influência darwiniana que Benjamin traça nos parágrafos seguintes do ensaio. A popularização da ciência, afirma, envolvia um problema central, o de estabelecer uma relação entre público e partido de modo passivo, anulando a possibilidade de transformação dialética da consciência operária enquanto classe e, portanto, deixando de questionar os lugares de sujeito e objeto de um ponto de vista dialético (uma questão familiar à interpretação de Karl Korsch em *Marxismo e Filosofia*). Assim, afastava-se a possibilidade de transformação do lugar de produção da ciência, senão da própria ciência, do sentido da ciência e de toda forma de hierarquização social.

Na tese XI de seu texto *Sobre o Conceito de História* (2012b, 1980: 698-699), Benjamin comenta sobre o conformismo que desde sempre teria sido apanágio da social-democracia, e que se prende “não apenas com a sua tática política, mas também com as suas ideias econômicas. E está na origem da sua derrocada recente. Nada corrompeu mais as classes trabalhadoras alemãs do que a ideia de que elas estavam integradas à corrente dominante” (Benjamin, 2012b). Para Benjamin, então, a social-democracia divulgara uma série de crenças que comporiam um tipo de “apanágio da social-democracia”. Uma delas seria a concepção, ancorada no lassalleísmo e criticada por Marx no Programa de Gotha (Marx, 2012: 23), de que o trabalho seria a fonte da cultura. Benjamin apontava a ilusão que confundia o progresso técnico (Benjamin, 1980: 699), ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas, no jargão marxista, com o progresso político. Essa situação, segundo Benjamin, seria ainda pior na “vulgata marxista” e na “confusão” que grassava em autores como o proletário filósofo Joseph Dietzgen e envolveu entre outras coisas a apresentação da natureza enquanto um dado a ser “explorado”, comparável às “posições positivistas”.

Benjamin prosseguiria, na tese XIII, caracterizando a “teoria social-democrata, e ainda mais sua prática” como determinada por um “conceito de progresso que não levou em conta a realidade, mas partiu de uma pretensão dogmática” (2012b; 1980: 700). O autor situava a crença no progresso “na própria humanidade (e não apenas nas suas capacidades e conhecimentos)”, ou seja em uma antropologia, e sua principal característica seria o fato de nunca estar concluído, pois sinalizaria “uma perfectibilidade infinita da humanidade” (Benjamin, 2012b; 1980: 700). Ao observar essas concepções, a crítica de Benjamin envolvia dar um passo atrás em relação a todas elas, com isso destacando-se a característica principal dessa progressão e a característica do tempo nela pressuposta enquanto “tempo homogêneo e vazio”, fazendo a “crítica da ideia dessa progressão” a “base da crítica da própria ideia de progresso” (2012b; 1980: 701).

Assim, se voltamos ao texto sobre Eduard Fuchs, é possível situar a crítica política de Benjamin como parte de uma reflexão mais ampla voltada aos limites teóricos social-democracia, cujo pano de fundo é a catástrofe política da esquerda alemã com o advento da votação dos créditos de guerra, o fracasso da revolução alemã de

1818 e a ascensão do nazismo, relacionando essa teoria à derrota da social democracia. Os limites da crítica cultural seriam aqui apenas um aspecto da substituição da dialética por uma nova forma de historicismo, incapaz de assumir a tarefa do materialismo histórico de, a partir de uma consciência do presente, “destruir o contínuo da história”:

se afirma uma série de ideias que estão intimamente relacionadas com as doutrinas social-democratas da época. Conhecemos a profunda influência do darwinismo sobre as concepções socialistas da história. Na época das perseguições por Bismarck, essa influência foi benéfica para a confiança inabalável do partido e para a determinação da sua luta. Mais tarde, durante a fase revisionista, o ponto de vista evolucionista na teoria da história [*evolutionistische Geschichtsbetrachtung*] pesou tanto mais sobre a “evolução” [*Entwicklung*] quanto menos o partido estava disposto a apostar as suas conquistas na luta contra o capitalismo. A história assumia traços deterministas; a vitória do partido “não podia deixar de acontecer”. Fuchs sempre esteve distante do revisionismo; o seu instinto político, a sua natureza marcial levaram-no para a ala esquerda do partido. (Benjamin, 2012b: 364)

Seguindo o comentário de Benjamin, é possível pensar a catástrofe política que se abateu sobre a social-democracia como tributária da visão de mundo social-democrata cujo fundamento, como destacou, seria a crença no progresso. Esse progresso, apresentado na tese XIII nos termos de um “tempo homogêneo e vazio” e “uma perfectibilidade infinita da humanidade”, estaria também representado no texto sobre Eduard Fuchs, ainda que, nesse caso, identificado enquanto diagnóstico natural. Essa concepção seria inspirada na teoria da evolução histórica, apresentando a revolução socialista como um destino inevitável segundo um “ponto de vista evolucionista da história”. Nesse contexto, as concepções científicas seriam divulgadas como parte de um mesmo repertório conceitual, onde figurariam até mesmo concepções rivais ao marxismo, como aquelas do materialismo científico, sem que fosse garantida a capacidade de articulação entre esses conceitos e a teoria revolucionária do materialismo histórico, projetando aí uma passagem espontânea.

Mas, enquanto teórico, [Fuchs] não escapou àquelas influências, que se sentem por toda parte em sua obra. Naquele momento, um homem como Ferri tomava como modelo as leis da natureza não apenas para os princípios, mas também para a tática da social-democracia. Os desvios anarquistas eram por ele explicados como exemplo de falta de conhecimento em geologia e biologia. É certo

que dirigentes como Kautsky discutiram esses desvios. Apesar disso, muitos se satisfaziam com as teses que classificavam os acontecimentos históricos em “fisiológicos” e “patológicos”, ou então achavam que o materialismo científico, nas mãos do proletariado, se elevaria “espontaneamente” à condição de materialismo histórico. (Benjamin, 2012)

É possível imaginar o quanto era um dado óbvio para o militante do partido que as concepções marxistas e, principalmente, engelsianas serviriam como forma de mediação dessa elevação do “materialismo científico” a materialismo histórico nas mãos do proletariado. A visão criticada por Benjamin nos termos de uma filosofia da história ou de uma analogia entre os termos biológicos e políticos não era exclusiva da social-democracia alemã, tendo feito história na Segunda Internacional e além, em todo um círculo de influência política e cultural dos socialistas. Servem de testemunha os textos do criminólogo socialista e lombrosiano Enrico Ferri, assim como a ocorrência de formulações, praticamente nos mesmos termos da social-democracia alemã, em Plekhanov, até então uma das grandes autoridades na divulgação e defesa dos textos de Marx ao lado de Kautsky. Para Georgi Plekhanov, a história humana ocorreria por forças “inconscientes”, “independentes da vontade e do tempo”, a partir do desenvolvimento das forças produtivas em que “a grande revolução nas ciências sociais, tão grande quanto a realizada por Darwin na teoria da evolução e por Copérnico na astronomia, que, primeiro, colocou o homem em condições de descobrir as ‘leis objetivas do desenvolvimento’” e, depois, através de “um estudo rigoroso do seu modo de agir”, que permitiu fazer da necessidade “a obediente serva da razão” (apud Hobsbawm, 1984: 112).

Lembro do modo como minha curiosidade pela relação entre a teoria da evolução e o socialismo foi estimulada por esse texto de Walter Benjamin. O pequeno comentário de suas passagens sobre esse tema, com o qual abri estas considerações finais, foi escrito antes mesmo do projeto desta tese. Se seguisse o espírito dessa interpretação, a investigação sobre a relação entre os temas da biologia e as concepções socialistas se daria como contraposição aos textos social-democratas, expondo seus desvios em relação à dialética e sua analogia com os piores momentos da relação entre o pensamento político e a biologia, convergindo assim com os interesses apontados na introdução desta tese. Assim, a extensão da relação entre a teoria da evolução e a

política por meio de uma analogia talvez levasse a uma convergência com as teses que atribuem uma conexão direta com o pensamento eugenista, mostrando, a partir daí, uma ligação com o nacional-socialismo e obrigando a uma crítica teórica e política do SPD nesses termos.

Muito possivelmente, a partir da filosofia em voga, eu poderia ter me apoiado no conceito de biopolítica, ajudando talvez a esticar um pouco mais o seu significado até paragens distantes das definições que Foucault atribuiu ao termo, somadas à representação da guerra de raças presente em livros anteriores, no que talvez o projeto teórico de Ludwig Woltmann caísse como uma luva. Isto, evidentemente, desde que rompesse as caracterizações de períodos e de objeto apontadas por Foucault para o conceito de biopolítica e desviasse do objetivo de uma definição do neoliberalismo. É verdade que o conceito de biopolítica pode exercer certa atração e influência para se pensar as questões onde se articula a vida com a política, em temas como o da população em Kautsky ou, ainda, uma possível articulação entre o conceito de proletariado em relação ao do exército industrial de reserva em Marx. No entanto, o modo como em Marx o aspecto estritamente biológico da população é apropriado pelo processo social do capitalismo faz pensar antes em um distanciamento do aspecto natural e biológico (e relativamente distanciado, no caso de Kautsky, da economia natural), e talvez testemunhe um tipo de elaboração própria a que caberiam algumas mediações difíceis para uma definição dessa apropriação enquanto biopolítica.

Igualmente seria possível comparar a social-democracia e as formas de pensamento social nascidas em seu interior com outras tradições do pensamento filosófico, destacando a relação entre a produção e o compartilhamento de conceitos, no sentido de identificar um vocabulário mais ou menos comum e, a partir daí, assinalar diferentes torções a partir do uso de determinado conceito sob perspectivas diversas, em contextos diferentes e gerando consequências múltiplas inspirado na história dos conceitos. Serviu como estímulo a essa abordagem o uso da palavra *Entwicklung* entre os textos dos socialistas, que aparece diferenciada de *evolution* em Walter Benjamin, mantendo um sentido distinto em sua interpretação e apontando para uma inspiração evolucionista, no sentido da evolução biológica, na compreensão da história por parte dos social-democratas. Ao contrário do uso que Benjamin faz desses conceitos nesse

texto, procurei observar o quanto, nas ocorrências entre esses autores, o conceito de *Entwicklung* mantinha antes um sentido bifronte entre evolução e desenvolvimento, cujo fio fui seguindo.

Surgiu, assim, a questão do tratamento e da necessidade de uma referência para sondar os conceitos a respeito da evolução biológica a partir dos indícios e dos textos que encontrei. Concluí que, a partir deles, não se poderia dizer que tratamos de uma academia de socialismo, com um pensamento homogêneo ou consistente, já que nem as escolas do SPD eram propriamente escolas formais, nem sequer seguiam os mesmos mestres. Imagino que se pensássemos o SPD como uma escola de filosofia e puséssemos Karl Marx vestido de toga a dar lições aos seus discípulos social-democratas, é bem provável que ele os expulsasse a pontapés ou que bem optasse pelo degredo. Por isso, evitei centrar na comparação com o pensamento de Marx como baliza dos supostos desvios presentes nos textos da social-democracia alemã selecionados, optando por seguir a extensão dessas relações e os evolucionismos conforme iam ocorrendo e assim ampliando para outros temas correlatos, como o da população e o desdobramento biológico do neokantismo entre os social-democratas.

A opção de inscrever ou não a recepção dos conceitos biológicos entre os social-democratas à luz da tradição marxista contemporânea envolveu uma ponderação sobre o problema do anacronismo, especialmente se consideramos as camadas de interpretação que emergiram a partir da sucessão de concepções teóricas do marxismo desde então e, mais ainda, se contextualizarmos essas interpretações em relação aos eventos que se sucederam. Agravou a indecisão sobre esse aspecto a própria questão da periodização dos debates que ocorreram sobre o sentido e o destino daquela geração da social-democracia alemã, um problema inescapável, especialmente se o trazemos ao contexto político contemporâneo e o destino do próprio marxismo.

A questão da periodização incide na bibliografia, especialmente se consideramos, primeiro, as críticas revolucionárias à direção do SPD no final do século XIX e início do século XX, na medida em que isso reflete uma série de disputas políticas entre as correntes de interpretação do marxismo, como o conselhismo, de onde destaco Pannekoek e Mattick, o bolchevismo, Lukács em sua fase jovem e madura, Rosa Luxemburgo, Georges Sorel, Simone Weil, os anarquistas revolucionários,

Mariátegui e tantos outros, já que a própria definição sobre os destinos da social-democracia se sobrepõe à apreciação de suas disputas teóricas. Frente a isso, há o risco de uma sobreposição muito rápida ligando uma capitulação do SPD à teoria que o organiza, muito comum na definição das posições teóricas e avaliações sobre a liderança do SPD feita em períodos posteriores, especialmente no caso de Kautsky. Parte considerável da bibliografia desta tese segue essa direção e, por mais este fosse o ponto de vista que formou as minhas próprias concepções políticas, achei importante dar um passo atrás e acompanhar o desenvolvimento teórico da social-democracia em um aspecto mais geral, observando as relações entre esses pontos de vista. Isso porque, por mais estranhas e condenáveis politicamente que pareçam as concepções dos socialistas no século XIX, há o risco de a própria crítica se cristalizar em um tipo de lugar comum, distante tanto da capacidade de transformação como de compreensão de seu tempo, e, mesmo com a melhor das intenções, acabar por apenas repetir fórmulas em um novo tipo de senso comum que não aquele que embasava a social-democracia daquela própria.

Assim, como alternativa às interpretações posteriores sobre suas concepções, tentei contextualizar as reflexões dos líderes social-democratas, de um lado, a partir dos processos históricos e dos conflitos sociais do período, apresentados enquanto pressões, questões e impasses políticos sobre os quais pensaram, e, de outro, as concepções partilhadas a respeito da teoria da evolução que envolveram um arco muito mais amplo do que o darwinismo. Como este contexto pareceu se modificar de modo brusco entre uma geração e outra, procurei me afastar de um julgamento peremptório a partir de concepções sobre o processo histórico imediatamente posterior, mesmo que utilize de muitas das formulações críticas da geração de revolucionários deste período. Do mesmo modo, a situação histórica aparece aqui menos como uma determinação e explicação imediata das formulações realizadas pelos quadros social-democratas a partir das condições materiais e sociais do período, ou seja, como um determinismo direto, e mais como uma forma de compreender os pressupostos desses conflitos em termos dos repertórios conceituais e dos seus contextos políticos, sobre os quais Bernstein, Kautsky e Bebel pensaram o seu tempo. Foi a partir dessas condições que tentei situar a possibilidade de um tipo de senso comum que, por sua vez, embasaria ou faria parte de suas elaborações teóricas.

Entre muitos dos nomes presentes na bibliografia, além da crítica feita de um ponto de vista revolucionário às concepções do SPD, também estão autores que realizaram um tipo de apreciação e valorização da teoria política dos seus quadros que, por vezes, também simplificou a relação entre a teoria e a prática, valorizando a perspectiva política dos antigos quadros do SPD. Tal valorização iria desde a própria produção do partido social-democrata alemão atual, que ainda é, para todos os efeitos, um partido ativo na política alemã, e cujas disputas teóricas mobilizam e influenciam também uma produção teórica para além de sua fundação, a Friedrich Ebert Stiftung, incidindo na arena política contemporânea. Além disso, se for feito um breve exame da bibliografia desta tese, é possível notar vários livros escritos e publicados entre o fim dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, cuja origem, no caso do Brasil, envolve a apreciação por parte do Partido dos Trabalhadores, com o fim da ditadura e a disputa entre as suas correntes a respeito da direção política do partido, e do Partido da Social Democracia Brasileira, e suas respectivas fundações, como no caso do Instituto Teotônio Vilela, que publicou aqui clássicos da social-democracia alemã, incluindo Lassalle e Bernstein – este último, com o título *Socialismo Evolucionário* (Bernstein, 1999), influenciado pela tradução inglesa. Também foi publicado um grande volume de obras desde o período da *Glasnost*, quando em muitos lugares se aspirava uma transição da URSS para um modelo de política mundial social-democrata. Esta produção, por sua vez, se somaria, logo após, à valorização da social-democracia a partir de um novo modelo reformado segundo as concepções do neoliberalismo e do neo-keynesianismo, sem traços socialistas e sem o suporte aos movimentos de trabalhadores. É a partir daí que se desenvolve em muitos países um novo influxo para a social-democracia como visão de mundo alternativa à URSS e ao capitalismo neoliberal, mas que recupera nos debates do revisionismo um tipo de inspiração ou antevisão desse modelo, mesmo que apagando aspectos mais ásperos e pouco abonadores. A entronização de Bernstein nessa posição de crítico do bolchevismo e do marxismo que antecede o pensamento atual da social-democracia demanda, assim, apagar aspectos espinhosos como a defesa da colonização ou do modo como o evolucionismo cultural aparece em Bernstein para justificá-la. Mesmo que Bernstein fosse orientado pela ideia de um colonialismo que atribuísse a si mesmo boas intenções, sua atitude poderia, no caso desse conceito ainda parar em pé, ser caracterizado como um social-darwinista. A meu ver, para uma melhor

apreciação das concepções da social-democracia alemã no final do século XIX, devemos ser capazes de evitar uma repulsa inicial, mas também é necessário cautela com certo olhar de empatia determinado pelos eventos posteriores.

Foi dessa percepção que o problema da visão de mundo apareceu para mim como uma definição de um pressuposto comum que organizaria certas noções em torno da política. Assim, tomo como hipótese que, se entre os textos que trabalhei havia um solo comum em torno da ideia de um otimismo em relação ao progresso e o avanço social, a geração de revolucionários posterior partilharia a marca de um pessimismo e catastrofismo que iria além da intuição de um colapso iminente do capitalismo. Esse pessimismo, que estaria vigente no começo do século XX, daria seus sinais mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, assumindo a impossibilidade de uma transição do capitalismo ao socialismo como um dado natural ou óbvio.

Se Benjamin estava certo quanto à concepção otimista de progresso dos social-democratas, ao indicar que as concepções biológicas estariam associadas a essas concepções, e que essas concepções fossem divulgadas nas instituições culturais do partido e centros de formação, tanto quanto nas revistas, seria de se esperar que antes da Primeira Guerra Mundial ela continuasse a exercer influência entre os operários, tanto quanto entre os quadros do partido. Esse período, que coincidiria com o que Bowler chamou de “eclipse do darwinismo”, se caracterizava pela difusão de diversas teorias alternativas ao evolucionismo darwiniano. Seus efeitos se fizeram sentir com o surgimento de concepções como a eugenia, a teoria da mutação e certas variações do neo-lamarckismo, então muito populares. No entanto, os registros de livros retirados das bibliotecas dos sindicatos mostram antes uma queda no interesse pelas ciências naturais, pela biologia e por livros de divulgação ou indiretamente relacionados aos evolucionismos. Seria isso um indício de mudança nos interesses das bases do partido ou mesmo de mudança de interesse entre os setores de formação? Representaria essa mudança uma modificação nas concepções compartilhadas pelos operários? Se esse é um indício de mudança nesse sentido, essa mudança não seria acompanhada de uma mudança na produção de textos ou das preocupações das lideranças políticas do SPD, que continuava mantendo em alta conta certas concepções em torno da ideia de evolução. Em todo caso, o interesse pela ciência como horizonte do progresso,

“desenvolvimento”, “evolução social”, como intuído em Bernstein, ou “necessidade natural” como diria Kautsky, em pouco tempo desapareceriam do horizonte dos socialistas da próxima geração, retornando apenas quando essas ideias voltaram a guiar o imaginário social-democrata já reformado e exorcizado do espectro do comunismo.

Se existiu uma mudança em termos de concepções compartilhadas inconscientemente nessa geração, é possível imaginar que essa mudança tivesse influenciado Benjamin, com o que inicio a conclusão, na medida em que ele também seria formado em sua juventude pelas leituras antirreformistas e antiprogressistas de Sorel e, posteriormente, de Lukács, Korsch e Rosa Luxemburgo. Benjamin foi formado, assim, em uma tradição que vê na política a possibilidade de transformação da sociedade, a despeito de suas tendências naturais ou a necessidade da espera de um colapso de efeitos imponderáveis. Com isso em mente, tentei suspender um pouco mais a imediata vinculação entre o reformismo, a teoria da evolução e a concepção evolucionista da sociedade, procurando acompanhar em maior detalhe as noções compartilhadas pelos quadros do SPD e buscando pensá-las de modo inscrito no seu tempo²⁶⁵, entre as diversas previsões que explicam o movimento de transformação e a disputa em torno de noções gerais.

Nesses termos, se o tema da teoria da evolução biológica e, de modo mais amplo, os evolucionismos, foram envolvidos pela aura de otimismo no final do século XIX, também é verdade que os sinais de uma virada do pensamento social-democrata também se anunciavam. Acredito que mesmo certas noções do socialismo também acompanharam essa mudança, e talvez o diagnóstico do socialista lassalleano Philipp Mainländer, quando propunha o socialismo como uma tarefa pedagógica e um meio para um destino ancorado no pessimismo social e metafísico, fosse um dos primeiros desses indícios. E mais, que o sentido de ideias como as concepções biológicas do

²⁶⁵ Nesse processo, é possível que o contexto político recente, desde o ciclo iniciado pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e passando pelo bolsonarismo com uma base forte entre um amplo setor da sociedade, tenha exercido relativa influência nessa interpretação, principalmente por causa de seus efeitos aparentemente bruscos. Talvez as manifestações conscientes e explícitas que definem um período sigam apenas posteriormente certas mudanças políticas, seja em qualidade, seja em quantidade. Não assumo aqui a ideia das transformações compartilhadas inconscientemente como uma causa de suas próprias mudanças, mas elas acrescentariam um elemento difícil de penetrar na medida em que a transformação desses pressupostos dificulta a interpretação de um período anterior, como se os signos, mesmo que aparentemente os mesmos, se modificassem a partir de uma alteração de uma conjuntura para outra.

século XIX se modificassem entre um período e outro. Essa parecia ser uma intuição de David Stack (Stack, 2003), que acredito válida até para concepções mais problemáticas, como a de eugenia e higienismo.

A diferença entre o que se designa como eugenia e mesmo higienismo à luz de uma teoria forte da descendência e uma teoria fraca da descendência mostra diferenças relevantes entre concepções diversas que podem enganar pela simples constatação do uso da mesma palavra, que designava, como a ideia de darwinismos usos independentes e conceitos distintos. Se tratamos de uma teoria da descendência fraca, ou mesmo uma dependência ao neo-lamarckismo (como foi posteriormente o caso de Trofim Lysenko²⁶⁶ na União Soviética), a teoria evolucionária concorrente ao darwinismo e mais influente na época, é destacada a forma como as características ambientais influenciariam na biologia, permitindo depois que essas características fossem herdadas. Concepções como essa diferenciavam as visões sobre a teoria da evolução entre os socialistas ingleses do século XIX.

Isso não quer dizer, evidentemente, que não houvesse quem seguisse uma orientação da descendência forte entre suas concepções biológicas e defendesse até mesmo uma atualização do socialismo segundo o racialismo biológico. Apesar de minoritários no campo do socialismo, muitos deles realizaram contribuições científicas de relevância e por isso ampliaram sua influência, principalmente fora do círculo socialista. Não é difícil observar que alguns autores partilhavam características perigosamente comuns com princípios que seriam defendidos posteriormente pelo nacional-socialismo. Um exemplo é Karl Pearson (1857-1936), físico e socialista importante do final do século XIX, herdeiro de Francis Galton no que toca à teoria da descendência, e que somava à sua formação a influência de Weismann e o impacto das descobertas de Mendel. Para ele, fundador do Laboratório de Eugenia Nacional, “o ambiente teria menos de um sexto de intensidade de impacto sobre as características e habilidades que aquela de influência hereditária de apenas um dos pais” (Stack, 2003: 87). Além disso, sua visão da política se inspirava na ideia de que seria o Estado, a partir de um princípio coletivo, que deveria intervir no aprimoramento racial da

²⁶⁶ Vide Apêndice A.

população²⁶⁷, esta visão de Pearson foi bastante divulgada e pode ter deixado sua marca em textos literários como *A Máquina do Tempo* e *A Ilha do Dr. Moureau*, de H. G. Wells, e no livro *o Tachão de Ferro* de Jack London.

Também na Alemanha, houve casos semelhantes entre os socialistas alemães que defenderam a eugenia, como Ludwig Woltmann (1871-1907), antropólogo e zoologista neo-kantiano (ainda que não associado ao movimento neokantiano e socialista de Marburgo) que tentou aproximar a teoria da evolução ao socialismo a partir de uma crítica a Marx, buscando assim traduzir a luta de classes em termos de uma luta entre raças, e atribuindo à “raça germânica” o chamado “a envolver a terra com seu domínio, a explorar os tesouros da natureza e as forças do trabalho, e fazer as raças passivas servirem os membros do seu desenvolvimento cultural” (Woltmann, 1903: 261-267).

Teses como a de Woltmann e Pearson foram rejeitadas pela maioria dos socialistas, principalmente por aqueles que acreditavam numa especificidade humana em relação ao evolucionismo (por causa da mente humana, da cultura ou da sociedade). Esta concepção tornou-se comum no século XIX entre os socialistas, geralmente hostis à concepção da evolução humana em *A Descendência do Homem* (Darwin, 1899) e apoiada nas antes na antropologia de Lewis H. Morgan, Johann Jakob Bachofen e nos textos de Engels sobre a formação das instituições sociais. Isso é nítido no caso de August Bebel, quando fundamenta sua defesa dos direitos das mulheres contra os condicionamentos de uma suposta inferioridade física e mental, voltando-se antes ao processo social e histórico. Não à toa, esses também foram os aspectos da disputa contra Woltmann em defesa do marxismo, opondo uma visão de mundo constituída sobre o evolucionismo cultural partilhada entre os socialistas, que inclui a ideia de

²⁶⁷ Em seu livro *The Problems of Practical Eugenics* Pearson argumenta que “a tentativa de melhorar a aptidão física (*fitness*) da nação por reformas puramente ambientais, a remoção de crianças de mães de ambientes insalubres e suprimentos para os fracos e os que sofrem” teria falhado na “promoção da eficiência genética” Seu diagnóstico foi de fato pessimista: “nós nos encontramos como uma raça confrontada com o suicídio racial; nós assistimos com preocupação a perda de nossa estabilidade racial e resistência nacional” (apud: Turda, 2010: 26)

especificidade humana²⁶⁸, o matriarcado primitivo e a evolução social, e aquele da proposta particular de revisionismo darwinista proposto por Woltmann.

O caso da disputa de Bebel contra Woltmann faz pensar o quanto o evolucionismo dos social-democratas influiria, de fato, em seu diagnóstico político, fazendo pensar mesmo em um espaço em disputa a respeito de teses propriamente científicas. É possível que na concepção marxista estivesse pressuposta certa concepção de evolução humana ou mesmo de humanidade, entre as concepções marxistas do período, e que ela persistiria mesmo nas tradições marxistas posteriores, em que a questão do humanismo se tornou um tema de debate²⁶⁹. Acredito que seja esta a razão que tenha levado Bebel a se defender tanto em relação ao marxismo, tanto diretamente no que lhe seria específico enquanto teoria revolucionária sobre a transformação social, quanto no que seria posto à prova por Woltmann no tocante às concepções científicas que também estavam presentes entre os marxistas enquanto concepções compartilhadas pressupostas às concepções marxistas. Esse ponto faz pensar se haveria ali níveis de uma possível recepção científica ou se haveria uma convergência tão radical em termos de uma profissão de fé no progresso pelo fato de se ter engolido a pílula do evolucionismo, que isto implicasse todas as consequências negativas atribuídas por Walter Benjamin e pela tradição que critica as influências científicas ou o debate biológico e antropológico entre os sociais-democratas.

Casos de socialistas que realizavam uma separação entre o propriamente biológico, o histórico e político antes de pensar suas relações eram raros, e normalmente se encontram apenas em uma sensibilidade contemporânea ou entre os biólogos socialistas como Richard Lewontin e J. S. Haldane²⁷⁰, que permitem imaginar que

²⁶⁸ E que vai além dos social-democratas, como atesta o trecho final de *Marxismus und Darwinismus* de um insuspeito comunista revolucionário como Pannekoek, quando afirma que, por conta da técnica, o “homem ascendendo do mundo animal e prosseguindo sua luta pela existência (*Kampf ums Dasein*) pelo uso das ferramentas, cessa e um novo capítulo na história da humanidade se inicia” (Pannekoek, 1909: 44).

²⁶⁹ E que talvez envolva pensar o quanto a recepção benjaminiana dos textos de Bachofen também façam pensar em uma definição distinta presente entre as suas concepções antropológicas.

²⁷⁰ A pandemia e, em particular, a defesa da ciência e da pesquisa científica contra a política negacionista interessada e as referências elogiosas de Lukács a Lysenko destacaram para mim a importância da pesquisa sobre o cruzamento entre ciência e política em chaves diversas. O que me inclinou a pensar que os contatos entre política e ciência eram mais complexos, e que sua solução não passaria por engolir as ciências em uma lógica estendida da política e da sociedade a partir de uma mesma visão de totalidade.

evolucionismo e socialismo fossem duas disputas políticas e conceituais com características distintas, apesar de se influenciarem entre si. Entre os socialistas, foram muito mais comuns dois posicionamentos: o primeiro, constituído pela assimilação da evolução biológica ao marxismo por meio de uma teoria socialista que envolvesse o aspecto científico, como no caso da dialética engelsiana ou do auxílio mútuo de Kropotkin; e o segundo, que restringiria a validade da teoria da evolução a um domínio específico, como foi o caso de Kautsky, que compreendia a dinâmica da população da sociedade primitiva em termos de propriedades mais próximas àquelas da natureza (cujo limite seria aí histórico), e o de Bebel, em que a inteligência, a sociabilidade, a capacidade de produzir ferramentas e, em última instância, o trabalho, transporiam a evolução humana para um outro domínio além da validade da evolução biológica, enquanto Bernstein, em mais de um aspecto, parecia validar as concepções evolucionistas spencerianas condicionando a evolução social a um processo evolutivo mais amplo e teleológico no sentido de um aumento progressivo de complexidade.

Por fim, a partir dessa situação em relação às concepções evolutivas e o contexto social e político, resta a questão: seria possível realizar um diagnóstico mais generalizante a partir de suas concepções políticas? Voltando a Benjamin, se for possível aproximar a teleologia que orientava Bernstein da escatologia que envolveu determinada interpretação da teoria do colapso, como em Bebel, Kautsky e Liebknecht, talvez seja lícito compreendê-los como parte da mesma perspectiva evolucionista, e considerar aí o quanto o evolucionismo reforçaria essa perspectiva política. Olhando de perto, porém, nada é tão simples, especialmente se considerarmos as pressões em relação às quais deram suas respostas. A ideia de reformismo parece muito mais compreensível quando consideramos as pressões do crescente movimento operário em direção a mudanças concretas em suas condições, incluindo o diálogo com grupos de pressão diversos ligados à construção da política cotidiana (e com isso concordariam a maioria dos partidos socialistas, comunistas e mesmo anarquistas atuais), assim como o questionamento da teoria do colapso, que permitiria no mínimo um bom debate, mesmo entre reputados marxistas. Há, no entanto, uma área cinza, e justamente sobre ela se colocavam conflitos entre aquilo que chamei de concepções compartilhadas e visões de mundo marxistas.

Voltando aos revisionistas: destronado o marxismo, qual seria a nova visão de mundo para a política? Foi nesse espaço que os sinais interpretados por Bernstein levaram a crer na necessidade de ação sem a restrição dos limites dados para a política marxista na busca de resultados práticos que priorizassem a prática, mas distinto de setores que rejeitaram o marxismo em uma direção revolucionária, como o anarquismo, o sindicalismo revolucionário ou outras manifestações diversas do socialismo de outros países, como o caso de Jean Jaurés ou tantos outros líderes trabalhistas. No entanto, em Bernstein, foram questões como o nacionalismo, as colônias e o conflito de classes tornado conflito entre patrões e empregados que apresentaram um horizonte para a ação e cujo fundamento teórico seria distinto daquele representado pelo marxismo. Segundo essa visão, um processo de desenvolvimento do simples ao complexo permitiria pensar em uma harmonia futura a partir de um ideal ético justo e desejável, que realizaria mudanças com o tempo, enquanto tendência semelhante ao imperativo categórico (excetuando o caso de certas culturas que acreditava desprezíveis e potenciais receptáculos do impulso desenvolvimentista, já que as mais altas culturas teriam precedência). E, em Woltmann, tem-se a história que se mostra como a história da luta entre raças definida pela capacidade de gerar população em que seria desejável que prevalescessem raças mais dignas que outras, ou seja, igualmente por uma tendência desejável em direção a um imperativo categórico racial²⁷¹.

Tais visões de mundo, assistemáticas e voltadas antes a provocar efeitos benfazejos no mundo, segundo acreditavam, eram como que a cristalização de visões de mundo enquanto concepção de progresso surgidas em um período imediatamente posterior ao positivismo. Infelizmente, fui incapaz de uma análise mais profunda em cada um dos autores, e limitado pelo olhar panorâmico para dar conta de uma perspectiva geral sobre o problema, portanto, não consegui deduzí-las ou desdobrar estas visões de mundo a partir da investigação sobre a possível lógica de sua aparência. Faltaram então as devidas mediações sociais que apontassem como do fundamento do trabalho ou da organização social de seu tempo poderiam ou não ter influenciado o *milieu* sociocultural (ou a subcultura social-democrata) onde essas formações

²⁷¹ Como tais concepções vieram a ter algum relevo? Possivelmente, devido à aproximação da classe média e graças à participação mais expressiva das concepções “elevadas” ensinadas nas universidades mais prestigiadas do período, que se dispunham a participar da formação das “rudes” classes laboriosas.

específicas surgiriam e, a partir do qual, seria possível determinar as relações específicas realizadas entre esses intelectuais na construção de um senso comum segundo concepções compartilhadas. No entanto, tal preocupação deixou para mim algo como uma pista sobre o sentido dessas visões de mundo sobre o progresso.

O SPD foi uma chave intrincada para definir as posições específicas dentro desse campo de debates, projetado em instituições do partido, como as revistas e associações de formação de trabalhadores, principalmente por serem posições agonísticas, localizadas em uma disputa política e orientadas para um contexto determinado em resposta às pressões do seu tempo. Com inserções de elementos da conjuntura, tomando o caso de Bebel e os indícios dessas relações como o cartaz de Primeiro de Maio, tentei minimamente contribuir para compreender as pressões e anseios que, ainda que não explícitos nos textos, eram respondidos por seus quadros. Seriam estas formulações, surgidas entre os debates, que se tornariam um novo senso comum entre diversas formulações em disputa que se esforçaram em constituir sínteses de visões de mundo.

Assim, é possível dizer que nos livros como *A mulher e o socialismo*, de Bebel, *Pré-condições ao socialismo*, de Bernstein, e *A questão agrária*, de Kautsky, encontram-se formulações que ganharam importância política, notoriedade e que foram capazes de orientar a ação (incluindo aqui, fora desse gênero textual, o caso da palestra *Saber é Poder*, de Liebknecht). E mais: que geraram ou expressaram em algum momento concepções que foram compartilhadas enquanto um senso comum do partido. Uma relação, em suma, de causalidade recíproca com relação ao seu meio social. As formulações presentes nesses livros podem ser contrastadas também com outras expressões de pensamento sistemáticas e concorrentes, como aquelas presentes em Woltmann e, antes dele, em Dietzgen. Por mais que realizassem uma articulação de concepções compartilhadas do seu tempo e também professassem o catecismo filosófico do progresso (e fosse especialmente premonitória da principal expressão do senso comum político de décadas à frente, no caso de Woltmann), tais expressões de pensamento foram incapazes de reverberar a ponto de constituir um novo senso comum social-democrata.

Da apreciação mais geral da relação entre os evolucionismos e o socialismo em Kautsky, Bebel e Bernstein, eu diria que eles apresentam certas diferenças. Bebel incorpora os evolucionismos partindo do ponto de vista da separação entre a evolução biológica e humana, que, grosso modo, fazia parte do repertório comum à maioria dos socialistas do período, como o próprio Engels, destacando nessa concepção a centralidade da antropologia evolutiva. Kautsky iria além, utilizando o capitalismo como demarcação de um ponto de inflexão da evolução antropológica humana em que, inspirado em Marx, a dinâmica populacional também mudaria suas propriedades. Já em Bernstein, há diversos sinais que indicam ser possível situar suas concepções dentro do quadro mais geral do spencerismo, onde o evolucionismo englobaria a evolução antropológica, biológica e social em um mesmo processo. Apesar disso, é importante notar que Bernstein, porém, não apresentou uma exposição sistemática dessas concepções e seu evolucionismo, portanto, está antes pressuposto, emergindo apenas em pequenas citações, podendo ser considerado antes uma consequência das visões de mundo de seu tempo do que o resultado de uma visão de mundo sintética do socialismo e o spencerismo entre os socialistas alemães. Isso pode ser contraposto aos esforços de uma visão de mundo sistemática e abrangente, como em Dietzgen e Woltmann. A visão de Woltmann, por seu lado, pode servir como indicador de um limite ou uma baliza que, a partir de um ponto de vista externo àquela visão de mundo, ajuda a destacar o pressuposto antropológico presente nas concepções marxistas do período e que não encontrou eco nem no reformismo, nem no marxismo.

Sobre aquela geração de social-democratas da Alemanha, talvez reste muito pouco de suas concepções entre os conceitos que partilhamos entre nós. O que persiste, talvez, sejam somente fragmentos e ruínas, especialmente se destacarmos, como Benjamin, a ideia de progresso e de necessidade natural que permeava as visões de seus teóricos e líderes políticos. Vivemos um tempo de poucas esperanças, o que dificulta um olhar que seja capaz de dar o devido peso ao que parece ter sido a relação entre as disputas políticas e o imaginário da época, talvez por conta de nossas próprias concepções partilhadas, carregadas de distopias. Mas, naquele momento em que as forças dos trabalhadores se mobilizavam, contando com que as concepções científicas forjassem a possibilidade de lutar contra os preconceitos e construir o futuro, eles sentiam como se as furtassem dos burgueses a contrabando. Criaram suas escolas,

fizeram suas lutas e imaginaram um futuro a partir da possibilidade da transformação do mundo presente em um mundo socialista, o que torna ainda mais trágico que, por fim, o destino os traísse e o vazio do tempo engolisse suas esperanças, fazendo-os morrer nas guerras, nas fábricas, nas masmorras, nos becos, nos guetos, nas favelas e nas florestas do mundo. Mas os trabalhadores sempre se reergueram, e a luta contra as opressões reaparece nos lugares em que parece ter morrido. Assim, se um dia for preciso quebrar a distância em relação às lutas daquele tempo e ainda seja possível e interessante recontar essa história do ponto de vista das concepções compartilhadas pelos social-democratas do final do século XIX, espero ter feito aqui uma pequena contribuição.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Lynn. 1992. **Workers' culture in Imperial Germany**. Leisure and recreation in the Rhineland and Westphalia. Londres: Routledge.
- ACHTEN, Udo. 1980. **Zum Lichte empor**. Mai-Festzeitungen der Sozialdemokratie 1891 - 1914. Berlim: Verlag J.H.W. Dietz Nachf. GmbH.
- ADORNO, Theodor W. 1966. **Negative Dialektik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.
- ADORNO, Theodor W. 2008. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora UNESP.
- ADVOCATUS. 1895. Was liest der deutsche Arbeiter? **Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens**. 13.1894-95, 2. Bd., H. 52, S. 814 - 817; Electronic ed.: Bonn : FES Library, 2008, p. 814-817.
- ADVOCATUS. 1896. Ein weiterer Beitrag zur Frage: "Was liest der deutsche Arbeiter?". **Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens**. 14.1895-96, 1o. Volume., H. 20, p. 631 - 635.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. 2010. Lewis Morgan: 140 anos dos Sistemas de Consanguinidade e Afinidade da Família Humana (1871-2011). *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 19, p. 309-322.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Marxismo e Antropologia. 2010. Em: BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio N. de (orgs.). *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo, Xamã/FAPESP/CEMARX, p. 75-85
- ALTHUSSER, Louis. 1983. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal.
- ÁLVARES, Lucas Parreira. 2019. **Flechas e Martelos: Marx e Engels como leitores de Lewis Morgan**. Belo Horizonte. (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito e Ciências do Estado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- AMADO, Nilton Bispo. 2010. **O Papel dos Recursos Naturais na Reprodução do Processo Econômico: Contribuição à Crítica Ecológica do Capitalismo**. 2010. Tese (Doutorado em Energia) – Interunidades em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AMREIN, Martin; NICKELSEN, Kärin. 2008. The Gentleman and the Rogue: The Collaboration Between Charles Darwin and Carl Vogt. **Journal of the History of Biology**, v 41, p. 237-266.
- ANDERSON, Margaret Lavinia. 1995. The Limits of Secularization: On the Problem of the Catholic Revival in Nineteenth-Century Germany. **The Historical Journal**, v. 38, n. 3, 674-670, set.

- ANDRADE, Joana El-Jaick. 2006. **O Revisionismo de Bernstein e a negação da dialética**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ANDRADE, Joana El-Jaick. 2010. A mulher e o socialismo: incorporação da emancipação feminina à pauta da social-democracia. **Lutas Sociais**, n. 24, p. 9-17, 1º semestre.
- ANFRA, Douglas R. 2013. **Friedrich Engels: guerra e política**. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ANSELL-PEARSON, Keith. 2002. **Nietzsche and modern German thought**. Londres; Nova York: Routledge.
- ARANTES, Paulo. 1996. **Ressentimento da dialética**. Dialética e experiência intelectual em Hegel (Antigos Estudos sobre o ABC da Miséria Alemã). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ARENDT, Hannah. 1976. **The Origins of Totalitarianism**. Orlando, FL: Harcourt Brace & Company.
- ARENDT, Hannah. 1998. **The Human Condition**. Chicago: University of Chicago Press.
- AUGUSTINE, Dolores L. 2009. Arriving in the upper class. *In*: BLACKBOURN, David; EVANS, Richard (ed.). **The German bourgeoisie: essays on the social history of the German middle class from the late eighteen to the twentieth century**. Padstow, Cornwall: T J Press.
- AUSWANDERUNG. 1929. *In*: **Der Grosse Brockhaus**. 15. ed. Leipzig: Brockhaus. v. II.
- AVELING, Edward. 1891. **Die Darwinische Theorie**. 2a. ed. Stuttgart: J.H.W. Dietz.
- AVELING, Edward. 1896. **Wilhelm Liebknecht and the Social-Democratic Movement in Germany**. Londres: Twentieth Century Press.
- BACHENKÖHLER, Dirk. 2008. Only “Dreams from an Afternoon Nap”? Darwin’s Theory of Evolution and the Foundation of Biological Anthropology in Germany 1860–75. *In*: ENGELS, Eve-Marie e GLICK, Thomas F. **The Reception of Charles Darwin in Europe**. v. I. Londres: Continuum. p. 98-115.
- BACKMAYER, Monika; DREIKLUFT, Robert. 2002. **Jugendstil in Karlsruhe**. Formen. Vielfalt, Fantasien. Berlim: BRAUN-Verlag Karlsruhe.
- BAIARDI, Daniel Cerqueira. 2008. **Conhecimento, evolução e complexidade na filosofia sintética de Herbert Spencer**. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia)

– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- BAKHTIN, Mikhail. 2011. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes.
- BAKUNIN, Mikhail. 2003. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Ícone Editorial; Editora Imaginário; Nu-sol.
- BALDWIN, James Mark. 1909. **Darwin and the Humanities**. Baltimore: Review Publishing.
- BALL, Terence. 1979. Marx and Darwin. A reconsideration. **Political Theory**, v. 7, n. 4, p. 469-483, nov.
- BAQUEDANO JER, Sandra. 2011: Estudo Preliminar: El Pesimismo entrópico en las cosmologías filosóficas de la voluntad. Em: **La Filosofía de la Redención: Antología**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- BARCLAY, David E; WEITZ, Eric D. 2009. **Between Reform and Revolution**. German Socialism and Communism from 1840-1990. Nova York: Berghahn Books.
- BAUMOL, William J. 1983. Marx and the Iron Law of Wages. **The American Economic Review**, v. 73, n. 2, p. 303-308, maio. Papers and Proceedings of the Ninety-Fifth Annual Meeting of the American Economic Association.
- BAYERTZ, Kurt. 1983. Naturwissenschaft und Sozialismus: Tendenzen der Naturwissenschafts-Rezeption in der deutschen Arbeiterbewegung des 19. Jahrhunderts. **Social Studies of Science**, v. 13, n. 3, p. 355-394, ago.
- BAYERTZ, Kurt. 1999. **Solidarity: Philosophical Studies in Contemporary Culture**. Londres: Kluwer Academic Publishers.
- BEBEL, August. 1879. **Die Frau und der Sozialismus**. Zürich-Hottingen: Verlags Buchhandlung.
- BEBEL, August. 1898. **Assassinations and socialism**. From a Speech by August Bebel, Delivered at Berlin, November 2, 1898. Nova York: New York Labor News Company.
- BEBEL, August. 1899. Die Darwinische Theorie und der Sozialismus. **Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens**, n. 17, v. 1, caderno 16, p. 484-489.
- BEBEL, August. 1910. **Woman and Socialism**. Nova York: Socialist Literature Co.
- BEBEL, August. 1911. **Aus meinem Leben**. 2 v. Stuttgart: J H. W. Dietz.
- BEBEL, August. 1928. **Speeches of August Bebel with a critical introduction**. Nova York: International Publishers.

- BEBEL, August. 1970. **Ausgewählte Reden und Schriften**. vol. 1. Reden und Schriften, Briefe 1863 bis 1878. Berlin: Dietz.
- BECK, Hermann. 2009. Working-Class Politics at the Crossroads of Conservatism, Liberalism, and Socialism. *In*: BARCLAY, David E; WEITZ, Eric D. 2009. **Between Reform and Revolution**. German Socialism and Communism from 1840-1990. Nova York: Berghahn Books.
- BECK, Naomi. 2005. Enrico Ferri's Scientific Socialism: A Marxist Interpretation of Herbert Spencer's Organic Analogy. **Journal of the History of Biology**, v. 38, n. 2, p. 301-325, verão.
- BEISER, Frederick C. 2015. **The Genesis of Neo-kantianism**. 1796-1880. Oxford: Oxford University Press.
- BENDA, Julien. 2003. **La Trahison des clercs**. Paris: Grasset.
- BENJAMIN, Walter. 1937. Eduard Fuchs, der Sammler und der Historiker. **Zeitschrift für Sozialforschung**, Jg. 6, p. 346-399.
- BENJAMIN, Walter. 1991. Über den Begriff der Geschichte. *In*: _____. **Gesammelte Werke**. Hrsg. von Hermann Schweppenhäuser und Rolf Tiedemann. Band I/2. Suhrkamp: Frankfurt am Main. p. 690-708.
- BENJAMIN, Walter. 2012. Eduard Fuchs, colecionador e historiador. *In*: _____. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica. p. 73-102. Edição digital.
- BENJAMIN, Walter. 2012b. Sobre o conceito da História. *In*: _____. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica. Edição digital.
- BENZER, Matthias. 2011. **The sociology of Theodor Adorno**. Cambridge: Cambridge University Press.
- BERLIN, Isaiah. 2000. **Against the current**. Essays in the History of Ideas. Princeton: Princeton University Press.
- BERLINER, Jonathan. 2008. Jack London's Socialistic Social Darwinism. **American Literary Realism**, v. 41, n. 1, p. 52-78, outono.
- BERNAL, John D. 1952. **Marx and Science**. Nova York: International Publishers.
- BERNARDINI, Jean-Marc. 1997. **Le Darwinisme social en France (1859-1918): Fascination et rejet d'une ideologie**. Paris: CNRS.
- BERNARDO, João. 2003. **Labirintos do Fascismo**. Na encruzilhada da Ordem e da Revolta. Porto: Edições Afrontamento.
- BERNSTEIN, Eduard. 1893. Das Schlagwort und der Antisemitismus. **Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens**, Stuttgart, v. 11, n. 2, caderno 35, p. 228-237.

- BERNSTEIN, Eduard. 1893. **Die preussischen Landtagswahlen und die Sozialdemokratie**. Die Neue Zeit, (11 fev.). Stuttgart: J.H. W. Dietz nach Gmbh, p. 777.
- BERNSTEIN, Eduard. 1893b. **Lassalle as a social reformer**. Londres: Swan Sonnenschein & Co.
- BERNSTEIN, Eduard. 1899. **Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie**. Stuttgart: J.H.W. Dietz Nachfolg. (GmbH).
- BERNSTEIN, Eduard. 1900. **Sozialdemokratie und Imperialismus**. Socialistische Monatshefte, n. 5, p. 238-251, maio.
- BERNSTEIN, Eduard. 1901. **Wie ist wissenschaftlicher Sozialismus möglich?** Ein Vortrag. Berlin: Verlag der Sozialistischen Monatshefte.
- BERNSTEIN, Eduard. 1909. **Evolutionary socialism**. A criticism and affirmation (Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie). The Socialist Library – VII ed. J. Ramsay MacDonald, M.P. Nova York: B. W. Huebsch.
- BERNSTEIN, Eduard. 1977. **Bernstein on homosexuality**: articles from “Die Neue Zeit” 1895 and 1898. Belfast: Athol.
- BERNSTEIN, Eduard. 1996. **Revisionism in Social Democracy (1909)**. In: _____. Selected writings of Eduard Bernstein: 1900-1921. New Jersey: Humanities Press.
- BERNSTEIN, Eduard. 1999. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BERNSTEIN, Eduard.1892a. **Zur Würdigung Friedrich Albert Langes**, p.1. Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens. Vol. 10, N. 2. caderno 29 (1892). Bonn : FES Library, 2008, p. 101-109.
- BERNSTEIN, Eduard.1892b. **Zur Würdigung Friedrich Albert Langes**, p.2. Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens. Vol. 10, N. 2. caderno 30 (1892). Bonn : FES Library, 2008, p. 132-141.
- BERNSTEIN, Eduard.1892c. **Zur Würdigung Friedrich Albert Langes**, p.3. Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens. Vol. 10, N. 2, caderno 31 (1892). Bonn : FES Library, 2008, p. 68-72.
- BERT, Andréas; MARX, Karl. 1968. Interview de Karl Marx au Chicago Tribune. **L’Homme et la société**, n. 7, numéro spécial 150o anniversaire de la mort de Karl Marx, p. 237-247.
- BIRKER, Karl. 1973. **Die deutschen Arbeiterbildungsvereine 1840-1870**. Berlin: Colloquium.
- BLACK, Edwin. 2012. **War against the weak: Eugenics and America’s Campaign to create a master race**. Washington DC: Dialog Press. [versão eletrônica]

- BLACKBOURN, David. 1984. The Discreet Charm of the Bourgeoisie: Reappraising German History in the Nineteenth Century. *In: _____*; ELEY, Geoff. **The Peculiarities of German History**. Bourgeois Society and Politics in Nineteenth-Century Germany. Nova York: Oxford University Press.
- BLACKBOURN, David. 1998. **The Long Nineteenth Century**. A History of Germany, 1780-1918. Nova York: Oxford University Press.
- BOAS, Franz. 1902. Rudolf Virchow's Anthropological Work. **Science**, v. XVI, n. 403, 19 set., p. 441-445.
- BOBBIO, Norberto. 1997. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora Unesp.
- BOCK, Hans Manfred. 1976. **Geschichte des linken Radikalismus in Deutschland. Ein Versuch**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.
- BOLLE, F.; BUCHHOLZ, W. 1962. Darwinismus und Zeitgeist. **Zeitschrift Für Religions – Und Geistesgeschichte**, v. 14, n. 2, p. 143–182, jan.
- BONNEL, Andrew G. 2005. **People's stage in Imperial Germany: social democracy and culture 1890-1914**. Londres: I. B. Tauris.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. **Sociologia**. São Paulo: Ática. (organizado por Renato Ortiz).
- BOURDIEU, Pierre. 2007. **A Distinção**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- BOURDIEU, Pierre. 2018. **The Social Structure of the Economy**. Nova York: John Wiley & Sons.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. 2009. **La production de l'idéologie dominante**. Paris: Demopolis: Raisons d'agir.
- BOWLER, Peter J. 1975. The Changing Meaning of "Evolution". **Journal of the History of Ideas**, v. 36, p. 95-114.
- BOWLER, Peter J. 2008. What Darwin Disturbed: The Biology That Might Have Been. **Isis**, v. 99, n. 3, p. 560-56, set.
- BOWLER, Peter J. 2009. **Evolution**. The History of an idea. Los Angeles: University of California Press.
- BOWLER, Peter J. 2013. **Darwin deleted: imagining a world without Darwin**. Chicago: The University of Chicago Press.
- BREITMAN, Richard. 1977. Education and Class Cleavage in Late 19th Century Germany. **International Labor and Working-Class History**, n. 12, p. 19-23, Nov.
- BREUILLY, John. 1996. **The Formation of the First German Nation-State, 1800-1871**. Londres: Macmillan Press Ltd.

- BROBERG, Gunnar; ROLL-HANSEN, Nils. 2005. **Sterilization Policy in Denmark, Sweden, Norway, and Finland**. East Lansing, Michigan: Michigan State University Press.
- BRONNER, Stephen Eric. 1982. Karl Kautsky and the Twilight of Orthodoxy. **Political Theory**, v. 10, n. 4, p. 580-605, nov.
- BROWNE, Janet. 2007. **A Origem das Espécies de Darwin**. [Uma biografia]. Rio de Janeiro: Zahar.
- BROWNE, Janet. 2011a. **Charles Darwin: O poder do lugar**. São Paulo: Editora Unesp.
- BROWNE, Janet. 2011b. **Charles Darwin: viajando**. São Paulo: Editora Unesp.
- BURGER, Marcel. 2002. **Les manifestes: paroles de combat – De Marx à Breton**. Paris; Lonay (Suisse): Delachaux et Nieslé S.A.
- BURKETT, Paul. 1999. **Marx and Nature. A Red and Green Perspective**. Nova York: St. Martin's Press.
- CANDIDO, Antônio. 2006. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.
- CANGUILHEM, Georges. 2006. The Death of Man, Exhaustion of the Cogito? *In*: GUTTING, Gary. **A Cambridge Companion to Foucault**. Nova York: Cambridge University Press.
- CAPONI, Gustavo. 2011. Las raíces del programa adaptacionista. **Scientiae Studia**, São Paulo, V.9, n. 4, p. 705-38
- CARLSON, Andrew R. 1972. **Anarchism in Germany**. Vol I: The Early Movement. Metuchen, NJ: The Scarecrow Press, Inc.
- CARNEIRO, Robert. 2003. **Evolutionism in Cultural Anthropology: A Critical History**. Boulder, CO: Westview Press.
- CARSTEN, F. L. 1990. Georg von Vollmar: A Bavarian Social Democrat. **Journal of Contemporary History**, v. 25, n. 2/3, p. 317-335, May-Jun.
- CASTRO, Celso (org.). 2005. *Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar editora.
- CHAMBERS, R. 1854 [1844]. **Vestiges of the Natural History of Creation**. Londres: John Churchill Street. Disponível em: <<https://archive.org/details/vestigessofnatura00unse/page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 1º fev. 2020.
- CHAVES, Ernani. 1998. “É possível uma história materialista da cultura?” Walter Benjamin (re)lê Friedrich Engels. *In*: LOUREIRO, Isabel Maria; MUSSE, Ricardo (orgs.). **Capítulos do marxismo ocidental**. São Paulo: Editora Unesp.

- CHITTY, Clyde. 2009. **Eugenics, Race and Intelligence in education**. Londres: Continuum.
- CHOMSKY, Noam. 1969. **American Power and the New Mandarins**. Nova York: Vintage Books.
- CIPOLLA, Carlo. 1969. **Literacy and development in the West**. Baltimore, MD: Penguin Books.
- COLE, G. D. 1963a. **A History of Socialist Thought**. Marxism and Anarchism: 1850-1890. Londres: Macmillan & Co Ltd.
- COLE, G. D. 1963b. **A History of Socialist Thought**: Vol. III, p. I The Second International 1889-1914. Londres: Macmillan & Co Ltd.
- COLP JR., Ralph. 1974. The Contacts Between Karl Marx and Charles Darwin. **Journal of the History of Ideas**, v. 35, n. 2, p. 329-338, abr.-jun. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2708767>. Acesso em: 21/06/2014.
- COSTA, James T. 2014. **Wallace, Darwin, and the Origin of Species**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- CRIPS, Liliane. 1993. Les avatars d'une utopie scientiste en Allemagne: Eugen Fischer (1874-1967) et l'“hygiène raciale”. **Le Mouvement social**, n. 163, p. 7-23, apr.-jun.
- D'ELIA, Nicola. 2013. Karl Kautsky e la Rivoluzione Socialista (1891-1899). Riesame di una questione storiografica. **Studi Storici**, ano 54, n. 2, p. 339-378, abr.-jun.
- DAMIANI, Amélia Luisa. 1991. **População e geografia**. São Paulo: Contexto.
- DARWIN, Charles. 1852. **On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life**. Londres: John W. Parker and Son. Disponível em: <<http://darwin-online.org.uk>>. Acesso em: 31 out. 2019.
- DARWIN, Charles. 1866. **On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life**. 4. ed. Londres: Murray. Disponível em: <<http://darwin-online.org.uk>>. Acesso em: 31 out. 2019.
- DARWIN, Charles. 1889. **The Descent of Man, and selection in relation to sex**. Nova York: D. Appleton and Company. Disponível em: <<http://darwin-online.org.uk>>. Acesso em: 31 out. 2019.
- DARWIN, Charles. 2000. **Autobiografia 1809-1882**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- DAVENPORT, Charles Benedict. 1923. **Heredity in relation to eugenics**. Nova York: Henry Holt and Company.
- DAWSON, William H. 1891. **Bismarck and State Socialism**. An Exposition of the Social and Economic Legislation of Germany since 1870. Londres: Swan Sonnenschein & Co.

- DAYAN-HERZBRUN, Sonia. 1976. Le socialisme scientifique de Ferdinand Lassalle. **Le Mouvement social**, n. 95, p. 53-70, abr.-jun.
- DAYAN-HERZBRUN, Sonia. 1990. **Mythes et mémoire du mouvement ouvrier**. Le cas Ferdinand Lassalle. Paris: Ed. Logiques sociales/L'Harmattan.
- DEJONG-LAMBERT, William; KREMENTSOV, Nikolai. 2012. On Labels and Issues: The Lysenko Controversy and the Cold War. **Journal of the History of Biology**, v. 45, n. 3, p. 373-388, outono.
- DER WAHRE Jacob. 2021. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: https://de.wikipedia.org/wiki/Der_wahre_Jacob#/media/Datei:Der_wahre_Jacob_1900_Titel.jpg. Acesso em: 15 jul. 2021.
- DIE ERGEBNISSE des Hannoverschen Parteitage. 1899. **Sozialistische Monatshefte**, 12, p. 597-623. online.
- DIETZGEN, Josef. 1930. Die Religion der Sozialdemokratie. *In*: _____. **Gesammelte Schriften**. v. I. Stuttgart: J.H.W. Dietz. p. 98-156.
- DIETZGEN, Joseph. 1906. **Philosophical essays on Socialism, Science, Religion, Ethics, Critique-of-Reason and the World-at-large**. Chicago: Charles H. Kerr & Company Co-operative.
- DOHERTY, Brian. 2007. **Radicals for capitalism: a freewheeling history of the modern American libertarian movement**. Nova York: Public Affairs.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. 2003. **A Recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- DOMINICK III, Raymond H. 1982. **Wilhelm Liebknecht and the Founding of the German Social Democratic Party**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- DOMINICK III, Raymond. 1977. Democracy or Socialism? A Case Study of "Vorwärts" in the 1890s. **Central European History**. v. 10, n. 4, p. 286-311, dez.
- DORTIER, Jean-François (org.). 2010. **Dicionário de ciências humanas**. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- DRAPER, Hall; HABERKERN, E. 2005. **Karl Marx's Theory of Revolution**, v. 5: War & Revolution. Nova York: Monthly Review Press.
- DROZ, Jacques. 1973. **Historia de Alemania I**. La formación de la unidad alemana 1879/1871. Barcelona: Vicens-Vives.
- DUNCAN, David. 1911. **Life and Letters of Herbert Spencer**. Londres: Williams & Norgate.

- DUSEK, Val. 2006. **Philosophy of technology an introduction**. Garsington Road, Oxford: Blackwell Publishing
- EISNER, Kurt. 1906. **Wilhelm Liebknecht Sein Leben und Wirke**: unter Benutzung ungedruckter Briefe und Aufzeichnungen. Berlin: Vorwärts.
- ELAM, Charles. 1878. Haeckel and Virchow. **Contemporary Review**, Londres, ano 13, p. 540-569.
- ELEY, Geoff. 2014. Liberalism, Europe and the Bourgeoisie. *In*: BLACKBOURN, David; EVANS, Richard (ed.). **The German bourgeoisie**: essays on the social history of the German middle class from the late eighteen to the twentieth century. Padstow, Cornwall: T J Press, p 293-317.
- ELIAS, Norbert. 1994. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar.
- ELIAS, Norbert. 1997. **Os alemães**: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIS, Heather; KIRCHBERGER, Ulrike (org.). 2014. **Anglo-German Scholarly Networks in the Long Nineteenth Century**. Leiden: Brill Nijhoff.
- ENGELS, Friedrich. 1967. Carta de Engels para Conrad Schmidt. 27 Oktober 1890. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW)**. v. 37. Berlin: Dietz. p. 488-498.
- ENGELS, Friedrich. 1973a. Das Begräbnis von Karl Marx. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW)**. v. 19. Berlin: Dietz. p. 335-339.
- ENGELS, Friedrich. 1973b. Von der Autorität. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW)**. v. 18. Berlin: Dietz Verlag.
- ENGELS, Friedrich. 1975a. Herrn Eugen Dührings Umwälzung der Wissenschaft. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW)**. v. 20. Berlin: Dietz Verlag.
- ENGELS, Friedrich. 1975b. Dialektik der Natur. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW)**. v. 20. Berlin: Dietz Verlag.
- ENGELS, Friedrich. 1978. Carta de Engels para Karl Marx em 11 ou 12 de dezembro de 1859. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW)**. v. 29. Berlin: Dietz Verlag. p. 524.
- ENGELS, Friedrich. 1979. Carta de Engels para Adolph Sorge. 27 Oktober 1890. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW)**. v. 38. Berlin: Dietz Verlag. p. 183.
- ENGELS, Friedrich. 1981. Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx und Engels Werke (MEW)**. v. 1. Berlin: Dietz Verlag. p. 499-524.

- ENGELS, Friedrich. 2010. Carta de Engels para Friedrich Albert Lange em 29 de Março de 1865. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx and Engels Collected Works (MECW)**, vol. 42. Letters 1864-1868. Londres: Lawrence & Wishart, Electric Book. p. 135-138.
- ENGELS, Friedrich. 2012. Carta de Engels para August Bebel em maio de 1891. *In*: MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, p.71-76.
- ENGELS, Friedrich. 2015. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo.
- ENGELS, Friedrich. 2019. A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo: Boitempo.
- ERIKSEN, T. Hylland; NIELSEN, Finn S. 2001. **A History of Anthropology**. Londres: Pluto Press.
- EVANS, Richard J. 1976. Women and Socialism in Imperial Germany: The Sources and Their Problems. **International Labor and Working-Class History**, n. 9, p. 16-19, maio.
- EVANS, Richard J. 1980. German Social Democracy and Women's Suffrage 1891-1918. **Journal of Contemporary History**, v. 15, n. 3, p. 533-55, jul.
- EVANS, Richard J. 1987. **Death in Hamburg: Society and Politics in the Cholera Years 1830-1810**. Oxford: Clarendon Press.
- EXEMPLAR da 1ª edição de “A Origem das Espécies” supera US\$ 50 mil em leilão. 2009. **G1**, 30 abr. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,MUL1104892-7084,00-EXEMPLAR+DA+EDICAO+DE+A+ORIGEM+DAS+ESPECIES+SUPERA+US+MIL+EM+LEILAO.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- FAUSTO, Ruy. 1987. **Marx: Lógica e Política**. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética, tomo I. São Paulo: Brasiliense.
- FAUSTO, Ruy. 2002. Apresentação marxista da história: modelos. *In*: _____. **Marx: Lógica e Política** tomo III. São Paulo: Editora 34. p. 140-152.
- FEENBERG, Andrew. 1999. **Questioning Technology**. Londres: Routledge.
- FERNANDES, Florestan. 1959. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FERRARO, Joseph. 1989. Engels as an Ontological Materialist. **Studies in Soviet Thought**, v. 37, n. 2, p. 133-150, fev. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010040>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- FERRI, Enrico. 1909. **Socialism and Positive Science**. Londres: Independent Labour Party.

- FEUCHTWANGER, E. J. 2001. **Imperial Germany, 1850-1918**. Londres; Nova York: Routledge.
- FLETCHER, Roger. 1988. Revisionism and Wilhelmine Imperialism. **Journal of Contemporary History**, v. 23, n. 3, p. 347-366, Jul.
- FOSTER, John Bellamy. 2008. Marx's Grundrisse and the ecological contradictions of capitalism. *In*: MUSTO, Marcello (Ed.). **Karl Marx's Grundrisse**. Foundations of the critique of political economy 150 years later. Nova York: Routledge. p. 93-107.
- FOUCAULT, Michel. 2005. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.
- FRAGELLI, Isabel Coelho. 2014. **Natureza, História, Poesia. A exposição simbólica da Bildung**. São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FREUD, Sigmund. 1927. Die Zukunft einer Illusion. **Internationaler Psychoanalytischer Verlag**, Wien.
- FUENTES, Agustín. 2012. **Race, Monogamy, and Other Lies They Told You**. Los Angeles: University of California Press.
- FUENTES, Agustín. 2021. On the Races of Man: Race, Racism, Science, and Hope. *In*: DESILVA, Jeremy M. (Ed.). **A most Interesting Problem**. What Darwin's descent of man got right and wrong about human evolution. Princeton: Princeton University Press. p. 144-161.
- GASMAN, Daniel. 1998. **Haeckel's Monism and the Birth of Fascist Ideology**. Nova York: Peter Lang.
- GAY, Peter. 1979. **The Dilemma of Democratic Socialism**. Eduard Bernstein Challenge to Marx. Nova York: Octagon Books.
- GEARY, Dick. 2014. The industrial bourgeoisie and labor relations. *In*: BLACKBOURN, David; EVANS, Richard J. (Ed.). **The German Bourgeoisie**. Nova York: Routledge. p. 140-161.
- GENTILI, Danilo. 2012. **Italian Theory. Dall'operaismo all biopolitica**. Bologna: il Mulino.
- GESCHICHTE der deutschen Sozialdemokratie. 2021. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Arbeiterbew.jpg>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- GIDDENS, Anthony. 1984. **The Constitution of Society**. Outline of a Theory of Structuration. Cambridge, UK: Polity Press.
- GILLETTE, Aaron. 2007. **Eugenics and the Nature-Nurture Debate in the Twentieth Century**. Nova York: Palgrave Macmillan

- GISSIS, Snait B. 2011. Introduction: Lamarckian Problematics in Historical Perspective. *In: _____*, JABLONKA, Eva (org.). **Transformations of Lamarckism: from subtle fluids to molecular biology**. Cambridge: MIT Press.
- GOETHE, Johan Wolfgang von. 1994. Os anos de Aprendizado de Wilhelm Meister. São Paulo: Editora Ensaio.
- GOLDBERG, Ann. 2012. Women and Men: 1760-1960. *In: SMITH, Helmut Walser* (ed.). **The Oxford Handbook of Modern German History**. Oxford; Nova York: Oxford University Press.
- GOODE, Patrick. 1983. **Selected Political Writings**. Frome, Somerset: The Macmillan Press Ltd.
- GOULD, Stephen Jay. 1977. **Ontogeny and Phylogeny**. Cambridge: Harvard University Press.
- GOULD, Stephen Jay. 1992. Kropotkin was no crackpot. *In: _____*. **Bully for Brontosaurus: Reflections in Natural History**. Nova York: W.W. Norton & Company.
- GOULD, Stephen Jay. 1996. **The mismeasure of man**. Londres: W.W. Norton & Company.
- GOULD, Stephen Jay. 2011. **The Lying Stones of Marrakech Penultimate Reflections in Natural History**. Cambridge; Londres: The Belknap Press of Harvard University Press.
- GRAHAM, Loren R. 1977. Science and Values: The Eugenics Movement in Germany and Russia in the 1920s. **The American Historical Review**, v. 82, n. 5, p. 1133-1164, Dec.
- GRAHAM, Loren. 2016. **Lysenko's Ghost. Epigenetics and Russia**. Londres, England: Harvard University Press.
- GRAMSCI, Antonio. 1999. **Cadernos do Cárcere**, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 2001. **Cadernos do Cárcere**, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 2007. **Cadernos do Cárcere**, v. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GREAT chain of being. 2021. *In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia*. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/40/Arbeiterbew.jpg>. Acesso em: 15 jul. 2020.

- GREGORIO, Mario A. 2008. Under Darwin's Banner: Ernst Haeckel, Carl Gegenbaur and Evolutionary Morphology. *In*: ENGELS, Eve-Marie; GLICK, Thomas. **The Reception of Charles Darwin in Europe**. v. I. Nova York: Continuum. p. 79-97.
- GREGORY, Frederick. 1977b. **Scientific materialism in nineteenth century Germany**. Boston: D. Reidel Publishing Company.
- GREGORY, Frederick. 1997a. Scientific versus Dialectical Materialism: A Clash of Ideologies in Nineteenth-Century German Radicalism. *Isis*, v. 68, n. 2, p. 206-223, jun. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/230071>. Acesso em: 14 jun. 2014.
- GRESPLAN, Jorge. 1999. **O negativo do Capital**. São Paulo: Hucitec.
- GROH, Dieter. 1973. **Negative Integration und revolutionärer Attentismus**: Die deutsche Sozialdemokratie am Vorabend des Ersten Weltkrieges. Frankfurt: Ullstein.
- GRONOW, Jukka. 2016. **On the formation of Marxism. Karl Kautsky's Theory of Capitalism, the Marxism of the Second International and Karl Marx's Critique of Political Economy**. Leiden: Brill.
- GRUNDMANN, R; STEHR, N. 2012. **The Power of Scientific Knowledge**. From Research to Public Policy. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. 2008. **Evolucionismo no Brasil**: Ciência e educação nos museus 1870-1915. São Paulo: Editora Livraria da Física.
- GUÉRIN, Daniel. 1982. **Rosa Luxemburgo e a Espontaneidade Revolucionária**. São Paulo: Perspectiva.
- GUÉRIN, Daniel. 2001. Marx e a Social-democracia. *In*: SKIRDA, A. *et al.* **Os Anarquistas julgam Marx**. São Paulo: Imaginário. p. 49-56.
- GUSTAFSSON, Bo. 1972. **Marxismus und Revisionismus**. v. 2. Frankfurt: Europäische Verlagsanstalt.
- GUTTING, Gary. 2006. **A Cambridge Companion to Foucault**. Nova York: Cambridge University Press.
- HADOT, Pierre. 1995. **Philosophy as a Way of Life**. Spiritual Exercises from Socrates to Foucault. Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- HAECKEL, Ernst. 1866. **Generelle Morphologie des Organismen**: Allgemeine Grundzüge der organischen Formen-Wissenschaft, mechanisch begründet durch die von Charles Darwin reformierte Deszendenz-Theorie. 2. vols. Berlin: Georg Reimer.
- HAECKEL, Ernst. 1868. **Natürliche Schöpfungsgeschichte**. Gemeinverständliche wissenschaftliche Vorträge über die Entwicklungslehre im Allgemeinen und diejenige von Darwin, Goethe und Lamarck im Besonderen, über die Anwendung

derselben auf den Ursprung des Menschen und andere damit zusammenhängende Grundfragen der Naturwissenschaft. Berlin: Georg Reimer.

HAECKEL, Ernst. 1878. **Freie Wissenschaft und freie Lehre**. Stuttgart: E, Schweizerbart'sche Verlagshandlung.

HAECKEL, Ernst. 1899. **Kunstformen der Natur**. Fünfzig Illustrationstafeln mit beschreibendem Text. Leipzig; Viena: Verlag des Bibliographischen Instituts.

HAECKEL, Ernst. 1900. **Kunstformen der Natur**. Fünfzig Illustrationstafeln mit beschreibendem Text. Leipzig; Viena: Verlag des Bibliographischen Instituts.

HAECKEL, Ernst. 1906. **Kunstformen der Natur**. Fünfzig Illustrationstafeln mit beschreibendem Text. Leipzig; Viena: Verlag des Bibliographischen Instituts.

HAECKEL, Ernst. 1919. Darwin as an Anthropologist. *In: _____ et al. Charles Darwin: Evolution in Modern Thought*. Nova York: Boni and Liveright, Inc. Publishers.

HAECKEL, Ernst. 1979. **Freedom in Science and Teaching**. Nova York: Appleton.

HAENISCH, Konrad. 1900. Was lesen die Arbeiter? **Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens**, Bonn, v. 18, 2.Vol., n. 49, p. 691-696.

HALDANE, John B. S. 1940. Preface to Engels's Dialectics of Nature. *In: ENGELS, Friedrich. Dialectics of nature*. Nova York: International Publishers. p. vii-xvi
Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1883/don/preface.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

HALL, Alex. 1976. The War of Words: Anti-Socialist Offensives and Counter-Propaganda in Wilhelmine Germany 1890-1914. **Journal of Contemporary History**, v. 11, n. 2/3, Special Issue: Conflict and Compromise: Socialists and Socialism in the Twentieth Century, p. 11-42, jul. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/260248>. Acesso em: 12 jun. 2019.

HALLIDAY, R. J. 1971. Social Darwinism: A definition. **Victorian Studies**, v. 14, n. 4, p. 389-405, jun.

HAWKINS, Mike. 1997. **Social Darwinism in European and American thought, 1860-1945**. Nature as a model and nature as a threat. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

HEGEL, G.W.F. 1986. **Phänomenologie des Geistes**. Werke 3. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

HEINRICH, Michael. 2003. **Die Wissenschaft vom Wert**. Münster: Westfälisches Dampfboot.

HEINRICH, Michael. 2004. **Kritik der politischen Ökonomie**. Eine Einführung. Stuttgart: Schmetterling Verlag GMB II.

- HELLMAN, Hal. 1999. **Grandes Debates da Ciência**. Dez das maiores contendas de todos os tempos. São Paulo: Editora Unesp.
- HELMHOLTZ, Hermann von. 1896. **Über das Verhältniss der Naturwissenschaften zur Gesamtheit der Wissenschaft**, Vorträge und Reden, vol. I. 4. ed. Braunschweig: Vieweg.
- HEMPEL, Carl G. 1965. **Aspects of Scientific Explanation**. Nova York: The Free Press.
- HOBBS, Thomas. 2002. **Do Cidadão**. São Paulo: Martins Fontes.
- HOBBSBORN, Eric. 1984. **História do marxismo III: O marxismo na época da segunda internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HODGSON, Geoffrey M. 2004. Social Darwinism in Anglophone Academic Journals: A Contribution to the History of the Term. **Journal of Historical Sociology**, v. 17 n. 4, p. 428-463, Dec.
- HOPWOOD, Nick. 1996. Producing a Socialist Popular Science in the Weimar Republic. **History Workshop Journal**, n. 41, p. 117-153, (Spring).
- HOPWOOD, Nick. 2006. Pictures of Evolution and Charges of Fraud: Ernst Haeckel's Embryological Illustrations. **Isis**, v. 97, p. 260-301.
- HOSSFELD, Uwe; OLSON, Lennart. 2002. From the Modern Synthesis to Lysenkoism, and Back? **Science**, New Series, v. 297, n. 5578 (Jul. 5), p. 55-56.
- HULL, David. 1975. **Filosofia da Ciência Biológica**. Rio de Janeiro: Zahar.
- HULL, David. 1988 Darwinism and Historiography. In: GLICK, Thomas F. **The comparative reception of darwinism**. Chicago: University of Chicago Press. p. 388-402.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. 1966. *Ideen zu einem Versuch, die Grenzen der Wirksamkeit des Staates zu bestimmen*. (1792) In: Humboldt-Werke. Vol. I. Ed. A. Flitner/K. Giel, Darmstadt.
- HUNT, Tristram. 2010. **Comunista de Casaca: A vida revolucionária de Friedrich Engels**. Rio de Janeiro: Record.
- HUSSAIN, Athar; TRIBE, Keith. 1981. **Marxism and the Agrarian Question**. v. 1. German Social Democracy and the peasantry 1890-1907. Londres: The Macmillan Press.
- HUXLEY, Thomas H. 1863. **Professor Huxley's Lectures to Working Men**. On our Knowledge of the Causes of the Phenomena of Organic Nature being Six Lectures to Working Men, delivered at the Museum of Practical Geology. Londres: Robert Hardwicke, 1863.

- JACOB, Wolfgang. 1967. Der Naturbegriff bei Rudolf Virchow und seine Folgen. **Sudhoffs Archiv**, v. 51, n. 2, p. 145-164.
- JACOBSEN, Eric Paul. **From Cosmology to ecology**. The monist World-view in Germany from 1770-1930. Bern: Peter Lang AG.
- JOHN, Michael. 1993. Between estate and profession: lawyers and the development of the legal profession in nineteenth-century Germany. *In*: BLACKBOURN, David; EVANS, Richard (ed.). **The German bourgeoisie**: essays on the social history of the German middle class from the late eighteen to the twentieth century. Padstow, Cornwall: T J Press. p 162-198.
- JONES, Gareth S. 1983. Retrato de Engels. *In*: HOBBSAWM, Eric. J. *et al.* **História do Marxismo** v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JONES, Gareth S.; CLAEYS, Gregory (ed.). 2011. **The Cambridge History of Nineteenth-century political thought**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- JORDANOVA, L. J. 1984. **Lamarck**. Oxford: Oxford University Press.
- KAISERREICH (1871-1918). 2021. *In*: Deutscher Bundestag. [Berlim: Deutscher Bundestag Verfassungsorgan der Bundesrepublik Deutschland]. Disponível em: <https://www.bundestag.de/parlament/geschichte/parlamentarismus/kaiserreich/> Acesso em: 22 abr. 2021.
- KAMPFFMEIER, Paul. 1919. **Arbeiterbewegung und Sozialdemokratie**. Berlim: Ullstein.
- KANGAL, Kaan. 2020. **Friedrich Engels and the Dialectics of Nature**. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- KANT, Immanuel. 1985. O que significa orientar-se pelo pensamento? *In*: _____. **Textos Seletos**. Petrópolis: Vozes.
- KASTNER, Dieter. 2004. **Kinderarbeit im Rheinland**. Entstehung und Wirkung des ersten preußischen Gesetzes gegen die Arbeit von Kindern in Fabriken von 1839. Köln: SH-Verlag.
- KAUTSKY, Karl. 1879. **Der Einfluss der Volksvermehrung auf den Fortschritt der Gesellschaft**. Viena: Verlag von Bloch und Hasbach.
- KAUTSKY, Karl. 1879. Noch ein Wort contra Malthus. **Der Sozialist**, v. 38, n. 3, 11 maio.
- KAUTSKY, Karl. 1880. Der Darwinismus und die revolution. **Sozialdemokrat** 14, 16 (4, 18 Abril 1880)
- KAUTSKY, Karl. 1895. Darwinismus und Sozialismus. **Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens**, Stuttgart, 13, 1 (1894-5), p. 709-716.

- KAUTSKY, Karl. 1899. **Bernstein und das sozialdemokratische Programm.** Eine Antikritik. Stuttgart.
- KAUTSKY, Karl. 1899. **Das Erfurter Programm in seinem grundsätzlichen Teil.** 3a. ed. Stuttgart: J.H.W. Dietz.
- KAUTSKY, Karl. 1902. **Die Agrarfrage:** Eine Uebersicht über die Tendenzen der modernen Landwirtschaft und die Agrarpolitik der Sozialdemokratie. Stuttgart: J.H.W. Dietz. Nach.
- KAUTSKY, Karl. 1910. **Ermehrung und Entwicklung in Natur und Gesellschaft.** Stuttgart: J.H.W. Dietz.
- KAUTSKY, Karl. 1910. **Ethik und materialistische geschichtsauffassung.** Stuttgart: J.H.W. Dietz.
- KAUTSKY, Karl. 1910b. **Vermehrung und Entwicklung in Natur und Gesellschaft.** Stuttgart: J. H. W. Dietz.
- KAUTSKY, Karl. 1911. **Die soziale Revolution.** Berlin: Vorwärts.
- KAUTSKY, Karl. 1979a. **A ditadura do proletariado.** São Paulo: Ciências Humanas.
- KAUTSKY, Karl. 1979b. **O caminho do poder.** São Paulo: Hucitec.
- KAUTSKY, Karl. 1986. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural.
- KEITH, Ansell-Pearson. 2002. **Nietzsche and modern German thought.** Londres; New York: Routledge.
- KELLY, Alfred. 1981. **Descent of Darwin:** The Popularization of Darwinism in Germany 1860-1914. Chapel Hill: The University of Carolina Press.
- KILLGROVE, Kristina. 2021. A century of Civilization, Intelligence, and (White) Nationalism. *In:* DESILVA, Jeremy M. (Ed.). **A most Interesting Problem:** What Darwin's descent of man got right and wrong about human evolution. Princeton, N.J.: Princeton University Press. p. 103-124.
- KIRCZ, Joos. 1998. Engels and Natural Science: A Starting Point. **Science & Society**, v. 62, n. 1, p. 62-78, primavera. Friedrich Engels: A Critical Centenary Appreciation.
- KITCHEN, Martin. 2013. **História da Alemanha Moderna de 1800 aos dias de hoje.** São Paulo: Cultrix.
- KLEINGELD, Pauline. 2011. Kant, história e a ideia de desenvolvimento moral. **Cadernos de Filosofia Alemã**, n. 18, p. 105-132.
- KOCKA, Jürgen Heinz. 1990. **Arbeitsverhältnisse und Arbeiterexistenzen.** Grundlagen der Klassenbildung im 19. Jahrhundert. Bonn: Dietz.

- KOPPENBERG, James T. 1986. **Uncertain Victory**. Social Democracy and Progressivism in European and American Thought, 1870-1920. Nova York: Oxford University Press.
- KOSELLECK, Reinhart. 2003. Formen der Bürgerlichkeit: Reinhart Koselleck im Gespräch mit Manfred Hettling und Bernd Ulrich. **Mittelweg 36, Zeitschrift des Hamburger Instituts für Sozialforschung**, ano 12, p. 63-82.
- KOSELLECK, Reinhart. 2006. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio.
- KRÄMER, Reinhard. 2002. Die Mainzer Jahre des Anarchisten Rudolf Rocker. **Mainzer Zeitschrift**, Mainz, n. 96/97, p. 315-323.
- KREBS, Gilbert. 2018. Universités, professeurs et étudiants en Allemagne dans la première moitié du XIXe siècle. Aspects du Vormärz. In: _____ (ed.). **Société et Politique en Allemagne dans la première moitié du XIXe siècle**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.
- KREMENTSON, Nikolai. 2011. **A Martian Stranded on Earth**: Alexander Bogdanov, Blood Transfusions, and Proletarian Science. Chicago: University of Chicago Press.
- KROPOTKIN, Peter. 1902. **Mutual Aid**. A Factor in Evolution. Londres: McClure, Philips & Company
- KUHN, Thomas S. 1962. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva.
- KUPER, Adam. 1999. **Culture**: The Anthropologists' account. Cambridge, MA; Londres: Harvard University Press.
- LABRIOLA, Antonio. 1897. Marxismo, Darwinismo, ecc. (Risposta di A. Labriola a Turati). **Critica Sociale**, v. 12, p. 188-191.
- LABRIOLA, Antonio. 1969. **Socialismo y Filosofía**. Madrid: Alianza Editorial.
- LAMBERTI, Marjorie. 1989. **State, Society and the Elementary School in Imperial Germany**. Nova York: Oxford University Press.
- LANGE, Albert. 1865. **Die Arbeiterfrage in ihrer Bedeutung für Gegenwart und Zukunft**. Duisburg: W. Falk & Volmer.
- LARSON, Edward J. 2004. **Evolution**. The Remarkable History of a Scientific Theory. Nova York: Modern Library. Edição digital.
- LASSALLE, Ferdinand. 1893. **Reden und Schriften**. v. II. Berlim: Verlag der Expedition des "Vorwärts".
- LASSALLE, Ferdinand. 1919. Offenes Antwortschreiben. An das Zentralkomitee zur Berufung eines Allgemeinen Deutschen Arbeiterkongresses zu Leipzig. 1 mar

1863. *In*: BERNSTEIN, Eduard (org.). **Abgedruckt in Ferdinand Lassalle: Gesammelte Reden und Schriften**. v. 3. Berlin: Paul Cassirer. p. 41-107. Disponível em: <http://www.marxists.org/deutsch/referenz/lassalle/1863/03/antwortschreiben.htm>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- LASSALLE, Ferdinand. 1927. **Speeches of Ferdinand Lassalle with a biographical sketch**. Nova York: International Publishers.
- LAVELLE, Ashley. 2016. **The Death of Social Democracy**. Political Consequences in the 21st Century. Londres: Taylor and Francis.
- LEAKEY, Richard. 1997. **A Origem da Espécie Humana**. Rio de Janeiro: Rocco.
- LECOURT, Dominique. 1983. “**Marx au crible de Darwin**”, in *De Darwin au Darwinisme: Science et Idéologie*, Congrès International Pour le Centenaire de la Mort de Darwin, Paris-Chantilly, 13-16 Septembre 1982. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- LEE, Stephen J. 1999. **Imperial Germany 1871-1918**. Questions and Analysis in History. Londres; Nova York: Routledge.
- LEFEBVRE, Jean-Pierre. 1973. Introdução a la edición francesa. *In*: _____. **Cartas sobre as ciências da natureza e as matemáticas**. Barcelona: Anagrama.
- LEHMANN, Sibylle H. 2010. The German Elections in the 1870s: Why Germany Turned from Liberalism to Protectionism. **The Journal of Economic History**, v. 70, n. 1, p. 146-178, mar.
- LEHNERT, Detlef. 1977. **Reform und Revolution in den Strategiediskussionen der klassischen Sozialdemokratie: zur Geschichte d. dt. Arbeiterbewegung von den Ursprüngen bis zum Ausbruch d. 1. Weltkriegs**. Bonn; Bad Godesberg: Verlag Neue Gesellschaft.
- LEMKE, Thomas. 2018. **Biopolítica: críticas, debates, perspectivas**. São Paulo: Politeia.
- LENOIR, Timothy. 1983. **The Strategy of Life: Teleology and Mechanics in Nineteenth Century German Biology**. Londres: D. Reidel Publishing Company.
- LEVINE, Phillippa. 2017. **Eugenics: A very short introduction**. Nova York, NY. Oxford University Press.
- LEVINS, Richard; LEWONTIN, Richard. 2009. **The Dialectical Biologist**. Nova Deli: Aakar.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 2008. História e Etnologia. *In*: **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, p. 13-40.

- LEWONTIN, Richard C. 1995. **Biology as Ideology**. The doctrine of DNA. Ontario: Anansi.
- LEWONTIN, Richard C.; LEVINS, Richard. 2007. **Biology under Influence**. Dialectical essays on ecology, agriculture, and health. Nova York, NY: Monthly Review Press.
- LIDTKE, Vernon L. 1966. **The Outlawed Party**: Social Democracy in Germany, 1878-1890. Princeton: Princeton University Press.
- LIDTKE, Vernon L. 1985. **The alternative culture**: socialist labor in Imperial Germany. Nova York: Oxford University Press.
- LIDTKE, Vernon. 1964. German Social Democracy and German State Socialism, 1876-1884. **International Review of Social History**, v. 9, n. 2, p. 202-225.
- LIDTKE, Vernon. 2011. German socialism and social democracy 1860–1900. In: JONES, Gareth S.; CLAEYS, Gregory (ed.). **The Cambridge History of Nineteenth-century political thought**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. p. 780-810.
- LIDTKE, Vernon; GINSBURG, Hans Jakob. 1979. Lieder der deutschen Arbeiterbewegung, 1864-1914. **Geschichte und Gesellschaft**, ano 5, n. 1, Arbeiterkultur im 19. Jahrhundert, p. 54-82.
- LIEBKNECHT, Wilhelm. 1887. **Ein Blick in die Neue Welt**. Stuttgart: J.H. Dietz Verlag.
- LIEBKNECHT, Wilhelm. 1893. **Über die politische Stellung der Sozialdemokratie, insbesondere mit Bezug auf den Reichstag**: ein Vortrag gehalten in der öffentlichen Versammlung des Demokratischen Arbeitervereins zu Berlin am 31. mai 1869. Berlin: Berliner volksblatt, Verlag der Expedition des Vorwärts.
- LIEBKNECHT, Wilhelm. 1901. **Souvenirs d'exil en Suisse (Anno 1849)**. Souvenirs de Jeunesse - Premier Discours quand j'étais maître d'école. Paris: Librairie Georges Bellais.
- LIEBKNECHT, Wilhelm. 1904. **Wissen ist Macht, Macht ist Wissen**. Festrede gehalten zum Stiftungsfest des Dresdner Bildungs-Vereins am 5. Februar 1872. Berlin: Verlag der Expedition des 'Vorwärts' - Berliner Volksblatt.
- LIEBKNECHT, Wilhelm. 1944. **Reminiscences of Karl Marx**. Bombay: People's Publishing House.
- LIGHTMAN, Bernard. 2010. Darwin and the Popularization of Evolution. **Notes and Records of the Royal Society of London**, v. 64, n. 1, p. 5-24, 20 mar. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40647330>. Acesso em: 14 jun. 2019.

- LINDEN, Harry van der. 1988. **Kantian Ethics and Socialism**. Indianápolis: Hackett Publishing Company.
- LONDON, Jack. 1908. **The Iron Heel**. Londres: McMillan and Co., Ltd.
- LÖTSCH, Bernd. 1998. Gibt es Kunstformen der Natur? Radiolarien - Haeckels biologische Ästhetik und ihre Überschreitung. *In*: AESCHT, E., AUBRECHT, G. KRAUSSE, E. (org.). **Welträtsel und Lebenswunder**. Linz: Kataloge des Österreichischen Landesmuseum, Stampfia 56. p. 339-374.
- LOVEJOY, Arthur O. 2005. **The Great Chain of Being**. Nova York: Harper Torchbook.
- LÖWY, Michael. 2002. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis: Vozes.
- LÖWY, Michael. 2011. Notes critiques sur la Critique du programme de Gotha. Un hommage à Sonia Dayan-Herzbrun, historienne du mouvement ouvrier. **Tumultes**, v. 37, p. 39-48, Oct.
- LUKÁCS, GEORG. 1959. **El asalto a la razón**. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. México, DF: Fondo de Cultura Económica.
- LUKÁCS, Georg. 1981. **The destruction of reason**. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press.
- LUKÁCS, Georg. 2003. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes.
- LUKÁCS, Georg. 2012. **Para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo.
- LUXEMBURG, Rosa. 1925. **Letters 1896-1918**. Nova York: Robert M. McBride & Company.
- LUXEMBURG, Rosa. 1951. **Ausgewählte Reden und Schriften, II**. Berlim: Dietz.
- LUXEMBURG, Rosa. 1979. Die Theorie und die Praxis. *In*: _____. **Gesammelte Werke v. 2**. Berlim: Dietz.
- LUXEMBURG, Rosa. 1982 [1899]. Sozialreform oder revolution? *In*: _____. **Gesammelte Werke**, v. 1. Berlim: Dietz. p. 369-445.
- LUXEMBURGO, Rosa. 1985. **A acumulação de capital**. São Paulo: Nova Cultural.
- LUXEMBURGO, Rosa. 2011a. Escola Sindical e Escola Partidária. *In*: LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo**. Textos escolhidos. Volume I (1899-1914). São Paulo: Edunesp.
- LUXEMBURGO, Rosa. 2011b. Reforma social ou revolução? (Com um anexo: milícia e militarismo). *In*: LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo**. Textos escolhidos. Volume I (1899-1914). São Paulo: Edunesp.
- MAINGUENEAU, Dominique. 2015. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola.

- MALTHUS, Thomas R. 1966. **First Essay on Population 1798**. Londres: Palgrave Macmillan.
- MARCUSE, Herbert. 2004. **Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social**. São Paulo: Paz e Terra.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. 1995. Dos concepciones de la vida. *In: _____*. **Textos Básicos**. Selección, prólogo y notas introductorias de Aníbal Quijano. México, DF: Fondo de Cultura Económica. p. 5-8.
- MARSHALL, Alfred. 1890. **Principles of Economics**. v. I. Nova York: Macmillan and Co.
- MARSHALL, David L. 2010. **Vico and the Transformation of Rhetoric in Early Modern Europe**. Nova York: Cambridge University Press.
- MARTINS, José de Souza. 2010. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto. [edição eletrônica]
- MARX, Karl. 1922. Carta de Marx para Ferdinand Lassalle de 19 de dezembro de 1861. *In: MAYER, Gustav (org.)*. **Ferdinand Lassalle Briefen und Schriften**. v. 3, Der Briefwechsel zwischen Lassalle und Marx. Berlim: Verlagsbuchhandlung Julius Springer. p. 346.
- MARX, Karl. 1962. Lohn, Preis und Profit. *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich*. **Marx und Engels Werke (MEW)**. v. 16. Berlim: Dietz. p. 101-152.
- MARX, Karl. 1972. **The Ethnological Notebooks of Karl Marx** (Org. Lawrence Krader). Assen: Van Gorcum & Comp. N.V.
- MARX, Karl. 1974. Carta de Marx para Engels de 19 de dezembro de 1860. *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich*. **Werke**. v. 30. Berlim: Dietz. p. 130-131.
- MARX, Karl. 1982. Salário, Preço, Lucro. *In: _____*. **O capital**. Crítica da economia política; Salário, Preço, Lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural. p. 133-185.
- MARX, Karl. 1987. Kritik des Gothaer Programms. *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich*. **Marx und Engels Werke (MEW)**. v. 19. Berlim: Dietz. p. 13-32.
- MARX, Karl. 2011. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- MARX, Karl. 2012. Glosas Marginais ao Programa do Partido *In: _____*. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo. p. 23-48.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 1973. **Cartas sobre las ciencias de la naturaleza y las matemáticas**. Barcelona: Anagrama.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2007. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo.

- MASSING, Paul W. 1949. **Rehearsal for Destruction**. A Study of Political Anti-Semitism in Imperial Germany. Nova York: Harper & Brothers.
- MATTHIAS, Erich. 1988. Kautsky e o kautskismo. *In*: BERTELLI, Antonio R. (org.). **Karl Kautsky e o marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros. p. 33-76.
- MATTHIESEN, Michael. 1998. Richter, Eugen. *In*: KILLY, Walther; VIERHAUS, Rudolf (org.). **Deutsche Biographische Enzyklopädie**. Munique: K.G. Saur.
- MATTICK, Paul. 1988. Karl Kautsky. De Marx e Hitler. *In*: BERTELLI, Antonio R. (org.). **Karl Kautsky e o marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros. p. 13-32.
- MAYER, Gustav. 1979. **Friedrich Engels: una biografía**. México, DF: Fondo de Cultura Económica.
- MAYHEW, Robert J. 2014. **Malthus**. The Life and Legacies of an Untimely Prophet. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- MAYR, Ernst. 1982. **The Growth of Biological Thought**. Diversity, Evolution and Inheritance. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- MCLELLAN, David. 1998. **Marxism after Marx: an introduction**. Nova York: Harper & Row.
- MEHRING, Franz. 1913. **Geschichte der deutschen Sozialdemokratie**. 5 vols. Stuttgart: J.H.W. Dietz.
- MEHRING, Franz. 2013. **Histoire de la social-démocratie allemande (1863-1891)**. Pantin: Les Bons caractères. [edição eletrônica]
- MEHRING, Franz. 2014. **Karl Marx: A história de sua vida**. São Paulo: Sunderman.
- MELROSE, Jamie. 2015. Das Aufrechterhaltene Scheinradikale Alibi: The Golden Age of Social Democratic Marxism Reconsidered. **WorkingUSA: The Journal of Labor and Society**, v. 18, p. 291-305, jun.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. 2006. **As Aventuras da Dialética**. São Paulo: Martins Fontes.
- MERTON, Robert. 1965. **On the Shoulders of Giants: A Shandean Postscript**. Nova York: The Free Press.
- MEYER, Axel. 2009. Charles Darwin's Reception in Germany and What Followed. **Plos Biology**, v. 7, n. 7, jul.
- MICHELS, Robert. 1982. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- MIEVILLE, China; BOULD, Mark. 2009. **Red Planets: Marxism and Science Fiction**. Middletown: Wesleyan University Press.

- MILLER, William L. 1982. Herbert Spencer's drift to conservatism. **History of Political Thought**, v. 3, n. 3, p. 483-497. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26212267>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- MISA, Thomas J. 2003. The Compelling Tangle of Modernity and Technology. *In*: MISA, Thomas J.; FEENBERG, Andrew; BERY, Phillip. **Modernity and Technology**. Cambridge, MA: The MIT Press.
- MISCH, Jürgen. 1975. **Die politische Philosophie Ludwig Woltmanns im Spannungsfeld von Kantianismus, Historischem Materialismus und Sozialdarwinismus**. Bonn: Bover.
- MONTGOMERY, William M. 1988 Germany. *In*: GLICK, Thomas (org.). **The Comparative Reception of Darwin**. Austin: University of Texas Press.
- MONZANI, L. R. 1990. A "fantasia" freudiana. *In*: PRADO Jr., Bento (org.). **Filosofia da psicanálise**. São Paulo: Brasiliense. p. 73-107.
- MORGAN, David W. 1979. The Father of Revisionism Revisited: Eduard Bernstein. **The Journal of Modern History**, v. 51, n. 3, p. 525-532, Sep.
- MORGAN, Lewis Henry. 2005. Prefácio de A Sociedade Antiga. Em: CASTRO, Celso (org.). 2005. **Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Zahar editora, p.21-30.
- MORGAN, Roger. 1965. **The German Social Democrats and the First International (1864-1872)**. Londres: Cambridge University Press.
- MOSES, Daniel Noah. 2009. **The Promise of Progress: The Life and Work of Lewis Henry Morgan**. Columbia: University of Missouri Press.
- MOTTIER, Veronique; GERODETTI, Natalia. 2007. Eugenics and social democracy: or, how the European left tried to eliminate the 'weeds' from its national gardens. **New Formations**, n. 60, p. 35.
- MUSTO, Marcello. 2020. **The Last Years of Karl Marx, 1881-1883: An Intellectual Biography**. Stanford, Ca: Stanfrod University Press.
- NACHKLÄNGE von der Maifeier. 1894. **Der Wahre Jakob: Illustrierte Zeitschrift für Satire, Humor und Unterhaltung**, Hamburgo, n. 204, p. 1. Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/wj1894/0092>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- NASCIMENTO, Milton M. 1989. **Opinião pública e revolução**. São Paulo: Edusp.
- NAUMAN, Zoe. 2017. The original fight club Blood-soaked knife fighters proudly show off their scars in incredible pics of a real life underground fighting gang from the early 1900s. **The Sun**, Londres, 20 abr. Disponível em: <https://www.thesun.co.uk/wp-content/uploads/2017/04/rb-composite-fight-club.jpg?w=660>. Acesso em: 12 jul. 2021.

- NAVE-HERZ, Rosemarie. 1994. **Die Geschichte der Frauenbewegung in Deutschland**. Opladen: Leske + Budrich.
- NEGT, Oscar. 1984. **Dialética e história**. Renovação e crise do marxismo. Porto Alegre: Movimento.
- NEGT, Oscar. 2004. Kritische Gesellschaftstheorie und emanzipatorische Gewerkschaftspolitik. *In*: BEERHORST, Joachim; Demirović; GUGGEMOS, Michael (org.). **Kritische Theorie im gesellschaftlichen Strukturwandel**. Frankfurt am Main: Edition Suhrkamp, p. 14-33.
- NEGT, Oscar. 2007. **L'espace public oppositionnel**. Paris: Payot.
- NEGT, Oskar. 1984a. O marxismo e a teoria da revolução no último Engels. *In*: HOBBSAWM, Eric (org.). **O marxismo na época da Segunda Internacional 1a. Parte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 125-200.
- NEGT, Oskar. 1984b. Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo. *In*: HOBBSAWM, Eric (org.). **O marxismo na época da Segunda Internacional, 2a. parte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 11-52.
- NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. 1993. **Public Sphere and Experience**. Toward and Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- NETTLAU, Max. 1983. **Geschichte der Anarchie. Anarchisten und Sozialrevolutionäre**. Die historische Entwicklung des Anarchismus in den Jahren 1880-1886. Vol. III. Bremen: Impuls.
- NETTLAU, Max. 2008. **História da Anarquia**. Das origens ao anarco-comunismo. Organizado por Frank Mintz. São Paulo: Hedra.
- NITSCHKE, Wilhelm. 1913. Wie und nach welcher Richtung entwickelt sich das Lesebedürfnis der Arbeiterschaft? **Sozialistische Monatshefte**, v. 19 n. 6. [Edição eletrônica]. Bonn: Electronic ed.: Bonn: FES Library, 2006, p. 364 - 370.
- NOLAN, Mary. 2003. **Social democracy and society: Working-class radicalism in Dusseldorf, 1890-1920**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.
- ODENSTEDT, Anders. 2008. Hegel and Gadamer on Bildung. **The Southern Journal of Philosophy**. vol. XLVI, p. 559-580.
- OLIVEIRA, Manoela Hoffmann. 2014. **A sociedade é inefável**. Sobre a individualidade do protagonista de Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister (1795/1796), de Goethe. Campinas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- OSPOVAT, Dov. 1995. **The Development of Darwin's Theory: Natural History, Natural Theology, and Natural Selection, 1838-1859.** Nova York: Cambridge University Press.
- ÖSTLING, Johan. 2018. **Humboldt and the modern German university.** An intellectual history. Lund: Lund University Press.
- OWENS-ADAIR, Bethenia Angelina. 1922. **Human sterilization. It's social and legislative aspects.** Portland: Metropolitan Press.
- PALEY, William. 1802. **Natural Theology, or Evidences of the Existence and Attributes of the Deity.** Collected from the Appearances of Nature. Philadelphia: John Morgan.
- PALMER, Robert R.; COLTON, Joel. 1995. **A history of the Modern World.** Nova York: McGraw Hill.
- PANNEKOEK, Anton. 1909. **Marxismus und Darwinismus.** Leipzig: Verlag der Leipziger Buchdruckerei A.G.
- PANNEKOEK, Anton. 1975. Situación y significación de la obra filosófica de Joseph Dietzgen. Em: DIETZGEN, Joseph. **La esencia del trabajo intelectual y otros escritos.** México, DF: Grijalbo, S.A.
- PARIS, Robert. 1978. El marxismo de Mariátegui. *In:* ARICÓ, José (org.). **Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano.** México DF: Pasado y Presente. p. 119-144.
- PARSONS, Talcott. 1949. **The Structure of social action: A study in social theory with special reference to a group of recent European writers.** Glencoe: The Free Press.
- PARVUS, Alexander. 1898a. Soziale Revolution und Sozialismus. **Sächsische Arbeiter-Zeitung, organ zur wahrung der interessen der Arbeiterklasse,** Dresden, 26 jan., p.1
- PARVUS, Alexander. 1898b. Umfall des Zentrums. Soziale Revolution und Sozialismus, p.2. **Sächsische Arbeiter-Zeitung, organ zur wahrung der interessen der Arbeiterklasse,** Dresden, 1º mar., p.1.
- PARVUS, Alexander. 1898c. Bernsteins Umwälzung des Sozialismus. Soziale Revolution und Sozialismus, p.3. **Sächsische Arbeiter-Zeitung, organ zur wahrung der interessen der Arbeiterklasse,** Dresden, 6 mar., p. 1.
- PATY, Michel. 1999. Ciência, aquele obscuro objeto de pensamento e uso. **Tempo Social: Revista de Sociologia,** São Paulo, v. 11, n. 1, p. 67-73, maio.

- PAUL, Diane B. 2003. Darwin, social Darwinism and eugenics. *In*: HODGE, Jonathan; RADICK, Gregory (org.). **The Cambridge Companion to Darwin**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. p. 214-239.
- PETERSON, Abby; REITER, Herbert. 2020. **The ritual of May Day in Western Europe: past, present and future**. Londres: Routledge.
- PETIT, I. 1963. La Social-démocratie allemande de 1884 à 1910. **Le Mouvement social**, v. 45, p. 101-110, Oct.- Dec.
- PËUS, Heinrich. 1899. Die Ergebnisse des Hannoverschen Parteitag. **Sozialistische Monatshefte**, n. 12, p. 597-623.
- PIMENTA, Pedro Paulo. 2019. **Darwin e a Seleção Natural**. Uma história filosófica. São Paulo: Edições 70; Discurso Editorial.
- PITTENGER, Mark. 1987. Science, culture and the new socialist intellectuals before world war I. **American Studies**, v. 28, n. 1, p. 73-91.
- POLANYI, Karl. 2000. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus.
- POLIAKOV, Léon. 1974. **The Aryan Myth: A history of racist and nationalistic ideas in Europe**. Londres: Chatto and Windus; Heinemann, for Sussex University Press.
- POPOV, Igor. 2018. **Orthogenesis versus Darwinism**. Cham: Springer International Publishing.
- POSTONE, Moishe. 1999. Contemporary Historical Transformations: Beyond Postindustrial and Neo-Marxist Theories. **Current Perspectives in Social Theory**, v. 19, p. 3-53.
- POSTONE, Moishe. 2006. History and Helplessness: Mass Mobilization and Contemporary Forms of Anticapitalism. **Public Culture**, v. 18, n. 1, p. 93-110, inverno.
- POSTONE, Moishe. 2014. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo.
- PRADO JR., Bento; PORCHAT PEREIRA, Oswaldo; FERRAZ JR., Tércio Sampaio. 1981. **A filosofia e a visão comum do mundo**. São Paulo: Brasiliense.
- PRADO, Eleutério. 2009. Dialética e Evolucionismo. *In*: _____. **Economia, Complexidade e Dialética**. São Paulo: Plêiade. p. 105-134.
- PROCACCI, Giuliano. 1988. Introdução a *A questão agrária* de Karl Kautsky. *In*: BERTELLI, Antonio R. (org.). **Karl Kautsky e o marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros. p. 77-156.
- PROGRAMA de Efurt. 2012. Em: MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, p. 92-96.

- PROTOKOLL über die Verhandlungen des Parteitage der Sozialdemokratischen Partei Deutschlands. Abgehalten zu Hannover vom 9. bis 14 Oktober 1899. 1899. Berlin; Bonn: J.H.W. Dietz Nachf. GmbH, 1980. Disponível em: <http://library.fes.de/parteitage/pdf/pt-jahr/pt-1899.pdf>. Acesso: 20 ago. 2020.
- QUATAERT, Jean H. 1979. **Reluctant Feminists in German Social Democracy, 1885-1917**. Princeton: Princeton Legacy Library.
- RAFFERTY, Catherine. 1990. Karl Kautsky – Between Darwin and Marx. **Australian Journal of Politics & History**, v. 36, n. 3, p. 377-387, dez.
- RAMOS, Flamarion Caldeira. 2007. O pessimismo e a questão social em Philipp Mainländer. **Cadernos de filosofia alemã**. no. 10 (jul-dez), p. 35-50
- REDONDO, Tércio Loureiro. 2008. **Woyzeck**: Análise e interpretação e tradução anotada. São Paulo. Manuscrito apresentado no Seminário das Quartas.
- REGAL, Brian. 2004. **Human Evolution**. A Guide to the Debates (Controversies in Science). Santa Bárbara: ABC-CLIO, Inc.
- REIS, Claudio Ricardo Martins dos. 2013. A argumentação darwiniana em A orig e m das espécies: de casos específicos a princípios gerais. **Filosofia e História da Biologia**, v. 8, n. 1, p. 39-59.
- RENAULT, Gregory. 1980. Science Fiction as Cognitive Estrangement: Darko Suvin and the Marxist Critique of Mass Culture. **Discourse**, v. 2, p. 113-141. Mass Culture Issue.
- RESTALLACK, James. 2008. **Imperial Germany 1871-1918**. Nova York: Oxford University Press.
- RICHARDS, Robert J. 2003a. **The tragic sense of life. Ernst Haeckel and the Struggle over Evolutionary Thought**. Chicago: University of Chicago Press.
- RICHARDS, Robert J. 2003b. Darwin on mind, moral and emotions. *In*: HODGE, Jonathan; RADICK, Gregory. **The Cambridge Companion to Darwin**. Nova York: Cambridge University Press.
- RICHARDS, Robert J. 2004. If This Be Heresy: Haeckel's Conversion to Darwinism. *In*: LUSTIG, Abigail; RICHARDS, ROBERT J.; RUSE, Michael (Ed.). **Darwin's Heresies**. Nova York: Cambridge University Press.
- RICHARDS, Robert J. 2009. Myth 19: That Darwin and Haeckel were Complicit in Nazi Biology. *In*: NUMBERS, Ronald L. (org.). **Galileo Goes to Jail and Other Myths about Science and Religion**. Cambridge: Harvard University Press. p. 170-178.

- RICHARDS, Robert J. 2013a. Darwin's Reception in Germany, 1860-1945. *In*: RUSE, Michael (org.). **The Darwin Encyclopedia**. Cambridge: Cambridge University Press. p. 235-242.
- RICHARDS, Robert J. 2013b. **Was Hitler a Darwinian?** Disputed Questions in the History of Evolutionary Theory. Chicago: University of Chicago Press.
- RICHARDSON, Michael K.; KEUCK, Gehard. 2002. Haeckel's ABC of evolution and development. **Biological Review**, v. 77, p. 495-528.
- RIDLEY, Mark. 1997. **Evolution**. Boston: Blackwell Scientific Publications.
- RINGER, Fritz K. 1969. **The German Mandarins: The German Academic Community, 1890-1933**. Cambridge: Harvard University Press.
- RINGER, Fritz K. 2000. **O Declínio dos Mandarins Alemães**. São Paulo: Edusp.
- RITTER, Gerhard A. 1978. Workers' Culture in Imperial Germany: Problems and Points of Departure for Research. **Journal of Contemporary History**, v. 13, n. 2, p. 165-189, Apr. Special Issue: Workers' Culture.
- ROBERTS, Andrew. 2014. **Napoleon: a life**. Nova York: Penguin Group.
- ROCKER, Rudolf. 1947. **La juventud de un rebelde**. Buenos Aires: Editorial Americalee.
- ROCKER, Rudolf. 1974. **Aus den Memoiren eines deutschen Anarchisten**. Frankfurt: Suhrkamp.
- ROGERS, James Allen. 1974. Russian Opposition to Darwinism in the Nineteenth Century. **Isis**, v. 65, n. 4, p. 487-505, dez. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/229337>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- ROGERS, Kendal H. 2015. **Before the revisionist controversy: Kautsky, Bernstein and the meaning of marxism 1895-1898**. Londres: Routledge.
- ROMERO, Sylvio. 1895. Doutrina contra Doutrina. O evolucionismo e positivismo no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & C.
- ROSE, Steven; LEWONTIN, Richard C.; KAMIN, Leon. 1990. **Not in your genes**. Londres: Penguin Books.
- ROTH, Gunther. 1963. **Social Democrats in Imperial Germany**. Totowa, NJ: The Bedminster Press.
- RUBEL, Maximilien. 1965. **Marx Life and Works**. Londres: Palgrave MacMillan.
- RUSE, Michael. 2006. **The Evolution-Creation Struggle**. Cambridge: Harvard University Press.
- RUSE, Michael. 2009a. A reappraisal of Ernst Haeckel. **The Lancet**, v. 373, p. 711-712, 28 fev.

- RUSE, Michael. 2009b. **Defining Darwin**: Essays on the History and Philosophy of Evolutionary Biology. Nova York: Prometheus Books. [livro eletrônico]
- SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. 2004. **Marx's Capital**. Londres: Pluto Press.
- SAAGE, Richard. 2012. **Zwischen Darwin und Marx**: Zur Rezeption der Evolutionstheorie in der deutschen und der Österreichischen Sozialdemokratie vor 1933/34. Köln/Wien: Böhlau.
- SAHLINS, Marshall. 2003. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- SALVADORI, Massimo. 1979. **Karl Kautsky and the Socialist Revolution 1880-1938**. Londres: Verso.
- SALVADORI, Massimo. 1982. Kautsky, entre ortodoxia e revisionismo. *In*: HOBSBAWM, Eric (org.). **História do marxismo**, v. 2. São Paulo: Paz e Terra. p. 313-335.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. 2015. Apontamentos sobre dialética e história em Friedrich Engels. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 20, ano X, out.
- SCHECTER, Darrow. 1994. **Radical theories**: paths beyond Marxism and social democracy. Manchester: Manchester University Press.
- SCHELLING, F. W. J. 2004. **First Outline of a System of the Philosophy of Nature**. Albany, NY: State University of New York Press.
- SCHERER, Herbert. 1974. Der allgemeine Rahmen der kulturpolitischen Auseinandersetzungen in den neunziger Jahren: Die Arbeiterbildungsbewegung. *In*: _____. **Bürgerlich-oppositionelle Literaten und sozialdemokratische Arbeiterbewegung nach 1890**. Stuttgart: J.B. Metzler.
- SCHLEGEL, Friedrich. 2018. Condorcet: Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain' (1795). *In*: _____. **Kritische Schriften**. Berlin; Boston: De Gruyter, Inc.
- SCHMIDT, Alfred. 1971. **The concept of Nature in Marx**. Londres: Western Printing Services Ltd.
- SCHMIDT, Jürgen. 2019. **August Bebel**: Social Democracy and the Founding of the Labour Movement. Londres: I. B. Tauris.
- SCHMIDT, Oscar. 1878. **Darwinismus Und Sozialdemocratie**: Ein Vortrag Gehalten Bei Der 51 Versammlung Deutscher Naturforscher Und Arzte In Kassel. Bonn: Emil Strauss.
- SCHORSKE, Carl. 1983. **German Social Democracy, 1905-1917**. The development of the Great Schism. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- SCHRÖDER, Wilhelm. 1910. **Socialdemokratische Partei Deutschlands**. Munique: G. Birk & Co, m.b.h.
- SCHWARCZ, Lilian M. 2003. O espetáculo da Miscigenação. *In*: GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **Evolucionismo no Brasil: Ciência e educação nos museus 1870-1915**. São Paulo: Editora Livraria da Física. p. 175-180.
- SCHWARZ, Hans. 1980. Darwinism between Kant and Haeckel. **Journal of the American Academy of Religion**, v. 48, n. 4, p. 581-602, dez. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1463447>. Acessado em: 14 jun. 2019
- SCOTT, Eugenie C. 2014. Creationism and Intelligent Design. *In*: LOSOS, Jonathan B.; BAUM, David A.; FUTUYMA, Douglas J.; HOPI, E.; HOEKSTRA, Richard E.; LENSKI, Allen J.; MOORE, Catherine L.; PEICHEL, Dolph Schluter; MICHAEL J., Whitloc (org.). **The Princeton Guide to Evolution**. Princeton: Princeton University Press.
- SEMMEEL, Bernard. 1858. Karl Pearson: Socialist and Darwinist. **The British Journal of Sociology**, Vol. 9, No. 2 (Jun.). Wiley on behalf of The London School of Economics and Political Science, p. 111-125.
- SERGE, Victor. 1979. **What everyone should know about repression**. Londres: New Park Publications Ltd. [edição eletrônica]
- SHAHEEN, Aaron. 2008. The Competing Narratives of Modernity in Jack London's "The Iron Heel". **American Literary Realism**, v. 41, n. 1, p. 35-51. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27747306>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- SHEEHAN, Helena. 1993. **Marxism and the Philosophy of Science: A Critical History**. New Jersey: Humanities Press International.
- SHEEHAN, James J. 1983. **German liberalism in the nineteenth century**. Chicago: University of Chicago Press.
- SHEEHAN, James J. 1990. **German History, 1770-1866**. Nova York: Oxford University Press.
- SHERMER, Michael. 2002. **In Darwin's Shadow: The Life and Science of Alfred Russel Wallace**. Nova York: Oxford University Press.
- SILVA, Franklin Leopoldo. 1999. A experiência universitária entre dois liberalismos. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 1-47, maio.
- SINGER, Peter. 2000. **A Darwinian Left: Politics, Evolution and Cooperation**. New Haven, CT: Yale University Press.
- SKIDMORE, Thomas. 1993. **Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought**. Durham, NC: Duke University Press.

- SLOTTEN, Ross A. 2004. **The Heretic in Darwin's Court: the life of Alfred Russel Wallace**. Nova York: Columbia University Press.
- SOREL, Georges. 1908. **La Décomposition du Marxisme**. Paris: Librairie des sciences Politiques & Sociales.
- SOREL, Georges. 1912. **Réflexions sur la violence**. Paris: Marcel Rivière et C.
- SOREL, Georges. 1921. **Matériaux d'une théorie du prolétariat**. Paris: Marcel Rivière et C.
- SOREL, Georges. 1992a. **El marxismo de Marx**. Madrid: Talasa Ediciones SL.
- SOREL, Georges. 1992b. **Reflexões sobre a Violência**. São Paulo: Martins Fontes.
- SOTIRON, Michael M. 1972. **The Non-revolutionary nature of the German social democratic Party from 1863-1890**. Burnaby: Simon Fraser University.
- SPENCER, Herbert. 1862. **First Principles of a New System of Philosophy**. Londres: Watts & Co.
- SPENCER, Herbert. 1937. **First Principles**. 6. ed. Londres: Watts & Co.
- STACK, David. 2003. **The first Darwinian Left**. Cheltenham, UK: New Clarion Press.
- STACK, George J. 1983. **Lange and Nietzsche**. Berlim: Walter de Gruyter.
- STEENSON, Gary P. 1978. **Karl Kautsky: Marxism in the Classical Years**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- STEENSON, Gary P. 1981. **"Not One Man! Not One Penny!" German Social Democracy 1863-1914**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. Disponível em: <https://digital.library.pitt.edu/islandora/object/pitt%3A31735057897393/viewer#page/10/mode/2up>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- STEGER, Manfred B. 1997. **The quest for evolutionary socialism: Eduard Bernstein and social democracy**. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press.
- STEINBERG, Hans-Joseph. 1976. Workers' Libraries in Germany before 1914. **Journal: History Workshop Journal**, v. 1, n. 1, p. 166-180.
- STEINBERG, Hans-Joseph. 1979. **Sozialismus und deutsche Sozialdemokratie: Zur Ideologie der Partei vor dem 1. Weltkrieg**. 5., erw. Aufl. Bonn: Dietz.
- STJERNØ, Steinar. 2009. **Solidarity in Europe: The History of an Idea**. Cambridge: Cambridge University Press.
- STOCKING JR., George W. 1987. **Victorian Anthropology**. Nova York: The Free Press.
- STOTE, Karen. 2019. Sterilization of Indigenous Women in Canada. **The Canadian Encyclopedia**, 17 abr. Disponível em:

<https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/sterilization-of-indigenous-women-in-canada>. Acesso em: 21 mar. 2020.

- STUART MILL, John. 1862. **A System of Logic, Ratiocinative and Inductive, Being a Connected View of the Principles of Evidence, and the Methods of Scientific Induction**. 5. ed. 2 v. Londres: Longmans, Green, and Co.
- TABAK, Mehmet. 2012. **Dialectics of Human Nature in Marx's Philosophy**. Nova York: Palgrave Macmillan.
- TANNER, Jakob. 2012. Eugenics before 1945. **Journal of Modern European History/Zeitschrift für moderne europäische Geschichte/Revue d'histoire européenne contemporaine**, v. 10, n. 4, p. 458-479.
- TAYLOR, Charles. 2014. **Hegel: Sistema, Método e Estrutura**. São Paulo: Realizações.
- TIBLE, Jean. 2027. **Marx Selvagem**. São Paulo: Autonomia Literária.
- TODES, Daniel P. 1987. Darwin's Malthusian Metaphor and Russian Evolutionary Thought, 1859-1917. **Isis**, v. 78, n. 4, dez., p. 537-551.
- TODES, Daniel P. 1989. **Darwin without Malthus: the struggle for existence in Russian evolutionary thought**. Nova York: Oxford University Press.
- TOLSTOY, Liév. 1978. **Tolstoy's Letters: Volume II, 1880-1910**, selected, edited, and translated by R.F. Christian. London: Athlone Press. p. 717.
- TORT, Patrick. 1996. **Spencer et l'évolutionnisme philosophique**. Paris: PUF. Edição digital epub.
- TOSEL, André. 1995. Formes de mouvement et dialectique dans la nature selon Engels. **Revue Philosophique de la France et de l'Étranger**, v. 185, n. 4, p. 433-462, out./dez.
- TRAGTENBERG, Maurício. 2004. **O saber e o poder**. Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Edunesp.
- TROMMLER, Frank. 1983. Working-Class Culture and Modern Mass Culture before World War I. **New German Critique**, v. 29, p. 57-70. The Origins of Mass Culture: The Case of Imperial Germany (1871-1918) (Spring - Summer).
- TUDOR, Henry; TUDOR, J. M. 1988. **Marxism and social democracy: the Revisionist Debate 1896-1898**. Nova York: Cambridge University Press.
- TURDA, Marius. 2010. **Modernism and eugenics**. Nova York, NY: Palgrave Macmillan.
- TYLOR, Edward Burnett. 1871. **Primitive Culture: Research into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom**. v. 1. Londres: John Murray.

- VAN DER WILL, Willfried; BURNS, Rob. 1982. **Arbeiterkulturbewegung in der Weimarer Republik**. Eine historisch-theoretische Analyse der kulturellen Bestrebungen der sozialdemokratisch organisierten Arbeiterschaft. Frankfurt am Main: Ullstein.
- VERRIÈRE, Jacques. 1991. **As políticas de população**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- VICKERS, Brian. 1992. Francis Bacon and the Progress of Knowledge. **Journal of the History of Ideas**, v. 53, n. 3, p. 495-518, Jul.-Sep.
- VICO, Giambattista. 1948. *The New Science*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- VIRCHOW, Rudolf. 1877. **Die Freiheit der Wissenschaft im modernen Staats**. Rede. Berlin: Verlag von Wiegandt, Hempel & Parey.
- VIRCHOW, Rudolf. 1879. **The freedom of science in the modern state**: a discourse delivered at the third general meeting of the fiftieth conference of the German Association of Naturalists and Physicians at Munich, on the 22nd of September, 1877. Londres: J. Murray.
- VOGT, Karl. 1863. **Vorlesungen über den Menschen, seine Stellung in der Schöpfung und in der Geschichte der Erde**. Geißen: J. Ricker.
- VOGT, Karl. 1874. **Physiologische Briefe für Gebildete aller Stände**. Geißen: J. Ricker.
- VOLLMAR, Georg von. 1891. **Ueber die nächsten Aufgaben der deutschen Sozialdemokratie**. Zwei Reden, gehalten am 1. Juni und 6. Juli 1891 zu im "Eldorado" München. Munique: M. Ernst.
- WALLACE, Albert R. 1864. The origin of human races and the antiquity of man deduced from the theory of "Natural Selection". **Journal of the Anthropological Society of London**, v. 2, p. clviii-clxx.
- WALLACE, Albert R. 1875. **On Miracles and Modern Spiritualism**: Three Essays. Londres: John Burns.
- WEIKART, Richard. 1998. **Socialist Darwinism**: Evolution in German Socialist Thought from Marx to Bernstein. San Francisco: International Scholars Publications.
- WEIKART, Richard. 2004. **From Darwin to Hitler**: Evolutionary Ethics, Eugenics and Racism in Germany. Nova York: Palgrave Macmillan.
- WEINDLING, Paul. 1989. **Health, Race and German Politics Between National Unification and Nazism, 1870-1945**. Cambridge UK: Cambridge University Press.

- WEITZ, Eric D. 1996. **Creating German Communism, 1890-1990**. Princeton University Press.
- WETTER, Gustav A. 1985. Philosophie, Dialektik und Einzelwissenschaften bei Engels. **Studies in Soviet Thought**, v. 30, n. 3, p. 269-289, Oct.
- WIEACKER, Franz; WIER, Tony (ed.). 1995. **A History of Private Law in Europe**. Oxford: Clarendon Press
- WINCH, Donald. 2013. **Malthus**: A very short introduction. Oxford: Oxford University Press. [edição digital]
- WOLFE, Charles T. 2016. **Materialism**: A Historico-Philosophical Introduction. Dordrecht: Springer.
- WOLIN, Richard. 2006. Karl Jaspers: The Paradoxes of Mandarin Humanism. *In*: _____. **The Frankfurt School Revisited**. And other essays on politics and Society. Nova York: Routledge. p. 133-152.
- WOLTMANN, Ludwig. 1899. **Die Darwinsche Theorie und der Sozialismus**: Ein Beitrag zur Naturgeschichte der menschlichen Gesellschaft. Düsseldorf: Michels.
- WOLTMANN, Ludwig. 1900. **Historische Materialismus**: darstellung und kritik der marxistischen weltanschauung. Düsseldorf: Michels.
- WOLTMANN, Ludwig. 1909. **Politische Anthropologie**: eine untersuchung uber den Einfluss der Deszendenztheorie auf die Lehre von der Politischen entwicklung der volker. Jena: Diederichs.
- WOOD, Bernard. 2006. **Human evolution**: a very short introduction. Nova York: Oxford University Press.
- ZIEMANN, Benjamin. 2015. Autoritärer Staat und Demokratisierung 1890–1914. **Informationen zur Politischen Bildung**, n. 329, p. 51- 61. Disponível em: <https://www.bpb.de/izpb/224727/das-deutsche-kaiserreich-1871-1918>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- ZIGMAN, Peter. 2000. Ernst Haeckel und Rudolf Virchow: Der Streit um den Charakter der Wissenschaft in der Auseinandersetzung um den Darwinismus. **Medizinhistorisches Journal**, v. 35, n. 3/4, p. 263-302.
- ZWICKER, Lisa. 2011. **Dueling Students**: Conflict, Masculinity, and Politics in German Universities, 1890-1914. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.

APÊNDICE A. REFLEXÕES SOBRE O CHAMADO CASO LYSENKO ²⁷²

O lysenkoísmo foi um fenômeno político importante para a ciência soviética durante entre as décadas de 1930 e de 1970. Durante esse longo período, a União Soviética, em geral partidária e apologeta de um desenvolvimento técnico e científico de ponta, rejeitou a teoria da evolução e adotou essa doutrina, resultado do amálgama de vários fatores. Dentre eles, destacam-se o neolamarckismo que circulava no período do chamado “eclipse do darwinismo”; a rejeição que parte significativa da comunidade científica russa nutria por Darwin desde o século XIX; o desejo de fundamentação científica para a técnica da vernalização²⁷³ e a busca de uma solução técnica e local para as questões candentes da produção agrária; a relação conflitiva com cientistas considerados “ocidentalizados” e a busca de uma resposta científica e ideológica alternativa à eugenia nazista e ao mendelismo ocidental. Compõe também a equação o uso de argumentos engelsianos sobre a ciência natural articulados a uma interpretação neolamarckista, resultando na ideia de que as características evolutivas seriam condicionadas pelo ambiente e determinantes sociais. Há, por fim, outro fator envolvido, talvez ainda mais importante do que os anteriores, que foi o próprio protagonismo político e a intervenção de Trofim Denisovic Lysenko em sua ascensão no partido.

É esse contexto que explica em parte o epílogo dos temas a serem tratados nesta pesquisa a partir dos desdobramentos da publicação dos rascunhos da *Dialética da Natureza*, de 1929, em uma série de efeitos para o mundo soviético. Acredita-se que a história dessa publicação vá ao encontro do desejo soviético durante o período

²⁷² O interesse na questão do Lysenkoísmo que faz convergir o tema da evolução biológica e o marxismo em sentido diferente da pesquisa nasceu da conversa com o historiador Marcelo Lima Loreto durante o encontro de História e Filosofia da Biologia em 2015 após a apresentação de sua pesquisa sobre o impacto do caso Lysenko no Brasil, ao qual sou agradecido.

²⁷³ Basicamente a vernalização (do latim “*vernus*” da primavera) é uma técnica agrícola que expõe as sementes ou plantas a temperaturas baixas entre 0°C e 7°C, o que aceleraria a produção de flores ou frutos após um certo período de adaptação. O processo que era aplicado em várias partes do mundo, ganhou destaque na Rússia soviética por Lysenko ganhando o nome de javorização (яровизация), que fazia com que as sementes de inverno se comportassem como as sementes de primavera. Lysenko publicaria um artigo em 1928 que defendia que este processo seria transmitido a sementes descendentes como se elas tivessem sido expostas ao processo de vernalização.

estaliniano de definir uma “ortodoxia do materialismo dialético aos estudiosos das ciências naturais” (Jones, 1983: 379), ainda que seja possível constatar pela leitura dos textos de Engels, que tal exegese aparentemente discorda do espírito de assistemática do esforço engelsiano em encontrar um diálogo e evidências estáveis para a dialética nos modernos resultados científicos da época. A raiz desse desencontro talvez esteja em outro lugar, como os caminhos teóricos e políticos dos herdeiros do pensamento socialista alemão sobre o evolucionismo.

Como vimos, o episódio darwiniano da social-democracia alemã, em que se notou a convergência entre ciência e marxismo, foi caracterizado pela assistemática e se inscreveu nas disputas da época. Isso traz à tona, portanto, o problema de compreender as disputas políticas em torno da ciência durante o período estaliniano. Como vimos no capítulo 1, o neolamarckismo defende que o ambiente é capaz de gerar modificações biológicas. Ora, e se essas modificações fossem pensadas e induzidas? Seria possível que a biologia fosse modificada por uma indução social?

Tais problemas somam-se à questão anterior, relativa às concepções da pesquisa biológica soviética, que aceitava princípios evolucionistas, mas rejeitava o suposto pressuposto malthusiano da teoria da evolução. Rejeitava, em outras palavras, a ideia de uma luta pela vida e da competição entre espécies, acreditando que para Darwin a unidade de seleção era estritamente o indivíduo e não o grupo, ou, como no caso de Spencer, a ideia de uma concorrência entre organizações sociais. Entre socialistas do século XIX, era possível encontrar quem defendesse esse aspecto de Spencer, acreditando que haveria uma concorrência em que o socialismo poderia se mostrar como a forma superior de organização social.

Os longevidade do lysenkoísmo em um país com um grande empenho em pesquisa científica é um outro tema complexo, pois envolve a compreensão de diferentes contextos regionais e épocas distintas. Afinal, sua influência foi além da era Stalin e do degelo de Krushev, chegou à países do pacto soviético como Polônia e república tcheca só sofrendo rejeição na República Democrática da Alemanha, graças ao trabalho de Hans Stubbe e mesmo na China sua influência na ciência chinesa só seria interrompida com o Grande Salto para Frente em 1958. No mundo intelectual, o caso Lysenko foi usado como disputa entre marxistas alinhados e não alinhados à união

soviética, como Althusser em sua crítica ao PCF que continuaria no apoio à Lysenko enquanto Gyorg Lukács, por exemplo, em sua obra dedicada à demolição do irracionalismo em suas manifestações filosóficas e científicas realiza três menções elogiosas a Lysenko: a primeira colocando o Lysenkoísmo (ou michurinismo) como uma extensão dialética da teoria da evolução darwiniana (Lukacs, 1981: 26), no que parece fazer convergir a ideia de um desenvolvimento da dialética similar ao engelsiano presente nos esboços da *Dialética da Natureza* em sua interpretação enquanto um tipo de neolamarckismo (veja-se o capítulo 2) e a segunda relacionando o Lysenkoísmo como o “centro de um conflito de visões de mundo baseados na classe” (Lukacs, 1981: 103), destacando aqui a inserção de Engels e Lysenko enquanto visão de mundo. E a terceira, menos importante, porém ainda mais altissonante em que cita o lysenkoísmo entre os grandes avanços científicos da história (Lukacs, 1981: 111).

A despeito da possível eficácia científica da vernalização, das técnicas de hibridização vegetativa, ou ainda da possibilidade de uma descoberta acidental de propriedades do que hoje se atribui ao campo da epigenética por parte de Lysenko (Graham, 2016), a condução do processo que fez do chamado lysenkoísmo uma doutrina de Estado torna sua história um caso tenso no campo que converge com os temas desta tese, especialmente a relação entre a teoria da evolução e o socialismo alemão somado ao problema do socialismo de Estado e o seu contexto, além do que foi destacado por Richard Lewontin e Richar Lewins sobre a relação entre a metodologia científica e os requisitos para uma ciência voltada à práticas sociais necessárias para a resolução de questões sociais necessárias em situações de urgência (Lewontin, Levins, 2009).

Certamente, influi o fato de se estar em pleno período do chamado “eclipse do darwinismo”, quando nenhuma das versões da teoria evolutiva dava respostas consideradas incontestes sobre a evolução biológica, especialmente no tocando à transmissão de características genéticas. Assim, na União Soviética, concorriam a eugenia, o darwinismo sem o fundamento de uma teoria da descendência forte e a teoria genética, contando com representantes diversos que disputavam essas teorias na divisão de eugenia do instituto soviético de ciências envolvendo pesquisa laboratorial de ponta entre 1921-1930, entre os quais, N. K. Kol'tsov, A. S. Serebrovskii, Iu. A. Filipchenko,

N.I. Vavilov e Theodosius Dobzansky. É aqui, talvez, que a intervenção política do Estado tenha definido os caminhos da ciência e, com isso, obscurecido a um só tempo uma eventual descoberta científica (inclusive no campo da epigenia) e suprimido as teorias concorrentes (a eugenia e a genética), ao entronizar politicamente o lisenkoísmo.

O resultado da entronização de uma teoria duvidosa, justamente por confrontar outras teorias que se acreditava terem consequências políticas que seriam rejeitadas, torna ainda mais trágico o processo, pois talvez tenha impedido o avanço da ciência biológica, seja pelo advento da moderna síntese entre a genética e a teoria da evolução, seja por aspectos que possivelmente tenham se politizado e afastado o interesse por fenômenos biológicos ligados à epigenia e mesmo uma comprovação precoce da falta de fundamento das teses eugenistas. E tudo isso num contexto de intenso avanço científico da pesquisa soviética em diversos aspectos.

APÊNDICE B. O IMAGINÁRIO SOCIALISTA SOBRE O FUTURO

Observando o mundo de um ponto de vista que parece reiterar o pessimismo do início do século XX, é difícil não observar com certa condescendência o olhar otimista que no século XIX ousou pensar sobre o futuro. Apesar de sempre caracterizarem a construção política de seu tempo como algo limitado, os socialistas do período não deixavam de refletir que as estruturas sociais que construíram serviriam no mínimo como um andaime para o futuro socialista e... novo. Era uma nova forma de conceber o futuro.

Muitas vezes, abusando dos limites da teoria socialista, ousavam pensar e disputar o imaginário sobre o futuro nas suas criações artísticas, pouco importa se de grande qualidade, devido ao tempo que envelhece de modo mais drástico as imagens sobre o futuro. Marx preveniu seus seguidores, mas o tempo deixava suas marcas na formação inconsciente constituída pela cultura operária da social-democracia alemã, e não foram poucos os que deixaram prognósticos sobre o futuro que não eram apenas uma palavra de esperança e consolo, como poderia soar aos novos ouvidos tão castigados pela repetição constante da morte do futuro sem esperança e consolo.

Vistos de um ponto de vista atual, onde as distopias falam mais alto como gênero inescapável e quase uma descrição política natural de nosso cenário político, sinais de esperança e fé no futuro soam algo deslocado e difícil de explicar, mas essas imagens refletiam uma visão partilhada por muitas pessoas, mesmo aquelas não diretamente dedicadas a essa tarefa prática de construir a possibilidade e futuro, como os militantes socialistas e liberais esperançosos com o que parecia um alvorecer científico e tecnológico atraente em curiosidades e promissor socialmente.

Não há uma relação intrínseca entre a disputa de um imaginário sobre o futuro e o socialismo, mas, especialmente no final do século XIX, eles possuem uma ponte clara. “As figuras mais importantes no desenvolvimento da ficção científica anglófona entre a metade da década de 1880 e o começo da primeira guerra mundial – Edward Bellamy, William Morris, H.G. Wells e Jack London – eram socialistas, uma tendência continuada na Inglaterra através dos escritores da metade do século [XX]”, como bem

aponta o teórico da ficção científica e premiado romancista do gênero China Mieville²⁷⁴ (além de teórico do direito internacional e militante trotskista).

O legado utópico de Spencer

A imagem da sociedade como um organismo inspirou, inclusive, ensaios influentes e romances num campo de perguntas e respostas que incentivou certo imaginário utópico da época e cativou seu tempo. Um dos mais dignos de lembrança foi a apresentação “biologizante”, popular e cristã, inspirada na leitura d’ *O Capital* de Karl Marx, em *The Cooperative Commonwealth* (1884), do norte-americano emigrado da Dinamarca Laurence Gronlund. No livro, Gronlund apresenta a sociedade capitalista como literalmente uma luta entre espécies que, a despeito disso, evolui em um sentido comum entre convulsões em direção a uma forma de sociedade organizada vista como o socialismo. Um socialismo associado a como Spencer pensava a evolução da sociedade, em termos de uma forma de organização da vida social e econômica contra o caos da desorganização capitalista.

Esse esquema se perpetua no imaginário socialista em romances como *Looking Backward: 2000–1887* (1888), de Edward Bellamy, cuja história é como uma parábola de um homem que adormece tão profundamente por meio da hipnose que acorda mais de um século à frente, de onde observa as diferenças sociais e políticas do futuro, testemunhando o avanço de novos papéis de gênero (segundo o olhar do autor, que, para muitos, incorpora aspectos do ensaio de 1879 de Bebel *Die Frau und der Sozialismus*, cujas traduções tiveram ampla divulgação) e uma nova organização da economia em termos de um corporativismo empresarial estatal que resolveria, pela organização, o caos do capitalismo liberal, evitando as crises, recessões e greves, além de responder

²⁷⁴ “Olaf Stapledon e George Orwell, os vários esquerdistas e anarquistas associados à revista de Michael Moorcock’s *New Worlds* magazine nos anos 1960 e 1970, e escritores atuais como Iain M. Banks. Nos Estados Unidos no final dos anos 1930 e 1940, o grupo de fãs de ficção científica localizado em Nova York, os *futurians*, estavam geralmente preocupados com política radical, e incluíam em seus membros principais escritores das próximas duas ou três décadas (Isaac Asimov, James Blish, Damon Knight, Cyril M. Kornbluth, Judith Merril, Frederik Pohl); escritores posteriores dignos de nota incluem Samuel R. Delany, L. Timmel Duchamp, Eric Flint, Ursula K. Le Guin, Marge Piercy, Mack Reynolds, Kim Stanley Robinson and Joanna Russ. Além disso, a emergência dos estudos de ficção científica como uma disciplina acadêmica na década de 1970, o marxismo proveu as principais lentes críticas para compreender o gênero” (Mieville; Bould, 2009: 17).

aos medos sociais de classes distintas em uma única imagem²⁷⁵ e criar quase uma resposta literária a Spencer, de que a verdadeira desorganização seria o próprio capitalismo.

Bellamy foi um marco importante que chegou a um público leitor gigantesco, baseado em uma premissa cômica que se tornaria recorrente, a do protagonista que adormece em um tempo para acordar séculos à frente. Bellamy cativou a imaginação de seu tempo, tendo impacto inclusive no debate alemão. Enquanto Bebel e Liebknecht representavam a geração estritamente marxista com a premissa de que é impossível e indesejável se prever um futuro socialista, a imaginação do período demandava e desejava um vislumbre de uma premissa comum²⁷⁶. Em *Looking Backwards*, cuja tradução é “olhando para trás”, tem-se a projeção conciliatória da utopia de Bellamy na figura de um Estado corporativo, organizado por grupos de interesse e focado na igualdade e na estabilidade. Reflexos, em suma, de uma visão progressista de mundo que, a despeito de poder ser encaixada no socialismo, sempre rejeitou essa denominação e inspirou um movimento próprio, onde “sociedades nacionais” foram estimuladas por todos os Estados Unidos. Na visão de Bellamy, aspectos como a liberação feminina aparecem junto a diversos outros elementos diferenciados, desdobrados de seu lugar normal (ou, no vocabulário de Darko Suvin, inspirado em Brecht, a diferenciação que

²⁷⁵ De um modo semelhante, Bebel teria inspirado a resposta de Eugen Richter, jornalista e militante importante do Partido Alemão do Progresso (Deutsche Fortschrittspartei) (assim como outros partidos políticos que representaram a franja progressista do liberalismo alemão sempre ao lado de Virchow). Richter escreveu em 1890 o romance *Imagens socialistas do Futuro: A liberdade segundo Bebel (Sozialdemokratische Zukunftsbilder. Frei nach Bebel)*, onde descreveu um cenário distópico de um eventual governo social-democrata do futuro, colocando a carga de pessimismo, apesar de todas as distorções possíveis, em problemas ligados ao planejamento econômico central de tal governo. O livro teve tiragem de 254 mil exemplares e foi traduzido para nove idiomas, e chegou a ser distribuído pelos patrões aos empregados (Matthiesen, 1998: 277), mas sem causar muito impacto na atmosfera política para além de inspirar sátiras do jornal *Der Wahre Jacob*.

²⁷⁶ O anarquista alemão Rudolf Rocker é um entre tantos outros que conta o impacto dessa leitura na sua juventude: “Me perguntaram depois por que me impressionei tanto com esse livro. Eu creio que foi porque tornou mais palpável para mim, pela primeira vez, o funcionamento interno de uma sociedade socialista em seus pormenores. Foi assim que recebi um quadro conjunto do que havia me faltado até então [...] livros como o de Bellamy, *Looking Backward*, e sua réplica, *News from Nowhere*, de William Morris, são tão valiosos para o fomento de uma concepção de mundo como os escritos de conteúdo puramente teórico, que, muitas vezes, são lidos por poucos e compreendidos ainda por menos. Bellamy, no geral, não podia reter minha adesão. Mas o quadro do futuro do socialista americano me deu um forte impulso e contribuiu muito para o esclarecimento interior de minhas ideias de então. Foi um magnífico capítulo de minha vida juvenil” (Rocker, 1925: 63-64).

gera um “estranhamento cognitivo”²⁷⁷). A classe média e grande parte dos intelectuais, além da classe política, ficaram estupefatos.

Embora muitos comentassem que a grande notoriedade do livro viria de seu questionamento ao capitalismo e ao liberalismo da época em plena vigência das leis antissocialistas, Bebel e Kautsky viram que a diferença brutal na obra em relação ao pensamento socialista do período, na medida em que rejeitava a ideia de revolução, denotando ignorar a natureza violenta do poder de classe da burguesia e, principalmente, o fato de a principal ferramenta para a construção da utopia no romance, o Estado, não ter lugar no pensamento socialista sobre o futuro, ao menos das alas marxistas do partido.

O caso de Bellamy é notável por ter se tornado o terceiro livro mais vendido dos Estados Unidos à época, atrás apenas de *Uncle Tom's Cabin* e *Ben-Hur: A Tale of the Christ*, e por ter criado um movimento político de associações bellaminianas que buscavam criar um mundo futuro próximo às previsões de sua utopia corporativa sem conflitos. No entanto, o tom reformista, antirrevolucionário e visionário de um mundo estatal e corporativo que o romance apresentava atraiu, por sua vez, outra resposta: *News from Nowhere* (1890), de William Morris.

A utopia de Morris era tão peculiar como sua militância e sua vida dedicada às diversas formas de artesanato e trabalhos diversos, adotados como negação deliberada do trabalho industrial e reapropriação do trabalho manual sem indução à produtividade capitalista. Peculiar, além disso, porque nega a visão de uma evolução pacífica ao socialismo e advoga a necessidade de uma revolução.

A visão de uma utopia que passava por atividades capazes de expressar a individualidade e a criatividade através de atividades físicas e intelectuais buscava modificar o sentido do que se conhece como trabalho, ao identificar a expressividade artística desse mundo a certos aspectos do mundo medieval (onde o trabalhador possuiria, segundo Morris, na dimensão da organização do trabalho, certa dimensão criativa) e, ainda que a manutenção da palavra trabalho certamente possa atrair a crítica de que perseveraria algum tipo de troca como a capitalista, ali a palavra trabalho denota

²⁷⁷ Cf. Renault (1980: 113-141).

um outro sentido em termos de expressividade física. No entanto, em seu tempo e como hoje, também abriu margem à respostas, na medida em que a imagem do futuro aparece como um tipo de reconciliação anti-industrial e anti-desenvolvimentista (com elementos de uma descrição de reconciliação entre a vida socialista e o mundo sócio ambiental), além de não se enunciar o processo revolucionário de que resultaria este mundo. E é como resposta a Morris que emerge o romance mais importante neste item, por reafirmar o legado spenceriano entre os socialistas: *The Iron Heel* (1908) de Jack London, traduzido como *O Tacão de Ferro*.

The Iron Heel foi uma resposta peculiar ao período terrível de repressão e crescente militarismo após o ciclo de levantes de 1905 na Rússia e a fundação da IWW (Sheehan, 2008: 39). O livro trata da inevitabilidade do socialismo futuro *a despeito* da luta revolucionária que é simultânea à imagem que o faz notável até hoje, a previsão de um regime similar ao que veio ocorrer com o fascismo, caracterizado como um capitalismo corporativo oligárquico que se utilizava de milícias e forças paramilitares chamadas de “tacão de ferro”, algo que mantinha a rejeição à imagem spenceriana de uma evolução da sociedade a despeito do Estado por meio do capitalismo. Em seu romance, o capitalismo e a economia impediriam essa evolução, no entanto, não seria a revolução o meio de conquista dessa transformação social, mas justamente a evolução da sociedade de modo mais geral, por meio de seus valores e organizações, aquilo que colocaria no horizonte a possibilidade de uma transformação social (como quando o acadêmico Anthony Meredith recolhe o diário da companheira do herói, Avis Everhard, e comenta sobre seu tempo do longínquo ano de 2600). Duas citações explícitas e um tanto peculiares emergem sobre Spencer ao longo do livro: a primeira, do futuro, em que curiosamente é dito que Spencer prenuncia o futuro do socialismo, anunciado como uma era de irmandade entre os homens (London, 1908: xii), e o segundo quando a narradora atribui a Spencer a criação de uma ciência unificada (London, 1908: 11).

O capitalismo foi considerado pelos sociólogos da época como sendo a culminação do governo burguês, o fruto maduro da revolução burguesa. E nós, do mundo de hoje, só podemos aplaudir esse juízo. Foi sustentado, mesmo por intelectuais e antagonistas de enorme estatura como Herbert Spencer, que depois do capitalismo viria o socialismo. Com a decadência desse sistema egoísta que foi o capitalismo, sustentou-se que deveria surgir a flor das eras, a Irmandade do Homem. Em vez disso, o capitalismo, apodrecendo de

maduro, produziu um monstruoso desdobramento, a oligarquia; o que é aterrador para nós, que olhamos para o passado, e para aqueles que viveram naquela época. (London, 1908: 15)

Visto de um ponto de vista futuro, a partir de uma sociedade e civilização que sequer se chama formalmente de socialista, o relato das desventuras do mundo passado, tratadas como uma série de eventos de uma pré-história da humanidade, é visto segundo a lógica de seu desenvolvimento – “com a mesma certeza que os astrônomos de hoje preveem o movimento das estrelas”.

Há alguém em um futuro, de gênero indefinido, que comenta sobre um registro textual do passado, uma relíquia chamada “Manuscritos Everhard”. Avis Everhard foi esposa e companheira de lutas de Ernst Everhard (literalmente, sempre duro ou sempre rijo), que teria sido um dos principais protagonistas na luta contra o regime organizado pela “oligarquia” chamado “Tação de Ferro”.

Ernst é descrito por meio de características que o destacam segundo diversos aspectos revestidos de positividade: fisicamente, como um campeão, másculo; sua ascendência seria de famílias de imigrantes estabelecidas há muito tempo nos Estados Unidos, criando a ideia de um tradicionalismo proletário (e, portanto, também segundo os cânones do nacionalismo norte-americano); moralmente impecável, “apóstolo da verdade”, destacado líder sensível à causa do sofrimento particular de cada homem, além do nexos geral da exploração que atinge a todos; era também inteligente, primeiro como um operário e jornalista autodidata, que cria, como quero destacar, uma forma de pensamento chamada ora de “ciência do proletariado” e ora de “filosofia do proletariado”, sem saber se estamos no campo da crítica à filosofia como ideologia, como nos primeiros capítulos do processo de formação política de Avis. Ernst acompanhava as últimas palavras da ciência (e fazia um curso de biologia como ouvinte, como se coloca logo na descrição de sua apresentação a Avis), o que o torna aceitável ao cânone da Segunda Internacional. O *Manuscrito Everhard* é um registro arqueológico do século XX que serve de testemunho do ciclo de levantes infrutíferos até o advento de uma civilização que não fosse apoiada no “sistema egoísta do capitalismo”.

Ainda sobre esse olhar inspirado em Spencer e voltado para o futuro²⁷⁸, há o notável *Красная звезда* (Estrela Vermelha: Uma Utopia), de 1908. Escrito pelo médico, cientista, filósofo, escritor e revolucionário Alexander Bogdanov, que foi um importante cofundador da fração bolchevique e rival político de Lênin, que liderava os seguidores russos de Mach até sua eventual derrocada e expulsão da fração bolchevique quando a fração é conduzida por Lênin e convertida integralmente ao marxismo. Com o tempo, Bogdanov, devido aos seus feitos políticos pregressos, incluindo a ação revolucionária, conquista certa posição após a revolução, influenciando com sua filosofia quadros como Bukharin (também aficionado pela filosofia bogdanoviana da tectologia que prenuncia a ideia de uma ciência unificada similar ao intento spenceriano, e posteriormente, cibernético) e ajudando a fundar o Proletkult.

Estrela vermelha prenuncia uma utopia dinâmica, narrada do ponto de vista de uma sociedade em constante transformação em Marte, o que parece apontar para um tipo de lufada de esperança frente à repressão após os massacres de 1908 e, ao mesmo tempo, trazer argumentos em favor do socialismo de modo simples aos jovens trabalhadores (Krementsov, 2011: 42). A imagem dessa utopia, algo como uma sociedade tecnocrática racionalmente organizada e amparada numa forma dinâmica de sociedade civil mostram o quanto a *tectologia*, a filosofia que anima Bogdanov, parece tributária de Spencer, testemunhando sua grande popularidade na década de 1890 na Rússia. Isso parece confirmar a visão que unia Spencer e o socialismo, incluindo inclusive em sua compreensão do mundo natural (Krementsov, 2011: 35).

²⁷⁸ E espero que seja perdoado o avanço até o século XX que ocorrerá em alguns momentos pontuais da tese.

APÊNDICE C. A INTERNACIONAL DOS MUSEUS

Durante o século XIX, os museus de história natural foram o espaço institucional dos profissionais que coletavam e classificavam objetos e seres da natureza, que pesquisavam a história da vida, analisando fósseis e artefatos da cultura pré-histórica, atividade, enfim, fortemente questionada pelo evolucionismo, em especial após a publicação de *Origem das espécies* (Gualtieri, 2008: 232).

Como termo de comparação, comentarei brevemente entre diferentes espaços onde ocorreu a recepção da ideia de evolução no século XIX, no caso, os museus de história natural, importantes no contexto norte-americano, alemão, francês e brasileiro, além dos salões de discussão e divulgação científica, em que estiveram presentes figuras importantes do mundo político e intelectual, incluindo socialistas como Marx e Engels. Em muitos casos, ocorria até mesmo a convivência entre diferentes concepções sobre os mecanismos da evolução biológica, o que é ainda mais importante, ao considerarmos o caso das hipóteses sobre a origem do homem.

Esses múltiplos evolucionismos instrumentalizados pela antropologia física, com raras exceções, como as que tratamos, tendiam a posicionar o branco europeu como superior, seja por uma herança de caracteres adquiridos, seja por uma superioridade evolutiva. Essa compreensão que acreditava se apoiar em pesquisas científicas era relacionada aos interesses políticos dos estados no empreendimento colonial, a exploração interna de seus territórios que passava pela justificação da dominação sobre os povos nativos, que eram comparados, como instrumento de justificação da dominação política, com os hominídeos encontrados nos registros fósseis. E, por comparação com sua antiguidade ou separação de um tronco original evolutivo humano, no caso da poligenia, tornados um pouco menos humanos que os demais.

Em diversos lugares a recepção multiforme dos evolucionismos impulsionados pelo darwinismo atingiu diversos campos do conhecimento, no caso das nascentes ciências sociais, seja incorporando os evolucionismos das filosofias sociais do século XIX, que se utilizavam de conceitos darwinistas, seja pela inspiração em Darwin como um tipo de modelo teórico geral para as ciências. O caso da França e dos Estados Unidos, onde resistências iniciais estimularam um intenso debate sobre a origem do

homem e a natureza das sociedades humanas, cristalizando linhas gerais do debate em antropologia, arqueologia e a paleontologia e mesmo do Brasil, local pelo qual passaram diversos naturalistas que se estabeleceram nos museus e criaram uma cultura científica e mesmo intelectual incipiente no país.

No caso da América Latina (como nos casos do Brasil, Cuba, Colômbia, México e Argentina), Thomas Glick mostrou como Charles Darwin ocupou de certo modo um lugar ao lado de Augusto Comte (1789-1857) como “arma para as batalhas ideológicas que dividiram as elites do século XIX, pós-Independência” (Gualtieri, 2008: 15).

O Caso Brasileiro

No Brasil, nas últimas décadas do século XIX, tanto o evolucionismo quanto a teoria racial eram eixos orientadores das ciências naturais que moldavam o pensamento dos intelectuais que idealizavam a nação – como aconteceu em tantas outras (Domingues; Romero Sá, 2003: 97).

Um amálgama particular se formou juntando o debate nacional de então, preocupado com o progresso e as causas do “atraso brasileiro” em uma virada pessimista sobre o país²⁷⁹, e um modelo ideal de nação que passava pela ideia de integrar as raças consideradas modelares e excluir os africanos considerados estrangeiros (Domingues; Romero Sá, 2003: 98). Isso era notável nos autores da escola de Recife, com Sylvio Romero²⁸⁰, Tobias Barreto e, posteriormente, Arthur Orlando,

²⁷⁹ “O fin-de-siècle brasileiro era vivenciado nesses meios, dessa maneira, com grande dose de pessimismo. Com efeito, os cientistas, ao mesmo tempo em que se encontravam desiludidos com as promessas de igualdade, indagavam-se sobre as causas persistentes das diferenças entre os homens. [...] nos museus etnográficos de Belém, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, a ampla utilização de argumentos evolucionistas permitiu explicar cientificamente as diferenças, classificar as espécies, localizar os pontos de atraso” (Schwarcz, 2003: 169).

²⁸⁰ Em seus *Ensaio de Sociologia e Literatura* (1901), Sylvio Romero abre com uma exposição a partir do pensamento de Haeckel, serve de testemunho da influência das concepções de Haeckel, como o monismo na compreensão dos teóricos brasileiros da virada do século sobre o Brasil, mas em Doutrina contra Doutrina que aparece em *O evolucionismo e o positivismo no Brasil* (XVII) que Herbert Spencer, que parecia ser apontado como a referência para a estruturação de seu pensamento social e, como que síntese das demais formas de conhecimento, a partir da chave organicista que serve de reparo à insuficiências do positivismo (Romero, 1895). Como diz Antônio Cândido em “Toda a renovação intelectual do Naturalismo, a partir do que Sílvio Romero chamou a Escola do Recife, nos aparece hoje sobretudo como um sistema de retórica. Bacharéis de mente acesa, alastrando de literatura, e mesmo literatice, noções científicas vagamente aprendidas em Haeckel, Huxley ou Büchner. É difícil encontrar maior verbalismo do que, por exemplo, nos estudos em que Fausto Cardoso pretendeu consolidar cientificamente os fundamentos da sociologia por meio do monismo haeckeliano” (Candido, 2006: 139)

como destacaria mais tarde Cruz Costa, para quem o spencerismo cumpriu um tipo de “síntese filosófica que justificava a atitude política, social e até religiosa” (Gualtieri, 2008: 14-15).

Esse clima intelectual e político brasileiro acaba por coincidir com os cientistas que viajaram ao país para formarem coleções importantes de museus e o desejo de inserir o país nas práticas científicas no contexto internacional. Como em tantas outras situações, resolvendo o problema do atraso e permitindo um novo modelo de nação associado à negação do passado e afirmação do progresso.

Da metade do século XIX até o começo do século XX, as elites brasileiras buscavam transformar em realidade o sonho de ser moderno e civilizado e essas instituições [os museus] que se tornariam um importante elemento para tal realização, não só porque produziam uma ciência que podia contribuir para atender aos interesses econômicos e sociais daquele momento, mas também porque produzir ciência já era um indicador de modernidade” (Gualtieri, 2008: 231).

Assim, as novas áreas de pesquisa das ciências naturais, como a antropologia física e a geologia, conviveram com a história natural em polos que opunham os seguidores de Darwin (como Fritz Müller em Desterro) e as formas de interpretação ligadas aos evolucionismos e antievolucionismos com base científica e intelectual.

Foi esse cenário que propiciou a produção do conhecimento biológico no período imperial aos museus de história natural, como o Emílio Goeldi, do Pará, o Museu de História Natural do Rio de Janeiro e o Museu de Zoologia em São Paulo, cada qual segundo seu espectro de problemas e apontando, na maioria das vezes, para questões como a comparação das ossadas descobertas pela arqueologia com ossadas de túmulos saqueados das populações nativas, mostrando a suposta inferioridade evolutiva e justificando cientificamente sua inferioridade a partir de teorias como a do suíço-americano Louis Agassiz, sobre a múltipla origem do homem. Assim, os indígenas, interpretados todos como, literalmente, autóctones tinham suas características comparadas graças às técnicas da época.²⁸¹

²⁸¹ E isso independentemente dos gostos pessoais do Imperador Dom Pedro II, que se inclinara às teorias raciais ainda mais radicais de Gobineau, favoráveis a um supremacismo branco mais explícito em sua previsão sobre o desaparecimento da raça branca, inspirando as políticas de branqueamento posteriormente defendidas pelo menos até a década de 1920 na obra de Oliveira Viana *As populações meridionais do Brasil*, de 1920 (Skidmore, 1993: 56).

Nesse sentido, não deixa de ser sintomático como o destino de um dos primeiros leitores de Darwin no Brasil, Franz Müller, exilado das revoltas de 1848 na então ilha de Desterro, e autor do livro *Für Darwin*, prontamente traduzido e publicado nas revistas científica internacionais de então, continuasse como que marginal no campo científico brasileiro, não encontrando espaço nem nos debates nem nas instituições científicas, ainda que tivesse descoberto e produzido uma das primeiras confirmações das ideias de Darwin a partir da observação de crustáceos.

Certamente deve-se ponderar, no entanto, sobre o modo diverso com que a teoria da evolução encontrou interlocutores ao redor do mundo e públicos atentos em audiências públicas, debates e palestras em torno dos principais centros de divulgação científica da época, os museus científicos e de história natural, que acolhiam os mais recentes estudos de geologia, antropologia e a então reinante história natural. Em muitos lugares, esses “templos” da cultura científica, por certo tempo rivais dos templos propriamente religiosos, juntamente com as diversas publicações, encontraram públicos cultos e nem tanto, além dos poucos especialistas em disciplinas novas e que ainda não eram dotadas da aridez matemática que posteriormente definiu o rigor das teorias consideradas rigorosas.

Nesse caldo, produziram-se diversas formas de recepção dos evolucionismos que já eram, grosso modo, uma crença compartilhada antes de se enunciar o rigor de uma nova teoria científica comprovada, por duas pessoas separadas milhares de quilômetros e tão distintas politicamente, como Wallace e Darwin.

Em nosso caso, o que nos intriga é como parte desse grupo particular que partilhava dessas representações de mundo convergiu entre militantes socialistas que também eram filósofos e políticos, e que criaram uma forma própria de filosofia social que mira um ponto de fuga em direção à mudança da sociedade baseando seu prognóstico no cruzamento entre filosofia política, filosofia da história e a ciência – no caso, até então batizada de história natural.

APÊNDICE D. PARA ALÉM DE CULTURA E CIVILIZAÇÃO

A cultura é uma chave interessante de se interpretar concepções compartilhadas, mas seu uso deve ser ponderado, especialmente no que toca a aspectos herdados da ideia de cultura como totalidade estática e, principalmente, enraizada nacionalmente. Um intérprete interessante da ideia de cultura que segue uma linha nesse sentido, apesar de também tortuosa, foi Sigmund Freud e aqueles que se inspiraram em seu estudo sobre a cultura. Acredito que valha a pena refletir sobre alguns aspectos de sua concepção de cultura pois ela está presente em muitos teóricos que interpretaram a Alemanha sob essa ótica.

Freud interpretou a cultura em um chave distinta do debate alemão, criando uma interpretação intermediária entre a ideia humanista sobre cultura, o debate nacional e as contribuições da antropologia evolutiva (com traços em comum com Tylor) e da biologia (em particular na chave da teoria da recapitulação de Haeckel), modificando seu significado e acrescentando algo novo sobre a ideia de características compartilhadas inconscientemente em uma dimensão racional, ao qual se acrescenta o aspecto das pulsões e instintos (e posteriormente somado à *Todestrieb*, o instinto de morte) como um elemento biológico presente no aparelho psíquico e, de certo modo e ao mesmo tempo, conflituoso e constitutivo para a cultura. A interpretação freudiana é importante, especialmente por constituir o núcleo da meta-psicologia, que serviu de fundamento para sua teoria da psique como um todo, baseando nessa chave o modelo de uma interpretação geral da cultura como fundamento para a compreensão dos aspectos constitutivos da psique humana: tanto individual quanto intersubjetiva (na interação de indivíduo a indivíduo) e social, ao concebermos a dimensão mais geral da cultura e sua relação com a constituição do *supereu* (ou *superego*) onde se constitui a interiorização de valores partilhados socialmente.

O aspecto cultural daquilo das características compartilhadas inconscientemente em Freud parecia ter a propriedade de superar a dicotomia entre cultura e civilização, que observava nações em seu processo de desenvolvimento diferindo nos aspectos subjetivos ou sociais destacados. Sua ideia de uma cultura cujas características envolveriam a relação com a vida e os demais seres vivos inspirada nas contribuições da

antropologia evolucionista focava a cultura de um ponto de vista geral destacando o desenvolvimento em um processo de organização social envolvendo características importantes como a evolução social segundo uma dinâmica orgânica cujo sentido seria a capacidade de cumprir eficazmente as tarefas necessárias para a sobrevivência e o convívio humano, assim como a própria manutenção desta organização.

A Cultura humana, expressão com a qual quero dizer tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais – *e desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização* – apresenta, como sabemos, dois aspectos ao observador. Por um lado, inclui todo o conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair dela a riqueza para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todas as regulações necessárias para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição da riqueza disponível. (Freud, 1927: 6, grifos nossos)

Três anos à frente, suas reflexões seriam desenvolvidas a partir desse mesmo ponto de vista em *Das Unbehagen in der Kultur*, talvez o texto mais famoso sobre o tema no campo da psicanálise, ponto alto de reflexões realizadas por Freud entre 1921 e 1930 (coincidentes com o período que vai da Primeira Guerra Mundial à ascensão do nazismo, passando pela crise de 1929 e o próprio desmontamento do nazismo). O tema de uma progressiva repressão das pulsões (*Triebregungen*) por parte dos indivíduos é descrito como fruto do processo de complexificação das relações sociais com maior interdependência entre os indivíduos, ou seja, uma relação entre a vida psíquica dos indivíduos pensada de um ponto de vista social. A Cultura é a designação freudiana para esse processo e percebida como a fonte de um desconforto crescente resultante da negação da realização do prazer imediato.

É possível pensar assim em uma síntese em relação direta com o debate alemão colocando a acumulação de desconfortos internos e externos como algo inerente ao desenvolvimento da cultura e um equivalente à ideia de civilização material (frutos do desenvolvimento industrial e do modo de vida burguês), aos bons hábitos superficiais e formas como a intelectualidade alemã criticaria em seu espelho a intelectualidade burguesa francesa (passando aqui pela filosofia de Schopenhauer e Nietzsche), mas aponto o foco para outro lugar. Especialmente porque há em Freud uma rejeição do debate alemão sobre a cultura e a adoção de uma relativa “sensibilidade antropológica”

presente desde o texto “O Futuro de uma ilusão” (1927). Os elementos desse debate em Freud ligam esses dois entendimentos em uma narrativa que lembra aspectos mais gerais do debate da antropologia evolucionista (ao inscrever o desenvolvimento da cultura e a relação com os hábitos, como Tylor, no tempo) e funcionalista (no modo como atribui funções à cultura) com traços do que, como veremos mais à frente, situa esse problema no processo mais amplo de desenvolvimento da sociedade de modo muito semelhante aos autores que se inspiraram no pensamento de Herbert Spencer²⁸².

Muitos dos elementos do debate alemão sobre cultura presentes na filosofia certamente poderiam levá-lo a preferir o termo “civilização” a “cultura”, principalmente devido ao modo como o tempo aparece em sua história do lado oculto dos bons hábitos trazidos pela cultura, mas o sentido do tempo marca um processo de transformação mais profundo, que atingiria igualmente outros correlatos do termo, como a ideia de educação e formação cultural do indivíduo presente na *Bildung*, uma vez que o processo social se reproduz no indivíduo que é “educado” ou “formado na cultura”. E aqui, no que toca ao tema desta tese, que destaca o impacto das teorias evolutivas no desenvolvimento do socialismo, é notável como a imagem do desenvolvimento da estrutura psíquica do indivíduo ganha uma inspiração no modelo biológico de Ernst Haeckel.

Haeckel foi muito influente no evolucionismo alemão por diversas razões, mas, como cientista, ele se notabilizou por cunhar conceitos importantes, como “ecologia”, “filo”, “filogenia” e “protista”. A incursão teórica de maior impacto no período, que influencia a concepção freudiana, foi a sua versão darwiniana da chamada teoria da “recapitulação”, que afirmava que o desenvolvimento embriológico do indivíduo evocava a evolução da espécie (ou resumidamente “ontogenia recapitula a filogenia”). De modo similar, essa fórmula foi utilizada por Freud como inspiração para pensar sobre a constituição geral do desenvolvimento da psique humana e seu desenvolvimento no indivíduo.

Se é possível notar como o tema acaba se inserindo no vocabulário freudiano por exercer uma função interessante como “modelo”, no entanto, sua função não é uma simples apropriação da biologia ou incorporação subordinada da psicanálise à biologia, já que, a maneira em que a função da recapitulação aparece como aspecto psíquico da

²⁸² O que, acredito, não deve por si só ser usado nesse caso como acusação de social-darwinismo.

mente do indivíduo em Freud evita a projeção pura e simples de uma determinação diretamente genética ou por meio da descendência. O funcionamento da mente não está subordinado diretamente à biologia, apesar de relacionado a ela, isto é, o indivíduo humano possui impulsos biológicos ou *pulsões*, enquanto ser vivo e possui o aspecto cognitivo, e com isso, a cultura como mediação entre o indivíduo e a sociedade.

É notável também como essa troca de sentidos entre civilização e cultura confundiu as traduções trazendo à terminologia os filtros nacionais do debate que Freud pretendeu evitar, e justamente em sua palavra-chave. Como exemplo, na tradução inglesa do título original em alemão *Das Unbehagen in der Kultur* para *Civilization and Its Discontents*, acompanhada pela tradução portuguesa e mesmo na edição francesa, que teve significativo impacto, preferiu-se simplesmente trocar o termo cultura por civilização, ao mesmo tempo em que, na introdução, o problema é mitigado ao apresentar ao leitor um debate sobre o sentido dos termos cultura e civilização. Optando pelo termo civilização contra a tradução da palavra alemã *Kultur* como “cultura”, inevitavelmente o leitor é trazido para próximo da carga semântica da acepção francesa de “civilização”. Já na língua francesa, o título oscilaria da tradução que foi publicada como *Malaise dans la civilisation* na edição de 1943 até que, em 1994, fosse reinterpretada na nova tradução de 1994 como *Le malaise dans la culture*.

O mesmo deslize entre sentidos, acepções e usos da palavra permaneceria nas obras de Norbert Elias que trataram do processo civilizatório e os hábitos da sociedade de corte, apesar de evocarem um sentido inspirado em Freud. Por alguma razão, Elias viu a necessidade de resgatar a separação desses termos, como na acepção alemã dos conceitos de *civilização* e *cultura*, assim como a *Bildung*, para fazer a sua história da constituição do sentido dos hábitos sociais, uma história do conteúdo e da prática da vida cultural inconscientemente compartilhada, que envolvia hábitos, arte, cultivo pessoal, educação e vários outros aspectos que traduziam a mente “civilizada”, na acepção de Elias, do cidadão burguês bem formado, assim como todo o comportamento relativo ao seu ambiente no sentido da complexificação dos costumes e, ao menos em parte, seguindo as funções atribuídas na cultura por Freud, incluindo aí as resistências à civilização, por conta dos impulsos, por parte do indivíduo e da sociedade. Esse mesmo repertório conceitual, além de servir como uma importante referência sobre o desenvolvimento da cultura e da civilização (talvez o melhor que nós temos), permitiu a

Elias construir uma interpretação geral das crises da relação entre a sociedade, a cultura e a civilização, comentando fenômenos históricos tão variados e de grande repercussão, como o nazismo e a Fração do Exército Vermelho a partir deste prisma.

Pareceria inicialmente uma forma excessiva valorização da cultura se considerássemos aí que a cultura e a civilização ganham características quase essenciais como entidades com realidade social própria deixando de lado o próprio enraizamento destas questões no problema nacional que permeia o sentido histórico e político do tema. Mas se compreendemos que o processo civilizatório é menos a constituição de uma cultura enquanto “fato social total” do que a proposta de uma história que funcionasse como alternativa à constituição evolucionista da cultura pressuposta na metafilosofia freudiana. Considerando deste modo, os fenômenos causais da constituição do indivíduo e da sociedade ainda seguiriam um regime historicamente inscrito, porém, não teriam a garantia de uma evolução linear e quase teleológico na direção de um inevitável aumento de complexidade, resultando na cultura e na civilização (mesmo que este sentido fosse, como é possível, relativo em Freud). Para isso, tomo como hipótese, nesse sentido, que talvez tenha sido importante à Elias demarcar a constituição da civilização e da cultura como fenômenos inscritos, como creio, historicamente sem uma única direção garantida, e, além disso, territorialmente.

Mas a pergunta que fica é, se o fundamento antropológico sai do modelo metapsicológico freudiano assumindo, hipoteticamente, o sistema de Elias como o condutor da história da cultura e da civilização como um processo separado, quais os efeitos disso no modelo Freudiano propriamente. E isto, se deixamos de lado, também, a possibilidade de que aquilo que há de questionável cientificamente na teoria da recapitulação em Haeckel, tenha algum impacto que obrigue a repensar o modelo da filogenia e da ontogenia.

APÊNDICE E. AS IMPRESSÕES DE ROCKER SOBRE LIEBKNECHT E BEBEL DURANTE A CAMPANHA PARA AS ELEIÇÕES DE 1890 EM MAINZ

A seguinte passagem é retirada das memórias do anarquista alemão Rudolf Rocker (1873-1958)²⁸³, ligada ao período em que se vinculou à social-democracia alemã em Mainz, capital de Hesse (atualmente Renânia-Palatinado), enquanto voluntário na campanha eleitoral de 1890, organizada em semi-clandestinidade por conta da contínua repressão governamental, ainda que oficialmente já não vigissem as leis antissocialistas. Além do olhar arguto, a biografia de Rocker também é de interesse, pois seu perfil é muito similar ao de Bebel em sua trajetória inicial: após fugir de um orfanato, rebela-se contra o que o ensino público oferecia à classe trabalhadora; depois passa pelo aprendizado de ofícios, como latoeiro, grumete e tipógrafo. Por influência de seu tio, militante do SPD, passa pela formação intelectual e política no seio das organizações próximas ao sindicalismo social-democrata em Mainz. Posteriormente, se aproxima das correntes anti-parlamentares do SPD, como os *jungen*, que propunham ações mais contundentes contra as leis antissocialistas, o que o conduziria progressivamente ao anarquismo focado no ativismo entre as organizações de trabalhadores.

No plano local, a tarefa que se impunha era ajudar o candidato do SPD, Franz Jöst, a retomar o assento do distrito de Mainz-Oppenheim no Reichstag (Krämer, 2002: 318). A disputa era contra o Partido de Centro, que mobilizava os católicos da região com o peso do antissemitismo, o que era visto como ameaça para o SPD. Este, porém, vinha em uma trajetória de ascenso eleitoral, simultâneo ao aumento das greves (superado apenas pelo ciclo posterior a 1905), que parecia indicar uma possível redefinição do cenário político, após as leis antissocialistas, em um sentido favorável à social-democracia. O partido levou a disputa de cada local a sério e, para garantir o assento em Mainz, mobilizou algumas das figuras mais importantes do SPD no período, como August Bebel, Wilhelm Liebknecht, Georg von Vollmar e Paul Singer, que

²⁸³ Infelizmente, a pandemia de Covid-19 me afastou das bibliotecas e dificultou a importação de livros, impedindo a consulta ou aquisição do exemplar completo da biografia de Rocker. Reconstituo aqui o trecho a partir da edição editada que possuo em mãos (Rocker, 1974), emprestada muito tempo atrás pelo professor Heinz Dieter Heidemann, e a edição em espanhol (Rocker, 1947: 154-157; 159), que completa os trechos faltantes.

visitaram a cidade para ajudar Jöst. Foi aí que o jovem Rudolf Rocker, então com 17 anos, pode vê-los falar, ocasião sobre a qual o seguinte comentário em suas memórias:

Liebknecht era um orador hábil e experimentado, que possuía, além disso, como natural de Hesse, a capacidade especial de captar uma audiência sulista por onde era mais acessível. Lembro-me, apesar disso, de certas comparações históricas que fez sobre as condições políticas da Alemanha com o estrangeiro que me impressionaram de modo singular. Comparou, assim, a Alemanha de Bismarck com o governo de Napoleão III e mostrou que este não sucumbiu por causa dos canhões prussianos, senão por causa da podridão interior de sua política antipopular. Liebknecht não possuía a graça natural de Vollmar, que sabia despertar brilhantemente em seus ouvintes um pensamento graças a seus comentários humorísticos, mas suas palavras trabalhavam persuasivamente para a segurança esmagadora com que eram pronunciadas e pelas ricas experiências do orador em matéria nacional e estrangeira. Agradou-me que utilizou uma quantidade de palavras estrangeiras que não eram usadas na linguagem comum.

Depois da ação tivemos, como de costume, uma reunião com Liebknecht em um círculo mais restrito. Tive, portanto, a oportunidade de observá-lo de perto. Seu rosto tinha uma expressão extraordinariamente séria e raramente esboçava um sorriso. Quando falava, o fazia sempre com uma segurança do juízo que excluía toda contradição. Enquanto falava, virava frequentemente a mão estendida, como se quisesse recortar um objeto invisível. As perguntas que lhe eram feitas, e que algumas vezes levavam muito longe, interrompia com visível impaciência, como se já as tivesse compreendido de antemão. Para cada pergunta, tinha uma resposta determinada, como se a houvesse pressentido. Os modos amáveis e cativantes de Vollmar, que recebia com gosto toda objeção, lhes eram totalmente estranhos.

Nos anos seguintes, ao estudar o movimento social, acompanhei detidamente a carreira política de Liebknecht e cheguei à convicção de que o caráter autoritário de seu pensamento imprimiu também uma marca em sua natureza externa. Era, antes de tudo, o homem do partido, e quase somente homem de partido. A ideia de Rousseau, segundo a qual, com o surgimento do pacto social, o homem natural foi suplantado pelo homem político, era como feita sob medida [para ele]. Pessoalmente, sem dúvida, um homem honesto, que fez mais de um sacrifício por sua convicção, mas na vida política nenhum meio lhe parecia reprovável se se tratasse de liquidar um adversário. O conceito de razão de Estado havia se plasmado nele como razão de partido. Como para os adeptos do Estado é justo todo meio que pareça conveniente para seus fins, mesmo quando a lei proibia severamente aos cidadãos o mesmo meio e os castigava com graves penas, assim a escolha de seus meios políticos não causava em Liebknecht nenhum

remorso, sempre que estivesse persuadido de que eram úteis para o partido. Essa era a intolerância interior que há na raiz de toda vontade de poder e que se considera sempre além do bem e do mal, sendo de qualquer modo indiferente que se trate da vontade de poder do Estado ou do partido. Minhas experiências anterior me confirmaram o que então não podia ainda saber: que a conhecida frase de Goethe sobre a política como corruptora do caráter podia ser plenamente aplicada a Liebknecht.

No último encontro antes das eleições complementares, falou August Bebel. Ele era o mais notável e impressionante de todos. O grande local de Stadlhalle estava cheio até o último assento, de maneira que centenas de interessados não puderam entrar, pois a sala teve que ser fechada por força policial antes do começo do ato. Como se tratasse das eleições de desempate de uma prova de força entre a Social-democracia e o Partido de Centro, todas as manifestações de Bebel se dirigiram especialmente à influência política da igreja católica e a suas aspirações antipopulares, para o qual teve à sua disposição um rico material histórico, que soube elaborar com grande habilidade e tornar acessível a seus ouvintes.

Bebel não era apenas um orador brilhante, mas um orador nato, pois havia nele aquele certo algo que não se pode ensinar nem aprender. A construção de seu discurso era tal que o efeito aumentava com cada frase, para desembocar ao final com fúria aplastrante. Parecia que suas frases eram fabricadas na forja. Algumas delas trabalhavam com golpes de martelo que foram forjados no espírito com força irresistível e que não deixavam de causar impacto até nas pessoas que estivessem distanciadas das aspirações do orador. E tudo isso sem esforços artificiais. Todos sentiam que falava um homem cuja palavra saía da alma e que podia, de sua parte, renunciar facilmente aos meios artificiais de muitos oradores profissionais.

Além de seu dom natural de orador, Bebel possuía também uma voz clara, agradável, de extraordinária flexibilidade, que se fazia ouvir até os fins mais distantes do salão. Enquanto falava, tudo ficava quieto como uma igreja. Os olhos dos milhares e milhares se penduravam enfeitiçados em seus lábios para não perder uma só palavra. Podia transmitir a impressão que quisesse, tal qual um artista capaz de extrair de seus instrumentos toda vibração desejada.

Quando soou a última palavra desse discurso impressionante, houve primeiramente um silêncio solene, mas logo ferveu como uma tempestade no vasto salão, tempestade que não queria parar e que o tempo fechava de novo. Eu mesmo me senti como que embriagado pelo efeito desse discurso vigoroso e aplaudi com entusiasmo selvagem como os demais, sem saber o que estava fazendo. Para mim, aquela assembleia memorável foi sem dúvida o maior acontecimento público que eu já tinha visto.

Bebel partiu na mesma noite com o último trem a Offenbach, mas prometeu voltar a Mainz nos próximos dias para passar um par de horas de intimidade com os companheiros em um círculo menor. Manteve sua palavra. Quando fui aquela noite com meu tio até Neubrunnestrasse, encontramos o amplo quarto dos fundos da taverna cheio de pessoas. Bebel não havia chegado ainda, mas nos disseram que apareceria a qualquer momento. Não demorou muito para que entrasse em companhia de Franz Jöst. Mal havia sentado, apareceu o dono do local, um velho social-democrata, a quem seguia o comissário de polícia Lämmensdorf. Durante o período eleitoral, não nos havia incomodado em momento algum, de modo que a visita inesperada produziu em nós bastante surpresa.

Primeiramente, o comissário percorreu com os olhos a pequena comunidade dos vermelhos, e logo se aproximou da mesa em que falavam Jöst e Bebel, e disse:

— Senhor Jöst, quem é o organizador desta assembleia?

— Assembleia?, perguntou Jöst como quem fingia surpresa. Não me disseram nada de assembleia. Aqui estamos em uma festa de aniversário.

— Exatamente, um aniversário, interveio o sapateiro Bitz, um companheiro expulso de Hamburgo, e eu sou o aniversariante!

— Mas com que objetivo está presente aqui o senhor Bebel?, perguntou o comissário.

— Perdão, senhor comissário, disse Bebel. É proibido participar da festa de aniversário de um amigo em Mainz?

— Isto aqui, respondeu o senhor Lämmensforff algo confuso. Mas chama a atenção que o senhor deputado do Reichstag Bebel venha precisamente a Mainz para felicitar o sapateiro Bitz em seu aniversário.

Bebel, a quem evidentemente importava que o disfarce não fosse perturbado, respondeu com amabilidade simpática:

— De maneira alguma, senhor comissário. Estava nas redondezas e não quis deixar de aproveitar esta rara ocasião. Como, pelo que parece, este assunto inofensivo causou preocupações em uma lata autoridade, eu o convido cortesmente a presenciar nossa festa. Convencionamos que cada um dos presentes desse um pequeno presente a nosso festejado, mas desobrigo-o desse dever.

Uma sonora gargalhada seguiu-se a essas palavras. O senhor Lämmersforff, que não parecia ter senso de humor, compreendeu a situação e em seguida disse:

— Obrigado pelo amável convite, senhor Bebel. Tinha simplesmente a obrigação de impedir um encontro proibido. Como se trata de uma festa de

aniversário, não há nada o que objetar. Senhores, desejo uma noite muito divertida, disse e assim desapareceu.

Rimos todos até não mais poder. Mas Bebel declarou: “Isto só é possível em Hesse. Na Prússia ou na Saxônia, isto certamente teria outro resultado”.

O pequeno incidente não havia feito mais do que contribuir para tornar a noite mais agradável. Na realidade, não era uma assembleia política, senão uma conversa livre, em que certamente o político desempenhou o papel mais importante. Provocou-me Bebel aquela noite a melhor impressão. Era amável e atento a todos e tratava a cada um como seu igual. A superioridade velada de Liebknecht faltava nele por completo. Seu comportamento era sensível e espontâneo, e cada qual tinha que considerá-lo amigo.

Meu desenvolvimento espiritual me levou depois para outros caminhos. Contudo, sempre deplorei que um homem tão ricamente dotado consumisse suas melhores forças no baixo trabalho parlamentar e se deixasse levar por concessões cada vez maiores que não eram certamente favoráveis ao socialismo. Todo o desenvolvimento posterior da social-democracia alemã²⁸⁴, sua completa renúncia, no período da guerra e especialmente depois da guerra, sua evidente impotência frente às condições históricas, quando a derrota de seus adversários colocou o poder em suas mãos, sua entrega sem luta de todas as posições conquistadas à reação, para o qual sua independência eterna voltou a ser secundária, tudo isso eram apenas resultados inevitáveis de um método que deveria conduzir a um completo naufrágio espiritual e que já não era mais capaz de nenhuma grande ação. Até um periódico burguês como o *Frankfurter Zeitung* pode declarar que não houve nunca uma revolução tão pobre em pensamentos criadores e tão fraca em energia revolucionária como a revolução alemã de novembro de 1919.

Fizeram a Bebel posteriormente a reprovação de que viviam nele duas almas, e que nas assembleias populares e nos congressos do partido sabia aparecer com o armamento inteiro do marxismo revolucionário, enquanto como legislador e membro das comissões do Reichstag era o reformista mais moderado que se podia encontrar. Eu creio, com efeito, que essa cisão interna tinha por base a natureza inteira da social-democracia alemã. Não está excluído que Bebel sentisse isso, porém, e que por isso empreendesse os mais violentos esforços para harmonizar coisas que dificilmente eram

²⁸⁴ A caracterização geral de Bebel e Liebknecht por Robert Michels seria implacável, mas curiosamente os afastaria do perfil carismático e devotado apontado por Rocker, aproximando-o do modelo da personalidade burocrática: “Em 1870-1871, logo após a constituição do império, vemos duas grandes personalidades, Wilhelm Liebknecht e August Bebel, se afastarem do pequeno grupo de fiéis da nova religião e se colocarem, graças à sua energia e a sua inteligência, à testa do movimento que se desenhava. E trinta anos depois, na passagem do século, ainda reencontramos Liebknecht e Bebel no mesmo lugar, investidos da mesma confiança e das mesmas funções” (Michels, 1982: 61).

harmonizáveis. Nesse aspecto, Vollmar era mais compreensivo. Havia reconhecido bem a oposição interna entre as palavras de ordem marxista e as ações práticas do partido e se havia posto decididamente ao lado dos revisionistas, algo que Bebel nunca fez. [...]

Finalmente, aproximou-se o dia das eleições. Nossas esperanças eram grandes, mas o dia 20 de fevereiro de 1890 superou nossas expectativas mais audazes. A social-democracia havia reunido quase um milhão e meio de votos em seus candidatos e havia saído da luta eleitoral como o partido mais forte da Alemanha. Foi o maior triunfo que havia experimentado até então o partido dos proscritos. Minha interpretação sobre o significado dos êxitos eleitorais, em geral, e sobre a atividade parlamentar, em espacial, sofreu desde então uma mudança fundamental. Naquele momento, eu estava firmemente convencido de que em 20 de janeiro havia começado uma nova era na Alemanha. Os jovens viam já o grande dia da decisão ao alcance da mão.

Nesse sentido, certamente, não se pode negar a importância das eleições de 1890: foram um termômetro da opinião que animava então a vastos círculos do povo alemão. O fato de que o partido que Bismarck queria exterminar pudera obter semelhante triunfo era inegavelmente uma prova de que as coisas haviam mudado bastante na Alemanha.
